

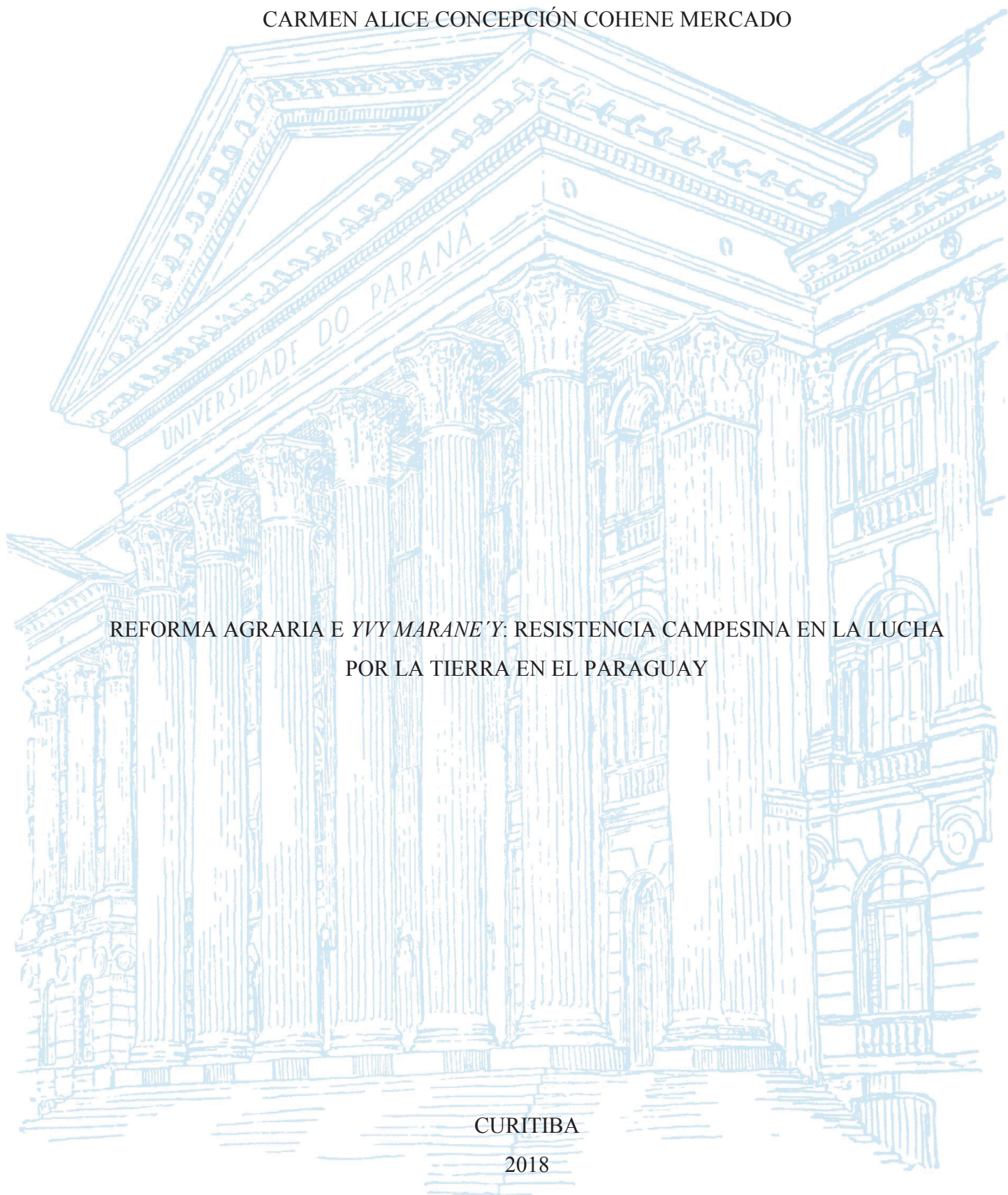
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARMEN ALICE CONCEPCIÓN COHENE MERCADO

REFORMA AGRARIA E *YVY MARANE'Y*: RESISTENCIA CAMPESINA EN LA LUCHA
POR LA TIERRA EN EL PARAGUAY

CURITIBA

2018



CARMEN ALICE CONCEPCIÓN COHENE MERCADO

REFORMA AGRARIA E *YVY MARANE'Y*: RESISTENCIA CAMPESINA EN LA LUCHA
POR LA TIERRA EN EL PARAGUAY

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da
Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial
à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR
BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

C678r Cohene Mercado, Carmen Alice Concepción
Reforma agraria e Yvy marane'y: resistencia campesina en la lucha por la tierra en el Paraguay /
Carmen Alice Concepción Cohene Mercado. – Curitiba, 2018.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, 2018.

Orientador: Jorge Ramón Montenegro Gómez.

1. Reforma agrária. 2. Movimentos camponeses. 3. Conflitos territoriais. 4. Resistência
camponesa. I. Universidade Federal do Paraná. II. Montenegro Gómez, Jorge Ramón.
III. Título.

CDD: 333.3109892

Bibliotecária: Romilda Santos - CRB-9/1214

TÉRMINO DE APROBACIÓN DE LA TESIS




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA

TERMO DE APROVAÇÃO

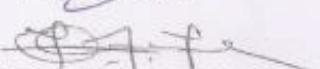
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **CARMEN ALICE CONCEPCION COHENE MERCADO**, intitulada: **REFORMA AGRARIA E VVY MARANE'Y: RESISTENCIA CAMPESINA EN LA LUCHA POR LA TIERRA EN EL PARAGUAY**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua homologação no rito de defesa.


A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca, e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.


Curitiba, 26 de Março de 2018,


JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


JUAN WAHREN(UBA)


LUIS ORTIZ SANDOVAL(FLASCO)


CARLOS FREDERICO MARES DE SOUZA
FILHO(PUC/PR)


WILLIAN SIMOES(UFFS)

OBS: este documento é válido por 90 (noventa) dias a contar da data.

ESPACIO DE AGRADECIMIENTOS

A Dios, que se ha manifestado en mi vida en diversos tiempos y espacios.

A mi familia, que ha sabido caminar la selva, cultivar la tierra y celebrar sus frutos.

A mi madre, que me ha albergado en el seno de su vientre, me ha enseñado el idioma guaraní, y el libre albedrío para descubrir otros espacios de vida.

A mi padre, por percibirme en el asiento de mi vida.

A Juan, que ha sabido darme fuerzas y esperanzas, en los momentos de pruebas.

A Goyo, quien ha sido un gran sostén y motivador para el cumplimiento de mis sueños.

A Margarita y Valentín, quienes han compartido sus conocimientos y amor por la cultura Guaraní.

A los movimientos campesinos paraguayos, en especial a la Federación Nacional Campesina- FNC, que me han permitido resistir con ellos.

A un gran profesor, investigador y extensionista: Jorge Montenegro, mi orientador por su experiencia, interés y caminata juntos durante todo este tiempo.

A los profesores de la Banca Examinadora de la Cualificación del trabajo: Eraldo Ramos, Carlos Marés y de la Defensa Final: Carlos Marés, Luis Ortíz Sandóval, Juan Wahren, Willian Simões, por su tiempo, lectura, aportes y compromiso en la construcción de otros conocimientos dentro de la universidad.

A todos y cada uno, mis amigos y amigas de ENCONTTRA, que me han mostrado que “la vida es difícil, pero también es linda”, en especial a Ángela y Willian quienes me han acompañado en seminarios temáticos importantes para la investigación, así como a Nathalia y Mercedes por su compañía nuestramericana.

A mi dignísima Banca de año nuevo; Adriane y Priscila, por la confianza en este trabajo.

A mis colegas de investigación Manuel y Lorena, que compartieron un gran interés por Paraguay.

A los profesores, servidores y colegas del Programa de Post-Graduación en Geografía, Sector de Ciencias de la Tierra de la Universidad Federal de Paraná por su acompañamiento y apoyo constante.

A mi familia en Curitiba, a Fer, Jordi y Mar, gracias por el amor, cuidado y cariño con que me abrigaron.

A mi amiga Katuta, por su cordialidad al compartir la calidez de su hogar y sabia compañía, por sus reflexiones y mirada más allá del horizonte.

A mis compañeros y compañeras de la vida, que se encuentran en Paraguay y por Nuestra América y que han compartido conmigo sus conocimientos, luchas y resistencias.

A los campesinos, campesinas, indígenas, investigadores, profesores, militantes, jóvenes, mujeres, niños, niñas, funcionarios públicos, comunicadores populares, músicos, poetas, artesanas y a muchos/muchas cuyos pensamientos y sentimientos aparecen en este trabajo.

A las plantas y animales, la luna, al sol, a las nubes y las estrellas que me han acompañado y recordado que estamos sobre la misma tierra y bajo el mismo cielo durante estas cuatro vueltas al sol.

Otoño de 2018
*En busca del Yvy marane' y.
La Tierra Sin Mal de los guaraníes...*

RESUMO

Nos primeiros anos do século XXI, a reforma agrária retomou (novamente), e se posicionou na cena política através dos discursos dos governos progressistas em “Nossa América” e das vozes dos camponeses e camponesas que resistem a onda neoliberal dos anos noventa. Os anos de progressivismo no Paraguai passaram e deixaram as mesmas dívidas relacionadas à distribuição de terra e poder no país. No entanto, a reforma agrária ligada à luta histórica pela terra foi fortalecida nos movimentos camponeses paraguaios. Primeiro como uma proposta de resistência através de troca de experiências, diálogo de saberes e análise coletiva, em convergência com outros movimentos sociais nacionais e nos americanos, bem como o endurecimento das políticas neoliberais do Estado e do Mercado, disfarçando-se como grandes projetos produtivos de modernização capitalista, que expoliam os territórios camponeses. A reforma agrária hoje está confirmada na atualidade, nas resistências cotidianas, públicas e nas alianças com outros atores sociais, isto é, a reafirmação dos diversos sujeitos articulados nos movimentos camponeses paraguaios com outras organizações da sociedade civil, é a materialização da luta pela terra e pela reforma agrária. É um processo de resignificação política e cultural que os movimentos camponeses estão fazendo de sua experiência de resistência e sua forma de organização política. Começamos a partir da formação social do campesinato paraguaio e sua configuração territorial, da mão dos autores do pensamento crítico latinoamericano, para afirmar a presença do pluriverso Guarani no presente e a validade do domínio colonial. Os novos rostos de mesmos antagonistas em conflitos pela terra e pelo território. A invasão dos produtores de soja *brasiguayos* como uma ferida neocolonial e a polifonia de vozes e sujeitos nas resistências camponesas pluriescalares e plurisocias pela reforma agrária. A amplitude das reivindicações relacionadas a esta proposta, que vão desde a reforma agrária clássica do passado até as atuais reformas agrárias integrais e populares de “Nossa América”. Nesse sentido, abordamos a pluridimensionalidade da reforma agrária como justiça social: redistribuição, reconhecimento e representação e incorporamos a dimensão territorial da reforma agrária, na busca do “*Yvy Marane’y*” que é a “A Terra Sem Males” dos Guarani, analisou-se dentro de territórios de conquistas na luta pela terra, como o assentamento “Crescencio González” da Federação Nacional Camponesa- FNC. Neste *tekoha* camponês -paraguaio em movimento confronta-se as contradições do *sistema mundo moderno colonial* mas também a resistência no espaço-tempo-conflito- resistência que também acolhe as ações de resistência, como *comer, morar, cuidar, curar e bem viver*, o que representa uma resistência integral pela autonomia, soberania alimentar, agroecologia, as mulheres, a juventude, pela natureza e pela vida na Terra.

Palavras-chave: reforma agrária, movimentos camponeses, conflitos territoriais, resistência camponesa, Terra Sim Mal.

ABSTRACT

In the early years of the twenty-first century, agrarian reform returned (again), and was positioned on the political scene through the discourses of progressive governments in "Our America" and the voices of peasants who resist the neoliberal wave of the 1990s. The years of progressivism in Paraguay have passed and left the same debts related to the distribution of land and power in the country. However, agrarian reform linked to the historic struggle for land was strengthened in Paraguayan peasant movements. First as a proposal of resistance through exchange of experiences, dialogue of knowledge and collective analysis, in convergence with other national social movements and in the Americas, as well as the hardening of the neoliberal policies of the State and the Market, disguising themselves as great productive projects of capitalist modernization that plundered the peasant territories. The agrarian reform today is confirmed nowadays, in the daily resistance, public and alliances with other social actors, that is, the reaffirmation of the various subjects articulated in the Paraguayan peasant movements with other civil society organizations, is the materialization of the struggle for land and by agrarian reform. It is a process of political and cultural resignification that the peasant movements are making of their experience of resistance and their form of political organization. We start from the social formation of the Paraguayan peasantry and its territorial configuration, from the hand of the authors of critical Latin American thought, to affirm the presence of the pluriverse Guaraní in the present and the validity of the colonial domain. The new faces of the same antagonists in conflicts for land and territory. The invasion of the *brasiguayos* soybean producers as a neocolonial wound and the polyphony of voices and subjects in the plural and peasant resistances of the agrarian reform. The breadth of the claims related to this proposal, ranging from the classic agrarian reform of the past to the current integral and popular agrarian reforms of "Our America". In this sense, we approach the pluridimensionality of agrarian reform as social justice: redistribution, recognition and representation and we incorporate the territorial dimension of agrarian reform, in search of the "Yvy Marane'y" that is the "Land without Evil" of the Guaraní, within the territories of conquest in the struggle for land, such as the settlement "Crescencio González" of the National Federation of Peasants-FNC. In this *tekoha* peasant-Paraguayan in movement confronts the contradictions of the modern colonial world system but also the resistance in space-time-conflict - resistance that also welcomes the actions of resistance, such as eating, living, caring, healing and living well, the which represents an integral resistance to autonomy, food sovereignty, agroecology, women, youth, nature and life on land.

Key words: agrarian reform, peasant movements, territorial conflicts, peasant resistance, Land without Evil.

RESUMEN

En los primeros años del siglo XXI, comenzó a resurgir (de nuevo) la reforma agraria, que se posicionaba en el escenario político a través de los discursos de los gobiernos progresistas en Nuestra América y de las voces de los campesinos y campesinas que habían resistido a la ola neoliberal de los años noventa. Los años del progresismo en Paraguay pasaron y dejaron las mismas deudas relacionadas a la distribución de la tierra y del poder en el país. Sin embargo, la reforma agraria ligada a la lucha histórica por la tierra se fortaleció al interior de los movimientos campesinos paraguayos, primero como propuesta de resistencia a través de un intercambio de experiencias, diálogo de saberes y análisis colectivos, en convergencia con otros movimientos sociales nacionales y nuestroamericanos, así como también por el endurecimiento de las políticas neoliberales del Estado y del Mercado, enmascarados como grandes proyectos productivos y de modernización capitalistas, que expolían los territorios campesinos. La reforma agraria en la actualidad, se confirma en la resistencia cotidiana, pública y en las alianzas con otros actores, es decir, la reafirmación de los diversos sujetos articulados en los movimientos campesinos paraguayos con otras organizaciones de la sociedad civil, es la materialización de la lucha por la tierra y por la reforma agraria. Se trata de un proceso de resignificación política y cultural que los movimientos campesinos vienen haciendo de su experiencia de resistencia y de su forma de organización política. Partimos de la formación social del campesinado paraguayo y de su configuración territorial, de la mano de los autores del pensamiento crítico latinoamericano, para afirmar la presencia del pluriverso Guaraní en la actualidad y la vigencia del dominio colonial. Los nuevos rostros de los mismos antagonistas en los conflictos por la tierra y por el territorio. La invasión de los sojeros *brasiguayos* como herida neocolonial y la polifonía de voces y de sujetos en las resistencias campesinas pluriescales y multisociales por la reforma agraria. La amplitud de las reivindicaciones relacionadas a ésta propuesta, que va de la reforma agraria clásica del pasado a las actuales reformas agrarias integrales y populares de Nuestra América. En éste sentido, abordamos la pluridimensionalidad de la reforma agraria como justicia social: redistribución, reconocimiento y representación e incorporamos la dimensión territorial de la reforma agraria, en la búsqueda del “*Yvy Marane’y*” que es la “Tierra Sin Mal” de los guaraníes, analizados dentro territorios conquistamos en la lucha por la tierra como lo es el asentamiento Crescencio Gonzáles de la Federación Nacional Campesina-FNC. Este *tekoha* campesino paraguayo en movimiento enfrenta las contradicciones del *sistema mundo moderno colonial* en un espacio-tiempo-conflicto-resistencia que también albergan las acciones de resistencia como *comer, habitar, cuidar, curar y buen vivir*, lo que representa una resistencia integral por la autonomía, la soberanía alimentaria, la agroecología, las mujeres, los jóvenes, la naturaleza y por la vida en la Tierra.

Palabras clave: reforma agraria, movimientos campesinos, conflictos territoriales, resistencias campesinas, Tierra Sin Mal.

LISTA DE ILUSTRACIONES

FIGURA 1 - Debate Nacional por la Reforma Agraria y Contra el latifundio	31
FIGURA 2 - FNC, 25 Años de Luchas y Conquistas	33
FIGURA 3- Territorio Guaraní en Nuestra América	42
FIGURA 4 - Ñhanderu Nhamandu Tenondegua	45
FIGURA 5 - Mapa de División Departamental de Paraguay	53
FIGURA 6 - La invasión brasileña al Paraguay	64
FIGURA 7- Portada del Periódico Cabichuí	66
FIGURA 8 - Momentos importantes para acercarnos a la Reforma Agraria en Paraguay	71
FIGURA 9 - Invasión española a los guaraníes	76
FIGURA 10 - Carteles Resistencia Campesina	91
FIGURA 11- Industrias Forestales de 1945	92
FIGURA 12 - Territorialización de la soja en Paraguay: superficie cultivada en hás (2014-2015)	94
FIGURA 13 - Calendario Guaraní: la vida en ciclos	98
FIGURA 14 - Propiedades extranjeras adquiridas en el Paraguay oriental después de 1885	105
FIGURA 15 - Distribución departamental de las comunidades indígenas	110
FIGURA 16 - Comunidades indígenas con conflictos por la tierra	112
FIGURA 17 - Tercera Feria Nacional Indígena	113
FIGURA 18 - Convocatoria a la XXIII Marcha del Campesinado Pobre	121
FIGURA 19 - Llegada a la Plaza de Armas de la XXIII Marcha Campesina	121
FIGURA 20 - Resistencia del campesinado paraguayo	122
FIGURA 21 - Marcha por 25 años de la FNC	124
FIGURA 22 - Feria de Alimentos de la Chacra a la Mesa	125
FIGURA 23 - Repudio al Juicio de Curuguaty	127
FIGURA 24 - Criminalización del Campesinado Paraguayo	128

FIGURA 25 - Campamento de Resistencia Campesina por la Masacre de Curuguaty	129
FIGURA 26 - <i>Tekoha</i> de la Familia Maidana	135
FIGURA 27 - Imagen en textos brasileños sobre el Mariscal López durante la Guerra	141
FIGURA 28- Escenario de la Guerra Guasu	142
FIGURA 29 - Arroyo Pirapó. Itapúa 1991	151
FIGURA 30 - Transporte terrestre en Paraguay – 1954	152
FIGURA 31- Yerbales paraguayos que pasaron a manos argentinas y brasileñas después de 1870	155
FIGURA 32 - Propiedades de la Industrial Paraguaya- 1915	157
FIGURA 33 - Mensú cargando Yerba Mate	162
FIGURA 34 - La Constelación del Hombre Viejo	165
FIGURA 35 - Primeras invasiones en el Río de la Plata	166
FIGURA 36 - El <i>Tapé Avirú</i> de los Guaraníes	167
FIGURA 37 - Paraguay Agrario: Ciclos del control y extranjerización de la tierra en Paraguay (1870-2017).	176
FIGURA 38 - Regresión del territorio paraguayo desde 1524 hasta el 2016	177
FIGURA 39 - Entrega de certificados de adjudicaciones por el INDERT	179
FIGURA 40 - Líneas del tratado de Tordesillas (1494)	181
FIGURA 41 - Porcentaje de tierras en posesión de paraguayos por departamentos- 2008	185
FIGURA 42 - Porcentaje de tierras en posesión de brasileños por departamento - 2008	186
FIGURA 43 - Extranjerización de tierra en el Paraguay	188
FIGURA 44 - Colonias agrícolas extranjeras creadas desde 1870- 1962	190
FIGURA 45 - Distribución de tierra según tamaño de las fincas 2008 en hás	196
FIGURA 46 – Mapa de la concentración de la tierra en Paraguay – 1991	198
FIGURA 47 – Mapa de la concentración de la tierra en Paraguay -2008	199

FIGURA 48 - Integralidad y complementariedad de la RA demanda por la FNC	202
FIGURA 49 - Infraestructura vial y ciudades intermedias del Paraguay – 2017	205
FIGURA 50 - Resumen de la lucha por la tierra en Paraguay	209
FIGURA 51 - Cartografía colectiva de las luchas de los movimientos y las problemáticas sociales y ambientales	211
FIGURA 52 - La Reforma Agraria Cubana- 1959	215
FIGURA 53 - La Revolución Mexicana -1910.	217
FIGURA 54- La Reforma Agraria Chilena -1962	219
FIGURA 55 - Mujeres Salvadoreñas del FMLN	222
FIGURA 56 - Ejército de El Salvador en las Comunidades de Reforma Agraria	225
FIGURA 57 - Ejército de El Salvador en las Comunidades de Reforma Agraria	226
FIGURA 58 - La Reforma Agraria en Ecuador de 1964	229
FIGURA 59 - Debatiendo sobre el plan de tierras, Ecuador-2016	233
FIGURA 60 - La Reforma Agraria Peruana – 1964	235
FIGURA 61 - Tierras Comunitarias de Origen – Bolivia	237
FIGURA 62 - MST: Ocupación y expropiación de la <i>fazenda</i> Cuiabá, Sergipe - 1996	239
FIGURA 63 - Guatemala pide se cumplan los acuerdos de paz: uno de ellos la tierra -2017	245
FIGURA 64 - Marcha del MST. Brasilla- 2012	248
FIGURA 65 - Cartel de la Junta de Buen Gobierno – Zapatista	251
FIGURA 66 - Cartel de una Zona de Reserva Campesina – Colombia	255
FIGURA 67 - Promoción de la Agroecología en Brasil	258
FIGURA 68 - Disponibilidad de alimentos sanos y seguros	261
FIGURA 69 - Las mujeres como protagonistas de la lucha y resistencia	266
FIGURA 70 - Origen de los nombres de los países de Nuestra América	269
FIGURA 71 - Hugo Blanco, ayer y hoy	274
FIGURA 72 - Los colores del Wiphala, símbolo de lucha y resistencia andina por 500 años	276

FIGURA 73 - La Convergencia de los Movimientos en la VÍA CAMPESINA – Centroamérica	278
FIGURA 74 - El vuelo por el territorio de las Reformas Agrarias de Nuestra América	283
FIGURA 75 - Debate sobre la Lucha de las mujeres campesinas	292
FIGURA 76 - Marcha del campesinado y cooperativistas	296
FIGURA 77 - Articulación de varios movimientos sociales	297
FIGURA 78 - <i>Tekoha</i> del campesinado y cooperativistas	298
FIGURA 79 - Campaña sobre la importancia de la lucha campesina	302
FIGURA 80 - Monumento a Juan de Salazar en la Bahía de Asunción	303
FIGURA 81 - El <i>apyka</i> del campesinado y cooperativistas	305
FIGURA 82 - Debate sobre la juventud en Paraguay	308
FIGURA 83 - Primera ocupación de la FENAES - Colegio República Argentina	309
FIGURA 84 - Volante informativo sobre la JPP del partido PPP	310
FIGURA 85 - Jóvenes del asentamiento Crescencio González – FNC	311
FIGURA 86 - XXIV Marcha Campesina. Sin Reforma Agraria no habrá Paz	313
FIGURA 87 - Congreso Nacional sobre Reforma Agraria en Paraguay	318
FIGURA 88 - Recuperación de las Tierras Comunitarias de San Javier- San Ignacio	319
FIGURA 89 - Número de manifestaciones relacionadas a la lucha por la tierra y en la tierra en Paraguay (2010-2017)	320
FIGURA 90 - Manifestación del CDP frente al Palacio de Justicia, contra el Caso Curuguaty	321
FIGURA 91 - Feria de producción de la FNC	337
FIGURA 92- Movilizaciones contra la criminalización y judicialización de la Lucha campesina	338
FIGURA 93 - La Pluridimensionalidad de la Reforma Agraria	340
FIGURA 94 - Saludo al sol desde la cocina de Doña Ramona	353
FIGURA 95 - El <i>rora kyra</i> en el desayuno	354
FIGURA 96 - Visita y entrevista en CECTEC	356
FIGURA 97 - Espacio de encuentro y reuniones comunitarias	358

FIGURA 98 - El <i>ógapy</i> campesino-paraguayo	360
FIGURA 99 - Espacios naturales cercanos a la vivienda campesina	361
FIGURA 100 - La Chipa Paraguaya	362
FIGURA 101 - La cocción de alimentos en el <i>tatakuá</i>	363
FIGURA 102 - Molino para granos en el <i>ógaguy</i>	364
FIGURA 103 - Elaboración del queso Paraguay	365
FIGURA 104 - El <i>koty</i> campesino-paraguayo	365
FIGURA 105 - El <i>óga kulata jovái</i>	365
FIGURA 106 - El <i>ógajere</i> campesino-paraguayo	366
FIGURA 107 - El <i>yguyraguy</i> campesino-paraguayo	367
FIGURA 108 - El <i>yguyraguy</i> y el trabajo familiar	369
FIGURA 109 - El <i>kokué</i> y el <i>takware'ety</i> , campesino-paraguayo	370
FIGURA 110 - El sobrado campesino-paraguayo	371
FIGURA 111 - El pozo para el agua de consumo humano	371
FIGURA 112 - El <i>ykuá</i> y el <i>kambuchi</i>	372
FIGURA 113 - El piquete para ordeñe y sanitación animal	373
FIGURA 114 - El trabajo de conservación de la carne en el <i>yguyraguy</i>	373
FIGURA 115 - El <i>ka'aguy</i> campesino-paraguayo	374
FIGURA 116 - La recolección de plantas medicinales	376
FIGURA 117 - El cuidado de la alimentación de la familia	379
FIGURA 118 - La “Tallarizada” comunitaria	380
FIGURA 119 - El cuidado de los animales	381
FIGURA 120 - Los “Macateros” llegando al asentamiento	382
FIGURA 121 - El cuidado de la naturaleza	383
FIGURA 122 - El cuidado del <i>kokué</i> .	384
FIGURA 123 - <i>Vorí vorí</i> de gallina	388

FIGURA 124: <i>Tekoha</i> campesino paraguayo en resistencia y en movimiento	394
FIGURA 125 - Viajes de campo de la investigación	434

LISTA DE CUADROS

CUADRO 1 - Población indígena por ubicación departamental, según familia lingüística y pueblo – 2012	108
CUADRO 2 - Actividades en el marco del mes aniversario por los 25 años de la FNC	124
CUADRO 3 - Oposición entre el mundo moderno y el indígena en la economía	170
CUADRO 4 - Oposición entre el mundo moderno y el indígena en la política	170
CUADRO 5 - Oposición entre el mundo moderno y el indígena en la sociedad	171
CUADRO 6 - Oposición entre el mundo moderno y el indígena en el ambiente	171
CUADRO 7 - Oposición entre el mundo moderno y el indígena en la arquitectura	172
CUADRO 8 - Oposición entre el mundo moderno y el indígena en la religión y filosofía	172
CUADRO 9 - Mayores propietarios de tierras en Paraguay- 2016	174
CUADRO 10 - Cantidad, superficie, variación de fincas agropecuarias entre 1991 y 2008	197
CUADRO 11 - Estimación de la inversión e implementación de la RA en Paraguay	207
CUADRO 12 - El Banco Mundial y la “Reforma Agraria asistida por el mercado”	243
CUADRO 13 - Bidimensionalidad de la Redistribución y Reconocimiento en Paraguay	328

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva	BR
ACA	Asociación Campesina Armada	PY
AHPROCAFÉ	Asociación Hondureña de Productores de Café	HN
ANAPA	Asociación Nacional de Productores Agropecuarios	PY
ANR	Asociación Nacional Republicana (partido colorado)	PY
APC	Alianza Patriótica para el Cambio	PY
APP	Alianza Pública Privada	PY
APS	Asociación de Productores de Soja	PY
AR	Argentina	
ASAGRAPA	Asociación de Agricultores de Alto Paraná	PY
BASE IS	BASE Investigaciones Sociales	PY
BNF	Banco Nacional de Fomento	PY
BO	Bolivia	
BR	Brasil	
CAN	Censo Agropecuario Nacional	PY
CAPECO	Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas -	PY
CAPES -BR	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior	BR
CAPPRO	Cámara Paraguaya de Procesadores de Oleaginosas y Cereales	PY
CCP	Confederación Campesina del Perú	PE
CDP	Congreso Democrático del Pueblo	PY
CECTEC	Centro de Capacitación y Tecnología Campesina	PY
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y el Caribe	LA
CEPRA	Coordinadora Ejecutiva para la Reforma Agraria	PY
CERI	Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios	PY
CHMC	Confederación Hondureña de Mujeres Campesinas	HN
CIDA	Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola	
CIDH	Comisión Interamericana de Derechos Humanos	PY

CIPAE	Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencias	PY
CL	Chile	
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	LA
CLOC	Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones Campesinas	NA
CNC	Consejo Nacional Campesino	HN
CNI	Coordinadora Nacional Intersectorial	PY
CNOC	Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas	GT
CO	Colombia	
COCOCH	Consejo Coordinador de Organizaciones Campesinas de Honduras	HN
CODEHUPY	Coordinadora de los Derechos Humanos del Paraguay	PY
CONAIE	Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador	EC
CONAMURI	Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas -	PY
CONAPA	Coordinadora Nacional de Productores Agrícolas	PY
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas	BR
CPT	Comisión Pastoral de la Tierra	BR
CU	Cuba	
CUT	Central Única de Trabajadores	BR
DATALUTA	Banco de Dados de Luta pela Terra	BR
DCEA	Dirección de Censos y Estadísticas Agropecuarias-	PY
DGEEC	Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos	PY
DRI	Fondo de Cofinanciación para la Inversión Rural	CO
DTC	Departamento de Tierras y Colonias	PY
DTR	Desarrollo Territorial Rural	
EC	Ecuador	
ENCONTTRA	Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra	BR
EPP	Ejército del Pueblo Paraguayo	PY
FAES	Fuerza Armada de El Salvador	SV
FAO	Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y Agricultura	
FAR	Fuerzas Armadas Revolucionarios	CO

FARC-EP	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia- Ejército del Pueblo-	CO
FCA	Facultad de Ciencias Agrarias	PY
FENAES	Federación Nacional de Estudiantes Secundarios	PY
FG	Frente Guasu	PY
FMLN	Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional	SV
FNC	Federación Nacional Campesina	PY
FNRP	Frente Nacional de Resistencia Popular	HN
FSLN	Frente Sandinista de Liberación Nacional	NI
FTC	Fuerzas de Tareas Conjuntas	PY
GT	Guatemala	
HN	Honduras	
IALA GUARANI	Instituto Agroecológico Latinoamericano	PY
IBR	Instituto de Bienestar Rural	PY
IDEA	Instituto de Derecho Ambiental	PY
IERAC	Instituto Ecuatoriano de Reforma Agraria y Colonización	EC
IIRSA	Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana	
ILV	Instituto Lingüístico de Verano	EC
INA	Instituto Nacional Agrario	HN
INAT	Instituto Nacional de Adecuación de Tierras	CO
INCODERT	Instituto Colombiano de Desarrollo Rural	CO
INCORA	Instituto Colombiano de la Reforma Agraria	CO
INDERT	Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra	PY
INDI	Instituto Paraguayo del Indígena	PY
INPA	Instituto Nacional de Pesca y Acuicultura	CO
IPA	Instituto Paraguayo de Artesanía	PY
IPTA	Instituto Paraguayo de Tecnología Agraria	PY
IRA	Instituto de Reforma Agraria	PY
ISI	Industrialización por Sustitución de Importaciones	LA
ISTA	Instituto Salvadoreño de Transformación Agraria	SV

IVA	Impuesto al Valor Agregado	
JPP	Juventud Paraguay Pyahurã	PY
LA	Latinoamérica	
LAC	Ligas Agrarias Cristianas	PY
LIPSA	La Industrial Paraguaya	PY
LNC	Liga Nacional de Carperos	PY
MAG	Ministerio de Agricultura y Ganadería	PY
MAONIC	Movimiento de Productoras y Productores Agroecológico y Orgánico	NI
MAS	Movimiento al Socialismo	BO
MCNOC	Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas	PY
MCP	Movimiento Campesino Paraguayo	PY
MERCOSUR	Mercado Común del Sur	LA
MICSP	Movimiento Indígena, Campesino, Sindical y Popular	GT
MRT	Movimiento Regional por la Tierra	NA
MRT	Movimiento Regional por la Tierra	NA
MST	Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra de Brasil	BR
MX	México	
NA	Nuestra América	
NCPE	Nueva Constitución Política del Estado	BO
NI	Nicaragua	
OCRC	Organización Campesina Regional de Concepción	PY
OLT	Organización de Lucha por la Tierra	PY
ONAI	Organización Nacional de Aborígenes Independientes	PY
ONG	Organización No Gubernamental	
ORPA	Organización del Pueblo en Armas	GT
OTEP-SN	Organización de Trabajadores de la Educación del Paraguay Sindicato Nacional	PY
PCAC	Programa de Campesino a Campesino	NI
PCL	Pensamiento Crítico Latinoamericano	NA
PCP	Partido Comunista Paraguayo	PY

PGT	Partido Guatemalteco del Trabajo	GT
PIB	Producto Interno Bruto	
PLRA	Partido Liberal Radical Auténtico	PY
PMAS	Partido del Movimiento al Socialismo	PY
PNUD	Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo	
PPGG	Programa de Postgraducación en Geografía/ UFPR	BR
PPP	Partido Paraguay Pyahurã	PY
PT	Partido de los Trabajadores	BR
PY	Paraguay	
RA	Reforma Agraria	
SAIS	Sociedades Agrícolas de Interés Social	PE
SEIJA	Servicio Jurídico Integral para el Desarrollo Agrario	PY
SENAVE	Servicio Nacional de Calidad y Sanidad Vegetal y de Semillas	PE
SIGEST	Sistema Integrado de Gestión para el Desarrollo Agrario y Rural del MAG	PY
SIRT	Sistema de Información de Recursos de la Tierra	PY
SL	Sendero Luminoso	PE
STP	Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social	PY
SV	El Salvador	
TCL	Tratado de Libre Comercio	
TCO	Tierras Comunitarias de Origen	BO
UCA	Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción	PY
UFPR	Universidade Federal do Paraná	BR
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	BR
UGP	Unión de Gremios de la Producción	PY
UNA	Universidad Nacional de Asunción	PR
UNAG	Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos	NI
URNG	Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca	GT
USA	United States of America	

USAID	Agencia de los Estados Unidos para el Desarrollo Internacional	USA
USD	United States Dolar	USA
ZRC	Zonas de Reserva Campesina	CO

LISTA DE ABREVIATURAS

Gt	Grupo de Trabajo
há	hectárea
hás	hectáreas
ibid.	en la misma obra
Ltda.	Limitada.
loc. cit.	lugar citado
op. cit.	obra citada
p.	página
RR	Roundup Ready, (resistencia al roundup -herbicida de Monsanto)
RV	Revolución Verde
TMH	Tierras Malhabidas

SUMARIO

INTRODUCCIÓN.....	24
PRETEXTO	40
LAS TIERRAS DEL COLIBRÍ.....	40
CAPÍTULO I	72
1 EL <i>TEKOKA</i> CAMPESINO - PARAGUAYO.....	72
1.1 LA (IN) FORMACIÓN DEL CAMPESINADO PARAGUAYO	79
1.2 LA CONFIGURACIÓN DEL <i>TEKOKA</i> CAMPESINADO PARAGUAYO.....	87
1.3 LA DIVERSIDAD DE SUJETOS Y CONTRADICCIONES EN EL CAMPO PARAGUAYO	97
1.3.1 Empresarios del agronegocio.....	99
1.3.2 Narcos.....	100
1.3.3 Carperos.....	102
1.3.4 Indígenas.....	107
1.3.5 Guerrilla.....	114
1.4 LA ACTUALIDAD DE MOVIMIENTOS CAMPESINOS PARAGUAYOS	117
CAPITULO II.....	137
2 CAMPESINADO <i>SAPUKÁI</i> : LA LUCHA POR LA TIERRA EN PARAGUAY	137
2.1 DISCUSIONES SOBRE EL ORIGEN DE LA LUCHA POR LA TIERRA EN PARAGUAY	139
2.1.1 La Guerra Guasu como matriz de la cuestión agraria en Paraguay.....	140
2.1.2 La invasión europea como herida colonial del <i>tekoka</i> campesino paraguayo.....	165
2.1.3 La invasión brasileña como herida neocolonial del <i>tekoka</i> campesino paraguayo	180
2.2 LA PERSISTENCIA ACTUAL DE LA REFORMA AGRARIA EN PARAGUAY	189
2.2.1 La demanda de la reforma agraria de los movimientos campesinos	192
CAPÍTULO III	210
3 ¿DE QUÉ REFORMAS AGRARIAS ESTAMOS HABLANDO EN NUESTRA AMÉRICA?.....	210
3.1 GENERALIDADES DE LAS REFORMAS AGRARIAS (RE Y CONTRA) DISTRIBUTIVA EN NUESTRA AMÉRICA	213
3.1.1 La reforma agraria vía Estado, como propuesta de modernización y control	216
3.1.2 La reforma agraria vía Mercado, como contrarreforma de expoliación neoliberal	242
3.2 LAS EXPERIENCIAS, PROPUESTAS Y DIÁLOGOS DE REFORMAS AGRARIAS DE LOS MOVIMIENTOS CAMPESINOS NUESTROAMERICANOS.....	249

3.2.1 La reforma agraria y el autogobierno	250
3.2.2 La reforma agraria y la agricultura	257
3.2.3 La reforma agraria y la alimentación.....	262
3.2.4 La reforma agraria y las mujeres	264
3.2.5 La reforma agraria y la invasión.....	268
3.2.6 La reforma agraria y la convergencia.....	276
CAPÍTULO IV.....	284
4 LA PLURIDIMENSIONALIDAD DE LA REFORMA AGRARIA: LOS SUJETOS, LAS RESISTENCIAS Y LA JUSTICIA SOCIAL.....	284
4.1 LA POLIFONÍA DE VOCES Y SUJETOS EN RESISTENCIA POR LA REFORMA AGRARIA EN PARAGUAY	284
4.2 LA PLURIDIMENSIONALIDAD DE LA REFORMA AGRARIA COMO JUSTICIA SOCIAL: REDISTRIBUCIÓN, RECONOCIMIENTO Y REPRESENTACIÓN.	323
CAPÍTULO V	341
5 LA DESCOLONIZACIÓN DEL TERRITORIO DE LA REFORMA AGRARIA EN PARAGUAY	341
5.1 DE LA TIERRA AL <i>TEKOHA</i> CAMPESINO-PARAGUAYO EN LA BÚSQUEDA DEL <i>YVY MARANE'Y</i>	344
5.2 LA (RE) CONFIGURACIÓN DEL <i>TEKOHA</i> CAMPESINO- PARAGUAYO EN RESISTENCIA Y EN MOVIMIENTO	352
5.2.1 Karu Porã (Buena alimentación)	353
5.2.2 Ñande Reko (Nuestro modo de ser/estar).....	357
5.2.3 Ñane Resãi (Somos saludables).....	375
5.2.4 Ñangareko (Cuidado)	377
5.2.5 Teko Porã (Buen Vivir)	385
TIEMPO DE CONCLUSIONES	395
REFERENCIAS	402
ANEXO.....	434

INTRODUCCIÓN

Esta es una invitación para que conozcas más sobre el Paraguay y los conflictos relacionados con la lucha por la tierra, la reforma agraria y la resistencia campesina ante los despojos e injusticias en el campo, con los protagonistas de siempre y los antagonistas de ahora, un pequeño viaje por el tiempo y el espacio en el corazón del sur del *AbyaYala*¹ – Nuestra América².

¿Cómo se originó la propuesta de la investigación? Durante el año 2010 en tiempos del Gobierno de Fernando Lugo Méndez (2008-2012), después de la victoria de la Alianza Patriótica para el Cambio- APC y la alternancia política del Partido Colorado que gobernó 61 años el país, nacía una gran esperanza popular y una necesidad de abordar el tema de la

¹ Como forma de resistencia para la deconstrucción del nombre dado por los europeos a las tierras “invadidas” en 1492, hoy en día los movimientos indígenas de todo el continente proponen el nombre de *Abya Yala*, que en la lengua del pueblo Kuna (Colombia y Panamá) significa “tierra madura”, “tierra viva” o “tierra en florecimiento” y se lo utiliza en contraposición del nombre América Latina (MIGNOLO, 2007, p. 47).

² La historia de los nombres del continente, requiere un grado de conciencia histórica y analizar qué quisieron decir con las expresiones "América Latina" y "Nuestra América", O’Gorman afirma que la idea de América fue "inventada" por Europa, pero lo fue en un proceso histórico de dominación, sobre la base de horizontes de comprensión que no podían ser "americanos" y que respondían a objetivos muy precisos de los sucesivos imperios mundiales, sostenidos y organizados por las viejas aristocracias y las burguesías, que se consideraron a sí mismas como lo europeo por excelencia. Así “América Latina” fue una construcción histórica -cultural, pensada desde Europa. En este sentido no incluía a los habitantes del continente, por lo que era necesario pensar en un “nosotros- ponernos a nosotros mismos como valiosos”, de “nuestro modo de ser”, “nuestra identidad”. Entonces, la primera expresión se encuentra enunciada textualmente como “Nuestra América”, en el célebre artículo de José Martí, aparecido en México en 1891, como también años más tarde, es título del libro de Carlos Octavio Bunge, *Nuestra América*, de 1903. El punto de partida de "lo nuestro" es la "diversidad". A ella Martí la denomina "lo que es". Al mismo tiempo, también es punto de partida la "unidad" que no sea extraña a "lo que es" y ¿qué somos? ¿Qué es "lo nuestro"? Somos "el potro del llanero", "la sangre cuajada del indio", el "país", "el estandarte de la virgen de Guadalupe", "las comarcas burdas y singulares de nuestra América mestiza", "el alma de la tierra". Pero también esta América nuestra es "el libro importado", "los hábitos monárquicos", "la razón universitaria", "las capitales de corbatín", "los redentores bibliógenos", "la universidad europea". Este segundo aspecto de lo "nuestro" es aquel de donde ha salido la enunciación de un "nosotros" ocultante del "nosotros". Es el de los que han caído en un "olvido", Mundo conflictivo el de "nuestra América", surcado de antagonismos: "la ciudad contra el campo", "la razón contra el crial", "el libro contra la lanza", "las castas urbanas contra la nación natural", "el indio mudo, el blanco locuaz y parlante", "el campesino, la ciudad desdenosa", en resumen y con las mismas textuales palabras de José Martí "los oprimidos y los opresores". Eso es "lo nuestro". De esta manera, lo "nuestro" de "nuestra América" se presenta bajo una doble faz: es un presente, un ser, lo dado como diversidad y más aún, como diversidad caótica; pero también es lo "nuestro" un proyecto y una posibilidad en cuanto que el secreto mismo de las razas nos asegura una unidad futura, que de alguna manera habrá que probar que ya se encuentra, por lo menos en principio, en medio de aquel caos. El problema consiste, dicho con otras palabras, en pasar de una "heterogeneidad" a una "homogeneidad", partiendo del principio de que dentro de lo diverso existe algún elemento que no se muestra como factor de caos o de disociación sino todo lo contrario por lo que la unidad depende de las posibilidades y suerte de ese elemento salvador (ROIG, 1981, p. 14).

reforma agraria también desde la academia para motivar el debate nacional e internacional, pues había sido promesa de campaña electoral del entonces *obispo de los pobres*, generando mucha expectativa. En ese sentido, llamó nuestra atención, la mía y la de mi profesor, Victor Bretón Solo de Zaldívar dentro de la Maestría sobre Desarrollo y Cooperación Internacional de la Universidad de Lleida- Catalunya, España (2009-2010) donde realizamos las primeras aproximaciones sobre la reforma agraria vía Estado. En aquel momento, creíamos que el Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra –INDERT podría liderar este proceso en el Paraguay. Regresé a Paraguay y en febrero de 2011 inicié mi trabajo en el IPTA – Instituto Paraguayo de Tecnología Agraria³ con la propuesta fortalecer la investigación agraria dentro el Estado, desde el gobierno de la alternancia política.

Lamentablemente el 15 de junio de 2012, sentimos la *Masacre de Curuguaty*; donde murieron 11 campesinos y 6 policías en el distrito de Curuguaty, departamento de Canindeyu dentro de las tierras conocidas como Marina Kué (1.748 hectáreas) en conflicto con la empresa Campos Morombi (75.000 hectáreas) del ex -senador del Partido Colorado, Blas N. Riquelme, ligado a la dictadura stronista (1954-1989). Denunciadas por los movimientos sociales como “*tierras malhabidas*”, o sea, tierras destinadas para las familias campesinas apropiadas por otras personas ligadas al poder de la dictadura sin ser sujetos de la reforma agraria. La *Masacre de Curuguaty* originó el juicio político a Fernando Lugo el 22 de junio de 2012 y desvendó nuestra frágil democracia y los mismos conflictos de siglos⁴, como la usurpación de las tierras públicas por los grupos de poder, anulando un proceso que parecía volcarse hacia los sectores populares, principalmente la clase campesina, y que acabó con la destitución del presidente Lugo. Estábamos convencidos en aquel momento que la lucha por la tierra seguía vigente y la estructura agraria desigual se resistía a cambiar (0.93 de índice de Gini) hasta el punto de interrumpir un mandato presidencial.

³ En el año 2010 fue promulgada la Ley 3788/10 que creó el Instituto Paraguayo de Tecnología Agraria- IPTA. Paraguay fue el último país de la región del Cono Sur en tener un instituto nacional de investigación agraria. El Ministerio de Agricultura y Ganadería- MAG realizaba investigaciones desde el Vice Ministerio de Agricultura y el Vice Ministerio de Ganadería, con el IPTA se incorporaba la posibilidad de realizar investigaciones forestales, ambientales y sociales relacionadas al campo paraguayo.

⁴ Un análisis detallado de este proceso se encuentra en el libro “Sociedad y Estado. Sociología de la democratización” de Luis Ortiz (2014).

En ese momento, el Partido Colorado retomó rápido las riendas del Gobierno Nacional con la llegada del *Nuevo Rumbo*⁵ del presidente electo Horacio Cartes (2013-2018) y para mi sorpresa fui desvinculada del IPTA en setiembre del 2013. Forzada a cambiar mi *tekoha*⁶ en Paraguay migré *hacia la altura* como diría Maneco Galeano, cantautor paraguayo, que en su música *Soy de la Chacarita*, dedicada a los ribereños del río Paraguay que abandonan sus casas en tiempo de inundaciones. En mi caso tuve la oportunidad de viajar a Curitiba- Paraná/ Brasil y realizar este Doctorado en Geografía (2014-2018) dentro de la Universidad Federal del Paraná.

La llegada a Brasil no fue fácil, ya que incluía una serie de decisiones, papeles, documentos, cartas, firmas, recomendaciones, propuestas, pruebas, exámenes, entrevistas, visitas a instituciones, consulados, Policía Federal, una comunicación rápida, correo electrónico, internet y toda la red de emociones y sueños que involucran lo que Marshall Berman (1986) llamaba "modernidad". En su trabajo, este autor describió la *vorágine moderna* que se basa en varios procesos como: i) los grandes descubrimientos en las ciencias físicas; ii) la industrialización de la producción, que transforma el conocimiento científico en tecnología, crea nuevos medios humanos y destruye los viejos, acelera el ritmo de la vida; iii) nuevas formas de poder jurídico y lucha de clases; iv) trastornos demográficos, que separan a millones de personas de sus ancestrales hábitats, arrojándolas violentamente por el mundo en busca de nuevas vidas; v) rápido crecimiento urbano, vi) estados nacionales cada vez más poderosos, que se estructuran y operan burocráticamente y se esfuerzan constantemente por extender sus dominios; vii) movimientos sociales masivos de la gente y de los pueblos, que desafían a sus gobernantes políticos y económicos, intentando ganar algún control sobre sus vidas; ; viii) sistemas de comunicación masivos, dinámicos en su desarrollo, que envuelven y unen a las sociedades y las gentes más diversas; ix) un mercado mundial capitalista siempre en desarrollo y drásticamente variable, que reúne a toda esa gente e instituciones (BERMAN, 1986, p. 16).

⁵ Nuevo Rumbo para el Paraguay: emblema publicitario electoral de Horacio Cartes en las elecciones presidenciales de abril de 2013.

⁶ Territorio de los guaraníes: Una superficie terrestre se vuelve territorio en la medida en que los lugares físicos ocupados se vuelven lugar de relaciones humanas, de cultura e imaginarios propios ...es el lugar donde somos lo que somos y queremos seguir siendo; es una cultura diferente de otra (MELÍA, 2015, p. 5).

Y así, ante esta *vorágine moderna* llegué a Curitiba en el caluroso verano de 2014. Miraba una ciudad vertical con edificios de 20, 30 y 40 pisos, el transporte público, las universidades, las escuelas, en medio de la expectativa de la Copa Mundial de Fútbol (FIFA) y de manifestaciones contra el gobierno, huelgas de diversos sectores de la sociedad. Y todo ello con el énfasis del curso político para la renovación de las autoridades en las elecciones generales en Brasil. Sin duda, parecía estar frente a un proyecto de modernización exitoso; un proceso social e histórico que se ha ido acumulando en el vórtice de la vida moderna, totalmente diferente en sus dimensiones y tempos, pero similar en algunas características ocurridas también en Paraguay, como veremos más adelante.

La idea de los paraguayos como tradicionales, como atrasados, pobres y corruptos llegaron rápido para mí en esa nueva vida curitibana. Era común escuchar a través de los medios de comunicación de Brasil, que cuando mencionaban a Paraguay era para ofrecer noticias de asaltos, contrabando, drogas, tráfico de automóviles, piratería y una serie de eventos criminales en relación con su pueblo o con su Estado, donde alegaban que el problema era la corrupción y la pobreza. En el campo del deporte se comparaba a un equipo de fútbol, como el *Parana Clube*, que no llegaba nunca a un título importante con la expresión de “*cavalo paraguaio*” o caballo paraguayo, que no gana ninguna carrera. Añadidos a esta lista de desagradables expresiones y sucesos aparecieron los llamados campesinos y campesinas sin tierra e los indígenas guaraníes paraguayos, todos de mala reputación, poniendo en peligro las acciones de seguridad en la región de frontera, la soberanía nacional brasileña y el respeto a la propiedad privada. Un constante conflicto con el agronegocio, principalmente con productores de soja a ambos lados de la frontera, que poblaba las noticias y el imaginario.

Marshall Berman (1986), describió claramente este complejo conjunto de fuerzas “modernas” que nos ayudó a realizar las primeras aproximaciones sobre los sujetos, las escalas y los discursos que intervienen en nuestro interés de investigación sobre el campo, la reforma agraria y las resistencias en el Paraguay.

La modernización del campo en Nuestra América tuvo i) su *vertiente académica*, con la teoría de la modernización y, ii) su *vertiente técnica*, con la construcción de represas, ampliación de la frontera agrícola, la revolución verde y la reforma agraria. En este contexto los gobiernos de Paraguay y Brasil firmaron 1973 el Tratado de Itaipú. Sin ser discutido por el

pueblo paraguayo se creó la Itaipú Binacional para la construcción de una represa sobre del río Paraná. Brasil ocupó militarmente el Salto del Guairá (Paraguay) y con la inundación de miles de hectáreas de territorios indígenas y campesinos y campesinas incluido el Salto de 7 Caídas, que era considerado lugar sagrado para los guaraníes, impidió el trazado de una línea de frontera, con las inundaciones de las tierras fronterizas, actual lago de la Represa de Itaipú no fue necesario seguir disputando los límites de frontera política entre Brasil y Paraguay. Además, se y aseguró la generación de energía eléctrica en nombre del “progreso”, para la industrialización en tiempos modernos. Teóricamente la empresa es binacional con derecho al 50 % de la producción para cada país, pero al no utilizar toda su energía, el Paraguay está obligado a ceder su excedente al Brasil, recibiendo a cambio una compensación monetaria basada en criterios arbitrarios hasta el año 2023, en que será renegociado el Tratado de Itaipú (VUYK, 2014, p. 60).

Ante esta experiencia injusta, moderna y caótica ser parte del Colectivo *ENCONTTRA*, *Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra*, calmó el torbellino y fue donde desconstruimos la realidad con muchas preguntas y reconstruimos algunas certezas:

Soy mujer paraguaya, ecóloga humana, caminante de Nuestra América, comprometida con un *AbyaYala* sin barreras políticas, ideológicas ni económicas que nos separen, donde la selva sea nuestro techo compartido, la tierra sea el abrigo de nuestra diversidad, la agricultura milenaria provea el pan de nuestras mesas y los ríos sean las venas que nutran nuestra cultura. Mi preocupación ante las desigualdades por la tierra me ENCONTTRA en un nuevo viaje hacia el Este de mi país, compartiendo el *Tape Aviru* (camino indígena, *caminho do peabiru*), la yerba mate de los guaraníes, en búsqueda de nuestra historia común desde la Geografía con la convicción absoluta de poder llegar algún día al Yvyamarane’y, la Tierra Sin Mal. (Presentación de la autora en el blog del COLETIVO ENCONTTRA, 2015)

En esta caminata me encontré con otros colegas, con quienes compartimos preguntas, lecturas, prácticas, con metodologías en común y otras diferentes, pero con respeto y cuidado uno del otro, entre risas, cafecitos, rondas de mate, tortas, galletitas, naranjas, bananas, mandarinas y maní, con la orientación de Jorge Ramón Montenegro Gómez, comprometido con el pensamiento crítico latinoamericano, que aceptó el desafío de realizar conmigo este viaje (e incluso llegó hasta tierras paraguayas para un trabajo de campo en el invierno de 2016). Además tuve la presencia y experiencias de Ângela Katuta y Willian Simões en la realización de seminarios temáticos que me facilitaron otros modos de acercarnos a la realidad, nuevos sentidos, saberes y miradas que cambiaron el enfoque de mi preocupación inicial, centrada en la institucionalidad de la reforma agraria y enfocada en el INDERT, para

la realización de la reforma agraria, los movimientos campesinos y las resistencias en el Paraguay.

Fueron realizados varios viajes para el trabajo de campo en el Paraguay (ver Anexo), con la grata compañía de otras personas que me ayudaron a acercarnos juntos a la realidad, a tomar fotografías, a realizar grabaciones donde creíamos oportuno y nos daban su consentimiento y reflexionar en un dialogo de saberes, intercambio de experiencias y análisis conjunto. Con Margarita Miró (2014), Selva Mercado (2015), Juan García Miró, Jorge Montenegro (2016) y Miguel Florentín (2017). Durante el año 2014 visitamos las oficinas del INDERT en Asunción y cuatro Departamentos; las Secretarías de Agricultura de las Gobernaciones de Guairá, Alto Paraná, Canindeyú y San Pedro, además de realizar entrevistas a funcionarios institucionales, conversamos con campesinos y campesinas, comerciantes y productores de la región. Durante el 2015 participamos del *Debate Nacional sobre el Latifundio y la Reforma Agraria*, 23 días de marchas y debates en Asunción, organizado por la Federación Nacional Campesina- FNC y fuimos para conocer las colonias antiguas del Instituto de Bienestar Rural- IBR formadas en las décadas de los sesenta y setenta en los departamentos de Paraguarí, Guairá, Caaguazú y San Pedro. Realizamos visitas y observación documental en las bibliotecas: central, agrarias, letras, ciencias de la tierra y en el acervo del Colectivo ENCONTTRA de la Universidad Federal do Paraná- UFPR, también de la Biblioteca Pública de Curitiba y la Biblioteca del Memorial Árabe. En estas bibliotecas de Curitiba encontramos materiales relacionados a los conflictos de frontera y principalmente sobre la Guerra de la Triple Alianza (1865-1870), además visitamos la biblioteca y realizamos entrevistas en el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra de Brasil- MST/ de Curitiba-Paraná.

Durante el 2016 acompañamos la *XXIII Marcha Nacional del Campesinado Pobre* que es una movilización nacional anual que convoca a varios sectores sociales, principalmente campesinos y campesinas para colocar en las calles de la capital Asunción, en los medios de comunicación, en la agenda pública y política su gran bandera de lucha: La reforma agraria. Fuimos invitados a las actividades conmemorativas por los *25 años de Luchas y Conquistas de la FNC* y también participamos de la *Movilización del campesinado organizado* de la Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas- MCNOC y cooperativistas en alianza con varias organizaciones sociales, obreras, sindicales y estudiantiles del país, quienes permanecieron durante 5 semanas acampados frente al Congreso Nacional en busca de sus

reivindicaciones. Allí realizamos observaciones, entrevistas, conversaciones con campesinos, campesinas, estudiantes y cooperativistas de varios departamentos del país (Alto Paraná, Canindeyú, San Pedro, Itapúa, Caazapá, Caaguazú, Paraguari, Guairá, Cordillera, Caaguazú), Visitamos y realizamos observación documental dentro del Archivo del Terror (correspondiente a la dictadura militar 1954-1989), además participamos de *la Feria Nacional de Pueblos Indígenas del Paraguay* donde dialogamos con líderes políticos y espirituales – caciques y shamanes de Canindeyú, Caaguazú y el Chaco. Visitamos el campo experimental de Tomás Romero Pereira del IPTA, además del Centro de Capacitación y Tecnología Campesina, que es una escuela campesina de agroecología- CECTEC y la visita a la Familia Maidana donde se realiza anualmente la *Feria Campesina de Semillas Nativas* en Itapúa. Posteriormente, llegamos al *Campamento de Resistencia por la Masacre de Curuguaty*, donde participamos de la lectura de la sentencia judicial a 11 campesinos y campesinas desde la Plaza de la Justicia en Asunción, conocimos la oficina de la Federación Nacional Campesina en Cruce Liberación, Departamento de San Pedro y conseguimos llegar al Asentamiento Crescencio González, Departamento de Canindeyú. Poder realizar parte de nuestro trabajo de campo en Crescencio González fue un logro para nosotros, ya que los dirigentes de la FNC no nos conocían y era importante construir una relación de confianza, además que el territorio se encuentra en conflicto permanente con el agronegocio y con el narcotráfico, que en 2014 asesinó a Pablo Medina, el corresponsal del diario ABC Color. Al salir del asentamiento Crescencio González, el periodista fue emboscado por unos sicarios que acabaron con su vida y la de su asistente Antonia Almada. Medina acostumbraba a denunciar en sus reportes periodísticos los conflictos por las fumigaciones con agrotóxicos en la zona y el tráfico de drogas.

Durante el 2017 participamos de la *XXIV Marcha Nacional del Campesinado Pobre “Sin Reforma Agraria no habrá paz”* en el otoño y las actividades por los festejos de los *26 años de Luchas y Conquistas de la FNC* durante el invierno realizadas en Asunción. Realizamos visitas y observación documental en las bibliotecas del Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios- CERI, BASE Investigaciones Sociales - BASE IS, Instituto de Ciencias Sociales – ICSO, el Instituto Antropológico Andrés Barbero, la Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción- UCA, la biblioteca central de Universidad Nacional de Asunción- UNA y de la Facultad de Ciencias Agrarias- FCA. En todos los lugares realizamos varias entrevistas con profesores e investigadores de los institutos de investigación, que nos facilitaron materiales, libros, referencias de trabajos, textos, análisis de coyuntura y sobre todo

nos relacionaron con los principales líderes y lideresas de los movimientos campesinos paraguayos. La revisión hemerográfica fue principalmente de los periódicos ABC Color, Última Hora, La Nación, 5 días, E' a de Asunción- PY, Vanguardia de Ciudad del Este- PY y *Gazeta do Povo* de Curitiba- BR. La investigación incluyó algunas reflexiones y acontecimientos ocurridos hasta marzo de 2018, momento de la defensa pública de la tesis.

Para iniciar nuestro recorrido, recordamos el caluroso verano de 2015 asunceño cuando participamos del *Debate Nacional sobre el Latifundio y la Reforma Agraria: por la conquista de una 2da independencia*, organizada por la Federación Nacional Campesina; que es un referente de la lucha por la tierra en Paraguay por su posicionamiento ante el sistema capitalista e imperialista. Su método de lucha son las ocupaciones, la formación política, con denuncias, movilizaciones contra la utilización de agrotóxicos, contra el modelo agroexportador, contra la producción de soja transgénica, de drogas, contra la narcopolítica, el terrorismo de Estado y contra la privatización del país. Realizan alianzas con otras organizaciones, propuestas de leyes, participación en los espacios de formación y acción nacional e internacional como la Vía Campesina. Sabíamos que iniciábamos un nuevo camino para acercarnos a la realidad de la lucha por la tierra, la reforma agraria y las resistencias campesinas.

FIGURA 1 - DABATE NACIONAL POR LA REFORMA AGRARIA Y CONTRA EL LATIFUNDIO.



FUENTE: Nuestra fotografía, verano de 2015

En el *Debate Nacional sobre Reforma Agraria y contra el Latifundio*, la Mesa principal estuvo conformada por Luis Rojas (BASE IS), Teodolina Villalba (FNC), Emos Rodríguez (PARAGUAY PYAHURA) y Víctor Imas (CADEP) en la Plaza de Armas de Asunción. Este debate fue un hito importante para la investigación porque nos presentó

nuevos elementos de análisis: i) el tipo de Reforma Agraria del que estamos hablando, ii) el rol de los jóvenes, iii) la importancia de la familia y los antepasados, iv) el liderazgo de las mujeres, v) la centralidad de la naturaleza, la cultura y la vida, vi) el protagonismo de varios movimientos sociales, no solamente campesinos, y otros elementos que planteaban que es más que un programa de reforma agraria convencional o clásico de los años sesenta del IBR, actual INDERT, focalizado solamente en la habilitación de colonias agrícolas y la compra de 10 hectáreas de tierra, pero ¿por qué no estaba el INDERT presente en tan importante debate, nos preguntamos? y la realidad nos respondió: “*la ausencia también habla*”. Tomás Palau (2008) ya lo había dicho:

Es poco o mucho lo que se puede decir de reforma agraria en Paraguay, poco en el sentido de lo avanzado; prácticamente nada, la oligarquía nativa no ha dejado resquicios para que se pueda avanzar tanto en el punto de vista administrativo, legislativo y judicial. Han sido puras obstrucciones a un proceso de otorgamiento de tierras a más de 200 mil familias campesinas existentes, y de asistencia casi a mil asentamientos repartidos en todas las zonas. Ya que la reforma agraria tiene un componente tierra y de infraestructura productiva y comunitaria, y un componente de servicios productivos que han sido otorgados a cuenta gotas y en materia de infraestructura es poco también lo avanzado, algo en agua potable, en escuelas, en salud, y en cuestiones de tierra, nada (PALAU, 2008, p. 3).

Entonces, en nuestra lógica, si el Estado estaba ausente, ¿por qué no terminamos de enterrar al muerto? Estábamos en la etapa de construcción del proyecto de investigación y definir nuestro sujeto de estudio y sus interlocutores era importante en aquella coyuntura, pero si la principal institución de tierras del país no estaba interesada en la reforma agraria volvimos a preguntar. ¿Quién se anima a escribir al estilo Francis Fukuyama (1995) y su polémica tesis de Fin de la Historia, el certificado de defunción de la reforma agraria en Paraguay? Estábamos pensando en quiénes asistirían al funeral, cuando de repente recordamos las fiestas de finados; una combinación de un ritual indígena quichua con una celebración católica del día de los muertos el 1 de noviembre que vivimos en Quito, aquellos banquetes que las familias preparaban todos los años para compartir con sus muertos, lleno de semillas, dulces, coladas moradas y guaguas de pan dulce. Ésta era la glucosa que necesitábamos en nuestra sangre, rebelada para recordar que mientras las personas celebraran a sus finados ellos no morirían, solo pasaban a otra dimensión, el respeto a sus antepasados es uno de los pilares del *Sumak Kawsay*⁷ o *Buen Vivir* (MACAS, 2010, p. 179).

⁷ El Sumak Kawsay pretende devolver a la sociedad la forma por la cual se pueda construir un tiempo social por fuera de la lógica de la acumulación del capital, es decir, devolverles a los seres humanos su tiempo personal e histórico, para que puedan vivir sus vidas plenamente. En la lógica del capitalismo y de la modernidad esto es

Miramos alrededor, durante el debate y vimos cientos de brazos izquierdos levantados, gritando fuerte ¡Reforma Agraria, justa y necesaria! ¡El pueblo unido jamás será vencido! Comprendimos entonces, que no sólo estaban pidiendo tierras, sus miradas trascendían el tiempo⁸ y el espacio de aquel punto que nosotros colocamos como partida: 60 años de reforma agraria vía Estado en Paraguay. Nuestro foco seguía puesto en el INDERT que no llegó aquel día y la investigación parecía desvanecerse en el aire, pero sus gritos eran tan fuertes, llenos de historias, de esperanzas, de valor que ratificamos después en la plenaria general con la intervención de muchas personas, en especial de Griselda, una joven de 20 años que dijo: “luchamos por el rescate de las semillas criollas y nativas, por la construcción de nuevas relaciones entre mujeres y hombres, por la transformación social y la tierra para todos (...)”.

FIGURA 2 - FNC, 25 AÑOS DE LUCHAS Y CONQUISTAS.



FUENTE: www.fnc.org.py –otoño 2016

imposible. El tiempo no les pertenece a los seres humanos, el tiempo forma parte de la acumulación del capital. Los seres humanos se resignan al tiempo del capital y sacrifican sus opciones personales y su tiempo porque éste no les pertenece. (HIDALGO, A. et. al., 2014, p. 264)

⁸ El tiempo lineal es una creación de la modernidad occidental y capitalista. Todas las sociedades han construido el tiempo de forma cultural y en esa forma el tiempo tiende puentes con su pasado y con su futuro, de tal manera que es “circular”. Los eventos de ahora explicarán y contextualizarán al futuro, porque estos eventos de ahora fueron ya construidos, de cierta manera, en el pasado. En la modernidad capitalista se ha fracturado esa relación en la que el presente tiende vasos comunicantes con su propio pasado y con la forma de construir su futuro. Esa fragmentación es clave para la valorización del capital. Solamente en el tiempo lineal tiene sentido y coherencia las tasas de interés y la acumulación financiera. Las tasas de interés anticipan en el tiempo una producción futura. La especulación financiera anticipa la producción en el tiempo a un nivel en el que fractura esa misma producción, de ahí la necesidad de las crisis como eventos de autorregulación del capitalismo. El tiempo lineal es también el tiempo de la valorización del capital. La producción mercantil se hace en un tiempo que se ha monetizado y que forma parte del “valor” (en cualquiera de las versiones económicas que se asuma a este valor) (HIDALGO, A. et. al., 2014, p. 263).

Los aplausos no tardaron en llegar, gritos de guerra, las banderas paraguayas, banderines de la FNC y otros movimientos sociales aumentaron; junto con el sol, la temperatura invernal de la mañana, cuando de repente Doña Nicolasa me incluyó en la ronda de tereré con *taropé, mental y agrial*⁹, tres plantas medicinales refrescantes, para despertar en mí el sentido de pertenencia, de hospitalidad, de saberes, de relación con el otro y la naturaleza. Sin duda, estaba sintiendo en mi propia piel el mensaje, “no queremos sólo reforma agraria estamos en busca de *la Tierra Sin Mal*”. No tenía dudas, el *Yvy marane’y*¹⁰ y el pluriverso indígena guaraní estaba vivo en nuestra piel, en nuestras relaciones y nuestras aspiraciones de un tiempo que era pasado, presente y futuro juntos, sólo que no lo reconocimos temprano porque ahora estaba en rebeldía. En ese momento renacía nuestra apuesta por la reforma agraria en esa difícil coyuntura política, por la ausencia del gobierno y academia para discutir este tema, sin embargo, estaba más vivo que nunca dentro de los movimientos campesinos paraguayos.

Lo que experimentamos en aquel momento fue una sumatoria de varios factores: las lecturas de las asignaturas del doctorado, las aproximaciones y reflexiones teóricas decoloniales, los trabajos de campo dentro del Colectivo ENCONTTRA y en el Paraguay, además de la participación en eventos académicos de Geografía Agraria en Brasil y nuestras entrevistas con personas del MST. Fue la visibilidad de varios elementos del movimiento campesino, que habían permanecido ocultos hasta aquel momento por nuestra mirada occidental, prisioneros de un único modelo de reforma agraria liderado por el Estado en una única visión de la historia lineal, con una racionalidad moderna occidental con padrones de conocimiento institucionalizados que invisibilizaron las experiencias y otras formas de vida existentes en territorio paraguayo, previos al modelo hegemónico dado por el gobierno de

⁹ Bebida ritual, refrescante y medicinal a base de yerba mate, agua, hielo y plantas medicinales, heredadas de la cultura guaraní.

¹⁰ *Yvy marane'y*: de la cosmovisión Guaraní “yvy” es tierra y “maraney” es que no termina, que no se destruye, que no se enferma. Este pensamiento tiene que ver con los modos de relación con el ambiente, del uso de la naturaleza y de la agricultura, en que la noción de abundancia está asociada a la posibilidad de renovación de los ciclos y no en la acumulación para no comprometer las especies naturales, incluido el ser humano. El *Yvy marane'y* incluye también el deseo de perpetuar, el propio ideal de trascender este mundo y alcanzar el lugar donde todo se originó, por lo tanto, la eternidad en condición humana y así la conservación del modo de ser Guaraní (MELIÀ, 1987).

Estados Unidos de Norteamérica -USA en la Alianza para el Progreso¹¹ de 1961, donde el Gobierno del Paraguay concordó realizar una reforma agraria desde el Estado, para cambiar la estructura desigual en la tenencia de la tierra, que 55 años después no dio resultados para las familias campesinas.

Así, en palabras de Maldonado-Torres (2006) estábamos frente a un “*giro decolonial*” no sólo desde la academia, sino también desde nuestra práctica y frente a las instituciones modernas como el INDERT y en palabras de Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (2007) este giro decolonial representaba algo “más que una opción teórica, el paradigma de la decolonialidad parece imponerse como una necesidad ética y política para las ciencias sociales latinoamericanas”.

Algunos países, como Ecuador y Bolivia, ya han considerado la cosmovisión indígena-andina del *Sumak Kawsay* o *Buen Vivir* como alternativas al proyecto universal moderno-occidental del “desarrollo”. La Constitución Nacional de estos países utiliza como base el *Sumak Kawsay*, que se sustenta no solo en el “tener”, sino sobre todo en el “ser”, “estar”, “hacer” y “sentir”: en el vivir bien, en el vivir a plenitud (MACAS, 2010, p. 183). Sabiendo que la definición del Buen Vivir implica estar conscientes que es un concepto complejo, vivo, no lineal, pero históricamente construido, y que por lo tanto está en constante resignificación, como también lo está en el *Teko Porã*, buen vivir en Guaraní y el *Yvy marane’*y, la Tierra Sin Mal de los guaraníes.

Todavía nos cuesta describir lo que sentimos aquel día, sin duda fue una invitación a otra manera de mirar la realidad y Boaventura de Sousa Santos (2003) lo explicó así:

Siendo múltiples las caras de la dominación, son múltiples las resistencias y los agentes que las protagonizan. En la ausencia de un principio único, no es posible reunir todas las resistencias y agencias bajo el amparo de una gran teoría común, más que de una gran teoría común lo que necesitamos es una teoría de la traducción, que haga mutuamente inteligibles las luchas y permita a los actores colectivos “conversar” sobre las opresiones a las que se resisten y las aspiraciones que los animan (SANTOS, 2003, p. 25).

¹¹ El programa de ayuda económica, política y social de EE.UU. para América Latina. Aprobada en la Declaración de los Pueblos de América en Conferencia de Punta del Este-Uruguay en 17 de agosto de 1961.

Un nuevo haz de fuerzas se configura por tierras paraguayas, con las mismas resistencias fortalecidas en lucha por la tierra y otras nuevas que llegaron con el viento sur típico del invierno paraguayo, pero con la confianza que llegará de nuevo la primavera *desde abajo, por la izquierda y con la tierra*, con un modelo diferente de pensar, de mundo, y de vida (ESCOBAR, 2016). Inspirados en el *sumak kawsay* y *suma qamaña* (buen vivir), *ñande reko* (vida armoniosa), *teko porã* (vida buena), *qhapañan* (camino o vida noble), *kapak ñan* (camino del inca) e *yvy marane'y* (Tierra Sin Mal) de Nuestra América/ Latino América/ *Abya Yala* (BRETÓN, 2013, p. 90).

Realizar una investigación conjunta con los movimientos campesinos que siguen la lucha por la tierra, planteando la reforma agraria y en procesos de resistencias campesinas en el Paraguay, requirió una mirada profunda a los conflictos que tuvimos que enfrentar y los que siguen hasta la actualidad, en un encuentro y dialogo de saberes, reconociendo la especificidad en la conformación de nuestra historia, cultura y territorio. Reconocemos que este proceso está en construcción dentro la geografía agraria y el pensamiento crítico y decolonial latinoamericano, así como está en construcción los procesos emancipatorios que proponen restaurar la autonomía, la soberanía de los pueblos y la defensa de la naturaleza, más allá de la lógica del capitalismo.

Les proponemos reconocer la pluriversidad, la polifonía de voces que escuchamos durante estos cuatro años de investigación-acción y descolonizar nuestra formación académica todavía moderna/occidental, pues pretendemos de manera exploratoria presentarles otras narrativas para interpretar la actualidad de la reforma agraria en el Paraguay, con la intención de desconstruir el imaginario del *sistema mundo moderno colonial* que impuso discursos globales a partir de pensamientos europeos. La linealidad histórica, es decir, la construcción de la historia desde una sucesión linear de acontecimientos cuya centralidad es europea. Esta unilinealidad moderno/colonial ignora la existencia de otras lógicas de tiempo y espacio en el mundo, aniquilando otros pensamientos y formas de vida no modernas, para la composición de la historia universal.

En este sentido nuestro sujeto de investigación "*las campesinas y campesinos paraguayos en resistencia y en movimiento*" se desconstruyen en el espacio/tiempo/conflicto/resistencia, que no es lineal, es cíclica en un pasado, presente y futuro que se entrecruzan; van y vienen en tierras paraguayas, originalmente territorio

guaraní. El territorio para los guaraníes no estaba dado, era propio de cada *ava* o persona y Meliàⁱ (2015, p. 2) nos cuenta que existen tres tipos de territorios para los guaraníes: el primer territorio es el seno de la madre; el segundo territorio es su piel o su idioma; y el tercer territorio es el *tekoha*, que es su espacio de vida, construyéndolo en la medida que participa en una comunidad que vive su territorio, es decir, su modo de ser o estar en el mundo.

En este sentido, en un país donde cerca del 90 % de la población siente y habla el idioma guaraní nos proponemos en la investigación: i) el rescate de la propuesta de la reforma agraria defendida por los movimientos campesinos, en un contexto más amplio ligado al *pluriverso guaraní*, que critica a la visión capitalista de la tierra. ii) visibilizar los conflictos por tierra y territorio que persisten hasta la actualidad, siguiendo una trayectoria de resistencias campesinas, iii) aproximarnos a la realidad desde las experiencias concretas de los movimientos campesinos paraguayos, que dan cuenta de la disputa teórica- metodológica y la complejidad de la reforma agraria en la actualidad, articuladas a las discusiones en Nuestra América.

Presentamos el trabajo en 5 capítulos, incluyendo en la primera parte un PRETEXTO. Lo que en un inicio fue el pretexto perfecto para iniciar el salto desde la visión institucional de reforma agraria hasta la visión de los movimientos campesinos, se convirtió para la cualificación del trabajo en el 2016 en el pre-texto, es decir el texto anterior al trabajo, y ahora en la versión final terminó convirtiéndose en nuestro referencial teórico-metodológico que da sentido a las discusiones presentadas a lo largo de los capítulos abordados. LAS TIERRAS DEL COLIBRI, trajeron la compañía y el sentido de nuestro trabajo, representando la vigencia del *pluriverso Guaraní* en nuestras lecturas y apareció gratamente durante nuestro viaje por las reformas agrarias de Nuestra América como un ave sagrada de otros pueblos ancestrales nuestroamericanos. En las Tierras del Colibrí tratamos: los tres tipos de territorios para los Guaraníes: i) el primer territorio es el seno de la madre; ii) el segundo es la piel de persona o su idioma; y el iii) es el *Tekoha*, o espacio de vida.

En el Capítulo I- El *Tekoha* campesino-paraguayo presentamos, i) la (in)formación del campesinado paraguayo, ii) la configuración del *Tekoha* campesino- paraguayo, iii) la diversidad de sujetos y contradicciones en el campo paraguayo: empresarios del agronegocio, narcos, guerrillas, carperos, indígenas, y iv) la persistencia de los movimientos campesinos paraguayos.

El Capítulo II- recoge el grito del campesinado, Campesinado *Sapukái*: la lucha por la Tierra en Paraguay, que abarca i) las discusiones sobre el origen de la lucha por la tierra en Paraguay, a) La Guerra Guasu como matriz de la cuestión agraria en Paraguay, b) la invasión europea como herida colonial del *Tekoha* campesino -paraguayo, c) la invasión brasileña como herida neocolonial del *Tekoha* campesino- paraguayo, ii) la persistencia actual de la reforma agraria en Paraguay, y la demanda por la reforma agraria de los movimientos campesinos.

En el Capítulo III cambiamos la escala para recorrer Nuestra América, en una propuesta de diálogo de saberes y análisis conjunto para responder ¿De qué Reformas Agrarias estamos hablando en Nuestra América? Y lo organizamos así i) las Generalidades de las reformas agrarias (re-contras) distributiva, ii) las experiencias, propuestas y diálogos de reformas agrarias de los movimientos campesinos nuestroamericanos.

El Capítulo IV vuelve al análisis de la experiencia paraguaya para presentar la Pluridimensionalidad de la reforma agraria: los sujetos, las resistencias y la justicia social. En este sentido incorporamos i) la polifonía de voces y sujetos en resistencia por la reforma agraria en Paraguay, ii) la Pluridimensionalidad de la reforma agraria como justicia social: redistribución, reconocimiento, representación

En el Capítulo V abordamos la Descolonización del Territorio de la reforma agraria en Paraguay, para ello proponemos pasar i) de la Tierra al *Tekoha* campesino paraguayo en la búsqueda del *Yvy Marane'y* y ii) La (re) configuración del *tekoha* campesino paraguayo en resistencia y en movimiento, para finalmente salir de la espacialidad para llegar al Tiempo de las Conclusiones de este trabajo.

Esta investigación fue construida en base a las experiencias, los pensamientos, autores, sujetos, conflictos, resistencias de muchas personas a lo largo de tantas lunas, fue sentida y concebida en guaraní, escrita y reflexionada en español y también dialogó con las lecturas y vivencias relacionadas al Doctorado en Geografía y nuestro grupo de estudios, en portugués.

ⁱ El Prof. Dr. Bartomeu Melià S.J. es un sacerdote jesuita que dedicó su vida a investigar la lingüística, la historia, la antropología, la educación, la teología indígena, y un luchador incansable de la justicia social en Paraguay. Melià nació en Porreres, un pueblo de la isla de Mallorca, España, el día 7 de diciembre de 1932.

Culminó sus estudios de bachillerato en 1949 en el Colegio de Montesión, y se traslada luego, en 1953, a la ciudad de Raimat para seguir sus estudios humanísticos hasta que, en 1954, es enviado al Paraguay como tierra de misión de la provincia jesuítica tarraconense. Llegado al Paraguay es trasladado a la ciudad de Paraguari para estudiar guaraní con el Padre Antonio Guash. Los compañeros de entonces de Bartomeu Melià destacan de él su gran rapidez para aprender dicha lengua y su facilidad para transmitirla, tanto fue, que a los 3 meses del curso, él ya daba clases de guaraní a sus mismos compañeros. Algunas obras del Padre Melià: Educación indígena y alfabetización; Historia de la provincia del Paraguay de la compañía de Jesús. Lengua y cultura guaraní; El don, la venganza y otras formas de economía guaraní; Historia inacabada futuro incierto: VIII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas; Pueblos indígenas en el Paraguay: demografía histórica y análisis de los resultados del censo nacional de población y viviendas; El Paraguay inventado. Gua'irataypy-Fragmentos del folklore guaireño. León Cadogan; El guaraní a su alcance; Elogio de la lengua guaraní; Guaraníes y jesuitas en tiempo de las misiones. Una biografía didáctica; El guaraní conquistado y reducido. Ensayos de etnohistoria. El Padre Melià recibió innumerables distinciones y premios, algunos son: en Paraguay, la Orden Nacional del Mérito en 1977; el Premio Nacional de Ciencia 2004 del Congreso de la Nación por la obra La Lengua Guaraní en el Paraguay Colonial; recibió la Nacionalidad Honoraria y fue nombrado Hijo Dilecto de la Ciudad de Asunción; ha sido nombrado Doctor Honoris Causa tanto por la Universidad Nacional de Asunción como por la Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción". De la UNESCO recibió el Premi Institut Linguapax en el 2002. En su tierra natal la Medalla de Oro del Ayuntamiento de Porreres y el Premi Ramon Llull de les Lletres, del Gobierno de las Islas Baleares. En España fue acreedor de la Cruz Oficial de la Orden de Isabel Católica en el 2004 y en el año 2011 el Premio Bartolomé de las Casas (UNE, 2014, p1). Es imposible enumerar la cantidad de artículos y libros escritos por Melià en estos últimos años, sus obras continúan hasta la actualidad (2018) que se encuentra viviendo en la ciudad de Asunción, Paraguay. Realizamos una entrevista y algunas conversaciones con él durante nuestro trabajo de campo del 2017. La lucidez y generosidad de su pensamiento, dan cuenta de varias lunas al lado de los guaraníes, aunque sus estudios se han basado en la Nación y la Cultura Guaraní, compartió también con nosotros algunos textos que había escrito en la década de los setenta sobre los campesinos y campesinas que migraban al Este del país incentivados por los programas de colonización del IBR. Nuestro trabajo se ha inspirado en los movimientos campesinos de alma Guaraní, aquellos que Bartolomé Melià ha sabido defender y compartir sus saberes.

PRETEXTO

LAS TIERRAS DEL COLIBRÍ

El torbellino de acontecimientos socioeconómicos, ambientales y políticos fueron en aumento durante los últimos cuatro años en que iniciamos esta investigación, sin embargo este momento de crisis sistémica es el resultado de varias transformaciones ocurridas a lo largo de nuestra historia común. Las estructuras nacionales en las que depositamos nuestra idea inicial para realizar la reforma agraria en el Paraguay están inmersas en macroestructuras de dominio global y absorbidos por la lógica capitalista de la *colonialidad del poder* (CASTRO GÓMEZ, 2005), por lo cual los procesos de resistencia campesina y las banderas de luchas de los movimientos campesinos reaparecieron más fuertes y diversas, volviéndose así la reforma agraria una propuesta en disputa entre clases, intereses, pluriversos, modelos que tras largos siglos de enajenación y expropiación de territorios se instalaron como-hegemónicos, con la clara intención de aniquilar toda forma distinta al capitalismo, de percibir la relación con la tierra y con la naturaleza.

En este sentido, comenzamos este trabajo con un recorrido por el pensamiento latinoamericano decolonial, reconocimiento que para abordar el actual tema de la lucha por la tierra, la reforma agraria y las resistencias campesinas en el Paraguay optamos por un abordaje cercano a la cosmovisión guaraní, al cual nos aproximaremos mediante los trabajos de investigación con los guaraníes del Paraguay y del Brasil. (CADOGAN, 1959; SCHADEN, 1974; SUSNIK, 1982; LITAIFF, 1996; LADEIRA, 2008; BRIGHENTI, 2010; MELIÀ, 2015).

Cuando en 1492, llegaron los europeos Nuestra América no fue descubierta, fue una *invasión e invención* inmersa en el proceso de la historia colonial de una Europa triunfal y victoriosa sobre los habitantes, pueblos y culturas del continente, que para los europeos estaba habitada por “bárbaros”, “salvajes”, “primitivos”, “negros” e “indios”, que debían ser europeizados y modernizados según ideas e instituciones occidentales, dentro del más antiguo imaginario geopolítico del *sistema mundo moderno colonial*. La tesis de la invención de América, está en oposición a la perspectiva del descubrimiento de América, que fue el paradigma del imperialismo colonial eurocéntrico y construyó la imaginación de que muchos pueblos originarios de Nuestra América no formaban parte de la historia de la humanidad (ROIG, 1981, p.48; MIGNOLO, 2007, p 28-29).

El descubrimiento y la invención no son solamente terminologías o interpretaciones distintas de un mismo acontecimiento, sino que pertenecen a diferentes paradigmas con un fuerte contenido político y discursivo. Esto es, que los anuncios del descubrimiento y posteriormente la “conquista de América” fueron esenciales para la imposición de un “yo moderno” como subjetividad occidental desde una Europa ubicada en el “centro” del mundo, argumentos que sustentan la visión eurocéntrica, moderna y desarrollista a escala global en la actualidad (DUSSEL, 1994, p. 22; CASTRO GÓMEZ, 2005, p. 169).

Para Rocha (2015) la noción de cómo se construyó una idea europeizada de América y la forma en que subyace en un primer imaginario europeo dentro de un sistema mundial en el que la propia Europa es su centro, es el punto de partida para desvendar los elementos del paradigma de modernidad/colonialidad y enfatiza que la perspectiva del *sistema mundo moderno colonial* y sus supuestos epistemológicos son el eje central dentro de un debate que se materializó a partir de una red interdisciplinaria de investigadores de Nuestra América, que cobró impulso a finales de 1990 y tiene repercusiones significativas en varias áreas del conocimiento. Este debate nutre nuevas propuestas sobre temas tales como la sociología y la historia de Nuestra América, el colonialismo, el postcolonialismo, la filosofía del conocimiento, las cuestiones étnicas, raciales, y los estudios culturales, basados en los trabajos de WALLERSTEIN (1979), DUSSEL (1994), MIGNOLO (1998), QUIJANO (2000), ESCOBAR (2003), CASTRO-GÓMEZ (2005), GROSGOUEL (2006). Los resultados de este debate fueron sistematizados y presentados por Arturo Escobar como el “Programa de investigación modernidad/colonialidad”, destacando el apoyo de este programa a las interpretaciones y discusiones actuales sobre el mundo globalizado, dentro de la academia latinoamericana y los movimientos contrahegemónicos (ROCHA, 2015, p 71-74).

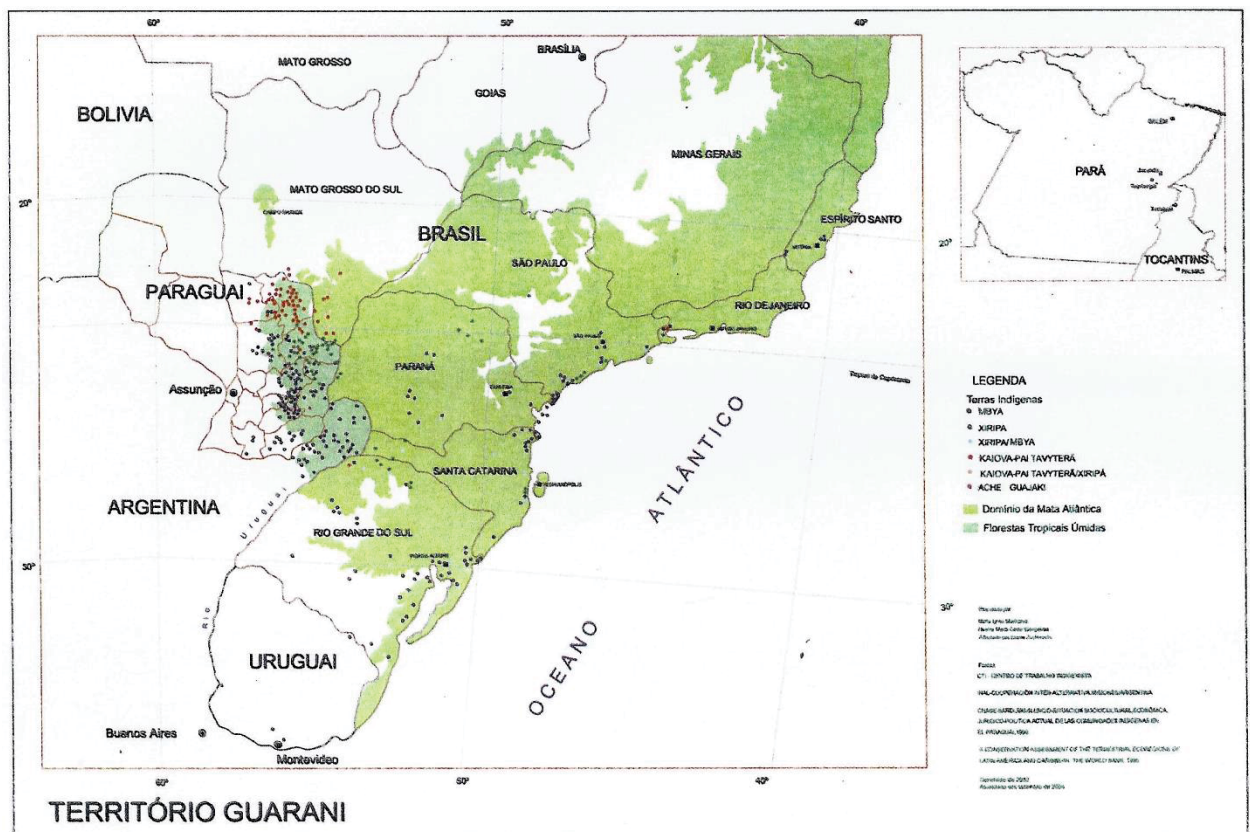
Otra imposición discursiva y política además del “descubrimiento” fue el mismo nombre de América Latina, sinónimo del éxito de la lógica de la colonialidad, demostrando que América Latina es un subcontinente europeo, pues con este nombre se reconocía que el continente América estaba habitado por pueblos de origen latino, es decir; europeos, negando a todos los pueblos originarios. Como dijimos, una forma de resistencia para la deconstrucción del nombre dado por los europeos a las tierras “invadidas” en 1492, hoy en día los movimientos indígenas de todo el continente proponen el nombre de *Abya Yala*, que en la lengua del pueblo Kuna (Colombia y Panamá) significa “tierra madura”, “tierra viva” o “tierra

en florecimiento” y se lo utiliza en contraposición del nombre América Latina (MIGNOLO, 2007, p. 47).

Las tierras llanas del sur del *Abya Yala* son los territorios guaraníes (norte de Argentina, sur de Bolivia, oriente de Paraguay, sur de Brasil y medio Uruguay). Para MELIÀ (1991, p. 159) durante los siglos XVI y XVII los españoles en la medida que avanzaban en sus expediciones de conquista económica y espiritual encontraron a los guaraníes formando un territorio extenso, a los que llamaron “provincias” con el nombre de los caciques o ríos: *Carios, Tobatin, Guarambare, Mbaracaju, Monday, Parana, Ygaña, Yguazu, Chandule, Uruguay, Tapes, Gayra, Carijó o Mbyaza* (BRIGHENTI, 2010, p. 24-26).

Estas “provincias” abarcaban un vasto territorio como vemos en la FIGURA 3 que iba desde la costa atlántica al sur de São Vicente, São Paulo- Brasil hasta la margen derecha del río Paraguay y desde el sur del río Paranapanema y del Gran Pantanal en Mato Grosso do Sul o Lago de los Jarayes, hasta las Islas del Delta del Paraná junto a Buenos Aires- Argentina (LADEIRA, 2008, p. 55).

FIGURA 3- TERRITORIO GUARANÍ EN NUESTRA AMÉRICA



FUENTE: Espaço Geográfico Guarani- Mbya. Significado, Constituição e Uso. LADEIRA (2008, p. 62)

Estos conjuntos territoriales que los europeos llamaron “provincias” eran en realidad los Guara¹² de los guaraníes, su espacio vital con suficiente posibilidad de rotación de campos cultivados y de abundante caza, cada Guara tenía sus fronteras naturales de ríos, riachos y selvas tupidas (SUSNIK, 1982, p. 25). Los Guara, estaban conformados por el conjunto de los *Tekoha*, que recordando las palabras de Melià (loc. cit) es una superficie terrestre que se vuelve espacio geográfico y territorio en la medida en que los lugares físicos ocupados se vuelven lugar de relaciones humanas, de cultura e imaginarios propios.

Para los colonizadores, los Guara tenían una connotación económica y política, sin embargo para los guaraníes además incluían dimensiones sociales, religiosas, culturales y ambientales que no fueron considerados durante la colonia, porque era necesario borrar, olvidarlos para imponer un nuevo *Teko* que es el modo de ser, modo de estar, sistema, ley, cultura, norma, comportamiento, hábito, costumbre, condición (MELIÀ, 2015, p. 4).

Esta cosmovisión guaraní, no se borró al contrario, resistió y fue compartida de manera integral por los Mbyá –Guaraní¹³ con los “blancos” por primera vez con León Cadoganⁱⁱ (1959) que publicó en su obra *Ayvu Rapyta*, “El fundamento de la palabra” que revela el complejo pluriverso cosmogónico guaraní, el valor y la belleza de la palabra, corazón de su cultura. En el primer capítulo de su obra CADOGAN (1959. p. 7) describe *Maino i rekopykyue*, es decir; las primitivas costumbres del Colibrí.

Maino i: Mainomby, mainumby en guaraní clásico. Ocupa un lugar destacado en los textos. A un indio le he oído decir: Maino i ñanderovacha ava ruvicharã ñande chy ryépy voi: Ya en el vientre de nuestra madre el Colibrí nos señala, bendiciéndonos, para futuros dirigentes de los hombres. En esta sentencia, pronunciada espontáneamente, aparece el Colibrí como personificación de un Dios y merece subrayarse el hecho de que en una versión del mito de Pa’i Rete Kuaray que he escuchado (Cap. VIII) el Creador de esta tierra asume la forma de Colibrí.... (CADOGAN, 1959, p. 9).

¹² varios autores como Chamorro, 1998, Susnik, 1980 y Fogel, 1998 afirman que el GUARA, quedó traducido como GUA: gentilicio, propio del lugar y RA: representa a la persona u oficio (BRIGHENTI, 2010, p. 24).

¹³ Existen cuatro grupos guaraníes de la Región Oriental del Paraguay: Los MBYÁ-GUARANÍ, los AVA GUARANÍ o CHIRIPÁ, los PÁI TAVYTERÁ y los ACHE o GUAYAKÍ.

Cadogan (1959) nos revela dos naturalezas importantes dentro de la cosmovisión guaraní el Colibrí como Ave Sagrada representando al Creador y que el primer espacio vital de los guaraníes, el primer territorio guaraní: es el vientre materno.

Mainoi, el colibrí, el pájaro primogenio sagrado de los guaraníes.
De la divina coronilla excelsa
las flores del adorno de plumas
eran (son) gotas de rocío.
Por entremedio de las flores del divino adorno de plumas
el pájaro primigenio, el Colibrí,
volaba, revoloteando.

Mientras nuestro Primer Padre
creaba, en el curso de su evolución, su divino cuerpo,
existía en medio de los vientos primigenios:
antes de haber concebido su futura morada terrenal,
antes de haber concebido
su futuro firmamento, su futura tierra
que originariamente surgieron,
el Colibrí le refrescaba la boca;
el que sustentaba a Ñamandú con productos del paraíso
fue el Colibrí (CADOGAN, op cit., p. 8).

Timóteo Verá Tupã Popygua (2017), escribe desde los pueblos Guaraní Mbya del Brasil en su trabajo “*Ybyrupa. A Terra Uma Só*” cómo Nhamandu edificó el mundo para ser poblado, recorrido y compartido por los guaraníes y de esta forma nos explica el sentido de pertenecimiento a la tierra que les pertenece. Para María Inés Ladeira que hace la introducción a la obra, esta tierra es concebida y percibida a partir de un tiempo primordial que se eterniza, pues se actualiza con la renovación de los ciclos de la vida (op. cit, p. 10). En la FIGURA 4 vemos a *Ñande Ru*, nuestro padre primero, en el *apyka* divino y el colibrí como ave primitiva que vuela en medio de la noche originaria.

FIGURA 4 - ÑHANDERU NHAMANDU TENONDEGUA



FUENTE: YVYRUPA. *A Terra Uma Só*. Verá Popygua (2017, p. 14).

Nhanderu nhamandu tenondegua
Nhamandu, nosso primeiro pai

Uma luz infinita
 surge
 Através da noite originaria,
 surge
Nhamandu Tenondegua,
 nosso primeiro pai
 com sabedoria infinita
 e com amor infinito.

Nhamandu gerou apyka,
 assento divino.
 Nele surge o cocar divino de plumas,
 Enfeitado com orvalho de flores:
jeguaka poty yxapy rexa.

Por entre as plumagens de flores,
maino,
 o pássaro primitivo,
 o colibrí,
 voa no meio da noite originária.
 VERÉ POPYGUA (2017, p. 15).

El libro de León Cadogan (1959) y la obra actual de Timóteo Vera Popygua (2017) generan una gran contradicción con la historia oficial moderna/colonial, pues solamente la ciencia occidental; creía ser capaz de entender el mundo y desde los resultados del trabajo de Codogan y de otros pensadores y pensadoras que lo siguieron, el mundo se sorprendió cuando se enfrentaron a que los otros, *los guaraníes*, lo hicieron mucho antes que ellos, este imaginario del mundo moderno/occidental que se universaliza Wallerstein la llama la *geocultura*¹⁴ (WALLERSTEIN, 1991, p. 88). En este sentido, globalizar el conocimiento y atribuirse el descubrimiento de estas tierras para colocarlas en los anales de su única historia universal fue lo que Castro Gómez (2005) denominó *violencia epistémica* (op. cit, p. 84).

El Territorio Guaraní

Para Melià (2015, p.1) no existe una sola palabra dentro del lenguaje guaraní para denominar el territorio. El territorio guaraní no es una pedazo de la superficie terrestre, ni es anterior a los guaraníes; es su creación. De ahí que el territorio guaraní no es ocupado ni conquistado, sino pensado, dicho y vivido, entonces; para este autor el territorio de los guaraníes cultura y la cultura guaraní es territorio, entonces propone que se tendría que decir *cultura-torio* (MELIÀ, 2015, 2). Los territorios no existen, los territorios se hacen, no existe territorio guaraní sino existen guaraníes y los guaraníes *guaranizan* su territorio; es decir lo convierten en territorio guaraní y dónde los guaranizan? en la selva.

Para realizar una aproximación al territorio Melià (ibid.) propone 5 palabras guaraní: *Apyka* o asiento ceremonial, *Ava pire* o la piel de la persona, *Teko* o modo de ser/estar, *Tekoha* o espacio nuestro y *Teko porã* o buen vivir. Para lograrlo es necesario caminar, nos dice Verá Popyguá¹⁵, cacique del *Tekoha* Kuarahy Haxa, de Paraná- Brasil y ese camino hacia ese espacio, que precede, antecede y expresa la dirección, el sentido y el territorio guaraní, se dá por el ÑE'Ë –la palabra– en sueño y EL ÑEMBO'E –hacerse palabra o la oración (MELÍA, loc. cit).

¹⁴ Dentro de su análisis del sistema-mundo ha desarrollado el concepto de “geocultura” para referirse a las ideologías globales.

¹⁵ Durante el I Seminario Internacional de Derecho Socioambiental, 16-18 de noviembre de 2016. PUCPR. Curitiba- Brasil.

- *El primer territorio de los guaraníes es el seno de la madre.*

Para Cadogan (1959, p. 7) el *Apyka* es el pequeño banco o asiento redondo; es decir, el *Apyka apu'ai* donde aparece *Ñande Ru* o Nuestro Padre o *Tupã Ru ete* que es Nuestro Padre verdadero en medio de las tinieblas. Es el *banquito ceremonial* donde se sienta y se asienta la primera y única palabra de la persona o *ava ñe'e*. Entonces, la concepción de un ser humano, dicen los Mbyá es *oñembo apyka*, se le da asiento, se le provee de asiento; locución que da a entender que el ser humano, al ser engendrado, asume la forma que asumió *Ñande Ru* en la creación (CADOGAN, 1959, p. 30).

Melià (2015) menciona que en el Diccionario *Mbyá Guaraní- Castellano* de Cadogan (2011) se da una traducción más sintética y compleja del mismo término:

Apyka asiento, es el emblema de la encarnación: *apyka apu'ai* asiento individual, en forma de animal...; *ñe'ẽ porã ijapykava* es palabra alma que se encarna, también los genios, buenos o malignos, se trasladan por el espacio en un *apyka*; *apykãreoĩvae* “los sentados”, los ancianos; el *apyka* se hace de cedro, *moapyka*; *ñemboapyka*: *ñe'ẽ porã oñemboapykava* la palabra buena se ha encarnado, ha tomado asiento; *tembiapo apyka*: aquel a quien se provee de asiento, a quien se hace encarnar; *Tupã Ru Etere mimbo apyka* aquellas personas cuyas almas provienen del paraíso de *Tupã* (CADOGA, 2011, en MELIÀ 2015, p.2).

Después de muchos años de vida con los *Guaraní Mbyá*, recién en el año 2015 dos alumnos *Mbyá* de la Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica con énfasis en el área de lenguaje en la Universidad Federal de Santa Catarina, en Florianópolis- Brasil; hijos de los renombrados líderes espirituales de Yynn Morotĩ Verá, en Biguasú, costa Atlántica de Santa Catarina (Brasil), el señor Alcindo Verá Moreira, de ciento cinco años, y la señora Rosa Mariano Cavaleiro, de noventa y ocho, le ratificaron a Bartomeu Melià el significado de este mismo *Apyka* como “*el lugar donde todo se encuentra, donde los ancestros se reunían ...todo lo que guarda las informaciones del Cosmos, el receptáculo tangible de la Sabiduría*”(MELIÀ, op.cit).

Existe una armonía entre la pareja y *Ñande Ru*, representado por el líder espiritual de la aldea guaraní, el hombre sabio, el shamán quien ocupa el *apyka*, ritual para dar palabra al *ava*, esta palabra es mucho más que su nombre, pues contiene su esencia y la de su pueblo.

Esta palabra es poética y profética, según Melià (2015) ya se manifiesta en los sueños del hombre y de la mujer que desean tener un hijo y lo comparten con el sabio de la aldea mucho antes de la concepción.

La persona que va a nacer es una palabra soñada que se asienta en el seno de la madre, que es el *apyka* poético y profético, un territorio propio, que anuncia en síntesis el espacio de su vida, de su historia pasada como pueblo y su futuro como proyecto que será dicho con palabras y con hechos durante toda su vida (MELIÀ, 2015, p.2).

Para los guaraníes, éste es un territorio sagrado, donde el *ava* se alimentará con los nutrientes de su madre, su ambiente y cultura. El *ava* no aprenderá a ser Guaraní después de su nacimiento, él o ella ya es Guaraní en el seno de su madre. El *ava* ya es parte de la aldea y de la vida comunitaria. Nos dice Melià (op.cit), “...danza con su madre danzando y oye los ritmos de los cantos que ella canta, escucha la música, construye los contrastes pertinentes de la fonología y gramática de su lengua materna”.

Cuando no existe armonía con su ambiente social y cultural, con la bendición de *Ñande Ru*, cuando se altera el *teko* no es posible mantener esta palabra que contiene la esencia del ser y del pueblo. Existen registros que demuestran que durante la invasión europea, cuando los caciques guaraníes se negaron a entregar a sus hijas en casamiento y había casi desaparecida la relación de cuñadazgo¹⁶, entonces los españoles recurrieron a otra figura forzada para “recaudar” vientres, sexo y mano de obra: “las rancheadas o saca de indias” de aldeas cuando sus parientes no las entregaban voluntariamente (AMARILLA. 2003, p. 87).

La resistencia a este sistema explotador fue una rebelión femenina silenciosa que se tradujo en una negación a procrear esos seres “malditos”, extendiendo la práctica del aborto inducido, los suicidios y procesos anticonceptivos ante una realidad desesperante. Muchas de ellas se dejaban morir sin comer o mataban a sus hijos. Desde el inicio, esta explotación sistemática de parte de los invasores desembocó en rebeliones indígenas que fueron ahogadas en sangre (AMARILLA, 2003, p. 88).

¹⁶ Los guaraníes consideraban a los españoles como cuñados, miembros de su familia al dar a sus hijas en matrimonio como figura voluntaria al principio de las relaciones sociales; cuando los guaraníes todavía creían que los blancos podían incorporarse al sistema de reciprocidad, situación que no se dio por los abusos, principalmente a las mujeres (Melià, 1992).

Al igual que sus antecesoras, las indias sacadas eran convertidas en bienes de uso y de cambio...La consecuencia lógica de este sistema, el hecho de ser madre se convirtió pronto en una condena para la mujer guaraní, que explotada en las chacras era usada aún embarazada como reproductora de la mano de obra, y paría seres malditos desde el nacimiento, destinados al trabajo forzado y la esclavitud (no declarada) en el futuro (AMARILLA, *ibid.*).

Herederos de este mestizaje forzoso y de la ovación del modo de ser europeo, moderno, blanco, occidental que ha generado grandes contradicciones para la vida en la actualidad, por no respetar las poblaciones humanas campesinas e indígenas ni la naturaleza que fue vista como mercadería, por la hegemonía del sistema de producción capitalista (HARVEY, 2000, p.11) la sociedad moderna occidental sufre sus consecuencias cuando el *apyka* es agredido y se manifiesta tristemente en nacimientos de criaturas “deformes y monstruosas”, como resultado de las agresiones externas de una atmósfera poluída, de un agua envenenada por los agrotóxicos, o de un estrés incontrolado de la madre que trabaja en ambientes acelerados, productivistas, insalubres y denigrantes o en tiempos modernos sin descanso. “El seno de la madre no ha estado en condiciones para recibir en su *apyka*, en su asiento, la sabiduría” (MELÍA, 2015, p.2).

Las grandes contradicciones del capitalismo, que llegaron al continente en las embarcaciones y las mentes de los europeos que buscaban acumular grandes riquezas generó la primera ruptura con los pobladores de las tierras del *Abya Yala*, que tenían otro tipo de relación con la naturaleza. Las consecuencias del nuevo patrón de poder que se instaló en Nuestra América en la época de la colonia e independencia, marcada por las diferencias geopolíticas para el Paraguay, principalmente por su condición mediterránea y difícil acceso al circuito comercial atlántico, que se instaló como nuevo sistema de explotación y dominación social, con una hegemonía regional del cono sur de Argentina y Brasil (QUIJANO, 2000, p. 17).

Para Fogel (2005) la contradicción del capitalismo se da en la actualidad con la expansión de la soja en el Paraguay que ha causado la expulsión de campesinos, campesinas e indígenas de su territorio y la degradación ambiental, poniendo en riesgo la misma vida. Los efectos ambientales de la expansión descontrolada de la soja son: i) contaminación química del medio; ii) daños a la salud de las poblaciones rurales expuestas a agrotóxicos; iii) daños a la salud por el consumo de semillas genéticamente modificadas; iv) deterioro de los suelos

por el monocultivo y ganadería extensivo; v) destrucción de la cobertura forestal; y vi) erosión genética (op. cit., p. 70-72).

BASE Investigaciones Sociales- BASE IS, comenzó a registrar desde el 2003, una cronología sobre casos de muertes e intoxicaciones por agrotóxicos, así también sobre los efectos sobre los seres humanos, cultivos y animales domésticos, además, las resistencias y movilizaciones campesinas de protesta. Los casos más frecuentes se refieren claramente al impacto destructor de los agrotóxicos utilizados en grandes cultivos comerciales como caña de azúcar, arroz, maíz, sorgo y pastos para ganados, en general los herbicidas (Paraquat, propiedad de Syngenta y 2,4 D) y en particular del herbicida glifosato cuyo nombre comercial es el Roundup, utilizado ampliamente con el paquete de la soja RR o transgénica propiedad de Monsanto, que ha causado muertes de personas, intoxicaciones agudas, nacimientos de niños y niñas con malformaciones por exposición de la madre durante el embarazo a fumigaciones, muerte de animales domésticos y cultivos de autoconsumo como mandioca, poroto, maíz, maní, hortifrutícolas y de renta como el algodón y sésamo de la agricultura campesina que resiste en territorios invadidos por el agronegocio (PALAU, 2012, pp. 36-37).

Ramón Fogel viene realizando estudios sobre los efectos de los biocidas en la salud humana, los expuso durante el I Congreso Paraguayo de Ciencias Sociales (2017) en Asunción. Anteriormente presentó los resultados de su investigación en la revista Enlace n° 44 denominado: “Los plaguicidas en contacto con los niños de la Red de Acción en Plaguicidas y sus Alternativas en América Latina”. Estas afecciones además del cáncer, incluyen enfermedades en el sistema nervioso y en el sistema respiratorio; por exposición a contaminantes químicos persistentes. Además, los estudios fisiopatológicos del cáncer van asociando este mal a problemas en los sistemas endócrino e inmunológico. En este contexto, debe tenerse en cuenta, por una parte, que el cáncer y enfermedades degenerativas son la segunda causa de morbi-mortalidad en nuestro medio, y por otra, que numerosos estudios establecen una conexión causal entre exposición a los agrotóxicos y el cáncer (FOGEL, 2005, p. 131-134).

Esta degradación de la vida, tuvo su origen en la victoria del imaginario del *sistema mundo moderno colonial*, que impuso para el Paraguay la imagen dominante de la

modernización de la agricultura, con las propuestas primeramente de la Revolución Verde¹⁷ de USA y el “farmer exitoso¹⁸” y posteriormente los modelos vecinos de agricultura (brasileña) y la ganadería (argentina), que acabaron con la idea de los latifundios improductivos sujetos a las expropiaciones para introducir la propuesta de los latifundios productivos en contra de los minifundios improductivos de la reforma agraria.

Sin embargo, nos dice Fogel (2005) que en la década de 1960 se implementó en el Paraguay “la marcha al Este”, con el objetivo, entre otros, de dotar de tierras a campesinas y campesinos paraguayos de la zona central del país. Esta propuesta de reforma agraria vía Estado en su dimensión histórica, política y socio-económica lo encontramos en el brillante trabajo de Carlos Pastore y su obra célebre “La Lucha por la Tierra en Paraguay” de 1972, además otros investigadores paraguayos han dedicado la mayoría de sus trabajos y reflexiones sobre la lucha por la tierra y sus consecuencias en el campo paraguayo, por citar algunos trabajos: Ramón Fogel (2001) “Las luchas campesinas: tierra y condiciones de producción”, Quintín Riquelme (2003) “Los sin tierra en Paraguay. Conflictos agrarios y movimiento campesino”, Tomás Palau (2012) “Es lógico que una sociedad agredida se defienda” y más recientemente los trabajos de Luis Rojas Villagra (2014) “Tras la Tierra. Demandas, Políticas Públicas y Legislación en Paraguay” y Luis Rojas Villagra (2016) “Campesino Rape. Apuntes teóricos e históricos sobre el campesinado y la tierra en Paraguay”.

¹⁷ El término “Revolución Verde” – RV fue acuñado en 1968 por William S. Gaud, director de la Agencia de los Estados Unidos para el Desarrollo Internacional (USAID), para describir el progreso en la producción de alimentos originado por la introducción y la rápida difusión de nuevas variedades de trigo y arroz en Asia. Muchos informes iniciales describieron a la Revolución Verde como una transferencia de tecnología de sistemas agrícolas de alto rendimiento hacia los agricultores del Tercer Mundo (FAO, 1995). Las transformaciones tecnológicas aplicadas a la agricultura fueron incentivadas posteriormente a escala planetaria y para el caso paraguayo vemos que: la primera fase del paradigma de la Revolución Verde, fue con el objeto de aumentar la productividad agrícola mediante la introducción de semillas mejoradas de alto rendimiento y todo el “paquete tecnológico” (fertilizantes, agroquímicos, maquinarias, equipos y riego); para llevarlo a cabo se debió realizar un modelo de investigación agropecuario, constituido básicamente por los centros de investigación, articulados a otros tipos de políticas públicas agrarias como la reforma agraria con entrega de lotes agrícolas para la producción, la asistencia técnica, la extensión agraria, la asistencia crediticia y de comercialización de los rubros que se podían “modernizar” (GARCÍA, 2017, p. 25- 37).

¹⁸ Farmer: granjeros capitalistas de los países ricos, insertos en el mercado mundial con métodos de producción modernos.

La reforma agraria de la década de 1960 impulsada por el entonces, Instituto de Bienestar Rural¹⁹ - IBR creado en 1963 posterior a la Alianza para el Progreso (1961) abarcó la extensa zona del departamento de Caaguazú y Alto Paraná, cuya superficie son de 21.613 y 20.247 kilómetros cuadrados respectivamente, mayor que el de algunos países centroamericanos. Son los mayores departamentos de la Región Oriental²⁰ cuyas áreas forestales sobrepasaban al 60% y 80% de sus correspondientes superficies. En la FIGURA 5 vemos la división por departamentos de la República del Paraguay.

La marcha al Este se encontró con “*a marcha para Oeste*”²¹ que el gobierno del Brasil incentivaba para poblar los Estados de Paraná y Mato Grosso do Sul; en la misma década, sin embargo los brasileños ocuparon también territorio paraguayo, con la anuencia del gobierno del dictador Alfredo Stroessner (1954- 1989) para que sean entregadas tierras a ciudadanos brasileños para la modernización del campo en la región.

En la “marcha al Este” también hubo ganadores y perdedores. El alto número de campesinos sin tierra, sus niveles de pobreza, la degradación de sus comunidades y de sus recursos naturales por el uso indiscriminado de agrotóxicos que introdujeron con la Revolución Verde, que afectó su salud y la de sus familiares, parecen indicar que una vez más perdieron los pobladores rurales paraguayos (FOGEL, 2005, p. 137).

¹⁹ Desde el 2004 el IBR pasó a denominarse INDERT (Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra). Ley N° 2419/2004 que deroga la Ley N° 852/1963 (TROCHE, 2010, p. 46)

²⁰ En Paraguay se tiene 5 niveles territoriales. El primer nivel es de país o nacional, después el regional con 2 regiones (Oriental y Occidental) separadas naturalmente por el río Paraguay, luego el departamental con 17 departamentos, después el distrital con 250 distritos o municipios y por último los barrios urbanos y compañías rurales (Mapa de división departamental del Paraguay).

²¹ La tesis de Doctorado en Sociología de la Universidade Federal do Ceará de ALBUQUERQUE (2005b) sobre “*Fronteiras em Movimento e Identidades Nacionais: a imigração brasileira no Paraguai*”, profundiza este tema así como la Disertación de Maestría en Geografía de la Universidade Federal do Paraná de DE OLIVEIRA (2013) sobre “*As Políticas migratórias dos Governos Brasileiro e Paraguaio- Marcha para Oeste e a Marcha del Este*”. “En los casos de Paraguay y Brasil, podemos afirmar que el Estado influencio, intensificó y determinó estas corrientes migratorias. Influenció la movilidad al hacer una propaganda ideológica pautada en el éxito económico del modelo productivo por escogido por el Estado- el agronegocio exportador. Intensificó las corrientes migratorias a estas regiones cuando creó las estructuras, financio y estimuló las producciones, garantizó infraestructura adecuada para el éxito del agronegocio. Y determinó tales flujos migratorios cuando concentro gran parte de su fuerza de Estado en esta zona, dejando evidente que el gobierno estaba presente allí para garantizar la efectividad y la implementación de una política estatal que colocaría a estos países entre las grandes naciones agroexportadoras a partir de la efectivación de sus políticas nacionales colonizadoras” (OLIVEIRA, 2013, p. 93).

FIGURA 5 – MAPA DE DIVISIÓN DEPARTAMENTAL DE PARAGUAY



FUENTE: SOUCHAUD (2011, p. 146)

“Durante la dictadura de Alfredo Stroessner las tierras eran utilizadas como premios a militares y sus amantes, empresarios extranjeros y partidarios políticos” (BARRETO, 2006, p. 17) con la complicidad del IBR, la entrega fraudulenta de tierras se generalizó y se transformó en un engranaje de la maquinaria de la dictadura y la Asociación Nacional Republicana -ANR, partido colorado.

Con la caída de la dictadura en 1989 y de la mano neoliberal, el problema del sector rural principalmente de la tierra se agudizó. El modelo de la “modernización de la agricultura” demanda cada vez más extensiones de tierras productivas para la agricultura, especialmente la creciente demanda para el monocultivo de la soja (FOGEL, 2005, p. 46). De este modo, se generó la denominada por los movimientos sociales campesinos “agricultura sin campesinos” la deforestación sin precedentes del bosque paraguayo y una literal fumigación e intoxicación de los campesinos y campesinas, la persistencia de la desigualdad en la tenencia de tierras y la forma en que fueron adquiridas los latifundios adquiridos en la dictadura o “tierras mal

habidas”²² y más recientemente la expulsión de las familias campesinas, que no pudieron “modernizarse” y fueron desterrados de sus tierras por los agrotóxicos y la presión del mercado de tierras que se podría denominar “la liberación de la tierra” o algunos lo reconocieron como la “contrarreforma agraria” que están conectadas al Banco Mundial- BM, en materia de políticas sociales y ambientales y que sirvieron de base para los programas y proyectos desarrollo rural, con el intento apagar las luchas por la tierra en el campo (HETHERINGTON, 2014, p. 173).

Para lograr la expulsión de los campesinos y campesinas, los neo-latifundistas, principalmente sojeros utilizan la especulación inmobiliaria para comprar las “derecheras” el derecho de la propiedad de la tierra o “mejoras” por las inversiones realizadas en la tierra, porque no tienen aún títulos de propiedad, parafraseando a Hetherington (2014, p. 199) “la privatización del derecho en nombre del buen gobierno, la eficiencia del mercado y la reducción de conflictos se apoyan proyectos que convierte a todas las derecheras en títulos que puedan ser libremente comercializados”,

Marcial Gómez de la FNC, en una entrevista de 2017 nos cuenta el modo en que encaran los “*brasiguayos*” y sus representantes en el Departamento de Caaguazú la inducción para la venta de las tierras de las familias campesinas. Llegan en camionetas modernas, último modelo, imponiendo poder económico para proponerles la compra de sus tierras y muchas veces colocan en la mesa maletines llenos de dinero en dólares, “la familia nunca vio tanto dinero junto” e insisten con el discurso de que ellos podrán comprar otras tierras con ese dinero o mudarse a la “ciudad” para que sus hijos e hijas tengan “mejor vida”. Este tipo de presión es común en la región, entonces las familias campesinas pierden sus derechos obtenidos durante la reforma agraria, generando varios conflictos sobre los registros de la tierra. El precio de mercado de las tierras, por ejemplo en el Departamento de Concepción, al

²²Se llaman “tierras malhabidas” a aquellas tierras rurales del dominio fiscal o del Estado que fueron otorgadas por el IBR, encargado de la reforma agraria, a personas no sujetas de la reforma agraria. La ley de reforma agraria, denominada Estatuto Agrario (1963) establecía que el IBR sólo podía adjudicar parcelas de tierras a personas “que se dediquen habitualmente a las labores agropecuarias y que no tengan en propiedad otros inmuebles rurales, estos serán sujetos de la reforma agraria” (BARRETO, 2006, p. 2). “Millones de hectáreas de las mejores tierras fiscales del Paraguay fueron apropiadas ilegalmente por personas particulares, sociedades e instituciones. Un informe de la Comisión de Verdad y Justicia que investigó las violaciones de Derechos Humanos cometidas durante la dictadura de Alfredo Stroessner, sumó casi 8 millones de hectáreas robadas entre 1954 y 2003. Muchas más fueron robadas antes, y siguen siendo robadas hasta hoy” (2018). www.tierrasmalhabidas.com

norte del país muestra como el precio de tierras por há en el año 2003 era 200 USD/há y para el año 2012 alcanzó 1200 USD/há, pudiendo alcanzar para la Región Oriental del país en promedio 3000 USD/há en el año 2014 (CAPITAL CAMPO, 2014). En el Departamento de San Pedro el precio de mercado de tierras en la actualidad está entre 5.000 USD a 5.500 USD por hectárea (AGUILAR, 2018, entrevista).

De hecho, cuando se han agotado los intentos de expulsión campesina por vía judicial y de la fiscalía, los sojeros echan mano ya sea a la acción violenta de los pistoleros especialmente contratados, o directamente a la fumigación aérea, lo que ya no puede ser resistido por las familias que se ven obligadas a desalojar sus predios o viviendas. Las zonas más afectadas por los casos de intoxicación en los departamentos con altos índices de producción de soja ... Los más recientes casos de intoxicación masiva ocurrieron en Gral. Resquín- San Pedro, Pireca- Guairá, 3 de febrero- Caaguazú, San Pedro del Paraná- Itapúa y otros son claros indicios de que el problema se viene agravando, mientras no se tomen las medidas precautelares necesarias y exigidas por la ley para salvaguardar la salud y la vida de los niños, niñas, mujeres y hombres campesinos e indígenas y el bienestar ambiental (PALAU, 2012, p. 37-38).

Este modelo hegemónico de la modernización de la agricultura y la Revolución Verde fue implementado en varios países “empobrecidos” y cada vez más salen a la luz estudios que nos indican los altos riesgos para la vida y la salud, causados por la exposición a agrotóxicos, principalmente durante la gestación y la lactancia; el riesgo más grave de la exposición a plaguicidas y el que más perjudica su desarrollo es el que se da por la vía intra-uterina. La exposición a los efectos de los plaguicidas, principalmente fungicidas y herbicidas afecta tanto a las mujeres embarazadas como a los bebés que se están gestando en sus vientres, por eso la incidencia es mayor en los hijos de quienes aplican plaguicidas -ya que los tóxicos pasan de la madre contaminando y dañando el medio en el cual se desarrolla el feto, el útero, el *apyka* de los guaraníes y en los niños y niñas que residen en lugares con uso intensivo de fungicidas y herbicidas (FOGEL, 2001, p 148).

Otros estudios recientes en países con alto niveles de utilización de venenos químicos como Brasil nos alertan sobre los impactos de los agrotóxicos en la salud humana. Estos estudios, confirman los efectos nocivos para la salud y el medio ambiente, sin embargo la situación del uso indiscriminado de pesticidas en Brasil ha empeorado en los últimos diez años. La Associação Brasileira de Saúde Coletiva– ABRASCO nos revela algunos números en el Brasil: 64 % de los alimentos están contaminados por agrotóxicos, 34.147 notificaciones de intoxicaciones por agrotóxicos fueron registrados entre 2007 y 2014 en el Ministerio de Salud, 288% es el aumento de uso de agrotóxicos entre los años 2000 y 2012 y 12 billones de

USD facturaron las industrias de agrotóxicos en el Brasil en 2014 (CARNEIRO, et. al, 2015, p. 49-55).

- *El segundo territorio de los guaraníes es la piel de la persona*

El segundo territorio guaraní es el *ava pire*, la piel del hombre o mujer que lo habita, nos describe de manera profética Melià (2015).

La piel es nuestro genio y figura; sólo a través de la piel nos damos a conocer, para bien o para mal; es la tela de juicio que dirá lo que somos y lo que aparentamos ser. Nuestra lengua es piel; es la piel que habitamos. Por vanidad, cubrimos con cosméticos esa piel para que no se nos descubra nuestro ser auténtico; hacemos de esa piel de la palabra un escondrijo y un *trompe-l'oeuil*, un truco visual. Como la piel que habitamos, la lengua limita nuestro ser y nos da a conocer también como diferentes en nuestra identidad; las identidades se manifiestan clara e inmediatamente en esa piel, tan tenue, tan frágil, pero que contiene toda la vida de la persona, su salud y su enfermedad, su alegría y su angustia; la piel del pulgar –ésta que nos exige la policía– es la identidad irreplicable de la persona. En esa piel se muestran las quemaduras y el cáncer de piel crónicas de muerte anunciada (MELIÀ, 2015, p.3).

La piel, es quien somos, se manifiesta en el lenguaje popular paraguayo muchas veces como “*reñemoivaëra che pirepe*” o “tenés que ponerte en mi piel” que más tarde con la llegada de la cultura europea se transformó en “tenés que ponerte en mis zapatos” que no traduce de manera integral la esencia de la piel del *ava*, de la persona que habita en la piel, porque la vestimenta, los zapatos no demuestran quien sos en esencia. Diría Melià (2015) la vestimenta es un disfraz!

Nuestra piel, que es nuestra lengua, permite también contactos, que dependiendo de la finalidad serán puentes o serán brechas entre dos personas, dos culturas, dos pueblos las cuales dejarán marcas en la piel, tatuajes como resistencia u otro modo de comunicación de mensajes y en muchos casos dejarán cicatrices.

...ñe'ẽkuatiáva, “la palabra pintada”, el adjetivo se hace sustantivo para significar el papel y el libro, que serán llamados: *kuatia*. Es el gusto por la propia lengua. Y a veces el desprecio instintivo hacia otras lenguas, que por no entenderlas consideramos NO lengua y las asimilamos a barbarie, a un “bababa” que los griegos endosaban a los que no eran de su lengua. Discriminamos al hacer que el otro se sienta bárbaro. La lengua guaraní le parecía a Félix de Azara “ladrido de perros”. Y por ladrido de perros se traduce hoy en el guaraní paraguayo el *guahu*, uno de los cantos sagrados de los Guaraníes. La semántica es huella y retrato de historia (MELIÀ, 2015, p. 3).

En “Memoria del Fuego II. Las caras y las máscaras”, Eduardo Galeano nos cuenta que los indios chiriguano, del pueblo guaraní, navegaron el río Pilcomayo, hace años o siglos, y llegaron hasta la frontera del imperio de los incas. Aquí se quedaron, ante las primeras alturas de los Andes, en espera de la Tierra Sin Mal y sin muerte. Aquí cantaron y bailaron los perseguidores del paraíso. Los chiriguano no conocían el papel. Descubrieron el papel, la palabra escrita, la palabra impresa, cuando los frailes franciscanos de Chuquisaca aparecieron en esta comarca, después de mucho andar, trayendo libros sagrados en las alforjas. “Como no conocían el papel, ni sabían que lo necesitaban, los indios no tenían ninguna palabra para llamarlo. Hoy le ponen por nombre la piel de Dios, porque el papel sirve para enviar mensajes a los amigos que están lejos” (GALEANO, 1984, p. 15).

La lengua es en sí una revelación, como decía el sacerdote Jesuita Montoya en su “Tesoro de la lengua guaraní”, de 1639, citado por Melià (op.cit, p.4) “La lengua es separación y es contacto posible; es frontera y puente”. La triste historia de la invasión europea que atropelló la piel de los guaraníes, su lengua, la maldición de estar en el camino que llevaba al alto Perú- Potosí- Bolivia, donde encontrarían los metales preciosos para Europa y la pérdida en la primera batalla de los guaraníes frente a los españoles fueron elementos fundamentales que “desencadenaron en un mestizaje del cual surgieron mancebos que se creen españoles, se nombran como españoles y se visten, es decir; se disfrazan de españoles” (AMARILLA, 2003, p. 90).

Cuentan los cronistas que los españoles describieron a los guaraníes como seres extraños que elegían jefes sin ningún privilegio y que si alguno no resultaba ser un buen guía y representante, simplemente lo destituían. Las mujeres opinaban y decidían a la par que los hombres, y los jóvenes a la par que las mujeres, respetaban al sabio o shamán y a los ancianos de la aldea. Dicen que se sorprendieron porque ninguna palabra resonaba más fuerte que la voz de los sueños. Ellos representaban la voz de *Maino i*, la voz de *Ñande Ru*, la voz de Nuestro Padre. Pudimos confirmarlo en la actualidad, durante el I Seminario Internacional sobre Derecho Socioambiental (2016) cuando le preguntamos Verá Popyguá cacique del *Tekoha* Kuarahy Haxa, de Paraná- Brasil, cómo sabían que habían llegado a la tierra de sus ancestros, en las retomadas de los Guaraníes, nos respondió: a través de los sueños.

Comían cuando tenían hambre, y desconocían otro reloj que no sea el apetito. Para estos cronistas los guaraníes eran herejes y libertinos; la castidad no significaba nada para

ellos. Tanto el hombre como la mujer podían romper el matrimonio a voluntad y andaban libres por la vida. Trabajar para acumular no les gustaba nada, preferían crear cuentos y parábolas para encantar a sus niños y niñas. Los indígenas no podían entender la idea del infierno. Jamás habían oído hablar del “castigo eterno” y cuando los cristianos les amenazan con el infierno preguntan: *Pero... ¿estarán allí mis amigos mis antepasados?*

Desconocían la gripe, la disentería y la lepra, y trataban todos sus males con extraños brebajes que provocan sueños exaltados. Por sobre todo, eran seres libres como el viento, sin ataduras como el río, y fuertes como sus árboles de quebracho (GALEANO, 1984, p. 27; AMARILLA, 2003, p. 84).

Los europeos no tenían la intención de conocer este modo de vida, tenían las ideas claras de enriquecerse en el “nuevo mundo” al precio que sea, atribuyéndose todo lo que había por estas vastas tierras, sobre la superficie y de bajo de ella en un sistema de dominación que inició en el lugar que hoy sería Asunción con el español Juan de Ayolas desde 1536 donde éste invade a los guaraníes también llamados carios o *carijó* por los cronistas españoles. El poder de las armas de Ayolas y los enfrentamientos con los indígenas pámpidos del Chaco llevaron a los carios a proponerse la posibilidad de una alianza con los blancos, tras ser derrotados en combate. Los guaraníes apostaron por introducir a los españoles en su sistema de reciprocidad, basado en una alianza de parentescos que convertía a los parientes políticos en aliados, una tradición que probablemente llevaba miles de años de práctica en su cultura, los guaraníes aceptaron lo que algunos historiadores llaman el “pacto Hispano – Guaraní”, sellado con la entrega de mujeres a los europeos. Estos se convertirían en “*tovaja*”, o cuñados, de los cuales no cabría esperar traiciones ni mezquindades (AMARILLA, 2003, p 86).

Según Melià (1992, p. 37) el cuñadazgo funcionó como tal sólo en un primer momento, mientras los indígenas seguían convencidos de que introducirían a los españoles en su sistema de reciprocidad. Sin embargo, para los europeos el pacto significaba básicamente la posibilidad de asegurarse un lugar de protección, provisiones y reparaciones en un viaje que se presentaba difícil hacia el objetivo del oro. Para Amarilla (2003, p. 87) el cuñadazgo se convirtió en la vía para obtener mano de obra gratuita para el cultivo de la tierra y servicios sexuales de las primeras víctimas sistemáticas de la conquista rioplatense: las mujeres indígenas.

En este escenario, con las mujeres maltratadas y explotadas en su piel: la lengua guaraní original indígena fue relegada a la intimidad y el español elevado a la categoría de lengua “cultura” que sin embargo pocos hablaban cotidianamente (MELIÀ, 1997, p 41). Es decir, se iniciaba un proceso de diglosia²³ en desmedro del prestigio del guaraní autóctono. Pero no sólo eso, sino además aparecía el “guaraní paraguayo”, el *jopara*, mezclado, híbrido y desestructurado por el castellano; una segunda lengua desprendida de la original, penetrada y penetrante respecto al castellano impuesto por la fuerza de las armas y la usurpación de la piel, la lengua: el segundo territorio guaraní.

¿Es posible vestir dos pieles simultáneamente o alternadamente? Para Melià (2015) sí es posible hablar dos lenguas y lo llamamos bilingüismo que es importante, pero no hay que confundir piel con ropa, la ropa vestimos y desvestimos todos los días; pero no contiene al Ser, el segundo es el pellejo. “Existe una sola piel, como la madre existe una sola lengua, por eso es necesario tener mucho cuidado con los programas de bilingüismo, ellos son programas de expulsión del Ser en su propia nación”. La lengua en contextos de guerra y de lucha se vuelve grito o *sapukái* que es el silbido de la desaprobación, la expresión de comunicación para expresar el descontento, la angustia y la impotencia, pero al mismo tiempo de lucha y de resistencia (op. cit., p. 4).

Este *sapukái*, fue expresado en “Tetãgua Sapukái”, un poema con una fuerza extraña para los paraguayos y paraguayas según Mario Rubén Álvarez (2009) que nos cuenta en su obra “Las voces de la memoria. Historias de canciones populares paraguayas” que Víctor Montórfano, escritor paraguayo nacido en Villeta viajó hasta Buenos Aires- AR en 1940 para pedirle al maestro compatriota Félix Pérez Cardozo, que le ayude con la música que “fue inspirada en la tragedia de sangres de nuestro pueblo, pero también de esperanza de que acaben las tinieblas de la intolerancia para dar paso a la paz y la concordia”

T E T Ñ G U A S A P U K Á I Pyhare ku ijapyra'yva, aretéma niko oiko ñane
retamíme oñuva ha pytumbýpe ogueroko. Marôpa nipo ku osêta kuarahy, pe amo
ñu pahápe ñande jopévo hatâpe, ñane mombaymihaguã? Purahéi pyahu
ndojekovói, vyty jurúpe ipotypaite. Opárupi oíke ñanembohory ñanemo'ãgui,

²³ Diglosia: convivencia de dos lenguas en un mismo escenario cultural, donde una goza de status político o social superior relegando a la otra (AMARILLA, 2003, p. 91).

ja'evo ojúpe peteî ñe'ême jaikopa haguã Tavy, tyre'y, poriahu, ñembyahýi pepo guýpe. Aretéma jaiko, akói, oñoirû, ondie ñorairõ reípe ñande ruguypa. Ha'evemante jake, ha maymáva paraguái, japaymi, ha ñapu'ã, ha upéi jasapukái. Iñapysê ko'etî, pytã, morotî, hovy, ñande poyvi joguaha. Osêma pe kuarahy, hesakamba poraitéma ñande rape pyahurã. Pehendúke tetãgua, ñapu'ã jasapukái opahápema pytû; viva el nuevo Paraguay. LETRA: Víctor Montórfano MÚSICA: Félix Pérez Cardozo

GRITO DEL PUEBLO Noche sin fin hace tanto tiempo que arrasa nuestro país y lo tiene a oscuras ¿Cuándo saldrá el sol en el horizonte que nos acaricie con su calor y nos despierte? Un himno nuevo no se puede detener, florece en boca del viento, entra en todas partes y nos alegra nos acerca, decimos... Vivir hablando un solo idioma bajo las alas de la ignorancia, la orfandad, la pobreza y el hambre. Hace tanto tiempo vivimos entre hermanos en peleas vanas nos desangramos basta de dormir, y todos los paraguayos ¡despertemos, y levantémonos, y después gritemos! Se asoma un nuevo amanecer, rojo, blanco y azul que se parece a nuestra bandera. Sale el sol, brilla nuestro nuevo camino. Escuchen compatriotas, levantémonos a gritar, ya es hora que termine la oscuridad. TRADUCCIÓN: Lic. Salvador Núñez Estigarribia.

En el territorio de frontera entre Paraguay y Brasil, Albuquerque (2005a) basado en König (2004) dice que los brasileños reproducen en Paraguay algunos de los estereotipos que hace cinco siglos los portugueses y españoles aplicaban a los indígenas. Los nuevos colonizadores establecen al nativo paraguayo la imagen del indio que aprendieron en los libros didácticos brasileños que mostraban los indios “como incapaces para el trabajo por ser indolentes y perezosos” (op. cit, p. 168).

Este nativo paraguayo al que se refiere König (2004) es el campesino y campesina paraguayo guaraní. Sin embargo parafraseando a Bartra, (2011) “el campesino es un jugador de ligas mayores, un embarnecido sujeto social que se ha ganado a pulso su lugar en la historia”. Tiene sangre indígena y tiene sangre europea, tiene dos pieles pero siente, piensa, ríe, llora y lucha en guaraní, ha decidido confrontar predadores semejantes por compartir un pasado trágico y glorioso y participar de un proyecto común (op. cit, p. 124).

Entonces, Melià (1999, p. 488) nos cuenta que de la historia lingüística del Paraguay se deduce que el guaraní paraguayo está muy ligado a la formación del campesinado paraguayo, con él ha evolucionado y en él tiene sus manifestaciones más auténticas. La piel del paraguayo o el guaraní paraguayo, sostiene el autor, es el producto de la incorporación de estructuras gramaticales y de léxico provenientes del castellano, como reacción política a la marginación que sufrían los guaraní parlantes exclusivos, en un proceso de progresiva convergencia hacia la lengua dominante, sin perder la esencia de su Ser. Esto configuró una lengua coloquial reservada a la ronda de amigos y al trato íntimo, contrapuesta a otra oficial,

culta y respetada, que tendría el acceso exclusivo a las áreas de manejo político y administrativo (AMARILLA, 2003, p. 93). El guaraní paraguayo es símbolo de la resistencia del Paraguay.

Resistencia que demostró a lo largo de su historia y hoy se demuestra ante la inmigración brasileña en tierras paraguayas, ante los *brasiguayos*²⁴ propietarios de grandes haciendas o productores de soja que llegaron al país desde 1960 con la “marcha al oeste” y en la actualidad se configuran como grupos sociales autodenominados “superiores” pues detentan mayor poder económico y prestigio. La diferencia de poder entre los grupos sociales propicia a los sectores establecidos a crearse una autoimagen positiva y a estigmatizar a los grupos que tienen menos poder. Las desigualdades de poder pueden ser económicas, políticas, culturales, nacionales o de tiempo de residencia en un lugar (ALBUQUERQUE, 2005a, p. 170 basado en ELIAS, 2000).

Conforme algunas investigaciones, entre 350 a 500 mil brasileiros migraron al Paraguay, en la segunda mitad del siglo XX, constituyéndose en el mayor flujo de inmigrantes residentes en el país, proveniente de un país vecino. Este proceso ocurrió, como mencionamos anteriormente por la conjunción de factores planeados de los Estados dictatoriales de Brasil y Paraguay, además de desplazamientos espontáneos de las poblaciones, por la “propaganda de progreso”. Los inmigrantes brasileiros se ubicaron en los departamentos de Alto Paraná, Canindeyú, Amambay, Itapúa y Caazapá, de la Región Oriental.

Ellos conformaron “nuevas ciudades” y expulsaron a los pobladores paraguayos durante los últimos 50 años, municipios como Santa Rita y Naranjal en Alto Paraná; Pirapó, otras como Tomás Romero Pereira y San Rafael del Paraná en Itapúa; Curuguaty, Katuety, La Paloma, Nueva Esperanza en Canindeyú y muchas otras donde predominan el idioma portugués y la moneda brasileira del real, se ven canales de televisión brasileiros y radios, se escuchan músicas que reproducen la cultura de Brasil y se niega la cultura del otro, en este caso de Paraguay. Además se han convertido en los principales productores y representantes de todo el sistema del agronegocio de soja que incluye la venta de semillas transgénicas,

²⁴Brasiguayos son descendientes de brasileños nacidos en el Paraguay, algunos investigadores entienden que la mayoría de ellos, no acepta dicho nombre y prefieren ser llamados “*brasileños residentes en el Paraguay*” o simplemente “*brasileños*” (Fogel y Riquelme, 2005, p. 13).

agrotóxicos, vehículos, tractores, repuestos, combustibles, entre otros (ALBUQUERQUE, 2005b, p. 4).

En este sentido, se han generado conflictos de carácter de clase, étnico, nacional, internacional, transnacional y civilizatorio con respecto al tipo de producción y vida, que han impuesto en el país, principalmente con la población campesina paraguaya guaraní, que rechaza este modelo de producción y la considera una “invasión” En el marco de estas tensiones, los sujetos construyen discursos; para los paraguayos ellos son víctimas de una invasión *brasiguaya* destructora del medio ambiente. Los *brasiguayos* a su vez se presentan como víctimas de los campesinas y campesinos paraguayos, considerados como haraganes que quieren perjudicar a la gente que trabaja. Los *brasiguayos* reproducen estereotipos ya manejados por los colonizadores siglos atrás, ya que de hecho equiparan a las campesinas y campesinos paraguayos con los indios, con los mismos prejuicios (FOGEL; RIQUELME, 2005, p. 12).

El uso del término *brasiguayos* requiere algunas puntualizaciones. Para algunos investigadores, principalmente brasileiros, los *brasiguayos* son los brasileiros que vinieron al Paraguay, no pudieron establecerse en el país y volvieron a su país, a vivir en campamentos de reforma agraria de los Estados de Paraná y Mato Grosso do Sul. Sin embargo, Fogel (2005) usa el calificativo en referencia a los brasileños que viven en Paraguay; Albuquerque (2005a) coincide al usarlo así y después profundiza en su trabajo de tesis, los *brasiguayos* se presentan como un grupo social específico que se diferencia de los paraguayos y de los brasileños. La identidad étnica de los *brasiguayos* está relacionada con una acción política estratégica de creación de una autoimagen de “hombres y mujeres sin patria” (ALBUQUERQUE, 2005b, p. 230).

También se han generado a lo largo de estas casi 6 décadas, desde 1960 procesos de integración entre los paraguayos y los “otros brasiguayos” que como dijimos anteriormente, lo explica Cortez (1993, p. 13) son los refugiados y desconocidos, hombres y mujeres que fueron expropiados y expulsados de forma violenta del sur de Brasil en la década del 50, cuando las tierras públicas fueron anexadas para su comercialización a los grandes latifundarios productores de café, lo cual se intensificó a partir de la década del sesenta pues se requerían más extensiones de tierras para iniciar la producción de soja en la región. Estudios sobre este proceso de expulsión de los campesinos y campesinas brasileños hacia territorio paraguayo;

diferentes a los empresarios brasileños capitalistas que hoy son dueños de grandes extensiones de tierras, productores de soja y que generó grandes conflictos, principalmente el despojo de miles de comunidades campesinas paraguayas y brasileñas e indígenas guaraníes; se encuentran en los trabajos de Coelho (2015) y Vaneski (2016).

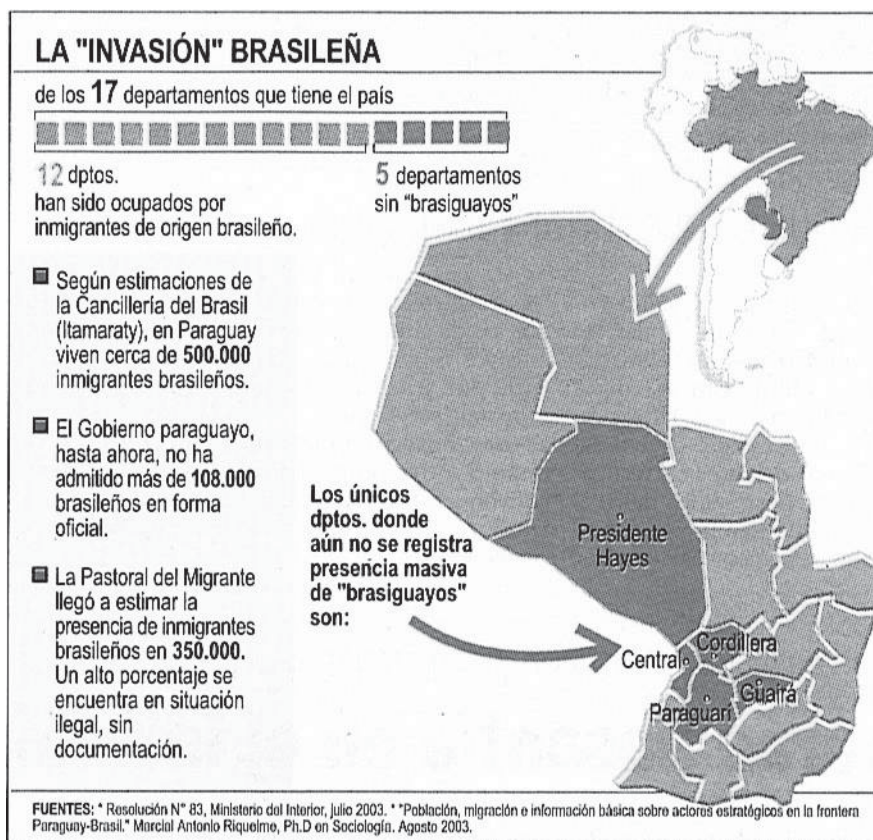
Coelho (2015) explica la apropiación de tierras y analiza los conflictos agrarios en la frontera entre Brasil y Paraguay, específicamente en Colonia Marangatú, distrito de Nueva Esperanza del departamento de Canindeyú-PY. Debido a la expansión de las actividades agrícolas ligadas a la agronegocio de soja, principalmente la partir década de 1990, hubo gran apreciación de la tierra en la región, despertándose el interés de los terratenientes y ocupantes ilegales en áreas no tituladas. En el contexto de la expansión de la agronegocio y la apreciación de la tierra, puesto en marcha expedientes “*grilagens*²⁵ *de tierra no titulada*”, generándose expropiaciones, violencia y expulsiones de campesinas y campesinos “brasiguayos y paraguayos”, que compraron esas tierras hace más de 30 años (op. cit, p. 7).

Por su parte Vaneski (2016, p. 11) estudia un grupo de grupo de agricultores que salieron del Brasil en varias ocasiones desde 1950, hacia el Este de Paraguay, y en 1985 comenzaron a regresar de manera organizada. En Brasil se les reconoce también como *brasiguayos*, quienes siguen luchando por una identidad campesina a través de la reforma agraria. Notamos aquí que el término de *brasiguayos* se encuentra en debate y que su significado tiene connotaciones totalmente distintas a cada lado de la frontera entre Brasil y Paraguay.

Una de las principales barreras para los empresarios brasileños es el *ava pire*; la lengua guaraní, el cual no comprenden y se sienten ofendidos al pensar que los paraguayos utilizan el guaraní para burlarse de ellos. Entonces, en los espacios de poder con capital brasileño como *las fazendas* o haciendas, los comercios, shopping y los bancos fronterizo a está prohibido que las personas se comuniquen en guaraní. Como diría Brighenti (2010) en su obra, son “*Estrangeiros na própria terra*” son extranjeros en su propia tierra.

²⁵ Práctica muy antigua de colocar un papel (conteniendo un tipo de documento de “comprobación” de propiedad) dentro de un cajón junto con algunos grillos. El papel, después de unas semanas, pasa a tener una apariencia envejecida en razón de los desechos de esos insectos. Con este papel envejecido por la acción de los grillos, la persona pretendía comprobar la antigüedad de la ocupación, principalmente de tierras.

FIGURA 6- LA INVASIÓN BRASILEÑA AL PARAGUAY



FUENTE: Diario Última Hora, Asunción, en 17/09/2003, p. 17 en ALBUQUERQUE, J. (2005) pág. 162.

En la FIGURA 6 vemos la imagen de Brasil como país “imperialista” y “expansionista” en el Paraguay (ZIBECHI, 2012) que tiene raíces profundas en la historia de la nación paraguaya originalmente por el ataque de los *bandeirantes* paulistas brasileños que eran traficantes de indígenas como esclavos, por lo cual muchos de ellos se refugiaron en las treinta “Misiones Jesuíticas Guaraníes” a partir del siglo XVII y ante los conflictos por el control del territorio entre los jesuitas y los *bandeirantes*, los indígenas resistieron en “la Guerra Guaranítica” que fue un conflicto armado entre 1754 y 1756, pues enfrentó a los indígenas guaraníes de las misiones jesuíticas y las fuerzas imperiales de España y Portugal que los masacró para imponer el “Tratado de Madrid o Tratado de Permuta”, firmado en 1750 donde cerca de 500.000 kilómetros cuadrados de territorios, dentro del cual estaban siete de las treinta misiones jesuitas debían ser entregados al “enemigo” gobernado por Portugal y al término de un año, cerca de 30 mil guaraníes debían salir de la región con todos sus bienes y trasladarse al occidente del río Uruguay o quedarse y aceptar la soberanía portuguesa. Las siete misiones fueron destruidas, ocasionando además la muerte de 20 mil guaraníes.

Otro episodio de la invasión territorial se dio posteriormente en la Guerra de la Triple Alianza o Guerra Guasu (grande) de Argentina, Brasil y Uruguay contra el Paraguay (1865-1870) en la segunda mitad del siglo XIX. Esta gran guerra fue para los campesinos y campesinas, el factor que bloqueó el desarrollo autónomo del Paraguay (ALBUQUERQUE, 2005a, p. 172-173). Para la mayoría de campesinas y campesinos paraguayos lo que está ocurriendo actualmente con el agronegocio de la soja es otra invasión *bandeirante* que se inició a mediados del siglo pasado, de forma más lenta y gradual al que resisten los campesinos, campesinas y los indígenas por igual.

Eduardo Galeano (1984) se refirió al guaraní durante la Guerra Guasu así:

Del Paraguay aniquilado, sobrevive la lengua. Misteriosos poderes tiene el guaraní, lengua de indios, lengua de conquistados que los conquistadores hicieron suya. A pesar de prohibiciones y desprecios, el guaraní es la lengua nacional de esta patria en escombros y lengua nacional seguirá siendo aunque la ley no quiera. Aquí el mosquito se seguirá llamando uña del Diablo y caballito del Diablo la libélula. Seguirán siendo fuegos de la luna las estrellas y el crepúsculo la boca de la noche. En guaraní han pronunciado los soldados paraguayos su santo y seña y sus arengas, mientras duró la guerra, y en guaraní han cantado. En guaraní callan, ahora, los muertos (GALEANO, 1984, p. 183).

Bernardo Neri (2013) nos describe la creación de otro de los símbolos de la resistencia paraguaya durante la Guerra Guasu, el periódico satírico de trinchera más emblemático y más conocido “CABICHUÍ” publicado al frente de batalla desde mayo de 1867 hasta julio de 1868. Fue impreso dentro de los talleres gráficos del Ejército Paraguayo, instalados en Paso Pucú, hoy departamento de Ñeembucú. CABICHUÍ era un seminario bilingüe redactado principalmente por Juan Crisóstomo Centurión y Natalicio de María Talavera, tenía caricaturas realizadas por Saturio Ríos y otros jóvenes como Inocencio Aquino, Gregorio Cáceres, Juan Vargas, Francisco Velasco y Francisco Ocampo.

Para Margarita Miró (2005) el espíritu de los guaraníes se embebe en las cualidades del ambiente, que es el comunitario, por lo que se vuelve generoso y noble; festivo e irónico, pero también bravo y valiente en contextos de guerra. Los fenómenos de la naturaleza con la cual convive, va aprendido a observarla y a saber interpretar sus claves, hace que en un sistema de vida de comunidad, casi al natural, en medio de una selva secular, que le imprime su sello, que se transmite a su postura altiva y soberbia, a su porte majestuoso, a su fisonomía dulce, sereno, lleno de orgullo, a su lengua, a la vez, diacrónica y sincrónica; diacrónica

cuando recoge hechos, los fenómenos que capta, y, sincrónica, cuando los concreta en una idea, un concepto; que expresa su modo de ser y estar, es decir su *Teko*. La palabra que contiene la esencia del Guaraní se vuelve grito o *sapukái* y se registra en la piel de un pueblo que resiste y se defiende.

En la FIGURA 7 vemos la imagen de la portada del CABICHUÍ que fue pensada, creada, debatida durante tres días y finalmente fue aceptada la propuesta de Centurión que transmitía la idea de agujonear y zaherir al enemigo (cabichuí, es una especie nativa de avispa), lo mismo que el dibujo de la portada representaba “un negro acosado por una multitud de esas avispas” (NERI, 2013).

FIGURA 7- PORTADA DEL PERIÓDICO CABICHUÍ



FUENTE: CABICHUÍ 1867- 1868. Periódico De Guerra. NERI (2013).

Para los paraguayos, los enemigos *bandeirantes* brasileños durante la Guerra Guasu eran negros. Esto, nos fue confirmado también durante el *I Seminario Internacional de Dereito Ambiental* (2016) por Oriel Rodrigues de Moraes de la Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas –CONAQ- BR, quien nos dijo que durante su visita al Paraguay pudo comprender, la otra parte de la historia, porque fueron sus antepasados esclavizados negros, quienes fueron a pelear y matar a los paraguayos y paraguayas en la Guerra de la Triple Alianza a cambio de dos promesas: tierra y libertad, que nunca fueron cumplidas.

Ante esta situación vemos, que existió y existe una resistencia lingüística. Para algunos como Amarilla (2003) en forma de “jerigonza, evolución, fusión, recurso de sobrevivencia, o modificación lingüística incestuosa”, como la misma historia de conflictos y resistencias, lo cierto es que el proceso de adaptación del guaraní surgió desde hace tiempo y persiste hasta la actualidad.

La fusión del guaraní con terceras lenguas, de las cuales el portugués es sin dudas la más importante. En Pedro Juan Caballero, por ejemplo, es verdaderamente corriente tropezar con una frase como la siguiente: - *Iporaite la che paletó, chera'a* (es tan lindo mi saco, amigo). Y también es corriente dar con una réplica como esta: - *Anivéna la re misturátei, katu* (no combines más los idiomas) (AMARILLA, 2003, p 94).

¿Qué tiene que ver todo esto con el territorio guaraní? Nos diría Melià (2015) simplemente que la lengua es la piel del guaraní; es su identificación y es tristemente monstruoso lo que ha hecho el proyecto colonial desde los inicios y sigue haciéndolo hasta ahora en sus distintas formas de neo-colonialismo, de obligar, mediante alicientes, discursos y amenazas a que los paraguayos -“guaraníes cambien de lengua, se despellejen; que el tigre se vuelva cordero. La colonia no llega nunca a la victoria plena mientras no haya conquistado la lengua del vencido hasta hacerla desaparecer” (MELIÀ, 201, p. 4).

- *El tercer territorio de los guaraníes es el Tekohá*

El *Tekoha* o espacio de vida de los guaraníes está relacionado con el *Teko* o modo de ser, unas de las palabras más estudiadas y con mayor sentido para comprender la cosmovisión de los guaraníes. El *Teko* incorpora varias acepciones, tonos y relaciones “es lugar donde estamos y somos lo que somos”, es cultural, según Melià (2002, p. 102) y la traducción que da el jesuita Antonio Ruiz de Montoya, en su “Tesoro de la lengua guaraní” de 1639 es la siguiente: “*ser, estado de vida, condición, estar, costumbre, ley, hábito*”; coincidentemente para Melià, es la definición que da la antropología moderna al concepto de cultura, tal como la definió dos siglos y medio después por Edward B. Taylor en *Primitive Culture* (Londres, 1871).

Cultura, tomada en su amplio sentido etnográfico, es un todo complejo que incluye conocimientos, creencias, arte, moral, leyes, costumbres, o cualquier otra capacidad o hábitos adquiridos por el hombre como miembro de una sociedad (MELIÀ, op. cit, p. 102).

Del *Teko* derivan otras palabras muy importantes del pluriverso guaraní, como el principio del *Teko Joja*, la igualdad, *Teko Ayhu*, vivir con amor, el saludo con una persona por ejemplo con un amigo es *Mba'éichapareiko* o *mba'eteko*? Que sería cómo está tu Teko? Sin embargo, existen otros tipos de Teko como *Teko vai*, el que anda por mal camino, *Teko Tie'y*, el grosero, *Teko Tavy*, el que no conoce o no sabe, que son conversados en la aldea, es decir la formación de los *ava* es responsabilidad de la comunidad y no solamente de los padres o la escuela.

Para Miró (2005) la riqueza de los vocablos guaraníes con que expresa los sentimientos de afecto, de amistad y de solidaridad, nos muestran, en su variada gama, a seres que poseen todas las cualidades humanas. En cuanto a sus cualidades éticas y morales “Son generalmente buenos, afables, francos, hospitalarios, fáciles de persuadir y siguen ciegamente un principio, una vez aceptado”. Su moral no tenía el contenido ético ni las disposiciones normativas del cristianismo. Por eso no sorprende la desnudez en que vivían sus territorios.

Teko jojá, equilibrio, equidad, *Teko Añeteté*, el verdadero ser, la sinceridad, el *Teko eté*, que tiene que ver con el desarrollo espiritual, el *Teko Marangatú* que es la sabiduría, el razonamiento, la prudencia, el *Teko Potí*, que no es solamente la limpieza física, es la limpieza ambiental y espiritual, el *Teko Vy'á*, que es la alegría constante, a través de las risas, las canciones, los silbidos imitando los sonidos de la naturaleza y a pesar de las dificultades el saludo de Iporã! Está bien!, lo demuestra, el *Tekó Joyhu*, que es la convivencia armónica, el *Jopoi*, la reciprocidad, el apoyo que se dá por ejemplo cuando llega un nuevo vecino, se le lleva un plato de comida, se presentan, se ofrecen, que son valores que cada vez se están perdiendo más, el *Tekó Jekupyty*, que es tratar de prever posibles situaciones de dificultad a través de la organización y planificación y también el *Teko Ñémonguetá*, que sería el diálogo entre las personas, pero también sería un diálogo interno de razonamiento personal y comunitario (MIRO, 2018, entrevista).

Para Melià, (2015, p. 5) este *Teko* es una tríade en la que se comunican y relacionan el *Teko Katu*, el modo de ser auténtico, ley y norma tradicional, el *Teko Porã*, el buen vivir y el vivir bien, y el *Teko Marangatu*, el modo de ser espiritual de creencias, canto y danza, con shamanes o sabios, que se materializa en un *Tekoha*, nuestro espacio de vida.

Hemos intentado hasta aquí compartir contigo a través de la palabra escrita, la palabra pintada o la piel de Dios, un poco de la visión de los guaraníes sobre la creación, la vida y los territorios y sus conflictos, sin embargo, las emociones llegan cuando como investigadores nos proponemos a enfrentar una palabra sagrada *Yvy- Tierra* que contiene en su *apyka*, en su matriz, distintas interpretaciones y profundas contradicciones que vinculan el

pasado, el presente y el futuro, en un tiempo que no es lineal y pareciera que se transfigura en portales cíclicos o repetitivos a lo largo de nuestra historia común.

Dialogamos con las obras de autores que han dedicado muchos años de investigación para acercarnos a los guaraníes, sin embargo hemos centrado el pensamiento del investigador y etnolingüista, que dedicó toda su vida a trabajar por la defensa de los indígenas, reconocido por su labor intelectual y especialmente por su compromiso ético-político por un Paraguay más justo, solidario y por una sociedad paraguaya mejor y fue justamente por defender al pueblo y la lengua guaraní al denunciar públicamente la masacre de los Ache- Guayakí que el dictador Alfredo Stroessner (1954-1989) lo expulsó del Paraguay en 1976, el sacerdote jesuita pa’i Bartomeu Melià Lliter, quien nos acompañará durante todo el trabajo y nos compartió su interpretación sobre el *Tekoha* y el *Yvy* de los guaraníes:

Una superficie terrestre se vuelve espacio geográfico y territorio en la medida en que los lugares físicos ocupados se vuelven lugar de relaciones humanas, de cultura e imaginarios propios. Una tierra –*Yvy*– se torna entonces espacio –*Tekoha*– por obra cultural humana –*Teko*–, que es el modo de ser particular vivido históricamente por un pueblo o nación; es el lugar donde somos lo que somos y queremos seguir siendo; es una cultura diferente de otra, con su propio dinamismo, respondiendo a los nuevos tiempos desde su propia matriz. Cada uno de los *Tekoha* es diferente y, sin embargo, responde a un modo de ser identitario. Se forma, así, un *Ñande Rekoha*–nuestro espacio ‘inclusivo’–, es nuestro lugar, es el lugar donde nosotros somos, pues incluye a un grupo humano definido por lengua, cultura y economía, al mismo tiempo que excluye otros espacios donde hay personas y culturas diferentes, frente a las cuales se hablará de *Ore Rekoha*–nuestro espacio ‘exclusivo’ donde no están los “otros”–. *El Tekoha* no es un espacio indefinido, aunque no esté marcado con mojones ni fronteras. En realidad, los Guaraníes del Paraguay habían vivido siempre en su *Tekoha*, sin mayores interferencias. Para muchos esta situación se prolongó hasta bien entrado el siglo XX. Los *Avade* más de cincuenta años recuerdan siempre que había monte, y ahora no hay más. Que había animales del monte, que ahora no hay más ¿Qué dicen los Guaraníes sobre su tierra y territorio? La tierra, lugar de cultura. Muchas palabras tienen significados especiales según la cultura en que aparecen. Una palabra tan simple como tierra no tiene el mismo significado en una cultura indígena o en una cultura colonial o capitalista. *YVY*, dentro de modo de ser y vida guaraní, tiene un significado propio, aunque con matices de acuerdo con las historias y los modos de vida de cada pueblo, sea Mbyá, Pãi-Tavyterã, Avá-Guaraní o Aché. Cuando un Pãi-Tavyterã, por ejemplo, habla que la tierra es como el cuerpo, esa metáfora no es un recurso literario, sino un símbolo de vida práctica. Y así como usted no despedazaría el cuerpo de su madre, ni la vendería en pedazos, usted no va a carnear y vender el cuerpo de su madre tierra, de su hijo, de su hermano. Entonces, ¿Tierra es lo mismo que *Yvy*? ¿Es lo mismo que *Tekoha*? Un Guaraní dará una traducción de esos conceptos como él los entiende. “tierra es *tekoha*”, responderá probablemente. Puede decir que es lo mismo porque él también, con toda razón, considera que nuestro pensamiento es su pensamiento y se estructura de la misma forma. En realidad, no es la misma cosa. Nuestro concepto de tierra no tiene la profundidad del pensamiento de ellos. Tratar de las tierras de los indios desde nuestro punto de vista, que sigue siendo colonial, es una aberración contra el derecho. No es cuestión de dar o devolver tierras a los indígenas, sino de reconocer territorios indígenas (MELIÀ, 2015, p. 5-6).

Coincidiendo con Melià (2015) nos tocó vivenciar en la *IV Jornada de Pesquisas sobre a Questão Agrária no Paraná*, que se llevó a cabo los días 13 al 15 de noviembre de 2016; en Marechal Cândido Rondon, región oeste del Estado de Paraná- BR, región de frontera con Paraguay; durante las visitas a cuatro aldeas indígenas: *Tekoha Yvy Porã*, *Tekoha Tatury*, *Tekoha Miri* y *Tekoha karumbe`y.*, el mejor discurso decolonial y análisis de coyuntura que escuchamos, específicamente en el *Tekoha Tatury*, cuando estábamos conversando de los conflictos y resistencias de los pueblos guaraníes de la región en la retomada de sus territorios, un *ava* entró al centro del círculo en que estábamos y utilizó la palabra guaraní para convertirse después en un *sapukái* o grito, por el tono y contenido de su denuncia:

Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay, no tenían tierras, ellos robaron nuestras tierras después de la guerra. Desde que el mundo es mundo estas tierras son de los Guaraní. Los blancos dividieron el mundo, no tienen vergüenza! no tienen vergüenza! solo les interesa el dinero y no la tierra, ahora están haciendo la PEC para destruirnos, los gobiernos no gobiernan solo buscan sentarte en un banco más arriba de poder y dinero, pero sepan que ningún edificio quedará, no llevarán el dinero los blancos, porque destruyeron al pueblo Guaraní y nuestra madre, por eso nosotros queremos la demarcación de nuestras tierras. Estas tierras son nuestras, es nuestra familia, es nuestra madre, miren es del color nuestra piel! miren esta tierra tiene nuestro color de piel! Esta tierra es la Tierra de los Guaraníes. Nosotros somos los Guaraníes, el templo que ustedes destruyeron. Vayan, cuenten y escriban sobre lo que están pasando nuestros niños, escriban ustedes que saben escribir. (ava del *Tekoha Tatury*, primavera de 2016).

Sobre la devolución de las tierras indígenas y su reconocimiento como tales, Fraser (2006) sostiene que para hacerse justicia serán necesarios tanto la redistribución como el reconocimiento. Por separado ninguno de los dos es suficiente para superar la injusticia de nuestros días, sin embargo se hace necesario pensar cómo articular ambos derechos, así Fraser (op.cit) asegura que la tarea es idear una concepción bidimensional de la justicia y que en la práctica se articule lo mejor de las políticas de redistribución con lo mejor de las políticas de reconocimiento. Estas discusiones sobre justicia social de redistribución y reconocimiento la profundizaremos más adelante (FRASER, 2006, p. 19).

Para iniciar nuestro recorrido por el *Tekoha campesino paraguayo*, te presentamos algunos acontecimientos importantes para el tema de nuestra investigación en la FIGURA 8.

FIGURA 8 - MOMENTOS IMPORTANTES PARA ACERCARNOS A LA REFORMA AGRARIA EN PARAGUAY



FUENTE: Elaboración propia en base a Pastore (1972) y esta investigación.

CAPÍTULO I

1 EL *TEKOHA* CAMPESINO - PARAGUAYO

Como mencionamos hasta aquí, existe una disputa por los territorios guaraníes, conflictos generados a partir de visiones distintas entre los que reproducen la vida y una relación armónica con la naturaleza y aquellos que han buscado históricamente enriquecerse por la acumulación de capital; expresado en la actualidad en el “enclave de la soja en el Paraguay”,²⁶ otro modelo de producción y extracción hegemónico, al cual los campesinos, campesinas e indígenas han resistido durante siglos.

No podemos negar las disputas, guerras y conflictos que los habitantes del Paraguay pasamos en nuestra historia y que en la formación de nuestro territorio existen grandes contradicciones como el mestizaje guaraní- español, la relación campo- ciudad, el debate academia – militancia; los cuales son importantes para una mirada distinta a la hegemónica sobre la lucha por la tierra, casi siempre criminalizada, la reforma agraria institucionalizada y las resistencias campesinas ocultas. Estas relaciones, no son duales, no son lineales, son más bien pluridimensionales y circulares.

¿Quiénes son los sujetos, las prácticas y los discursos en la actualidad de la lucha por la tierra y reforma agraria en el Paraguay? Para responder a estas preguntas retomamos la cosmovisión de los guaraníes muy presente en la formación social y cultural de campesinas, campesinos paraguayos, principalmente en los procesos de resistencia campesina en la lucha por la tierra.

²⁶El concepto de “enclave” tiene décadas de uso en América Latina, ya que fue un componente importante de la teoría de la dependencia formulada por Fernando Henrique Cardoso y Enzo Faletto (1965), así como también de su vertiente anglosajona, la teoría del “sistema mundial” o “world system theory”, de Immanuel Wallerstein (2004 [1972]). Entonces, para los teóricos de la dependencia, el enclave aparece en la etapa de “desarrollo hacia afuera”, en el cual el sector exportador “enclavado” en la periferia constituía una prolongación directa de la economía central. Las decisiones relativas a la inversión y circulación del capital comenzaban y terminaban en el país central, luego de pasar por el país periférico, donde solo quedaban las partes correspondientes a los impuestos y salarios del personal local (RIQUELME, 2005, p. 119). Estas discusiones del sistema/mundo fueron muy importantes para el desarrollo posterior del pensamiento decolonial a finales de la década de 1990, donde no se realizaba una separación del mundo entre centro y periferia sino como un único “*sistema mundo moderno colonial*” (Quijano, 2000, p. 226).

El *Tekoha campesino* es también un espacio del modo de ser histórico. Para Melià (2015, p 6) no hay *Tekoha* sin historia, pero ¿cuál historia? ¿la que cuentan los libros clásicos, las grandes enciclopedias? NO, son las otras históricas contadas por los guardianes de la memoria, que han vivido y resistido estas tierras por más de 500 años, primero por la invasión de los europeos y los *bandeirantes* después, con sus propios escribas, cronistas, narradores, pintores, cartógrafos, ventrílocuos que relatan una única historia con imaginarios eurocéntricos occidentales sobre América durante el siglo XVI que separó completamente este espacio de vida o *Tekoha* para los guaraníes, de su propia historia.

La inserción de Nuestra América en un sistema global- mundial diseñado por el hombre europeo desde su único punto de vista, fortaleció el esquema de distribución de tierras, recursos y la jerarquía racial blanca por sobre los indígenas y campesinos, campesinas que se impuso desde ese momento en el Paraguay. Una racialización moderna en las relaciones de poder, intentando apagar el *Tekoha* que guarda en la memoria de su pueblo, en la oralidad, en su piel, en su lengua Guaraní, su propia historia, totalmente distinta a la narrativa moderna.

Para Mignolo (2007a) esta narrativa occidental que impone la historia de la modernidad europea es global y enmascara su lado oculto; la colonialidad entonces, no puede haber modernidad sin colonialidad, que también es global. En este contexto, para este autor es necesario la *descolonización* del análisis del sistema mundo y la perspectiva de *geo-cultura*, basada en la concepción marxista de la infraestructura/ macroestructura, emerge aquí el entendimiento discursivo/simbólico de que la modernidad/colonialidad es constitutiva de la acumulación de capital en la economía mundial, y no sólo un aspecto complementario como hace referencia las ideologías globales en el sistema/ mundo donde Nuestra América fue el horizonte colonial de la modernidad europea, hablamos entonces del *sistema mundo moderno colonial* (QUIJANO, 2000, p. 230; MIGNOLO, 2007a, p.28).

Para Mignolo (2007b) los *condenados de la tierra* de Fanon (1961) se definen por la *herida colonial*, sea física o psicológica, es una consecuencia del *racismo*, el discurso hegemónico que pone en cuestión la humanidad de todos los que no pertenecen al mismo *locus de enunciación* (y a la misma geopolítica del conocimiento) de quienes crean los parámetros de clasificación y se otorgan a sí mismo el derecho a clasificar (op. cit, p. 34).

Este mismo autor, nos explica que toda esta lógica de la colonialidad operaba desde la llegada de los españoles y portugueses en Nuestra América en cuatro dominios de la experiencia humana: 1) económico: apropiación de la tierra, explotación de la mano de obra y control de las finanzas; 2) político: control de la autoridad; 3) social: control del género y de la sexualidad, 4) epistémico y subjetivo/personal: control del conocimiento y la subjetividad (MIGNOLO, 2007b, p. 36).

Porque nuestros vasallos se alienten al descubrimiento y población de las Indias y puedan vivir con la mayor comodidad y conveniencia que deseamos; es nuestra voluntad que se puedan repartir y repartan casas, solares, tierras, caballerías y peonías a todos los que fueren a poblar tierras nuevas en los pueblos y lugares que por el gobierno de la nueva población les fuesen señalados haciendo distinción entre escuderos y peones, y los que fueren de menos grado y merecimientos, y los aumenten y mejoren atenta a la calidad de sus servicios para que cuiden de la labranza y crianza, habéis de dar y señalar al escudero y personas que nos haya servido y sirviese y se avecindare allá, por repartimiento, tierras en que pueda poner y señalar doscientos mil montones y esto se llama una caballería de tierra. Y al peón, a razón de cien mil montones que es una peonía. Y a este respecto los solares, y para los solares en que hagan sus casas y bohíos les habéis de señalar y dar suelos de cien pasos de largo y ochenta en ancho a las personas susodichas, y a las otras personas que fueran de menor calidad o condición o merecimiento a este respecto. (FERNANDO V. Libro IV, Título XII, Ley I. Compilación de las Leyes de Indias).

En la Segunda Instrucción para Pedrarias Dávila, el Gobernador de Castilla del Oro (actual Panamá) el rey Fernando V de España daba instrucciones por primera vez, el 9 de agosto de 1513 sobre el procedimiento en que debían ser repartidas las tierras del “nuevo” continente entre los “conquistadores” con medidas totalmente nuevas inspiradas en las dimensiones inmensas en el horizonte. Como los europeos traían el sistema de clases, la replicaron privilegiando a los caballeros antes que los peones. Desde la edad media se consideraba “caballero” a quien podía mantener un caballo a su costa para ir a la guerra y “peón” era un hombre a pie, parte del común de los mortales y la parte más baja de la sociedad. Se trasladó una idea prefabricada de España a Nuestra América y con él los patrones sociales. En cuanto a las nuevas medidas no se sabía cuánto sería “un montón” en las dimensiones del 200 mil montones para los caballeros y los 100 mil montones para los peones, por lo que las reparticiones fueron “en dimensiones excepcionales” (MENA, 1998, pp. 79-80).

Sin embargo, estas tierras, para los europeos no tenían valor si no contaban con mano de obra para trabajarla, por supuesto indígena, por lo cual el rey Fernando V accedió al *sistema de encomiendas*, donde se les encomendaba a los indios al gobernador o persona que

tuviera poder de su “Alteza para que se aproveche en las cosas del servicio real y en las haciendas de tales personas” (ibid.).

Durán Estragó (2012) nos relata que en Paraguay el reparto de tierras e indígenas se realizó por el *sistema de encomiendas* para el servicio de los españoles. Este “sistema de invasión” comenzó en 1556, durante el gobierno de la Provincia del Paraguay de Domingo Martínez de Irala. La repartición se debió a la presión ejercida por los “conquistadores”, hubo muy pocos encomenderos en el Paraguay, ya que al hacerse el reparto de naturales entre los centenares de “conquistadores”, a casi nadie le tocó un número considerable de tierras e indígenas. Las encomiendas fueron de servicio personal y hacia 1570 se otorgaban por tres vidas; es decir, la del beneficiario y dos sucesores. Con esta medida los españoles dejaron de considerar a los guaraníes como *tovaja* o cuñado, que eran sus parientes políticos y los empezaron a tratar como siervos. Se dio inicio entonces, el levantamiento de los indígenas guaraníes de la Provincia del Paraguay. Es innegable el hecho de las rebeliones indígenas en contra de los abusos de las encomiendas y las ansias de libertad ante la dominación de los españoles. Todas las comunidades indígenas levantadas en armas contra los españoles estaban sujetas al régimen de encomiendas. Sería interminable hablar de cada una de las rebeliones indígenas del Paraguay. Según Branislava Susnik citada por Duran (2012), en todas esas revueltas se manifestaba el rol de los líderes políticos y también espirituales “la importancia de las agitaciones shamánicas con sus proclamas de vuelta a las antiguas costumbres y a los montes” (DURAN, 2012, p.2, 7).

La falta de tierras que sufren hoy los indígenas y campesinos del Paraguay tiene su raíz en la misma conquista. En 1537, año de la fundación del fuerte de Asunción, se inicia la cadena de despojos de que son objeto hasta hoy día. Si los guaraní saludaron a los españoles con una lluvia de flechas cuando estos desembarcaron en sus tierras, fue porque veían amenazados su nación, sus bosques, sus ríos, su existencia misma. Louis Nécker sostiene que la serie de alianzas hispano-guaraní fue impuesta por los españoles a los guaraní, ya impacientes estos en poner fin a tanta violencia desatada en contra de su gente (DURAN, 2012, p. 4).

FIGURA 9 - INVASIÓN ESPAÑOLA A LOS GUARANÍES



Asalto a una población indígena a orillas del río Paraguay, según un grabado de Schmidl. Nótese los cañones y las embarcaciones utilizadas por los españoles así como la desesperación de los indígenas corriendo hacia sus chozas y empalizadas. Reproducido del libro "Historia General del Paraguay", Vol. 1, de Julio C. Chávez.

FUENTE: La conquista del nuevo mundo. DURÁN (2012, p. 6)

Aunque en la mayoría de los textos educativos del Paraguay al hablar de mestizaje guaraní- español se lo recuerda como un encuentro romántico del español con la mujer guaraní, más allá de los hechos anecdóticos según Durán (2012), nos encontramos con una realidad muy distinta. Debido a que aquellas relaciones se concretaban por la fuerza de las armas y se hallaban asociadas a la cosmovisión del *Jopói* o reciprocidad Guaraní, que como vimos anteriormente pensaron que podían ser parte de su familia por el “cuñadazgo” y respetar a sus mujeres, es “porque se convirtieron en sus cuñados y parientes (los guaraníes) ayudaron a los españoles y los aceptaron en su territorio” en su *Tekoha*; creyeron que encontrarían en ellos aquella reciprocidad tan propia de la cultura Guaraní. Sin embargo, no fue así y pronto todo cambió. Los “dioses blancos” solo buscaban oro y poder. El Dios de los cristianos no les resultaba confiable.

Nosotros sabemos bien que su Dios, que vive allá donde truenas, se llama Padre, mientras nosotros creemos en un Dios de todo (Ñanderú), que fue antes de todo (Tenondeté). De ese Padre ustedes nos cuentan cosas muy lindas. Pero cuando vemos cómo su Dios les permite... perseguirnos y matarnos a tiros, no podemos tener en Él ninguna confianza (DURAN, 2012, p. 5,13).

Estamos ante la “ruptura original”, a lo que Mignolo (2007b) llamó “herida colonial” (p. 34) o “herida inicial” (p. 77) y como diría Aimé Césaire (1955) en su *Discourse on Colonialism* citado por Mignolo (ibid.) de grandes saqueos.

Hablo de sociedades a las que se les ha quitado la esencia, de culturas pisoteadas, de instituciones debilitadas, de tierras confiscadas, de religiones destruidas, de magníficas creaciones artísticas destrozadas, de extraordinarias posibilidades

borradas de un plumazo ...Hablo de millones de hombres [y mujeres] a quienes les han arrancado los dioses, las tierras, las costumbres, la vida- la vida, la danza, la sabiduría. Hablo de millones de hombres [y mujeres] a quienes con malicia han infundido el miedo, a quienes se ha inculcado un complejo de inferioridad, a quienes se ha instruido para temblar, arrodillarse, desesperarse y comportarse como lacayos (MIGNOLO, 2007b, p.75).

Los europeos no aprendieron de la cosmovisión de los guaraníes. Toda la vida mental del Guaraní nos dice Egon Schaden (1974) converge hacia el más allá. “Su ideal de cultura es la vivencia mística de la divinidad, que no depende de las cualidades éticas del individuo, sino de la disposición espiritual de oír la voz de la revelación”. Junto a *Tupá*, *Ñanderú*, Dios Supremo, los guaraníes también tenían otras divinidades menores, como los espíritus justicieros, que no son los espíritus malignos del cristianismo, son los genios tutelares, mitos y cultos. Los españoles no escucharon a *Ñanderu* al tomar a las mujeres guaraní a la fuerza para aumentar la “mano de obra” en las colonias rompiendo su pacto inicial. “El padre la recibe en sueño, cuenta el sueño a la madre y ésta queda embarazada”, (SCHADEN, 1974 p. 108). La palabra “toma asiento” en el seno de la madre -oñemboapyka, tal como la palabra que descende sobre el shamán, éste también sentado en un banquito ritual en forma de “tigre”. (op.cit).

Para los guaraníes, si era posible que los “blancos” o *jurú’a*, es decir “bigotudo” pudieran llegar aprender a ser GUARANI, según CADOGAN (1990) un shamán *mbyá* le reveló que:

...para aprender estas cosas, deberás permanecer un año conmigo en la selva. Comerás miel, maíz y frutas, y de vez en cuando un trozo de carne de pecarí (saíno). Dejarás de leer, porque la sabiduría que viene de los papeles te impedirá comprender la sabiduría que nosotros recibimos, que viene de arriba y que nos permite entender, entre otras cosas, los mensajes de los de arriba (CADOGAN, 1990, p. 186).

Sin dudas los mercaderes europeos (españoles, portugueses, ingleses, franceses, holandeses) fueron los responsables de la transformación de vidas, culturas, tierras y cosmovisiones de Nuestra América en mercancías. Se produjo un cambio radical en el sistema social, espiritual, económico, político que lo heredaron los “guaraní coloniales”, en términos de Melià, (1997, p. 10) es decir, los mestizos cuyas ideas occidentales se impusieron en sus mentes y sus cuerpos declarándose herederos de la administración y las tierras de los guaraníes. Con la gesta de la independencia del Paraguay el 14 y 15 de mayo de 1811 y el fin de la “colonialismo”; es decir, cuando España dejó de tener sus instituciones y administraciones en el espacio paraguayo, permaneció la “colonialidad” un término

desenterrado por el peruano Aníbal Quijano a finales de 1980; es decir, las experiencias y las ideas del mundo y de la historia unilineal moderna- occidental, que permanece hasta la actualidad. El concepto de *América* es inseparable de la idea de *modernidad* y ambos son las representaciones de los proyectos imperiales creados por instituciones europeas que lo llevaron a cabo, no es posible separar tampoco la *modernidad* de la *colonialidad*, no se puede ser moderno sin ser colonial. “La idea de América no puede separarse de la colonialidad, América es una invención europea moderna limitada a la visión que los europeos tenían del mundo y de su propia historia” (MIGNOLO, 2007b, p. 30-34)

Los caminos de la memoria de los pueblos que quedaron fuera del mundo moderno son muy importantes para nuestra investigación, pues son los que forman la tradición, una palabra olvidada por el proyecto modernizador y solo recordada en su sentido folklórico. Sin embargo, en el Paraguay al igual que otros países latinoamericanos existen territorios con tradición o territorios tradicionalmente ocupados. En Brasil existe una diversidad de pueblos y comunidades tradicionales, que son grupos culturalmente diferenciados y se reconocen como tales, que poseen formas propias de organización social que ocupan y usan territorios y recursos naturales como condición para su reproducción cultural, social, religiosa, ancestral y económica, utilizando conocimientos, innovaciones e prácticas generados y transmitidos por la tradición (ALMEIDA, 2004, p. 28).

Aquí lo “tradicional” no se asocia con una temporalidad histórica lineal que es sinónimo de retraso, sino que aparece como contemporáneo en la reivindicación de una forma de auto-definición colectiva de los pueblos, grupos, movimientos sociales y su relación con la naturaleza (ROUGEMONT, 2010, p. 2).

Herederos de esta historia, tradición, *Tekoha* y principalmente de la lengua guaraní en constante contradicción con su linaje español surge nuestro sujeto en este estudio: el campesinado paraguayo.

1.1 LA (IN) FORMACIÓN DEL CAMPESINADO PARAGUAYO

Dice Amarilla (2003), que de la historia lingüística se puede deducir que la formación del campesinado paraguayo está muy ligada al idioma guaraní, con él ha evolucionado y en él tiene sus manifestaciones más auténticas. El guaraní paraguayo, sostiene el autor, es el producto de la incorporación de estructuras gramaticales y de léxico provenientes del castellano, como reacción política a la marginación que sufrían los guaraní parlantes exclusivos, en un proceso de progresiva convergencia hacia la lengua castellana dominante. Esto configuró una lengua coloquial reservada a la ronda de amigos, la familia y al trato íntimo, contrapuesta a otra oficial, culta y respetada, que tendría el acceso exclusivo a las áreas de manejo político y administrativo (op.cit, p. 93).

Sin embargo, en el ensayo “Cultura Guaraní y Cultura Campesina: nexos apenas estudiados” de Miguel Chase Sardi (1989) citado por Amarilla (2003) sostiene que “no existen estudios globales sobre las sociedades y culturas guaraníes ni sobre las campesinas paraguayas” que permitan conclusiones definitivas sobre la herencia, y más que nada sobre el proceso de imbricación de ambas culturas. La principal tesis de Amarilla (2003) es que la cultura y la lengua guaraní autóctona permaneció por un buen tiempo en los grupos étnicos migrados a los montes desde la llegada de los españoles, pero estos mismos grupos, tendieron a desaparecer por las pestes, las guerras, la caza de esclavos y la reducción, hasta quedar en minúsculo número y en situación paupérrima (op. cit., p. 92-94).

Sin preocuparnos por la pureza lingüística, racial ni cultural en nuestro trabajo, porque coincidimos con la propuesta de Santos (2007, p.269) de *zonas de contacto*²⁷. En este sentido, fortalecemos nuestra propuesta, la idea de que el campesinado paraguayo construye su espacio de vida, su territorialidad o su *Tekoha* en una *situación de frontera* o de estar *entre dos mundos* es la interrelación guaraní – español, moderno – tradicional, campo- ciudad, sociedad- naturaleza que actúa sobre las continuidades y discontinuidades de su propia cultura e identidad, a través de la producción invisibilidades dentro del modelo hegemónico

²⁷ Zonas de contacto são campos sociais onde diferentes mundos-da-vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem. Mary Louise Pratt (1992, p. 4) diz que são também espaços sociais em que culturas distintas se encontram, chocam entre si e se envolvem com as outras, muitas vezes em relações de dominação e subordinação altamente assimétricas – tais como o colonialismo, a escravidão ou as suas seqüelas que sobrevivem hoje pelo mundo fora (SANTOS, 2007, p.269).

moderno/colonial y al mismo tiempo de experiencias de resistencias y *Teko Porã* o Buen Vivir (SIMÕES, 2015, p. 143).

El campesinado paraguayo es portador de una riqueza histórica de luchas y resistencias, en constantes contradicciones claro, porque es blanco y es indio, en términos de Bartra (2011, p. 123) nuestro sujeto de estudio es un “Campesindio, es mito y utopía, la preservación del pasado y la construcción del futuro”.

Ser campesino en tierra de indios: ¿cómo se ha ido inventando a sí mismo el campesino específicamente latinoamericano?... Hace 500 años fuimos invadidos y esto nos marcó a fuego. Los americanos de hoy provenimos sobre todo de la población originaria, de la migración europea y de los africanos traídos como esclavos... La comunidad agraria es ethos milenario, pero los hombres y mujeres de la tierra fueron recreados por sucesivos órdenes sociales dominantes, y que hoy llamamos campesinos, los campesinos modernos, son producto del capitalismo y su resistencia al capitalismo. Solo que hay de campesinos y campesinos, y los de nuestro continente tienen como trasfondo histórico el sometimiento colonial y sus secuelas. Los campesinos de por acá son, en sentido estricto, *campesindios* (BARTRA, 2011, p. 137-138).

Los campesinos, campesinas paraguayos se conformaron políticamente en largos procesos históricos del Paraguay. Fogel (2010) afirma este protagonismo en 4 momentos importantes i) el campesino en la constitución del Estado nación, del modo de producción ka'aguygua²⁸, que echa sus raíces en el Paraguay colonial y se prolonga hasta la Guerra Grande (1811 – 1870), ii) el campesino del período que podríamos llamar el Paraguay republicano que va desde la Guerra Grande hasta 1954, iii) el campesino durante el orden autoritario (1954- 1989), y finalmente, iv) el campesino durante la inacabable transición a la democracia (FOGEL, 2010, p. 4-5).

Para Thompson (1977, p. 8) aparece una clase, cuando algunos hombres y mujeres, como resultado de sus experiencias comunes sienten y articulan sus intereses comunes. Entonces, podemos decir que la clase campesina paraguaya guaraní toma conciencia de sí, pues es la manera en que se traducen sus experiencias en términos culturales, encarnándose en tradiciones, sistemas de valores e ideas (ibid.) y lo reafirma como afirma Zavaleta (1983, p.

²⁸ Guaraní de la selva

85) diciendo que cada clase es, lo que ha sido su historia, y por supuesto es también, una apuesta política para el presente y el futuro.

Sin embargo, el campesinado paraguayo, al igual que el campesinado latinoamericano no siempre fue pensado como sujeto social capaz de organizar su vida y su futuro, ni mucho menos como clase social revolucionaria, ni en los estudios de carácter marxista donde el proletariado tenía un rol central, los campesinos y campesinas eran periféricos y pre-modernos arraigados al pasado y la tradición (ibid.).

En la visión universalista y modernizadora de Nuestra América no había lugar para los campesinos, campesinas, indígenas, negros y en el Paraguay tampoco se contempló el legado de los pueblos originarios, la cosmovisión del pluriverso guaraní con el *apyka, avapire, teko, tekoha, teko porã* y la *búsqueda de la Tierra Sin Mal* o *Yvy Marane'y* no fueron considerados ni en los estudios de tinte más culturalista, pues era necesario olvidar el linaje indígena-tradicional para fortalecer el legado europeo-moderno. Para un gran número de pensadores sociales y políticos, obnubilados con la idea de modernidad, el *Homo Campesiniensis* era un ser derrotado, situación que exigía su superación: el advenimiento de un hombre moderno nuevo.

No se trataba tan sólo de someter militarmente a los indígenas y destruirlos por la fuerza sino de transformar su alma, de lograr que cambiaran radicalmente sus formas tradicionales de conocer el mundo y de conocerse a sí mismos, adoptando como propio el universo cognitivo del colonizador (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 58).

En este sentido, la característica fundamental de la colonialidad del poder se revela a partir de la dominación por mecanismos no exclusivamente coercitivos, aunque ya hemos visto que el imperio español y portugués, utilizaron sus fuerzas militares en la Guerra Guaranítica, sin embargo no fue la única manera de imponer su poder. Es decir, no se refiere únicamente a la conquista militar o la imposición de la fuerza física, si no que también a su capacidad para legitimar las relaciones de dominación de la *naturalización* y la *universalización* del imaginario geo-cultural europeo (ROCHA, 2015, p. 94).

Según Quijano (2002), el patrón actual de poder en la articulación entre el capitalismo como padrón de la explotación social; el Estado-nación como forma de control de la autoridad; el eurocentrismo como la forma hegemónica de control de la intersubjetividad y

la producción de conocimiento; y la colonialidad del poder vinculada a la idea de raza como elemento fundamental de la norma universal de clasificación social básica y la dominación social. La colonialidad del poder se impone para condicionar todas las otras dimensiones del patrón de poder en el sistema-mundo moderno colonial al proceso de racialización de las relaciones sociales (op.cit., p. 4).

Por lo tanto, algunos ejes de la colonialidad de poder en el mundo capitalista se pueden analizar de forma sistemática para exponer las principales cuestiones relacionadas entre sí: i) la colonialidad de la clasificación social universal; b) colonialidad de articulación política y geo-cultura; c) la colonialidad de la distribución mundial del trabajo; d) colonialidad de las relaciones de género; e) colonialidad de las relaciones culturales e intersubjetivas; f) la dominación / explotación, colonialismo y la corporalidad (QUIJANO, 2000).

La colonialidad del poder traspasa todas las formas de dominación y control creados por la razón eurocéntrica, desde la invasión europea hasta la globalización neoliberal, y se entrelaza a todas las dimensiones del proceso de subordinación colonial. Sin embargo, esta categoría no representa una entidad homogénea que ejerce determinaciones idénticas en todos los grupos subalternos. Los efectos de la colonialidad del poder son experimentados de forma diferente por los distintos grupos sociales, como nos cuenta Grosfoguel (2006, p. 26).

Rocha (2015, p. 95) nos explica que la multiplicidad de niveles y dimensiones articulan las determinaciones de la colonialidad del poder sobre distintos grupos sociales y sus diferentes formas de subalternización que llevó a Grosfoguel (2006) a reflexionar sobre la *heterarquía* de esas relaciones.

Assumindo a colonialidade do poder como o padrão que situa a ideia de raça como princípio organizativo de todas as formas de hierarquias no sistema-mundo moderno/colonial, Grosfogel (2006) destaca a multiplicidade de determinações deste padrão sobre outras formas de hierarquização social ou produção de subalternidade, que constitui uma complexa rede de *heterarquias* de poder. Por exemplo, o controle das formas de trabalho que confluem no processo de acumulação capitalista é organizado de acordo com a distribuição populacional global a partir de sua condição racial, ou seja, a divisão internacional do trabalho no sistema-mundo corresponde à racialização das relações de poder em escala global. Da mesma forma, a colonialidade do poder sobrepõe-se à hierarquia global de gênero, produzindo o efeito de que, no sistema-mundo moderno/colonial, mulheres brancas europeias assumem status mais elevado de acesso a recursos (de qualquer natureza) do que os homens situados na exterioridade da colonialidade do poder, de origem não européia ... A noção de heterarquia é apresentada por o autor como “una articulación imbricada de múltiples jerarquías, en las que la subjetividad y el imaginario social

no es derivativo sino constitutivo de las estructuras del sistema mundo”. Considera-a uma característica estrutural da colonialidade do poder por sua capacidade de enraizar-se de forma, ao mesmo tempo, simultânea, descontínua e conflitiva sobre múltiplas formas de produção de subalternidades (ou produção de ausências). Nesse sentido, a colonialidade do poder resulta em um princípio que organiza a dominação e o controle de múltiplas dimensões da vida social, desde as relações políticas, econômicas, culturais, sexuais, de gênero, epistêmicas, espirituais, etc. (GROSFOGUEL, 2006, p. 26-27, citado por ROCHA, 2015, p. 95).

En una heterarquía, la integración de los elementos disfuncionales al sistema jamás es completa, como en la jerarquía, sino parcial, lo cual significa que en el capitalismo global no hay lógicas autónomas ni tampoco una sola lógica determinante “en última instancia” que gobierna sobre todas las demás, sino que más bien existen procesos complejos, heterogéneos y múltiples, con diferentes temporalidades, dentro de un solo sistema-mundo moderno colonial de larga duración (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007, p. 18).

Grosfoguel (2010) identificó algunas categorías de subalternización de grupos sociales en la historia de América Latina y Cruz (2013) lo sintetizó de la siguiente manera:

... um padrão de poder que historicamente definiu os processos de classificação e subalternização social na atualidade: 1) a formação de classes bem marcadas a nível global, 2) a divisão internacional do trabalho no centro / periferia, 3) uma hierarquia espacial do território em inter-estados / colônias, 4) uma hierarquia racial étnica europeia, 5) uma hierarquia de gênero masculino, 6) uma hierarquia heterossexual, 7) uma hierarquia religiosa a cristã 8) uma hierarquia epistemológica do conhecimento ocidental e 9) uma hierarquia lingüística europeia (CRUZ, 2013, p. 165).

Coincidiendo con el argumento presentado por Grosfoguel (2010) y Cruz (2013), existe una décima jerarquía, 10) la jerarquía urbana por sobre lo rural; la vía campesina nunca fue una apuesta ni social, cultural, económica ni política. Los campesinos y campesinas llegaron tarde al reparto del “progreso” con los métodos de producción obsoletos, mano de obra no calificada, sin educación, sin cultura, sin capital, sin tierras pues debían desaparecer para dar paso al desarrollo tecnológico con la lógica del mercado, a las empresas agroindustriales con títulos de propiedad de tierra, altamente especializados en producción y en la inversión tecnológica, porque era necesario modernizar la mayoría de la sociedad rural tradicional para abastecer las grandes urbes-modernas. (SCHULTZ, 1967, p. 25; FOSTER, 1989, p. 44-45).

Estos debates del siglo XX reflejan el pensamiento sobre el *campesinismo*, tomado de la idea que Serge Lautouche escribió sobre afro-pesimismo que impregna a gran parte de

los datos, estudios e investigaciones que se pueden encontrar sobre África. Latouche (2007), acuñó este término para referirse a la idea que muchos estudiosos tienen sobre el fracaso general de África subsahariana, ya que la modernidad y el desarrollo no han dado los frutos esperados por los académicos, lo que implica intrínsecamente una molestia inminente, ya que parecen estar condenados a enfrentar la realidad de la aparente insuficiencia para transitar el camino unidireccional del progreso, construido con imaginarios eurocéntricos y modernizadores.

En Paraguay, el *campesinismo* también fue fundacional dentro del pensamiento académico y como vimos del Estado. El campesinado era relacionado a lo atrasado, al margen del “desarrollo”, que llegó al país de la mano de las *teorías de la modernización*, fundamentando el “*subdesarrollo*” latinoamericano como la consecuencia de la estructura dual de muchos de nuestros países: un subsector económico y social “moderno” abierto al mundo, dotado de valores universales y occidentales que estaba llamado a protagonizar el progreso nacional y otro sector “tradicional”, cargado de una serie de atavismos culturales que le impedían entender y seguir la senda trazada por los teóricos del desarrollo, que al “final del cuento, todos seríamos ricos, racionales y felices” (ESCOBAR, 2014:27).

El problema era que, a los ojos de muchos; principalmente las agencias internacionales, el campesinado paraguayo había demostrado su incapacidad para generar esa nueva humanidad, o al menos para hacerlo por sí solas. La impronta del cuento no sólo permitía ocultar el pasado, indígena sino que también le negaba un devenir autónomo: el despertar de su condición de atrasado, mediterráneo (en medio de tierras sin salida al mar) por su posición geopolítica y geocultura de *isla rodeada de tierras*²⁹ para la modernidad, se debían erigir por el camino europeo y se tenía que monitorizar inevitablemente desde occidente.

²⁹Definición de Paraguay por Augusto Roa Bastos (Asunción, Paraguay, 13 de junio de 1917 - 26 de abril de 2005) fue un novelista, cuentista y guionista paraguayo. Es considerado como el escritor paraguayo más importante y reconocido por la literatura latinoamericana por sus obras de “trilogía sobre el monoteísmo del poder en Paraguay”, escritas desde el exilio: Hijo de Hombre (1960), Yo el Supremo (1974) y el Fiscal (1996). En el 2017 celebramos en Paraguay el centenario de su nacimiento, con importantes eventos culturales y literarios que refrescó reflexiones de sus obras en la sociedad paraguaya.

Pastore (1972) en su obra célebre “La lucha por la tierra en Paraguay” nos relata los antecedentes del “Primer Seminario sobre Reforma Agraria en Paraguay”, realizado en Asunción desde el 24 de junio al 24 de julio de 1958, con el apoyo de la FAO (Organización de la Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación), que tenía el objetivo de negar las grandes desigualdades en la tenencia de la tierra en el país, visualizado después de la publicación del Censo Agropecuario de 1956.

Los resultados de este Censo desvendaba que el “85 % de la tierras pertenecía a 1.549 propietarios, es decir el 1.83 % de los productores con propiedades de más de 1000 há”, lo cual motivó a los interesados en mantener esta situación intacta y neutralizar sus previsibles efectos a encontrar causas aparentes del problema enunciado en el Censo y una vez más por el *campesinismo* “se atribuyó a causas relacionadas con supuestas cualidades negativas del pueblo paraguayo”, según Pastore (1972, p. 418-420) la mayoritaria población era campesina de aquella época, 880.856 personas, el 66 % de la población total de 1.328452 personas según el Censo de población de 1950 (GAMARRA DOLDÁN, 2014, p. 57).

El Ministro de Agricultura y Ganadería – MAG de la época 1958 era el Dr. Juan Manuel Frutos, quien en su discurso planteó el pensamiento que la dictadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) mantuvo sobre el campesinado paraguayo, Frutos aseguró que el problema del país no era sólo de tierra, sino de *tierra* y de *hombres*. “La tierra – aseguró- necesita de hombres comprensivos de sus propios problemas, que superen su primitivismo y que tengan un programa de sanas inversiones”. Para Pastore (1972, p. 421) ese hombre del que el ministro hablaba no era el campesino paraguayo. Participaron del Seminario: “representantes administrativos, judiciales, parlamentarios del Estado, organizaciones económicas y privadas de las principales firmas latifundistas de la Región Oriental del país”. Por supuesto no participaron y no fueron invitadas “las cooperativas y las organizaciones campesinas, ni sus representantes legales, abogados y procuradores”, censurados con severos juicios, durante el desarrollo de las deliberaciones, por la defensa realizada de los derechos de los campesinos y campesinas (ibid.).

Una constatación teórica metodológica hegemónica, que nos hace pensar en la necesidad de buscar nuevos elementos epistemológicos para nuestra investigación como nos propone Boaventura De Sousa Santos (2006, p. 246) la *sociología de las ausencias*, que es una propuesta de investigación que intenta demostrar que aquello que no existe, es en verdad

activamente producido como tal, esto es; como una alternativa no creíble a lo que existe. Su objetivo empírico es considerado imposible e invisible a la luz de las ciencias sociales convencionales, por lo cual su simple formulación ya representa una ruptura con ellas. El objetivo de la *sociología de las ausencias* es, nos dice Santos (2006), transformar las ausencias en presencias y transformar objetos imposibles en posibles y de esta manera, basados en ellos mismos transformar las ausencias en presencias. Esto implica romper con la totalidad y la linealidad del tiempo moderno occidental.

Esta invitación, nos llama a pensar también en la propuesta de una *Geografía de las ausencias*, que de manera tímida se empieza a gestar con los procesos de identidad e territorialidades de la cultura popular y en cartografías insurgentes en Brasil. El objetivo es discutir y problematizar las ausencias “...as invisibilidades (*indígena, negro, mulher*) presentes na sociedade. a partir das discussões sobre invisibilidade, almejamos alcançar a visibilidade dos grupos subjugados” UFV (2014, p. 1).

A ausência manifesta-se, pois, através de múltiplas e variáveis geografias, que não se confinam apenas a materialidades nem são exclusivas dos “territórios de baixa densidade”. Esta Geografia das Ausências está para além do tangível, quantificável ou cartografável... Os temas deste novo olhar da geografia são transversais e estão presentes tanto nos espaços rurais como nos urbanos (JACINTO, 2015, p. 251).

Hablarles del y con el campesinado paraguayo, es una apuesta por esta visibilización y reconocimiento de las múltiples luchas que enfrentan y sus decididas resistencias, una arriesgada y desafiadora apuesta política como lo es también su proceso de conformación como clase social que nos explicaba Armando Bartra (2011, p. 124).

Ser campesina y campesino paraguayo no es sólo una forma sembrar la tierra en el campo, es una forma de vivir y relacionarse, sólo tiene sentido en su dimensión plural, en el nosotros. Es ser heredero de una trágica historia desde la invasión de los europeos con la “expedición” de Alejo García y Sebastián Gaboto en 1524 bajo la orden de España, la “Fundación de la ciudad de Asunción” en 1537, la Guerra Guaranítica de 1754- 1756, las dos grandes guerras con todos sus vecinos, la Guerra Guasu (1865-1870), la Guerra del Chaco entre Bolivia y Paraguay (1932-1935) y la dictadura de Alfredo Stroessner (1954- 1989), donde el campesinado paraguayo guaraní ha resistido de muchas formas, teniendo como base la familia, la espiritualidad y el *Tekoha*.

1.2 LA CONFIGURACIÓN DEL *TEKOHA* CAMPESINADO PARAGUAYO

El *Tekoha*, herencia de la cosmovisión guaraní, es también para los campesinos y campesinas el lugar del *Teko*, es decir, el lugar del ser del campo y para el campo, del hábito del “*Tereré Jere*³⁰” y de las costumbres, del sistema propio, de la familia y de la política, de la economía y la religión. Es lugar “*donde somos lo que somos*”. Ese espacio físico, emocional y mental es la condición de posibilidad del *Teko Porã*, del buen vivir; esto que en el *sistema mundo moderno colonial* se ha empeñado en destruir sistemáticamente mediante la usurpación de los territorios indígenas y campesinos, destrucción ambiental, acumulación privada de bienes, desintegración del sistema social y secularización de los elementos de toda forma de la vida (MELIÀ, 2015, p. 8).

La principal forma de resistencia campesina paraguaya, como hemos visto, es la lengua guaraní que se crea y recrea dentro de la familia y con los amigos y compañeros de lucha cotidiana y dentro de los movimientos sociales de diferentes formas, estructuras, objetivos, organizaciones económicas, políticas, culturales, religiosas a nivel local, distrital, departamental, nacional e internacional, revelando también la diversidad de las luchas campesinas.

Existe en Paraguay un himno a la resistencia campesina “*Ñemity*” escrita en 1952 por Carlos Federico Abente y la música del padre de la Guaranía, José Asunción Flores. En el 2014 realizamos un homenaje al centenario del nacimiento de Abente en 1914 en Areguá, donde Susy Delgado, reconocida poetiza bilingüe paraguaya nos decía “*Ñemity* es un verdadero himno de la resistencia paraguaya en los años de la dictadura y es uno de los poemas que mejor han calado la sensibilidad del pueblo paraguayo”

En sus primeras estrofas dice: “*Jahypýi ko yvy tome’ẽ hi’a/ ñamboapy ko sapukái/ yvytu vevére ñahendu iñe’ẽ/ ñande kóga purahéi*” que traducido sería: Reguemos la tierra, que nos dé sus frutos/ extendamos este grito/ escuchemos su voz volando en el viento/ canción de nuestro sembradío. Las últimas estrofas están escritas en castellano: “A

³⁰ En guaraní Tereré Jeré es Ronda de Tereré (bebida a base de yerba mate, agua fresca y plantas medicinales). ¿dónde se puede encontrar un pueblo tan afanosamente enamorado de la palabra que todo el tiempo la utiliza en el tereré, motivo para suspender sus actividades e iniciar la conversación? ...el tereré es el lazo de la reciprocidad en Paraguay... Introducción de Bartomeu Melià en el libro *TereréJeré* de Rojas, L (2015).

cultivar, que renazca en la tierra el amor que maduren los campos al sol que hayan campos de blanco algodón. A cultivar, que en los sueños florezca el ideal que haya el día de la redención. Elevar la nación”.

“Esta canción es más que emblemática en la lucha por la libertad y la redención del Paraguay; es una canción motivadora, energizante, que causa emociones muy profundas. Es un canto del labriego, del campesino paraguayo...” nos explica Tadeo Zarratea, juez, abogado, profesor de Guaraní y coordinador de la revista bilingüe de cultura “Ñemitỹ” dice que Abente, que se encuentra inmerso en ese campesino nos habla desde allí en primera persona del plural, se ubica muy lejos de la autoconmiseración para emitir un mensaje optimista, lleno de esperanzas, de promesas; anuncia la alborada, el fin de todas las penurias y la redención del Paraguay (Zarratea en entrevista a ABC color el 06 de setiembre de 2014). Por eso es un *sapukái* de resistencia.

Ñemitỹ

Jahypýi ko yvy tome'ẽ hi'a
ñamboapy ko sapukái
yvytu vevére ñahendu iñe'ẽ,
ñande kóga purahéi.

Ko'ẽ pytangy, guyráita oñe'ẽ
ndaipóri mba'e mbyasy
kuarahy omimbi, jasy opukavy
oso mboriahu apytĩ.

Ñañemitỹ,
taheñoi yvy ári tory
tojope kuarahy avatity
tomyasãi mandyju ipanambi.

Ñañemitỹ,
tahory ñande kerayvoty
toĝuahẽ tetãgua araité
topu'ã Paraguái.

Petỹ ha ka'a, manduvi ha yva
maymáva ty'ái repy,
takuare'ẽndýre mboriahueta
onohẽ hi'ú pyrã.

Topa ñembyahýi, joayhu taheñoi
topu'ã ñane retã,
ñañembyatypa ha jasapukái
vy'ápe che retãygua.

A cultivar,
que renazca en la tierra el amor
que maduren los campos al sol
que hayan campos de blanco algodón.

A cultivar,
que en los sueños florezca el ideal
que haya el día de la redención.
Elevar la nación.

LETRA: Carlos Federico Abente
MÚSICA: José Asunción Flores

La resistencia campesina es por la tierra, por su espacio de vida y por la posibilidad de cultivar la tierra. Aunque esta relación tierra- agricultura, no tiene únicamente dimensiones económicas, que es la visión con la cual se han implementado las políticas de reforma agraria en Paraguay, la entrega de lotes agrarios y su interés en convertirlos en “productores” ligados al mercado, negando las otras dimensiones relacionas al *tekoha* campesino.

Esto, nos explica Ramón Medina de la OLT, la agricultura debe estar de nuevo en manos de los indígenas y campesinos, campesinas hay que recuperar las semillas, ellas no deben estar en un depósito especulando por los precios de mercado, deben estar en el campo, para alimentar a las personas y superar los problemas actuales el hambre y la miseria para recuperar la soberanía alimentaria y la soberanía territorial, por los recursos naturales en contra de los grandes latifundios y de la expansión de la soja, que incluye un proyecto de destrucción de la vida, de la identidad nacional, al ser despojados de las tierras, de las formas de convivencia, de las formas de producción, de todos los valores sociales que tenía el pueblo paraguayo como el *jopói*, la minga, la solidaridad, el trabajo comunitario, el intercambio de alimentos, que se van perdiendo por la penetración del modelo capitalista en su fase neoliberal y se ha sustituido esto por otros elementos y relaciones totalmente ajenas, desde afuera, por eso; se debe continuar con la movilización, contra la expansión de la soja y por la recuperación de los territorios (MEDINA, 2008, pp. 128-131).

Los programas de reforma agraria impulsados por el IBR desde su creación en 1963 crearon las colonias agrícolas para los campesinos y campesinas que reclamaban tierras para sus familias y migraron en la “Marcha al Este” para disfrutar de “la Tierra Sin Mal”. Sin embargo, las promesas de “bienestar” con la reforma agraria del Estado no fueron cumplidas. Primero, porque reforma agraria no es igual que reparto de tierras, es necesario modificar las estructuras agrarias; todo el aparato o urdimbre institucional de la actividad agraria, que implica además de la distribución de la tierra, las formas en que se las obtiene, las modalidades de explotación, el fortalecimiento de las relaciones sociales, la participación de los campesinos y campesinas en procesos que afectan sus vidas y del ser y del poder en sus territorios. No llegaron las garantías del Estado en cuanto a servicios básicos como salud, la educación, la recreación, la cultura y la participación. Los recursos necesarios para investigación, aplicación y difusión de tecnologías apropiadas para el campesinado. Los

servicios e infraestructuras para la producción de la tierra, insumos, semillas, créditos, asistencia técnica constante, acceso vial para garantizar la comercialización, o de economía social como el intercambio, trueque, o para la agroindustria, la artesanía y que esté garantizada la seguridad alimentaria de las familias campesinas.

La reforma agraria implica el reconocimiento político y social al campesinado, a las mujeres y a los pueblos originarios como actores fundamentales en la toma de decisiones, de manera a que la diversidad de sus visiones y prácticas sean incorporadas en las políticas de reforma agraria. Más que los tradicionales e ineficaces procesos de colonización o repartición de tierras que han conducido a una mayor pobreza de los supuestos beneficiarios, se requiere un apoyo decidido en servicios que promuevan en desarrollo rural, como infraestructura social y productiva, créditos, tecnología apropiada, asistencia técnica, mercados, respetando las autonomías de las organizaciones campesinas e indígenas. La reforma agraria exige un proceso de redistribución del poder político, social y cultural donde la democratización de las relaciones entre hombres y mujeres es un requisito ineludible, tanto al interior de las propias organizaciones como así también en la elaboración y ejecución de las políticas agrarias y otras leyes conexas (bosques, agua). Puntos 3 y 4 de Declaración del Seminario Internacional Reformas Agrarias en América Latina (ORTEGA; PALAU, 2008, pp. 219-220).

Segundo, la tierra no se distribuyó a los campesinos, se entregó a los colorados³¹; los acomodados del gobierno del partido colorado fueron los que mayor ventaja obtuvieron. Alfredo Stroessner incentivó y abrió las puertas a los capitales multinacionales que ahogaron a los campesinos y se vieron obligados a vender sus tierras. El gobierno de la dictadura y posteriores gobiernos colorados adjudicaron 11 millones de hectáreas de tierras destinadas para la reforma agraria a ex-presidentes de la República, militares, ministros, banqueros, empresarios y políticos oficialistas del partido colorado. El 57 % de las 11 millones de hás fueron entregadas a un grupo de 1.877 personas (BARRETO, 2006, p. 17). Muchas de estas tierras fueron deforestadas para la venta de madera, habilitación de pasturas para la ganadería y posteriormente vendidas por sus adjudicatarios por valores millonarios a los “brasiguayos” pues están en las zonas sojeras y son agro-ecológicamente las mejores del país y que en la actualidad siguen generando los conflictos por la tierra en el Paraguay. En la FIGURA 10 vemos los carteles de la resistencia campesina frente al Palacio de Justicia en Asunción en el campamento permanente por el Caso de Curuguaty, que describiremos más adelante, uno de los mayores conflictos por la tierra en el Paraguay, generados a partir de las tierras mal habidas adjudicadas al ex- senador del partido colorado Blas N. Riquelme.

³¹ Uno de los requisitos “no formales” para acceder a la tierra (1963-1989) era la presentación de la afiliación al partido colorado.

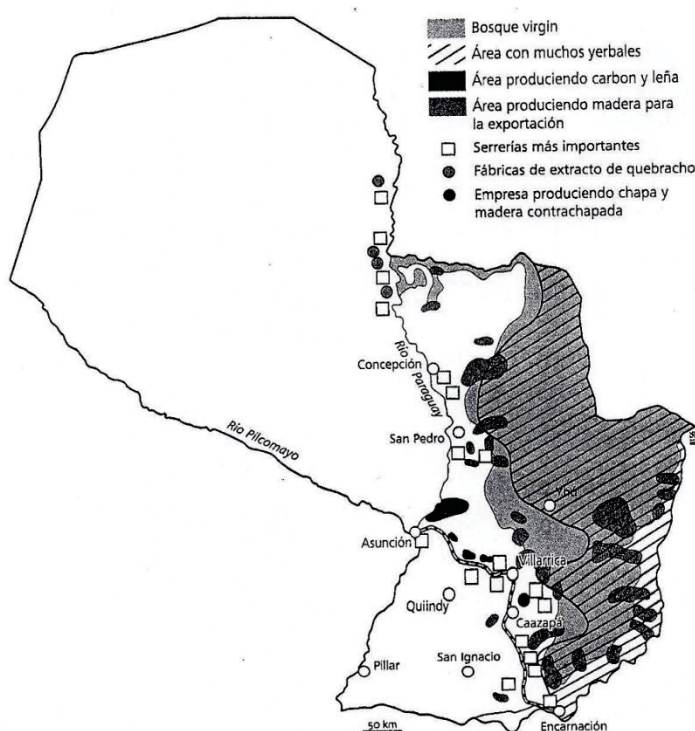
FIGURA 10 - CARTELES RESISTENCIA CAMPESINA



Fuente: Nuestras fotografías. Campamento permanente Caso Curuguaty, invierno de 2016.

Tercero, con la reforma agraria la deforestación aumentó. En lugar de expropiar los latifundios, se penetró en la selva, se comenzó a invadir los montes altos poblados por comunidades indígenas, enfrentando a los campesinos y campesinas en nuevos conflictos por la tierra y por el territorio, dejando a los privilegiados del sistema acumular millones de hectáreas. La explotación de madera fue uno de los resultados de la reforma agraria. En Paraguay se extinguieron varias especies forestales, y con ellos otras de la fauna y flora características de los bosques subtropicales del continente americano, estos salieron, en su mayoría como contrabando al Brasil, y de allí a Europa y a los Estados Unidos. En la FIGURA 11 vemos la localización de las industrias forestales desde 1945, cuando el Paraguay oriental era bosque virgen. Estas industrias contrataban a los campesinos e indígenas para la tala de árboles y el trabajo primario de madera en condiciones precarias. En lugar de la selva y de los árboles hoy se observa una agricultura totalmente tecnificada, que utiliza semillas transgénicas y agrotóxicos, expulsando a todo tipo de vida.

FIGURA 11- INDUSTRIAS FORESTALES DE 1945



FUENTE: Paraguay Rural 1870-1963. KLEINPENNING (2014, p. 379).

Y cuarto, la reforma agraria acompañó de alguna manera la *modernización*, la tecnificación e intensificación de la agricultura, utilización de semillas mejoradas, transgénicos, insecticidas, mecanización intensiva porque fue acompañado por las políticas agrícolas de la Revolución Verde que se dio en toda la región. El proceso de modernización agrícola fue impulsado principalmente desde la década de 1960 con el apoyo técnico y financiero de la Alianza para el Progreso (1961) que buscaban frenar las demandas de tierra por vías revolucionarias posterior a la experiencia exitosa de la Reforma Agraria cubana, buscaban además la ampliación de la frontera agrícola, la Revolución Verde y la agricultura de exportación. Esta modernización de la agricultura traía además el discurso de lograr un progreso económico acelerado en el Paraguay (PASTORE 1972, p. 27). Es decir, propuestas de políticas agrícolas en este período proponían que el crecimiento económico logrado en los países del norte desde hace varios años se podría lograr en el sur en un corto período de tiempo (KAY, 1998, p. 67; KAY, 2007, p. 53).

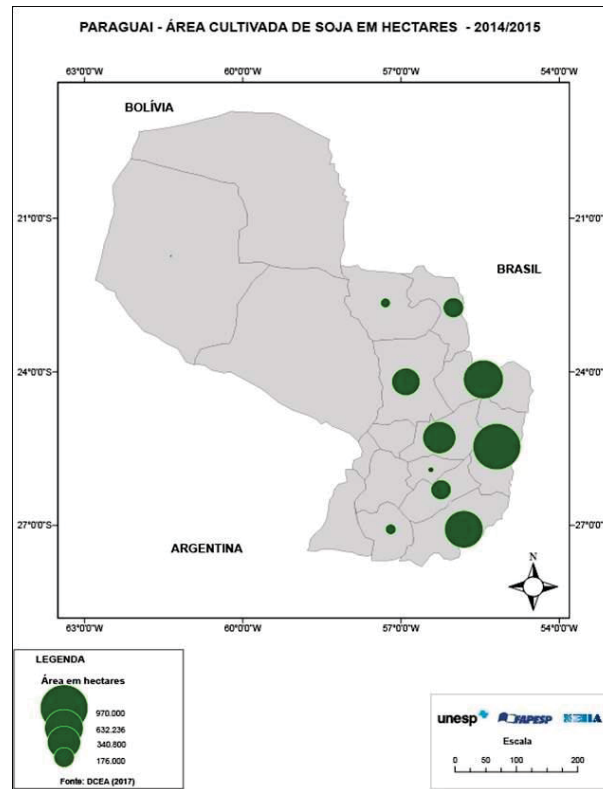
Estas promesas no llegaron, la generación de riquezas fue para el sector latifundista y para el campesinado que podía tecnificarse y adquirir el costoso paquete tecnológico para

modernizarse. Para García (2017) en la actualidad el Paraguay se encuentra en una segunda fase de la transformación tecnológica ahora desde la perspectiva de la revolución biotecnológica, que incluye como punto de inicio la década de 1990 hasta la actualidad, se observan que las políticas públicas agrícolas buscan incorporar los nuevos hitos tecnológicos para lograr el empleo de sistemas de producción con la introducción de la biotecnología, la nanotecnología, la agricultura de precisión y la formación de este nuevo régimen tecnológico que no es compatible con las anteriores estructuras institucionales y que requiere de superficies mayores de cultivos, colocando nuevamente el mismo discurso de la RV del aumento de la población y el hambre en el mundo, discursos ampliamente difundidos por la FAO, sin embargo, la “resolución del problema de la producción de alimentos”, no tiene en cuenta el problema de la distribución de los alimentos cosechados, como tampoco los impactos al ambiente y la presión de la frontera agrícola, actualmente hacia el Chaco paraguayo, como tampoco se reduce la utilización de agrotóxicos, biocidas y fertilizantes y su impacto sobre la salud y la vida de las personas, los animales y las plantas (op. cit, p. 40).

García (2017) presenta otra contradicción de la Revolución Biotecnológica, que incluyen a los impactos sociales en las comunidades campesinas que influyó de manera negativa, pues con la expansión de estas tecnologías se dio lugar al desplazamiento forzado de sus tierras a los campesinos, la degradación de las mujeres agricultoras, y la trágica ironía del aumento del hambre en presencia de una mayor productividad de alimentos (ibid.) entonces, por la presión de los empresarios del agronegocio y todo el sistema empresarial instalado en estos territorios, obligaron a los campesinos y campesinas a vender sus tierras y convertirse nuevamente en paraguayos sin tierras.

Lorena Pereira (2017) nos muestra la FIGURA 12 el Mapa del Paraguay donde se espacializa el área destinada al cultivo de la soja en el país de acuerdo con el departamento por hectáreas, siendo los mayores Alto Paraná, Canindeyú, Itapúa, Caaguazú y San Pedro.

FIGURA 12- TERRITORIALIZACIÓN DE LA SOJA EN PARAGUAY: SUPERFICIE CULTIVADA EN HÁS (2014-2015)



FUENTE: A Presença Brasileira e Argentina na Aquisição de Terras no Paraguai: Impactos e Resistências, p. 228 en base a datos de DCEA (2016); Org.: PEREIRA, L. (2016). PEREIRA, L. (2017, p 228).

Para Pereira (2017) uno de los motivos para el aumento de la producción de soja en Paraguay es los bajos impuestos para la exportación de las *commodity*, recordando que la mayor parte de la soja producida en el país es exportada *in natura*, o sea, el procesamiento de la misma ocurre fuera en Paraguay, que lo configura como un país con un modelo neoextrativista. En junio de 2017 el Ministerio de Hacienda propuso una ley que aumentaba en un 15% el valor de la soja exportada en su estado natural. Esta medida causó una gran conmoción por parte de las empresas y gremios de productores de soja, como la Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas -CAPECO, Unión de Gremios de la Producción - UGP y Cámara Paraguaya de Procesadores de Oleaginosas y Cereales- CAPPRO, se posicionaron contra tal medida afirmando que pondría en *jaque* el “desarrollo del país”, ya que el principal producto de exportación es la soja. Los productores de soja se unieron y realizaron diferentes manifestaciones en todo el territorio paraguayo. A pesar de que el Senado aprobó el aumento del impuesto, el ejecutivo vetó el mismo y Horacio Cartes se pronunció totalmente contra el impuesto. Esto evidencia a favor de qué sector están

destinadas las acciones del Gobierno en Paraguay, el papel del Estado en crear condiciones que garanticen la acumulación de capital y legitimar la acción del agronegocio y criminalizar las resistencias campesinas e indígenas (op. cit, p. 237).

En Nuestra América, existe en CLACSO- Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales un Gt- Grupo de Trabajo de Estudios Críticos del Desarrollo Rural, conformado por investigadores e investigadoras, quienes realizan estudios rurales desde la década de 1990, Giarracca (2012) nos señala que existen distintas “miradas”, “epistemas” (modos de conocimientos) que acompañan estos estudios rurales. Esta autora detalla tres paradigmas en constante tensión y debate: i) la cuestión agraria, primer paradigma, ii) el neodesarrollismo (o extractivismo) es el segundo paradigma y iii) el paradigma en construcción, constelaciones semánticas, es el tercer paradigma (GIARRACCA, 2012, p. 3-10).

En el primer paradigma de “la cuestión agraria” se tiene la centralidad de la tierra en la producción y se propone elaborar una teoría que permitiera comprender la ganancia del arrendatario y la renta del terrateniente o que significaban distintas productividades de tierra en los ingresos obtenidos. Este paradigma ubicó la agricultura en el funcionamiento del capitalismo y la centralidad de los alimentos para su funcionamiento. Su gran dilema fueron campesinos y comunidades indígenas desconocidas en la Europa donde pensaban. El segundo paradigma “neodesarrollismo” (o extractivismo) sostiene, no solamente la advertencia y crítica a la “cuestión agraria, sino que actualmente las dificultades también provienen de un “neodesarrollismo” que han instalado los gobiernos “progresistas” surgidos a en el siglo XXI (op. cit, p. 2-3).

El tercer paradigma en construcción, “constelaciones semánticas” por el status de maduración de este pensamiento crítico, Giarracca (2012) lo denominó “constelación semántica”, es decir conceptos, ideas cuyos sentidos se articulan, imbrican pero aún no logran la potencia que necesita un nuevo pensamiento político. Conceptos tales como “autonomía comunitaria”; “soberanía alimentaria”; “semillas como patrimonios de la humanidad”; “mercados locales”; “economías solidaria”; así como los aportados por los Pueblos Indígenas tales como “reciprocidad del trabajo” “autogestión” articulados con conceptos más amplios como “interculturalidad”, “Estado plurinacional” o “Estado pluriétnico”, “Derechos de la naturaleza”, “comunalidad”, “convivencialidad” “ mandar obedeciendo”, y el importante concepto que se ha traducido como “buen vivir” de la cosmovisión andina del *Sumak Kawsay*.

Todo este conjunto de conceptos proviene de pueblos en resistencias, o de aquellos que han dedicado sus vidas en acompañarlos con acciones y pensamientos y que nos permite, además, alejarnos de las lógicas en las que hemos sido conformados como profesionales o intelectuales (op. cit, p. 5-6).

Coexisten tres paradigmas en los estudios rurales y de los recursos naturales en América Latina: la vieja “cuestión agraria”, agiornada en algunos casos y en su forma más ortodoxa en otros; el “neodesarrollismo” que ven en cualquier transformación agraria “un progreso” que también puede estar en su estado puro, utilizando conceptos desarrollistas puros o se puede imbricar con las ideas de la “cuestión agraria” que sucede en muchos estudiosos que proviniendo del marxismo, justifican este proceso de “desposesión” en materia de recursos naturales. Por último, existe una constelación semántica, es decir un conjunto de ideas, conceptos, sentidos que tal cual las estrellas van configurándose, armando una figura, armando un espacio teórico que puede funcionar como programa político. Es decir, produce efectos, resignifica procesos, situaciones y habilita una nueva cultura política. Esa que necesitamos para producir nuevos mundos porque este en el que vivimos no sólo no es sustentable, no aguanta mucho tiempo más, sino que está produciendo demasiado sufrimiento social en todo el mundo (GIARRACCA, 2012, p.10).

Nuestro tema de investigación, la lucha por la tierra y reforma agraria en Paraguay, antigua demanda campesina y nuestra preocupación inicial se podría ubicar dentro la cuestión agraria, según el primer paradigma de los estudios rurales latinoamericanos de Giarracca (2012, p. 3), así como también dentro del tercer paradigma de constelaciones semánticas que se conformaron durante esta caminata por el *tekoha* campesino paraguayo y en resistencia junto con los movimientos campesinos.

En el diseño de la configuración del *tekoha* campesino paraguayo que proponemos el espacio y el tiempo son categorías que van juntas, por lo que la superposición territorio guaraní y territorio campesino, para nosotros es también una intersección de saberes, conocimientos, lugares, historias, voces, que toman sentido en un nosotros que se dió en una experiencia colectiva, dentro de las familias, las comunidades, las organizaciones y movimientos sociales. Esto se debe a que entendemos que en el territorio puede coexistir múltiples historias y trayectorias, las costumbres y las tradiciones, las identidades étnico raciales, géneros, generaciones, entre otros (HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2009; 2013).

1.3 LA DIVERSIDAD DE SUJETOS Y CONTRADICCIONES EN EL CAMPO PARAGUAYO

Vimos hasta aquí, que existe en Paraguay una ofensiva permanente del *sistema mundo moderno colonial* y sus múltiples estrategias para oprimir al campesinado. Sin embargo, se fortalecen también las resistencias y se destaca el creciente papel de la mujer para la visibilización de sus demandas, en relación con las problemáticas medioambientales, de violencias y a favor de la vida. Los jóvenes del campo también van tomando protagonismo en el escenario nacional. Entonces, nuestro sujeto de investigación “las campesinas y campesinos paraguayos” se desconstruyen pero también se reconstruyen en el espacio/tiempo/conflicto, que no es lineal, es pluriescalar y es cíclico.

Esta propuesta de releer los procesos relacionados a la reforma agraria en Paraguay en el espacio/tiempo/conflicto, se basa en la vida en ciclos de los guaraníes. María Inés Ladeira (2008) nos explica en la FIGURA 13 estas fases relacionadas con luna en dos tiempos, que equivalen a dos estaciones *ára yma* (tiempos antiguos- invierno) y *ára pyahu* (tiempos nuevos- verano). Los guaraníes tenían en cuenta además que en cada tiempo/estación la luna o *jasy* debe dar 6 vueltas describiendo siguientes fases (*jasy ray/* luna nueva, *jasy endy mbyte/* luna creciente, *jasy rova guasu/* luna llena, *jasy ñapytu-* luna menguante) cada una de ellas determinará qué actividades es posible realizar en la comunidad, las bendiciones, la limpieza, la siembra, la pesca, la caza, la recolección, el cuidado de los cultivos, la construcción, las artesanías, pedir permiso para preparar trampas para la cacería, rituales de iniciación, casamientos entre muchos otros (op. cit, p. 170).

En este momento, es importante mostrar la diversidad de sujetos en el campo paraguayo y algunas contradicciones que fueron apareciendo durante nuestra caminata de investigación. La relación entre el/la indígena guaraní y la/el campesino paraguayo, no ha sido lineal, la construcción de la identidad de nuestro sujeto de estudio fue forjada de manera dinámica, con prácticas territoriales tradicionales indígenas por un lado y otras que han sido modificadas y hasta impuestas en los procesos históricos modernos, coloniales, europeos que han vivido.

FIGURA 13- CALENDARIO GUARANI: LA VIDA EN CICLOS

A ilustração seguinte, que deve ser vista como uma espiral, é um esquema simplificado e padronizado dos ciclos das atividades básicas realizadas no *tekoa*, em consonância com as fases da lua e os dois tempos: *ara pyau* e *ara yma*.

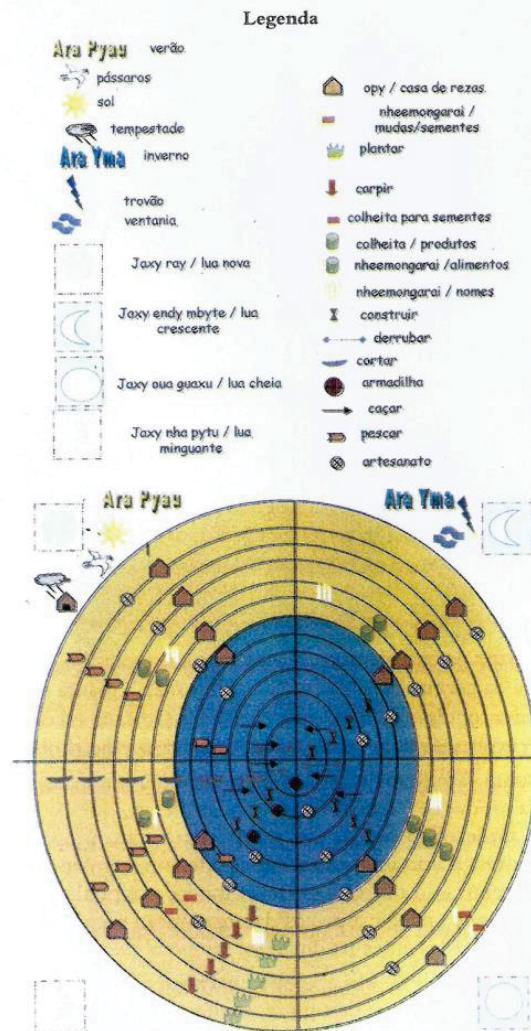


Figura 8. Calendário: a vida em ciclos. Elaboração: José Inlê Ladeira Maria, 2000.

FUENTE: Espaço Geográfico Guaraní-Mbya. LADERIRA (2008, p. 175).

En el campo de luchas y resistencias por la tierra y por el territorio en el Paraguay, se hace importante visualizar también a otros sujetos del campo paraguayo. Ramírez (2013) realiza una breve caracterización de los sujetos que disputan el territorio agrario paraguayo dentro del modelo capitalista global: i) empresarios, ii) campesinos y campesinas, iii) narcos, iv) carperos, v) indígenas. Siguiendo la propuesta de la autora hablaremos, aquí de los sujetos que todavía no hemos abordado, a los empresarios, narcos, carperos, indígenas e incluiremos también a vi) la Guerrilla, principalmente el EPP (Ejército del Pueblo Paraguayo), ACA

(Asociación Campesina Armada) que aparecen en el discurso político, mediático y popular en el Paraguay.

1.3.1 Empresarios del agronegocio

Para Gras y Hernández, (2013) los empresarios globales del agronegocio son aquellos que organizan su producción con independencia casi total con las relaciones sociales y económicas localizadas en el territorio local y/o nacional. Para ellos, el territorio es solo un recurso funcional a su acumulación. A lo que Ramírez (2013) señala que esto contrasta fuertemente con lo que significa el territorio para los campesinos, que conectan la tierra con sus tradiciones y cultura, y todavía más para los indígenas, el *Teko* y el *Tekoha*, nuestro espacio de vida.

Luis Rojas Villagra (2009), realiza una clasificación sobre los agro empresarios del Paraguay agrupándolos de la siguiente manera: i) *Corporaciones transnacionales*: Ellas concentran la provisión de insumos y la comercialización y su presencia en los territorios se camufla con otras figuras de tipo asistencialistas, ii) *Empresas Nacionales*: La gran mayoría tiene intervención de capitales brasileños y argentinos, con lo cual se complejiza la categoría “nacional” para el servicio de intereses extranjeros y iii) *Cooperativas*: Sus socios son principalmente de ascendencia europea y menonita. Los rubros principales son la exportación de soja, lácteos y carne.

Una de las cuestiones más interesantes resulta el perfil del empresario latifundista en Paraguay, se trata de un tipo de empresario dependiente de los recursos del Estado y de las licitaciones que deberían ser públicas. Palau (2005) los denomina “empresaurios” o “pseudo empresarios” por su carácter corrupto, tradicionalista, no autónomo, no competitivo y dependiente de la competencia desleal. Este empresario propende al enriquecimiento por vías del contrabando, evasiones, desvíos de fondos públicos (ibid.). Este tipo de empresario, dice Palau (2005) se encuentran nucleados en la Asociación de Productores de la Soja- APS, la UGP y la CAPECO. Estos empresarios ven en la lucha por la tierra de las organizaciones campesinas una amenaza y los criminalizan como “invasores de la propiedad privada”. Esto se basa principalmente debido a la forma en que fueron usurpadas las tierras, características basadas en condiciones fraudulentas, violentas e irregulares que datan de la época del stronismo. La Comisión de Verdad y Justicia (2016) estima que se localizan unas 8 millones

de hectáreas de tierras malhabidas entre 1954 y 2003 que fueron robadas a campesinos y campesinas y hasta la actualidad no han sido devueltas (TMH, 2016).

Pereira (2017), nos dice que en la actualidad en Paraguay al igual otros países de Nuestra América, emerge un proceso de extranjerización y acaparamiento de tierras, donde los empresarios antiguos, asumen nuevos papeles, por ejemplo con fondos de inversión que pasan a invertir cada vez más en la adquisición de tierras; empresas de capital internacional - globales y regionales - que se territorializan sobre toda la región. Entonces los empresarios o agentes nacionales asumen nuevas funciones y se vuelven más esenciales para la territorialización del capital internacional en sus países; los Estados, que aunque no adquieren tierras directamente, poseen empresas estatales y fondos soberanos para tal acción, los Estados son cruciales, pues cada vez más ejercen funciones de impulsar inversiones internacionales en la agricultura y, al mismo tiempo y en algunos casos, garantizar que tales las inversiones no afecten negativamente. En el caso de Paraguay, el Estado implementa diversas políticas públicas y leyes en favor de empresas internacionales y es omiso en relación a las infracciones cometidas por esas empresas, como el Caso de Curuguaty (Campos Morombí) y Ñacunday (Grupo Favero), que veremos detalladamente más adelante, criminaliza la lucha por el territorio de las comunidades campesinas e indígenas. Estos agentes actúan como una red de sistemas en los que se articulan con el objetivo de crear estrategias para acumular capital, controlar todo el proceso productivo-producción, insumos, almacenamiento, procesamiento y comercialización- y controlar el territorio y desterritorializar campesinos e indígenas, para el imperio del agronegocio (op. cit, p. 404).

1.3.2 Narcos

Para Ramírez (2013) los narcos sujetan a los campesinos a la producción de marihuana bajo penas de represalias. Narcos y empresarios del agronegocio son básicamente anticampesinos. Representan actualmente un actor de poder. Se encuentran vinculados a la producción de marihuana y el tráfico de cocaína. Al respecto dice Tomás Palau:

Este grupo, íntimamente vinculado a todas las esferas de poder, completa sus ganancias con el lavado de dinero. Se trata de un poder paralelo, subterráneo pero visible para toda la población (especialmente la rural) que controla importantes recursos de poder político y administrativo del Estado (PALAU, 2005, p. 36) .

Tomás Palau (2012) realiza una reflexión sobre varios acontecimientos violentos principalmente al norte del país para mencionar que en el Paraguay existen 4 grupos de poder

real: los ganaderos, los narcos, los empresarios mafiosos y los sectores vinculados a empresas transnacionales (donde incluye a los sojeros, agroexportadoras, el sector financiero, la mayoría de los medios de prensa empresariales, y otros) quienes son amparados políticamente por sectores de derecha ubicados en varias instancias del Estado y todas las escalas. Reflexiona sobre ataques en Huguá Ñandú (2006) Kurusu de Hierro y Tacuatí (2008) donde automáticamente la prensa se refiere al EPP, para después relacionarlos directamente a la izquierda política y a las organizaciones campesinas, criminalizándonos (op. cit, p. 301).

Después de analizar varios eventos ocurridos durante el Gobierno de Lugo, casi de manera profética Tomás Palau expuso en un diario digital E'A en la primavera de 2011 algunos puntos que llamó “coincidencias” y expresó su “derecho a la duda” sobre los acontecimientos que estaban ocurriendo en el Paraguay lo que desencadenaría meses después al juicio político de Fernando Lugo, en el invierno del 2012.

Por la forma como está actuando la prensa en estos casos, una prensa por cierto vocinglera, alarmista, ultraconservadora, con periodistas cuya ética deja mucho que desear y dueños de medios estrechamente vinculados a intereses de aquellos cuatro grupos citados al comienzo, cualquiera tiene derecho a dudar. A dudar y en consecuencia a plantearse otras interpretaciones del mismo hecho. Dado que todas las coincidencias apuntan a un mismo grupo de objetivos: desarticular a organizaciones campesinas, a crear un clima de zozobra en la ciudadanía, atemorizar a determinados grupos, a desestabilizar las acciones que pueda tomar un ministerio del interior menos hostil hacia sectores populares, a militarizar el campo para resguardar el inminente inicio de la siembra de la soja, o saldar cuentas entre narcos, o entre sectores de la policía en zonas donde la ley está dada por otros criterios que no emanan precisamente de las leyes del Estado...Que los enfrentamientos de Huguá Ñandú, Curizú de Hierro y Horqueta ahora, son “ajustes de cuenta” entre narcos, o entre policías que apoyan a los narcos y policías “institucionalistas”. Que estos hechos forman parte de un plan a más largo plazo, destinado a despejar el campo de campesinos para poder implementar proyectos directamente relacionados a la expansión de monocultivos, a la expansión de la ganadería y –por qué no- de cultivos, así llamados “ilícitos” (PALAU, 2012, pp. 304-305).

Benegas (2013) escribió en la posdata de su libro “La Masacre de Curuguaty. Golpe Sicario en el Paraguay” que el 3 de febrero del 2012, justo a 24 años de la caída de la dictadura militar, murió el candidato a la Presidencia Lino César Oviedo; ex -militar, mano derecha del ex -presidente colorado Andrés Rodríguez que derrocó la dictadura de Alfredo Stroessner y que “controlaba” el comercio de mercaderías que ingresaban al país incluidos el armatráfico y el narcotráfico. El helicóptero que lo llevaba a un acto proselitista se hizo añicos, al igual que los cuerpos de los tripulantes, continúa este autor, Horacio Cartes es el sospechoso de ser el más importante lavador de dinero proveniente del narcotráfico y a él también lo señalan como el principal articulador de fuerzas parlamentarias para la rápida destitución de Fernando Lugo que comenzó en la Cámara de Diputados en 21 de junio y

culminó el 22 de junio, en el Senado, con sentencia pre- establecida, a lo cual el entonces Presidente de Uruguay, José Mujica atribuyó al narco- coloradismo (op, cit, p. 125).

1.3.3 Carperos

El carpero es un actor relativamente reciente y se circunscribe alrededor de las tierras de Ñacunday -departamento de Alto Paraná, escenario histórico de lucha por la tierra y por la libertad, como veremos en el capítulo II, dentro de los yerbales, que fueron los bosques naturales de yerba mate (*ilex paraguayensis*). Con su accionar, los carperos en la actualidad han puesto de manifiesto operaciones fraudulentas del “enclave sojero”, con lo cual su presencia en la escena pública significa un riesgo y por eso reciben una imagen negativa a partir de una permanente campaña mediática de desprestigio, detenciones y allanamientos. Actualmente, el movimiento carpero se encuentra debilitado nos dice Fogel (2013) y llega a hablar de un “cuasi exterminio” para definir su violenta retracción.

La Liga Nacional de Carperos- LNC de campesinos sin tierra que también reclaman la reforma agraria se constituyó en el Paraguay en los últimos años del gobierno de Fernando Lugo, utilizando nuevas estrategias en las luchas por la tierra, según Fogel (2012) y el origen del movimiento comenzó con la desilusión hacia las organizaciones campesinas tradicionales. Los líderes campesinos que gestionaban tierras en el INDERT, algunos por muchos años como parte de las comisiones vecinales, es decir las organizaciones locales del departamento de Alto Paraná comenzaron a reunirse también en la Plaza Uruguay de Asunción y a discutir entre ellos qué podría hacerse, dado que los dirigentes de las organizaciones tradicionales no querían presionar al gobierno de Lugo para no poner palos a la rueda, y más bien comenzaron a buscar algunos cargos dentro de las instituciones públicas(op. cit, p. 15).

Fogel (2012) nos cuenta de la estructura organizativa de la Liga Nacional de Carperos que está constituida por 193 comisiones vecinales que gestionan tierras en el INDERT; el tamaño de estas organizaciones de base varían desde 2.800 hasta 18 censados por comisión vecinal, pudiendo estimarse en 260 campesinos el tamaño medio de la membresía, y en 50.000 la cantidad de adherentes o carperos censados. La Liga Nacional de Carperos tiene relaciones de alianza con organizaciones campesinas regionales, tales como San Pedro Norte y Asociación de Agricultores del Alto Paraná - ASAGRAPA con sede en Hernandarias, y otras organizaciones. Sin embargo, las comisiones vecinales incorporadas a la LNC están en

todos los departamentos de la Región Oriental, pero son más visibles las que acamparon en Ñacunday- Alto Paraná y en Yvyrapytyá, Curuguaty- Canindeyu (op. cit, p. 16-17).

Los carperos movilizados en Ñacunday, en un sector del parque nacional, de Ñacunday desmontado y mecanizado por el sojero brasileño Tranquilo Favero³², que es el mayor productor de soja en el país, posee nueve empresas que explotan negocios en el sector oleaginosas, desde el procesamiento y distribución de semillas hasta la elaboración e importación de agroquímicos, el financiamiento de la producción, provisión de maquinarias y combustibles y la exportación. Las empresas del grupo Favero están distribuidas en 13 de los 17 departamentos del Paraguay, y en relación a la extensión de sus tierras Tranquilo Favero afirma que tiene solamente tierras en trece departamentos del país aptos para el cultivo de granos como para la ganadería; se trataría aproximadamente de 140.000 has, sin embargo los campesinos afirman que tendría 1 millón de hectáreas. De las cuales, en la zona de Ñacunday unas 55.000 estarían destinadas al cultivo de la soja. El grupo Favero tiene 18 silos además de un puerto privado sobre el río Paraná; solamente el silo Santa Catalina canalizó la mayor parte de las exportaciones básicamente de soja que en el 2007 llegó a 35,2 millones de dólares (ROJAS, 2009, FOGEL, 2012, p. 18).

Traquilo Favero es el caso más emblemático de cómo la extranjerización de la tierra paraguaya por brasileños impacta la soberanía nacional, con total apoyo del Estado, su negligencia, mientras la reforma agraria y los movimientos de lucha por la tierra son criminalizados. Favero es conocido como el enemigo número uno de los sin tierras de

³² Tranquilo Favero se considera un paraguayo, lo relata al medio que lo entrevistó Folha.com donde afirma que se naturalizó hace 25 años y que hace 42 años vive en el Paraguay. Pese a esto, confiesa que no habla guaraní porque cuando se tiene dinero no hace falta. "Un amigo me dijo que no necesito aprender el guaraní si tengo muchos de ellos en el bolsillo", contesta Favero a la consulta. El sojero también fue indagado por la periodista Laura Capriglione, quien le consultó si realmente tiene un millón de hectáreas, pero no respondió. "Ellos quieren ponerme el rótulo de latifundiaro gringo de mierda, tengo menos tierras". "¿Cuántas?", le insiste, pero Favero no responde. Entre otras de sus inquietantes declaraciones, elogia la dictadura de Alfredo Stroessner indicando que en aquella época el país era más seguro. "En aquella época se podía dormir con la ventana abierta y nadie te robaba. Estamos empeorando desde entonces", señala. Favero continúa la nota señalando a los "carperos" como delinquentes con quienes es inútil tratar con diplomacia, "porque ellos deben ser tratados como mujer de malandro que solo obedece a base de palo". También expresa que los mismos quieren trabajar con "un sistema de carros a bueyes usados en la época de mi abuelo. Hoy, si no se puede competir en el exterior, moriremos. Uno no es dueño del precio del producto, los precios vienen de afuera, estamos obligados a ser eficientes", dice. Finalmente, el sojero cuestionado por los "carperos" expresa que odia la pobreza y que no cree que hay que dar limosna a gente sana, ni en los milagros, aunque se describe a sí mismo como un católico. "Soy católico, pero si me arrodillo frente a un salame rezando 'Padre nuestro que estás en el cielo' muero de hambre. El salame no vendrá", finaliza (abc Color, 13 de febrero de 2012).

Paraguay según la REVISTA VEJA, 13 de febrero de 2012 y está involucrado en decenas de conflictos, en el que el más expresivo es el de Ñacunday, distrito del departamento de Alto Paraná, donde más de 8.000 militantes del Movimiento de los Carperos ocuparon tierras de Favero consideradas como malhabidas y aún así fueron reprimidas y el Estado paraguayo fue totalmente connivente con Favero, que ejerce mucha influencia en la No reforma agraria en el país (PEREIRA, 2017, p. 202).

Entonces, Favero representa al mayor latifundista y anticampesinista de la actualidad, sin embargo el conflicto por las tierras de Ñacunday tiene sus orígenes, como muchas otras por ejemplo las de Marina Kue³³, en la venta de tierras públicas a otros extranjeros finalizada la Guerra Guasu. En el caso de Ñacunday las tierras que pertenecían a 7 yerbales del Estado fueron vendidas Dominique Barthe, nacido en Pou, región vasca de Francia, quien llegó a los 12 años Argentina en 1867 y para los 45 años de edad se habría convertido en el millonario y latifundista más célebre a ambos lados del río Paraná (Paraguay y Argentina), especialmente debido a la explotación de yerba mate, madera, cueros y tabaco y transporte de buque a vapor por el río Paraná desde Asunción hasta Buenos Aires.³⁴ En las plantaciones yerbateras de Barthe trabajaban miles de peones en régimen de esclavitud, los llamados *mensú*. “En una célebre carta, León Naboulet se refiere al latifundista y millonario como un conocido explotador de peones en el Alto Paraná” (ULTIMA HORA, 25 de setiembre de 2011).

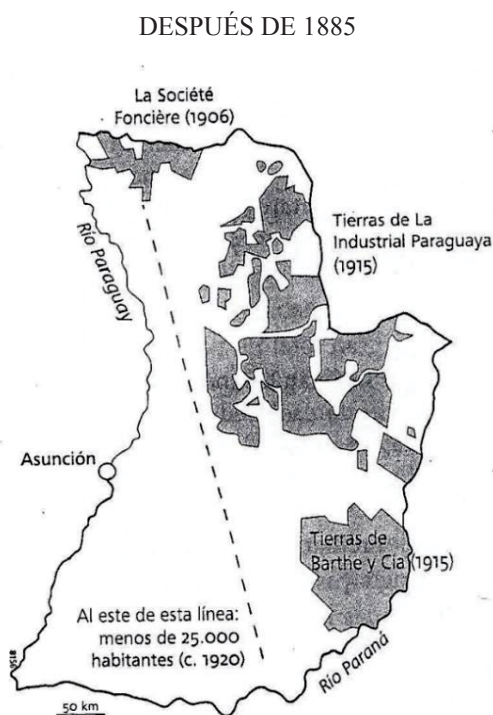
En la FIGURA 14, Kleinpenning, nos muestra la ubicación de la compañía latifundista más importante que se estableció en Paraguay Oriental La Industrial Paraguaya-LIPSA, fundada 1886 que adquirió 855.000 hás de yerbales naturales, en la parte nororiental del Paraguay. También con un total de 2.647.727 hás de tierras más al sudeste pasaron a la propiedad del francés Domingo Barthe y la ubicación de las 465.000 hás de tierras al norte en

³³ Conflicto por la tierra que desató la Masacre de Curuguaty conocido como Caso Curuguaty el 15 de junio de 2012, que ocasionó el juicio político de Fernando Lugo (2008-2012).

³⁴ Al igual que varios inversionistas extranjeros, como Carlos Casado, La Industrial Paraguaya y La Société Foncière, la firma Barthe & Co, dirigida por Dominique Barthe, que se hizo llamar Domingo Barthe, llegó a adueñarse de 1.125.000 hectáreas, la mitad del actual territorio del Departamento de Alto Paraná, según rescata Óscar Agustín Torres, investigador de la Universidad Federal de Santa María, Rio Grande do Sul, en su obra. Cuestión agraria en Paraguay: la matriz histórica del problema de la tierra. (ULTIMA HORA, 25 de setiembre de 2011).

el departamento de Concepción al igual que 37.5000 hás en el Chaco fueron adquiridas por *La Société Foncière*.

FIGURA 14- PROPIEDADES EXTRANJERAS ADQUIRIDAS EN EL PARAGUAY ORIENTAL



FUENTE: Paraguay Rural 1870-1963. KLEINPENNING (2014, p. 206).

De las tierras de Ñacunday están en disputa 257. 904 há, que fueron restituidas al Estado Paraguayo a principios de 1960, por una sentencia definitiva de la Corte Suprema de Justicia que cuestionaba la venta de estas tierras a finales del siglo XIX a los compradores Arturo Watzernborn, Pedro Cardona y Manuel González, quienes solamente pagaron una cuota de los 4 acordados, por lo cual el Estado recuperó las tierras y anuló los títulos de los “morosos”. A pesar de no ser los dueños de aquellas tierras, estos tres hombres vendieron las tierras a Domingo Barthe y los descendientes de Barthe iniciaron un proceso judicial para hacer valer su título de propiedad en 1921, donde la Fiscalía General de la República ratificó que era propiedad del Estado Paraguayo y la nulidad de los títulos de los herederos de Barthe. Este juicio conocido como el caso “Estado paraguayo contra herederos de Domingo Barthe sobre reivindicación de inmuebles de unas tierras en Alto Paraná” duró décadas y el 27 de junio de 1960 por un acuerdo mutuo se indemnizó a la familia Barthe por daños y perjuicios y la recuperación definitiva de las tierras al Estado; sin embargo las tierras se siguieron vendiendo con los títulos anulados. El 28 de noviembre de 1969 apareció Silvia Barthe, hija

extramatrimonial de Domingo Barthe; transfiriendo la finca 1024 al Banco de Asunción; cuyos principales accionistas estaban ligados al stronismo.

El Banco Asunción vende a una empresa en formación que se llama Gulf and Western American Corporation; supuestamente esta empresa adquiere las 55.000 has. y solicita su colonización privada. El Estado solicita conforme a la normativa vigente tres reservas en distintos núcleos de la colonia que totalizan 12.000 has, para usarlas en lo que más convenga a sus intereses, luego de algunos años la empresa le transfiere sus derechos y obligaciones sobre esas tierras a Agriex Sucursal Paraguay, que se constituye como una suerte de satélite de la Gulf and Western. En 1999 la empresa Agrotoro de Tranquilo Favero, se hace a su vez cesionario de los derechos y obligaciones de Agriex Sucursal Paraguay en las aéreas de colonización privada (FOGEL, 2012, p. 20).

Muchos campesinos, se preguntaron si el Estado ya había anulado los títulos de los herederos de Barthe, cómo fue posible que Silvia Barthe pudiera transferir la misma firma al Banco de Asunción en 1969? ¿y cómo fueron a parar en manos de Tranquilo Favero? Aquí los actuales usurpadores de las tierras reproducen un discurso para justificar todo tipo de violencias cometidas en contra de los campesinos e indígenas del Paraguay “nosotros somos compradores de buena fé, hay que buscar a quien nos estafó” (Radio Manumental 1080 AM, febrero de 2012). Sin embargo para la Liga Nacional de Carperos estas tierras corresponden a tierras malhabidas, es decir adquiridas de formas fraudulentas durante la dictadura de Stroessner y deben ser devueltas al Estado Paraguayo para la reforma agraria.

Un nuevo juicio, esta vez entre el INDERT y Tranquilo Favero, fue una vez más la demostración del atropello a todo tipo de vida y resistencia de los campesinos paraguayos, pues como lo relata Fogel (2012) los arrogantes latifundistas invaden las instituciones nacionales:

Curiosamente en el marco de ese proceso, abogados de Favero con una fiscal que no se tomó el trabajo de identificar causa, delito ni unidad penal alguna llegó con un acta de allanamiento para “recuperar los documentos de los cuales el INDERT se había apropiado”. En este mar de despropósitos resulta pertinente aclarar que es esta institución la que había promovido la demanda “INDERT sobre mensura judicial” y que la misma no podría apropiarse de un documento que le pertenece. La fiscal y los abogados de Favero hurgaron en la institución para llevar el expediente que no es de Favero sino del INDERT. En relación a este atropello en el que participó la fiscal con los abogados de Favero irrumpiendo en las oficinas del INDERT no se tuvo conocimiento de intervención alguna del Jurado de Enjuiciamiento a raíz de un atropello insólito a una institución del Estado (FOGEL, 2012, p. 23).

Este mismo autor nos cuenta que Tranquilo Favero, los sojeros brasileños, los brasiguayos, en general los sojeros paraguayos y extranjeros agrupados en los llamados gremios de la producción lograron abortar la mensura planteada por el INDERT, con activa

cooperación de fiscales, jueces y el propio Jurado de Enjuiciamiento. Los carperos que estaban acampando debajo de la servidumbre del electroducto de la ANDE sufrieron desalojos, y con apoyo del gobierno fueron reubicados en el Parque Nacional, también reclamado por Favero, y de hecho ya parcialmente deforestado; por lo menos 3 carperos fueron muertos, 32 carperos fueron enjuiciados penalmente y muchos de ellos se vieron obligados a buscar otras carpas como las de Marina Kué, donde 11 campesinos sin tierra encontraron la muerte en Curuguaty.³⁵

1.3.4 Indígenas

Si los conflictos de los campesinos en Paraguay son de larga data, qué podríamos decir de los indígenas que históricamente pasaron del atropello a la invisibilización y viceversa. La historia sobre los indígenas en Paraguay, es la historia de la resistencia en todos los sentidos. Según el último censo (2002), Paraguay registra una población indígena de 87.099 habitantes, lo que representa el 1,7% del total del país. Se encuentran principalmente en las zonas rurales, aunque también han sido expulsados por el agronegocio a las ciudades como Asunción, Encarnación, Pedro Juan Caballero, Ciudad del Este y las colonias menonitas en el Chaco Central. En Paraguay están distribuidos en 19 pueblos y agrupados en 5 diferentes familias lingüísticas; i) *Guaraní*, ii) *Mataco Mataguayo*, iii) *Zamuco*, iv) *Maskoy*, v) *Guaicurú*. Cada uno de ellos son poseedores de una cultura milenaria reflejada en su lengua, sus conocimientos y prácticas y saberes ancestrales. La Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos- DGEEC y la Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social- STP realizaron el Censo de Comunidades de los Pueblos Indígenas del Paraguay (2012) cuyos resultados se observan en el siguiente CUADRO 1.

³⁵Un estudio completo de la lucha por la tierra en la región de frontera entre Paraguay y Brasil, sus orígenes y consecuencias para los campesinos paraguayos, además de unas reflexiones de lo que pasó en la masacre de Curuguaty (15 de junio de 2012) se encuentran en el trabajo de Ramón Fogel (2013) denominada “Las tierras de Ñacunday, Marina kue y otras calamidades”. Desde una visión más descriptiva y periodística de los hechos y los protagonistas, Julio Benegas Vidallet (2013) presenta su trabajo sobre “La Masacre de Curuguaty. Golpe Sicario en el Paraguay”.

CUADRO 1 – POBLACIÓN INDÍGENA POR UBICACIÓN DEPARTAMENTAL, SEGÚN FAMILIA LINGÜÍSTICA Y PUEBLO - 2012

Familia lingüística	Pueblo	Ubicación departamental 2012	Población total 2012
Guarani	Pai Tavyterã	Amambay, San Pedro, Concepción y Canindeyú	15.494
	Aché	Canindeyú, Alto Paraná, Caazapá y Caaguazú	1.884
	Avá Guaraní	Alto Paraná, San Pedro, Caaguazú, Concepción, Canindeyú y Asunción	17.921
	Mbyá Guaraní	Concepción, Itapúa, Caaguazú, Canindeyú, Caazapá, Guairá, Alto Paraná y San Pedro	20.546
	Guaraní Ñandéva	Boquerón	2.470
	Guaraní Occidental	Boquerón	3.587
Mataco Mataguayo	Nivacé	Boquerón y Presidente Hayes	14.768
	Manjui	Boquerón	582
	Maká	Central, Presidente Hayes, Itapúa y Alto Paraná	1.888
Zamucó	Ayoreo	Boquerón y Alto Paraguay	2.461
	Ybytyso	Alto Paraguay	1.915
	Tomárãho		152
Lengua Maskoy	Toba Maskoy	Alto Paraguay y Presidente Hayes	2.072
	Enlhet Norte	Boquerón y Presidente Hayes	8.167
	Enxet Sur		7.284
	Guaná	Concepción y Alto Paraguay	393
	Angaité	Presidente Hayes, Boquerón y Alto Paraguay	5.992
	Sanapaná	Presidente Hayes	2.866
Guaicurú	Qom	Presidente Hayes y San Pedro	1.939

Fuente: Censo Indígena. DGEEC- STP (2012)

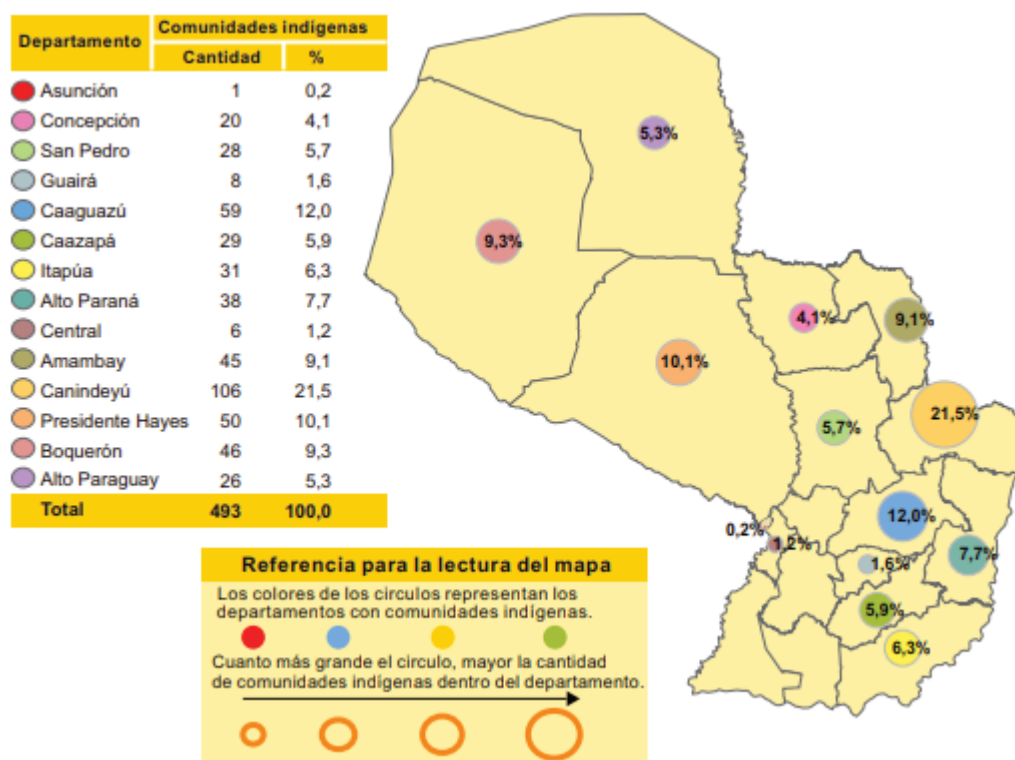
Con el CUADRO 1, es importante reconocer que la cultura Guaraní no es la única que integra el actual territorio paraguayo, esto desafía discursos como lo afirma Paola Canova (2016) en su trabajo antropológico sobre los indígenas ayoreos urbanos de Filadelfia en el Chaco Paraguayo. Ella desmitifica dos imaginarios muy arraigados en nuestra sociedad occidental moderna colonial: i) mito 1- *todo lo indígena es Guaraní*, sin embargo nos recuerda la diversidad simbólica, cultural y lingüística del Paraguay, actualmente con 19 grupos indígenas, pertenecientes a 5 familias lingüísticas y ii) mito 2- *de la autenticidad cultural*, solo los indígenas que viven en el campo/monte son auténticos, esto se base en la idea en que las culturas indígenas están construidas de manera estática vinculadas a un pasado pristino, en vías de extinción, lo que se convierte en un problema principalmente para los indígenas urbanos, porque cuando ellos no consiguen vivir en base a nuestros estereotipos idealizados, cuestionamos su autenticidad (ibid.).

Sin embargo, para nuestra investigación, visualizamos que ha sido el Guaraní, el idioma y cultura que ha persistido en las familias paraguayas, por lo cual seguimos estudios relacionados a ellos, el Guaraní paraguayo es hablado y vivido en la mayoría de las familias campesinas. Con este recorte no pretendemos desconsiderar las otras familias lingüísticas y culturas minoritarias, ni colocarlas en una situación de subalternización, principalmente porque el pueblo Guaraní, no se encuentra en situación diferenciada ante los conflictos que enfrentan los pueblos indígenas en el país.

Por ejemplo, la expansión del cultivo de la soja en el Paraguay se da también a expensas de los pueblos indígenas cuyas tierras toman en arriendo los empresarios, a pesar de prohibiciones expresas consignadas en la Ley 904/81 que establece el Estatuto de las comunidades indígenas. Los efectos dañinos se dan en la salud de los indígenas expuestos al uso intensivo de biocidas, así como a través de la contaminación química de los suelos y cursos de agua de los que dependen los indígenas, y del debilitamiento de la organización social de las comunidades; la destrucción del hábitat indígena se da con el desmonte que deja devastada la mayor parte de la superficie de los pueblos indígenas que se encuentran en la región sojera (FOGEL, 2005, p. 44).

En la FIGURA 15 se observa que los mayores departamentos donde se encuentran la mayor cantidad de comunidades en la Región Oriental son Canindeyú con 106 comunidades y Caaguazú con 56 comunidades. En la Región Occidental o Chaco, se encuentran mayoritariamente en Presidente Hayes 50 comunidades y en Boquerón 56 comunidades.

FIGURA 15 – DISTRIBUCIÓN DEPARTAMENTAL DE LAS COMUNIDADES INDÍGENAS



Fuente: Censo Indígena. DGEEC- STP (2012, p. 34).

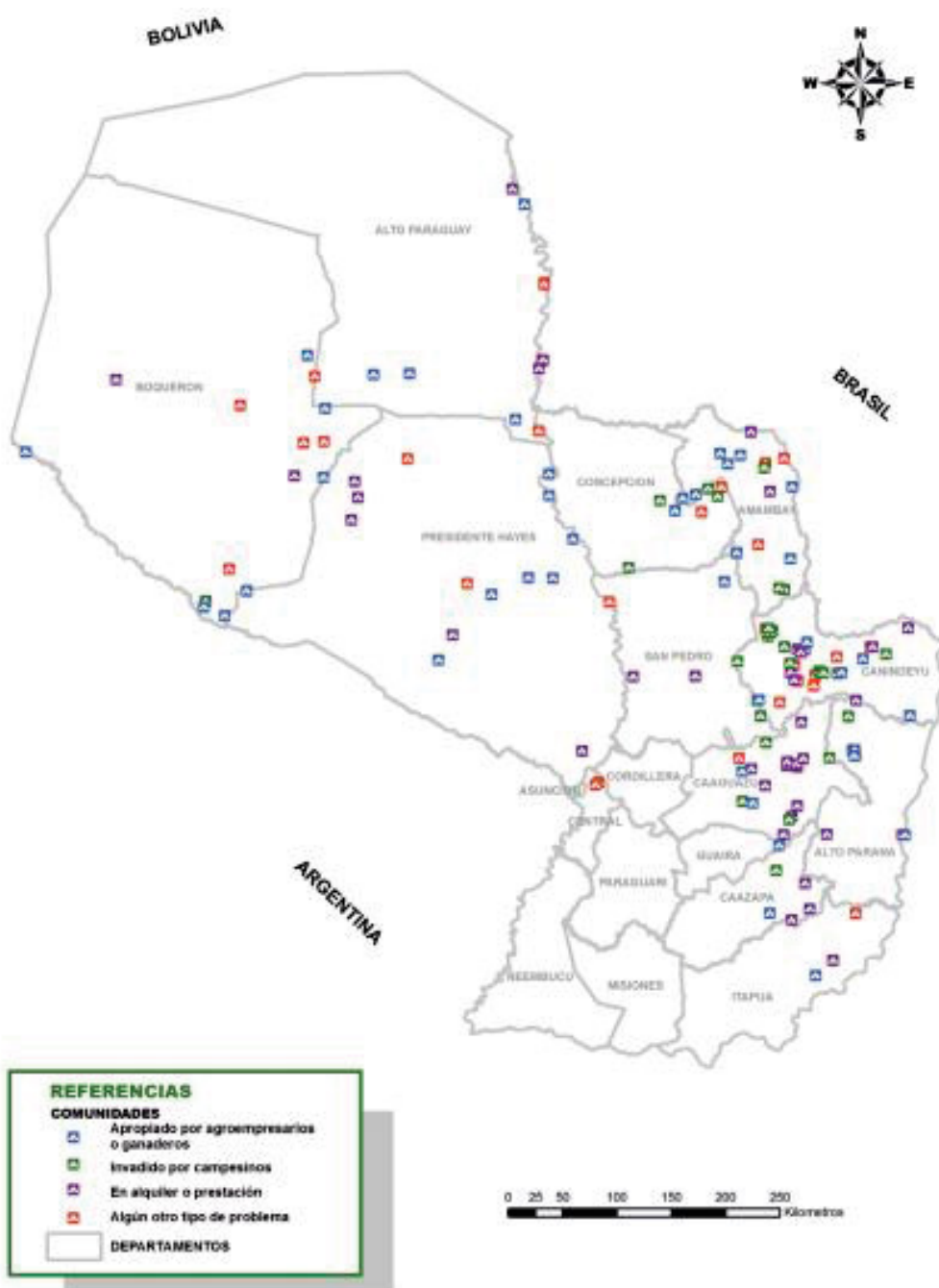
En el informe final de la Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay-CODEHUPY (2012) dan cuenta detalladamente de las diferentes formas de discriminación a las que son sometidos los indígenas y la disputa por el territorio con los campesinos y campesinas donde ambos son oprimidos en sus derechos como en la criminalización de sus luchas, ejecuciones arbitrarias y desapariciones, torturas y otros tratos crueles, inhumanos y degradantes, trabajos forzosos, detenciones y procedimientos arbitrarios o abusivos, desalojos ilegales, puesta en vigor de una normativa legal punitiva (op. cit., pp. 25-35). En el contexto actual se agudizó la venta irregular de territorios indígenas, que se realizó luego de la caída del Gobierno de Fernando Lugo en 2012 por un lado, y la disputa entre campesinos e indígenas por el otro. En este sentido para Ramírez (2013), se observa que en el

desplazamiento forzado de los campesinos, campesinas e indígenas por parte los empresarios del agronegocio se despiertan nuevos antagonismos entre sectores subordinados.

En la FIGURA 16 vemos la distribución territorial de las comunidades indígenas que declararon en el Censo Indígena del 2012 tener conflictos por la tierra, referenciados con conflictos por la apropiación del agronegocio de la soja o ganaderos, invasión por campesinos, problemas por la prestación o alquiler, otros por la superposición de títulos y otros tipos de problemas. Los conflictos se dan mayoritariamente en los departamentos de Canindeyú, Caaguazú y Amambay de la Región Oriental que coincide con la región de expansión de la soja como vimos anteriormente en el Mapa de Pereira (2017) de la FIGURA 12.

En cuanto al uso de la tierra alquilada a paraguayos y *brasiguayos*, quienes realizan en ellas cultivos extensivos de soja, pastura, para la extracción de madera y producción de carbón. Esto genera conflictos constantes, principalmente por la disminución significativa de animales silvestres, por la tala de los bosques (donde el 88, 6% de la comunidades indígenas aún recolectan alimentos como miel silvestre, frutos silvestres como guabirá, algarrobo, poroto del bosque, coco y cazan principalmente armadillo, lagarto, y venado, obtienen sus recursos para la artesanía desarrollado principalmente por las mujeres con recursos como el *karaguatá*, la madera, a lana, el *guembepi* y la hoja de palma) y la fumigación con agrotóxicos, además por la contaminación de las fuentes de agua para al pesca y la vida, además de la situación de violencia al interior (agresiones de lesión corporal) y exterior de las comunidades (homicidios, atropello a al comunidad, robo, lesión corporal, abigeato (DGEEC; STP, 2012, pp. 41y 42, 45 y 54-56)

FIGURA 16 – COMUNIDADES INDÍGENAS CON CONFLICTOS POR LA TIERRA



Fuente: Censo Indígena. DGEEC- STP (2012, p. 41)

Durante nuestro trabajo de campo en el otoño de 2016 participamos de la 3ª Feria Nacional Indígena que incluyó las distintas expresiones culturales de 19 Pueblos Indígenas del Paraguay, realizada en Asunción, algunas fotografías vemos en el FIGURA 17, fue un evento promovida por el Instituto Paraguayo del Indígena -INDI, el Ministerio de Agricultura y Ganadería- MAG, el Instituto Paraguayo de Artesanía -IPA. El lema de la feria fue “*Tekojehechauka*: (que se vea) lo que somos, tenemos y hacemos- Construyendo la dignidad indígena”. Según las conversaciones, la expectativa de los indígenas era recibir un pago justo por sus artesanías cerámica, madera, tejidos, collares, cestería, pintura y grabados, alimentos, frutas, granos, mandioca y demostrar a la ciudadanía la persistencia de sus expresiones culturales, milenarias y que se transmiten de generación en generación. La población urbana de Asunción respondió y acudió al llamado de los pueblos indígenas, sin embargo pudimos notar algunos descontentos por la presencia de Horacio Cartes en la inauguración de la Feria, porque se convirtió en un acto oficial con discursos políticos para seguir folklorizando a los pueblos indígenas y sin ninguna mención o compromiso real del Gobierno para resolver los grandes conflictos a los que se enfrentan en sus territorios.

FIGURA 17 – TERCERA FERIA NACIONAL INDÍGENA



FUENTE: Nuestras fotografías, otoño de 2016

1.3.5 Guerrilla

Hugo Pereira (2014) propone un debate sobre la condición de guerrilla o paramilitarismo en Paraguay y realiza un análisis sobre las reales posibilidades del desarrollo de la guerra de guerrillas, específicamente en el departamento de Concepción de Paraguay donde han aparecido el Ejército del Pueblo Paraguayo- EPP y la Asociación Campesina Armada- ACA. Para iniciar este autor su discusión cita a Medina (2010) para plantearnos la naturaleza de la guerra irregular, donde se enfrenta un reducido grupo de hombres contra un ejército profesional, de mayor envergadura y con todo el apoyo logístico del Estado, tiene como característica la clandestinidad, la que no permite ver a los combatientes irregulares, los cuales se hacen visibles a través de sus hechos. Los propósitos que orientan los actos de éstos últimos son los que definen la naturaleza política de la confrontación bélica, no todos los grupos irregulares persiguen objetivos revolucionarios, salvo que busquen derribar la estructura estatal vigente para cambiarla por otra (PEREIRA, 2014, p. 130).

La primera aparición en el país del EPP, se produjo en el 2008 en la localidad campesina conocida como Kuruzú de Hierro, ubicada en el departamento de Concepción. El supuesto grupo armado quemó el galpón de un establecimiento dedicado al cultivo de soja dejando en el lugar un panfleto que decía “Ejército del Pueblo Paraguayo, Comando Germán Aguayo. Tierra a los campesinos paraguayos. Quienes matan al pueblo con agrotóxicos pagarán de esta manera” (cita de ABC, 14/04/2008 en PEREIRA, 2014, p. 130).

En la descripción sobre el lugar en el que ocurrió la primera aparición del EPP se destaca que se encuentran frente a frente sólo separados por una calle, las casas de familias campesinas y un terreno en el que se cultiva soja. La fumigación con agroquímicos en el sojal produce en los pobladores: mareos, aumento de la presión sanguínea, desmayos, erupciones cutáneas y otros síntomas, propios de una intoxicación aguda, además de la destrucción de sus cultivos y la muerte de animales. (op. cit, p. 149).

Desde el 2006 un grupo de pobladores empezó a organizarse para realizar sus reclamos a las instituciones del Estado, las que tuvieron en cuenta sus denuncias implementaron medidas que favorecieron a la comunidad campesina. La gobernación de Concepción realizó una verificación en el terreno, comprobó el incumplimiento de medidas de mitigación de daño al medio ambiente y presentó una denuncia a la Fiscalía, la que imputó al propietario del establecimiento dedicado al cultivo de soja, en base a lo cual un juez de la

zona ordenó la suspensión de las fumigaciones hasta tanto se produzcan las condiciones que la ley establece, es decir el desarrollo de una barrera de árboles de 5 metros de ancho por 2 metros de alto que impida que el rociado de los agroquímicos crucen hacia las viviendas de los lugareños. A todas esas posturas institucionales, favorables a los campesinos, se sumó la del Servicio Nacional de Calidad y Sanidad Vegetal y de Semillas - SENAVE que también emplazó al productor de soja a cumplir lo que la legislación ordena (CÁCERES; VALIENTE, 2014).

La mayoría de los medios de comunicación del país han realizado afirmaciones, basados en declaraciones de autoridades nacionales, fiscales, militares y policiales, e incluso testigos claves, las que nutren las publicaciones de la prensa, además de los videos del grupo, por lo que sostienen que los miembros del EPP no supera los 20 combatientes, sin embargo cada año se multiplican operativos militares y policiales sin lograr la anulación del EPP. Pereira (2014) afirma que en el 2009 se realizaron 3 operativos, en el 2010, año en que se declaró el primer estado de excepción para combatir al grupo, se llevaron a cabo 2 operativos y datos correspondientes a los primeros 4 meses del año 2014 indican que se invirtieron en ese tiempo unos 3 mil 200 millones de guaraníes, un promedio mensual de 800 millones de guaraníes, a los que deben sumarse otros gastos como el rubro destinado a la confección del uniforme camuflado que toma como modelo el utilizado por el ejército de Estados Unidos, lo cual equivale a 1 millón de dólares (alrededor de 4 mil 500 millones de guaraníes). Sólo estos gastos señalados alcanzan aproximadamente 8 mil millones de guaraníes, una suma similar a otra aprobada por la Cámara de Diputados en agosto del 2014 para recompensar a personas que den informaciones para capturar a miembros del EPP y pagar gratificaciones especiales a uniformados destinados a la lucha contra el grupo armado (20 personas) que para el comandante de las Fuerzas Militares se necesitaría entre 10 mil a 15 mil hombres para rodear a los integrantes del Ejército del Pueblo Paraguayo, incluso eso sería insuficiente. “No es fácil, si rodeamos el área, igual serviría para el escape” (PEREIRA, 2014, p. 151).

Pereira (2014) nos explica que en ese contexto de denuncias de los pobladores y respuestas favorables del Estado, apareció el EPP, en contracorriente realizando un acto violento, informando que se trataba de una venganza y anunciando otras, asumiendo la misma reivindicación campesina, en el momento menos oportuno para los pobladores de Kurusu de Hierro quienes estaban consiguiendo la atención a sus reclamos por las vías institucionales. La “acción violenta del EPP” dice este autor, sirvió para convertir en delincuentes a quienes

anteriormente empezaban a ser considerados por el Estado ciudadanos con derecho a vivir en un ambiente sano. Posterior a este hecho el EPP se ha atribuido una serie de secuestros con fines de pago de rescate de ganaderos, sojeros, muerte de policías, incendios de comisarías, entre otros hechos. “Desde entonces también la acusación de estar relacionado con el EPP se extiende a todo aquel que defiende los derechos de la población rural”. Entonces, dice Pereira (2014) la irrupción del EPP en el 2008 y su vinculación discursiva, con la población campesina, alejó al Estado que dejó de ocuparse de los problemas medioambientales y daño a la salud generados por la fumigación de agroquímicos en las áreas de cultivos de soja. (op. cit, p. 150).

Las autoridades militares y policiales afirman con toda seguridad de que el EPP tuvo un desprendimiento que dio lugar a la creación de la Asociación Campesina Armada -ACA. Con el objetivo de acabar con el EPP y el ACA se ha conformado la Fuerzas de Tareas Conjuntas- FTC, quienes todos los años reciben millones de guaraníes del presupuesto nacional, lo cual ha sido motivo de protestas, manifestaciones, marchas por parte de los movimientos sociales.

Para Pereira (2013) el EPP y ACA están relacionados en el discurso oficial y mediático que población campesina local “oculta y protege a sus miembros”, y además tienen pretensiones escasamente revolucionarias, porque sus acciones ayudan a mantener el *status quo* en una zona con los índices más desiguales en la distribución de la tierra del planeta, continua Pereira. A pesar de que en la jerga popular tanto el EPP como el ACA son guerrilleros, sinónimo de comunistas y delincuentes y asesinos, ahora para Pereira (2014) es un grupo armado clandestino de paramilitares. La conservación de un orden injusto, cumplida eficientemente por el EPP y ACA, no es propia de una guerrilla y sí del paramilitarismo³⁶

³⁶Nos encontraríamos entonces ante un grupo o grupos clandestinos que emplean un rótulo (EPP-ACA) y un discurso de izquierda que desacredita las reivindicaciones campesinas, algo que no es nuevo en el mundo. En Concepción, los bosques de los que hablan insistentemente los órganos de seguridad y la prensa no existen en la dimensión que siempre señalan. En los años 90 más de la mitad de los bosques del departamento desaparecieron a una tasa de casi 3 hectáreas por hora. Cuando se habla de bosques donde se ocultan los “guerrilleros” habría que precisar si se trata de los bosques de las grandes propiedades, de las que es dueña un muy reducido número de personas, que concentran casi 190 mil hectáreas de superficie boscosa, más del 80% del total, o los que se encuentran en territorio campesino donde todas las fincas pequeñas del departamento, que representan más de la mitad de todas las existentes, no tienen siquiera 2 mil hectáreas de extensión, es decir, 20 kilómetros cuadrado. Las instituciones tienen sin embargo una fijación con la búsqueda de miembros del EPP y ACA en el espacio geográfico de la agricultura tradicional porque es allí donde la “población apoya a los insurgentes que pelean contra los ricos”, por “sentirse identificada con ellos a raíz de su pobreza” (PEREIRA, 2014, p. 162).

vinculado con posiciones políticas reaccionarias (ibid.). En este sentido, es difícil escuchar que los campesinos y campesinas se sientan identificados y aprueben el accionar del EPP o el ACA, ninguno de los movimientos campesinos con quienes dialogamos, se sienten representados por esta guerrilla, en la lucha por la tierra.

En este sentido para Tomás Palau (2012) el EPP no es sino un membrete con el que operan los sectores de poder del país en el norte del país, por ejemplo el Departamento de Concepción se ubica en un rincón estratégico que conecta a dos regiones de Mato Grosso do Sul de Brasil con el Chaco central de Paraguay y sus influyentes productores, e intereses para la construcción de vías transoceánicas a construirse en el marco de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana- IIRSA. Las acciones de un grupo cuasi fantasmal es extraordinariamente conveniente a estos intereses como para no hacer uso del “ejército” e instalar el montaje que beneficia a los grupos de poder por donde se los mire. ¿A quiénes entonces beneficia la existencia del EPP?, nos pregunta el autor (PALAU, 2012, p. 305).

1.4 LA ACTUALIDAD DE MOVIMIENTOS CAMPESINOS PARAGUAYOS

Los movimientos campesinos del Paraguay, se reconocen como campesinos sin tierra y buscan modificar total y gradualmente la estructura de la tenencia de la tierra en Paraguay a través de la negociación y/o la apropiación de la tierra para desarrollar su actividad productiva, reproductiva y organizativa. “El movimiento social en un sentido amplio implica la presencia de actores sociales colectivos que buscan modificar algún aspecto del orden social o en su defecto la totalidad del mismo” (RIQUELME, 2003, p. 3).

Estos movimientos campesinos se configuran en redes de interacción entre personas, familias grupos y organizaciones. Poseen identidad colectiva. Las personas que los integran están unidas frente a un conflicto en común: la lucha por la tierra. Una forma de expresión de sus demandas es la protesta ante la situación imperante y los lazos que los une perduran en el tiempo.

Los movimientos campesinos paraguayos de carácter más nacional están articulados a otras organizaciones campesinas locales, departamentales, regionales, ligadas o no a otros movimientos internacionales como la Vía Campesina. Forman parte de este movimiento

campesino internacional: El Movimiento Campesino Paraguayo- MCP, la Organización de Lucha por la Tierra- OLT, la Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas -CONAMURI, la Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas -MCNOC y la Federación Nacional Campesina- FNC (DESMARAIS, 2013, p.10).

Para Riquelme (2003, p. 4), en Paraguay los campesinos sin tierra no se han constituido una organización o movimiento independiente, como se ha dado en el Brasil con el Movimiento de Trabajadores Sin Tierra -MST. Cada organización incorpora a *los sin tierra* en su propia estructura, formando secretarías u organismos internos, al igual que los campesinos y campesinas que consiguieron un lote agrario por el IBR. Los movimientos campesinos resaltan con mayor énfasis que son los, las jóvenes y las mujeres los mayores sin tierra en el Paraguay, es por ello, que aunque lograron algunas tierras conquistadas, sostienen que continúa el latifundio y la reforma agraria no es solamente la entrega de lotes agrarios, ellos también luchan por un modelo distinto al capitalismo y por tierras para todas las personas que quieran vivir y trabajar en el campo. En este sentido, todas las organizaciones campesinas de lucha por la tierra en el Paraguay resisten y reclaman la *reforma agraria justa y necesaria!*, palabras que se han convertido en grito de guerra o *sapukái*. La lucha por la tierra en Paraguay es histórica, como veremos en el capítulo II y como nos relatan nuestros entrevistados.

Nosotros creemos que reforma agraria, no es la simple repartición de lotes a los compañeros campesinos y campesinas, es mucho más integral que debe incluir todas las condiciones necesarias para las comunidades, para que la misma sea efectiva debe basamentarse en la participación comunitaria y sustentarse en el principio de la vida. (Cecilia Quiroga, Secretaría General del MCP, otoño de 2016, entrevista).

Nuestra lucha es por el reconocimiento político y social al campesinado, a las mujeres y a los pueblos originarios como actores fundamentales para la toma de decisiones, de manera a que la diversidad de sus visiones y prácticas sean incorporadas en las políticas de reforma agraria. Más que los tradicionales e ineficaces procesos de colonización o repartición de tierras que han conducido a una mayor pobreza de los supuestos beneficiarios, se requiere de voluntad política con un apoyo decidido en servicios que promuevan infraestructura social y productiva, créditos, tecnología apropiada, asistencia técnica, mercados, respetándolas autonomías de las organizaciones campesinas e indígenas y el rol de la mujer debe ser reconocido y fortalecido para el arraigo campesino (Vidalía Benítez, coordinadora de mujeres del MCP, otoño de 2016, entrevista).

Nosotros también planteamos la reforma agraria, planteamos un programa nacional de recuperación y regularización de asentamientos y colonias antiguas, un programa de desconcentración latifundiaría y un programa de desconcentración minifundiaría y promoción de la agricultura familiar campesina. La lucha es histórica y vamos por parte (Luis Aguayo, representante del MCNOC, otoño de 2016, entrevista).

Nuestra América, es el continente más inequitativo del planeta³⁷ y Paraguay es el país con mayor población rural con el 43% del total y es el país que tiene la mayor desigualdad de ingresos y la más alta concentración de la tierra en América del Sur (0.93), seguidos por Brasil (0.87), Perú y Colombia con (0.86) según el barómetro mundial de la equidad en la tenencia de la tierra (FAO, 2009).

Esta heterogeneidad histórico- estructural³⁸ relacionada a los conflictos por la tierra y las luchas campesinas en el campo, fue denunciada también por la Federación Nacional Campesina - FNC (2015)³⁹ pues el 2.5 % de la población son propietarios del 85 % de las tierras y solamente 600 latifundistas tienen más de 12.654.000 hectáreas. Esto afecta directamente a 300.000 familias sin tierras en Paraguay, preocupante en un país de 406.752 km² y de 7 millones de personas.

Los movimientos campesinos tienen un gran compromiso y proponen un nuevo camino para la reforma agraria en Paraguay: unir el haz de fuerzas entre los nuevos, otros y antiguos actores sociales, urbanos, campesinos e indígenas, sindicales, estudiantiles, de género, ambientales, entre otros de manera a lograr articular las medidas sociales y políticas, encaminadas a modificar por fin las estructuras agrarias desiguales, buscando un nuevo camino a lo que Porto-Gonçalves (2014) denominaron “*R-existencia*” como la lucha por la reapropiación de la naturaleza y la reafirmación de la diversidad social y cultural de los protagonistas, donde el territorio toma un lugar central en el nuevo diseño de la *cuestión agraria* y en la *constelación semántica* de la reforma agraria en Paraguay.

Como mencionamos en la introducción acompañamos a la FNC, que realiza todos los años en el mes de marzo *La Marcha Campesina*, una movilización nacional que convoca a

³⁷ Según el barómetro mundial de inequidad en la distribución de la propiedad rural a partir de los coeficientes GINI de tierras de la FAO (2009), América del Sur con (0.85) se encuentra por encima del promedio mundial (0.63), seguido de Oceanía (0.73) y América del Norte y Central (0.75). Mientras tanto Asia (0.55), África (0.56) y Europa (0.57) tienen indicadores por debajo del promedio mundiales. El país que posee el más alto grado de concentración de la tenencia de la propiedad rural es Barbados (0,94), seguido por Paraguay (0,93). En el otro extremo, Noruega (0,18) es la nación que ostenta la mayor equidad de la tenencia de la tierra, seguido muy de cerca de otros países escandinavos Finlandia (0,26) y Suecia (0,27).

³⁸ Dentro del pensamiento decolonial cuando uno logra desprenderse de la creencia natural de que la historia es una sucesión lineal cronológica de hechos que conduce a la modernidad, reconocemos que se abre un espacio donde tienen cabida una diversidad de puntos de voces, vistas y procesos históricos, donde las pluralidades se hacen central, para que la historia pueda verse como un conjunto de heterogeneidades histórico-estructurales (MIGNOLO, 2007, p. 72).

³⁹ Durante el Debate Nacional contra el Latifundio y por la Reforma Agraria, verano de 2015.

varios sectores sociales, principalmente campesinos y campesinas para colocar en las calles de la capital Asunción, en los medios de comunicación, en la agenda pública y política su gran bandera de lucha: *la reforma agraria!*.

En 2017 como hace 24 años se realizó la XXIV Marcha del Campesinado Pobre “Sin Reforma Agraria no habrá Paz” donde Teodolina Villalba, mujer de 37 años de edad, secretaria general de la FNC dejó claro que los motivos de la gran movilización es en contra del Gobierno del Presidente de la República del partido colorado Horacio Cartes (2013-2018), por la reforma agraria, contra el latifundio y por la vida. Así también durante la XXIII Marcha del Campesinado Pobre “Por Reforma Agraria y un Gobierno patriótico y soberano” del año 2016 que pudimos acompañar y visualizamos en las Figuras, 18, 19 y 20. En esta ocasión Teodolina Villalba se dirigió a sus compañeras y compañeros campesinos que llenaron la plaza de armas en Asunción de la siguiente manera:

“Compañeros y compañeras: ¿por qué una vez más el campesinado está en Asunción? Porque el campesinado está afectado por esta política de Estado que impulsa el Gobierno de Horacio Cartes. El campesino no tiene mercado seguro, la producción del campesino no tiene precio, miles de campesinos no tienen tierra en nuestro país. Ahora la chacra del campesino está llena de producción que no tiene mercado: no tiene como mantener su familia, ni como mandar a la escuela ni a la universidad a sus hijos. Esa es la realidad que nos sacude y por ello estamos aquí una vez más (...) Por eso desde la Federación Nacional Campesina tenemos un planteo político, para que sigamos peleando siempre por nuestros derechos en nuestro país, por un desarrollo nacional, que se basa en la reforma agraria. Y ese mensaje quiero dejar a la ciudadanía, a todas las organizaciones y diferentes sectores que estamos aquí: tenemos que eliminar lo que tranca el desarrollo nacional, que es el latifundio (...). FNC-Teodolina Villalba, otoño de 2016.

FIGURA 18 - CONVOCATORIA A LA XXIII MARCHA DEL CAMPESINADO POBRE.



FUENTE: FNC. www.fnc.org.py y nuestras fotografías, otoño de 2016.

FIGURA 19 - LLEGADA A LA PLAZA DE ARMAS DE LA XXIII MARCHA CAMPESINA



FUENTE: Nuestras fotografías, otoño de 2016

FIGURA 20- RESISTENCIA DEL CAMPESINADO PARAGUAYO



FUENTE: Nuestras fotografías, otoño de 2016

Estas figuras nos muestran cómo los campesinos y campesinas llegan a Asunción, que no siempre es receptiva y acogedora para ellos, principalmente porque la mayoría de los medios de comunicación empresariales transmiten una imagen negativa sobre sus manifestaciones. Sin embargo, ellos campesinizan el territorio, lo hacen propio reproduciendo la ronda del tereré, las peñas, las canciones, los chistes, las poesías que se componen en alusión a sus resistencias, preparan los karú guasú o comidas comunitarias y marchan por las calles de Asunción con los gritos de orden, los palos de madera que fueron traídos de sus comunidades como símbolos de lucha campesina desde la época de la dictadura, los termos con agua y hielo, las chipas, sombreros y las banderas paraguayas, de la FNC y otras organizaciones sociales y campesinas que apoyan la Marcha, caminan orgullosos y orgullosas de su historia, sintiéndose protagonistas, cualquier persona está dispuesta a conversar en guaraní, sobre qué los motiva a llegar todos los años a la capital del país a levantar la bandera de la reforma agraria para el Paraguay.

La FNC está organizada en 11 regionales, cada una de ellas tiene su propia Dirección, que prepara y dirige las actividades productivas para recaudar los recursos

necesarios para el viaje y la permanencia durante los días de Marcha Campesina en Asunción. Según Delgado (2008) su empadronamiento registra unas 14.000 familias, lo que involucra aproximadamente a 60.000 personas que se reconocen parte de la FNC y actúan orgánicamente según sus estatutos. En la actualidad, acumulan una rica experiencia sobre la preparación de tomas y la lucha por la tierra en general, resultado de las profundas reflexiones- acciones de su propia práctica a lo largo de su vida organizativa en contra del latifundio (op. cit, p. 66). Sin embargo, Marcial Gómez en una entrevista de 2016 nos explicó que debido a los procesos de extrema violencia, criminalización y judicialización por parte de los latifundistas, sus sicarios apoyados por el Gobierno, que en pocas horas envían todas las fuerzas represivas policiales y militares en contra de los campesinos y campesinas, no han podido realizar ocupaciones de los latifundios desde el 2004.

Durante el 2016, acompañamos también, las actividades recordatorias por el 25 aniversario de la FNC, las actividades conmemorativas de sus luchas, conquistas y las propuestas a la sociedad paraguaya durante el otoño e invierno del 2016 (Figuras 21 y 22; CUADRO 2).

Teodolina Villalba, recordaba que en 1986, diez años después de la gran represión de la dictadura stronista a las Ligas Agrarias Cristianas- LAC⁴⁰, se formó la Coordinadora Nacional de Productores Agrícolas (CONAPA), que fue una instancia de reagrupación del campesinado tras la brutal represión, para seguir luchando por una sociedad diferente. De esa antesala, el 6 de julio de 1991 surgió la FNC y

Durante esta larga lucha de 25 años, hemos conquistado más de 270.000 hectáreas de tierra, la defensa de las libertades públicas, la condonación de la deuda de las pequeñas y pequeños productores, varios asentamientos donde están produciendo alimentos para el pueblo y materia prima industrializable para satisfacer las necesidades del consumo nacional, resistiendo contra el avance del modelo agroexportador, latifundista, basado en el monocultivo, transgénicos y el extractivismo (FNC, otoño de 2016).

⁴⁰ Movimiento paraguayo- campesino, desaparecido en 1976, uno de los actores sociales más relevantes de la historia contemporánea. Sus principales luchas fueron en contra de la penetración capitalista que atropellaba al sector del campesinado tradicional y el acceso a la tierra en los años 60's y 70's.

FIGURA 21 - MARCHA POR 25 AÑOS DE LA FNC



FUENTE: Nuestras fotografías, otoño del 2016

CUADRO 2 - ACTIVIDADES EN EL MARCO DEL MES ANIVERSARIO POR LOS 25 AÑOS DE LA FNC

Fecha	Actividades
14 DE JUNIO 2016	EXPOSICIÓN Y DEBATE sobre la historia de luchas y conquistas del campesinado y el papel de la FNC, con varios sectores en la capital.
18 DE JUNIO AL 2 DE JULIO 2016	ASAMBLEAS de pequeñas y pequeños productores, y sin tierras, en los asentamientos, distritos y comunidades. VISITAS A ASENTAMIENTOS , con invitación a periodistas y distintos referentes de la sociedad civil.
7 DE JULIO 2016	Desde las 7 hs. FERIA DE PRODUCCIÓN DE CONSUMO NACIONAL (Alimentos de la chacra a la mesa), Plaza O'Leary de Asunción.
8 DE JULIO 2016	De 8 a 12 hs. DEBATE INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRARIA . Plaza de la Democracia, Asunción. Marcha hasta la Plaza de la Justicia en repudio al Juicio de los 11 campesinos de Marina kué (Caso Curuguaty). 19 hs. FESTIVAL POR LA TIERRA , Plaza de la Justicia, en solidaridad con las familiares de los 11 campesinos y otras organizaciones sociales en resistencia por el Caso Curuguaty.

FUENTE: Elaboración propia en base a FNC www.fnc.org.py, otoño de 2016.

FIGURA 22 – FERIA DE ALIMENTOS DE LA CHACRA A LA MESA



FUENTE: Nuestras fotografías, otoño del 2016

Nos quedó claro en el Debate Internacional sobre Reforma Agraria⁴¹ en el marco de los Festejos por los 25 años de la FNC, que la situación del campesinado es crítica y que los antagonistas no son pocos (Gobierno, sojeros, *brasiguayos*, sicarios, policía, militares, jueces, prensa) como veremos más adelante, pero también visualizamos que la lucha por la tierra en Paraguay no es sólo campesina, es urbana, es indígena, es obrera, es social, es ambiental, sindical y estudiantil. Claridad que nos llegó con la fuerza y legitimidad de las denuncias manifestadas por los oradores de varios departamentos del país: campesinos, campesinas, jóvenes urbanos y rurales, estudiantes universitarios, investigadores, militantes sindicales, sociales y ningún representante del Gobierno.

Denunciamos que las multinacionales del agronegocio tienen vía libre para sus variedades de semillas transgénicas. Esto causa una mayor migración hacia las ciudades más grandes de Paraguay, pero también a otros países como Argentina, España o Brasil. Existen comunidades enteras desaparecidas, se ven ex -escuelas o capillas en medio de los sojales que parecen grandes desiertos, hay una mayor criminalización de las luchas sociales, leyes que el Poder Ejecutivo está aplicando con toda la aprobación de los parlamentarios, como: la ley privatista de alianza público-privada (APP), las modificaciones a la ley de defensa y seguridad nacional,

⁴¹ La Federación Nacional Campesina de Argentina, estuvo presente durante el Debate.

a través del cual se le faculta al presidente Horacio Cartes declarar zonas de militarización casi con exclusividad, por lo que actualmente, son tres departamentos bajo custodia militar, dos de ellos, San Pedro y Concepción, con fuerte presencia de movimientos campesinos que se resisten al ingreso de los monocultivos y los brasiguayos, así también se flexibilizó la legislación ambiental para dar vía libre a la deforestación y la fumigación masiva con venenos de agrotóxicos. El Ministro de Agricultura está obrando abiertamente a favor de los intereses de grandes sojeros ante cualquier denuncia de los campesinos por el uso y abuso de los agrotóxicos (...) FNC, otoño de 2016.

El Debate Internacional sobre Reforma Agraria, culminó con la Marcha hasta el campamento permanente por la libertad de los campesinos presos de Marina Kué, condenados por “la masacre de Curuguaty” conocida como “Caso Curuguaty” como muestra la FIGURA 23. Esta masacre, representó un cambio en la historia política paraguaya. Fue el conflicto que causó la muerte de 17 paraguayos (11 campesinos y 6 policías) originando; como mencionamos anteriormente, el juicio político que destituyó al ex Presidente Fernando Lugo (2008-2012). Después de 4 años de investigaciones; criticadas por varios sectores de la población paraguaya, algunos partidos políticos y la mayoría de los movimientos sociales y de derechos humanos del país, el 11 de julio de 2016 fueron condenados 11 campesinos y campesinas por la muerte de los 6 policías. Esta sentencia condenó a 8 campesinos y 3 campesinas a penas privativas de libertad de entre 4 y 30 años de prisión. Fueron acusados de “invasión de inmueble ajeno”, “asociación criminal” y “homicidio doloso”, por la muerte de 6 policías de los más de 300 agentes que intervinieron para expulsar a unos 70 campesinos y campesinas de las tierras que ocupaban para pedir que se integren a la reforma agraria.

Luis Ortiz (2012), reflexiona sobre el Caso Curuguaty, en las causas y los efectos del conflicto por la tierra que originó esta crisis institucional que culminó con la destitución de Fernando Lugo de la Presidencia de la República del Paraguay en el 2012, a través de cuatro elementos i) la irregularidad, ii) la concentración, iii) el desgaste y el iv) el contexto externo, que desnudaron las estrategias de los sectores de poder para conservar las bases de la estructura implantada en la extrema desigualdad de la distribución de la tierra (op cit, pp. 121-127).

FIGURA 23 -REPUDIO AL JUICIO DE CURUGUATY



Fuente: nuestras fotografías, invierno de 2016

El juicio y sentencia del Caso de Curuguaty, fueron duramente criticados, principalmente porque varias investigaciones paralelas y la defensa consideraron que la Fiscalía no tuvo los elementos suficientes para demostrar los crímenes por los cuales los campesinos fueron imputados, dejando a la vista procesos de criminalización y judicialización de la lucha campesina. En la FIGURA 24 observamos cómo las fuerzas policiales, bloquean la entrada del Palacio de Justicia en contra de los manifestantes y familiares el día de la lectura del Juicio y Sentencia a los campesinas y campesinos condenados por el Caso de Curuguaty. Hasta la fecha no se ha iniciado la investigación por la muerte de los 11 campesinos en la masacre de Curuguaty, hecho que sigue siendo la bandera de lucha y resistencia de los movimiento sociales, quienes además, manifiestan repudio por el ejercicio de violencia por parte de la policía, la impunidad de las acciones estatales, la persecución judicial que sufren los campesinos y campesinas, así como la criminalización de la lucha campesina que exigen sus derechos principalmente a la tierra, la reforma agraria, contra el latifundio y el agronegocio.

FIGURA 24 - CRIMINALIZACIÓN DEL CAMPESINADO PARAGUAYO



FUENTE: Nuestras fotografías, invierno de 2016

Por estas razones, Fogel (2013, p. 38) denomina al campesinado como una “*clase subalternizada*” que no solamente padece las consecuencias de la injusticia estructural en las dificultades para la subsistencia sino una persecución en términos de estigmatización y descalificación y una violenta represión. El Estado y las burguesías agropecuarias desarrollan procesos de estigmatización, aislamiento y violencia tenaz sobre los campesinos (ARELLANO Y RAMÍREZ, 2013).

Los movimientos campesinos, urbanos, sociales, políticos, sindicales y estudiantiles siguen en resistencia por el esclarecimiento de este caso. En la FIGURA 25 registramos nuestra visita al campamento permanente de resistencia del Caso Curuguaty frente al palacio de justicia, junto con las lideresas de la FNC durante el invierno de 2016. El pueblo paraguayo sigue con las mismas preguntas: ¿qué pasó en Curuguaty?, ¿por qué fueron investigados solamente la muerte de los 6 policías y NO de los 11 campesinos?. Es un derecho de la sociedad paraguaya conocer la verdad de lo sucedido. Es una obligación jurídica del Estado esclarecer el caso, sin embargo la desconfianza hacia la justicia paraguaya crece, considerando que la Fiscalía no imputó a nadie por la muerte de los 11 campesinos durante la masacre, corroborando la preocupante situación de blanquear las tierras malhabidas, los

desalojos forzosos, la criminalización de la lucha campesina, la desprotección judicial, la violencia y homicidios en contra líderes de las comunidades campesinas e indígenas.

FIGURA 25 – CAMPAMENTO DE RESISTENCIA CAMPESINA POR LA MASACRE DE CURUGUATY



FUENTE: Nuestras Fotografías, invierno de 2016

Ante esta situación los abogados de la defensa y los familiares de los campesinos y campesinas sentenciados, con apoyo de varios sectores sociales realizaron la denuncia contra el Estado paraguay ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) por las violaciones de las garantías procesales y la denegación de acceso a la justicia, derechos reconocidos en la Convención Interamericana de Derechos Humanos.

Estas prácticas colectivas e individuales de los campesinos y campesinas de producción, reproducción, innovación y gestión de las resistencias, así como las lazos grupales, familiares y comunitarios formales o informales que se desarrollan en un conjunto de acciones colectivas es parte constituyente del campesinado, nos dicen Menezes y Malagodi (2015, p. 18) y citan el trabajo de Van Der Ploeg (2008), quien sostiene que la posición de los campesinos y campesinas en la historia debe ser interpretada como una lucha constante por la libertad, en contra del riesgo de sumisión y por la resistencia.

Existieron eventos fundamentales en la historia del país que intentaron apagar estos movimientos campesinos, el más contundente fue la dictadura militar de Stroessner que negó, reprimió y olvidó en los libros didácticos de las escuelas, colegios y universidades sus grandes aportes y reivindicaciones. Un triste episodio ocurrió con el campesinado principalmente las LAC, apoyados por la iglesia católica, que fueron reprimidas brutalmente y en la que varios paraguayos y paraguayas, campesinos, campesinas, estudiantes, profesionales, políticos y sacerdotes perdieron la vida en la lucha por la tierra y un país más justo (CANTERO, 2012, p. 27, 224).

El pa'i (sacerdote) Cantero (ibid.) recuerda que por 1975 y 1976 varios sacerdotes extranjeros fueron expulsados del país y otros fueron muertos como el padre Braulio Maciel de quien dijeron “fue alcanzado accidentalmente por una bala perdida, nadie pretendió herirlo, mucho menos matarlo”. También se prohibió la utilización en público de ciertas terminologías:

no hay que decir *comunidad*; en su lugar hay que decir *grupo*; en lugar de *liberación, salvación*; en lugar de *luchar, trabajar, concienciar* no, *educar* sí, *curso* no, *retiro espiritual* sí. Hay que eliminar los usos de vocablos como *dictador, tirano*, todos los derivados de *reprimir, capitalismo, comunismo y socialismo*. Quedó terminantemente prohibido dibujar en el pizarrón la famosa pirámide (punta akuá) que ilustraba los diferentes estratos sociales: clase alta o dominante en la puntita de la pirámide con 2-3%; clase media con 15-20 % y la clase baja, clase oprimida, el pueblo con su 80 % (CANTERO, 2012, p. 225).

Con la persecución a las LAC entre 1975 y 1976 termina un período importante de las organizaciones campesinas en el Paraguay. La historia oral lo recuerda como la *Pascua Dolorosa* en el mes de abril de 1976 que marcaron, una serie de represiones en la cárcel, torturas, muerte y el exilio de miles de campesinos y campesinas. Sin embargo, en el marco del *Plan Cóndor*⁴² las fuerzas armadas de los países vecinos colaboraron en la detención de

⁴²El *Plan Cóndor* u *Operación Cóndores* el nombre con que se conoce el plan de coordinación de acciones y mutuo apoyo entre los regímenes dictatoriales del Cono Sur de América principalmente de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay y esporádicamente, Perú, Colombia, Venezuela, Ecuador con la instrucción de los Estados Unidos- USA, llevada a cabo en las décadas de 1970 y 1980. Esta coordinación implicó, oficialmente, el seguimiento, vigilancia, detención, interrogatorios con tortura, traslados entre países y desaparición o muerte de personas consideradas por dichos regímenes como subversivas del orden instaurado o contrarias al pensamiento político o ideológico opuesto, o no compatible con el gobierno de los Estados Unidos y por tanto con las dictaduras militares de la región. El Plan Cóndor se constituyó en una organización clandestina internacional para la estrategia del terrorismo de Estado que instrumentó el asesinato y desaparición de decenas de miles de opositores a las mencionadas dictaduras, la mayoría de ellos pertenecientes a

muchos paraguayos que intentaron refugiarse en Argentina o Brasil. Esta situación provocó la dispersión de los miembros de las LAC que tuvieron que protegerse como pudieron. Para las personas que no fueron detenidas y para los que consiguieron sobrevivir en las cárceles de la dictadura, fue imposible regresar y permanecer en sus comunidades de origen.

Para Nardulli (2007, p. 11) el resultado un tanto paradójico de la violencia stronista fue que la migración de los antiguos militantes de las LAC a otras regiones del país lo cual permitió que a partir de la década de 1980 la recomposición del movimiento campesino paraguayo pudiera contar con sus experiencias de organización social. Es así, que por el final de la dictadura militar (1989) se reinicia el proceso de rearticulación de las organizaciones y movimientos campesinos de tipo más productivo- económico primero, con el apoyo de las pastorales sociales de la Iglesia Católica y de las ONGs.

Esta migración oculta y forzada la vivió Don Alfonso Maidana, miembro activo de las Ligas Agrarias Cristianas, perseguido y amenazado de muerte por la dictadura militar en San Ignacio, departamento de Misiones. Llegó a finales de los años 70 para el distrito de Edelira, Departamento de Itapúa. Se refugió en la frontera agrícola, en la selva del sur y con el fruto de su trabajo pudo comprar un lote agrario, después de la caída de la dictadura para vivir con su familia.

Don Maidana todavía recuerda las vivencias, las luchas y el paisaje de aquellos años, han pasado más de 40 y asegura que vivió muchas situaciones difíciles, la policía entró al campo donde producían algodón en forma comunitaria, junto con 35 personas en el año 1975, los torturaron y publicaron en el parte policial que eran subversivos y que en su poder encontraron 35 metralletas. ¡Todo fue mentira! nos dice con lágrimas en los ojos. Estuvo 22 días en la cárcel y un oficial le salvó la vida, de las 35 personas solamente sobrevivieron 2 personas por eso llegué a estas tierras. “Aquí encontré ayuda y para estar a salvo me cambiaron mi apellido”

movimientos de la izquierda política. Los llamados “Archivos del Terror” hallados en Paraguay en 1992 dan la cifra de 50.000 personas asesinadas, 30. 000 desaparecidas y 400 000 encarceladas (Archivo del Terror, Asunción, invierno de 2016).

Esas tierras del departamento de Itapúa son fronterizas con Argentina y Brasil y por la década de 1970 formaba parte de la frontera agrícola del Paraguay, y como toda frontera fue un territorio de conflictos. Don Maidana al igual que muchos campesinos y campesinas paraguayas fueron testigos de la violencia extrema con la que penetraron la selva y expulsaron a los indígenas que allí habitaban desde tiempos inmemoriales, vieron llegar a los latifundistas ganaderos primero, sojeros *brasiguayos* después, privatizando todo lo que tenían al frente: las tierras, la selva, las maderas, las personas, el tiempo, las semillas, los alimentos, la vida.

Lamentablemente, estos acontecimientos fueron escondidos por muchos años, entre otros factores por la ausencia de la academia para colocar estos temas al debate, al igual que las grandes inequidades sociales, económicas y de la tierra que se reflejaron en la inexistencia de carreras como sociología⁴³ y antropología que con la docencia, investigación y extensión podrían brindar soporte a los movimientos sociales que han resistido y reflexiones junto a la sociedad paraguaya. En cuanto a la Geografía, en el año 2000 se incorpora a la Facultad de Ingeniería de la UNA la carrera de Licenciatura en Ciencias Geográficas e Ingeniería en Ciencias Geográficas, que se venía desarrollando en el Instituto de Ciencias Geográficas.

Orgulloso de sus raíces y conocimientos campesinos, sumados a su experiencia en las LAC, además de su gran carisma y liderazgo, Don Maidana inició con sus vecinos campesinos una organización social de base denominada Asociación de Productores San José. Doña Albina, su esposa lo acompañó siempre en su caminata y su lucha. Se casaron cuando él tenía 17 años y ella 15, afirman que nunca perdieron la esperanza y resistieron juntos hasta la migración de sus 10 hijos a las ciudades de Asunción y Buenos Aires, quienes no encontraron oportunidades para quedarse y vivir de la agricultura campesina. Aunque algunos lo intentaron tres de sus hijos, Francisco, Samuel y Emeterio se formaron como Técnicos en

⁴³No es casualidad que la Universidad Nacional de Asunción -UNA no haya tenido una carrera de sociología en 100 años de su vida institucional, recientemente fue abierta Ciencias Sociales y Ciencias Políticas, pero todavía dependiente de la Facultad de Derecho. La carrera de Sociología creada por la Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción- UCA en el año 1973 funcionó apenas hasta 1983, año en que fue clausurada por las autoridades académicas de la institución bajo el pretexto de “producir tilingos o locos de izquierda”, expresión usada por uno de los académicos para justificar su cierre. La misma fue reabierta recién en el año 1995 (RIQUELME, 2003, p. 3).

Agroecología en la escuela del CECTEC⁴⁴ sin embargo no lograron permanecer en las tierras, aunque siempre vuelven, dice Doña Albina, a visitar a sus padres en momentos festivos de la familia y la comunidad.

Nuestro entrevistado se ha convertido en un guardián de las semillas nativas del país, es el principal propulsor de la *Feria Campesina de Semillas Nativas*, realizadas todos los años de manera consecutiva en su *Tekoha*, desde el 2010 comparten 16 variedades de semillas nativas de maíz, además de porotos, ramas para mandiocas, habillas, maní, y arroz. También frutales como bananas, naranjas, mandarinas, limones, pomelos, guayabas, uvas. Reciben y comparten las semillas producidas con tecnología campesina e indígena libre de todo tipo de agrotóxicos entre agricultores de casi todo el país: de Concepción, Cordillera, Caaguazú, Paraguari, Misiones, Ñe'embucú y de Itapúa de varios distritos como Carlos Antonio López, San Pedro del Paraná, San Rafael del Paraná, Mayor Otaño, Yatyty, Edelira.

Don Maidana reconoce que muchas de las semillas fueron guardadas por las comunidades Guaraní que aún resisten en la región. Nos cuenta que la idea de la Feria Campesina nació en tiempos de las LAC y el tomó el compromiso de volverlo una realidad. Cada familia de los miembros de la Asociación de Productores San José elige un cultivo para reproducir y guardar las distintas variedades de esa especie y compartirlas con los demás en la Feria Campesina todos los años. Existen aproximadamente 290 familias en la comunidad. La Familia Maidana es responsable de las 16 variedades de maíz, que lograron obtener después de 16 años de trabajo e intercambio con otros campesinos e indígenas.

Che ndacheresaraimoi la che mbokakuahaguere, umiahaé: las plantas nativas. Upeareañecomprometé ha familiarmente roñepuru, ha upei ro combidá ore vecino kuerape en el año 2000. Ha koaga 16 años pe ro guahe 16 variedades pe de avati⁴⁵ (Don Maidana, invierno de 2016, entrevista).

Mantener las semillas nativas es soberanía productiva y un seguro de la soberanía alimentaria del pueblo campesino, nos dijo sabiamente Don Maidana. La *Feria Campesina de*

⁴⁴El CECTEC es una organización civil, sin fines de lucro, que orienta su acción formativa a productores campesinos, a sus familias y comunidades. Las líneas de trabajo del CECTEC intentan responder a problemas concretos que afectan a la unidad familiar campesina y, en particular, a la juventud. www.cecotec.org.py

⁴⁵Yo no me voy a olvidar de lo que me hizo crecer, que fueron las plantas nativas. Por eso me comprometí a llevar adelante y familiarmente empezamos y después invitamos a nuestros vecinos en el año 2000. Y ahora después de 16 años de trabajo, llegamos a tener 16 variedades de maíz.

las Semillas Nativas se convirtió en un espacio de intercambio de experiencias, de motivación para quienes se dedican al cultivo de semillas nativas, y un espacio para compartir un buen momento con la música y las comidas tradicionales del Paraguay.

Todos los domingos a las 13:00 hs los miembros de la Asociación se reúnen en un espacio circular preparado para el diálogo para intercambiar experiencias, dialogar sobre su comunidad y sobre la importancia de mantener las semillas nativas frente al avance de los transgénicos en el país. Los jueves por la tarde las mujeres de la Asociación se reúnen, en la actualidad para compartir ideas de fortalecimiento de la huerta familiar agroecológica.

Existe en el *Tekoha* de los Maidana una huerta familiar con un cercado vivo de plantas medicinales que mantienen alejados a algunos insectos y también sirve para cuidar de la salud utilizándolo en el mate y en el tereré (*cedrón capii, jaguareté ka'a, ruda, tilo, salvia, toronjil, hinojo, mentaí*) de una asociación de cultivos de raíz como la remolacha, zanahoria, rabanito en medio de verduras de hojas perejil, lechuga, albahaca, también repollo, tomate, pepino, locote, berenjena, zapallos y calabazas. Una fuente de agua (pozo), un espacio para el semillero y una abonera orgánica cercana, además de caminos internos que llevan a la zona de producción de cerdos y aves (gallinas, patos, pavos, guineas) y al sector de frutales.

¿Cómo llegaron al conocimiento sobre el peligro de los agrotóxicos, Don Maidana? Es simple, por el principio de la vida y en la Biblia dice: no matar y nosotros reflexionamos sobre eso, las lombrices y las hormigas me escuchan, yo les pido que por favor no me perjudiquen y así es nuestra relación en armonía con la naturaleza y con Dios.

Visitamos a los Maidana en julio del 2016 unos días después del solsticio de invierno o "*kuarahy pyta*" que anunciaba la llegada del invierno por estas latitudes. Para los guaraníes, el *Eichu*⁴⁶ se manifiesta en el cielo, un rato antes del amanecer, es el principio del tiempo frío o *ara ro'y* y también es cuando empieza su año nuevo o *Arete Guasu*. Este es el tiempo en que toda la naturaleza se renueva como en el vientre de la madre, con la reaparición de las

⁴⁶Los guaraníes celebraban el primer día del año con la aparición de las Pléyades (Siete Cabrillas) que ellos llamaban "*Eichú*" (panal de abejas). Cuando aparecían estas estrellas sobre el horizonte este en la primera semana de junio, poco antes de la salida del sol, marcaba el inicio del nuevo año guaraní GALEANO (2016, p. 2).

estrellas sagradas *Eichu* indicaba también el regreso de un nuevo ciclo para la tierra, para la vida y para la producción de alimentos o la agricultura.

La entrevista con Don Maidana se convirtió en un diálogo familiar entre su esposa Doña Albina y Don Martiniano su yerno, que al igual que otras tres personas de la comunidad habían llegado aquella mañana para realizar una minga en vista a los preparativos de la *Feria Campesina de Semillas Nativas*, poco a poco los relatos y la oralidad se convertiría en la memoria de un pasado y un presente que se fusionaban en una agradable mezcla de colores como vemos en la FIGURA 26, de los granos de maíces, porotos, habillas, zapallos y arroz, expresiones, historias, sonidos y muchos estímulos para todos nuestros sentidos. Llegaron también palabras de bendiciones, gratitud y compromisos para nosotros, que nos recordaron que estábamos en las tierras de Mainoí, en las tierras del Colibrí de los guaraníes.

FIGURA 26 -TEKOHA DE LA FAMILIA MAIDANA



FUENTE: Nuestras Fotografías, invierno de 2016

ⁱⁱLeón Cadogan: Nació en Asunción en 1889, hijo de australianos, miembros de un grupo que había llegado con el propósito -fallido- de formar una colonia. Realizó su única instrucción formal -hasta 6° grado- en la Escuela Alemana de Villarica- Guairá. Autodidacta, fue calificado como "*el más grande símbolo de la primera mitad del siglo XX en la antropología paraguaya*". Hablaba perfectamente el guaraní, además del inglés, francés, alemán y el portugués. Fue por entonces, el primero y único hombre blanco a quien los guaraníes introdujeron en el conocimiento de sus rituales, en el significado de sus invocaciones, antes nunca reveladas. Mantuvo su laboriosidad hasta pocos días antes de su muerte -30 de mayo de 1973-, dejando además de su obra cumbre "*Ayyu Rapyta*" ("*El fundamento de la palabra*") Textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá, texto sagrado, un clásico de la literatura indígena americana, revela el complejo universo cosmogónico guaraní y el valor y la belleza de la palabra, corazón de su cultura. El canto se compone de 19 capítulos, los primeros narran el génesis mbyá-guaraní: la creación de los dioses, de la palabra, del amor comunitario, del mundo y de los hombres. A estos cantos, conocidos solo por los *Jeguakáva Tenonde porãngue i* (los adornados, los elegidos), siguen otros, que están en el conocimiento de toda la comunidad, relacionados con la vida cotidiana. FUNDACIÓN LUIS CADOGAN (2009, p. 5)

CAPITULO II

2 CAMPELINADO *SAPUKÁI*: LA LUCHA POR LA TIERRA EN PARAGUAY

Como vimos en el capítulo I, la lengua o el idioma, es el segundo territorio de los guaraníes. Esta palabra hablada contiene al *ava* o la persona, con la que se expresa y se relaciona con su familia, su comunidad, con la naturaleza en un lugar llamado *Tekoha*, que es el espacio de vida de los guaraníes. La palabra hablada se vuelve grito o *Sapukái* en contextos de guerra y de lucha, este grito es el silbido de la desaprobación, la expresión de comunicación para manifestar el descontento, la angustia y la impotencia, pero al mismo tiempo expresa la situación de lucha y de resistencia.

Existe en Paraguay la idea de que los indígenas guaraníes fueron muy hospitalarios con la llegada de los españoles que hasta les ofrecieron sus mujeres, sin embargo como vimos anteriormente ellos defendieron sus *tekoha* como pudieron, así el cacique Lambaré les cerró el paso para que no llegaran a los *guará* y sólo cuando vieron sobrepasadas sus fuerzas, por la superioridad de las armas bélicas que trajeron los europeos, buscaron las estrategias de negociación. Branislava Susnik (1982) en su trabajo “El rol de los indígenas en la formación y en la vivencia del Paraguay” publicado en una nueva Colección Independencia Nacional, en el marco del bicentenario de la Independencia del Paraguay en el 2011, nos explica que i) el primer contacto dio en un momento en que los guaraníes, principalmente los Carios tenían la información sobre el mito del Canindé (el Dorado) y el momento de efervescencia migratoria en que ellos se encontraban para explorar y negociar con los incas, ii) las constantes amenazas e inseguridad que los presionaban los payaguáes y los guaicurúes del otro lado del río actualmente el Chaco, momento en que llegaron los españoles generando un choque de la cultura del hierro con la cultura del maíz, iii) la creencia de la llegada de los españoles con sus metales, arcabuces, jinetes, las botas, las corazas, las armas, las lanzas significaba algo totalmente mágico para ellos; es decir, lo relacionaron con poderes mágicos, lo cual explica la manera inmediata en que dieron a los aproximadamente 400 españoles que visualizaron al acercarse el nombre de *karai*, que derivaba de la palabra *karaiva*, que era el nombre que daban al antiguos shamanes andantes, que recorrían los distintos *guará* organizando grandes festivales y ceremonias shamánicas, quienes manifestaban ciertos poderes mágicos. Hay que tener en cuenta, lo que tiene valor para el Guaraní es mágico; fuera de la magia no tiene ningún valor (op. cit, p. 22-23).

Este *karai*, es el shaman caminante, cuya función casi exclusivamente religiosa parece desligarlo de la comunidad, nos dice Melià (2008, p. 104) era profeta de cataclismos y de males irremediables, era el principal incentivador de mudanzas y migraciones, de acciones guerreras y de interminables danzas rituales, que llevaban a la comunidad al borde del agotamiento. Son los hombres dioses, en cuyo poder están las fuerzas de la naturaleza: lluvias, vientos, fuego y plagas de toda clase. En estos *karai* alguien ha visto a los profetas de la sociedad contra el Estado, en un momento en que una mayor densidad demográfica del pueblo Guaraní llevaría a una mayor concentración de poder en manos de algunos jefes. Esos *karai*, sin embargo, apenas radicalizan algunos elementos del modo de ser guaraní, como el canibalismo, las danzas y las migraciones, en un movimiento que desestabiliza más bien a la sociedad. De hecho, su presencia era tan respetada como temida, como si hubiera en ellos un exceso, incluso de religión. Denunciadores clarividentes de males, pero marginales por posición, hacían de la crisis su profesión y de la anarquía su profecía (Ibíd.).

Como vimos anteriormente con la implementación del sistema de cuñadazgo o *tavayá*, como una estrategia de reciprocidad, que no fue cumplida por los europeos, aparecieron situaciones de violencia y libertinaje que no respetaron el pacto del parentesco político esperado por los guaraníes, acelerando el proceso brutal de conquista, colonización y reducción, a lo que hemos llamado la *ruptura original* y Luis Rojas (2016, p. 26) dice que este evento transformó para siempre el paisaje humano y natural de esta región. Los sucesivos eventos de saqueo y violencia se repitieron en el espacio- tiempo- conflicto a lo ancho y llano de la historia no lineal del Paraguay.

En este sentido, desde el primer “contacto” con los europeos los guaraníes defendieron sus territorios (el vientre de la madre, la piel de la persona/su idioma y su espacio de vida). La lucha original en el Paraguay fue por el territorio que incluye a la tierra. Sobre esto, Luis Rojas (2016) nos dice que sin *tekoha*, no hay *teko*, sin territorio nos son posibles sus formas de vida, pues su base material indispensable es la tierra y la naturaleza (op. ct, p. 14).

Como vimos en el capítulo anterior, la (in) formación del campesinado paraguayo se fue dando lentamente con el contacto/choque de dos culturas: la europea y la indígena guaraní, asentados en un territorio en disputa que fue (re) configurando el *tekoha* del

campesinado paraguayo. Melià y Tempe (2004) nos afirman que el campesinado paraguayo se formó desde el mismo inicio de la colonia, como fenómeno periférico, esta periferia creció en la pobreza y precariedad de medios. “El campesinado paraguayo sería resultado de una relación típicamente colonial” (op. cit, p. 218) por lo que se elevaron las diferentes formas *Sapukái*.

En el capítulo II, abordaremos las discusiones sobre el origen de la lucha por la tierra en Paraguay, sin pretender agotar todos los conflictos relacionados al tema porque fueron diversos, durante estos 500 años, las lecturas que presentamos son resultantes de los discursos y prácticas que encontramos durante el trabajo de campo, por lo cual detallan la especificidad en el espacio-tiempo-conflicto del territorio paraguayo y de las reflexiones geográficas en perspectiva *decolonial* que realizamos dentro de nuestro grupo de estudios, para llegar al momento vigente de la investigación y presentar el contexto que vivenciamos juntos con los movimientos campesinos paraguayos en algunas luchas y resistencias por la tierra, de manera a proponer algunos elementos de la actualidad de la reforma agraria en Paraguay, en un constante diálogo con procesos similares a una escala mayor, que nos orientan a reflexionar desde Nuestra América y que presentaremos posteriormente en el capítulo III.

2.1 DISCUSIONES SOBRE EL ORIGEN DE LA LUCHA POR LA TIERRA EN PARAGUAY

Para analizar el origen de la lucha por la tierra en Paraguay, muchos autores (FOGEL, 2003; RIQUELME, 2005; MORÍNIGO, 2005; PALAU, 2008; UHARTE, 2009) decidieron realizar un recorte temporal a sus estudios y como punto de partida coinciden en la finalización de la Guerra de la Triple Alianza, Guerra Grande o Guerra Guasu (1865-1870) y la posterior promulgación de las leyes de ventas de las tierras públicas promulgadas durante 1883 a 1885 durante el gobierno del padre del partido colorado Bernardino Caballero, pues ante los destrozos de esta Guerra forzaron al Estado paraguayo; para hacerse cargo de las deudas de guerra, que lo obligaba ya desde antes del inicio de la misma guerra en 1864, a las espaldas que Paraguay, pues así se estableció en el “Tratado Secreto” firmado entre Argentina, Brasil, Uruguay con el financiamiento de Inglaterra. Entonces, con el discurso de “la reconstrucción del país y para honrar las deudas de guerra” el servil y oportunista Estado de la post-guerra salió a vender gran parte de sus tierras a extranjeros, a partir del cual se creó

“la matriz del problema de la tierra en la sociedad paraguaya actual” (MORÍNIGO, 2005, p. 4).

2.1.1 La Guerra Guasu como matriz de la cuestión agraria en Paraguay

Las distintas literaturas que abordan la temática, principalmente en Brasil sustentan la idea del Presidente del Paraguay, Mariscal Francisco Solano López como un líder ambicioso y déspota como vemos en la FIGURA 27, que ponía en riesgo los territorios del Brasil y la Argentina, por su interés de encontrar una salida al mar, justificando de esta manera el “Tratado Secreto de la Triple Alianza” y el “Genocidio Americano: la Guerra del Paraguay” como Julio José Chiavenatto (1979) denominó a la Guerra Guasu, que es talvez uno de los pocos textos clásicos de autores brasileños que desde una visión crítica analiza esta Guerra, las demás obras como la del General Fragooso (2009) recrean y justifican el discurso de un Brasil que no quiso la Guerra, pero tuvo que hacerlo para defenderse del dictador de la región el Mariscal López.

As perturbações militares do Prata poderiam ter ficad aí, mas a ambição incoercível e o orgulho desmesurado de Franciasco Solano López, ditador da República do Paraguai, obrigaram ao povo brasileiro a cruzar armas com os seus dignos irmãos paraguaios, cruentando sem necessidade uma extensão considerável da América do Sul. Contra as hostes com que esse bárbaro invadiu o solo da Argentina e do Brasil, desrespeitando a soberania desses países, saqueando-os e depredando-os, vão levantar-se em massa brasileiros, argentinos e orientais em justo movimento de legítima defesa. O Brasil lutará contra o seus bravos vizinhos do Paraguai em uma guerra que não desejou, que não provocou e ainda hoje lamenta, mas que não pôde evitar por lhe ter sido imposta por um adversario que o veio acometer no âmbito das próprias fronteiras (FRAGOSSO, 2009, pp. 259-260).

FIGURA 27- IMAGEN EN TEXTOS BRASILEÑOS SOBRE EL MARISCAL LÓPEZ DURANTE LA GUERRA



Figura 10 | "O Nero do Século XIX – Projeto de Monumento que os paraguaios reconhecidos pretendem erigir a Francisco Solano López (cópia de um desenho remetido de Assunção)."
Fonte: A Vida Fluminense, de 06.11.1869, p. 1046.

Fuente: A batalha de papel: a charge como arma na guerra contra o Paraguai. SILVEIRA (2015, p. 116)

Las reflexiones de autores argentinos, se ubican de manera más crítica sobre los acontecimientos de la Guerra Guasu, comenzando por el nombre de la Guerra, que en Brasil es conocida como la “*Guerra do Paraguai*” atribuyéndole toda la carga, culpa y responsabilidad a un único país “ambicioso e invasor”, tal vez se deba a que este tema fue abordado principalmente como base del discurso militar de Brasil, la garantía de su soberanía nacional y su constitución como República después de la Guerra contra el Paraguay en 1889, con un ejército fortalecido y triunfante, lo cual debía registrarse e imponer en el imaginario colectivo del pueblo brasileño a cualquier precio. Sin embargo, aunque el nombre también aparece como “Guerra del Paraguay” cada vez son más los textos argentinos que se refieren a ella como “Guerra de la Triple Alianza” o “Guerra contra la Triple Alianza” criticando las formas injustas, desleales, asimétricas y secretas en que Argentina, Brasil y Uruguay con el patrocinio inglés pensaron y ejecutaron las acciones políticas y militares contra el Paraguay, las consecuencias para la región y principalmente para el Paraguay, que 150 años después no ha logrado recuperarse. En la FIGURA 28 vemos el escenario de la invasión bélica durante la Guerra Guasu, presentado por el argentino Leonardo Castagnino (2010).

FIGURA 28- ESCENARIO DE LA GUERRA GUASU



FUENTE: Guerra del Paraguay: la Triple Alianza contra los países del Plata. CASTAGNINO (2010, p. 534)

El escenario de la invasión en esta Guerra traspasó y violentó no solamente el territorio físico del Paraguay como vemos en la FIGURA 28, sino que también los cuerpos y las mentes de las personas, el *vientre de las madres*, la piel de las personas o el *ava pire* y el espacio de vida o *tekoha* se convirtieron en espacios de muerte, brutalmente destruidos y que aún hoy resuenan en voces fantasmales que lloran en los lugares de las batallas, pero también en gritos o *sapukái* llenos de vida en las canciones, los poemas, obras de teatro, editoriales de periódicos, conversaciones populares, en las canchas de fútbol, en los discursos políticos, en los homenajes en las escuelas y en las universidades, que denuncian sus consecuencias, que nos privó la posibilidad de construir un camino propio y se rescatan los valores de un pueblo valiente donde la resistencia reaparece de diversas formas hasta los días actuales.

La batalla de Acosta Ñu del 16 de agosto de 1869, es el mayor símbolo de este Genocidio Americano nos dice Chiavenatto (1979, p. 153) fueron 3.500 de niños de entre 6 y 15 años de edad luchando y muriendo contra 20.000 soldados al frente del Conde D'Eu, lo que representa el mayor símbolo de la más terrible crueldad de esta maldita guerra "Matando

hasta el feto en el vientre de la mujer” que fue la expresión del Duque de Caxias quien estaba al frente del ejército imperial y al informar al propio Don Pedro II sobre la guerra manifestó lo siguiente: “...el soldado paraguayo prefiere morir a rendirse, aunque la moral de este ejército ya derrotado, aumenta cuando sus soldados están sobre la mirada de López, se sienten magnetizados, pudiendo hacer lo imposible...” Esta descripción del soldado paraguayo del Duque de Caxias nos dice Chiavenatto (Ibíd.) de cierta forma ya recordaba lo que Juan Bautista Alberdi había señalado en Argentina, entonces continua Caxias informando al Emperador que son “simplemente niños y mujeres que son una misma cosa un solo ser moral e indisociable, la guerra entonces para una victoria final tenía que ser cruel “El Emperador ordenó a Caxias entonces el exterminio para convertir en humo y polvo a toda la población paraguaya: “*Quanto tempo, quantos homens, quantas vidas e quantos elementos e recursos precisaremos para terminar a guerra é dizer, para converter em fumo e pó toda a população paraguaia, para matar até o feto do ventre da mulher?*” Mataron al 96.50 % de los hombres paraguayos. El pueblo paraguayo que no quiso rendirse para no perder su libertad: la libertad en el Paraguay de la época, era un concepto práctico y no una palabra abstracta. Era el derecho a la tierra, a la alimentación, en fin a la autonomía de un país libre y soberano (CHIAVENATTO, 1979, p. 153-159).

Leonardo Castagnino (2010) relata que previo a esta Guerra, el Paraguay tenía un desarrollo propio mayor que el de sus vecinos. Su pueblo en general era mucho más instruido y no tenían luchas intestinas. Paraguay no estaba endeudado y trabajaba para sí mismo. Si consideramos que Paraguay era integrante de los países del Río de la Plata, es evidente que el conjunto se niveló hacia abajo, y en vez de copiar la experiencia y desarrollo paraguayo, lo destruyeron. Así lo interpretó también Juan Bautista Alberdi, que la calificó como “una guerra civil de nuestros pueblos contra la triple oligarquía antinacional de Buenos Aires, Montevideo y Río de Janeiro”, por lo que obra de Castagnino (2010) se llama “Guerra de la Triple Alianza contra los países del Plata”. Del mismo modo, lo vieron muchos en las provincias interiores de la Argentina, que se opusieron abiertamente a la Guerra contra el Paraguay. Este autor considera que hubo dos ganadores: el Imperio brasileño, que se quedó con un tercio del territorio paraguayo y logró su injerencia, hegemonía en el resto de los países de la región, y los británicos, que endeudaron a todos los partícipes de la Guerra por muchas décadas (Ibíd.).

La razón occidental justificó la instalación de un proyecto imperialista y todo su accionar en lo concerniente a intereses extranjeros que desencadenó en una terrible Guerra, lo

cual tuvo consecuencias funestas en cuanto a la vida, la autonomía del pueblo paraguayo y su modelo de “nación”. La Guerra Guasu, fue causada en su esencia por motivos económicos. Naturalmente estaban las cuestiones de límites entre los países, las reivindicaciones territoriales de la Argentina y del Imperio del Brasil, para mutilar a la joven República del Paraguay, con el financiamiento del capital inglés y su inmiscusión desde el vergonzoso Tratado secreto de la Triple Alianza en Buenos Aires de 1864. Esas cuestiones, no obstante, por su falta de razón para causar una guerra, como meros pretextos para crear condiciones de una invasión del Paraguay, son secundarias. Más allá de la cuestión de límites más aceptable desde el punto de vista histórico, si bien se demuestra su falsedad posteriormente, había cuestiones políticas, estas oriundas aún de causas primordiales, a las económicas. Después, estaban las que podrían llamarse vulgarmente de “razones ideológicas”, que sirvieron para la propaganda de la guerra, acusando al gobierno de López, de ser una tiranía, una barbarie que se debe exterminar para “liberar” al pueblo paraguayo (CHIAVENATTO, 1979, p. 11).

Este mismo autor, describe en el capítulo XVII casi conclusivo de su obra, cómo se dio “la destrucción final de un país libre, su destrucción y el reparto del Paraguay”.

En fin, la guerra está terminada. El Paraguay está destruido. El Paraguay perdió ciento cuarenta mil kilómetros cuadrados de su territorio. El Imperio del Brasil, finalmente, tiene los pedazos de tierra que siempre codició. La Argentina quedó con el Chaco austral y casi se apodera de todo el Chaco Boreal. Las tierras perdidas por el Paraguay suman en kilómetros cuadrados más que los Estados brasileños de Pernambuco y Alagoas juntos, más que Alagoas, Espírito Santo y Paraíba juntos, más que Santa Catarina y Río de Janeiro juntos. En fin es robado al Paraguay un territorio mayor que Portugal y Dinamarca juntos; mayor que Bélgica y Cuba juntos; mayor que Alemania Oriental y Albania juntos, mayor que Austria y Costa Rica juntos...Pero no es lo más importante. Lo más importante es que el imperialismo inglés destruyendo al Paraguay, mantiene *el status quo* en la América Meridional, impidiendo la ascensión de su único Estado económicamente libre, con una estructura industrial desarrollándose rápidamente ...El Paraguay que tenía una estructura social basada en el acceso de todos a la tierra, con las “estancias de la patria” creadas por Gaspar Rodríguez de Francia, estimuladas por Carlos Antonio López y en pleno desarrollo en el período de Francisco Solano López, será destruido en toda su organización criminalmente en los cinco años de ocupación de los aliados. Sus tierras después de la derrota, son vendidas al capital extranjero. Pasan a ser propietarios, capitalistas de Amsterdam, Londres o Nueva York, que jamás visitaban el país, pero que cobraban enormes tasas para que el campesino paraguayo utilizase los campos por ellos robados. El gobierno de ocupación entrega todo lo de valor, propiedad del Estado, que quedó en pie en el Paraguay. Una de esas propiedades orgullo del Paraguay libre, fue su vía del ferrocarril “vendida” a los ingleses. Resta un país mutilado, castrado, que nunca más puede levantarse: mataron al Paraguay literalmente, exterminaron el 96.50% de su población masculina! En la destrucción del Paraguay, se mató el nacimiento de una gran esperanza de liberación económica de la América del Sur. Se consolidó el dominio extranjero del capital expoliador; se echaron por tierra la audacia y la voluntad indomable de resistir y se perpetuaron hasta apoderarse del poder político, hombres como Mitre, Sarmiento, los gabinetes fantoches de Pedro II y los herederos del caudillismo de Venancio

Flores... Se destruye al Paraguay, asesinando a un pueblo. Exterminando brutalmente a una nación. Si no fuese ocultada la verdad por generaciones y generaciones de historiadores oficiales, quedaría hoy a las masas americanas por lo menos un ejemplo de un pueblo libre, condenado al exterminio por el crimen de su libertad... (CHIAVENATTO, 1979, pp. 182-185).

Las fronteras y límites post-guerra establecidos en su momento, pueden explicar en buena medida los conflictos que esto significó y que se viven hasta la actualidad, “de la sangre al territorio” como nos explican (FERRÁN; ROCA, 2006, p. 4) lo único que consiguieron los Estados Nacionales con las guerras fue imponer delimitaciones políticas que nada tenían que ver con la realidad de sus pobladores (campesinos, campesinas e indígenas) y en muchos casos no puede substituir los lazos que aún permanecen vigentes y que son parte de su vida y su historia; el gran Territorio Guaraní, vividos hasta la actualidad con el pueblo guaraní en las tres fronteras de Argentina, Brasil y Paraguay, son un ejemplo de esto.

En la cita anterior de Chiavenatto (op. cit) menciona los gobiernos de Gaspar Rodríguez de Francia (1814–1840), Carlos Antonio López (1844-1862) y Francisco Solano López (1862-1870), considerados en el Paraguay los padres de la Patria, principalmente porque fundaron un modelo de país independiente desde su liberación de España el 14 y 15 de mayo de 1811 hasta el fin de la Guerra Guasu con la muerte en combate del Mariscal López en 1870. Aunque muchos de los registros documentales en papeles y cueros, fotografías, mapas de ésta época se quemaron, saquearon, perdieron durante la Guerra Guasu, fueron 59 años de vida independiente que los y las paraguayas estudiamos en las escuelas y si bien existen visiones distintas sobre estos gobiernos, los movimientos campesinos vienen reivindicando “estos gobiernos independientes” como parte de “la lucha histórica por la tierra y por un gobierno patriótico y soberano”. Uno de los gritos de orden, plasmado en las pancartas que hace años denuncia la FNC que realiza todos los años en el mes de marzo *La Marcha Campesina*, este año será la vigésima quinta edición. Esta movilización nacional que convoca a varios sectores sociales, principalmente campesinos y campesinas para colocar en las calles de la capital Asunción, en los medios de comunicación, en la agenda pública y política su gran bandera de lucha: la reforma agraria. Este año, aparece nuevamente en la invitación para la *XXV Marcha Campesina* del 21 y 22 de marzo de 2018 que dice “*La Guerra Grande continúa*”, refiriéndose, principalmente a las invasiones de capital extranjero brasileño para el agronegocio de la soja en la Región Oriental y recientemente del capital uruguayo para la

ganadería en la Región Oriental o Chaco⁴⁷ y el lema es “*Elegimos Poder Popular*” haciendo alusión a que los gobernantes no han sabido representar al pueblo, para servir únicamente los intereses de la burguesía latifundista que estimula el capitalismo en Paraguay, sobre ésta dimensión más política retomaremos en el capítulo IV, en las discusiones sobre redistribución, reconocimiento y representación en la actualidad.

Óscar Creydt (2007) afirma que los objetivos que movían la revolución de Rodríguez de Francia⁴⁸ eran el libre comercio, la libre navegación de los ríos hasta el mar y la supresión de la producción del tabaco, que no traía beneficios para el Paraguay y fue impuesto por Buenos Aires. Sin embargo, el gobierno bonaerense bloqueó la navegación y el comercio para tener sometido al Paraguay. El gobierno de Francia, incluso, abrió nuevas vías de intercambio comercial con Brasil, con Uruguay y gestionó relaciones con Inglaterra. En este sentido, Creydt este autor asume la tesis de que sería falso el mito de que Francia apostó por el aislamiento (CREYDT, 2007: 85-88) y entra en desacuerdo con Efrain Cardozo (2007) que tiene una visión más antifrancista, asumiendo la tesis de que “el dictador Francia” sacrificó todas las libertades individuales en aras de la soberanía nacional frente a la amenaza “de dominación” de Buenos Aires.

El Gobierno de Francia lleva un sello que le dio características inconfundibles y que lo distingue de todos los tiempos de la historia del Paraguay, su política de aislamiento

⁴⁷ Los trabajos de Lorena Pereira (2017) incluyen estas temáticas actuales sobre la extranjerización y acaparamientos de tierras en el Paraguay. “Control de tierras en el Paraguay: un estudio a través de la apropiación del territorio por empresas argentinas, brasileñas y uruguayas”, presentado en el XII Encuentro Nacional de la Asociación Nacional de Postgrado e Investigación en Geografía (XIII ENANPEGE), 12 y 15 de octubre de 2017, en la Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS).

⁴⁸ Hasta su destrucción, Paraguay se erguía como una excepción en América Latina: la única nación que el capital extranjero no había deformado. El largo gobierno de mano de hierro del dictador Gaspar Rodríguez de Francia (1814–1840) había incubado, en la matriz del aislamiento, un desarrollo económico autónomo y sostenido. El Estado, omnipotente, paternalista, ocupaba el lugar de una burguesía nacional que no existía, en la tarea de organizar la nación y orientar sus recursos y su destino. Francia se había apoyado en las masas campesinas para aplastar la oligarquía paraguaya y había conquistado la paz interior tendiendo un estricto cordón sanitario frente a los restantes países del antiguo virreinato del Río de la Plata... No había grandes fortunas privadas cuando Francia murió, y Paraguay era el único país de América Latina que no tenía mendigos, hambrientos ni ladrones... “no hay niño que no sepa leer y escribir...” Era también el único país que no vivía con la mirada clavada al otro lado del mar. El comercio exterior no constituía el eje de la vida nacional; la doctrina liberal, expresión ideológica de la articulación mundial de los mercados, carecía de respuestas para los desafíos que Paraguay, obligado a crecer hacia dentro por su aislamiento mediterráneo, se estaba planteando desde principios de siglo. El exterminio de la oligarquía hizo posible la concentración de los resortes económicos fundamentales en manos del Estado, para llevar adelante esta política autárquica de desarrollo dentro de fronteras (GALEANO, 1970, p. 111).

internacional. Se le atribuyó la creación del sector estatal en la economía (estancias ganaderas y control del comercio exterior), la concesión de tierras estatales a los campesinos que en ésta época contaban con una variedad de alimentos porque producían: tabaco, yerba mate, maíz, mandioca, maní, batata, arroz, cebada, haba, calabaza, naranja dulce, y agria, lima, limón, banana, durazno, piña, sandía, melón, uva, caña dulce, algodón, trigo, zapallo. La base de la alimentación campesina eran maíz, mandioca, porotos, zapallo, batata, leche y carne (PASTORE, 1972, pp. 114 y 122).

El Gobierno de Francia priorizó la recuperación de la mayor parte de esas tierras a favor del Estado nacional, a través de variados mecanismos. El paso de la propiedad privada de la época colonial a la propiedad estatal en aquellos años, generó un cambio radical en la estructura económica, social y política del Paraguay independiente, que pasó a priorizar la diversificación productiva, el autoabastecimiento alimentario y el consumo interno, a través de una profunda reforma agraria ejecutada durante los años del gobierno francista (ROJAS, 2014b, p. 36).

...se fueron constituyendo grandes establecimientos productivos estatales, conocidos como Estancias del Estado o Estancias de la Patria, que empezaron a formarse hacia 1816 con las tierras que habían sido confiscadas con el objetivo de, en un primer momento, proveer alimento, vestimenta y caballos para el mantenimiento del ejército. De a poco estas estancias fueron aumentando en número, y se fueron convirtiendo en una de las principales fuentes de recursos del gobierno, tanto en productos como en renta. En los últimos años de la década del 20 la disponibilidad de ganado y otros animales había superado los requerimientos del ejército, por lo que se procedió a distribuir entre pequeños propietarios, campesinos pobres, además de venderlos en parte a la población. Se llegó a tener al menos 75 estancias, entre ellas las de Ytá, Yaguarón, Tobatí, Paraguari, Mbuyapey, Quiquyhó, San Ignacio, Villa de la Encarnación, Altos, Catiguá, San Estanislao, Villa de San Pedro, Villa de Concepción, Surubí'y, Villa Franca, entre otras. En las estancias predominaba la producción pecuaria, no obstante también había una importante producción agrícola, actividades artesanales y pequeñas industrias. Las estancias contaban con cultivos, aves, tambos, fábricas de almidón, azúcar y tejidos, en algunas se producían dulces, hamacas, ponchos, en otras materos, cántaros, jarras, entre muchos otros bienes. Se cultivaba maíz, trigo, arroz, poroto, mandioca, maní, frutas y hortalizas, además de yerba y tabaco. Las estancias eran aquellas que tenían al menos 1.000 cabezas de ganado, mientras los establecimientos que tenían menos eran denominados Puestos (ROJAS, 2014b, pp. 37-38).

Francia también rebajó los impuestos para estimular la producción agrícola, ganadera, y estimuló a la producción artesanal⁴⁹ y el mantenimiento del trabajo colectivo en

⁴⁹ Juan Rengger y Marcelino Longchamp (1827), dos médicos suizos que llegaron al Paraguay por un tiempo en 1819, permanecieron en el país durante siete años, por razones ajenas a su voluntad, debido a que en 1820 ante las denuncias de una conspiración para asesinar al Dr. Francia, se tomaron el país medidas de rigor, incluyendo

chacras comunales. La obra del gobierno de Francia consistió en la creación de una “economía nacional independiente” y un “Estado nacional consolidado” (CREYDT, 2007, pp. 90-96; UHARTE, 2009, p. 16).

Rojas (2016) expone que casi la totalidad de la producción campesina en esta época, era para el autoconsumo, no tenían prácticamente actividad mercantil, el Estado les proveía de insumos, herramientas, ropas e incluso ganado. Fueron los años de mayor esplendor del campesinado, que no tenían lujos, ni acumulación de riquezas pero tampoco tenían hambre ni pasaban necesidades, sino más bien la tranquilidad de acceder a tierras, vivienda y alimentos de forma segura. En esta época desaparecieron las clases sociales, se niveló el nivel de vida de la población, con lo cual se logró una gran igualdad social en el Paraguay. Este autor cita los cuadernos de la Pastoral Social No 4 de 1984 para referirse a la época del Dr. Francia así:

El dictador abolió las relaciones entre latifundio y minifundio imperantes en el periódico histórico anterior, con lo que inevitablemente se enriqueció la economía de subsistencia...Tal vez, éste haya sido el único periódico histórico en que la economía campesina no estuvo subordinada, en forma directa a una economía dominante, y quedó librada al desarrollo natural de sus potencialidades” (ROJAS, 2016, p. 51).

Luis Rojas (2014b, p. 39) afirma que Francia logró implementar exitosamente las dos cosechas por año a partir de 1819, práctica originaria de los guaraníes, abandonada por los colonizadores. Prácticamente toda la población estaba incluida en actividades productivas, desapareciendo en el país el hambre, la mendicidad y el desempleo. Francia consideraba que la independencia estaba asegurada, “desde que el Paraguay no necesitaba de ellos (los países vecinos) y se bastaba a sí mismo”.

el cierre de fronteras. Obtuvieron el permiso para abandonar el país en 1826 y publicaron en Europa en 1827 su libro titulado “Ensayo histórico sobre la revolución del Paraguay” En este contexto y en esta obra los autores relatan cómo el dictador hizo poner una horca amenazando a un artesano zapatero por no saber hacer unas fornituras (corraje y cartuchera de soldado), de este modo los herreros se hicieron cerrajeros, armeros, espaderos; los zapateros, talabarteos; los plateros, fundidores y los albañiles, arquitectos (op. cit. p. 40). Para estos autores Francia es un hombre extraordinario, al mismo tiempo le atribuyen una cantidad de defectos, tirano y hasta loco. Para ellos el dictador es bueno y es malo al mismo tiempo, es idealista y mezquino, es patriota y es tirano nos dice Guido Rodríguez Alcalá quien analiza la obra de los médicos suizos y dice que estas contradicciones presentes en la obra se debe a que fue escrito en poco tiempo de su regreso del Paraguay, que no pudieron decantar las ideas, lo cual permite lecturas diferentes. Alcalá nos llama a reflexionar sobre las distintos debates alrededor del dictador, plasmados también en la obra de Augustro Roa Bastos (1974) “Yo el Supremo” porque ninguna nación ha sido creación de un solo hombre, se debe también a la vida y la obra de una multitud de personas comunes, hombres y mujeres simples, que han hecho posible la emancipación (RENGGER; LONGCHAMP, Prólogo, El dictador Francia, 2011, p. 11).

Los Gobiernos de Carlos Antonio López y su hijo Francisco Solano López⁵⁰ continuaron la obra de Francia, al reforzar el control estatal de la economía y crear las condiciones para el desarrollo nacional. El Estado continuó siendo la principal fuente de acumulación de capital y su función económica consistió en colocar al Paraguay en un puesto de vanguardia entre los países latinoamericanos en lo que se refiere a la aplicación de los progresos técnicos al estilo europeo (ferrocarril, telégrafo) y la fundación de las primeras bases para una industria siderúrgica y metalúrgica (CREYDT, 2007, pp. 98-100).

Fue durante el Gobierno de Carlos Antonio López en 1854 se iniciaron los estudios para el proyecto del Ferrocarril del Paraguay, inaugurado en 1861 y vendido a capital privado posterior al fin de la Guerra Guasu (1865-1870). En 1869 las fuerzas aliadas (Argentina, Brasil y Uruguay) llegaron a la capital, lo cual fue conocido como “saqueo de Asunción” donde los vagones y locomotoras fueron trasladadas a Buenos Aires por el ejército argentino y en 1870 el gobierno de Brasil inició la reparación de varios tramos y maquinarias ferroviarios, lo que costó al Estado paraguayo 20 mil dólares americanos para poder venderlo en 1876 que fue otorgada a la firma Travassos, Patri y Cía. por 1.000.000 de pesos oro. El monto percibido por la venta fue utilizado para pagar la deuda con Brasil por el suministro de materiales. Finalmente, fue vendida en 1889 a la empresa inglesa *The Paraguay Central Railway Company Limited* (VERON, 2000, p. 10).

El Estado paraguayo también se comprometió a ceder en forma gratuita las tierras fiscales que se necesitaren para la prolongación de la línea hasta Encarnación, Departamento de Itapúa (casi 400 km al sur del país frontera con Argentina). Para la realización de los trabajos, el Gobierno autorizó a la empresa del ferrocarril a explotar gratuitamente los montes

⁵⁰Cuando los invasores aparecieron en el horizonte, en 1865, Paraguay contaba con una línea de telégrafos, un ferrocarril y una buena cantidad de fábricas de materiales de construcción, tejidos, lienzo, ponchos, papel y tinta, loza y pólvora. Doscientos técnicos extranjeros, muy bien pagados por el Estado, prestaban su colaboración decisiva... El país contaba con una flota mercante nacional, y habían sido construidos en el astillero de Asunción varios de los buques que ostentaban el pabellón paraguayo a lo largo del Paraná o a través del Atlántico y el Mediterráneo. El Estado virtualmente monopolizaba el comercio exterior: la yerba y el tabaco abastecían el consumo del sur del continente; las maderas valiosas se exportaban a Europa. La balanza comercial arrojaba un fuerte superávit. Paraguay tenía una moneda fuerte y estable, y disponía de suficiente riqueza para realizar enormes inversiones públicas sin recurrir al capital extranjero. El país no debía ni un centavo al exterior, pese a lo cual estaba en condiciones de mantener el mejor ejército de América del Sur, contratar técnicos ingleses que se ponían al servicio del país en lugar de poner al país a su servicio, y enviar a Europa a unos cuantos jóvenes universitarios paraguayos para perfeccionar sus estudios (GALEANO, 1970, p. 112).

fiscales de Bobí (Artigas) y San Cosme, para la extracción de maderas para durmientes y demás materiales necesarios para la prolongación de la vía férrea (VERON, 2000, p 14), expulsando a comunidades campesinas e indígenas que en ellas vivían.

Antes de la Guerra Guasu el 98 % del territorio paraguayo era de propiedad pública, unas 30.6 millones de hás mientras que solo 489 mil hás eran propiedades privadas. El Estado cedía a los campesinos la explotación de las parcelas a cambio de poblarlas y cultivarlas en forma permanente y sin el derecho de venderlas. Había, además, 64 estancias de la patria, haciendas que el Estado administraba directamente. Las obras de riego, represas y canales, y los nuevos puentes y caminos contribuían en grado importante a la elevación de la productividad agrícola. Se rescató la tradición indígena de las dos cosechas anuales, que había sido abandonada por los europeos. Las técnicas aprendidas durante las misiones jesuitas facilitaba, el proceso de creación. “El país más progresista de América Latina construía su futuro sin inversiones extranjeras, sin empréstitos de la banca inglesa y sin las bendiciones del comercio libre” (GALEANO, 1970, p. 112).

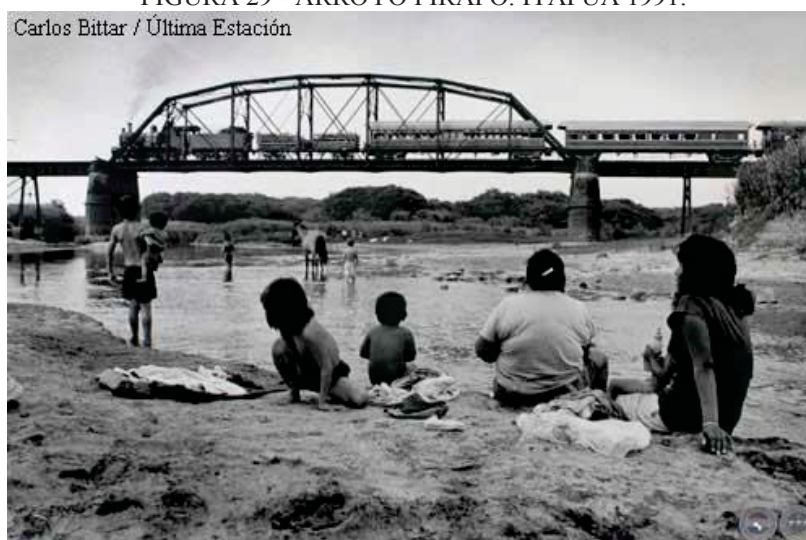
Del Paraguay derrotado no sólo desapareció la población: también las tarifas aduaneras, los hornos de fundición, los ríos clausurados al libre comercio, la independencia económica y vastas zonas de su territorio. Los vencedores implantaron, dentro de las fronteras reducidas por el despojo, el librecambio y el latifundio. Todo fue saqueado y todo fue vendido: las tierras y los bosques, las minas, los yerbales, los edificios de las escuelas. Sucesivos gobiernos títeres serían instalados, en Asunción, por las fuerzas extranjeras de ocupación. No bien terminó la guerra, sobre las ruinas todavía humeantes de Paraguay cayó el primer empréstito extranjero de su historia. Era británico, por supuesto. Su valor nominal alcanzaba el millón de libras esterlinas, pero a Paraguay llegó bastante menos de la mitad; en los años siguientes, las refinanciaciones elevaron la deuda a más de tres millones (op. cit, p. 115).

El capitalismo había tomado Nuestra América, Eduardo Galeano lo describió en “Las venas abiertas de América Latina” como “los empréstitos y los ferrocarriles en la deformación económica de América Latina” y la misma idea de progreso y modernidad al estilo europeo estaba en territorio del Contestado ubicado en la frontera del Estado de Paraná y Santa Catarina- Brasil, protagonista de una de las mayores guerras civiles ocurridas en suelo latinoamericano 1912- 1916 (GALEANO, 1970) tras una serie de “acontecimientos desafortunados en la que perdieron sus vidas también millones de personas principalmente campesinos pobres que luchaban por su tierra y por su territorio a principios del siglo pasado” (FRAGA,2011 p. 84) cuando el Gobierno brasileño decidió construir la ferroviaria Sao Paulo-Río Grande do Sul, para comunicar las regiones del Sureste con el Sur de Brasil. En 1908 comenzó la construcción por la empresa *Brazil Railway Company* de *Percival Farquhar*; la

misma empresa que en 1910 compró el Ferrocarril del Paraguay. En Brasil como forma de pago a la empresa constructora, el Gobierno le concedió 15 km de tierra para cada lado de la ferrovía. Algunas personas vendieron sus tierras a la empresa y muchas familias fueron expulsadas por no tener título de propiedad y ser sólo “*poseros*”, es decir que tenían la posesión de hecho por vivir en sus tierras, pero no de derecho al no presentar títulos de propiedad.

La Guerra Guasu fue el escenario de prácticas de saqueo y muerte del ejército brasileño que “triunfante” en Paraguay de 1870 se trasladó a la Guerra del Contestado (1912-1916) en otra guerra del Gobierno de Brasil contra su propio pueblo para beneficiar intereses y modelos extranjeros, el Estado brasileño que tomó partido por los latifundistas y la burguesía local, de las compañías norteamericanas y su ejército opresor que como toda Guerra dejó a la región horror, miseria y muerte (FCC, 2014).

FIGURA 29 - ARROYO PIRAPÓ. ITAPÚA 1991.



Fuente: Libro de fotografías la Última Estación. BITTAR (2002).

En la FIGURA 29, observamos a mujeres, niños, niñas y un caballo a orillas del arroyo Pirapó, departamento de Itapúa contemplando al tren a vapor del Paraguay. Hasta la década de 1980 el tren fue el medio de comunicación importante entre los pueblos de la vía férrea que incluían 400 km entre Asunción y Encarnación y desde ahí hasta Buenos Aires, uno de los destinos migratorios históricos de los paraguayos y paraguayas. La imagen corresponde a la colección de fotografías de Carlos Bittar (2002) llamada la Última Estación, que fueron tomadas entre los años de 1990 y 1991, el autor nos dice sobre estas fotografías “ya marcaban lentamente su camino a la desaparición por las condiciones degradadas en que se encontraban las instalaciones, las vías y las locomotoras”.

FIGURA 30- TRANSPORTE TERRESTRE EN PARAGUAY - 1954



FUENTE: Paraguay Rural 1870 – 1963. KLEINPENNING (2014, p. 60)

Como vemos en la FIGURA 30, la conexión del Paraguay con el Brasil era natural (cerros, selva y el río Paraná) casi nula de infraestructura terrestre, solamente un camino de tierra que unía el poblado fronterizo de Pedro Juan Caballero fundado en 1894 para el comercio de los yerbales con Concepción que ya fue fundado como puerto sobre el Río Paraguay en 1773, hasta que se penetró la selva oriental y en 1961 fue construido el Puente Internacional de la Amistad en “acuerdo con Brasil” y en 1964 se inauguró la carretera que conectaba cerca de 400 km entre Asunción -Puerto Presidente Stroessner (actual Ciudad del Este) y de ahí con Foz de Yguazú hasta Paranaguá – BR, la actual ruta de los granos del agronegocio.

Así, para el Paraguay los resultados de la Guerra Guasu fueron nefastos para el pueblo principalmente campesino, ya que supusieron la implantación de un sistema social y económico totalmente diferente y dependiente (modelo latifundista, agricultura y ganadería orientada a la exportación) y la contrarreforma agraria que despojó de tierras al Estado y a los campesinos e indígenas en beneficio de los grandes propietarios y del capital extranjero. El imperialismo británico, primero y, más tarde, el imperialismo norteamericano y brasileños se

apoderaron de los principales puestos de control de la producción nacional. “El Paraguay dejó de ser una nación soberana para convertirse en un país dependiente con características semicoloniales” (CREYDT, 2007, pp. 104 105).

No caben dudas, que terminada la Guerra Guasu el país quedó en la ruina y la población arrasada⁵¹ estaba económicamente devastado y escasamente poblado, de un total de 1.300.000 habitantes sobrevivieron 300.000, la mayoría mujeres y niños (CARDOZO, 2007, p. 111). Sin embargo, todavía seguía siendo una nación rica, puesto que casi la totalidad de su tierra cultivable, sus praderas, yerbales, bosques y otros recursos naturales estaban en manos del Estado (KLEINPENNING, 2014, p. 196).

El Estado paraguayo, sin recursos para hacer efectiva el reconocimiento de su soberanía y planear para ejecutar políticas públicas encontró en las mayoritarias tierras públicas, un bien deseable en el mercado de tierras por el capital extranjero. “De ahí que la venta de tierras públicas fue la salida más rápida para planear y ejecutar las políticas públicas del Estado” (MORÍNIGO, 2005, p. 5). Pero no fue la única salida, y habría que preguntarse, quienes se beneficiaron realmente con la venta del 81 % del territorio nacional y casi la totalidad de las praderas, bosques, y yerbales por tan solo 10.6 millones de pesos, un monto que ni siquiera alcanzaba a pagar la deuda externa. En 1888, ante la imposibilidad de pagar la deuda externa con Londres, se le entregó unas 900 mil hás de tierras, con las que formaron la Compañía Agraria Anglo Paraguaya (ROJAS, 2016, p. 56).

Según Pastore (1972, p. 171), cita a Manuel Domínguez, reconocido abogado, docente, periodista, vicepresidente del Paraguay (1902-1904) quien se manifestó así en el año 1904 :“A la conclusión de la guerra el gobierno era todavía poderoso. Poseía inmensas zonas

⁵¹ El Paraguay sacrificó todos sus hombres válidos en la guerra: desmembramiento en desmembramiento, de Humaitá a Aquidabán, el ejército, sin cesar reducido en número, pero animado de un patriotismo del cual el mundo moderno no ofrece ningún otro ejemplo, resistió a las fuerzas enemigas, superiores ... Al fin, la viril Nación toda integrada había casi desaparecido por la guerra, el hambre y el cólera, no quedaban más que invalidaos, enfermos, niños y mujeres ... Desde hace siglos, en los que se han visto tan espantables carnicería, la humanidad no había surgido una lucha tan encarnizada, una destrucción tan atroz. El aislamiento en el cual la Nación paraguaya se había mantenido desde sus orígenes y la educación colectiva de sumisión absoluta que había recibido de sus dueños espirituales y temporales fueron las causas primeras del aplastamiento de este pueblo, uno de los mejores y más dulces que hayan vivido. Las Fronteras actuales del Paraguay han sido dictadas por los vencedores (RECLUS, 1896, pp. 55-56).

de tierra que bien distribuidas, hubieran realizado el sueño de los sociólogos; pero las vendió a vil precio, dejando sin hogar a la mayor parte de nuestros compatriotas”. También, Flecha (2014) cita a Rafael Barret, el intelectual anarquista quien afirmó: “es sabido que el Estado perdió sus yerbales. El territorio paraguayo se repartió entre los amigos del gobierno y después La Industrial Paraguaya se fue quedando con todo”. Este autor nos dice que es sólo seguir la actividad del Estado post-guerra como fuente de concesiones y privilegios para reconstruir en Paraguay, la historia de la propiedad privada y de los grandes latifundios hasta la actualidad.

Las leyes de finales del siglo XIX tuvieron grandes consecuencias pues los yerbales naturales, que pertenecían al Estado paraguayo, fueron vendidos en su totalidad con lo que pasaron al dominio privado; específicamente fueron adquiridos por 45 empresas de capital extranjero. La Industrial Paraguaya compró 85 mil has. de yerbales naturales y 2.687.000 has. de tierras en la Región Oriental; también el empresario español Carlos Casado compró 5.625.000 has. en la Región Occidental, que equivalen a la suma de la superficie de los Departamentos de Concepción, San Pedro, Ñeembucú y Cordillera, parte de las cuales fueron vendidas a la Secta Moon a finales del siglo XX (MORÍNIGO, 2005, p. 6).

En su trabajo de periodización sobre la “Tierra y campesinado en la historia paraguaya” del Libro “Campesino rape” Luis Rojas (2016) se refiere a esta época posterior a la Guerra Guasu como: Periodo neocolonial: genocidio, privatización de la tierra y subordinación campesina en el Paraguay (1870- 1954) (op. cit, p. 52).

En este sentido, los campesinos e indígenas han visto destruido su *Tekoha*, han padecido los desgarros de las dos Guerras ⁵² ambas con intereses internacionales y posteriormente las grandes transferencias de sus riquezas, los ataques contra los valores y la invasión de las empresas no solo de interés económico sino de demolición cultural que acompañaron las maniobras desde la colonización europea y que aún hoy sus tierras y sus recursos son un interés latente para todo tipo de capital extranjero.

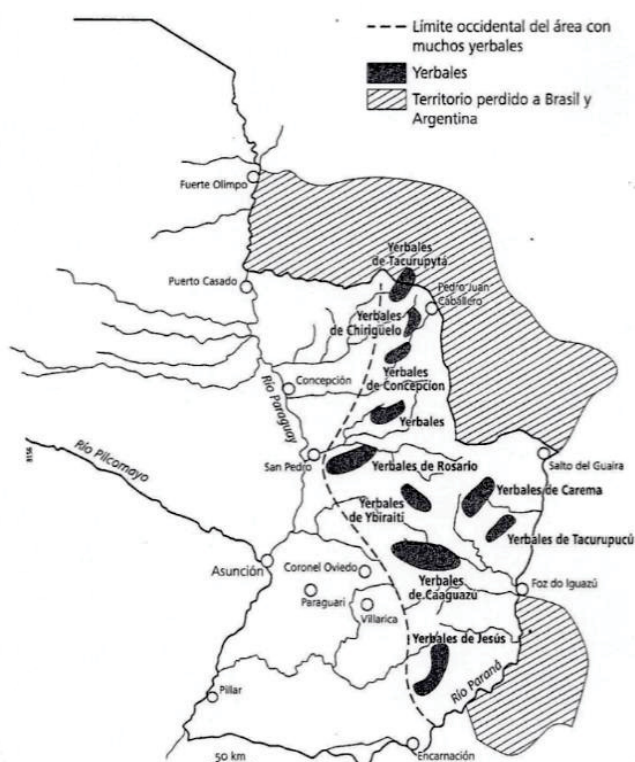
Después de la guerra casi toda la superficie del país que dejó de ser ocupada entró en el dominio público. Dueño de esta inmensa propiedad nacional, el gobierno la puso en venta a tanto la legua cuadrada. Los especuladores se echaron sobre la presa sin respetar siquiera las pequeñas porciones donde las familias guaraníes cultivan el

⁵² Como vimos hasta aquí la Guerra Guasu y la Guerra del Chaco, Bolivia -Paraguay (1932-1935), con transfondo de intereses de las petroleras norteamericanas, estas discusiones las podemos encontrar en la obra de Eduardo Galeano (1970) en “Las venas abiertas de América Latina” y sus consecuencias para el Paraguay, principalmente relacionadas a las tierras, en la obra de Carlos Pastore (1972) “La lucha por la Tierra en el Paraguay”.

suelo de generación en generación. sin que hubiera tenido jamás de tener que hacer constar sus títulos de propiedad... en pocos años los vastos territorios fueron adjudicados a propietarios ausentes, y en adelante ningún campesino paraguayo podrá cavar el suelo en la patria sin pagar renta a los banqueros de Nueva York, Londres, o Ámsterdam (RECLUS, 1896, p. 87).

En la FIGURA 31, vemos cómo en 1870 al final de la Guerra Guasu los yerbales que eran propiedad de Estado y territorios de comunidades indígenas y campesinas quienes al no presentar documentos de propiedad que les exigía el gobierno, fueron vendidas a extranjeros principalmente argentinos y brasileños, se visualiza también el territorio perdido en la Guerra Guasu por el Paraguay, al noreste a favor de Brasil y al sureste a favor de Argentina.

FIGURA 31- YERBALES PARAGUAYOS QUE PASARON A MANOS ARGENTINAS Y BRASILEÑAS DESPUÉS DE 1870



FUENTE: Paraguay Rural 1870 – 1963. KLEINPENNING (2014, p. 293).

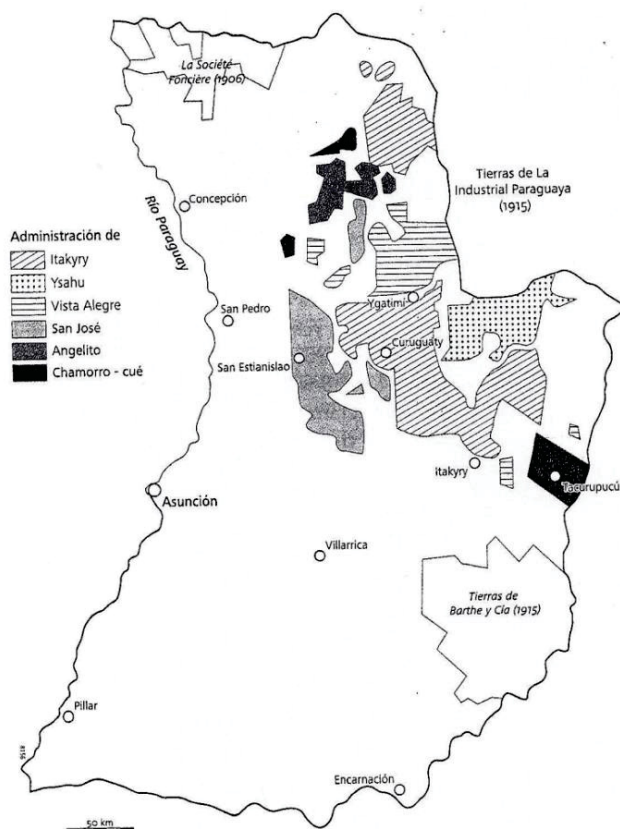
Hemos visto, hasta aquí que para varios investigadores sobre el Paraguay, la Guerra Guasu se convirtió en el punto de inflexión histórica entre dos épocas y la post-guerra fue el inicio de otra etapa totalmente dependiente del capital extranjero donde puede ubicarse la matriz del problema de la tierra en el país (MORÍNIGO, 2005). Sin embargo, es necesario

explicitar también que no fueron únicamente factores externos, los internos también los acentuaron, principalmente porque los “herederos del gobierno de los López” de la post-guerra salieron a vender las tierras públicas como única salida a la crisis y condenaron a las poblaciones rurales a la persistente lucha por la tierra en el Paraguay, lo cual nos acerca al pensamiento latinoamericano sobre el *colonialismo interno*, que observamos en la cuestión de ventas de tierras públicas post-Guerra Guasu en Paraguay.

En las etapas iniciales de este proceso de saqueo, grandes latifundios y privilegios se creó La Industrial Paraguaya S.A- LIPSA, uno de sus fundadores en 1886 fue Bernardino Caballero, que llegó a ocupar el cargo de director administrativo de la compañía, y fue también el fundador de la ANR- partido colorado y ex -presidente de la República (1880-1886) que acaparó la mayor parte de la producción yerbatera de la época. Situación que no cambió con el gobierno del PLRA- partido liberal de Eduardo Schaere (1912-1916) que permitió al capital nortamericano Faquhar comprar la mayoría de las acciones de LIPSA en 1912. LIPSA junto la “Compañía Barthe e Hijos, Campos y Yerbales” controlaban la mayor parte de la producción y explotación de yerbales del Paraguay. Se sumó a este escenario de explotación la Compañía *La Matte Larangeira*, que era la principal competencia de LIPSA fuera del país, *La Matte* se creó en 1879 en Brasil por Tomás Larangeira y los hermanos Ricardo y Francisco Gonçalves, todos se habían enriquecido como proveedores del ejército brasileño durante la Guerra Guasu contra el Paraguay, *La Matte* operaba en Mato Grosso do Sul, pero “adquirió” tierras en Paraguay en 1902, unas 800.000 hás, cercanas al Salto del Guairá, actuales departamentos de Canindeyú, también en San Pedro y Concepción (KLEINPENNING, 2014, pp. 302-305).

El Estado llegó al extremo de regalar 150 leguas a un personaje influyente”, se refiere a Patricio Escobar, otro ex-presidente de la República colorado (1886 -1890) virtual dueño de los yerbales naturales en el Alto Paraná, y accionista de LIPSA que se transformaron en inmensos latifundios orientados a la exportación. “Fue aquella época incesante de ventas, arriendo de tierras y compra de agrimensores y jueces” (FLECHA, 2014, p. 2).

FIGURA 32 – PROPIEDADES DE LA INDUSTRIAL PARAGUAYA- 1915



FUENTE: Paraguay Rural 1870 – 1963. KLEINPENNING (2014, p. 298).

En la FIGURA 32, Kleinpenning (2014) espacializa las 2.647.727 hás de tierras que pasaron a ser propiedad de LIPSA, equivalentes a la mitad de la superficie de Suiza y al 16.5 % del Paraguay Oriental. Esto hizo que la compañía acumulara mucho poder territorial y político, sus tierras no formaron un bloque compacto, sino que estaban dispersas al norte de la Región Oriental. Un análisis detallado de LIPSA, su conformación, acciones, beneficiarios, ganancias financieras millonarias en pesos oro de la época por la explotación de los yerbales y de las personas se presentan en el trabajo del autor (op. cit, pp. 298-324). Se visualiza también en la FIGURA 32, la ubicación de las tierras de Curuguaty, escenario del conflicto actual por la tierra del Caso Curuguaty, que mencionamos en el capítulo I.

Carlos Pastore (1972) nos cuenta que con el propósito de ordenar la ocupación de tierras fiscales pertenecientes al Gobierno provisorio de aquella época, en 1875 se creó la oficina de Tierras Públicas dependientes de la Junta de Crédito Público. Los propietarios de tierras de todo el país quedaron obligados a presentar a la oficina de Tierras Públicas una

copia del documento que acredita sus derechos de propiedad y posesión, “bajo pena de ser considerados meros ocupantes de tierras del fisco y de recuperar el Estado el dominio de las mismas” (op.cit, p. 180). Nació en el Paraguay una nueva lógica, que se mantiene hasta la actualidad: la supremacía de la propiedad privada en la tenencia de las tierras, por sobre todos los derechos de las tierras campesinas e indígenas hasta aquel entonces, comunitarias. El país no tenía casi registros, todos fueron llevados durante el “saqueo de Asunción⁵³”. Ante esta difícil situación lo único que se reconocía a las familias campesinas era un ilusorio derecho preferencial para adquirir los terrenos que ocupaban, en este caso debían pagar el costoso arrendamiento exigido por el fisco, lo terminó por expulsarlos de sus tierras.

Para Flecha (2014) irónicamente, algunos argumentaban que era mejor que los nuevos propietarios de las tierras se hicieran cargo de ellos a fin de librar a los empobrecidos campesinos de las pesadas cargas impositivas. Y eso, fue lo que sucedió. Por su parte, los terratenientes extranjeros no exigieron el pago en dinero de la renta sino en trabajo y especies. “Igualmente, la persistencia del latifundio por extender sus tentáculos alrededor de los pueblos obedecía al propósito de asegurarse mano de obra en aquel desolado país de *hombres sin tierra y de tierras sin hombres*” (BARRETT, 1909, p. 16; FLECHA, 2014, p. 3).

Según la obra *Man and Land in Paraguay* de Kleinpenning (1986), citado por FOGEL (2016, p. 37) los paraguayos que ocupaban pequeñas fracciones quedaron sin tierras para favorecer a inversores extranjeros principalmente con capital argentinas y brasileñas, entre ellos especuladores y por supuesto los oportunistas paraguayos que se embolsaron con los comisionistas, apareciendo por primera vez en la historia del Paraguay la deuda externa y

⁵³ Además de los “trofeos de guerra” o sea los objetos de valor, no sólo estaba compuesto de piezas de oro y plata, sino que también incluía el acervo histórico y cultural robado durante el “saqueo de Asunción”, por los brasileños. El Archivo Nacional del Paraguay que constaba de 50 mil documentos sobre la historia primitiva del Paraguay, la infiltración portuguesa, las cuestiones de los límites y las fechas y los hechos sobre la historia del Río de la Plata. Contendría además el acta de la Fundación de la Ciudad de Asunción en 1537; todos los archivos de las Misiones Jesuíticas que son únicas en el mundo y la primera carta geográfica del Paraguay, establecida antes de 1800 por el geógrafo español Félix de Azara. Todos ellos forman parte de la colección que se encuentran en la Biblioteca Nacional de Río de Janeiro, que fueron reclamados por varios Gobiernos del Paraguay al Brasil junto con el “Cañón Cristiano” se encuentra en el Museo Histórico Nacional de Río de Janeiro. Este cañón tiene mucho valor para el Paraguay, pues fue construido durante la Guerra Guasu, en 1867 cuando el país no tenía como defenderse de sus enemigos, se realizaron las donaciones de casi todas las campanas de las iglesias católicas de la República, este cañón fue fundido y construido en La Rosada de Ybycuí, orgullo del Paraguay por ser el primer país de sudamericano en contar con una planta siderúrgica y representa la resistencia de un pueblo que tenía la esperanza de vivir. Sin embargo el Cañón Cristiano fue robado como “trofeo de guerra”, en 1869 y al cual Brasil se niega a devolver.

el negociado del 65% de los préstamos de 1.500.000 libras esterlinas, que habían sido obtenidos del mercado de Londres, para la reconstrucción del país.

Sin tierras y casi sin esperanzas muchos campesinos e indígenas a finales del siglo XIX y principios del siglo XX, vieron una oportunidad de trabajo bajo promesas primero y obligados como esclavos después en los yerbales privados, convirtiéndose en “*mensú*”, un campesino que no ha pasado desapercibido por la historia del Paraguay, así como otros países de la región como Argentina, Uruguay y Brasil que acabada la Guerra Guasu también explotaron en los obrajes al peón de las plantaciones de yerba mate.

Para Simari (2014, p. 2) el *mensú* = mensualero, representa como otros a los desclasados, como otras víctimas de los avatares más o menos rústicos del capitalismo local en ciernes, también el mensú encontró su lugar en las páginas de la literatura de estos países, “su figura y sus padecimientos dieron lugar a textos que supieron abordar un mismo tópico, los mecanismos de la explotación y sus violencias, de modos disímiles y, por momentos, contrapuestos” (ibid.); BARRETT (1908); ROA BASTOS (1953); DOMINGUEZ (1975); QUIROGA, (1996); VARELA (2008).

Eso de “acciones al portador” sonaba bien, pero ellos no lo entendían. Creían que era algo bueno relacionado con el futuro. Tomaban sus vales y se iban al almacén de la proveeduría que chupaba sus jornales a cambio de provistas y ropas diez o veinte veces más caras que su valor real. Pero eran ropas y provistas y eso lo adquirían con la kuaatíá reí, el papel blanco que era más fuerte que el peso fuerte, que el patacón cañón (...) (ROA BASTOS, 1981).

Este segmento de la obra “El Trueno entre las Hojas”, de Augusto Roa Bastos, nos describe la situación de los mensú, trabajadores reclutados a la fuerza para los yerbales, además de las pésimas condiciones de vida en la que trabajaban. La obra contiene diecisiete relatos en los que Roa Bastos recorre los paisajes del Paraguay rural de principios de siglo XX y entrega una visión del panorama social, campesino, popular. Su postura política y la defensa de las clases campesinas y trabajadoras, le atribuyeron inclusive proclamas libertarias. También existen aquellos estudiosos que han leído esta obra de Roa Bastos desde la perspectiva de la cosmovisión guaraní, quienes destacan que la reescritura de los textos míticos paraguayos son necesarios.

Carlos Piñaez, el dramaturgo paraguayo, director y guionista llevó a escena “*El mensú*” a finales del 2013 y 2014 con el objetivo de recuperar la memoria histórica del país a

través del teatro con historias unipersonales de 50 min. Para Piñánez (2013) realizar la investigación no fue fácil, porque encontró poca bibliografía sobre el tema, a excepción de los escritos del autor español Rafael Barrett, quien se radicó en nuestro país a principios del siglo XX, y de Augusto Roa Bastos, “El trueno entre las Hojas”, que también fue llevada al cine en 1958. Esta obras relatan los acontecimientos después de finalizar la Guerra Guasu donde se iniciaba la era de una nueva forma de esclavitud con “el *mensú*, el preso de la selva, el trabajador de los yerbales de La Industrial Paraguaya” (Ibíd.).

Juan Carlos Herken (1984) en su estudio “El Paraguay Rural entre 1869 y 1913. Contribución a la historia económica regional del Plata”, citado por Fogel (2016) nos reafirma que en el Alto Paraná y Canindeyú, LIPSA (conflicto actual del Caso Curuguaty) y, en el Paraná medio, la Compañía Domingo Barthe e Hijos (conflicto actual del Caso Ñacunday), constituyeron los mayores enclaves dedicados a la explotación de yerbales naturales y la extracción forestal, que movilizaron a gran cantidad de trabajadores. Se estima que estas empresas ocupaban entre 4.000 y 5.000 obreros o *mensú*, dispersos en grandes superficies en asentamientos transitorios; una proporción de estos trabajadores era ocupada en forma estacional y transitoria. Así, en la época de beneficio de la yerba mate, *Tacurú Pucú*, hoy la ciudad de Hernandarias, uno de los centros de LIPSA, tenía 900- novecientos *mensú*; Ñacunday, uno de los centros de procesamiento de la yerba y de embarque de madera, tenía una población que oscilaba entre 7.000 y 20.000 *mensú* (op. cit, p. 38).

En los obreros le daban 2.000 pesos de adelanto, dinero que después tenían que devolver con 18 horas de trabajo, de lunes a lunes, sin descanso, pero, además, tenía que comer y vestirse; entonces, su deuda, lejos de disminuir, iba aumentando día a día, dice Piñánez (2013) y nos cuenta que su obra “*El mensú*” empieza cuando siete troperos con perros de caza están tratando de atrapar al *mensú* prófugo⁵⁴.

⁵⁴ Se buscaba a toda costa que los trabajadores no huyeran, si alguien conseguía escapar, había escuadrones especiales que los rastreaban y corrían el riesgo de perder la vida. Los guardias armados de las compañías como LIPSA simplemente consideraban su deber traer al peón vivo o muerto, incluso pasado muchos años lograban dar con los desertores. Las condiciones de trabajo en los yerbales fueron conocidos como “infierno verde” incluía largas horas de trabajo y la obligación de recoger 8 arrobas de yerba al día y transportarlas grandes distancias, había sanciones sino se cumplía la meta y ningún incentivo si se tría más. Las viviendas eran miserables, parecían establos de animales, sin ninguna comodidad, ni recreación, las ropas, alimentos y bebidas tenían que comprarse de la compañía y sus precios eran cinco veces más caras que Asunción y de muy mala calidad. La comida era casi comida para cerdos y los peones no podían cultivar en huertas o criar animales, no había servicios de educación ni salud, “los burros de carga” LIPSA y de las otras empresas estaban mal vestidos,

Si los tomaban vivos, si servías para el trabajo, los dejaban vivir; de lo contrario, se los estaqueaba, es decir, les ataban las manos y los pies con tiras de cuero mojado sobre los takuru puku (hormigueros). Una vez que el cuero se secaba, les cortaban las manos y los pies, y las hormigas hacían el resto. Un hombre de 23 años parecía de 40 y el administrador le llamaba peón viejo (ibid.).

Piñanez (2013) relata que este mensú existió en la vida real. Él logró llegar hasta su casa, pero sus padres habían vendido su propiedad en *Takurupukú*, actual Hernandarias, departamento de Alto Paraná y cuando fue para retirar el dinero, lo mataron. Se sospecha que los mismos “*capangas*”⁵⁵ fueron sus asesinos y que además se llevaron su dinero. En la obra, dice el director “El protagonista, dentro de su locura, escape, inanición, una enfermedad venérea que padece —contagiado por mujeres mensú, esclavas sexuales—, va pasando por varios estados”, que formaron parte de la vida real de muchos, *mensú*.

Piñanez (2013) nos cuenta que Rodrigo Caballero, el actor intérprete de la obra, afirmó que no hay como no emocionarse con la historia y llorar al ver el sufrimiento del hombre que lucha por su libertad. Concordamos con Caballero porque esta fue una realidad al que estaban expuestas miles de familias campesinas paraguayas e indígenas, donde la lucha por la tierra además era la lucha por la libertad! exclama este autor.

El final de la obra es un canto de libertad, en el cual el protagonista expresa con mucha fuerza un *Sapukái*: “Yo soy Josafá Palomino; soy paraguayo teete”⁵⁶ y termina con una música paraguaya”. Piñanez (2013) afirma: “Lo escribí a propósito, porque últimamente se tiene vergüenza de ser paraguayo o de ser latinoamericano”. Y dice además: “Para ser un prófugo de la selva, hay que estar loco o ser un héroe”.

desnutridos y embrutecidos, sufrían hambre, cansancio, parásitos y enfermedades, principalmente la malaria, enfermedades sexuales y alcoholismo (Kleinpenning, 2014, p. 307-308).

⁵⁵Persona que cumple las funciones de capataz, conduciéndose con castigos crueles y mucha violencia para imponer miedo y orden, derivado del portugués.

⁵⁶ Soy paraguayo de verdad, en guaraní.

FIGURA 33 - MENSÚ CARGANDO YERBA MATE



FUENTE: Culturas de la Selva. DOMÍNGUEZ (1975/1979, p. 29)

Las historias de los mensú, todavía es muy reciente en la memoria del pueblo que ha mantenido por historia oral y musical sus desgracias. Mauricio Cardozo Ocampo, músico paraguayo e investigador del folkllore paraguayo, creador de la reconocida canción paraguaya Galopera, escribió también llamó *mensu resay*⁵⁷, con letra en guaraní. que habla de los dolores de los explotados (ALVAREZ, 2006, p. 133). Además Cardozo Ocampo en su canción de 1937 “*Yo soy Purahei*”⁵⁸ canta: “Yo soy la triste y doliente queja de los yerbales sin fin, el clamor de los mensú. Y llevo en mi maleta de ensueño romance de un arribeño que ronda el Mbaracayu...”.

Rojas (2015) nos cuenta como José, un adolescente de la dictadura en 1986, aturdido por la represión de la policía a los trabajadores en el barrio de Sajonia- Asunción fue a conversar con su abuelo, quien le recordaba que este maltrato era testimonio mudo de la historia del Paraguay y todo un pueblo. — Esto no es de ahora— manifestaba el abuelo — en

⁵⁷ Lágrimas de los mensú, en guaraní. *Tesaráipe anga roikóvaore ka'aty raso. Ñuatí ha mbói apytéperoikóva romba'apo. Umíva hina "mensu" mba'apómante oikuaatembiguái ramo oikoha upéicha romanombaore rete itujupaumíva hina "mensú" Mba'éicha ramo ko'êrōjajuhu jekopyty jaro sapukáine upérō "mensu" kuéra resay. Ipōrāva kuñamimbyja ko'ê joguahache rapépe tomimbiche reko tahésākāupévamante ikatuko "mensu"-pe ombovy'a. Ha'evémante añeteāicha ñande rerekondaipy'áiva pytagua, ñande ruguyre okambu. Ha peikuaáke yvy póra roisu'úva ore "mensú".* CARDOZO OCAMPO (1939).

⁵⁸ Yo soy Canción, en guaraní.

los viejos yerbales “teníamos *capanga* y capataces armados que tenían la potestad de pegarnos un tiro si escapábamos”.

Parecería ser que el Estado estaba siempre a disposición de los explotadores mientras las fábricas los vomitaban de sus entrañas de piedras y salían como cucarachas asustadas buscando un bar donde profundizar una tristeza milenaria. — Parecería ser que no teníamos quien nos defiende— vociferaba el abuelo — no encontrábamos voces de compatriotas que bramen por una jornada menor a las doce horas, pero en el silencio se levantó la voz de un extranjero, un joven periodista español, no recuerdo el nombre, tenía un aire inglés pero sin la puntilliosidad victoriana, era distinto a otros extranjeros que pisaban nuestro suelo, nos entendía, escribía para nosotros, decía que éramos “el Dolor Paraguayo” (ROJAS, 2015).

El abuelo de José, se refería a Rafael Barrett, periodista y escritor español que escribió en sus ensayos las denuncias de los oprimidos del Paraguay en sus principales obras: “Lo que son los yerbales” (1908) donde afirmaba que “La explotación de la yerba-mate descansa en la esclavitud, el tormento y el asesinato” y “El dolor paraguayo” (1910). Los grandes de la literatura lo calificaron de genio, desde Borges hasta Benedetti y Roa Bastos. “Sin duda Barrett es el más brillante intelectual de la generación europea que pisó suelo paraguayo, brasileño, argentino y uruguayo, para luego morir en Francia exiliado en plena juventud, a los 34 años de edad, pero Rafael Barrett ya lo había escrito, todo” (ibid).

Para Domínguez (1975/1979) la cultura de la yerba mate se integraba a la economía de los pueblos de criollos y mestizos, dentro de un sistema de intercambio de bienes y servicios que revertía sus beneficios en la propia comunidad. Sin embargo, la aparición de la gran empresa con el primer impacto de La Industrial Paraguaya sobre aquella economía de subsistencia fue la desarticulación gradual de todo el proceso como sistema autónomo y su sustitución por el régimen del asalariado rural “*mensú*”, destribalizado e incluso arrancado de su grupo familiar. (op. cit, p. 14).

Esta es una ruptura en el modo de ser y de vivir del campesinado del Paraguay, fragmentando también sus relaciones con la comunidad y con la naturaleza, son episodios de terror en el “infierno verde”, la violencia surgida en el ser humano rompía su relación con “la madre selva” y empezaba a rugir como el trueno. “El trueno cae y se queda entre las hojas. Los animales comen las hojas y se ponen violentos. Los hombres comen los animales y se

ponen violentos. La tierra se come a los hombres y empieza a rugir como el trueno” (De una leyenda aborígen). Epígrafe de “El Trueno entre las Hojas”⁵⁹.

Esta descripción del tiempo cíclico de la cosmovisión indígena, tiene sus principios en las observaciones del cielo de los guaraníes. Ellos percibieron que los fenómenos celestes estaban relacionados con los fenómenos de la tierra, en una armoniosa sincronidad, que influían en el comportamiento de las plantas, los animales y hasta inspiraban las conductas de los humanos. Diseñaban en el cielo sus mitos y sus códigos morales haciendo del firmamento pilar de su vida cotidiana (BRUNO; SOUZA, 2012, p. 5).

Un ejemplo de esto lo vemos en la FIGURA 34 donde se observa la constelación del *Tuja'i* o del Hombre Viejo, que aparece en la primera quincena de diciembre, al anochecer al lado noreste, marcando la estación de mucho calor, que se inicia con el verano el 21 de diciembre. Cuenta el mito Guaraní que esta constelación representa a un hombre viejo que fue traicionado por su esposa y su hermano y a quien le cortaron la pierna a la altura de la rodilla derecha para matarlo y que los Dioses se quedaron con pena del hombre viejo traicionado, por lo cual lo transformaron en una constelación (op. cit., p. 85).

Esta forma de relaciones era milenaria, como lo dijo Mignolo (2007, p. 27). “El hemisferio occidental producía *sabiduría*; Europa Occidental producía *conocimientos*”. En este sentido es importante que señalemos que aunque el fin de la Guerra Guasu en 1870 marcó la bisagra entre dos tipos de relaciones de país, de comunidades y con la naturaleza ya fue a partir del “descubrimiento” del Paraguay en 1524 y la “invasión” de Asunción en 1537 que se originó la principal ruptura en el modo de ser y de vivir en términos de Fanon (1961) de los “condenados de las tierras” del Paraguay, podríamos decir que con la llegada de los europeos a Asunción se dio la *ruptura original* o como lo llamó Mignolo (2007b, p. 34) la “herida colonial” “América nunca fue un continente que hubiese que descubrir, sino una invención forjada durante el proceso de la historia colonial europea y la consolidación y expansión de las ideas e instituciones occidentales” (MIGNOLO, 2007, p. 28)

⁵⁹ En toda esta obra de Roa Bastos los eventos provienen de una tradición cultural que se caracteriza por su visión mágica del mundo, corresponde a una perspectiva mitificadora, que el autor hace suya y reproduce en nuevas versiones, variantes lingüísticas que portan el sustrato que procede de una tradición prehispánica en su estructura interna (PEDEMONTE, 2008).

FIGURA 34- LA CONSTELACIÓN DEL HOMBRE VIEJO

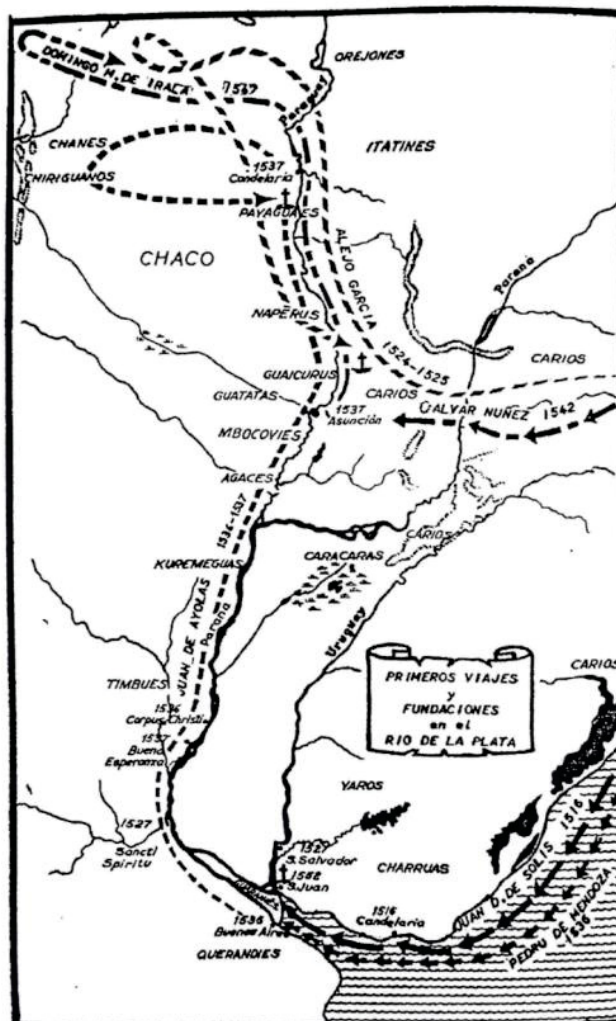


FUENTE: O Céu dos Índios de Dourados. Mato Grosso do Sul, BRUNO; SOUZA (2012, p. 83)

2.1.2 La invasión europea como herida colonial del *tekoha* campesino paraguayo

En este sentido, la imposición de un sistema occidental moderno-colonial que rompió con todo tipo de pensamientos, relaciones con la tierra y la naturaleza que se encontraban en el *Tekoha Guaraní*, fortalece la idea de que el origen de la lucha por la tierra en el Paraguay, no es solamente el fin de la Guerra Guasu sino que se origina con la invasión europea, al igual que otros países de Nuestra América que propone romper con la linealidad de la locomotora de la historia de la cuestión agraria en el país y es una invitación a recorrer los espirales de nuestra otra historia en el espacio- tiempo-conflicto dentro de ciclos como lo veían los guaraníes.

FIGURA 35- PRIMERAS INVASIONES EN EL RÍO DE LA PLATA



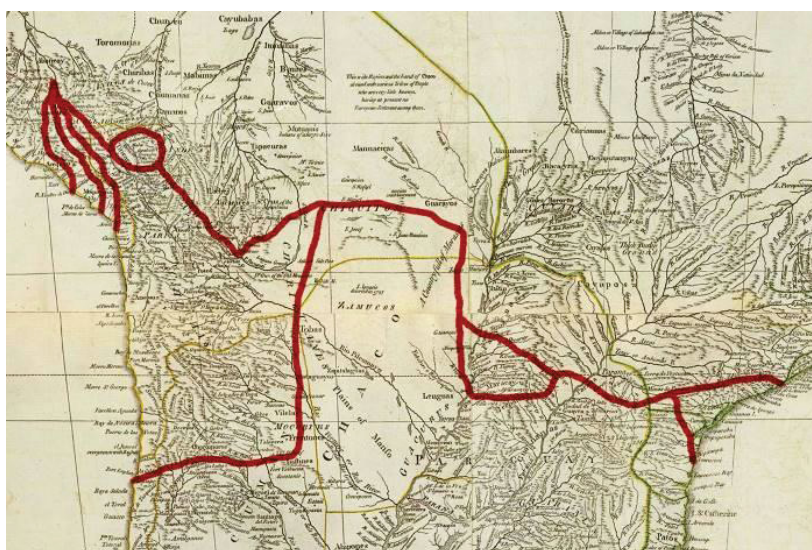
FUENTE: Guerra del Paraguay: la Triple Alianza contra los países del Plata. CASTAGNINO, (2010, p. 530)

En la FIGURA 35, vemos los años y las distintas expediciones al servicio de la corona española que invadieron el territorio Guaraní en Paraguay, las primeras invasiones fueron realizadas por tierra a través del camino pre-hispánico denominado “*Tape Avirú*” liderado por Alejo García en 1524 y por agua a través del Río de la Plata en 1527 por Sebastián Gaboto, les siguieron después Juan de Ayolas en 1536, Domingo Martínez de Irala y Juan de Salazar de Espinoza que “fundó” Asunción en 1537, quienes formaban parte de la expedición que ordenó Pedro de Mendoza que había desembarcado en el Río de la Plata en 1536, unos años después siguiendo a Alejo García por tierra rebasó estas tierras Alvar Núñez Cabeza de Vaca en 1542.

El *Tapé Avirú* era también el camino místico seguido por los habitantes ancestrales de esta parte de Nuestra América en la búsqueda del *Yvy Marane’y* o Tierra Sin Mal. En

Brasil es conocido como “Peabiru”⁶⁰. “Tapé” significa camino y el “Avirú”, es el sonido del amasado bajo los pies, por la caminata. Este camino fue abierto en medio de la selva virgen, con más de un metro de longitud, cerca de cuatro mil kilómetros de largo, del Atlántico al Pacífico como vemos en la FIGURA 36 y su función, fue facilitar las migraciones de carácter religioso de los guaraníes e intercambios con otros pueblos como los Incas (BRIGHENTI, 2010).

FIGURA 36- EL TAPÉ AVIRÚ DE LOS GUARANÍES



FUENTE. <https://www.100fronteiras.com/o-caminho-de-peabiru/>

Branislava Susnik (1982), analiza los aspectos psico-mentales de la conquista española, pues los hombres que llegaron a estas tierras fueron el resultado de un gran cambio que se operaba también en Europa, a lo que la autora describió como fueron “los hombres de la Edad Media y los niños del renacimiento” Por un lado el español representaba el así llamado caballero de honra, de la Edad Media, rígido en si estructura; por una parte, amplio y dado al libertinaje, a una vida práctica y a la temeridad como parte ya del espíritu renacentista, podríamos llamar hombres de la civilización cristiana, el término civilidad se encuentra en todos los textos del siglo XVI, así mismo el término conquista están registrados en los textos jesuitas del padre Ruiz de Montoya de 1630, que esclarece la mentalidad de los

⁶⁰ El trabajo y libro coordinado por Carlos Marés (2016) sobre “*Os Avá Guaraní no Oeste do Paraná. (Re) Existencia em Tekoha Guasu Guavirá*” recoge más información detallada sobre las invasiones por el “Peabiru” en un análisis que incluye 4 dimensiones: los pueblos, las tierras, las aguas y las luchas de los Guaraníes en la región a lo largo de la invasión española, portuguesa y posteriormente de los estados nacionales hasta la actualidad.

españoles de aquella época, registrados como “Conquista espiritual del los indios” y la “conquista por la espada y por la cruz”, es decir estos hombres estuvieron sustentados por una base ideológica religiosa cristiana, moderna, occidental, blanca, europea como lo mencionó Grosfoguel (2010).

Muchos de los elementos que sustentan la idea de la “invasión europea como herida colonial en el *tekoha* campesino paraguayo”, lo venimos exponiendo desde el pre- texto de este trabajo, para demostrar que la disputa por la tierra y los tres territorios Guaraní han influenciado en la formación del campesinado y la configuración de las multiterritorialidades que aparecen en la actualidad de la cuestión agraria en el Paraguay. Pero se hace importante colocarlo nuevamente aquí como parte de las discusiones sobre el origen de la lucha por la tierra en Paraguay, que es parte de las reflexiones y debates de los movimientos campesinos paraguayos y en Nuestra América.

Para Rocha (2015) fueron en las independencias nacionales del continente a principios del siglo XIX que sirvieron para la consagración del término América y los despojos que ellos significó.

La “desculturación” y el despojo (material y espiritual) durante el proceso de colonización que se profundizó de manera que extinguió la posibilidad de que el sujeto no europeo pueda insertarse en el juego de poder. La apropiación del poder por la élite criolla, hijos y nietos europeos, dio lugar a la creación de las condiciones de América Latina y América Anglosajona, que no tuvo en cuenta ninguna manera no europea de concebir el territorio (op. cit, p. 76).

Roig (1981) nos recuerda como vimos anteriormente, que existió, en el pensamiento latinoamericano, el trabajo del cubano José Martí en su obra “*Nuestra América*” de 1891 que trajo preguntas fundacionales ¿Cómo llegar a lo nuestro? ¿Cómo llegar al nosotros mismos como valiosos? Para Martí es fundamental despertar del sueño aldeano, que es una forma de mentalidad limitada por el hombre de la ciudad, el universitario contaminado de textos europeos. Sumergirnos en la aldea es ignorar a los demás en cuanto a alteridad. La aldeanidad ha hecho que un *nosotros* oculte u olvide al nosotros *diverso*. No hay más remedio, dice este autor para conocernos a *nosotros* hay que re-conocer a los demás, es decir el reconocimiento de la *diversidad* interna de cada pueblo. El punto de partida de *lo nuestro* para Martí es la diversidad y la unidad, en un nosotros los latinoamericanos y que es lo *nuestro*? insiste Martí, es el mundo conflictivo lleno de antagonismos. Martí, parece ser, el primer pensador latinoamericano, que valoró las dimensiones positivas de la tradición latinoamericana, a la vez

que repudió y criticó los elementos despóticos y autoritarios de la cultura política latinoamericana.

Retomemos a Maldonado-Torres (2008) que insistió al igual que Aníbal Quijano (2000) sobre la necesidad de reflexionar el término de *colonialismo* como las relaciones políticas particulares en Nuestra América:

la colonialidad se refiere más bien a relaciones de poder, y a concepciones de ser y de saber que producen un mundo diferenciado entre sujetos legítimamente humanos y otros considerados no sólo explotados o dependientes, sino fundamentalmente como dispensables, sin valor, o con denotaciones negativas o exóticas en los distintos órdenes de la vida social. (op. cit, 63).

Los acontecimientos relatados después de la independencia del Paraguay es historiografía de los “vencedores”, relatos oficiales y religiosos de lo que sucedió en el Paraguay de los franciscanos y de las misiones jesuitas, de los hombres blancos libres descendientes europeos, que libraron dos grandes guerras con todos sus vecinos, la más larga dictadura de Sudamérica (34 años de Stroessner en el poder) de hombres que se quedaron con las mejores tierras, se apropiaron de la naturaleza, vista como mercancía capaz de producir riqueza y modernidad y del trabajo no libre de sus habitantes (CORONIL, 2005, p. 64) y estos hechos fueron sucediendo cronológicamente en espacios-tiempos occidentales, como nos dijo el escritor boliviano Fausto Reinaga (1974), citado por Mignolo (2007b) “el aliento vital del pensamiento occidental es la razón del tiempo rectilíneo ... en el Nuevo Mundo, el pensamiento no pasa por la razón genocida, sino por la razón cósmica o vital..., el pensamiento del Nuevo Mundo es ... el pensamiento indígena” (MIGNOLO, 2007b, p. 75-76).

En este sentido, Javier Medina (2008), indígena guaraní de Bolivia, dentro del libro “La comprensión guaraní de la Vida Buena” realiza unos cuadros comparativos para explicarnos no sólo las diferencias, sino la oposición entre occidente moderno y el mundo indígena en 6 categorías analíticas de los blancos: la economía, la política, la sociedad, el ambiente, la arquitectura, la religión y la filosofía (op. cit, p. 90).

CUADRO 3 - OPOSICIÓN ENTRE EL MUNDO MODERNO Y EL INDÍGENA EN LA ECONOMÍA

Occidente moderno	Pueblos indígenas y originarios
Concepto de propiedad privada como valor básico que incluye los recursos, la capacidad de comprar y vender y la herencia.	No existe la propiedad privada de recursos tales como la tierra, el agua, el aire, los minerales o la vida vegetal; por tanto, es incomprensible el concepto de la venta de los mismos.
La producción de bienes es para el intercambio, la venta y la acumulación.	Los bienes son producidos por su valor de uso y para alimentar la reciprocidad.
La producción de excedentes tiene como objeto la ganancia. Ello ha dado lugar al marketing para crear “necesidades” y así alimentar la maquinaria industrial.	Metas de suficiencia y calidad de vida.
El sistema requiere del crecimiento económico; por tanto, la necesidad de incrementar la producción, el uso de recursos y la ampliación de mercados, le es fundamental. Sistema monetario, valor abstracto.	Ningún motivo de ganancia y acumulación; los excedentes son para semilla y despensa.
Competencia, producción para el beneficio personal. Recompensa según tareas / salarios.	Como son sociedades sistémicas, la Economía debe buscar el equilibrio homeostático de todas las variables; por tanto, el concepto de crecimiento económico les es ajeno.
Número de horas promedio por día de trabajo: 8 a 12 horas.	Sistema de reciprocidad, valores concretos, producción comunal. Funciona la lógica del don.
La naturaleza no es tomada en cuenta; es una externalidad; si, acaso, es considerada un “recurso” inerte.	Número de horas promedio por día de trabajo: 3 ó 5 horas.
	La naturaleza es vista como un “ser vivo”, inteligente, autoregulado; los seres humanos se consideran parte del continuo biosférico.

Fuente: La comprensión guaraní de la Vida Buena. MEDINA (2008, p. 91)

CUADRO 4 - OPOSICIÓN ENTRE EL MUNDO MODERNO Y EL INDÍGENA EN LA POLÍTICA

Occidente moderno	Pueblos indígenas y originarios
Formas políticas jerárquicas y estratificadas.	Formas políticas en red. Los “jefes” no tienen poder coercitivo.
Las decisiones generalmente son tomadas por el poder ejecutivo, por mando mayoritario o por un dictador.	Las decisiones se basan sobre un proceso consensual con la participación de toda la comunidad.
Espectro que va desde la democracia representativa hasta el mando autocrático.	Democracia directa participativa de tipo consejista.
Las modalidades políticas conocidas han sido, el capitalismo, el socialismo, el fascismo y la monarquía.	Las modalidades políticas se basan en sistemas de cargo de tipo rotatorio de base diárquica, en el caso originario.
Centralizado: la mayor parte del poder concentrado en autoridades centrales.	Descentralizado: el poder reside principalmente en la comunidad: ayllu, marka, tenta, guará, pueblos indígenas.
Las leyes son escritas. La base jurídica es antropocéntrica. Casos criminales juzgados por	Leyes transmitidas oralmente. Leyes interpretadas

extraños. No existe el tabú. Concepto de “Estado-Nación”.	para casos individuales. Casos criminales resueltos por grupos de pares conocidos del “criminal”. Existen los tabúes. Identidad como pueblo indígena.
--	---

Fuente: La comprensión guaraní de la Vida Buena. MEDINA (2008, p. 92)

CUADRO 5- OPOSICIÓN ENTRE EL MUNDO MODERNO Y EL INDÍGENA EN LA SOCIEDAD

Occidente moderno	Pueblos indígenas y originarios
Sociedades a gran escala; la gente no se conoce, relaciones impersonales. Linaje, por lo general, patrilineal. Familias nucleares con una pareja de padres; también con padre o madre solteros. Se idolatra a la juventud. La historia se escribe en libros y se representa en documentales de cine y televisión.	Sociedades a pequeña escala, toda la gente se conoce; baja densidad poblacional. Linaje, por lo general, matrilineal; Familias extensas; varias generaciones y a veces muchas familias viven juntas. Se reverencia a los ancianos. La historia es transmitida oralmente y representada en rituales y fiestas.

Fuente: La comprensión guaraní de la Vida Buena. MEDINA (2008, p. 93)

CUADRO 6- OPOSICIÓN ENTRE EL MUNDO MODERNO Y EL INDÍGENA EN EL AMBIENTE

Occidente moderno	Pueblos indígenas y originarios
Se promueve el consumo de los recursos más allá de los límites de la naturaleza; la topografía natural no es considerada como una limitación; se celebra como valor la conquista de la naturaleza; se considera deseable su modificación y la explotación de sus recursos. Tecnología de alto impacto para cambiar el entorno. Desarrollo a escala masiva: relación de uno-a-millones en el uso de las armas y otras tecnologías. Se considera a los seres humanos como una forma de vida superior; se considera a la Tierra como “muerta”. Antropocentrismo.	Se promueve un modo de vivir dentro del ecosistema natural; la armonía con la naturaleza es la norma; se pide “licencia” para leves modificaciones con el fin de satisfacer necesidades inmediatas de alimento, ropa, cobijo; no se producen daños permanentes. Tecnología de bajo impacto; relación uno-uno, incluso en el uso de las armas. Se considera que el mundo en su totalidad está vivo: las plantas, los animales, la gente, las rocas. Los seres humanos no son superiores sino una parte de igual importancia en la trama de la vida. Relación recíproca con la vida no humana.

Fuente: La comprensión guaraní de la Vida Buena. MEDINA (2008, p. 93)

CUADRO 7- OPOSICIÓN ENTRE EL MUNDO MODERNO Y EL INDÍGENA EN LA ARQUITECTURA

Occidente moderno	Pueblos indígenas y originarios
<p>Materiales de construcción transportados desde lugares distantes.</p> <p>Construcciones diseñadas para durar más que la vida humana individual.</p> <p>El espacio está diseñado para la separación y la privacidad.</p> <p>Tendencia a usar materiales nuevos de construcción.</p> <p>Formas de contornos duros; tierra recubierta de cemento.</p> <p>Diseño de la vivienda puertas adentro.</p>	<p>Materiales de construcción generalmente recogidos en la misma localidad.</p> <p>Construcciones diseñadas para retornar a la tierra con el tiempo; materiales biodegradables dentro del tiempo de duración de una vida humana.</p> <p>El espacio se diseña para la convivencia.</p> <p>Tendencia a reciclar los materiales Formas suaves; tierra apisonada.</p> <p>Diseño de la vivienda puertas afuera; la casa se prolonga en el entorno.</p>

Fuente: La comprensión guaraní de la Vida Buena. MEDINA (2008, p. 94)

CUADRO 8: OPOSICIÓN ENTRE EL MUNDO MODERNO Y EL INDÍGENA EN LA RELIGIÓN Y FILOSOFÍA

Occidente moderno	Pueblos indígenas y originarios
<p>Separación Sujeto - Objeto que trae consigo la separación Creador-criatura, materia-espíritu, mente-cuerpo, iglesia estado, sociedad-comunidad.</p> <p>Sociedad dualista que se rige por los principios lógicos de Identidad, No contradicción y Tercero excluido.</p> <p>O se tiene un concepto monoteísta de un dios masculino, o se es ateo (Principio de no contradicción).</p> <p>Concepto futurista/lineal del tiempo; se des- enfatiza el pasado.</p> <p>Se considera a los muertos como desaparecidos.</p> <p>Los individuos reciben la información de las escuelas, los medios de comunicación, de figuras de autoridad fuera de su comunidad.</p> <p>El tiempo medido por máquinas; los horarios dictaminan cuándo se hacen las cosas.</p> <p>Se privilegia el ahorro y la adquisición.</p>	<p>Autocomprensión dentro del continuo biosférico.</p> <p>Sociedades de Unidad dual que se rigen por los Principios de Complementariedad de opuestos y Tercero incluido.</p> <p>Percepción animista del cosmos basada en la polaridad. (Principio de complementariedad de opuestos) integración de pasado y futuro en el presente.</p> <p>Los muertos viven en otra dimensión y tienen contacto con los vivos.</p> <p>Los individuos aprenden de la práctica, la experiencia, la observación de la naturaleza y la tradición oral.</p> <p>La conciencia mide el tiempo, a base de la observación de la naturaleza; las cosas se hacen una vez llegado el tiempo oportuno.</p> <p>Se valora el compartir y el dar.</p>

Fuente: La comprensión guaraní de la Vida Buena. MEDINA (2008, p. 95)

Para Melià (2008, p. 105) históricamente el guaraní ha percibido y vivido una experiencia innegable del mal en la tierra: es la fiesta imposible, la perfección inalcanzable, lo contrario de la Tierra Sin Mal, del *Yvy Marane'y*

Son estas las cosas que “descosmizan” y provocan el caos, como juegos de mal gusto y bromas pesadas que hacen de este mundo algo ridículo y sin sentido. Es el reino del *mba'é meguâ*. Las diversas metáforas de la destrucción de la tierra y de sus males pueden recibir una lectura natural y desmitificada: se trataría de prolongadas sequías, agotamiento del suelo, diversas plagas de animales dañinos, eclipses de sol y de luna, inundaciones, ataques de enemigos. No es ésta, sin embargo, la interpretación indígena (Ibíd.).

El *teko vai*, el mal actual continúa Melià (2008) consiste en las selvas que son deforestadas, en las cercas de las haciendas que cortan los caminos y reducen a nada las tierras indígenas, en el egoísmo de los blancos y en la falta de religión de estos mismos:

El mal en la tierra, esa “cosa deforme”, no es nunca un fenómeno natural ni una circunstancia meramente ecológica, sino *tekó-lógica*. El *tekó porâ*, el buen modo de ser, y el *tekó marangatú*, el modo de ser religioso, por diversos motivos, se han deteriorado y ha cobrado cuerpo un exceso de *teko vai*, la maldad, que imposibilita el ejercicio mismo de cualquier canto, la producción de un rezo y menos aún la convocación de una fiesta...El mal de la tierra no es de ahora. Es probable que la percepción de las “deformaciones” del cosmos haya sido el motivo principal de las migraciones prehistóricas. La sociedad guaraní habrá conocido desde antiguo situaciones de crisis muy serias que afectan su vida y su modo de ser. Pero no hay duda de que fue con la entrada del sistema colonial cuando el mal interrumpió con fuerza inusitada y formas inéditas. Pestes, esclavitud, cautiverio y persecuciones fueron los cuatro jinetes del Apocalipsis colonial. Cuando se implantó el régimen de encomienda, por el año de 1556, y se estableció el servicio personal, que desestructuraba el sistema guaraní, quebrando la regla de la reciprocidad, los guaraní contestaron con repetidas rebeliones y otros modos de resistencia. Incluso la instalación de las Reducciones jesuíticas, a partir de 1610, fueron consideradas, no sin una buena parte de razón, como “un disimulado cautiverio” y hubo resistencia contra ellas (MELIÀ, 2008, p. 106).

La locomotora de la historia lineal colonial es para el guaraní una progresión de males que parece no tener fin ni límite. El peor de todos los males coloniales será siempre negarles a los guaraníes la tierra y la posibilidad de construir su territorio. Nos pregunta Melià (2008) ¿A dónde ir? Tanto a oriente como a occidente la misma devastación, el mismo cerco. Aquella tierra que todavía no ha sido traficada ni explotada, que no ha sido violada ni edificada; que era una de las proyecciones ideales de la Tierra Sin Mal- *Yvy- Marane'y*, simplemente no existen más. Los pueblos indígenas guaraní han iniciado procesos de retomadas de sus tierras ancestrales y reclamado las tierras de las reservas naturales privadas como la Fundación ambientalista Moisés Bertoni, que se ubica en el departamento de Canindeyú y según Rojas (2016, p. 104) se encuentra en el octavo lugar en la lista de mayores

propietarios de tierras en Paraguay- 2016 con 70 mil hás (CUADRO 9), además reclaman las tierras otorgadas a la Itaipú Binacional en Alto Paraná y Canindeyú, parques nacionales como la de San Rafael de Guyra Paraguay, con 25 mil hás en Caazapá y el Chaco, otras como el Instituto de Derecho Ambiental- IDEA con más de 7 mil hás en el Chaco, de donde son expulsados con extrema violencia y criminalizados con discursos ambientalistas arraigados en el país a partir de los años noventa de la mano principalmente de las ONGs. Para Rojas y Palau (sf, pp. 20-21) afirman que esto forma parte de la crisis sistémica y la actual crisis ambiental es una oportunidad de negocios y ganancias respaldadas por las políticas conservacionistas como la creación de áreas protegidas, nacionales y privadas, servicios ambientales incentivados por la legislación ambiental sin la participación de las comunidades que viven en estos territorios, en este sentido el conservacionismo es una causa más del atropello y despojo a comunidades indígenas y campesinas.

CUADRO 9- MAYORES PROPIETARIOS DE TIERRAS EN PARAGUAY- 2016

Nº	Propietarios	Superficie en hás
1	Secta Moon (Korea)	590.000
2	Grupo Cartes (actual Presidente de la República)	200.000
3	Grupo Espíritu Santo (Portugal) y DEG (Alemania)	136.000
4	Grupo Favero (brasiguayo)- Conflicto de Ñacuanday	130.000
5	Grupo Riquelme- Reguera (ex senador colorado y familia)- Conflicto de Curuguaty	114.000
6	Grupo Rieder	94.000
7	Marcelo Bastos Ferraz (Brasil)	78.000
8	Fundación Moisés Bertoni	70.000
9	Grupo Dominguez Dibb	52.000
10	Carlos Casado S.A y Cresud S.A. (Argentina-España)	50.000
11	Pedro Zucolillo (dueño del periódico abc color y otras empresas)	44.000
12	Joici Companhoni (Brasil)	40.000
13	Familia Zavala Serrati	37.000
14	Grupo Vierci (dueño del periódico Ultima Hora y otras empresas)	33.000
15	Heribert Roedel	32.000

Fuente: Campesino Rape. ROJAS (2016, p. 102)

Entonces, denuncia Melià (2008, p. 107) que desaparecieron las selvas y los montes, todo se volvió campo y el campo es reclamado por el blanco para sus vacas y soja para sus cerdos. “Toda la tierra se ha vuelto mal; *el mba'é maguá* lo cubre todo”.

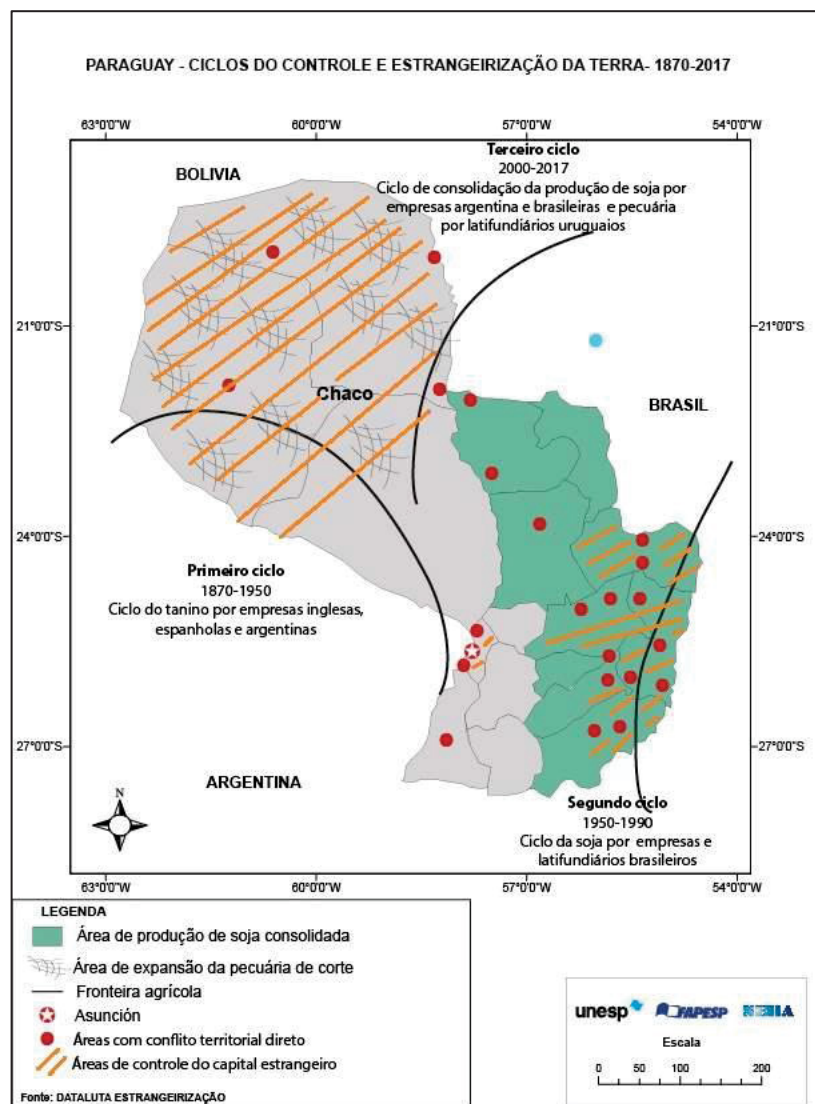
Para Fogel (2016) la historia del Paraguay se repite, este no es un tiempo lineal es cíclico.

Al recuperar el pasado, los notables cambios de la postguerra, con las categorías de modo de producción y formación social, la historia no sólo puede tomarse como excusa para pensar el presente, sino más bien puede ser indagada sobre las circunstancias en las que se repite, y sus consecuencias en el contexto actual (op. cit, p. 39).

Asimismo, las mismas tierras públicas que fueron usurpadas por Domingo Barthe, el latifundista de Ñacuanday y reivindicadas posteriormente por el Estado paraguayo, reaparecen en el centro del conflicto agrario en el 2011, en “las tierras de Ñacunday”, ocupadas por *los carperos* quienes después en el 2012 ocuparon “las tierras de Marina Kué” y donde fueron las víctimas de la “*Masacre de Curuguaty*”, episodio que originó el juicio político Fernando Lugo en el 2012, tierras de saqueo y sangre donde actualmente se impone el capitalismo porque fueron convertidas en desiertos de soja. Para Fogel (2016) los personajes y el contexto cambiaron: Domingo Barthe se trasmutó a Tranquilo Favero, brasileño, rey de la soja y Blás Riquelme (ex-senador del partido colorado) que acaparó las tierras de Marina Kué en Curuguaty, que fueron “propiedad” de LIPSA, ambos casos utilizando la misma modalidad de acumulación por apropiación de tierras públicas; también en este caso la élite política exalta el enclave y desde el Estado se favorece la apropiación de bienes públicos y se deshonor a campesinas y campesinos paraguayos en el mismo espacio-tiempo-conflicto. “Se trata de la misma historia que se repite, otra vez como pesadilla” (ibid.) por lo que la resistencia se hace *Sapukái*.

Pereira (2017) llamó a este proceso cíclico como “Ciclos de control y extranjerización de la Tierra” en el Paraguay desde 1870 hasta 2017, así como las áreas destinadas a la producción de soja y pecuaria de corte, principales actividades en el país, así como áreas de control del capital extranjero y de desterritorialización del campesinado y conflictos territoriales (FIGURA 37)

FIGURA 37- PARAGUAY AGRARIO: CICLOS DEL CONTROL Y EXTRANJERIZACIÓN DE LA TIERRA EN PARAGUAY (1870-2017).



FUENTE: DATALUTA Paraguai (2017); Org.: PEREIRA, L. (2017). PEREIRA (2017, p. 397)

Entonces, este *Sapukái* que se hace resistencia en los ciclos de la historia de la lucha por la tierra en Paraguay, nos invita a preguntarnos sobre la reforma agraria, la gran bandera de lucha de los movimientos campesinos y ¿de qué reforma agraria estamos hablando en Paraguay? No es la misma reforma agraria ejecutada por el IBR primero y el INDERT después porque como vimos en el capítulo I, estas políticas no mejoraron la vida de los campesinos y campesinas, ni modificaron las estructuras agrarias y el poder en el campo, las empeoró, porque parceló sus tierras, las devastó, los expulsó y empoderó a la misma clase dominante, que los siguen cercando, asfixiando y oprimiendo, como hace 500 años.

FIGURA 38: REGRESIÓN DEL TERRITORIO PARAGUAYO DESDE 1524 HASTA EL 2016.

FUENTE: www.tierrasmalhabidas.com

La FIGURA 38, es una iniciativa de la OLT, FNC y CONAMURI, con el apoyo de Diakonia, una ONG internacional que demuestra la regresión del territorio del Paraguay desde la llegada de los europeos hasta la actualidad, donde se observa claramente la disminución del territorio nacional, resultante de las tierras malhabidas denunciadas por estas organizaciones en una plataforma de internet que contiene información sobre quienes se apropiaron de estas tierras, con nombres y apellidos, espacializados en el mapa del Paraguay con la cantidad de tierras usurpadas en hás, además de los procesos de criminalización y violencia que se viven estas organizaciones por la resistencia en sus territorios, así también se posicionan en contra del programa del INDERT denominado Sistema de Información de Recursos de la Tierra⁶¹ - SIRT, gerenciado por Hugo Jiménez Recalde, asesor de la Unión de Gremios de la Producción- UGP, gremio que aglutina a muchos latifundistas. Estas organizaciones campesinas, denuncian que en la actualidad el INDERT sigue legitimando títulos obtenidos de

⁶¹ El SIRT es programa del Estado financiado por el PNUD, consiste en un censo de colonias campesinas emprendido por el mismo INDERT, con el objeto de saber quiénes están en las tierras entregadas por el ente, y en qué situación jurídica está cada lote. El mismo INDERT afirma que la distribución de tierras fiscales “ha sido un caos” y que este censo, con su correspondiente georeferenciamiento y limpieza de planos definitivos de las colonias, es indispensable para “empezar a ordenar la casa”. Sin embargo, el 9 de enero pasado, Hugo Jiménez Recalde, decía que, aunque la idea es “recuperar tierras para entregarlas a campesinos que hoy las necesitan”, aclaró que los lotes que ya tienen título definitivo, aún los conseguidos con informes fraudulentos, no serán cambiados. “Si el beneficiario ya canceló la deuda con el INDERT, ya hay título finiquitado, con número de finca en el Registro de la Propiedad, ya no hay nada que hacer. Hay gente que tiene cinco lotes, contraviniendo lo que dice el Estatuto. Es injusto. Pero si se pretende recuperarlos pasarán 50 años en una demanda”, señaló.” En concreto, el SIRT es hoy el nombre del blanqueo de tierras malhabidas de los últimos años. www.indert.gov.py.

manera irregular. Denuncian que su presidente, Justo Cárdenas, lidera el “blanqueo” de todos aquellos que cuenten con título de propiedad, cualquiera sea la forma de haber conseguido ese título y promueven un proceso de acelerado de “titulación de tierras de los campesinos y campesinas” con medidas como la disminución del pago mínimo por tierras adjudicadas para acceder al título de propiedad y la presentación de un proyecto de Ley de reducción de la exigencia legal para la titulación masiva de tierras agrícolas, reduciendo del 10 % al 3 % del pago del valor total del lote agrario para acceder al título de propiedad, sin la consulta previa a las organizaciones campesinas, que hace años vienen debatiendo sobre estos temas, el Gobierno de Cartes ha entregado en el 2017 más de 6.000 títulos de propiedad, además de 11.500 certificados de adjudicaciones de tierra entregadas décadas atrás y están más interesado en garantizar el rápido ingreso al mercado de tierras que favorece claramente al agronegocio en Paraguay, antes que dialogar con el campesinado, que todos los años realizan diversas actividades, manifestaciones, reclamos al gobierno, con pocos resultados.

Este tipo de proyectos, responde a una recomendación de la USAID que a inicios de la década de 1980, comenzó a considerar los programas redistributivos como fracasos, y en su lugar promovió proyectos de reforma catastral que enfatizaban no la redistribución de las tierras en la región, sino el desarrollo institucional por medio de los impuestos y la reducción de los costos de transacción por la titulación de las tierras, la simplificación de procesos administrativos y legales, estos proyectos fueron conocidos como “contrareforma agraria” porque permitieron la reconcentración de la tierra conquistada por el campesinado, al facilitar los títulos de propiedad para la compra – venta en el mercado inmobiliario, patrocinando así la disposición de neolatifundios para el agronegocio (HETHERINGTON, 2014, p. 184-185).

FIGURA 39. ENTREGA DE CERTIFICADOS DE ADJUDICACIONES POR EL INDERT



Fuente: www.indert.gov.py- verano del 2017

Para los movimientos campesinos, el tema de la titulación de tierras representa una tema en constante debate al interior de sus organizaciones, primero porque por un lado la mayoría de los campesinos y campesinas aspiran acceder al título de las tierras y por el otro han visto cómo este proceso de titulación ha acelerado las ventas de las tierras a los empresarios de la soja, que especulan, presionan y despojan grandes territorios campesinos para la instalación del agronegocio, por lo que también basan sus propuestas en la habilitación de tierras comunitarias, que ha encontrado grandes barreras en el imaginario de las personas, que siente conquistado su derecho como ciudadano y ciudadana con el título de propiedad privada y después porque el Estado paraguayo ha puesto barreras legales para la concesión de este tipo de propiedad comunitaria.

Hetherington (2014) nos dice que los campesinos y campesinas ven tanto a la posesión de la tierra como a la ciudadanía como procesos más que como condiciones o relaciones y nos describe su experiencia y reflexiones de campo junto con el campesinado de la colonia *Tekojoja*, en el departamento de Caaguazú de la siguiente manera:

Para ellos, los títulos son frágiles, sostenidos por procesos materiales y sociales que requieren un constante mantenimiento. La razón más obvia de esta visión tiene que ver con la materialidad del papel. Como ya lo he destacado antes, el perfeccionamiento de los derechos, que va de las derecheras a los títulos, envuelve una mejora en la calidad del papel en el cual está escrito el derecho, un progreso que va desde las notas garabateadas arrancadas de páginas de cuadernos de espiral, pasando por los permisos de ocupación en sobres marrones de papel madera, hasta los títulos, contenidos en sobres de manila amarillos. La calidad del documento está estrechamente correlacionada con la condición de la casa. Cuando les pedí a algunos pobladores que me mostraran sus documentos, muchas veces podía predecir qué tipo de título me mostrarían por la condición en que estaba guardado. Mientras que los

papeles de menor valor eran sencillamente guardados en bolsas de plástico escondidas bajo los colchones, los títulos solían guardarse en portafolios cerrados y cofres de madera (op. cit, p 204)

La reforma agraria puede haber fallado en diferentes aspectos, nos dice este autor, sin embargo, los campesinos y campesinas señalan que por lo menos la teoría de la propiedad con la que opera es capaz de criticar varios tipos de exclusiones y provee un sistema razonable para solucionarlas. Los campesinos y campesinas están en desventaja en la historia basada en la riqueza material, pero están ausentes por completo de la historia de las abstracciones codificadas, registradas por el sistema formal legal. Los campesinos y campesinas han dejado huellas sobre la tierra y acaso algunas también en el registro público, pero ni siquiera están seguros de cómo acceder a sus derechos a no ser que tengan una copia física de su título. “El Estatuto Agrario es el sistema por el cual han logrado construir su camino hacia la plena ciudadanía, la capacidad de participar en el sistema de registro público” y otras políticas públicas (Ibíd.).

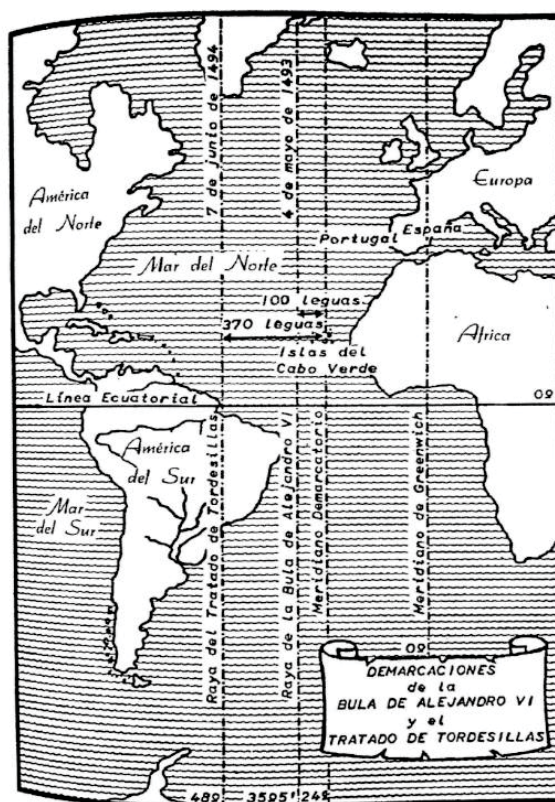
2.1.3 La invasión brasileña como herida neocolonial del *tekoha* campesino paraguayo

Desde el pre-texto de este trabajo hemos presentando diferentes tipos de conflictos territoriales con el Brasil, desde el tratado de Tordesillas de 1494 que había sido incumplido por los reinos español y lusitano principalmente por las banderas paulistas o “*bandeirantes*” lo cual generó el Tratado de Madrid en 1750, que como vimos generó una de las Guerras más crueles en el territorio la “Guerra Guaranítica” de 1754-1756.

También hemos presentado las consecuencias de la Guerra Guasu o de la Triple Alianza, que incluía además de Brasil a Argentina y Uruguay en contra del Paraguay, cuando destruyeron al Paraguay en 1870 en Asunción fue impuesto un “Tratado de Paz” que establecía los nuevos límites, impuestos como resultado de la guerra. Las “negociaciones” terminaron en 1872 con la firma del “Tratado de Loizaga – Cotegipe” y aunque en el tratado se escribió en forma clara cuáles serían los límites, existieron controversias en el terreno, principalmente con el Brasil por lo que fue imposible delimitar definitivamente las fronteras, quedaba una parte importante sin cerrarse. Varios intentos se efectuaron después para resolver el problema de límites sin resultados y con mucha tensión por parte de ambos países, heridas y tensiones que no habían cerrado.

Debernardi (1996, p. 27), menciona que la diferencia radicaba en el documento que establecía los límites entre ambos países en la zona del Salto Grande de las Siete Caídas o Saltos del Guairá, pues se afirmaba que las demarcaciones corresponderían hasta los Saltos de las Siete Caídas, tanto para el Paraguay como para el Brasil, pero no se especificaba a cuál de los países correspondería aquel Salto y la lista podría seguir sobre éstos y otros conflictos que fueron apagados de la historiografía moderna colonial como por ejemplo la inundación de estos Saltos del Guairá en 1966 dejando millones de hás de los territorios indígenas Guaraní inundados para resolver problemas geopolíticos de límites entre los Estados Nacionales Militares de Brasil y Paraguay, bajo intereses claramente brasileños de resolver la necesidad de abastecimiento eléctrico para el proceso de expansión e industrialización del Brasil en las décadas de sesenta y setenta, lo cual motivó la firma de otro injusto “Tratado de Itaipú” en 1973 para la construcción de la represa hidroeléctrica de Itaipú Binacional en condiciones de deuda externa para el Paraguay y desventaja en la venta de la energía exclusiva al Brasil por 50 años.

FIGURA 40- LÍNEAS DEL TRATADO DE TORDESILLAS (1494)



FUENTE: Guerra del Paraguay: la Triple Alianza contra los países del Plata. CASTAGNINO (2010, p. 529)

Por estos motivos históricos, además de la persistente e interminable invasión brasileña sobre el Paraguay, como hemos visto los movimientos campesinos subrayan que el modelo del agronegocio de la soja, representa una tercera invasión sobre sus territorios.

Los migrantes y sus descendientes productores *brasiguayos* medianos, no participan tan fácilmente del proceso de acceso a la tierra. Al ser extranjeros, no pueden pretender beneficiarse de las mínimas distribuciones de tierras implementadas por el INDERT ni tampoco como productores rurales pobres beneficiados por el MAG teóricamente no pueden comprar parcelas, sin embargo acuden a un mercado inmobiliario muy dinámico, amparados por el mismo Estado con reglas de juego obscuras y a veces violentas que como hemos visto ha expulsado los campesinos, campesinas e indígenas de sus tierras generando un desplazamiento forzado de comunidades enteras, reconcentración de propiedades o relativización para el agronegocio de soja de grandes empresas y corporaciones con filiales en Paraguay (Adm, Basf, Cargill, Dow, Conti, Dreyfus, Nestlé y Parmalat), además otras transnacionales como Monsanto y Syngenta comercializan sus productos y paquetes tecnológicos a través de otras empresas que poseen la representación de sus productos, en contra de los tres tipos de territorios Guaraní que describimos en el pretexto, se ven obligadas a migrar a las ciudades, por contaminaciones, enfermedades, hasta amenaza y la misma muerte (SOUCHAUD, 2005, p. 25 y FOGEL, 2005, p. 88).

Esto ligado a la valorización de la tierra por la llegada del agronegocio que responde a las líneas impartidas desde la globalización de los mercados, visualizándose una relativización de tierras, bien sean de alta vocación agrícola, o de interés particular, de acuerdo a los recursos naturales que allí se encuentren, su ubicación estratégica o futuros proyectos de infraestructura e intervención que valorizan la tierra y el agua “*agrohidronegocio*” en términos de Thomaz Junior (2010, p. 95) que permiten la posterior especulación con los precios de las tierras expropiados a las familias campesinas al cual vienen resistiendo los movimientos sociales campesinos, teniendo en cuenta las consecuencias que ésta conlleva como el éxodo masivo de los pobladores rurales, el futuro de las tierras, los alimentos, el agua, de la vida y las consecuencias para toda la sociedad paraguaya.

A ocupação de terras por brasileiros e outros estrangeiros no Paraguai tem resultado na geração de intensos e permanentes conflitos de terra. Todavia, os empresários do agronegócio recebem apoio do governo paraguaio para expandir as áreas de produção de soja. A presença de estrangeiros no país tem criado obstáculos à luta pela reforma agrária, embora camponeses sem terra e povos indígenas se mobilizem e resistem contra as práticas de grilagem de terras, procurando recuperar seus territórios. Como os conflitos de terras entre os estrangeiros e os camponeses sem-

terra paraguaioi têm aumentado, o governo tem enfrentado pressão para resolver a situação. Em 2011, o Estado iniciou uma investigação sobre a veracidade dos títulos de propriedade de estrangeiros no país, com o ministro do Interior, Carlos Filizzola, alertando que “os que receberam terra de forma ilegal podem se preocupar” (Carmo, 2012, não paginado). Todavía, a conflitualidade gerada pela resistência camponesa e a política expansionista da commoditização levou ao impedimento do governo Lugo que foi deposto em 2012. Esta é uma das expressões geopolíticas da estrangeirização da terra (CLEMENTS Y FERNANDES, 2013, pp. 7-8).

Es importante insistir que los enclaves económicos brasileños, asentados en Paraguay, en las regiones fronterizas con el Brasil, tienen escasa o ninguna conexión con el Estado paraguay, tanto a nivel central, como departamental. Es un territorio en constante conflicto⁶². Para Riquelme (2005) esta situación contribuye a la merma de la soberanía paraguaya, especialmente, en las regiones fronterizas con el Brasil, donde los conflictos persisten y están relacionados a la tierra, el territorio, el modo de vida, de producción y las relaciones de poder en el territorio.

Coincidiendo con Thomaz, (2010) las consecuencias del capitalismo agroindustrial y financiero en Brasil, así como en Paraguay no es solo un problema de tinte económico político y social, sino que pone de nuevo en relieve la reanudación necesaria de la cuestión de la tierra y del poder, es decir de la reforma agraria en nuestros países.

Por dentro desse processo é que podemos identificar a dinâmica geográfica da luta de classes, os conteúdos estratégicos que se estabelecem para o campo ou como se imbricam instâncias de poder, produção, distribuição, circulação e consumo, e toda a estrutura produtiva agrária, no Brasil. Temos que considerar que, além de serem evidentes os problemas referentes à posse, ao acesso e à propriedade da terra, que se somam há mais de cinco séculos e dão sustentação ao modelo que se fortaleceu

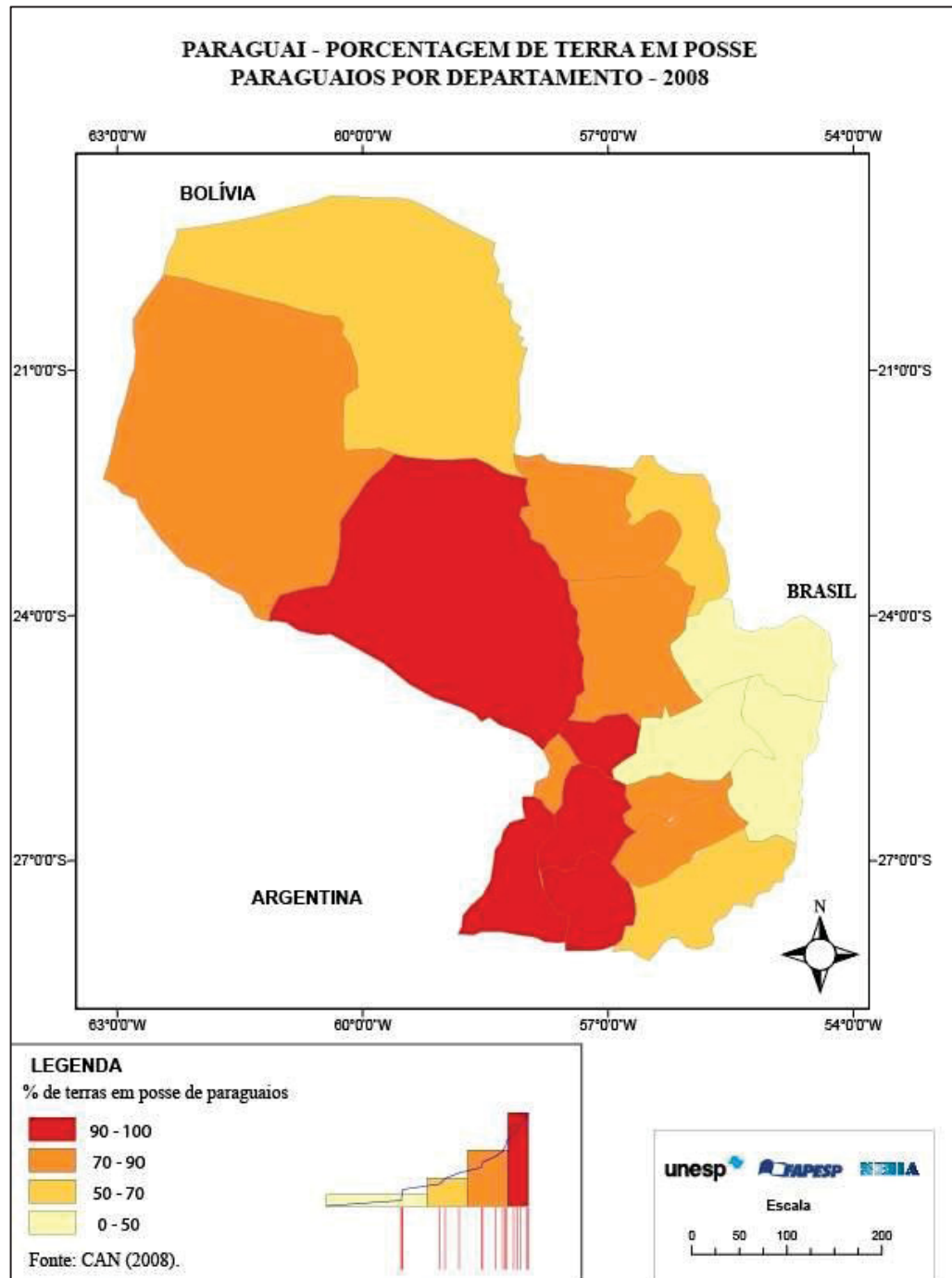
⁶² En este sentido, se construyen términos de estigmatización y contra-estigmatización entre brasileños y paraguayos en este campo de disputa simbólica. “Hay paraguayos que clasifican a los brasileños de “imperialistas”, invasores”, intrusos”, “narcotraficantes”, nuevos bandeirantes”, “neocolonizadores”, “rapái” etc. y se autodefinen como “paraguayos de pura cepa” o “paraguayos legítimos”. Los brasileños califican a los paraguayos de “haraganes”, “bugres”, “falsificadores”, “corruptos”, “coimeros”, “sucios”, “chi rus” etc. y se suelen definir como “progresistas”, “limpios”, “civilizados” y “trabajadores”. Los términos “chiru” y “rapái”, son usados como expresiones negativas para clasificar los paraguayos y brasileiros en este contexto de frontera cultural y simbólica. Estas palabras tienen sentidos positivos en su idioma de origen, sin embargo, son modificadas en la pronunciación y en el sentido por los brasileiros y los paraguayos como forma de clasificación negativa de otro. Así “che iru” en guaraní significa “mi amigo”, mi compañero”, los brasileños cambian para “chiru” y pasa a ser un término de menosprecio a losparaguayos, como en esta afirmación de un inmigrante brasileiro. De la misma forma, la palabra portuguesa “rapaz”, que significa muchacho, los paraguayos transforman en “rapái” para calificar a los brasileiros de una manera negativa. Estas imágenes son producto de las relaciones de poder entre el país de origen de los emigrados y el país en que los inmigrantes están insertos. Las imágenes son invertidas cuando comparamos con la inmigración brasileña en los Estados Unidos. Allí generalmente los brasileños son calificados como hispánicos, latinos, pobres, negros etc.” (Albuquerque, 2005a, p. 171)

desde a colonização, nas grandes dimensões das propriedades, e que foi agregando no seu arco de determinação setores que não mais se restringem ao passado da aristocracia latifundiária, e que têm, em suas fileiras, segmentos dos diversos ramos de atividade (industrial, bancário-financeiro, terciário) (Thomaz, 2010, p. 27).

Las Figuras 41 y 42 nos muestran los mapas realizados por Pereira (2017) basados en los datos del Censo Agropecuario Nacional- CAN del 2008, sin embargo la autora nos aclara que no corresponden a la actualidad, pues a partir de 2012, con la deposición de Fernando Lugo de la presidencia de Paraguay, la apropiación del territorio del país aumentó debido a la política de gobierno de Federico Franco y posteriormente de Horacio Cartes. Sin embargo, los datos de 2008 expresan que, incluso antes de la emergencia de una carrera mundial por tierras, la extranjerización en Paraguay ya se configuraba como algo preocupante y el propio gobierno de Paraguay, al dividir los datos del CAN en tierras en posesión de paraguayos, las tierras en posesión de brasileños y tierras en posesión de otros capitales de origen, reconoce el control de territorio paraguayo por el capital brasileño (PEREIRA, 2017, p. 238).

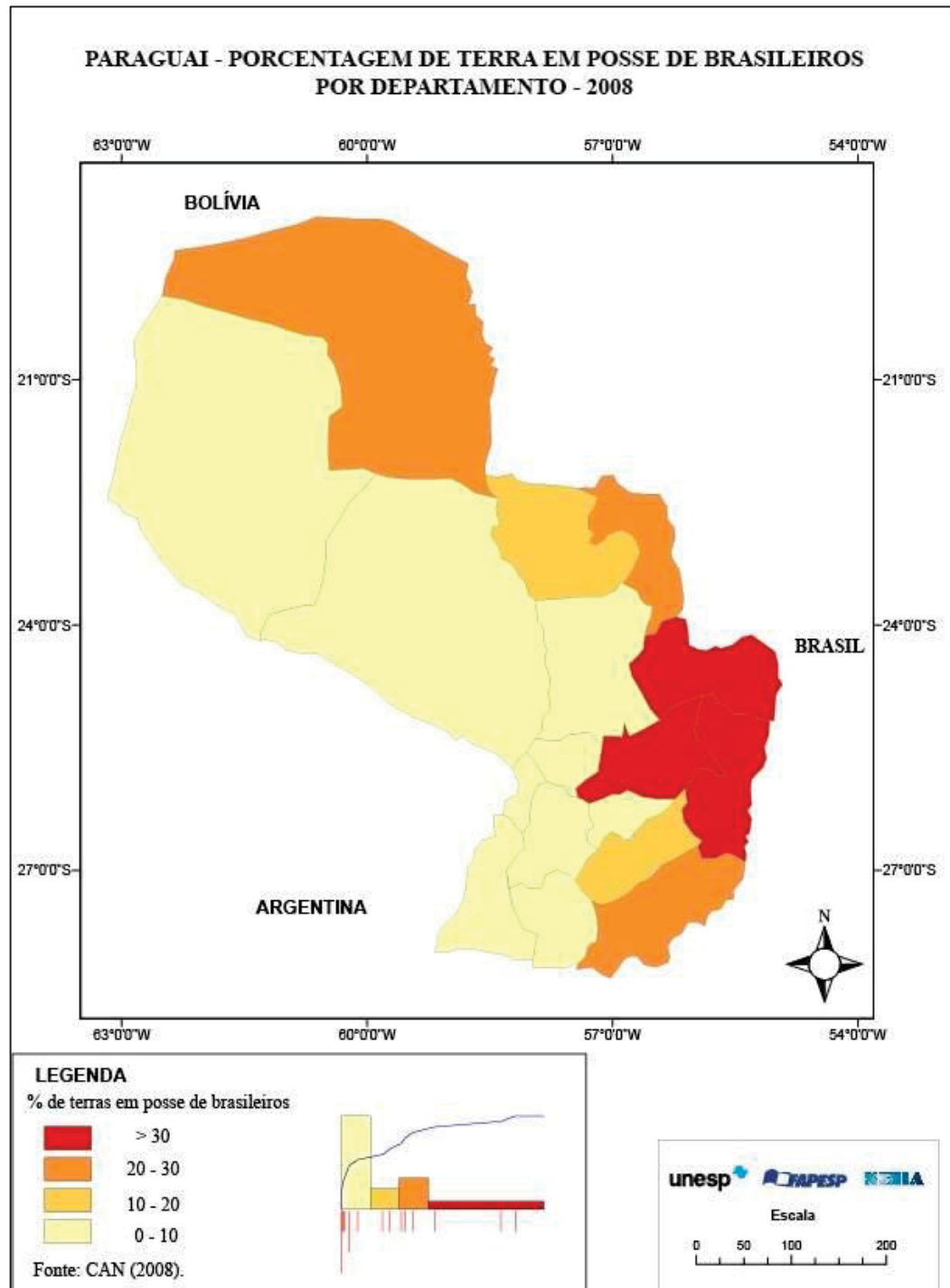
Pereira (2017, p. 241) nos explica sus mapas, donde se puede observar que los departamentos de Canindeyú y Alto Paraná, fronterizos con Brasil, presentan el 60,1% y el 55,2% de su territorio, respectivamente, en posesión de brasileños, seguido del departamento de Caaguazú, con un 32,1% de la superficie territorial en manos de brasileños. Otros departamentos fronterizos con Brasil, como Amambay e Itapúa, presentan respectivamente el 24,8% y el 20,7% de tierras en posesión de brasileños y como hemos visto anteriormente por la invasión histórica de empresas brasileñas para la explotación de los yerbales como *La Matte Larangeira*, en el norte del país en el departamento de Amambay, donde se encuentra la ciudad fronteriza con Brasil, Pedro Juan Caballero, la ocupación por los agricultores y latifundistas brasileños ya se dio al finalizar la Guerra Guasu, lo que explica el gran número de madereras brasileñas en este departamento. Pereira (2017) encontró que la mayoría de los campesinos que regresaron de Paraguay a Brasil y pasaron a componer al Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra -MST conocidos en Brasil como “*brasiguayos pobres*”, migraron inicialmente al departamento de Amambay. Como explicamos en el capítulo I, el término de *brasiguayos* también está al debate y carga significaciones distintas en cada lado del río Paraná.

FIGURA 41- PORCENTAJE DE TIERRAS EN POSESIÓN DE PARAGUAYOS POR DEPARTAMENTOS - 2008



FUENTE: Censo Agropecuario Nacional (2008); Org.: PEREIRAL, L.I. PEREIRA, (2017, p. 239)

FIGURA 42- PORCENTAJE DE TIERRAS EN POSESIÓN DE BRASILEÑOS POR DEPARTAMENTO – 2008

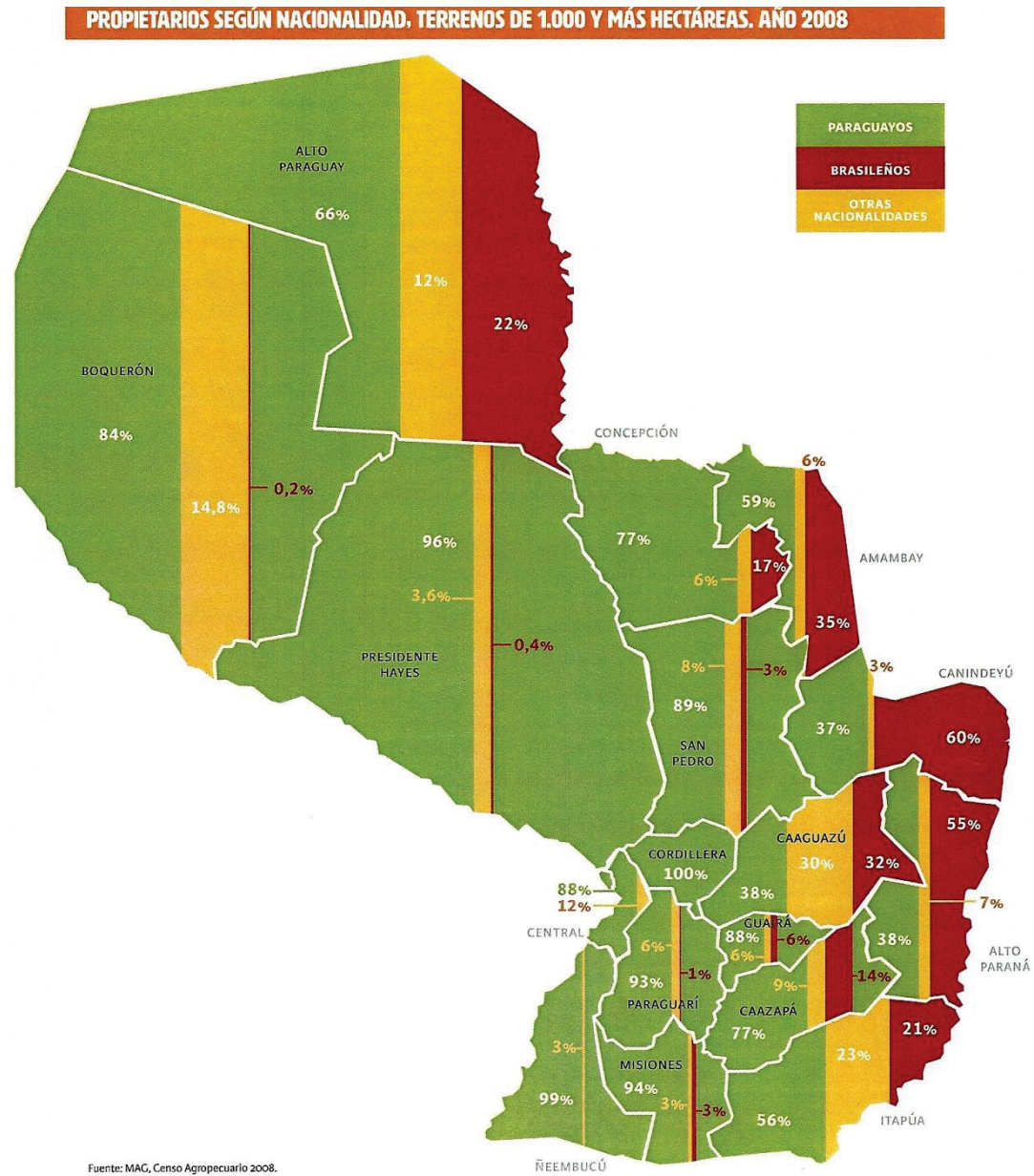


Fuente: Censo Agropecuario Nacional (2008); Org.: PEREIRAL, L.I. PEREIRA, (2017, p. 240).

La misma autora continúa y nos detalla que en los departamentos de Concepción y Caazapá también se presentaron en 2008 una reveladora superficie de tierras en posesión de brasileños, el 16,7% y el 14,3%, respectivamente, seguidos de Guairá, con el 5,6% y Misiones y San Pedro, ambos con 2 6%. Según el Censo Agropecuario Nacional, en 2008 no había ninguna hectárea de tierra en posesión de brasileños en el departamento de Ñeembucú, Pereira (2017) nos advierte sobre esta situación que no hace más parte de la realidad y cita el caso de la empresa brasileña Villa Oliva Rice SA que se ha territorializado en este departamento en el año 2015 para la producción de arroz, causando una diversidad de impactos ambientales, principalmente a los humedales del Ñeembucú. La misma autora continúa analizando la región Occidental, que ha recibido un fuerte impacto del capital uruguayo para la ganadería en un contexto regional de expulsión de sus territorios por el capital argentino, generando una especie de expulsiones en cascadas Argentina- Uruguay- Paraguay. Así también analiza la posesión de tierras por otros capitales en el Paraguay como vimos en el CUADRO 9.

El informe anual de BASE Is (2017) “Con la soja al cuello” analiza que durante los últimos años de la dictadura stronista (década del 80), la penetración más notoria de los empresarios extranjeros, especialmente de los brasileños, tuvo lugar en las regiones fronterizas con el Brasil. Esa tendencia es la que se consolidó en el transcurso de los años correspondientes a las dos últimas décadas. Al Departamento de Canindeyú, que ya contaba con una mayoría de propietarios extranjeros en el estrato de las explotaciones agrarias de 1.000 y más has en 1991 (64 %) y la sigue contando en 2008 (63 %), ahora se sumaron los departamentos de Alto Paraná (63 %) y Caaguazú (62 %). Llama la atención el caso de Caaguazú. En efecto, el mismo se está constituyendo en uno de los escenarios regionales donde intensivamente se viene registrando el proceso de extranjerización de la tierra y, en principio, implica un área de avanzada que se extiende hacia el centro de toda la Región Oriental del país. Una de las consecuencias más críticas de este proceso radica en la creciente expulsión del campesinado de la estructura agraria, que en no pocas ocasiones, está reavivando la antigua lucha por la tierra. En síntesis, la fuerte expansión de la extranjerización reciente y actual de la tierra se confirma con la siguiente FIGURA (op. cit., p. 60).

FIGURA 43- EXTRANJERIZACIÓN DE TIERRA EN EL PARAGUAY



Fuente: Con la soja al cuello 2017. Informe de Agronegocios en Paraguay. BASE IS (2017, p. 59)

2.2 LA PERSISTENCIA ACTUAL DE LA REFORMA AGRARIA EN PARAGUAY

Los conflictos por la tierra vienen agudizándose en Paraguay. Es sorprendente la lucidez de Carlos Agustín Pastore Goigurú que en 1949 publicó la primera edición de su obra célebre “La lucha por la tierra en el Paraguay” y una segunda, corregida y aumentada en 1972; ambas durante el largo exilio que vivió en Montevideo⁶³. Carlos Pastore traía la preocupación por la tierra de cuna pues su padre Don Carlos Pastore, diputado nacional fue autor en 1910, de un proyecto de Ley que proponía la recuperación de las tierras enajenadas tras la Guerra Guasu mediante la compra, por parte del Estado, de tierras en cada uno de los doce departamentos⁶⁴ de aquel entonces, para ser destinadas a las familias campesinas del Paraguay, por lo cual conocía muy bien la cuestión agraria.

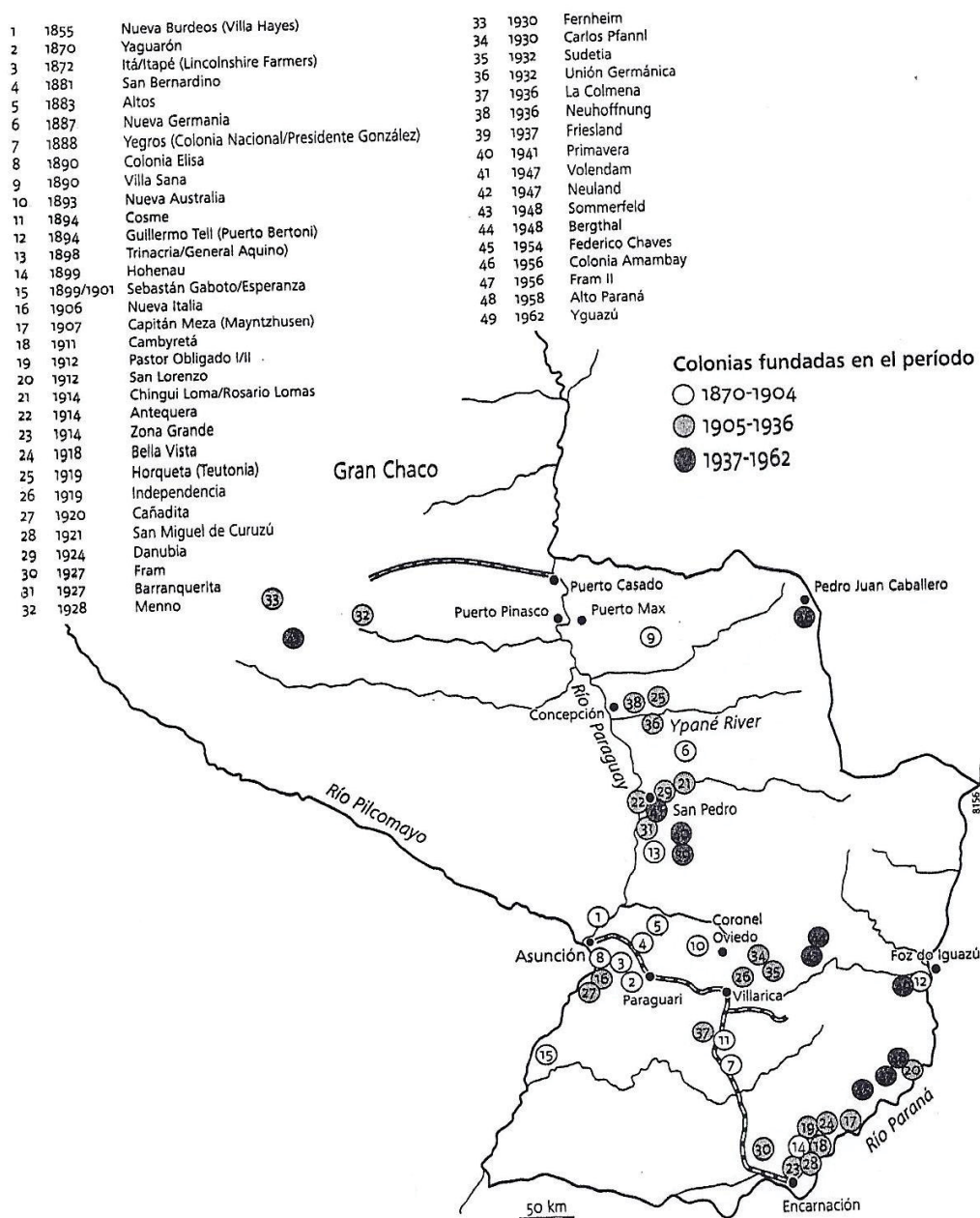
En 1903 fueron establecidas nuevas bases para la recepción de inmigrantes, esto incluída requisitos de edad (menos de 50 años), profesión (agricultor, industrial, artesano, mecánico, profesor, electricista, ingeniero en cualquier rama) y de 50 pesos oro si fuese hombre solo o 30 pesos oro si fuese hombre padre de familia, cumpliendo con estos requisitos el Estado les facilitaba el pasaje desde cualquier puerto del Río de la Plata, libre introducción de su equipaje y herramientas de trabajo hasta su futura residencia, alojamiento y manutención durante los primeros ocho días. Si los extranjeros eran contratados por empresas particulares o llamados por familiares ya residentes en Paraguay eran eximidos de traer el capital mínimo de 50 o 30 pesos oro. Este mismo autor nos afirma que con estas disposiciones se constituyeron las bases del colonialismo interno, del latifundio y de la posesión por el capital extranjero de las fuentes de las riquezas del país (PASTORE, 1979, p. 268- 277). Así habían llegado al país italianos, españoles, alemanes, franceses, británicos, suizos, austriacos, eslavos, japoneses, menonitas en tres períodos migratorios i) 1870-1904, ii) 1905- 1936, iii) 1937-1962 realizados por Kleinpenning, (2014, p. 466-470) y territorializados en la FIGURA 44.

⁶³ Carlos Pastore (1907-1996), migró de su natal Mbajapey- Departamento de Paraguari hasta Asunción para estudiar derecho. Defendió el Chaco en la Guerra contra Bolivia (1932-1935) y fue presidente del Directorio del Departamento de Tierras y Colonias durante la Presidencia de la República de José Félix Estigarribia (1939-1941) y fue autor del proyecto de Ley de Reforma Agraria conocido en la legislación con el nombre de Estatuto Agrario (1940). Ese mismo año fue exiliado al Uruguay tras la trágica muerte del Presidente Estigarribia el 7 de setiembre de 1940.

⁶⁴ En la actualidad el Paraguay tiene diecisiete departamentos, 14 en la Región Oriental y 3 en la Región Occidental o Chaco.

Así también 1904, unos meses después de aprobada la Ley denominada “Ley de Colonización y del Hogar ” que consolida los intereses del colonialismo interno con los del capitalismo internacional, resultó la conocida Revolución Popular de 1904 que tuvo como resultados la entrega de lotes agrícolas gratuitos, régimen especial para la sociedad conyugal, formación de centros rurales de producción, entre otros pero que no fue suficiente para cambiar las estructuras capitalistas y de poder en el país (PASTORE, 1979, pp. 277-287).

FIGURA 44- COLONIAS AGRÍCOLAS EXTRANJERAS CREADAS DESDE 1870- 1962



FUENTE: Paraguay Rural 1870 – 1963. KLEINPENNING, (2014, p. 470).

De manera clara y concretamente Carlos Pastore (1972) nos advertía las consecuencias de este *colonialismo* y los que ocurrirían en los años siguientes de su obra y los que lamentablemente se mantienen hasta la actualidad:

Es un sistema económico destructivo, de liquidación, en que la vida humana vale menos que el de las bestias y en que la ley no regula los actos de los gobernantes ni los derechos de los gobernados. La dilapidación de la riqueza forestal y el vaciamiento económico del país con las manifestaciones visibles de este sistema. Los capitalistas internacionales se llevan el jugo y la esencia de los frutos, dejando a los paraguayos la cáscara y el bagazo (Pastore, 1972, p. 524).

Perceptivo ante la preocupante situación del campesinado, Pastore (1972) nos remonta a su lejana niñez, de principios del siglo XX para mostrarnos los grandes conflictos y la sensibilidad del problema de la tierra en Paraguay:

Nuestra preocupación por...la mala distribución de la propiedad territorial, había nacido de un recuerdo de nuestra niñez ... cuando fuimos testigos del éxodo de toda una pequeña población campesina de la que formaban parte varios ex compañeros de clase de la escuela primaria. En aquella oportunidad una tarde de ardiente sol de enero, vimos descender de la cresta de una colina, por un camino de tierra roja como una corriente de sangre, una caravana formada por carretas, carros, caballos, lecheras, cerdos y otros animales domésticos, llevados por sus dueños, ancianos, hombres maduros, mujeres, jóvenes y niños. ¿Qué había sucedido? ¿Por qué esta gente abandonaba sus casas y sus chacras? El patrón había muerto y los nuevos dueños de las tierras donde se encontraba la población, de pequeños agricultores, habían decidido ocuparlas con ganado... Hablamos con los ex compañeros de los primeros grados de la escuela primaria y nos relataron el drama de la caravana. Ellos no querían dejar su “valle” pero estaban obligados a hacerlo. Desde entonces no supimos nada de ellos. Los habría tragado la selva o la tierra. Al año siguiente visitamos el lugar de donde había partido aquella caravana. Las casas estaban en ruinas; el lugar de las sementeras era ahora una pradera donde pastaban algunos animales y los naranjales comenzaban a secarse. Un año después, ya no estaban las casas. De la antigua población solo quedaban algunos naranjos. Los animales habían ocupado el lugar de los hombres. Este recuerdo de nuestra niñez y las enseñanzas de nuestro padre sobre el problema social de la tenencia de la tierra en el país, apresuraron nuestros estudios sobre los problemas de la reforma agraria... (capa de libro, op. cit).

Para superarlo nos dice este autor, el Paraguay tendría que salir de la humillante e injusta situación de puesto colonial al que es sometido, creando condiciones políticas que le permita recuperar la administración de las fuentes de la riqueza colectiva, que se logrará con la movilización general de su población (op. cit, p. 525). Recuperando el pensamiento de Carlos Pastore, también Luis Rojas (2016) reflexiona sobre la tozudez de este problema en el país de los “latifundios coloniales y enclaves agroforestales” con las agravantes consecuencias socio-económicas para el Paraguay (op. cit, p. 57).

Mignolo (2007, p. 36) nos describe la lógica de la *colonialidad* que opera en cuatro dominios de la experiencia humana: i) *económico*: apropiación de la tierra, explotación de la mano de obra y control de las finanzas; ii) *político*: control de la autoridad; iii) *social*: control del género y la sexualidad, y iv) *epistémico y subjetivo/personal*: control del conocimiento y la subjetividad.

En este sentido, vemos que estos cuatro dominios se entrecruzan en nuestra realidad y aparecen otros en la actualidad de la lucha por la tierra en el Paraguay, que no es una lucha por un “pedazo de tierra” o un “lote agrario” solamente, es una lucha de clases, pero también es una lucha por el agua, contra el agronegocio y la soja, es una lucha contra el latifundio, contra la economía de mercado, es contra la pobreza. La lucha por la tierra es en contra de criminalización de los campesinos y contra todo tipo de violencia, es contra la militarización de los *tekoha* campesinos, es contra la hegemonía del Estado y contra las relaciones de poder como el machismo y la extranjerización de las tierras. La lucha por la tierra en Paraguay es una lucha ambiental y contra el capitalismo y contra el neo- extractivismo. Es una lucha multisocial y pluriescalar. La lucha por la tierra en Paraguay es por otro tipo de reforma agraria.

2.2.1 La demanda de la reforma agraria de los movimientos campesinos

Al igual que otros temas de la cuestión agraria en Nuestra América, la reforma agraria continúa al debate en Paraguay, algunos intentaron definirla, evaluarla, periodizarla, adjetivarla como reforma agraria integral, completa, popular, redistributiva, entre muchos otros. Ha sido anhelada como promesa de modernización, progreso y desarrollo. “En Paraguay la reforma agraria creó un conjunto distintivo de relaciones entre el Estado, los pobres y los documentos”, nos dice Hetherington (2014) y afirma que no es que los campesinos hayan creído que la reforma agraria estaba completa, que era exitosa o que haya agotado todas las posibilidades de mejorar su situación, pero era un sistema político en el cual las mejoras sustentadas por el Estado se convertían en un sueño ilimitado del futuro posible (op. cit, p. 209)

Esta apertura a la aspiración a la tenencia de tierra y el rechazo de un cierre contractual en torno a la membresía social lo que los campesinos desesperadamente desean preservar. La reforma agraria no puede tener éxito en sus propios términos puesto que su éxito la destruiría, pero la misma abre y mantiene un espacio de lucha al interior del dominio político donde el uso y la distribución de la tierra sirven como medio de contestación (Ibid.).

Estas políticas de reforma agraria, como vimos anteriormente se aplicaron como parte del modelo de la modernización del campo y de “desarrollo⁶⁵” para la extensión de la frontera agrícola, la revolución verde y la agricultura de exportación, porque era necesario modernizar la mayoritaria sociedad rural- tradicional de la época (SCHULTZ, 1967; FOSTER, 1989). La propuesta de la reforma agraria de los años sesenta y setenta traía varias promesas, pero la más importante era que el crecimiento económico conseguido en los países del norte durante varios años, podría alcanzarse en el sur en poco tiempo (KAY, 2007).

Los campesinos e indígenas pasarían, por la vía “*farmer*” desde una agricultura tradicional de autoconsumo, sin tierras propias y con limitado desarrollo tecnológico a la lógica de mercado, con títulos de propiedad de la tierra, producción con gran especialización e inversión tecnológica.

Las instituciones responsables de la tierra en Paraguay, cambiaron sus nombres y sus acciones de acuerdo a la propuesta discursiva e intereses de cada etapa. Por ejemplo, en el período de 1963- 1989, con la propuesta de la modernización, el bienestar rural de los campesinos y campesinas se llamó Instituto de Bienestar Rural- IBR. En la etapa neoliberal el IBR pasó a denominarse INDERT- Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra desde 2004, periodo en que se optó por la vía proyectista del desarrollo, con los proyectos de desarrollo rural y el auge de las ONGs, la privatización y tercerización que respondía a políticas de achicamiento del Estado. Posteriormente, en el período del post consenso de Washington y la alternancia política en Paraguay con el Gobierno de Fernando Lugo en el 2008 aparecieron nuevos actores como CEPRA- Coordinadora Ejecutiva para la Reforma Agraria y el SIGEST- Sistema Integrado de Gestión para el Desarrollo Agrario y Rural del MAG, tiempo en que sonaron alto en el discurso público e institucional, las propuestas de reforma agraria y el desarrollo territorial y con el Gobierno de Cartes, se implementa el SIRT- Proyecto Piloto del Sistema Integrado de Información de Recursos de la Tierra desde el 2014, para la “Regularización Jurídica de la Tierra”, que se ha convertido en una maquinaria de titulación de tierras campesinas.

⁶⁵ Todas las instituciones, cooperaciones técnicas y financieras, ONGs de carácter nacional, internacional y transnacional que trabajan para el desarrollo, por lo que es “normal” que todos la deseen (BRETÓN, 2009) ha traspasado imaginarios, instituciones, escalas, discursos y prácticas (MONTENEGRO, 2006).

En este sentido, el modelo de la modernización del campo y la reforma agraria vía colonización del Estado no logró consumir la promesa de la “modernización para los campesinos en Paraguay” ni en sus i) *dimensiones económicas*; porque la producción agropecuaria del pequeño agricultor fue opacada por el mediano y gran productor ligado al mercado internacional, ni en sus ii) *dimensiones socioambientales*; porque el empobrecimiento se agudizó en el campo y la consecuente expulsión de los campesinos y campesinas de sus tierras, por procesos de relativización de sus tierras ligados a capitales principalmente brasileños y crímenes ambientales como vimos anteriormente en los tres territorios de vida (vientre, idioma y *Tekoha*), conflictos laborales, violencias, amenazas, muertes y desterritorialización de comunidades enteras, ni en sus iii) *dimensiones estructurales*; porque la reforma agraria fue una colonización tecnocrática que solo incluyó el reparto de tierras alejado de la planificación del Estado acompañados de otras políticas públicas fundamentales para la vida en los asentamientos, lo que terminó por agudizar al sistema campesino, tampoco en sus iv) *dimensiones políticas*; porque fueron reprimidas todas las formas de organización y luchas por el acceso a los medios de producción y de la vida con criminalización y judicialización.

Cincuenta y cinco años después de la creación del IBR y “el asunto no resuelto de la tierra” en Paraguay responde a una cantidad de contradicciones que han sido denunciadas por los movimientos campesinos en procesos de resistencia que les ha permitido debatir, reflexionar, consensuar, proponer y disputar la reforma agraria. No se han garantizado los derechos de las familias campesinas, al contrario se han agudizado las diferencias en la tenencia de la tierra y existe un proceso de relativización o contrarreforma agraria, por la venta de tierras a los sojeros que presionan para expulsarlos con agrotóxicos, paramilitares y violencia. La modernización del campo, no cumplió con su promesa de reforma agraria para “los pobres”, y ante la presión de la soja se ha cambiado el concepto de “latifundios improductivos” por el de “latifundios productivos” del agronegocio, para acabar de una buena vez con el fantasma de los latifundistas: la “expropiación”.

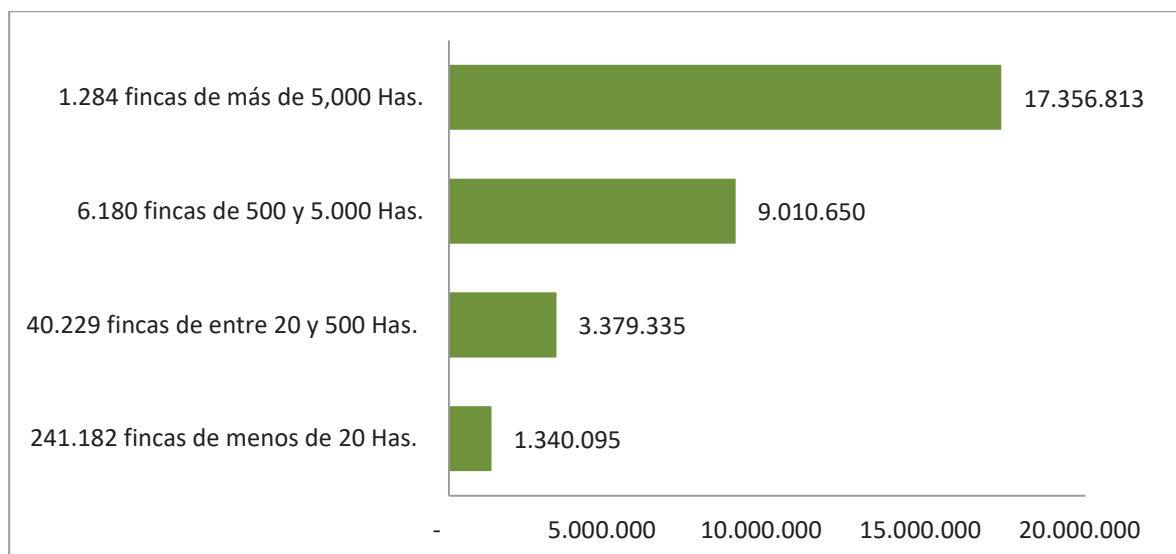
Sobre este tema se ha discutido al interior de los movimientos campesinos afirmando la gran contradicción del sistema jurídico que garantiza al latifundista en una especie de trampa jurídica realizado en el 2002 con la aprobación del “nuevo Estatuto Agrario”

El país sigue poblado por latifundios, pues la mayor parte de las tierras agropecuarias están ubicadas en grandes propiedades. Y aunque la Constitución Nacional de 1992 condene los latifundios y establezca la necesidad de su progresiva eliminación, el Estatuto Agrario promulgado en 2002 ha definido de tal manera los

latifundios que en la práctica los protege, pues ya no los define en función a su superficie, sino de su utilización. Mientras que el Estatuto Agrario de 1963 consideraba latifundios a las fincas de más de 10.000 hectáreas en la Región Oriental y 20.000 en el Chaco, el actual, ignora su tamaño, y los define en función a si están o no racionalmente utilizados, al tiempo que solo exige 30 % de utilización de la superficie agrológicamente útil para considerarlo racionalmente utilizado. Tan vaga e imprecisa es esta definición de lo que es un latifundio, que un lote de 10 hectáreas que solo use 2 de ellas productivamente, podría definirse como latifundio improductivo, a la vez que un verdadero latifundio de 10.000 hectáreas, por utilizar 3.000 ya es considerado como racionalmente explotado, y por tanto, no es un latifundio. Esta modificación legal ha sido catalogada como una *“catástrofe jurídica ya que se eliminó no solo el latifundio sino el sistema latifundiaro vigente en el Paraguay, no en beneficio de los campesinos sin tierra, sino en directo beneficio de los latifundistas. Con esto, el latifundio ha quedado para la historia, ha dejado de existir”* (Brítez, 2004, p. 59). Por supuesto, solo en los papeles (ROJAS, 2016, p. 100).

En la FIGURA 45, vemos los resultados del Censo Agrícola Nacional de 2008, el último realizado en el país, donde se registran los 600 verdaderos latifundios, es decir las propiedades mayores a 10.000 hás (y son menos propietarios, que poseen más de un latifundio o utilizan nombres de fantasía bajo la figura de sociedades anónimas o testaferros) que ocupan alrededor de 40 % del territorio nacional con más de 17 millones de hás, considerados los “dueños del Paraguay” como vimos anteriormente en el CUADRO 9. Al otro extremo están la mayoría de las fincas campesinas (241.182 unidades), con superficie menor a 20 hectáreas (75 % de ellas tienen menos de 10 há, en promedio solamente 5 há), que representan el 84 % del total de fincas pero solo ocupan el 4% de las tierras censadas con 1.3 millones de hás (ROJAS, 2016, pp. 101-102).

FIGURA 45- DISTRIBUCIÓN DE TIERRA SEGÚN TAMAÑO DE LAS FINCAS 2008 EN HÁS



FUENTE: Campesino Rape. En base a Censo Agrícola Nacional 1991 y 2008. (Rojas, 2016, p. 101).

El CUADRO 10, nos muestra claramente este proceso de reconcentración de la tierra, confirmados por el Censo Agrícola Nacional de 1991 y el último Censo realizado en 2008, con seguridad diez años después estos datos serán todavía más alarmantes. Los cuatro grupos de fincas de menor superficie, muestran una reducción en cantidad y superficie, mientras que los grupos de fincas a partir de 100 hectáreas han mostrado importantes incrementos. Los minifundios que corresponden a menos de 10 hectáreas se han reducido en -3% en cantidad y -1% en superficie; las fincas de entre 10 y 20 hectáreas cayeron casi -13% en número y -15 % en tierras, nos dice Rojas (2016, p. 106) Ambos segmentos representan principalmente a familias campesinas, y significaron la pérdida de territorio para ellos, aproximadamente 130 mil hectáreas, y el desarraigo de miles de campesinos y campesinas. Otro segmento con una fuerte contracción fue el de las propiedades de entre 20 y 50 hectáreas, en el orden de -27 % en ambas dimensiones; en la misma dirección están las de entre 50 y 100 hectáreas, con casi -10% menos. Estos dos últimos segmentos perdieron unas 280 mil hectáreas (Ibíd.).

CUADRO 10- CANTIDAD, SUPERFICIE, VARIACIÓN DE FINCAS AGROPECUARIAS ENTRE 1991 Y 2008

Tamaño de Finca	Cantidad de Fincas 1991	Cantidad de Fincas 2008	Variación Fincas	Superficie Total 1991	Superficie Total 2008	Variación Superficie
Menos de 10 Has.	189.355	183.447	- 3,1	661.962	654.714	- 1,1
De 10 a menos de 20 Has.	66.223	57.735	- 12,8	806.802	685.381	- 15,0
De 20 a menos de 50 Has.	31.519	22.865	- 27,5	857.909	619.986	- 27,7
De 50 a menos de 100 Has.	7.577	6.879	- 9,2	502.648	459.555	- 8,6
De 100 a menos de 200 Has.	4.279	5.234	22,3	569.169	699.257	22,9
De 200 a menos de 500 Has.	3.503	5.251	49,9	1.050.034	1.600.537	52,4
De 500 a menos de 1.000 Has.	1.525	2.737	79,5	1.010.952	1.810.119	79,1
De 1.000 a menos de 5.000 Has.	2.356	3.443	46,1	4.982.438	7.200.531	44,5
De 5.000 a Menos de 10.000 Has	533	684	28,3	3.644.873	4.702.034	29,0
De mas de 10.000 Has.	351	600	70,9	9.730.949	12.654.779	30,0
Total	307.221	288.875	- 6,0	23.817.736	31.086.893	30,5

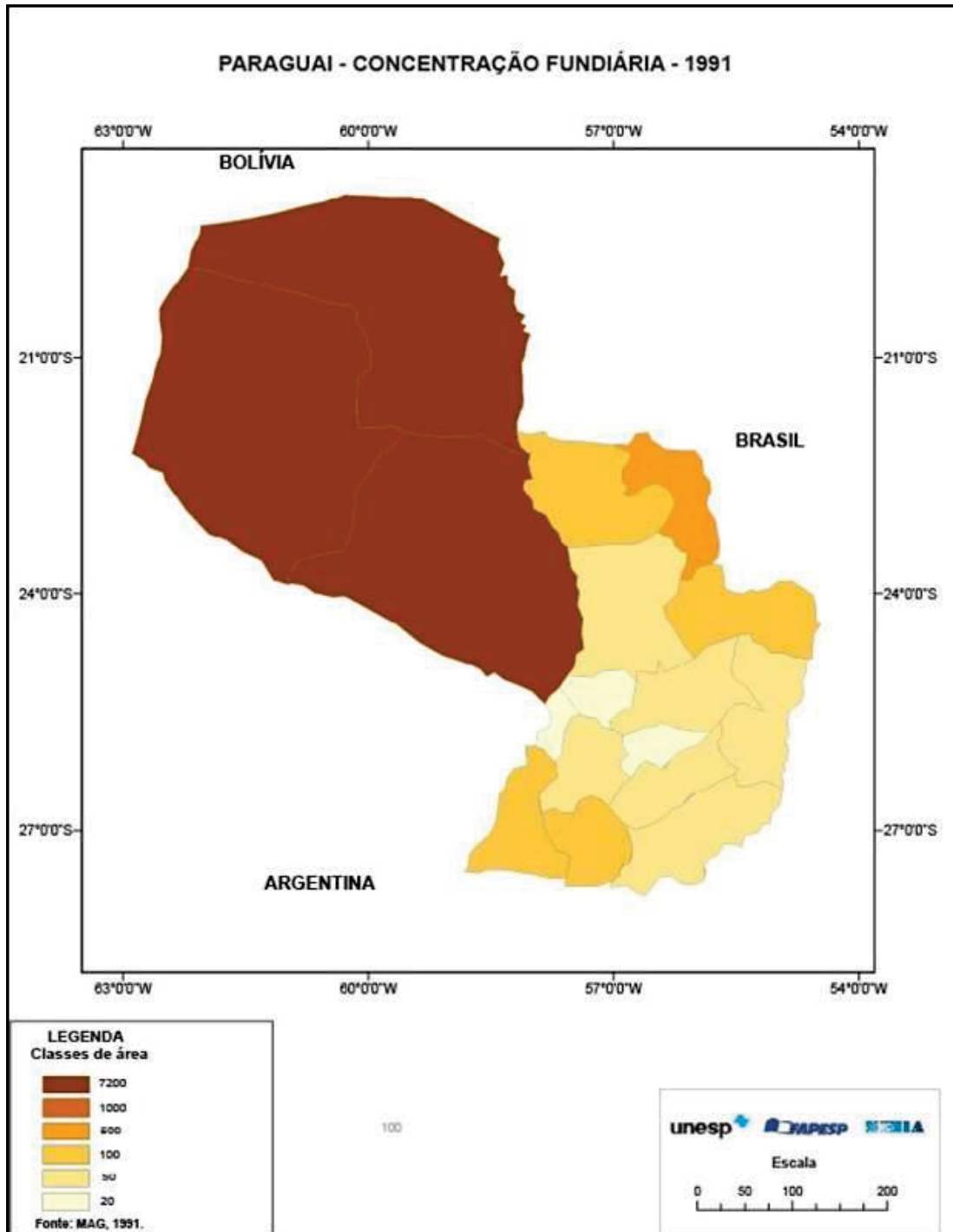
Fuente: Campesino Rape. En base a Censo Agrícola Nacional 1991 y 2008. (Rojas, 2016, p. 105).

Lorena Pereira (2107) territorializó los resultados del Censo 1991 y 2008, para visualizar mejor los departamentos que presentan mayores concentraciones de tierra en el Paraguay y las diferencias entre cada Censo Agropecuario Nacional- CAN, como vemos en las Figuras 46 y 47. Para esta autora no es por casualidad que Alto Paraná sea el departamento que posee los mayores índices de desterritorialización de campesinos, mayores porcentajes de tierras en posesión de latifundistas y de capital internacional, sobre todo en posesión de brasileños, los mayores números de violencia en el campo y de utilización de semillas transgénicas y, agroquímicos. En cuanto a la estructura agraria, es importante destacar que los tres departamentos que componen la Región Occidental; los departamentos de Alto Paraguay, Boquerón y Presidente Hayes, poseen una colonización más reciente y ocurre gradualmente un aumento del área agrícola y de propiedades rurales, aunque éste el último no es proporcional al área, lo se evidencia por una fuerte concentración agropecuaria (PEREIRA, 2017, p. 221).

La comparación de la FIGURA 46 de 1991 con la FIGURA 47 de 2008, nos muestra en la Región Oriental, que los departamentos de Alto Paraná, Amambay, Canindeyú, Concepción, Caaguazú, Caazapá, Central, Itapúa, Misiones, San Pedro y Ñeembucu

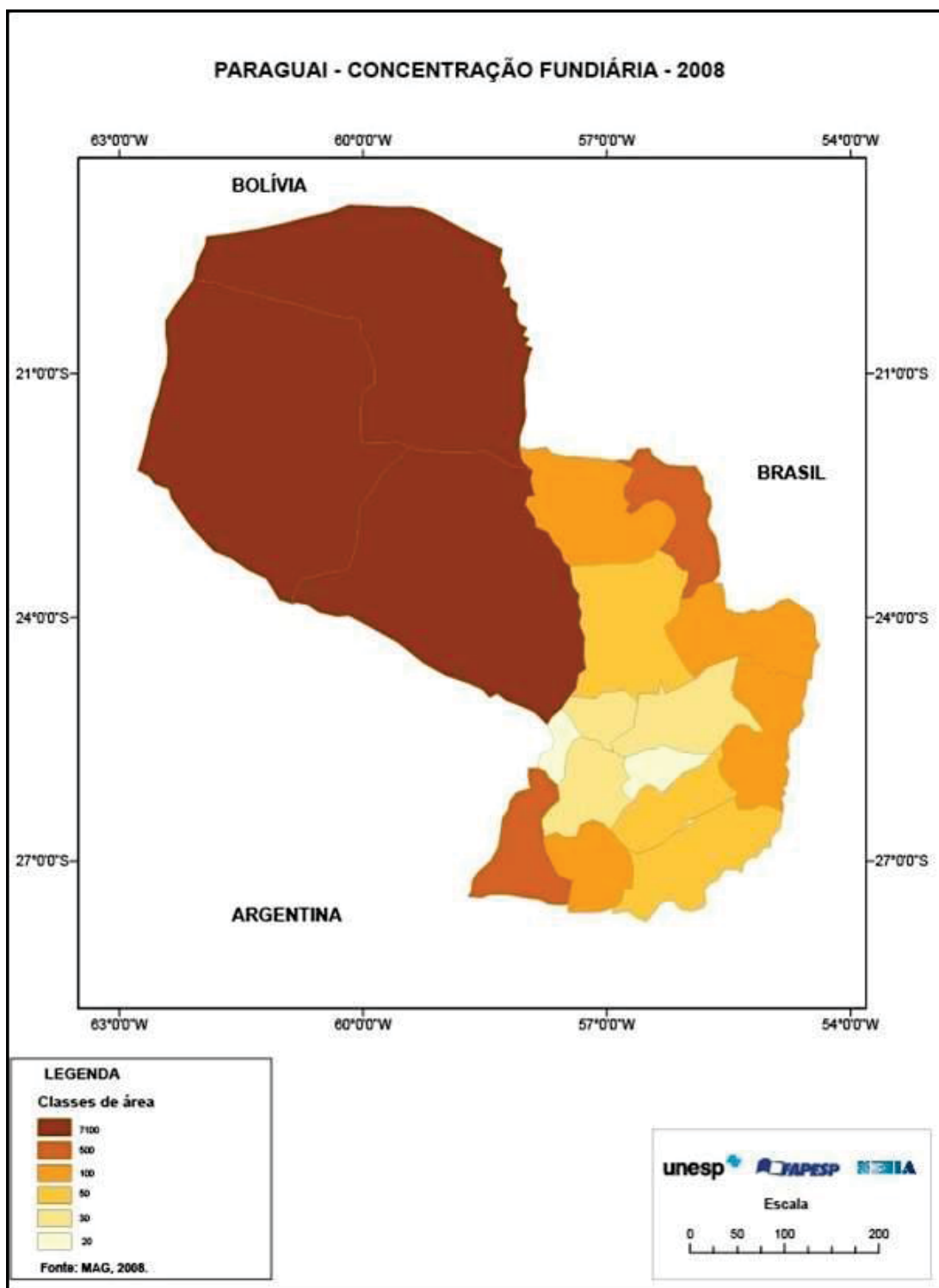
presentaron un aumento en la concentración de la tierra, sobre todo en aquellos departamentos de expansión de la producción de la soja (ibíd).

FIGURA 46: MAPA DE LA CONCENTRACIÓN DE LA TIERRA EN PARAGUAY -1991.



FUENTE: Censo Agropecuario Nacional (1991); Org.: PEREIRA, L. I. (2017) (PEREIRA, 2017, p. 222).

FIGURA 47 -CONCENTRACIÓN DE LA TIERRA EN PARAGUAY -2008.



FUENTE: Censo Agropecuario Nacional (2008); Org.: PEREIRA, L. I. (2017). (PEREIRA, 2017, p. 223).

Con el retorno de los discursos presidenciales del “Socialismo del Siglo XXI” a la región, y con la llegada de Lugo al Poder en 2008, como dijimos anteriormente, se motivaron los debates políticos, académicos, sociales y de los movimientos campesinos sobre la urgencia de la reforma agraria en Paraguay. La propuesta reforma agraria integral de Lugo incluía nuevas dimensiones como la concertación, la participación, el enfoque de género, el capital social, entre otros programas que se parecían más al “desarrollo rural” con la aparición de novedosos paradigmas de intervención desde las más altas instancias de las instituciones del desarrollo (PNUD, BM, BID, FMI) como ejemplo el “capital social”, “empoderamiento”, pasando por el “desarrollo con identidad”, el “enfoque de género” y la “gobernabilidad”, entre muchos otros. Tal propuesta insiste en el discurso de la revalorización de las identidades locales desde la óptica de generar procesos de “desarrollo” centrados en las peculiaridades de cada grupo en general, podrían ser indígenas, mujeres, campesinos, jóvenes, líderes políticos, ambientalistas, etc. la receta no cambiaban mucho, y por supuesto no se menciona a la reforma agraria que plantea un cambio en las estructuras agrarias, estamos hablando del auge del “capitalismo con rostro humano” que incluye a todo el mundo y no se habla de los conflictos para no generar “problemas” con la burguesía ligada a las tierras, los medios de comunicación y el poder.

El gobierno de Lugo fue caracterizado como equilibrista (SUÁREZ, 2011) y post-neoliberal que promueve concomitantemente políticas neoliberales y programas y políticas de participación social (SADER, 2009). Lugo buscó realizar una reforma agraria, implementó políticas de promoción a la soberanía alimentaria y, al mismo tiempo, no afectó al modelo económico del país (PEREIRA, 2017, p 224).

Esta postura del Gobierno de Lugo, motivó la promoción del agronegocio y la extranjerización que ya describimos en el capítulo I y se agudizó con el actual Gobierno de Cartes. Así el Paraguay, al igual que la mayoría de las economías latinoamericanas, se encuentra en la búsqueda de aumentar los ingresos nacionales con la agro-exportación y el agronegocio⁶⁶ de cereales y oleaginosas principalmente de soja, de la mano de empresarios, como hemos visto una buena parte de origen brasileño o *brasiguayos* de grandes extensiones de tierra y recursos naturales dejando a las familias campesinas, excluidas del proceso de

⁶⁶“Agronegócio é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundiária da agricultura capitalista (FERNANDES; WELCH, 2006). O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico...” (MENDONÇA; MESQUITA, 2007, p. 9).

generación de riquezas, de producción de alimentos y reproducción de sus formas de vida. El Estado paraguayo está replicando fielmente el modelo que impone la vigente economía mundo capitalista junto con el impulso de las políticas neoliberales reconocidas ampliamente como políticas anticampesinistas (SEOANE, 2012, p. 15) donde la reforma agraria no figura en la agenda pública, al contrario constituye una amenaza para la reproducción y acumulación del capital.

De este modo, los debates sobre la reforma agraria en Paraguay apuntan principalmente a la estructura de tenencia de la tierra, que como vimos en el CUADRO 10 se reconcentran tras el accionar de las reformas neoliberales o contrarreformas agrarias en el espacio rural sustentadas por el Estado en todas sus instancias (ejecutivo, legislativo y judicial) y en distintas escalas y de manera violenta, convirtiéndose en un antagonista institucional, así como también pronuncian a sus principales antagonistas cotidianos los *brasiguayos*, que representan al mercado capitalista que pone trabas a su principal bandera de lucha la reforma agraria, la soberanía alimentaria y su *teko – tekoha*, su modo de ser y estar como campesinos y campesinas en su espacio de vida, esto es la construcción de su territorialidad.

Así por ejemplo, el Servicio Jurídico Integral para el Desarrollo Agrario- SEIJA (2010) que aglutina a 25 organizaciones de la sociedad civil realizó algunas consideraciones con relación al proceso de construcción para una reforma agraria integral, a partir del mundo rural del Paraguay, propusieron considerar los diferentes modelos de producción y la diversidad cultural del país.

Para la reforma agraria integral se deben considerar las características de los tres modelos o tipos de economía, que son la campesina, la indígena y la empresarial, lo que significa que la realidad rural del Paraguay está constituida por una situación de pluralismo de hecho, que no siempre se visualiza. Entonces, un proyecto de reforma agraria integral debe respetar, valorar y garantizar el pluralismo cultural, porque para asumir la defensa y promoción de la agricultura indígena y campesina, es necesario comprender el derecho cultural y el reconocimiento de la preexistencia de la economía indígena y campesina en el Paraguay (SEIJA, 2010).

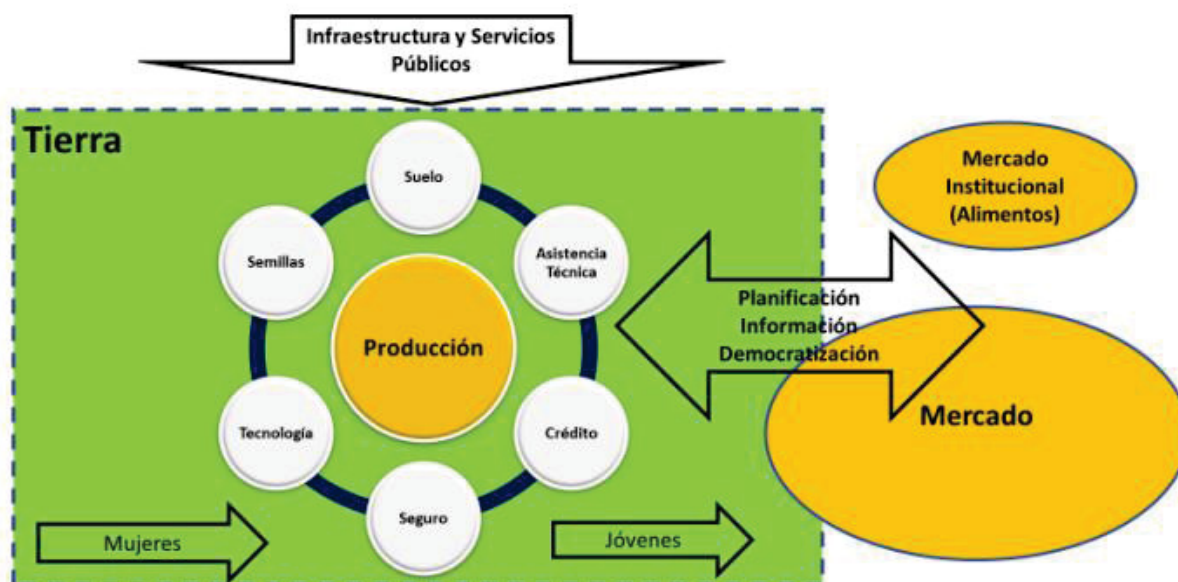
En el año 2017 en ocasión de la XXIV Marcha Campesina, la FNC presentó su “Programa por la Reforma Agraria y la Producción Nacional”, que recoge el debate interno realizado en los asentamientos y las comunidades, expresando el espíritu de lucha de la organización, las reivindicaciones fundamentales hacia el Estado y las responsabilidades propias y con la sociedad (FNC, 2017, p. 2).

- Sin Reforma Agraria no habrá desarrollo nacional ni paz en el Paraguay.
- El acceso a la tierra es un derecho básico y fundamental para la concreción de otros derechos, como la alimentación y la vivienda.
- La soberanía alimentaria está estrechamente ligada a la Reforma Agraria y tiene un carácter estratégico para el Paraguay.
- La producción de alimentos sanos para todos los paraguayos depende fundamentalmente de la agricultura campesina y no del agronegocio.
- La producción campesina no solo está orientado al consumo de los hogares, sino también a la producción de materia prima para impulsar la industria nacional.
- La política pública de apoyo a la agricultura campesina debe ser integral, con programas coordinados y complementarios y presupuestos sostenidos a largo plazo.
- La organización y la lucha de los pequeños y medianos productores es la única herramienta para mejorar las condiciones de vida y lograr un cambio en el Paraguay.
- La producción y el arraigo es la herramienta fundamental para resistir y luchar por la conquista de la Reforma Agraria y el desarrollo Nacional (FNC, 2017, p. 16).

Así mismo, la FNC (2017) nos presentó su propuesta de integralidad y complementariedad de la Reforma Agraria en Paraguay (FIGURA 48) que incluye un fuerte componente de la tierra, institucional, productivo, de género y generacional, esta propuesta nos invita a pensar en un programa de reforma agraria vinculada a una justicia social ligada a las propuestas de redistribución y también de reconocimiento, como veremos más adelante.

FIGURA 48. INTEGRALIDAD Y COMPLEMENTARIEDAD DE LA RA DEMANDA POR LA FNC

Integralidad y complementariedad de la política de apoyo a la agricultura campesina



FUENTE: Por la Reforma Agraria y la Producción Nacional. FNC (2017, p. 29)

Muchos de estos elementos fueron usurpados por las agencias de cooperación como parte del discurso del desarrollo rural⁶⁷, que como ya dijimos anteriormente, no pretenden modificar la desigualdad en la estructura de la tenencia de la tierra y el poder. Y así, el tema de la reforma agraria fue opacada por la promesa del “desarrollo” en el campo, que niega los conflictos por la tierra, las desigualdades estructurales, las tierras malhabidas usurpadas por la burguesía en la época de la dictadura de Stroessner y mantenidas hasta la actualidad con la complicidad del Estado.

Entonces, Jorge Montenegro (2006, p. 398) nos alertó que el “desarrollo” es un constructo social e histórico del máximo interés para el mantenimiento del orden, en la sociedad capitalista. “Un constructo formado por una red de saberes, poderes e instituciones, encargados de proporcionar una imagen del desarrollo como utopía capitalista, como sueño de consumo en esta sociedad de fantasías reificadas” (Ibíd.)

...La lista de las ignominias que se le imputa choca con la fuerza que mantiene el discurso de las instituciones que lo incentivan: grandes hambrunas provocadas por la mercantilización de la agricultura, en la época de la Revolución Verde; desastres ecológicos irreparables causados por la construcción de infraestructuras en los países denominados subdesarrollados, que benefician las inversiones productivas y las empresas de los países centrales; eliminación de los cultivos y tradiciones que no sean formables para la venta; aumento de la deuda externa de los países que toman préstamos de las agencias de financiamiento del desarrollo, para proyectos sin sentido; desresponsabilización de los fracasos de las medidas implementadas bajo el patrocinio de las instituciones internacionales; programas de alivio de la misma pobreza que los programas de ajuste estructural agravan, etc. La lista puede ser ampliada, pero lo que queremos destacar es que, desde ese punto de vista, la imagen habitual del desarrollo como el proyecto que serviría para moderar el capitalismo, dotándolo de un rostro más humano, es tan sólo una máscara que sólo logra disimular el verdadero entramado, la imbricación entre el desarrollo y la lógica destructiva del sistema capitalista... (MONTENEGRO, 2006, p. 398-399).

En coincidencia con Montenegro (2006) volvemos a algunas reflexiones que realizamos sobre las consecuencias de las políticas neoliberales de “desarrollo rural en Paraguay” (COHENE, 2010, pp. 63-64)

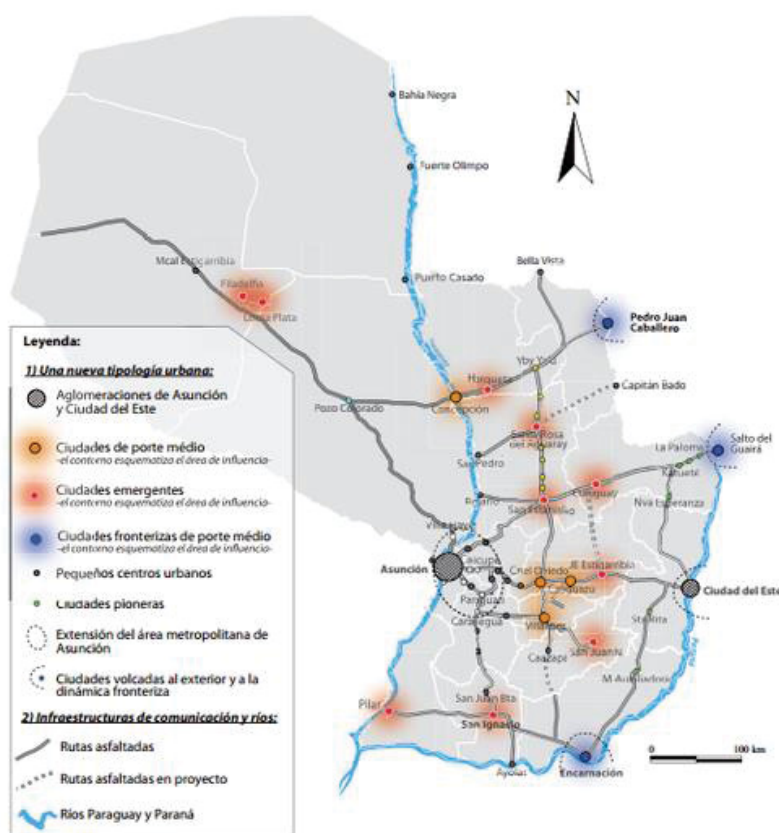
a) La pérdida de la tierra y descampesinización: La tierra como factor de producción para la economía campesina, se vio afectada por el capital; la descolectivización, la privatización y la

⁶⁷(...) el desarrollo fracasó como proyecto socio-económico, pero el discurso del desarrollo aún contamina la realidad social. La palabra permanece en el centro de una poderosa pero frágil constelación semántica (...). Coincidiendo con ESCOBAR, 2014, p. 32-33.

titulación de tierras para la venta de las tierras al mercado de tierras conocido como “contra reforma agraria”, solo para los intereses de la burguesía terrateniente agroexportador y el mercado internacional (empresas transnacionales). Esto obligó a los campesinos a una acelerada migración campo-ciudad, que era capaz de albergarlos con el auge de la modernización, pues se requería mano de obra barata, de esta manera el campesino se despojó de su tierra para ofrecer al mercado su mano de obra. Así se dio origen a una nueva sociedad salarial, de campesino a proletario; pero con salarios bajos y sin los beneficios de la seguridad social; derechos sociales, aguinaldos, jubilaciones, bonificaciones, etc. Esto a los pocos años se agudizó, se agruparon en barrios periféricos con elevados niveles de precariedad, sin servicios básicos, sin trabajo; solo aumentó la violencia y el empobrecimiento.

b) La instalación de la cultura del consumo: El mercado genera su propia demanda; encuentra mecanismos para “el consumismo”; compra de bienes y servicios desmedidos y sin necesidad, a través del desarrollo de las comunicaciones, la informática, proliferan las marcas y los imaginarios de consumo que se fortalecen con la aparición de las tarjetas de crédito, se invierte el sentido del consumo, anteriormente dirigido por el ahorro, para pasar a la relación compre ahora y pague después y a cuotas. La red vial, de bancos, financieras, servicios, comercios, universidades privadas en los territorios campesinos se han acelerado en los últimos años, generando un proceso de urbanización- rural que los trabajos Goetz (2017) rescata y valoriza por la generación de ciudades intermedias o emergentes en Paraguay, como sinónimo de bienestar en el campo porque moviliza la economía local, sin embargo, va en contramano de otros trabajos como los de Ortega (2016) que menciona la necesidad de incorporar los conflictos que se generan para la instalación de esta infraestructura que sirve de logística al modelo extractivista en el país al servicio del capital. En la FIGURA 49 vemos el mapa del Paraguay – 2017 de la Infraestructura vial y ciudades emergentes del Paraguay.

FIGURA 49. INFRAESTRUCTURA VIAL Y CIUDADES INTERMEDIAS DEL PARAGUAY - 2017



FUENTE: El rol de las ciudades intermedias en la nueva estructura urbana del Paraguay. GOETZ, (2017).

c) Reducción del Estado: El capital es libre y no tiene nacionalidad, sin embargo aparecen los Supra- Estados, como el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional, quienes dan recetas: es necesario que el Estado deje de regular al Mercado, por lo cual todo tiene que ser privatizado; pasar al capital privado, todo aquello que generara ganancias será absorbido por el capital, se requiere disminuir los funcionarios públicos pues en el juego del mercado, la competencia mejorará los servicios y los “beneficiarios” del Estado, serán los “clientes” del Mercado. El Estado se repliega y la austeridad en el gasto público permite el pago de la deuda externa a la banca multilateral. Adicionalmente aparecen las ONG que promueven la vía proyectista del desarrollo rural, con funciones que anteriormente pertenecían al Estado y los procesos de privatización, como las Alianza Pública Privada- APP de Cartes que explicaremos más adelante.

Vemos entonces, que el modelo de desarrollo rural neoliberal, ha inducido la visión globalizada de la economía y por ende del mundo rural la “nueva ruralidad”, en donde tienen

mucha importancia los capitales transnacionales, el desarrollo agroindustrial, los flujos de productos entre países, lo que demuestra la intensificación del dominio del capital sobre lo agrario, con repercusiones en la difusión creciente del trabajo asalariado, la precarización del empleo rural, la multiactividad, la migración, las remesas, la expulsión de pequeños y medianos productores del sector rural, la creciente orientación agropecuaria hacia los mercados internacionales, la articulación de los productores rurales a complejos agroindustriales en los que dominan la decisiones tomadas por grupos de poder vinculados a empresas transnacionales, que inviabilizan la reforma agraria para el campesinado.

Sin embargo, otro de los aportes que realizó la FNC (2017) al debate de la reforma agraria en Paraguay fue una estimación de la inversión e implementación de la RA, para desmitificar la idea que este programa es “imposible” para el Estado (CUADRO 11).

La inversión total anual para la implementación de la Reforma Agraria en el Paraguay asciende estimativamente a US\$ a 1.215 millones, lo que incluye el acceso anual a la tierra de 30 mil familias, la dotación de infraestructura y servicios públicos de calidad en los asentamientos y comunidades y, el apoyo a la agricultura campesina de 60 mil pequeños y medianos productores. Esto significa una inversión de alrededor del 4,5% del PIB actual. Si el compromiso estatal es sostenido durante 5 años tendríamos una inversión total de US\$ 6.075 millones, con la cual 150 mil familias accederían a un pedazo de tierra, e igual número de pequeños y medianos productores serían apoyados por una política integral para el desarrollo productivo. En 10 años 300 mil familias Sin tierra podrían tener acceso a la misma y gran parte del conflicto que este problema genera habrá disminuido. Si solo planteamos la inversión en los aspectos productivos (dejando de lado tierra, infraestructura y servicios), la inversión anual es menor a lo que actualmente le cuesta al país de dependencia alimentaria, es decir, menos de US\$ 500 millones, alrededor del 1,5% de PIB. Evidentemente que, los grados de retorno de esta inversión en términos de ingresos al propio Estado, aumento del bienestar de la población, disminución del conflicto social, crecimiento económico y desarrollo nacional serían innegables. La estimación es rápida pero suficiente para demostrar de que la Reforma Agraria es posible en Paraguay y que depende de la voluntad política y el compromiso de un gobierno patriótico. Pero también demuestra la clase de gobierno que el Paraguay tuvo y tiene actualmente. Expresa, asimismo, el egoísmo y la mezquindad de la oligarquía paraguaya, que lejos está de importar le el país que no sea su voracidad acumulativa para beneficio propio y de los intereses imperiales, llevando al Paraguay al extremo de la desigualdad y por los caminos insondables de la violencia y el sufrimiento de la mayoría de la población (FNC, 2017, p. 29-30).

CUADRO 11- ESTIMACIÓN DE LA INVERSIÓN E IMPLEMENTACIÓN DE LA RA EN PARAGUAY

Estimación de la inversión de la política de Reforma Agraria por etapas y durante 5 años, en millones de dólares (US\$) *		
Acciones	Año 1	Total
Acceso a la tierra (30 mil familias por año) ⁹	600	3.000
Infraestructura (camino) y servicios públicos	180	900
Recuperación y mantenimiento de los suelos	16	80
Recuperación y mantenimientos de semillas	7	35
Inversión en infraestructura y tecnología	39	195
Asistencia técnica (60 mil fincas por año)	37	185
Créditos preferenciales (60 mil productores por año)	64	320
Seguro agrícola	25	125
Compras públicas ¹⁰	150	750
Apoyo a la comercialización	12	60
Programa frutihortícola	14	70
Programa algodónero	43	215
Apoyo a otros rubros de renta	20	100
Jóvenes y mujeres	8	40
Total	1.215	6.075
Sin costo de la tierra e infraestructura y servicios públicos	435	2.175
*No incluye los gastos de la burocracia.		

FUENTE: Por la Reforma Agraria y la Producción Nacional. FNC (2017, p. 30)

Así también, el movimiento campesino paraguayo como la FNC y la OLT ya habían construido junto con otras organizaciones sociales, campesinas, indígenas, negras y populares de Nuestra América la “Declaración del Seminario Internacional sobre Reformas Agrarias en América Latina” realizado en Asunción- Paraguay los días 3, 4 y 5 de noviembre de 2008:

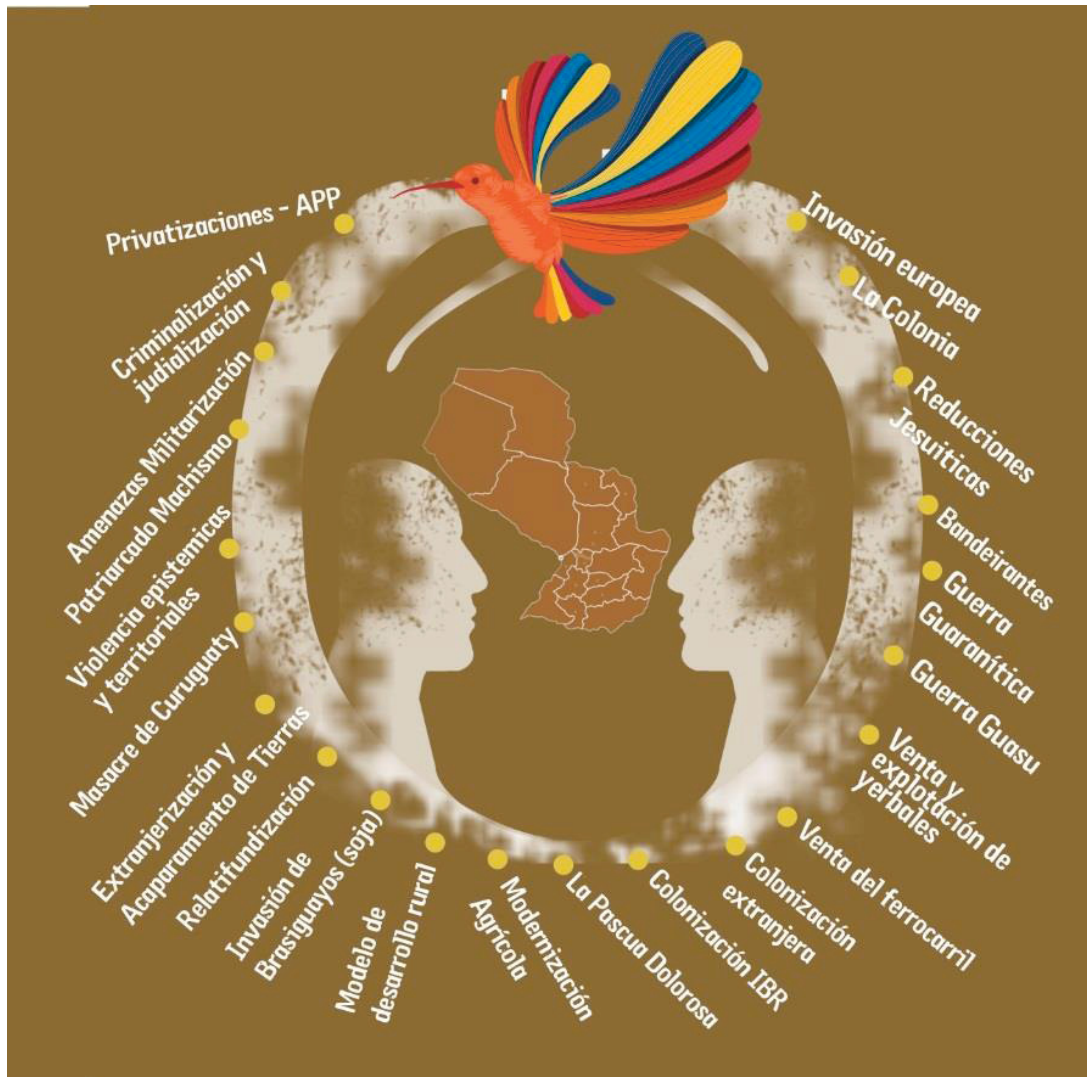
1. La reforma agraria, no es la simple repartición de tierras a campesinos y campesinas, es un proceso social e integral que debe incluir todas las condiciones necesarias para el pleno desarrollo de las comunidades, para que la misma sea efectiva debe basamentarse en la participación comunitaria y sustentarse en el principio de autodeterminación de los pueblos.
2. La reforma agraria es una decisión política, y en cuanto tal supone un compromiso de los gobiernos para implementar estrategias de transformación de la estructura y tenencia de la tierra, exige la desapropiación y expropiación de las grandes propiedades privadas para mejorar las condiciones de vida de la población indígena, campesina y en especial el de las mujeres, proponiendo un modelo de desarrollo que garantice y promueva la vigencia de los derechos económicos, sociales, culturales, políticos y ambientales de las comunidades.
3. Esta decisión implica el reconocimiento político y social al campesinado, a las mujeres y a los pueblos originarios como actores fundamentales en la toma de decisiones, de manera a que la diversidad de sus visiones y prácticas sean incorporadas en las políticas de reforma agraria. Más que los tradicionales e ineficaces procesos de colonización o repartición de tierras que han conducido a una mayor pobreza de los supuestos beneficiarios, se requiere un apoyo

decidido en servicios que promuevan en desarrollo rural, como infraestructura social y productiva, créditos, tecnología apropiada, asistencia técnica, mercados, respetando las autonomías de las organizaciones campesinas e indígenas.

4. La reforma agraria exige un proceso de redistribución del poder político, social y cultural donde la democratización de las relaciones entre hombres y mujeres es un requisito ineludible, tanto al interior de las propias organizaciones como así también en la elaboración y ejecución de las políticas agrarias y otras leyes conexas (bosques, agua).
5. La reforma agraria es la política necesaria para contrarrestar los terribles efectos sociales y ambientales producidos por el avance del modelo de los monocultivos (soja, caña de azúcar, palma africana y otros) destinados a la alimentación animal y a la producción de agrocombustibles en los países desarrollados y garantizar la soberanía alimentaria y la de nuestros recursos naturales.
6. La implementación de la reforma agraria supone -en muchos casos- el desarrollo de un marco institucional adecuado, dado que el existente en la mayoría de nuestros países fue diseñado para apoyar a los agroexportadores, a los agronegocios, la producción de agrocombustibles y a los grandes terratenientes, por encima de la producción de alimentos.
7. La reforma agraria se presenta como una importante defensa del modo de vida rural, de la cultura propia y de la identidad nacional contrarrestando la alienante influencia de la “industria cultural” controlada por las multinacionales de la comunicación y financiera.
8. La reforma agraria supone una alternativa a la mercantilización de la tierra, que promueve la concentración de la misma y de ahí la emigración, el empobrecimiento y la creciente conflictividad social.
9. La lucha por la reforma agraria, es la lucha por la vigencia de los derechos económicos, sociales y culturales, ambientales y de género para las poblaciones rurales e indígenas, la respuesta a las mismas no puede seguir siendo la criminalización, la represión por parte del Estado, por ello exigimos el cese de la persecución a quienes trabajan cotidianamente por avanzar hacia una plena vigencia de los derechos de nuestros pueblos.
10. “Por la defensa de la vida, la territorialidad, la soberanía, seguridad y autonomía alimentaria, la unidad y por la no violencia” (ORTEGA;PALAU, 2008, pp. 219-220)

Esta propuesta en la aurora del gobierno de Lugo en Paraguay, representó una inspiración en las que iniciamos esta investigación, como ya mencionamos en la introducción, así también se sumaron otros pensadores, activistas, simpatizantes, partidos políticos, organizaciones sociales, populares, sin techos, cooperativistas, estudiantes secundarios, universitarios, transportistas, de mujeres, de derechos humanos y muchos otros, que juntos con el campesinado la siguen construyendo, están vigentes en el pensamiento y las prácticas de los movimientos campesinos que integran la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones Campesinas -CLOC /VIA CAMPESINA y otros espacios compartidos en la región, que nos invitan a dialogar y recorrer otras escalas, donde se construyen saberes desde una resistencia epistemológica y ontológicamente distinta que la presentaremos en el capítulo III.

FIGURA 50: RESUMEN DE LA LUCHA POR LA TIERRA EN PARAGUAY



FUENTE: Nuestra Investigación

CAPÍTULO III

3 ¿DE QUÉ REFORMAS AGRARIAS ESTAMOS HABLANDO EN NUESTRA AMÉRICA?

Cómo hemos visto desde el pretexto, la reforma agraria está al debate, los distintos actores del Paraguay la han concebido desde diferentes perspectivas. En el capítulo II discutimos que la demanda por la reforma agraria de los movimientos campesinos paraguayos no responde únicamente a la entrega de tierras agrícolas, incluye otras dimensiones relacionadas a la lucha histórica por la tierra, pero también a elementos del *sistema mundo moderno colonial* al que se han enfrentado a lo largo de cinco siglos, esta visión dialoga con otros movimientos campesinos e indígenas de Nuestra América, como la Vía Campesina que motiva encuentros, debates, reuniones, talleres, vivencias, cursos, seminarios y otros espacios latinoamericanos que incentivan las reflexiones a una escala mayor de los Estado Nación, resultando así, pronunciamientos y líneas de acción integrales como las que vimos en la “Declaración del Seminario Internacional sobre Reformas Agrarias en América Latina- Por la defensa de la vida, la territorialidad, la soberanía, seguridad y autonomía alimentaria, la unidad y por la no violencia” con la participación de representantes de Brasil, Bolivia, Perú, Colombia, Honduras, Nicaragua, El Salvador y Paraguay, realizado en Asunción en 2008 y transcrito en el capítulo anterior.

En esta Declaración los movimientos campesinos e indígenas afirmaron que la reforma agraria es un proceso de derecho integral, social, económico ambiental, político y de género que no responden a los ineficaces procesos de colonización agrícola que benefician solamente a los terratenientes, los monocultivos como la soja, caña de azúcar, palma de aceite y otros del agronegocio y de las multinacionales bajo el “patrocinio” del Estado que criminaliza y reprime todo forma de resistencia en los territorios. La reforma agraria supone una alternativa a la mercantilización de la tierra, debe incluir dimensiones como la defensa del modo de vida rural y de la cultura propia, la autonomía y autodeterminación de los pueblos como la redistribución de la tierra, del poder político, social, cultural y de género que se refleje en las leyes y las acciones de las políticas agrarias (tierra, bosque, agua) que garanticen la soberanía alimentaria y los recursos naturales de Nuestra América.

Estos elementos hablan de las discusiones que hemos intentado recoger desde el pretexto de este trabajo, el Capítulo I y Capítulo II, hasta aquí configurados para cuestionarnos el espacio-

tiempo – conflicto del *sistema mundo moderno colonial*, y ahora comienzan a dialogar más fuertemente con las resistencias de los movimientos *campesindios* de Nuestra América.

FIGURA 51- CARTOGRAFÍA COLECTIVA DE LAS LUCHAS DE LOS MOVIMIENTOS Y LAS PROBLEMÁTICAS SOCIALES Y AMBIENTALES.



a las industrias extractivas (la minería, el gas, el petróleo) los agro combustibles, y los mega proyectos de infraestructura respaldados por la represión y criminalización de la protesta, también persisten la discriminación racista, patriarcal y homofóbica (Ibíd.).

A la vez han surgido nuevos y renovados movimientos sociales en oposición a este modelo-capitalista- neoliberal y sus consecuencias destructivas. Dentro de sus luchas no solo vive la resistencia, también experimenta con la construcción de otras relaciones sociales, modelos, economías y prácticas para pensar caminos alternativos de vida para Nuestra América (ICONOCLASISTAS, 2010)

Para iniciar el recorrido por Nuestra América, Jorge Montenegro (2006) nos propone una metodología de análisis escalar⁶⁸, que es una herramienta en la comprensión de las relaciones de poder y dominación en la lógica del capital, pero también de la construcción del contra-poder y de la resistencia desde la mirada de los movimientos campesinos de lucha por la tierra dentro de procesos socio territoriales contradictorios de competencia, de cooperación y reciprocidad. “...la escala de la lucha y la lucha sobre la escala son dos lados de la misma moneda...Smith, 2002”.

Para completar nuestra caja, lanzamos mano de una cuarta herramienta, la cual aborda esa creciente interconexión entre territorios diversos a través de la globalización. Se trata de una herramienta diseñada para analizar lo que sucede en el interior y entre territorios diferentes. Cualitativamente diferentes. Las escalas son estos tipos de territorios cualitativamente diferentes: “la escala es el criterio de diferencia, no tanto entre lugares como entre diferentes tipos de lugares”, como señala Neil Smith (2000 [1997], p. 142) (op. cit, p. 404).

También incorporamos las reflexiones de Arturo Escobar (2017) en su genealogía del pensamiento crítico latinoamericano -PCL que nos presenta en “Desde abajo, por la izquierda, y con la Tierra: la diferencia de *Abya Ayala*/Afro/Latino/América”, tres afluentes que históricamente han alimentado el PCL: a) el pensamiento de la izquierda y la izquierda del pensamiento, b) el pensamiento del o desde abajo y, c) el pensamiento de la tierra, en éste último

⁶⁸ Siguiendo la tesis de Montenegro (2006) sobre “*Desenvolvimento em (des)construção. Narrativas escalares sobre Desenvolvimento Territorial Rural*” encontramos una caja de 4 herramientas de análisis: i) Herramienta 1: post-desarrollo, ii) Herramienta 2: desarrollo como reproducción del capital y control social, iii) Herramienta 3: modulaciones del control social y iv) Herramienta 4: análisis escalar. En cuanto a la cuarta herramienta de análisis escalar este autor nos propone utilizarla para abordar la relación entre desarrollo y control social en diferentes ámbitos espaciales, sin embargo, de forma más general, entiende esta metodología como el análisis de la organización espacial de los sujetos en escalas, entendiendo las escalas no solamente como algo dado externamente, sino como fruto de la propia interacción social, para ejemplificarlo reflexiona desde la escala del territorio rural del *Pontal do Paranapanema* en Brasil donde existen mediaciones y desdoblamientos que hacen que las escalas sean diferentes a las dadas por el Estado-Nación (op. cit. pp. 397-408).

haciendo énfasis a la relacionalidad, es decir; la forma relacional de ser, conocer y hacer, definida como: “aquellas configuraciones socio naturales donde nada preexiste a las relaciones que lo constituyen, sino que todo se constituye profundamente en relación con todo, es el gran correlato de la autonomía y la comunalidad” (ESCOBAR, 2017, p. 54).

En este sentido, en el capítulo III, pretendemos acercarnos a las respuestas sobre: ¿De qué reformas agrarias estamos hablando en Nuestra América? Para ello, hemos realizado como un vuelo de colibrí por nuestro continente, sus luchas y resistencias con la mirada de sus protagonistas, para conocer los debates sobre las reformas agrarias, cómo la han pensado, vivido y resistido, rescatando la memoria colectiva, la polifonía de voces y el diálogo de saberes de nuestros pueblos, principalmente desde la mirada de los movimientos campesinos, indígenas, comunales y populares; como se han autodenominado muchas de las organizaciones que luchan por la tierra y las experiencias de resistencia a las acciones del Estado y el mercado con quienes se encuentran en constante contradicción y confrontación ante la colonialidad, el capitalismo y el desarrollo.

No pretendemos incluir todos los antecedentes, tipologías, periodizaciones, evaluaciones que se han realizado alrededor de las políticas de reformas agrarias implementadas en el continente. Muchas de ellas recogieron las visiones del Estado, sus informes técnicos, avances y retrocesos de índole más políticos y económicos con el objetivo claro de desviar la atención de la necesidad real de la reforma agraria en nuestros países. Así, los acontecimientos, las voces, los discursos, los tiempos y los sujetos que aparecen a continuación presentan el relato, en la medida de lo posible de los campesinos y campesinas en movimiento y de algunos autores que han estudiado estas reformas agrarias, que se cita de manera explicativa y fundamentalmente de los autores que han reflexionado junto con ellos sus procesos de resistencia.

3.1 GENERALIDADES DE LAS REFORMAS AGRARIAS (RE Y CONTRA) DISTRIBUTIVA EN NUESTRA AMÉRICA

La reforma agraria- RA, lleva más de 100 años en Nuestra América, desde la revolución zapatista (1910-1917) en México, la revolución boliviana de 1952 también asentó un fuerte golpe al sistema de terratenientes al aplicar un extenso programa de reforma agraria y por supuesto la Revolución Cubana de 1959, la más renombrada reforma agraria

revolucionaria del continente, que desafió el sistema hacendatario y repercutió en la mayoría de los países de la región, de manera directa en Centroamérica e indirecta más al sur del continente ante la amenaza del socialismo, y la posibilidad de que “la revolución” se expandiera a otros países de la región. Así se dieron inicio a los estudios del Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola⁶⁹ -CIDA, motivado por Alianza para el Progreso⁷⁰ que tuvo sus orígenes en la conocida reunión de Punta del Este- Uruguay el 13 de marzo de 1961, donde se “convenció” a los gobiernos de toda la región a crear la institucionalidad para poner en práctica programas de reforma agraria vía Estado, es decir como política pública con el financiamiento técnico y económico estadounidense durante los años sesenta, setenta y ochenta (BRETÓN, 2000).

La estructura agraria en el período pre-reforma agraria del continente era en términos económicos ineficiente y desigual, en lo que se refiere a la tierra y la mano de obra. En 1960 las fincas campesinas y comunitarias ocupaban la mitad de la mano de obra agrícola, el 80% eran miembros familiares. Los latifundios empleaban un 20% de la mano de obra agrícola y un tercio de los campesinos no tenían acceso a la tierra (asalariados agrícolas o proletarios) y un cuarto de los campesinos tenían varias formas de tenencia precaria en los latifundios. La productividad de la mano de obra empleada era mayor en los latifundios (5 a 10 veces) pero la productividad de la tierra agrícola era mayor en los minifundios (3 a 5 veces) es decir, tierra subexplotada (latifundios) y mano de obra subempleada (minifundio) (KAY, 1998).

⁶⁹ A partir de los años 60, la Alianza para el Progreso dio impulso a una investigación sobre la estructura agraria en América Latina. Las investigaciones, llevadas a cabo por el Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola - CIDA, creado en 1961, representan el estudio colectivo más ambicioso realizado hasta la fecha sobre tenencia de la tierra en América Latina. A mediados de los 60 se publicaron los informes sobre siete países: Argentina (1965), Brasil (1966), Colombia (1966), Chile (1966), Ecuador (1965), Guatemala (1965) y Perú (1966), seguidos posteriormente por dos o tres informes sobre otros países. Estas investigaciones tuvieron mucha importancia en el diseño de las políticas de reforma agraria de tipo tecnocrática, reformistas y hasta incluso aquellas con objetivo socialistas. Además, aportaron una perspectiva bimodal (latifundio/minifundio) del sistema de tenencia de la tierra en América Latina y los gobiernos recurrieron a ellas para justificar la legislación e institucionalización de la RA, la cooperación técnica y la deuda financiera para ejecutarla (Kay, 1998, 2007, 2010).

⁷⁰ Fue promovido por el presidente de los Estados Unidos de América (USA) John Fitzgerald Kennedy, quien solicitó fondos al Congreso de su país para iniciar un proceso de “Reforma Agraria y Reforma Tributaria” en los países del sur, pues en su discurso manifestó que la distribución desigual de la tenencia y uso de la tierra, eran uno de los más graves problemas sociales de América Latina. Su premisa fue “Cambio social con Libertad Política” (Pastore. 1972) claro, siempre y cuando la política fuera liberal y no comunista como en Cuba de Fidel Castro. Los intereses de USA estaban más preocupados por frenar la expansión de las ideas socialistas y la vía guerrillera al acceso a la tierra, antes que dar solución a las brechas sociales y políticas, relacionadas a la tierra y al poder.

FIGURA 52- LA REFORMA AGRARIA CUBANA- 1959



FUENTE: <https://www.econbiz.de>

Así, en la década de los sesenta a la de los setenta, tuvieron lugar una serie de reformas agrarias en América Latina; en Chile, Perú, Ecuador y Colombia. A finales de los años setenta y ochenta, después de la revolución sandinista en Nicaragua, se llevaron a cabo reformas agrarias en Nicaragua y en El Salvador. En Brasil, la fuerte oposición de los terratenientes detuvo cualquier intento de reforma agraria, que demostraron algunos avances solo en los ochenta con la llegada de la época democrática, más en el discurso que la práctica de la democratización de la tierra, fundamentalmente por la reconfiguración y demanda de los movimientos campesinos de lucha por la tierra, reprimidos durante la dictadura militar.

Para Kay (2009), la Argentina no tuvo ningún proceso de reforma agraria. La peculiaridad del caso argentino se explica en parte por la relativa importancia que tuvo la agricultura familiar y las haciendas capitalistas de mediano tamaño, así como por el grado de urbanización relativamente alto. También, para este autor Paraguay y Uruguay tuvieron programas de colonización, pero en ninguno de los dos países ha tenido lugar una reforma agraria de trascendencia, que modificara las estructuras agrarias ampliamente latifundistas.

La reforma agraria, salió del escenario público, con la llegada del neoliberalismo de los noventa y fue recuperada como “el asunto no resuelto de la tierra para los campesinos, campesinas e indígenas” por los discursos populistas de Hugo Chávez en Venezuela, Ignacio Lula Da Silva en Brasil, Evo Morales en Bolivia, Rafael Correa en Ecuador y Fernando Lugo en Paraguay y las promesas de los gobiernos conocidos como el socialismo del siglo XXI, las cuales no han llegado y la reforma agraria sigue vigente hasta la actualidad con los programas

tipo la reforma agraria vía mercado, propuesta del Banco Mundial- BM, pero esencialmente porque los movimientos campesinos la siguen disputando.

3.1.1 La reforma agraria vía Estado, como propuesta de modernización y control

La *reforma agraria vía Estado*, ya dijimos como política pública no es nueva en el continente nuestroamericano, el protagonismo del Estado ya viene desde el período de auge de la reforma agraria, donde se requería de un Estado fuerte, capaz de llevar adelante el proceso de “modernización” del país. La Modernización del campo de Nuestra América, como otros modelos de desarrollo tuvo i) su vertiente académica, con la teoría de la modernización y ii) su vertiente técnica, con la construcción de represas, ampliación de la frontera agrícola, la revolución verde y la reforma agraria vía Estado (Bretón, 2000).

Con la reforma agraria, los gobiernos perseguían una variedad de objetivos. Uno de los más significativos era una tasa más alta de *crecimiento económico a través de la agricultura*. Por tanto, sólo serían expropiadas las propiedades ineficientes, mientras que las que mostraran una mentalidad empresarial iban a ser estimuladas a modernizarse. Se esperaba que menos tierra quedara ociosa, que los terrenos fueran cultivados más intensamente y, de ese modo, se aumentaría la producción agrícola, de la mano del paquete tecnológico de la Revolución Verde.

El caso más emblemático se dio de manera temprana; en relación a los demás países de nuestro continente, en México donde el predominio latifundista fue cuestionado tempranamente, como dijimos anteriormente con los levantamientos revolucionarios encabezados por dos de sus líderes: Emiliano Zapata y Francisco Villa, durante 1910-1917. Sin embargo, no fue hasta el gobierno populista de Lázaro Cárdenas, en 1934 que el sistema de las haciendas (latifundios) perdió su influencia predominante en México⁷¹.

El resultado de esta Revolución Mexicana fue que el Estado-nación estableció un pacto histórico con los campesinos (ROUX, 2005), que fue plasmado en la Constitución de 1917, dicho pacto se propuso impulsar una política de Estado para favorecer la inclusión, la justicia y el

⁷¹ Podemos profundizar en “Tierra, Territorio y Poder a Cien Años de la Reforma Agraria en México: lucha y resistencia campesindia frente al capital”. Luciano Concheiro Bórquez y Héctor Robles Berlanga. En: Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012), Vol. III. UAM/CLACSO/Ediciones Continente; México, D.F.; pp. 181-220. 2014.

bienestar de la gente del campo. Por los resultados de la reforma agraria mexicana en la transformación de la estructura agraria que se expresa básicamente en el artículo 27 de la Constitución de 1917, creando la posibilidad de un reparto agrario, primero a los pueblos y luego a los individuos organizados, generando la llamada “propiedad social” compuesta por ejidos y comunidades agrarias, es una de las Reformas Agrarias más emblemáticas de Nuestra América (CONCHEIRO, 2005, p. 50).

FIGURA 53- LA REVOLUCIÓN MEXICANA -1910



FUENTE: <https://difusionculturaluninter.wordpress>

La reforma agraria en México abarca, entonces, nada menos que 77 años, hasta que en 1992 se impuso una contrarreforma que declaró el fin del reparto agrario, la necesidad de dar “seguridad en la tenencia de la tierra” (por medio de un programa de certificación y medición de las tierras ejidales y comunales) y la posibilidad de privatizar la propiedad social de los ejidos. Las dimensiones del reparto agrario en México son muy importantes: el 53,9% de la superficie nacional (101.583.972 ha, más de un millón de kilómetros cuadrados) son propiedad social. Si a esta superficie le sumamos las dotaciones que están en trámite, los ejidos y comunidades abarcan 103 millones de ha. De estas, sólo el 31% corresponde a la superficie parcelada, en tanto que el 66,3% ha sido declarado por los propios sujetos agrarios, “tierras de uso común”, y el porcentaje restante corresponde a solares urbanos y parcelas con destino específico (para escuelas, unidades agroindustriales, etcétera)...(op. cit).

Estos importantes números del éxito de la reforma agraria mexicana, fueron manifestaciones de la lucha y resistencia de *campesindios* mexicanos. A pesar que esta reforma agraria fue refrendada y cumplida con altibajos por los gobiernos post-revolucionarios como consecuencia de las recurrentes revueltas y movilizaciones agrarias (1920 a 1975) el pacto histórico entre el Estado mexicano y el campesinado se agotó hacia finales de la década de 1960 y se rompió definitivamente a lo largo de más de dos décadas de neoliberalismo de los años 1980 y 1990, con sus políticas de contrarreforma agraria como veremos más adelante.

Para Armando Bartra (2003) la aplicación de las leyes de reforma agraria en México “liberó” a las comunidades del antiguo sistema de explotación en la hacienda, pero no exoneró proporcionalmente a los campesinos y campesinas de las cargas impositivas por sus tierras. Y de la misma manera, con la desamortización de los bienes comunales se pretendió “desvincular” a la mano de obra rural, pero el empleo resultó azaroso, estacional, mal pagado y con frecuencia forzado, compulsivo y matador, fue un proyecto modernizador “que expropia pero no libera, cancela la precaria autonomía de las comunidades sin ofrecer derechos ciudadanos, que lejos de romper los yugos del antiguo régimen remacha sus grilletes y suma cadenas a las cadenas” (op. cit, p. 229).

Otro *objetivo socioeconómico* de la *reforma agraria vía Estado* fue la *equidad*. Una distribución de la tierra y del ingreso era considerada justa a cambio de producción de alimentos y materias primas para el “desarrollo urbano-industrial” y la exportación de excedentes para la captación de divisas necesarias para el proceso de industrialización por sustitución de importaciones- ISI al aumentar el mercado nacional para los productos industriales. Un sector agrícola más dinámico haría bajar los precios de los alimentos, generaría más divisas y crearía una mayor demanda para los productos industriales. Es decir, el objetivo finalmente era la *industrialización* (BRETÓN, 2000).

La reforma agraria vía Estado tuvo también objetivos *sociopolíticos*. Al distribuir tierra a los campesinos y campesinas, los gobiernos esperaban a cambio, paz social para calmar los conflictos sociales que ocurrían en el campo y ganarse el apoyo popular y político del campesinado. Además, como dijimos anteriormente, pretendieron *evitar la trascendencia del modelo socialista revolucionario de acceso a la tierra*. Mediante la redistribución de la tierra y de otras medidas que ayudaron a crear, reforzar o frenar a las organizaciones campesinas, los gobiernos aspiraban incorporar al campesinado y a los indígenas al sistema social, económico y político. Pensaron que al otorgar a los campesinos una participación en la sociedad, se reforzaría la modernización del campo, de la sociedad civil y el sistema democrático.

Para el caso de Chile, al igual que los otros países de Nuestra América, a comienzos de la década de 1960 ocurrieron varios hechos que crearon las condiciones para que pudiera ejecutarse la RA. Sergio Gómez (2014) nos dice: i) uno fue la consecuencia de la reforma a la Ley Electoral (1958), que permitió a muchos chilenos y chilenas del campo elegir su gobierno, sin la influencia del sistema de haciendas, ii) la Alianza para el Progreso, que logró

en 1962, la promulgación de la Ley de Reforma Agraria como respuesta a la Alianza; y iii) una clara y firme posición de la jerarquía de la Iglesia católica que denunciaba la situación de abandono del medio rural, reivindicaba la necesidad de favorecer a los sectores más vulnerables del campo y, sobre todo, realizó efectivamente una reforma agraria en algunos predios pertenecientes a la Iglesia católica, que si bien fue limitada tuvo un fuerte impacto simbólico (op. cit., p. 137)

FIGURA 54- LA REFORMA AGRARIA CHILENA -1962



FUENTE <https://www.campocoop.cl>

En la historia de Chile⁷², continúa Gómez (2014), es necesario establecer una clara diferencia entre los dos grandes modelos que se inició en un primer periodo; e incluye el gobierno de Salvador Allende (1970-1973), corresponde a la reforma agraria y el de la liquidación del latifundio en el país (1964-1973); esta reforma agraria, logró terminar definitivamente con el latifundio como estructura. “Es, quizás, el único cambio irreversible que ha perdurado hasta la actualidad”. Fue interrumpido por el Golpe militar de Augusto Pinochet en 1973 que gobernó posteriormente Chile (1974- 1990) y el que efectivamente se logró establecer, fue la profundización del desarrollo del capitalismo en el campo (1973-2012) con las políticas neoliberales al igual que muchos de nuestros países (Gómez, 2014, pp. 138-141).

⁷² Podemos profundizar en “El caso de Chile”. Sergio Gómez Echenique. En: Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012), Vol. I. UAM/CLACSO/Ediciones Continente; México, D.F.; pp. 137-169. 2014.

Para este autor, los años 1964-1973 son de cambios radicales por los conflictos sociales en el campo y la reforma agraria. Para comprender este primer periodo, correspondiente a los gobiernos de los presidentes Eduardo Frei Montalva y Salvador Allende, se hace referencia a los factores que precipitaron y provocaron la quiebra de la estructura agraria tradicional, y se reseñan los elementos que actuaron como detonantes para la emergencia de las movilizaciones sociales en el campo, la realización de una profunda reforma agraria, y el fin de la hacienda en todas sus versiones, sea como latifundio tradicional o como empresa modernizada.

El factor estructural que sirve como marco de fondo a estos cambios es el deterioro de un número importante de grandes propiedades y su transformación en latifundios económicamente ineficientes y socialmente injustos, durante el periodo del modelo de desarrollo conocido como de “sustitución de importaciones” o de “crecimiento hacia adentro”. En cambio, sólo una parte de estas grandes propiedades, pudieron transformarse en empresas agrícolas modernizadas (Ibíd.)

Otro de los factores según Gómez (2014, p. 139) fue la movilización campesina. Como se ha planteado, el proceso de reforma fue antecedido por una activa movilización por parte de quienes serían sus beneficiarios. Esta organización fue promovida por partidos políticos, realizada directamente por ellos o a través de organismos del Estado y, con el correr del tiempo ella, se transformó en una relación de dependencia y, como consecuencia del principio de la libertad sindical establecido en la ley, se constituyeron tantas organizaciones como expresiones políticas, resultado de estrategias partidistas en las organizaciones de trabajadores recientemente constituidas. En cuanto a la organización campesina, se debe destacar la masiva constitución de sindicatos de asalariados agrícolas en el campo al amparo por la ley, pues ésta permitió el reconocimiento legal (algo nunca antes logrado) de la organización y posibilitó la actividad sindical a través de los mecanismos de negociación colectiva que ella establecía.

Para tener una idea de cuál era la situación del movimiento campesino a fines del gobierno de Allende, se puede señalar que existían 282.617 trabajadores sindicalizados, es decir, casi la totalidad de los asalariados organizados en sindicatos comunales que a su vez formaban federaciones provinciales y éstas confederaciones nacionales. Por otra parte, existían 308 cooperativas campesinas que agrupaban a 75.000 pequeños agricultores y minifundistas. Sobre la actividad sindical, se debe señalar que la ley sindical establecía un mecanismo de financiamiento que aseguraba las bases materiales para que pudiera funcionar. Sobre los recursos generados a partir de la ley sindical campesina núm. 16.625 de 1967, cabe destacar que se estableció un eficiente mecanismo de financiamiento, donde cotizaban tanto los trabajadores como los empleadores, y se contó con recursos destinados

específicamente para financiar las organizaciones, sus actividades, e incluso para realizar programas de formación de líderes. Para dar una idea de su magnitud, entre 1969 y 1972, la organización sindical en el campo tuvo acceso a la suma de 22.6 millones de dólares. Además, se debe señalar la multiplicidad de formas de movilización que se desarrollaron mediante la presentación de pliegos petitorios, las huelgas legales e ilegales y la ocupación de predios (...) Finalmente, es necesario señalar que existían las organizaciones que agrupaban a los campesinos incorporados al proceso de reforma agraria, como lo eran las Federaciones Provinciales de Asentamientos, las Cooperativas Multiactivas Regionales y la Confederación Nacional de Asentamientos. Hubo intentos por agrupar a este conjunto de organizaciones en diferentes niveles territoriales: comunales, provinciales y nacional por medio de Consejos Campesinos, los cuales funcionarían en los diferentes niveles, pero en la práctica ellos no alcanzaron a cumplir el papel de coordinación y de unidad que se esperaba cumplieran (GÓMEZ, 2014, pp. 140-141).

En cuanto a la reforma agraria, logró terminar definitivamente con el latifundio como estructura. Éste es, quizás, el único cambio irreversible que ha perdurado hasta la actualidad. Por ello, es digno de interés profundizar en la percepción y el significado de la reforma. Para los actores directos, propietarios y asalariados agrícolas, el proceso de reforma se confunde con un periodo en el cual se estructura y expresa un poderoso movimiento social en el campo, básicamente, mediante sindicatos de empleadores y de trabajadores; en éste se experimenta, como se ha señalado, una fuerte movilización, en la que el conflicto social y político fueron rasgos predominantes (op. cit, p. 143).

Con el fin del Gobierno de Allende en 1973 se reacomodaron los cambios estructurales e inicia el desarrollo del capitalismo en el campo. Durante la primera etapa del gobierno militar de Pinochet, se destacaron nuevos cambios en la propiedad de la tierra tras la reforma, la represión y desarticulación de la organización campesina, y las dificultades para disciplinar al sector empresarial en el nuevo modelo capitalista que se pretendía implementar. Esta etapa se sitúa como un puente entre la de los cambios estructurales progresistas y la de otros cambios, también estructurales pero represivos, que permitieron la aplicación del modelo neoliberal en el campo y que sirvieron de “ejemplo” para toda la región (Gómez, 2014, p. 145).

Entonces, la reforma agraria vía Estado contempló políticas *no democráticas de militarización y violencia en el campo*, por ejemplo en Centroamérica que al igual que varios de los países de Nuestra América tienen formas distintas, otras de entender y relacionarse con la tierra, que fueron totalmente olvidados por la modernización del campo que mercantilizó la tierra, la naturaleza y las comunidades quienes han encontrado diferentes formas de resistencias a lo largo de su caminata, especialmente en esta región centroamericana, por las revoluciones, contrainsurgencia, acuerdos de paz que se han traducido en una profunda

transformación agraria para la expoliación, el desarrollismo, el acaparamiento y reconcentración de la tierra (CASTILLO, 2015, p. 115).

FIGURA 55- MUJERES SALVADOREÑAS DEL FMLN



FUENTE: <https://www.elsalvadormipais.com>

Los movimientos revolucionarios centroamericanos se habían organizado desde principio del siglo XX, para exigir la reforma agraria, el Frente Sandinista de Liberación Nacional-FSLN en Nicaragua y el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional –FMLN en El Salvador, y la “Guerrilla Guatemalteca” que incluía al Ejército Guerrillero de los Pobres- EGP, la Organización del Pueblo en Armas -ORPA, las Fuerzas Armadas Rebeldes- FAR, y el Partido Guatemalteco del Trabajo- PGT, éstas se aglutinaron en 1982 en la figura de Unidad Revolucionaria Nacional de Guatemala- URNG, las “guerrillas”, fueron inspiradas en la reforma agraria cubana⁷³ (1959) que había logrado la expropiación de los latifundios de

⁷³ La reforma agraria revolucionaria cubana, ha servido de inspiración para muchos movimientos campesinos en Nuestra América. Incluye la historia de casi seis décadas visualizada en la siguiente periodización de ésta RA: 1) en 1959-1963. periodo de las dos primeras reformas agrarias y de la constitución de un sector estatal de agricultura. 2) 1963-1970. periodo de adecuación de la agricultura a las nuevas condiciones socialistas y de expansión acelerada de la agricultura cañera con vista a la zafra de los diez millones de toneladas. 1970-1975. 3) periodo de recuperación de los impactos de la zafra de 1970 y extensión del modelo tecnológico de producción intensiva. 4) 1975-1985. periodo de adecuación de la agricultura al Nuevo Sistema de Dirección y Planificación de la Economía (NSDPE). 5) 1985-1993. periodo de adecuación de la agricultura a la campaña de rectificación de errores y tendencias negativas. 6) 1993-2008. periodo de recuperación de la crisis de la década de 1990 y de una tercera reforma agraria. 7) 2008-actualidad. periodo en curso de una cuarta reforma agraria y de la municipalización de la agricultura (op. cit., pp. 47-48). Podemos profundizar en “La revolución agraria cubana: logros y desafíos” Juan Valdés Paz. En: Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012), Vol. III. UAM/CLACSO/Ediciones Continente; México, D.F.; pp. 47-66. 2014.

todos los terratenientes a través de la nacionalización de las tierras y entrega a los campesinos y campesinas en cooperativas y empresas estatales.

Para Valdés Paz, (2014) la historia agraria de la revolución cubana fue, en sus inicios, la superación revolucionaria de la cuestión agraria que se originó en la etapa republicana y se caracterizó por una agricultura dominada por el latifundio, una sociedad rural abismalmente atrasada y diferenciada de la sociedad urbana, así como un bajo nivel científico y tecnológico en las actividades agropecuarias. Una vez superada en lo fundamental la tradicional cuestión agraria, la opción no capitalista o socialista que se adoptó al comienzo de la década de 1960, como vía para la consolidación de la soberanía nacional, el desarrollo socioeconómico, la instauración de un menor patrón de desigualdad y el establecimiento de una democracia popular, que dio lugar a estrategias de transición socialista orientadas a una sociedad cubana más justa e independiente (op. cit, pp. 49-50).

En este sentido, la lucha por la tierra en Nicaragua se inició unos años antes, en 1928 con el “General de Hombres Libres, Augusto César Sandino”, en río Coco, al norte de Nicaragua, quien fue asesinado en 1934 por orden de Anastasio Somoza García, respondiendo a instrucciones de la embajada norteamericana. Sandino⁷⁴ fue el promotor de los procesos de reforma agraria y constituyó los modelos de cooperativas agropecuarias en el país. Desde entonces, su figura ha mantenido la capacidad de aglutinar a los sectores revolucionarios, campesinos y obreros en la lucha sandinista por la reforma agraria. Sin embargo, en el proceso nicaragüense, se excusó a los indígenas, como también a las mujeres y a los jóvenes a quienes les fue negado el acceso a la tierra como en la mayoría de los países de Nuestra América (SOLÓRZANO, 2008, p. 71).

En 1979, el Frente Sandinista de Liberación Nacional –FSLN (creado en 1961), con base a la unidad de fuerzas de la burguesía nacional no latifundista, de los sindicatos, de los

⁷⁴ Luego del asesinato de Sandino se produjo un retroceso en la lucha sandinista y en 1958, fue retomada de la mano Bernardino Villa Ochoa, quien es el símbolo de la Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos – UNAG y de la reforma agraria en Nicaragua. Uno de los embriones de la revolución popular sandinista, fue el proceso de efervescencia de los movimientos sociales que se articularon en coaliciones de contendientes en contra de la dictadura somocista (1937-1947 y 1950-1956). Según Castro, et. al. (2016), era claro que en los siguientes años el Frente Sandinista de Liberación Nacional-FSLN había movilizado el suficiente apoyo popular y de las élites locales que se habían mostrado resilientes ante las acciones de la Guardia Nacional de Somoza y sus agentes represivos (op. cit., p. 5). En 1981, por temor a que los campesinos de clase media se unieran a la burguesía de oposición, el FSLN apoyó la creación de la UNAG, cuya función era reagrupar a los pequeños y medianos productores al lado de una parte de la burguesía agraria prosandinista (MERLET, 2012, p. 112).

religiosos, de los guerrilleros, campesinos, indígenas y trabajadores, consiguieron la toma del poder del Estado⁷⁵. Con la llegada al Gobierno, el FSLN erradicó el Programa promovido por la Alianza para el Progreso, apoyado por la dictadura e inició su contrapropuesta programática para la reconstrucción de Nicaragua, que incluía un conjunto de políticas económicas y sociales que se llevaron adelante para superar los desequilibrios en la tenencia de tierra. Incorporaba la creación de instituciones bancarias, cooperativas, empresas estatales, construcción y mejoramiento de viviendas, tecnologías, la alfabetización, educación, salud e infraestructuras que sufrieron algunos cambios, principalmente porque fue una “reforma agraria anticapitalista del agro” que incluía expropiaciones de los latifundios y de privilegios del gobierno Somoza, por lo cual las *Cooperativas de Reforma Agraria*, pasaron a ser *Cooperativas de Autodefensa* con tres pasos para sostener el proceso revolucionario “combatir, producir y crear la seguridad de la familia”, por ejemplo construyendo viviendas tipo colonia, comunidades cercanas, caseríos por la seguridad (SOLÓRZANO, 2008, p. 73-74).

Las *Cooperativas de Autodefensa* desarrollaron su producción con una comunidad bajo peligro en las áreas de guerra. Los campesinos y campesinas trabajaron la tierra con su arma a la espalda y todos los miembros de la familia cooperaban para construir pequeñas economías locales de resistencia. En 1990 el FSLN perdió el gobierno, en las elecciones más largas de Nicaragua, comenzaron en octubre de 1989 y terminaron en marzo de 1990, entregando el mando del país a Violeta Chamorro y a las políticas neoliberales que rondaban la región, en junio del mismo año se firmaron los Acuerdos de Paz y para el año 1994, alrededor del 80% de las tierras de las cooperativas de producción habían sido parceladas y entregadas a sus antiguos propietarios que reclamaron al Estado la restitución de las tierras o la indemnización mediante bonos (MERLET, 2003, pp. 113-114).

En el caso de El Salvador la reforma agraria, se entregaron tierras a través de las *Cooperativas de la Reforma Agraria* (en el contexto del conflicto armado de 1980-1992 entre la Fuerza Armada de El Salvador- FAES y el FMLN). En marzo de 1980 se creó el Instituto Salvadoreño de Transformación Agraria- ISTA, como instrumento del Estado para la gestión de la organización de las cooperativas y el Ejército Nacional se volvió el instrumento coercitivo de

⁷⁵ Y con ello, el exilio del país del dictador Anastasio Somoza Debayle quien fue Presidente de Nicaragua (1967-1972- y 1974-1979) asesinado en Asunción, Paraguay, en 1980.

expropiación de la propiedad para el traspaso a los campesinos y campesinas (MATA; MARTÍNEZ, 2009, p. 22).

FIGURA 56- EJÉRCITO DE EL SALVADOR EN LAS COMUNIDADES DE REFORMA AGRARIA



Fuente <https://www.elsalvadormipais.com>

Los protagonistas de esta propuesta fueron las cooperativas, que se quedaron con grandes extensiones de tierra. En contrapartida, también surgieron los “finateros” que eran parceleros que fueron beneficiarios con pequeñas parcelas que estaban en ese momento arrendadas. Esta propuesta se limitó exclusivamente al reparto de tierras, no hubo asistencia técnica, ni créditos para los beneficiarios, no hubo posibilidades de abrir el acceso a los distintos tipos de mercados, por el contrario, en el momento que se dio la reforma agraria, se tomó la decisión de empezar a demostrar que los beneficiarios de ella no iban a poder cumplir (pagar por sus tierras) y se les puso limitaciones por todos los lados (nula ayuda del Gobierno) (BAUMEISTER, 1999, p. 12).

El proceso de instalación de los *Consejeros Administrativos de las Cooperativas* resultantes de la reforma agraria fueron liderados por miembros del ejército, o recomendados de éstos, llegando incluso a proponerse a los capataces, a los mandadores, a los peones de confianza de los grandes terratenientes, para integrar los Consejos de Administración. Surgieron así unos sujetos jurídicos agrarios, sin mayores derechos, sin mayores capacidades e intereses para sacar adelante la producción, la vida comunitaria y los intereses de los campesinos y campesinas, pues no los representaban (NAVAS; GUILLÉN, 2008, p. 28).

También en Honduras⁷⁶, los movimientos campesinos protagonizaron en 1954, la *Gran Huelga Bananera* cuando todo el país se reveló contra la *United Company* y de esa experiencia surgieron los principales movimientos sociales y que dividió la historia social de Honduras en dos partes: “antes del 54 y después del 54”. “El movimiento campesino tiene su nacimiento en la *Gran Huelga Bananera* del 54, de ahí surgió la autorización constitucional para organizar sindicatos en ligas campesinas” (GARZA, 2008, p. 31)

FIGURA 57- HUELGA BANANERA EN HONDURAS- 1954



FUENTE <http://fotosantiguashonduras.blogspot.com.br>

La Federación Nacional de Campesinos de Honduras creó todo un movimiento de lucha por la tierra, esta presión campesina sumada a la experiencia de la Revolución Cubana, país con quien Honduras tiene frontera marítima, llevó al gobierno a decretar en 1960, la primera Ley de reforma agraria del país. “Esta primera Ley carecía de los conceptos fundamentales que conocemos hoy como indispensables en una Ley de reforma agraria⁷⁷”. Era la típica ley colonizadora, dicho de otro modo, autorizaba a tomar a una cantidad de personas y trasladarla a otra zona del país, dándoles tierras en función a que produjeran ahí, proceso similar en Nuestra

⁷⁶ Honduras no es un país agrícola por vocación, por lo cual cambia un poco el modelo o las experiencias de reforma agraria. El 65% del territorio hondureño es montaña, por lo tanto su vocación natural es la forestal, y el 35% es tierra fértil para la agricultura. Desde el siglo XX, el 80% de las tierras fértiles fueron acaparadas por la compañía bananera *United Fruit Company*, lo cual los convirtió ante el mundo, en una nación bananera. Esta compañía se convirtió en una empresa de enclave, “con una agricultura moderna, con una agricultura de exportación que lógicamente atrajo a mucha gente, no solamente del país, sino del resto de Latinoamérica” (GARZA, 2008, p. 31).

⁷⁷ Podemos profundizar en “capitalismo, tierra y poder en Honduras”. Gilberto Río. En: Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012), Vol. II. UAM/CLACSO/Ediciones Continente; México, D.F.; pp. 147-177. 2014.

América es decir, la reforma agraria como entidad colonizadora que trasladaba personas y familias de un lugar a otro con el objetivo de la modernización agrícola y que aun cuando están en el mismo país, las desarraigan de un sitio al que están acostumbrados, al que conocen, y los ubican en un lugar que no les es habitual, sin las condiciones mínimas para formar comunidad (GARZA, 2008, p. 33)

La presión campesina continuó y en 1972 se logró otra Ley de reforma agraria, que son reconocidos como años de gloria para la lucha campesina porque aceleró la expropiación de tierras ociosas para la distribución de tierras y dio al mismo tiempo su aval al modelo colectivo/comunal. Las movilizaciones campesinas que exigían la aceleración del proceso de reforma agraria, a menudo reprimidas por los militares, llevaron así la adopción de una segunda Ley de reforma agraria, en 1975. Esta vez, se privilegiaron las redistribuciones de tierras bajo formas colectivas, cooperativas o empresas. En este mismo año, 1975 se dio un golpe de Estado, y a partir de ahí se retrocedió con la reforma agraria. Se implementaron políticas de “Seguridad Nacional”, persiguiendo a las organizaciones campesinas y despojándolas de todos sus logros (MERLET, 2003, p. 109).

Así, la reforma agraria en países con fuerte militarización, se dio en un contexto de guerra con una gran intervención del Estado y el Ejército Nacional, al momento en que el conflicto armando enfrentaba a soldados y revolucionarios, no era posible pensar en producir y honrar la tierra. Además, las condiciones bélicas y de control, la destrucción de las casas, escuelas, iglesias y la mayoría de la infraestructura por la guerra generó una crisis llegando hasta el abandono casi total de las comunidades, obligando a las personas del campo a buscar nuevos caminos, otras formas de trabajo en las zonas urbanas y hasta la migración internacional a los EE.UU de Norteamérica, desenmascarando así las propias contradicciones del Estado, pues protegían intereses del capital y no de los campesinos e indígenas que reclamaban la tierra y la vida en el campo.

En coincidencia con Fajardo (2002), la reforma agraria vía Estado con políticas de militarización, control y violencia, no garantizó las posibilidades de estabilización de las comunidades en las áreas tradicionales de asentamiento campesino, por el contrario generaron descolectivización de sus territorios, la descampesinización, el desmantelamiento de instituciones del sector rural, el debilitamiento y desarticulación de las políticas públicas, que también se liga con la llegada de la inversión extranjera y de capitales transnacionales, forzándolos además a constituirse en mano de obra itinerante en mercados laborales “circulares” campo-ciudad (op. cit., p. 10).

La reforma agraria vía Estado incluyó también, *transformaciones institucionales y de leyes* acordes a las políticas neoliberales, como ya vimos para el caso paraguayo del IBR al

INDERT, así también en Colombia⁷⁸ estos cambios institucionales se hicieron, para ir desmontando la estructura institucional del Ministerio de Agricultura como una herramienta más amigable al modelo de “desarrollo rural”. La supresión y la fusión de entidades y el cambio de las prioridades productivas del campo colombiano, así se eliminó el Instituto Colombiano de la Reforma Agraria -INCORA, el Instituto Nacional de Pesca y Acuicultura- INPA, el Fondo de Cofinanciación para la Inversión Rural- DRI y el Instituto Nacional de Adecuación de Tierras- INAT. Creando el Instituto Colombiano de Desarrollo Rural- INCODER al que se han le han inhibido funciones para pasárselas a Acción Social organismo dependiente directamente de la Presidencia de la República, concentrando el manejo de los asuntos agrícolas, en relación con el tema de tierras y derechos de campesinos, indígenas y comunidades afrodescendientes (LÓPEZ, 2009, p. 17-18).

Dentro de la discusión sobre la reforma agraria para el caso ecuatoriano, existen dos visiones sobre el proceso de reforma agraria: la primera denominada *iniciativa terrateniente* y que sostiene que en importantes haciendas de la sierra ecuatoriana los terratenientes habrían impulsado reformas a las relaciones laborales antes de la promulgación de la ley de reforma agraria en 1964, y la segunda, que considera que el proceso de reforma obedece más bien a la *iniciativa de los campesinos* a través de sus movilizaciones y su acción política (GUERRERO, 1983). Estas dos visiones de la reforma agraria es parte del debate en el Ecuador y que para Luciano Martínez Valle (2016) indica que detrás de este proceso están presentes la heterogeneidad estructural del sector rural y las diversas vías de desarrollo del capitalismo, especialmente en la sierra ecuatoriana (op. cit, p. 10).

Seguimos a Víctor Bretón (2012)⁷⁹ que relata los orígenes de la reforma agraria ecuatoriana como iniciativa de los *campesindios*, desde los tiempos previos al advenimiento de la primera Ley de Reforma Agraria de Ecuador en 1964, una reconstrucción de la

⁷⁸ Podemos profundizar en “Colombia: agricultura y capitalismo” Darío Fajardo. En: Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012), Vol. II. UAM/CLACSO/Ediciones Continente; México, D.F.; pp. 65-113. 2014.

⁷⁹ El trabajo de Víctor Bretón Solo de Zaldívar (2012) “Toacazo. En los Andes equinocciales tras la Reforma Agraria” es un apasionante texto para adentrarse a los procesos que llevaron a la reforma agraria en el Ecuador, como lo describe en su reseña sobre este trabajo Fábregas-Puig (2014) “...Víctor Bretón ha escrito con pasión. Una doble pasión: la que siente por el Ecuador y la que mantiene por la antropología. He notado esas pasiones a lo largo del libro. Allí está el trabajo de campo, el gusto por los paisajes, el manejo de las categorías analíticas, la gente de carne y hueso, y las historias profundas que enlazan al antropólogo con el mundo” (op. cit. p. 235).

naturaleza y las características de la estructura agraria de Toacazo (territorio en la sierra centro del país) hacia 1960 y, desde aquí, seguir la dicha reforma como un entramado de relaciones políticas, de actitudes culturales, de nudos de relaciones sociales, hasta configurar un panorama de formación de un Estado nacional en cuyo proceso el pasado es parte del presente.

FIGURA 58- LA REFORMA AGRARIA EN ECUADOR DE 1964



FUENTE <http://elcomercio.com>

Bretón (2012) se propone un reto: deconstruir el metadiscurso del Estado nacional, hacerlo inteligible y, con ello, situar el paso de una identidad étnica a una fuerza de movilización política, a pesar de que sus reflexiones son con los *campesindios* de la sierra ecuatoriana, nos ayuda a aproximarnos al sistema de hacienda-indígena implementada en las sierras nustramericanas. En el mundo de la hacienda es donde se enmarca la politización de la etnicidad y no los planteamientos del neoliberalismo sobre la democracia y la igualdad ante la ley. La “hacienda”, que ciertamente en una primera mirada es una unidad de producción fundamentada en la explotación de los trabajadores y trabajadoras en beneficio del patrón, es además un universo de dominación en el que emergen la identidad étnica y la capacidad de transformarla en movilización política, en factor de crítica de la condición del dominado. Este autor nos presenta una pluralidad de “sujetos movilizados” relacionados a la hacienda, de entre los que el *huasipungueros*⁸⁰ era el más importante (op. cit, p. 40).

⁸⁰ El *huasipungo* era una forma de tenencia obligaba al trabajo gratuito de los indígenas en las tierras de las haciendas por varios días a la semana a cambio del usufructo de pequeñas parcelas y del uso de recursos como pasto y agua para su pequeño hato ganadero (GUERRERO, 1975).

Los huasipungueros, que aparte de la parcela asignada por el patrón disfrutaban del derecho al uso de los páramos, la leña y las acequias ubicadas en la hacienda, constituían la principal fuente de mano de obra de los terratenientes, pero no la única. Los ‘arrimados’ o ‘apegados’ eran amigos o parientes del huasipunguero que, con base en la prestación de trabajo ocasional en las tierras del patrón, adquirían el derecho de trabajar en el lote de aquel. Los ‘arrendatarios’ y ‘subarrendatarios’, por su parte, tenían derecho a usufructuar un lote y otros beneficios previo pago de una renta al hacendado. En períodos de siembra y cosecha, cuando se requería más mano de obra, estos arrendatarios subarrendaban a agricultores de otras comunidades. Los ‘yanaperos’ eran campesinos pertenecientes a comunidades situadas fuera de la hacienda. Tenían acceso a algunos beneficios a cambio de trabajar (sin recibir salario) tierras del terrateniente algunos días de la semana. Su reproducción social dependía más de su relación con la comunidad que de la mantenida con la hacienda. Por último, los ‘sitiajeros’ eran pequeños campesinos minifundistas vinculados a los latifundios que, debido a su necesidad de acceder a pastos, pagaban dinero en efectivo, jornales de trabajo o cabezas de ganado al hacendado (BRETÓN, 2012, p. 41).

Fue a través de la dominación, el paternalismo y la economía moral que el régimen de hacienda se mantuvo durante más de trescientos años, un complejo campo de fuerzas sociales, donde es importante la visualización de la cuestión del poder, la hegemonía y la resistencia; temas que, por su parte, entrelazan y dan organicidad y coherencia a la economía moral en la que, en última instancia, descansaba toda la lógica del funcionamiento del universo hacendatario. Reconocer las añejas estructuras de dominación configuradas en los tiempos coloniales, la longevidad y tenacidad de las relaciones clientelares, que recorren las formas y las estructuras organizacionales impuestas por los patrones, los viejos señores de la tierra, los dominadores que basaron el “éxito del sistema colonial desde el siglo XVI hasta el XVIII fue también por la cooptación de la intelectualidad indígena, de los nobles incas que les garantizó dicha continuidad” (BRETÓN, 2002, p. 58).

Sin embargo, nos dice Bretón (2012) la resistencia en la hacienda se expresaba de diferentes formas, una de ellas fueron los “*discursos ocultos*”, aquéllos que definen la conducta de los dominados “fuera de escena”, fuera de la observación directa de los patrones. Se trataría de un tipo de lenguaje secundario “en el sentido de que está constituido por las manifestaciones lingüísticas, gestuales y prácticas que confirman, contradicen o tergiversan lo que aparece en el discurso público” aquí ubica James Scott (2000) las estrategias de resistencia cotidiana, que son pautas recurrentes de comportamiento como, en el caso de las sociedades campesinas, la caza furtiva, el hurto a pequeña escala, la ocupación de tierras, la evasión de impuestos, el trabajo deliberadamente mal hecho o las rentas incompletas en especie, que formarían parte de la praxis cotidiana asociada al discurso oculto y orientada a “minimizar la apropiación” de todo tipo de bienes perpetrada por los dominadores (SCOTT, 2000. p. 222; BRETÓN, 2012, p. 67).

Estas formas de resistencia a la luz del sentido gramsciano de hegemonía, son las que utiliza Víctor Bretón (2012) para insistir en la importancia de centrar la atención en la conformación de una élite indígena-campesina con capacidad para articular un discurso político propio y, de alguna manera, precipitar el hundimiento del mundo de las haciendas⁸¹.

La cuestión de la generación de un sector de intelectuales orgánicos en el mundo indígena es clave, en primer lugar, porque permitió transformar a los sectores precaristas de las haciendas en un sujeto colectivo con capacidad para elevar sus demandas (por definición locales y fragmentadas) del ámbito de la administración privada de poblaciones a la esfera pública, politizándolas y catapultando al incipiente movimiento indígena hacia la primera plana de la política nacional... (op. cit. 76)

Para Yashar (2005) desde la perspectiva del devenir posterior del movimiento indígena ésta es una cuestión central, pues para que emerjan y se politicen los movimientos étnicos es necesaria la existencia de estas *redes transcomunitarias* que permitan ir más allá de las identidades locales y construir imaginarios de un “nosotros” como colectivo indígena (op. cit. p. 78).

Por otro lado, en la costa ecuatoriana se había producido el inicio de los cultivos del banano con los gobiernos del dictador José María Velasco Ibarra (1934- 1935, 1944- 1947, 1952- 1956, 1960-1961, 1968-1972) y Galo Plaza Lasso (1948-1952), el modelo bananero se basaba en propiedades pequeñas de 50 hectáreas y relaciones salariales capitalistas. Esto también hizo ver en la sierra a muchos terratenientes que las propiedades pequeñas podían ser productivas (ORTIZ, 2014, p. 1).

Al igual que otros países de la región, en el marco de la Alianza para el Progreso se implementó la reforma agraria ecuatoriana en 1964 con la primera Ley de reforma agraria, de manera austera por lo cual la presión social continuó. Durante otra dictadura militar, Guillermo Rodríguez Lara (1972-1976) en 1973, se promulgó una nueva Ley de reforma agraria. Esta era más radical y ambiciosa “porque requería la explotación eficiente de más del 80% del predio como condición para no ser sujeto de afectación de la expropiación”. En la ley

⁸¹ Nos dice entonces Bretón (2012) que son éstas dinámicas abiertas en los Andes ecuatorianos por las luchas agrarias en la antesala y durante el período reformista, la que motiva la conformación de una élite intelectual indígena capaz de establecer vínculos entre comunidades, asociaciones y cooperativas de productores, de consolidar las bases del entramado organizativo dentro y fuera de las haciendas y de construir alianzas con otros sectores posicionados en contra de los privilegios de los terratenientes, y que fue una de las claves del punto y final que esa coyuntura marcó para el régimen de haciendas (Ibid.)

de 1973 también se consagraban como causales de expropiación la existencia de relaciones no salariales y la presión demográfica (op. cit. p. 2).

Según Martínez (2016) la implementación de la reforma agraria en Ecuador no tuvo una secuela importante en la modificación de la concentración de la tierra. El impacto más notable fue, sin duda, la eliminación de las formas precarias de trabajo que afectaban principalmente a la población indígena de la sierra, que hasta entonces se había vinculado con la hacienda a través del *huasipungo*. Sin embargo, su eliminación de ninguna manera significó el incremento de tierras en manos de *campesindios*. Fue una medida más política que económica, orientada a suprimir una forma no capitalista de trabajo del interior de la hacienda y a obligar de este modo a establecer una relación salarial con la mano de obra (op. cit. p. 11).

Esta reforma agraria realizada en la sierra andina del Ecuador, sí representó un intento importante de dotar de tierras a los campesinos: por un lado, se dieron títulos de propiedad a los *huasipungueros*, es decir, se consolidó una economía familiar de tipo tradicional en los terrenos que venían ocupando dentro de la hacienda. Así también, se organizaron cooperativas con la participación de estas familias y otras que no habían sido *huasipungueras*. Por otro lado, existía una parte de las tierras, principalmente planas que aún había quedado en poder del Estado y que era manejada por el Instituto Ecuatoriano de Reforma Agraria y Colonización (IERAC) para la implementación de proyectos productivos de carácter cooperativos. Este proceso, mejoró la disponibilidad de tierras para los campesinos e indígenas, más en términos cuantitativos (ampliando el número de hectáreas) que cualitativos, pues los *huasipungos* originalmente ocupaban las tierras de menor calidad, ubicadas en las partes altas y laderas, tendencia que no cambió con la distribución de las tierras realizada por el IERAC. Los campesinos e indígenas siempre se opusieron a una reforma agraria que implicara el predominio de la empresa cooperativa en el conjunto de las tierras de estas haciendas, lo que generó en la década de los noventa la crisis del modelo cooperativo en varias regiones del Ecuador, que fueron reemplazadas por organizaciones comunitarias, pero que no lograron los cambios esperados por los indígenas (MARTÍNEZ, 2016, p. 14-16).

Así, *Revolución Ciudadana* de Rafael Correa Delgado (2007-2017) traía la promesa electoral de la *Revolución Agraria* que generó grandes expectativas para el movimiento indígena y campesino. Sin embargo, los diez años del gobierno de Correa terminó con grandes contradicciones entre el discurso y la práctica, no modificó las estructuras desiguales de la tierra y del poder, pues basó su economía en la actividad productiva extractiva y de

exportación (petróleo, banano y camarón) y sustitución de importaciones, favoreciendo a las empresas agroexportadoras, con el discurso de que generaban “empleo y divisas” para el país, resaltando otra gran contradicción con la Soberanía Alimentaria, la Economía Solidaria y el *Sumak Kawsay* garantizados en la Constitución de la República del Ecuador del 2008 promovido por su gobierno (LAFORGE, 2017, p. 8).

... “El Plan de Tierras”, iniciado en el año 2010, así como la falta de propuestas en la Asamblea Legislativa, llevaron a las principales organizaciones campesinas a aliarse en una provisoria “Red Agraria”, llegando a presentar en 2012 a la Asamblea una propuesta de Ley de Tierras y Territorios por iniciativa ciudadana, con las correspondientes firmas de respaldo, según el nuevo procedimiento de democracia directa permitida por la nueva Constitución/ (op. cit).

La Ley de Tierras y Territorios fue aprobada en el 2016, prácticamente sin considerar la propuesta de la “Red Agraria” ni los movimientos campesinos e indígenas tradicionales. Para Miguel Herrera (2017) esta ley se enfoca en resolver un problema de ordenamiento territorial (dónde se puede sembrar, dónde no), ya que su preocupación es la productividad de la tierra, olvidando el problema central: la mala distribución en el acceso a la tierra en el Ecuador, es una “ley inocua, sin rupturas importantes respecto a la ley ya vigente, y que conduce al país a perder la oportunidad histórica de cambiar la destructiva matriz productiva del país” (op. cit, p. 34).

FIGURA 59: DEBATIENDO SOBRE EL PLAN DE TIERRAS EN ECUADOR- 2016



FUENTE <http://elcomercio.com>

La propuesta de una reforma agraria en armonía con la “Madrecita Tierra” fue anhelada tras la inclusión del *Sumak Kawsay* en la Constitución de 2008, como resultado de la acción política de la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador- CONAIE y el

Movimiento de Unidad Plurinacional *Pachakutik*- Nuevo País nacido en 1995, que es su principal brazo político.

“*No es indispensable la propiedad privada para tener acceso a la tierra*”. En Ecuador, además de la propiedad privada, coexisten diversas formas de acceso: comunal, comunitario, territorios de los pueblos y nacionalidades indígenas, y territorios intangibles, visibilizadas y reconocidas constitucionalmente como inalienables, inembargables e indivisibles, de adjudicación gratuita y de propiedad colectiva (Constitución Art. 57), cuya gestión depende de las distintas formas ancestrales de organización territorial (Constitución Art. 60) (LEON, 2010, p. 146).

Son éstos los artículos en la Constitución de la República Plurinacional del Ecuador que no ha cumplido el gobierno de la *Revolución Ciudadana*, legitimando la propiedad privada y el capitalismo que recuerda la apropiación colonial de la tierra, el latifundio postcolonial y la liberalización mercantil neoliberal, con sus respectivos sistemas depredadores, autoritarios y de explotación, que convirtieron al campo ecuatoriano en la morada permanente de múltiples desigualdades, siempre legitimadas con el pretexto de la producción compulsiva para el “desarrollo” (op. cit). Por estos motivos, la CONAIE (2018) se ha mantenido en estado de “lucha continua” de las comunidades, centros, federaciones y confederaciones de pueblos indígenas del Ecuador, más allá de sus dificultades de movilizar a sus bases desde el 2004 (BRETÓN, 2012, p. 381).

En Perú, según Andrés Luna Vargas (2008) es interesante, que como resultado de la reforma agraria del régimen militar (1968-1980) se acabó con el latifundio en todo el país. Ya no existía ningún latifundio privado, ninguna hacienda ni medianos propietarios, las ex/haciendas se convirtieron en Sociedades Agrícolas de Interés Social – SAIS, cuya forma de organización y administración fueron impuestas por el gobierno militar de Juan Francisco Velasco Alvarado (1968-1975), sin embargo las represiones continuaron en el campo. Entonces, el objetivo principal de este tipo de reforma agraria fue contrainsurgente para desmovilizar a los campesinos y campesinas, es decir quitarles la principal bandera de lucha: la reforma agraria⁸²

⁸² Podemos profundizar en “De la reforma agraria al neolatifundio: el crecimiento capitalista del campo peruano”. Fernando Eguren. En: Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012), Vol. II. UAM/CLACSO/Ediciones Continente; México, D.F.; pp. 159-190. 2014.

...No es suficiente el cambio en la tenencia y propiedad de la tierra, que no quede una sola hacienda, no es suficiente que el latifundio desaparezca y que toda la tierra esté en manos de campesinos, quien crea que eso es reforma agraria, está viendo una partecita nomás, ni siquiera la desaparición de la clase social que concentra la propiedad agraria...la reforma agraria es mucho más... (LUNA VARGAS, 2008, p. 53).

La reforma agraria peruana, tiene su base en la histórica lucha de los indígenas. En 1947, se formó la Confederación Campesina del Perú - CCP, precedida de muchos movimientos de lucha por la tierra a partir de las comunidades indígenas. La primera Ley de reforma agraria fue la 15.037 de 1964 en la que se implementó la reforma agraria como consecuencia del movimiento campesino-indígena, inspirados en la revolución popular de 1952 de Bolivia, los acontecimientos revolucionarios de Cuba en 1959 y la presión de la Alianza para el Progreso de 1961 (RIBEIRO, 2013, p. 130)

Tuve la suerte de participar en la dirección de esa lucha. El movimiento comenzó como reclamación por menos días de trabajo para las haciendas en la zona de La Convención del departamento del Cusco, en el sur del país, zona de campesinado quechua. Ante la intransigencia de algunos hacendados que usaron las autoridades a su servicio para reprimir el movimiento, el campesinado contestó con acciones colectivas, cuya más alta expresión fue la huelga. En quechua se preguntaba *"Maymantan gamonal hamuran allpa rijrayusqa"* (¿De dónde vino el gamonal con su tierra al hombro?). Esto consistió en no laborar para los hacendados y dedicar el tiempo a trabajar las parcelas dadas por éstos a los campesinos en usufructo. Luego de nueve meses de huelga, en la hacienda Chaupimayo la asamblea del sindicato declaró expresamente que decretaba la Reforma Agraria. Ya no volveríamos a trabajar para el hacendado; manifestamos que la tierra era de quien la trabaja. Esa medida se extendió por toda la zona, aunque el nombre oficial en otros sindicatos era "huelga", en la práctica era la extensión de la Reforma Agraria decretada por Chaupimayo (BLANCO, 2004, p. 7).

FIGURA 60: LA REFORMA AGRARIA PERUANA – 1964



FUENTE <https://www.servindi.org>

Hugo Blanco (2010) nos reafirma que la Huelga en Chaupimayo (1962) marcó un antes y un después en la lucha por la tierra, a partir de ahí organizaron sus fuerzas para resistir a las distintas formas de represión que vinieron después.

Hasta hoy hemos pedido que el hacendado hable con nosotros y no ha querido hacerlo. Desde hoy ya no queremos hablar con el aunque quiera. Hoy termina la huelga y se inicia la reforma agraria, a partir de este momento la tierra es de quien la trabaja, el arrendire es dueño de su arriendo y el allegado de su allegadía. ¡Tierra o Muerte! (op. cit. p. 61)

La *militarización, el control y violencia* contra los campesinos continuó en Perú, con la aparición en 1980 de Sendero Luminoso⁸³ - SL, cuando se fortalecieron las acciones represivas del Estado con el objetivo de detectar y destruir a los miembros y bases de apoyo. La principal víctima fue el campesinado indígena, fundamentalmente quechua, que fue masacrado por SL y por el Ejército.

Por otro lado, la renombrada reforma agraria de Bolivia⁸⁴, se ha planteado en tres ocasiones. La primera en el año 1953, después de la revolución nacional de 1952, que incluyó la titulación de tierras de manera desigual para las comunidades indígenas y campesinas. La segunda fue de la década neoliberal de 1990, específicamente en 1996, con la Ley 1715 de la reforma agraria fue implementada de manera muy lenta y no se tradujo un cambio importante de las formas de tenencia en el campo boliviano. La tercera reforma arrancó bajo el primer gobierno de Evo Morales (2006-2009) del Movimiento al Socialismo -MAS en la forma de una “Ley 3545 de Reconducción Comunitaria de la Reforma Agraria” del año 2006 con el objetivo de sanear y titular la tierra en propiedad colectiva de las Tierras Comunitarias de Origen- TCO, esta propuesta de TCO, se garantizó además en la Nueva Constitución Política del Estado- NCPE del año 2009 estableciendo el nuevo Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, descentralizado y con autonomías (FORNILLO, 2011, p. 154).

⁸³ Un partido de tendencia ideológica marxista, leninista y maoísta que desató el terrorismo con el objetivo de reemplazar las instituciones peruanas, a las que considera burguesas, por un régimen revolucionario campesino comunista. Su fundador y principal dirigente Abimael Guzmán conocido como “camarada Gonzalo” fue capturado en 1992, con quien el movimiento campesino e indígena mantienen abismales diferencias por la tiranía, las torturas, los asesinatos cometidos en las mentes, cuerpos y ayllu o comunidad campesina. “Un partido que se organizó para defender a los pobres de Perú, terminó con que la mayoría de sus víctimas fueron campesinos, obreros, habitantes de barricadas; muchos de ellos valiosos dirigentes de los pobres ” (BLANCO, 2010, p. 84).

⁸⁴ Podemos profundizar en “Tierra, la descolonización del territorio: luchas y resistencias campesinas e indígenas en Bolivia. Pilar Lizárraga Aranibar y Carlos Vacaflores Rivero. En: Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012), Vol. II. UAM/CLACSO/Ediciones Continente; México, D.F.; pp. 17-60. 2014.

FIGURA 61- TIERRAS COMUNITARIAS DE ORIGEN- BOLIVIA



FUENTE <http://reformaagrariaenbolivia.blogspot.com.br>

El MAS de Bolivia, ha expresado en una Asamblea Nacional Constituyente, en su Artículo 8 de la Nueva Constitución Política del Estado de Bolivia aprobada en 2009 que: “El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: *ama qhilla, ama llulla, ama suwa* (no seas flojo, no seas mentiroso, ni seas ladrón), *suma qamaña* (vivir bien), *ñandereko* (vida armoniosa), *teko kavi* (vida buena), *yvy maraey* (Tierra Sin Mal) y *qhapaj ñan* (camino o vida noble)”. María Eugenia Choque (2014) lideresa aymara explica que el “*suma q’amaña* es una expresión aymara que no significa vivir mejor que hoy, ni mejor que los demás, tampoco es una preocupación constante por mejorar la vida, sino simplemente una vida buena. Expresa también un Vivir Bien en sentido comunitario, una sociedad buena para todos” (op. cit., p.7).

En este escenario de reivindicaciones ancestrales, la concepción de la reforma agraria implementada por el gobierno de Evo Morales (2006- actualidad) es *incompleta* nos dice Choque (2014). Se reconoce que la velocidad y el desempeño del “saneamiento de la tierra” ha sido mucho más rápido y extensivo con el gobierno del MAS, sin embargo, no ha alcanzado todos los objetivos propuestos. Más bien, el desempeño de la actual reforma agraria está siendo criticado seriamente en varios aspectos, principalmente por ser un instrumento de control social del Estado y no de autonomía.

La estrategia del gobierno ha sido alcanzar, a través de la reforma agraria, una economía comunitaria, plural y equitativa así como la autonomía indígena. Se ha planeado que la titulación de las TCO en el campo boliviano reactive la producción campesina para abastecer el mercado doméstico y garantizar así la seguridad alimentaria. Las grandes

tenencias empresariales y medianas del este del país, formadas durante los gobiernos neoliberales, tienen miras al mercado exterior mediante la exportación de los llamados cultivos industriales. La titulación de TCO encaja bien con el propósito del gobierno de garantizar la justicia económica y social, y asimismo revitalizar la producción campesina para la sustitución de importación barata de los alimentos básicos. Sin embargo, las evidencias testimonian que las tierras tituladas a las comunidades indígenas-originarias-campesinas son de uso mayoritariamente ganadero, forestal o de extracción minera (MUN, 2012, p. 233).

La reforma agraria sigue siendo una agenda pendiente y la más importante a lo largo de la historia boliviana. Un tema que genera conflictos entre clases, etnias y regiones. El gobierno del MAS ha realizado avances importantes, sin embargo crece la deuda histórica que no han cumplido porque no modificaron las grandes estructuras no solamente de la tierra sino también del poder como analiza Raul Zibechi (2015) y la expectativa de los bolivianos y bolivianas en cuanto a la transformación del Estado multicultural del neoliberalismo en otro plurinacional y postneoliberal por lo cual, los movimientos sociales, campesinos, indígenas, populares siguen caminando y resistiendo por todas las regiones del país.

Muchos son los ejemplos de la lucha por la tierra en Brasil, así en 1945 se dió nacimiento a la organización de las Ligas Campesinas en el Noreste Brasileño, con la incorporación de la Liga de Mujeres Campesinas cuya principal reivindicación era la cuestión de la reforma agraria y el acceso a la tierra, pero lamentablemente al igual que otros países de la región la dictadura militar de 1964 hasta 1984 reprimió toda forma de lucha popular e implementó en el campo, con la aprobación de la primera Ley de reforma agraria Nro. 4.504 de 1964 su modelo de “modernización y revolución verde” que cambiaría toda la concepción de la agricultura mantenida durante siglos en nuestros pueblos (RANGEL, 2000, p. 49; STIDILE, 2012, p.119).

La propuesta de reforma agraria en Brasil de 1964 se basó en un programa de colonización hacia la frontera agrícola del país. Para Silva (2008) más de 300 mil familias fueron asentadas en la región de la Amazonía. El 68% fue asentado en una región desconocida, sin estructura, sin caminos y distante de las ciudades, sin apoyo para la producción, vivienda, infraestructura, sin un mínimo de condiciones para la vida. (op. cit, p. 80).

Fue posteriormente, con el debilitamiento y fin de la dictadura militar, a medianos de los ochenta que comenzó a reorganizarse el campo popular, resurgió la Central Única de Trabajadores- CUT, el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra- MST, el Partido de los Trabajadores- PT, la Comisión Pastoral de la Tierra- CPT, con el apoyo de la Iglesia Católica, especialmente ligada a la Teología de la Liberación, también se articularon el Movimiento de Mujeres Campesinas y otras muchas organizaciones del campo y de la ciudad, a lo que Carlos

Walter Porto-Gonçalves (2002) relacionó con la emergencia de los movimientos sociales y su importancia en la *geograficidad de lo social* porque son portadores de un nuevo orden y como tal presupone, nuevas relaciones, siempre socialmente construidas entre los lugares y que traen a la luz con su propia existencia-experiencia las contradicciones inscriptas en el espacio-tiempo y también en la propia realidad (op. cit, p 20).

FIGURA 62 - MST : OCUPACIÓN Y EXPROPIACIÓN DE LA FAZENDA CUIABÁ, SERGIPE -1996



FUENTE <https://www.mst.org.br>

Fueron distintas organizaciones en la lucha por la tierra en los años siguientes y fueron diversos los procesos para la reforma agraria, por lo que no tuvo un carácter único, por un lado la propuesta “modernista” del gobierno y por otro lado la ocupación de los latifundios.

La ocupación es una acción que inaugura una dimensión del espacio de socialización política: el espacio de lucha y resistencia. Este espacio construido por los trabajadores es el lugar de la experiencia y de la formación del Movimiento. La ocupación es movimiento. En ella se hacen nuevos sujetos. A cada realización de una nueva ocupación de tierra, se crea una fuente generadora de experiencias, que suscitará nuevos sujetos, que no existirían sin esa acción. La ocupación es la condición de existencia de esos sujetos. Al concebir la ocupación como hecho, esos sujetos recrean continuamente su historia....Con la ocupación, se crea la condición nueva para el enfrentamiento. En la realización de la ocupación, los sin tierra, sin conquistar la tierra, conquista el hecho: la posibilidad de la negociación. (FERNANDES, 1998, pp. 15-16).

A finales de la década de los ochenta y noventa con el fortalecimiento de las políticas del neoliberalismo de Collor de Melo (1990-1992) se generó un proceso de reconcentración de las tierras principalmente porque los medianos productores comenzaron a comprar para anexar tierras aledañas a sus propiedades, el aumento del trabajo familiar asalariado, la expulsión, migración campo-ciudad y el debilitamiento de la reforma agraria del Estado y la lucha popular (OLIVEIRA, 1989, p. 55).

Las políticas neoliberales⁸⁵ continuaron con el gobierno de Fernando Henrique Cardoso-FHC (1995-2002), con el fortalecimiento del agronegocio y el control de las empresas con hegemonía del capital financiero de nivel internacional sobre la agricultura, el cambio en las estructuras de la producción y de la tierra, que generaron la reconcentración de la tierra a favor de la clase terrateniente, y la implementación del modelo de desarrollo territorial rural (DTR) que negaban los conflictos en el campo y los procesos de desterritorialización que generaban. Para Fernandes (2004) esto significó la territorialización del capital y la desterritorialización del campesinado. Sin embargo fue durante el Gobierno de FHC que se dieron los mayores asentamientos campesinos, como el mismo gobierno lo denominó “la mayor reforma agraria del mundo”, esto se debió nos dice este autor, fundamentalmente a la lucha por la tierra del movimiento campesino y al cambio de paradigma del gobierno que pasó de la antigua cuestión agraria al nuevo paradigma del capitalismo agrario, estos paradigmas están en disputa y hasta el momento se encuentran en empate, es decir en el espacio-diálogo del DTR, considerando que la cuestión agraria, no ha contemplado como relacionarse con el mercado y el capitalismo agrario no ha incorporado a los conflictos, el debate continúa (FERNANDES, 2004, pp. 234).

Vemos que la reforma agraria es un tema complejo para la sociedad brasileña, pues refleja tensiones y grandes contradicciones, para interpretarlo mejor nos dice Sergio Leite (2006) es necesario separarlo de la matriz productivista del proceso de transformación agraria nacional, retirándolo de las amarras capitalistas a las cuales fue sometido (op, cit., p. 125).

Así, el MST (2014) nos afirma que no es suficiente estar integrado al mercado capitalista como consumidor y suministrador de productos agropecuarios. La reforma agraria debe ser una parte de la lucha contra el capital y el patriarcado, es parte de un proyecto de oposición a un modelo de sociedad opresora y explotadora. En este sentido creen en la construcción de una reforma agraria con la participación de toda la sociedad, pues implica distintas formas de relación campo-ciudad con la ruptura de la dicotomía rural-urbano y la construcción de nuevas formas de relación entre seres humanos y naturaleza.

Con la llegada al gobierno del Presidente Luiz Inácio Lula Da Silva (2003-2010), revivió una gran expectativa de los “sin tierra” por todo el país, con la esperanza de que finalmente sería

⁸⁵ Podemos profundizar en “El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonía del agronegocio”. João Márcio Mendes Pereira y Paulo Alentejano. En: Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012), Vol. I. UAM/CLACSO/Ediciones Continente; México, D.F.; pp. 63-130 2014.

posible una reforma agraria en Brasil. Sin embargo, aunque el presidente Lula es un histórico defensor de la reforma agraria, la situación de la agricultura se ha agravado para los pequeños agricultores, asentados y la violencia en el campo aumentado (MST, 2010, p.10).

Entonces, nos dice Fernandes (2008), las políticas de reforma agraria en Brasil tuvieron un fuerte obstáculo: el agronegocio, que se mantiene hasta la actualidad. Este complejo de sistemas de las corporaciones multinacionales está desafiando a los movimientos campesinos en el impedimento de la reforma agraria y presionando a los gobiernos (op. cit., p. 82).

Lo que se está viviendo en Brasil no es una reforma agraria es una contrarreforma agraria. Para nosotros la tierra es un bien de la naturaleza, no es fruto del trabajo de nadie, por tanto, todas las grandes propiedades del Brasil no fueron originarias del trabajo, son tierra pública, nuestra tierra, la tierra debe ser de todos y no del capitalista, no es una propiedad absoluta. Nuestra concepción de la Reforma Agraria es la movilización política, la distribución de la tierra, el fin de los latifundios y organizar nuestros territorios campesinos (...) La Constitución brasileña establece que la tierra cumple una función social, que para nosotros es la producción de alimentos, en donde se garantiza trabajo y respeto al medio ambiente, nadie puede hacer lo que quiere con la tierra porque ella pertenece al pueblo, la Constitución entonces nos defiende, la Constitución es la ley mayor y dice que la tierra tiene que tener una función social. En Brasil hay ahora una creciente criminalización de los movimientos sociales. Esto se da por iniciativa del Poder Judicial, de la Brigada Militar y también del Ministerio Público, con fuerte represión a los movimientos (SILVA, 2008, pp. 83-84).

Las expresiones de Lindemar Da Silva (2008) sobre la función social de la tierra está establecida en la Constitución de la República Federativa de Brasil de 1988, sin embargo este concepto sugiere algunas interpretaciones porque pueden ser entendidas como i) mera mercancía; ii) como medio de producción capitalista (capital); iii) como proveedor de la vida humana y animal o iv) como el reservorio cultural de las sociedades (MARES, 2003). Para Carlos Federico Mares en sus reflexiones sobre la función social de la propiedad, afirma que el capitalismo ve también la necesidad de la reforma agraria para que la tierra cumpla dos funciones que, el latifundio improductivo, no cumple: i) producir materias primas y alimentos para abaratar el costo de la mano de obra y de los insumos industriales y ii) generar, con salarios y rentas rurales, mayor volumen de consumo para las mercancías manufacturadas en la industria urbana (op. cit, p. 190).

En la actualidad tras los dos períodos de gobiernos de Lula y de Dilma Vana da Silva Rousseff del PT (2011- 2016) se extendió el avance del latifundio, las plantaciones de soja y los monocultivos crecieron y repercutiendo sobre la tenencia de la tierra, aumentando la reconcentración de la tierra, desnacionalización y el acaparamiento de tierras, organización de milicias armadas especialmente por parte de latifundistas, aliados al capital nacional e internacional, violencia en el campo y las ciudades especialmente en contra de las mujeres, la

pérdida de la biodiversidad, reducción de áreas de cultivos diversos, como también pérdida de los cultivos de la agricultura campesina, polución del aire por los agrotóxicos, contaminación de agua y del suelo (SILVA, 2008, p. 83), que se ha agravado con el golpe judicial-parlamentario de la presidenta Dilma Rousseff en 2016, agudizándose los conflictos en el campo y las políticas de contrarreforma agraria.

3.1.2 La reforma agraria vía Mercado, como contrarreforma de expropiación neoliberal

Ante éste abanico histórico de intensiones institucionales de reforma agraria en Nuestra América, sin cambios profundos sostenibles en el tiempo, y por lo cual fue llamada como reforma agraria inconclusa (HETHERINGTON, 2014, p. 176) se propuso las *reforma agraria vía Mercado*, que traían las reformas neoliberales en las prácticas de gobierno de la tierra, introducidos principalmente a partir de los años ochenta de la mano de la USAID y que fueron incrementando a menudo por mandatos del BM y el BID hasta la actualidad, se implementaron sin causar mucho ruido, pero tuvieron impactos negativos en la vida de los *campesindios* como la relativización de la tierra, a partir de la absorción de tierras campesinas e indígenas, la expansión de la frontera agrícola, la migración forzada y la descampesinización a lo que varios autores llamaron *contrarreforma agraria*, como vimos anteriormente incluyen las modificaciones de las leyes, catastros sistémicos, y títulos de propiedad fácilmente transferibles para el mercado dinámico de la tierra para los productores más “eficientes” (op. cit., p. 183).

Al mismo tiempo los programas de redistribución de la tierra por la vía de la expropiación de latifundios privados terminaron con pocas excepciones, avanzaron los programas de “reforma agraria asistida por el mercado” el Banco Mundial no solo buscaba implementar la ideología de que el acceso a las tierras debe estar sometido a las reglas del mercado sino también diluir el concepto de reforma agraria y aplacar y cooptar las luchas sociales por las reformas agrarias (VÍA CAMPESINA, 2017, p. 9).

La reforma agraria asistida por el mercado, es un programa que promueve el Banco Mundial para la titulación y registro de tierras y posteriormente el establecimiento de un mercado compra-venta de tierras. Las/os campesinas/os sin tierra negocian un precio con los terratenientes y el Estado garantiza los créditos para la compra. Este mecanismo fue inicialmente desarrollado en Sudáfrica, donde las contradicciones sociales tras el *apartheid* fueron muy grandes. La reforma agraria asistida por el mercado también tiene como fin

desalentar las luchas sociales por reformas agrarias distributivas, especialmente en países “importantes” para el Banco Mundial, como por ejemplo en Brasil, donde el MST y la masacre de Eldorado dos Carajás en 1996 por la lucha por la reforma agraria tuvieron eco en las noticias internacionales, o el levantamiento de las/os Zapatistas en México, que forman comunidades autónomas en reacción a la opresión del Estado mexicano y los tratados de libre comercio 1994 (op. cit., p. 10).

CUADRO 12- EL BANCO MUNDIAL Y LA “REFORMA AGRARIA ASISTIDA POR EL MERCADO”

¿Cuál es el objetivo del Banco Mundial?	
<p>La agenda del Banco Mundial es el Libre Comercio, que incluye la privatización y mercantilización de los bienes públicos. Dentro de esta ideología, en su agenda agraria, promueve la mercantilización de la tierra, el agua, mares y las semillas para el aumento de inversiones en nombre de “garantizar la seguridad alimentaria”, “combatir la pobreza” o “luchar contra el hambre”. Los Estados desempeñan un papel importante porque por medio de su poder de legislación y su monopolio de la seguridad pueden garantizar estos intereses. Un ejemplo ha sido su programa de una “reforma agraria asistida por el mercado”, cuyos ejes principales han sido:</p>	<p>La titulación privada de tierras: Un libre mercado de tierras necesita garantizar la seguridad jurídica para las empresas. Esto incluye su regulación mediante catastros, etc.</p>
	<p>La desregulación de los mercados de tierras y aguas que aún forman parte mayoritariamente de las competencias nacionales. Algunas políticas son: la privatización de las tierras comunales y la eliminación de las regulaciones que restringen la compra de tierras por parte de manos extranjeras.</p>

Fuente: Las Luchas de la Vía Campesina. VÍA CAMPESINA, (2017, p. 9)

Otra de las acciones de BM, para iniciar los procesos de *contrarreforma agraria* en la región, principalmente Centroamérica fue a través de la finalización de los conflictos armados “Estados- Guerrillas” y con la firma de los *Acuerdos de Paz* y *financiando golpes de Estado*. Las tierras ganadas en la reforma agraria, entonces fueron vendidas en su mayoría en el mercado de tierras, iniciando un proceso de relativización de la tierra para los mega proyectos de infraestructura como carreteras, explotación mineral, hidroeléctricas o inversiones de las transnacionales para el turismo internacional, que quieren grandes hoteles en la playa o en la montaña, no era acumulación de tierra para el latifundio agropecuario (NAVAS; GUILLÉN, 2008, p. 28-30).

Carlos Morales Cifuentes (2008) nos detalla el proceso de lucha por la tierra y las distintas resistencias del movimiento campesino indígena de Guatemala ante la violencia, el terror de la guerra para el saqueo y la posterior especulación de la tierra que aceleró el

acaparamiento y la reconcentración de las tierras campesinas e indígenas, quienes a pesar de representar el 60% de la población se encuentran sufriendo una gran exclusión: cultural como mayas; económica, ante la pérdida de sus recursos de vida; y política, por la cooptación de sus líderes.

En Guatemala⁸⁶ bajo la reforma liberal de 1871; se crearon las condiciones perfectas para la producción de café. La introducción del café necesitaba grandes extensiones de tierras, entonces despojaron a muchas comunidades indígenas de sus territorios y los obligaron a vivir en las fincas, bajo orden y a beneficio de los nuevos “dueños”. Posteriormente llegaron las dictaduras que fueron derrotadas el 20 de octubre de 1944, con el movimiento de maestros, obreros, campesinos, indígenas e intelectuales, que cada 20 de octubre se celebra este día como un gran triunfo. Con el gobierno del presidente puesto por el pueblo, Jacobo Arbenz Guzmán (1944-1954) se impulsó en el año 1952 el Decreto de la reforma agraria, que trabajó para los intereses de los campesinos e indígenas. Con el apoyo de créditos y con el comité agrario, se avanzó mucho y en menos de dos años, fueron repartidas miles de hectáreas de tierras, se lograron conquistar muchos derechos, beneficios sociales, jornales, vacaciones, jubilación. Hasta que en 1954, todo fue perdido cuando el presidente fue derrocado por un golpe de Estado, orquestado por EEUU y comandado por el Coronel Carlos Castillo Armas, que duró cuatro meses como Presidente de la República porque fue asesinado. Este golpe fue con el claro objetivo de recuperar las tierras concedidas a los campesinos e indígenas por la reforma agraria (MORALES, 2008, p. 64)

En la década del sesenta, en el contexto del fuerte posicionamiento de EEUU en la región, la Teología de la Liberación, la Alianza para el Progreso y el modelo de la modernización de la agricultura, apareció como vimos anteriormente, el primer grupo insurgente la “Guerrilla Guatemalteca”, que bajo la figura de la Unidad Revolucionaria Nacional de Guatemalteca-URNG firmó los Acuerdos de Paz en 1996 con el Gobierno de Álvaro Árzu⁸⁷ (1996-2000), la guerra duró 36 años, y fueron las comunidades indígenas y campesinas las que más sufrieron todo tipo de violencia donde perdieron la vida 250 mil personas. Durante ese tiempo (1960-1996)

⁸⁶ Podemos profundizar en “Guatemala: capitalismo, poder y tierra / Alberto Alonso-Fradeja”. En: Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012), Vol. III. UAM/CLACSO/Ediciones Continente; México, D.F.; pp. 93-140. 2014.

⁸⁷ Político y empresario, actual alcalde de la ciudad de Guatemala por el periodo (2016-2020)

se reclamaba reforma agraria, pero solamente se entregaron las mismas tierras, era un proceso de simulación reiterada de tierras. Las clases dominantes fueron nuevamente beneficiadas con todo el paquete tecnológico, los créditos y el apoyo técnico de Estado (Ibíd., p. 66)

En 1986, hay una orientación hacia el neoliberalismo y la economía de mercado. La política agraria empieza a ser direccionada hacia la destrucción total de las estructuras institucionales del sector público. Los campesinos fueron excluidos de la política agraria, y dejan de ser sujetos de acciones de asistencia técnica y crediticia, quedando esto en manos de organismos privados. Después de la firma de la paz en 1997, de igual forma continua la matanza de dirigentes campesinos e indígenas; se crea un instituto para tratar el tema tierra, Fondo de Tierras, que atiende todas las políticas económicas del mercado y de los bancos mundiales, que hicieron que la tierra se vendiera como mercancía, y subió tremendamente el costo. Los efectos perversos están a la vista, el nivel de pobreza, la aparición de enfermedades ya erradicadas, emergen de nuevo y allí comienza nuevamente la reivindicación de la reforma agraria como demanda de las organizaciones campesinas e indígenas (MORALES, 2008, p. 67).

FIGURA 63- 2017: GUATEMALA PIDE SE CUMPLAN LOS ACUERDOS DE PAZ: UNO DE ELLOS LA TIERRA



FUENTE: <http://www.prensalibre.com>

En este mismo contexto, en El Salvador⁸⁸ presionados por el capital extranjero, resisten las familias, comunidades campesinas e indígenas que han encontrado en sus organizaciones, el movimiento campesino y organizaciones indígenas, varias luchas en común, las referidas a la alimentación, la resistencia y rechazo a la implementación de los Tratados de Libre Comercio-TLC, y los megaproyectos resultantes del modelo neoliberal para frenar las privatizaciones de los

⁸⁸ Podemos profundizar en “Situación agraria en el Salvador”. Remberto Nolasco y Edgardo Mira.

En: Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012), Vol. III. UAM/CLACSO/Ediciones Continente; México, D.F.; pp. 71-91. 2014.

servicios básicos tales como: salud, agua potable, energía eléctrica, transporte, educación. Demandan del Estado una clara política de acceso a la tierra e impulso de acciones legales para obtener la legalización de tierras y lo relativo a la reforma agraria. La defensa de los Acuerdos de Paz e impulso del Foro de Concertación Económico Social como elemento fundamental de las comunidades. La reflexión y generación de un proceso en el movimiento social sobre la necesidad de incorporar en sus acciones la premisa de lo indígena como parte de las propuestas que se impulsen a nivel local, municipal, departamental y nacional y desarrollar una amplia alianza entre las organizaciones campesinas e indígenas que establezcan acciones de coincidencia y participación activa dentro del movimiento social (MATA; MARTÍNEZ, 2009, p. 65-66).

Así también en Honduras, con la llegada del neoliberalismo apareció la contrarreforma agraria con la Ley de Modernización del Sector Agrícola de 1992. Esta nueva Ley terminó con la de reforma agraria, de la era reformista anterior. Puso límites a las expropiaciones y criminalizó la lucha campesina (VÍA CAMPESINA, 2014).

En Nicaragua⁸⁹ con el Gobierno neoliberal, a partir de 1990 se perdieron la mayoría de tierras conseguidas en 11 años del Gobierno de FSLN (1979-1990). Las décadas siguientes fueron marcadas por la liberalización del mercado de tierras, desmoronamiento de las estructuras reformadas y la persistencia del problema agrario, por lo que los movimientos campesinos e indígenas siguen luchando, reconociendo la “Vigencia de la Reforma Agraria Sandinista” porque afirman que “la mejor herencia que dejó la Revolución, fue la reforma agraria, donde dos millones de has. de tierras, fueron entregadas a los campesinos y por primera vez se afectó al latifundio en beneficio de más de 120 mil familias campesinas”. Esta reforma agraria facilitó la organización del movimiento campesino, que se mantiene en la actualidad, en la resistencia activa en las comunidades y el rechazo al modelo neoliberal (TORREZ, 2004, p. 2).

Irene León (2010) describe también cómo en el Ecuador, durante el neoliberalismo de los años noventa, se dio lugar a las políticas de apertura comercial y la prioridad asignada a la agroexportación, así como la contrarreforma agraria y el desmantelamiento del sector público agrícola, condujeron al desmoronamiento de distintas formas de autosustento y de producción

⁸⁹ Se puede ampliar en “La particular vía neoliberal de desarrollo en el agro de Nicaragua”. Óscar-René Vargas. En: Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012), Vol. III. UAM/CLACSO/Ediciones Continente; México, D.F.; pp. 225-267. 2014.

autónoma, e indujeron a la dependencia de las relaciones de mercado. Los masivos desplazamientos migratorios transnacionales y nacionales fueron una expresión de los trastornos en la vida campesina e indígena. Del mismo modo, la promoción de la titulación individual ambientada en un entorno de mercantilización de la tierra y de la competencia de sus productos, en un contexto de avalancha de las mercancías transnacionales, reforzó la precariedad en el campo y generó la relativización de la tierra, lo que motivó el *Gran Levantamiento Indígena* en 1990 al que volveremos más adelante, porque a partir de ahí las voces en el escenario social y político del Ecuador cambió de rostro y de tono con el movimiento indígena ecuatoriano (op. cit, p. 147).

En Perú con el gobierno de Alberto Fujimori (1990- 2000) se aplicó el modelo neoliberal abiertamente, un régimen de dictadura disfrazada de democracia “democradura de Fujimori” llamado por algunos sociólogos, que promovió la inversión de las grandes empresas, apareciendo el neo-latifundio, ya no con la figura de grandes haciendas donde se conocía a los “propietarios” de la tierra, sino como grandes empresas modernas, que contratan “gerentes” y tecnologías de punta para la producción de agrocombustibles con semillas transgénicas, extracción mineral, de petróleo, contaminando suelos, aguas, vidas en las comunidades (LUNA VARGAS, 2008, p. 48).

En contrasentido a estas dos propuestas de *reforma agraria vía Estado y reforma agraria vía mercado*, que no lograron modificar la estructura de la tierra, del poder y la desigualdad real en los países; sino que las agudizaron, aparecieron otras propuestas de cómo los campesinos y campesinas de Nuestra América conciben y relacionan la reforma agraria en el espacio-tiempo-conflicto-resistencia que construyeron en un proceso continuo que se renueva en la misma lucha, pero ante todo escuchando la polifonía de voces de los múltiples sujetos en resistencia a lo largo de estas lunas.

Aquí, la importancia del “nosotros” tiene otra dimensión, no es homogénea, incluye, la diversidad y la articulación con otros movimientos populares-campesinos-indígenas con compromiso, imaginación, combatividad, capacidad para la integración discursiva, de planificación, de acción y finalmente de una ampliación y constante re-significación de la propuesta de la reforma agraria se va tejiendo por Nuestra América.

Al iniciar este recorrido, por los procesos relacionados a la reforma agraria y las experiencias de los movimientos campesinos nuestroamericanos, aparece más fuerte el nombre del MST- Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra de Brasil, nacido en 1984 pero con

antecedentes de lucha por la tierra ya desde la dictadura militar en la década de 1970 acompañados por la Comisión Pastoral de la Tierra- CPT. El MST es reconocido en todo el mundo por su lucha y conquistas por la tierra y por el territorio y por la cantidad de “campesinas y campesinos sin tierra” organizados que moviliza, considerando también las dimensiones del mayor país de Nuestra América que ocupa ocho millones y medio de kilómetros cuadrados, uno de los territorios más biodiversos del planeta, así como de grandes conflictos territoriales y contradicciones internas que han sido las banderas de lucha de los movimientos sociales del Brasil.

Para Ruy Moreira (2014) los conflictos brasileños tienen su origen en el proceso de formación histórico, político, económico que afectó la formación espacial del Brasil y aparece constante los conflictos y la hegemonía en la construcción de los modelos históricos de acumulación de capital como i) el agrícola, ii) el industrial, iii) la liberación mundial. Los conflictos se perpetúan por la negación de los modelos comunitarios de las múltiples formas de sociedades existentes en el territorio brasileño: indígenas, *quilombolas*, campesinas, entre muchas otras para imponerse el único modelo hegemónico del capitalismo traído por los europeos, generando luchas y resistencias en diversos momentos de su historia (op. cit. p. 11-25).

FIGURA 64- MARCHA DEL MST. BRASILLA- 2012



FUENTE: <https://www.socioambiental.org>

Para Nildemar Gonçalves da Silva (2008), líder del MST este proceso de resistencia fue una construcción colectiva de varios movimientos sociales del Brasil y de otros países que componen la Vía Campesina, que incluyen aportes, pensamientos, reflexiones, ocupaciones, desalojos, escuelas dentro de los asentamientos, líderes, intelectuales, universidades y todos los que forman parte de este proceso de “formación de conciencia” (DA SILVA, 2008, p. 78).

Esto para nosotros es un tema muy importante, porque creemos que a través de la educación, la formación de conciencia, el proyecto puede continuar y llegar a lo estratégico, que es el cambio social. La gente necesita saber lo que pasa a nivel del contexto actual, lo que pasa en la política económica y social, en el mundo y en América Latina (op. cit)

3.2 LAS EXPERIENCIAS, PROPUESTAS Y DIÁLOGOS DE REFORMAS AGRARIAS DE LOS MOVIMIENTOS CAMPESINOS NUESTROAMERICANOS.

Ante los diversos conflictos en el campo, se reproducen, se gestan movimientos sociales, indígenas, campesinos, comunales, afrodescendientes y otros que se organizan, actúan y se adaptan, para crear oposición, organizaciones que resistieron y surgieron a partir de identidades en lucha y resistencia, que han transformado la práctica política del campo popular convirtiéndose en la apropiación territorial del poder, lo que en ciertos ámbitos ha permitido competir frente al mercado, instancias públicas o privadas y frente sus antagonistas en el saqueo para el manejo de los recursos de sus comunidades (FALS, 2000, p. 99).

La reforma agraria, entonces aparece como una reivindicación histórica de los movimientos campesinos, quienes han luchado a lo largo del continente para que la misma sea ejecutada como promesa de tierra, agua, alimentos, trabajo, familia, naturaleza, vida y esperanza para los *campesindios* como dijo Armando Bartra (2006) a lo alto y llano de Nuestra América.

Las luchas de los movimientos campesinos han sido plurales, distintas de acuerdo a la realidad de cada país, la especificidad de las discusiones y prioridades internas, la coyuntura social y política al que se enfrentaron en cada siglo y décadas, así como de las acciones del Estado frente a la temática de la reforma agraria, por lo cual no pretendemos generalizarlas ni dicotomizarlas, sino más bien describir una propuesta dinámica y en disputa. En este sentido, los sujetos de la reforma agraria; los campesinos y campesinas en movimiento, han compartido sus propuestas y experiencias que en nuestras reflexiones incluyen seis debates y acciones propuestos por ellos en la región, los cuales están integrados, se complementan, dialogan, se nutren y dan vida a la propuesta de reforma agraria, es decir *la reforma agraria que están hablando los movimientos campesinos de Nuestra América en la actualidad*, pero los agrupamos para

visualizarlos mejor: i) la reforma agraria y el autogobierno, ii) la reforma agraria y la agricultura, iii) la reforma agraria y la alimentación, iv) la reforma agraria y las mujeres, v) la reforma agraria y la invasión, vi) la reforma agraria y la concertación.

3.2.1 La reforma agraria y el autogobierno

Esta relación incorpora a la propuesta de los movimientos campesinos de mirarse por fuera del Estado, con capacidades propias y nuevos re-haceres, principalmente los comunitarios, contruidos desde las acciones cotidianas, en procesos de contra-poder. Para Raquel Gutiérrez (2017) se relaciona con el camino de *autonomía* y *emancipación* que “visualiza la heterogénea multiplicidad de mundos de la vida que pueblan y generan el mundo bajo pautas diversas de respeto, colaboración, dignidad y reciprocidad no exentas de tensión, y acosadas, sistemáticamente, por el capital” (op. cit, p. 33-34).

Las experiencias de proyectos educativos relacionados a la reforma agraria y la autonomía encontramos en las reflexiones de Mara Batista de Oliveira (2015)⁹⁰ que nos presenta el caso de la construcción de un proyecto político para la Educación del Campo, el “ProJovem Campo - Saberes de la Tierra” del MST en el Estado de Paraíba- BR, la autora recupera el concepto de autonomía absoluta y autonomía relativa del interior del marxismo y afirma que tiene un gran potencial para la construcción de caminos “desde abajo”.

Las reflexiones de Oliveira, (2015) sobre la *autonomía* en las experiencias educativas en Paraíba-Brasil y de los movimientos por la tierra en México, como resultado de su vivencia durante un intercambio con ellos, recuperan la construcción de la *autonomía relativa* o procesos de autonominación, es decir, un proceso de continua disputa en una discusión sobre grados de *autonomía* contruidos desde las acciones cotidianas durante largos procesos de contra-poder. Así nos dice la autora, que esas acciones conjuntas de contra-poder dan origen a fuertes procesos de subjetivación política, y nos trae el pensamiento de su maestro en México

⁹⁰ En este sentido, la tesis “*As políticas públicas em Educação do Campo, entre a subordinação e a autonomia: o Projovem Campo – Saberes da Terra e sua implantação na Paraíba no contexto da Questão Agrária*”, contribuye también en la recuperación de los fundamentos iniciales de las propuestas educativas de la Educación del Campo, que contribuye al repensar las experiencias de los movimientos sociales, investigadores, instituciones de enseñanza y demás organizaciones involucradas en la construcción de las prácticas y de proyectos futuros en este ámbito, además incorpora al discurso de la cuestión agraria elementos en torno a procesos de subjetivación política, los cuales ganan fuerza en el texto dentro de la propia crítica marxista, que normalmente no son considerados en análisis más tradicionales de la cuestión agraria (OLIVEIRA, 2015, p. 356).

Massimo Modonesi (2010)⁹¹ quien afirma que todo proceso de subjetivación pasa por un conjunto y una serie de experiencias que en el cruce o en la intersección entre espontaneidad y conciencia, que le dan forma y especificidad (op. cit. p, 264- 268).

Así también, esta autora recupera la experiencia educativa zapatista en México. Esta especificidad es fundamental para mirar el caso mexicano, del Ejército Zapatista de Liberación Nacional- EZLN, pues fue el levantamiento indígena en el Estado de Chiapas el primero de enero de 1994, que expresamente planteaba que se insurreccionaba en contra de la reforma neoliberal del artículo 27 de la Constitución de 1917 que habían conquistado con la revolución zapatista y con ella, la posibilidad de un reparto agrario para las colectividades, fue una conquista y un reconocimiento del derecho histórico de los pueblos originarios, aspecto recogido en su perspectiva restitutoria, lo cual generó la llamada “propiedad social” compuesta por ejidos y comunidades agrarias⁹² (CONCHEIRO; ROBLES, 2014, p. 181), estaba en riesgo.

FIGURA 65: CARTEL DE LA JUNTA DE BUEN GOBIERNO- ZAPATISTA



FUENTE: <http://www.noticiasdetampico.mx>

⁹¹ Massimo Modosi, autor italiano, con formación en la escuela gramsciana, doctor en Estudios Latinoamericanos, y actualmente actúa como profesor en la UNAM - Universidad Nacional Autónoma de México, retoma el concepto de autonomía desde una perspectiva marxista y con una mirada para los procesos sociales en América Latina. En su obra de 2010 “Subalternidad, antagonismo, autonomía: marxismos y subjetivación política” el autor amplía la discusión en torno al uso de los conceptos de subalternidad, antagonismo y autonomía, en la academia y en el discurso político, conceptos que, según el autor, se utilizan de: enfoques y perspectivas teóricas orientadas a caracterizar los procesos de subjetivación política surgidas de relaciones de dominación, conflicto y emancipación (OLIVEIRA., 2015, p. 303).

⁹² Concheiro y Robles (2014) nos explican sobre el “ejido” que es el núcleo de población o persona moral con personalidad jurídica y patrimonio propio que recibió las tierras vía dotación; y “comunidad” como el conjunto de personas que viven en el medio rural y comparten tradiciones, usos y costumbres; está conformada por el conjunto de tierras, bosques y aguas que fueron reconocidas con base en la legislación de 1917 mediante acciones restitutorias, confirmatorias o de titulación de tierras.

Este riesgo estaba plasmado en la “nueva” Constitución mexicana de 1992, que modificó el artículo 27 de la antigua Constitución de 1917, iniciando así, una etapa de contrarreforma agraria en México, conducida por el BM para la integración de mercados de tierra en América Latina, como vimos anteriormente en la reforma agraria vía Mercado. Con esta modificación, los ejidos, podían vender sus tierras, es decir se abrió la posibilidad de privatizar la propiedad social de las tierras conquistadas en la reforma agraria (op. cit, p. 186). En protesta a esta situación y por la entrada de México al Tratado de Libre Comercio de América del Norte los indígenas se levantaron en lucha. Así, el EZLN aparecía a favor de los “sin rostro”, dispuestos a una disputa por la historia, mostraban a la nación y al mundo entero, que en los orígenes y en la recuperación de la memoria de los conflictos agrarios en Chiapas y del país en general se encuentran no solo la razón de su existencia sino la posible reconstitución de una modernidad alternativa (TARRÍO; CONCEIRO, 2000, p. 1)

Para Robles y Concheiro (2007, p. 326) el argumento del el *sector institucional y privado* que modificaron la Constitución Nacional en 1992, las reformas eran necesarias porque había que propiciar un ambiente de certidumbre para el mercado con el auge neoliberal, fomentar la capitalización, generar un mercado de tierras, otorgar libertad a ejidatarios y comuneros para que ellos representaran un papel protagónico en la toma de sus propias decisiones y por el otro lado los *campesindios* veían cerradas las posibilidades de acceso a la tierra para ellos, así como una nueva forma de reconcentración de la tierra que terminarían con el ejido y las comunidades agrarias.

Estos autores en su “Balance de los territorios agrarios y perspectiva de una reforma agraria en México” afirman que i) la discusión sigue vigente, ninguna de los dos argumentos se cumplió; ii) además, la demanda recoge las apreciaciones de los grandes ausentes en la discusión y a los que iban dirigidos las fatalidades o las grandes bonanzas, los *campesindios* de México y iii) paradójicamente, debemos pensar de nuevo en una reforma agraria como política de Estado, ya que citando a Armando Bartra “en el ocaso de la centuria rural y urbana por excelencia el malestar agrario no ha remitido y los campesinos crepusculares reclaman de nuevo cuenta tierra y libertad, ¡semilla y volia! al alba del siglo XXI la reforma agraria es una asignatura pendiente” (BARTRA, 1999).

El imaginario de México Revolucionario que nos describe Luciano Concheiro (2012) en *Zapata cabalga por el Tepozteco*, representa la imagen de uno de los fantasmas que recorre el mundo, el de las luchas campesinas e indígenas que tienen como referentes ideológicos, políticos,

culturales, pero sobre todo éticos, al zapatismo. Estos movimientos sociales que cuentan con largos antecedentes e importantes horizontes de visibilidad, se confrontan en los espacios y temporalidades impuestas por la crisis de la forma Estado y los procesos de reestructuración política del capital en el marco de la llamada globalización. La acción horizontal de las formas de dominación del capital, que redundan en la crisis del Estado-nación y en la territorialización de las formas de explotación del capital, encuentra una resistencia precisamente en esa espacialidad de autonomía y emancipación, en la que coinciden los territorios base de las identidades locales y regionales, y se confrontan los tiempos instantáneos con las coyunturas políticas y los procesos de larga duración (op. cit, p. 55).

Armando Bartra (2005) nos recuerda que los zapatistas y el movimiento indígena de México, han tomado como estrategia esencialmente de resistencia en la coyuntura actual – producto de más de 500 años de traiciones y engaños– andar el camino de la autonomía frente a las instituciones del Estado, ello para “fortalecer la independencia relativa de las comunidades y las regiones mediante la autoprovisión de bienes y servicios y a través de autogobiernos fincados en usos y costumbres” en las regiones organizativas de las comunidades autónomas zapatistas, asentadas en Caracoles y representadas por la Junta de Buen Gobierno que forman parte de cada Caracol, sus miembros son rotativos y reemplazables en todo momento (BARTRA, 2005, p. 86-87).

Para Raul Veneighem (2011) en su trabajo “El Estado ya no es nada, seamos todos” subraya que los zapatistas han emprendido la resistencia contra todas las formas de poder, organizándose ellos mismos y practicando la autonomía. Coincidiendo con Gustavo Esteva (2012), estos “sin rostro” que tienen la cara de todos, están a punto de devolver a la humanidad su verdadera faz, construyen una sociedad que libera “la vida cotidiana de la empresa económica en la que se encuentra reducida a un objeto de transacción mercantil, es decir libera la vida cotidiana de la prisión capitalista” (ESTEVA, 2012. p. 33-34).

Estas reflexiones sobre autonomía relativa también se visualizan en Colombia, resultantes de las resistencias en procesos históricos, de las formas de tenencia de la tierra y la estructuración de la producción agropecuaria, forestal y mineral y las consecuencias de 50 años de conflicto armado como un mecanismo de saqueo, despojo, violencia y expulsión de la población indígena, negra, campesina que reclama la reforma agraria, bien explicado en el trabajo de Darío Fajardo (2002) “Para sembrar la paz hay que aflojar la tierra”.

La Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia – ANMUCIC, nos dice que la reforma agraria es un hecho político en el contexto latinoamericano. En lo nacional, expresa la relación de clase y es el resultado de una correlación de fuerzas, por una parte de los terratenientes, y por la otra, de los campesinos campesinas, indígenas y negros que luchan, trabajan la tierra y construyen espacios de resistencia como a las Zonas de Reserva Campesina - ZRC (SUÁREZ; VELANDIA, 2008, p. 21).

Las Zona de Reserva Campesina, se estableció en la Ley 160 de 1994, referida a la reforma agraria y Desarrollo Rural, específicamente en el capítulo XIII, dedicado a la Colonización, se establece las Zonas de Reserva Campesina -ZRC como figura destinada a fomentar y estabilizar las economías campesinas de los colonos, así como a evitar la concentración de la propiedad territorial. La Ley determina como ZRC las áreas de colonización y en donde predominen los baldíos “las áreas geográficas cuyas características agroecológicas y socioeconómicas requieran la regulación, limitación y ordenamiento de la propiedad rural”. Para ejecutarlo fueron necesarias las marchas de los campesinos, campesinas y cosecheros cocaleros que exigieron, como parte de los compromisos adquiridos para su desmovilización al gobierno nacional, que establezca las primeras cuatro de ellas, en Guaviare, El Pato, Putumayo y Sur de Bolívar, a través del Decreto 1777/1996 (FAJARDO, 2000, p. 2).

Mercedes Solá Pérez (2016) en su tesis “R-Existências dos camponeses/as do que hoje é Suape: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida” encontró que las ZRC⁹³ incluyen a las *resistencias cotidianas* como la construcción de casas y producción de cultivos, las *resistencias públicas* como las manifestaciones, ocupaciones, huelgas, contra la desterritorialización, la criminalización de los campesinos, encuentros nacionales y las políticas públicas para el campo, proyectos productivos, participación en la política partidista y las *resistencias en alianzas* con instituciones, ONG y campesinos/as. En este sentido, nos dice la autora se construye autonomía en territorios de vida (op. cit., 214)

⁹³ La autora incluye en su tesis reflexiones sobre este tema, en el marco del intercambio de postgrado y la experiencia de las ZRC en Colombia a partir del trabajo junto con la Zona de Reserva Campesina del Valle del Río Cimitarra (ZRC-VRC) de la Asociación de los Campesinos del Valle del Río Cimitarra (ACVC) durante 6 meses en 2015. Cada ZRC está organizada en Juntas de Acción Comunal y en diversos comités - como los de jóvenes, niños, mujeres, de actividades productivas específicas - y tienen sus Planes de Desarrollo Sostenible específicos (SOLÁ PÉREZ, 2016, p. 178).

La lucha por la tierra y el territorio reúne así una lucha por modos de vida específicos y autónomos...Y de los campesinos / as de la ZRC-VRC, que ese ser / hacer diferente deriva del histórico de conflicto social armado y de la relación con sus territorios conquistados. Territorios de vida en los que es posible plantar, pescar, criar animales, principalmente, vivir, aunque los conflictos estén latentes y próximos. Esto es parte del conflicto que venimos trabajando, que resulta de la negación de la vida campesina y en la negación de las tierras tradicionalmente ocupadas por ellos, sus territorios de vida (SOLÁ PÉREZ, p. 192).

Estas resistencias se han contrapuesto a las llamadas “zonas de conflicto” que aparecen en el mapa colombiano, para dar lugar a las “zonas por la vida” que no aparecen en los textos de educación ni medios de comunicación masiva, en una campaña de ocultamiento de los conflictos y de las alternativas al modelo capitalista.

No es coincidencia que muchos de los campesinos y campesinas de las ZRC provenían de otras regiones del país, desplazados por la violencia de años anteriores, de aquellas que se llamaron en los años 1950 y 1960 “zonas de autodefensa campesina”, en donde se refugiaron sobrevivientes de las masacres y persecuciones de la “violencia”, así como los que se refugiaron en los bordes de las haciendas ganaderas para establecerse de manera autónoma en lo que llamaron “baluartes campesinos”, recreando a su vez los “palenques” de los siglos XVII y XVIII, en donde negros “cimarrones”, fugados de minas y haciendas, indios huídos de encomiendas y otras personas en circunstancias parecidas, buscaron también crearse su propio espacio. Sin embargo, los “palenques” y “baluartes”, al igual que las “zonas de autodefensa” fueron erradicadas por las fuerzas estatales (FAJARDO, 2000. p. 8).

FIGURA 66- CARTEL DE UNA ZONA DE RESERVA CAMPESINA



FUENTE: <http://prensarural.org>

A pesar del contexto de violencia en que aparecieron las ZRC, la figura jurídica en la Ley 160 de 1994 se constituyó en una la herramienta importante para construir esta “territorialidad” propia campesina. Pese a que la misma nunca fue una apuesta del Estado, solamente con

proyectos pilotos financiados por el Banco Mundial (Proyecto Piloto Zonas de Reserva Campesina/PPZRC) con carácter remedial, algunas asignaciones de tierras, suministro de víveres, medicinas, alojamientos precarios, proyectos de producción que no se sostuvieron en el tiempo (op.cit., p. 18).

Con todo, se han articulado más de 50 procesos campesinos a la ZRC⁹⁴ que se encuentran ubicados en 20 de los 32 departamentos del país, incluyendo el área rural de Bogotá, distrito Capital y que pretenden el reconocimiento como zonas de reserva sobre 9 millones de hectáreas. El desarrollo de las fuerzas sociales ha posibilitado incidir en instituciones gubernamentales como el Instituto Nacional de Desarrollo Rural -INCODER, así como se ha posibilitado la estructuración de un Comité Nacional de Impulso de Zonas de Reserva Campesina, fundada en 2011. De igual forma, se han convocado y realizado encuentros nacionales de zonas de reserva campesina, donde se discutió sobre la coyuntura política del diálogo entre el Gobierno Nacional y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia- Ejército del Pueblo/ FARC- EP en La Habana, Cuba; donde uno de los puntos tratados ha sido el de las Zonas de Reserva Campesina (ORDOÑEZ, 2013, p. 13).

En 1999, Darío Fajardo decía que en Colombia la reforma agraria era la solución de los conflictos armados, sin embargo parece ser que otros fueron los caminos. El Acuerdo de Paz llegó en el año 2016 tras 52 años de guerra en Colombia, donde la transformación del campo colombiano en el marco del posconflicto parece tomar el rumbo del “desarrollo rural” y los grandes intereses del capital transnacional.

A pesar de esto, nos dice María de Estrada (2011) las comunidades de las ZRC, han continuado con su tradición de construcción propia. Se apropiaron de la figura de ZRC para ir construyéndola en la práctica, sin esperar que les sea concedida “desde arriba”. Ellos mismos han desarrollado múltiples proyectos como: ordenamiento territorial, proyectos productivos alternativos, proyectos de educación propia, formación política, seguridad, salud, medio ambiente, comunicaciones que van forjando una territorialidad propia campesina, que van fortaleciendo procesos que se vinculan a esta lucha por quedarse en sus tierras, por una economía campesina, un desarrollo digno que los tenga como protagonistas y creadores del mismo.

⁹⁴ Podemos profundizar en ORDOÑEZ, (2013). Movimientos socioterritoriales en Colombia: marco teórico y contextual para el análisis de las Zonas De Reserva Campesina.

Es así, que frente a condiciones de adversidad, esta Zona de Reserva Campesina está siendo construida, se está llevando a cabo, porque el territorio no obedece a las letras escritas, sino que en él se plasman los procesos de lucha, de resistencia, de alternativa... y esto los campesinos los saben mejor que nadie, saben que es allí, en sus tierras, donde se define la territorialidad (ESTRADA, 2000, p. 111).

Así estos territorios autónomos de vida nos dice Nathalia Ávila (2017) en su trabajo de disertación “la Naturaleza Vida se cuida y se defiende: conflictos por neoextractivismo en el oriente del departamento de Antioquia Colombia” se configuran también en otras colectividades de Colombia, como los indígenas, los negros, los movimientos contra la minería e hidroeléctricas, que tienen sentidos otros de la naturaleza-vida, mediante los cuales se busca, se construye y se exige autonomía, que han ido configurándose en base a procesos educativos de lucha y de *r-Existencia*, en *ese r-Existir* de la vida cotidiana, en esas vivencias y experiencias de la represión y la violencia, en esos momentos de manifestación de la movilización social y de conflicto y tensión con las relaciones de poder del *sistema mundo moderno colonial* (op, cit, p, 188).

En este sentido, los sentidos otros de la naturalezavida se configuran también como profundos procesos de construcción de autonomías, ya que implican el cuestionamiento de una de las ideas fuerza de la modernidad, el dualismo cartesiano. Al defender esos otros significados de la naturaleza vida, al entender la dinámica de la vida en estrecha relación con la dinámica de la naturaleza y con el territorio, se están defendiendo otros modos de vida, se está resistiendo desde las lógicas de vida de sus propios mundos y por tanto, se está construyendo autonomía pensándose desde adentro. Defender la naturalezavida como construcción colectiva de la Existencia puede ser una de las formas más profundas y radicales de construcción de autonomía... (ÁVILA, 2017, p. 189)

Entonces, estamos hablando de soberanía territorial, que comprende el poder y la autonomía de los pueblos en proteger y defender libremente los bienes comunes y el espacio social y de lucha que ocupan y establecen sus relaciones y modos de vida, desarrollando diferentes culturas y formas de producción y reproducción, que marcan y dan identidad al territorio (SOLÁ, PÉREZ, p. 250),

3.2.2 La reforma agraria y la agricultura

Históricamente, en el imaginario de la sociedad moderna occidental, la reforma agraria se relaciona a la tenencia de la tierra, y automáticamente a su función productivista vinculada a la agricultura de renta, como hemos visto resultado de las políticas vía Estado y mercado a lo largo de estas lunas. Sin embargo, una de las propuestas actuales de los movimientos campesinos en Nuestra América, que luchan por la reforma agraria es la *Agroecología*. Del mismo modo, sostienen la modificación de la estructura del Estado, del sistema de propiedad y tenencia de la tierra y de otros componentes como la producción, infraestructura, servicios en general,

comercialización, y la centralidad de la seguridad, la soberanía alimentaria, son necesarios para el objetivo final de la reforma agraria, el fortalecimiento de la población campesina (DESMARAIS, 2013).

La Vía Campesina, se ha propuesto “la Agroecología como objetivo y estrategia” para ello caminan ¡Hacia la convergencia de las luchas por una reforma agraria integral y popular por la Soberanía Alimentaria y la Agroecología! En este sentido, constituye una forma de resistencia y de deconstrucción de la dependencia de semillas comerciales, pesticidas y fertilizantes que son cada vez más caros, y de la posibilidad de construir y rescatar conocimientos que correspondan a una relación sostenible entre humanos y la naturaleza, a partir de los saberes ancestrales, la cultura y la diversidad territorial. Esto incluye, por ejemplo, la producción de semillas y bancos de semillas y su distribución, la producción de insumos naturales en las fincas, el cultivo diversificado y la intercalación y rotación de cultivos, entre otros. Otro aspecto importante es la democratización de la generación de conocimientos mediante el intercambio de experiencias “de campesina/o a campesina/o”, buscando la autonomía en la producción (VÍA CAMPESINA, 2017, p. 36, 49).

FIGURA 67- PROMOCIÓN DE LA AGROECOLOGÍA EN BRASIL



FUENTE: <http://terradedireitos.org.br>

Para Peter Rosset (2011) militante de la Agroecología, activista del derecho a la alimentación y comprometido con los movimientos por la defensa de la tierra y los territorios, durante la charla inaugural del primer diplomado sobre gerencia cooperativa con enfoque agroecológico y equidad de género en la escuela Campesina Centroamericana Francisco Morazán, en Nicaragua, afirmó que un ejemplo exitoso de revolución agraria, agroecológica y soberanía alimentaria fue el método cubano de campesino a campesino, que tuvo sus orígenes en Guatemala y Nicaragua, pero que Cuba con la caída del bloque socialista y con el mortal boqueo económico implementado por USA se vio en la necesidad de producir sus propios alimentos, se apropió del modelo y lo fomentó.

Valdés Paz (2014) nos recuerda que la sociedad rural cubana fue el lugar privilegiado de las transformaciones revolucionarias. Las estrategias socialistas implementadas en el tiempo dieron lugar a su propia y peculiar cuestión agraria que se caracterizó, en parte, por la elevada estatización de las actividades agropecuarias, la baja productividad del trabajo y de los medios, así como por la inseguridad alimentaria. La superación de esta “cuestión agraria” del socialismo cubano ha determinado las estrategias agrarias en curso como: el uso del suelo, organización de la producción agropecuaria, la agroecología del campo y la ciudad, la dirección estatal de la agricultura, la ciencia y tecnología, la economía agraria, las inversiones, comercialización, y sus metas o desafíos inmediatos en la actualidad son: la soberanía alimentaria, el autogobierno y la autogestión (op. cit, pp. 50-66).

“En la Vía Campesina luchamos por la Agroecología” porque es una forma de cuidar y respetar la madre tierra, porque es un componente fundamental de la soberanía alimentaria, es construir la autonomía de las fuerzas del mercado, es no competir con el agronegocio, sino más bien construir una cultura de resistencia y autonomía que de respuesta a la crisis alimentaria en el campo. Está basada en la producción local de alimentos, orientada a sistemas autosustentados, que respeta los conocimientos tradicionales, una agroecología autónoma donde el autor principal es el campesino o campesina comprometida, sobretodo que respeta la naturaleza (ROSSET, 2011, p. 2).

En Nicaragua existe una *Alianza por la Agroecología*, que nuclea entre otras organizaciones a la UNAG- Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos en territorios campesinos que fueron de la reforma agraria y que resisten con su Programa de Campesino a Campesino - PCAC que nació en 1986 como una idea que fue evolucionando hasta convertirse en un programa nacional. El PCAC desarrolla diferentes trabajos en 90 municipios

del país, los temas varían en dependencia de la zona pero se trabajan tres ejes fundamentales: i) Diversificación (no al monocultivo), ii) Mejoramiento del suelo y iii) Seguridad Alimentaria (Promoción de las semillas criollas). Existen actualmente alrededor de 20 mil familias integrando el Movimiento de Productoras y Productores Agroecológico y Orgánico – MAONIC y una red de 2700 promotores y promotoras de los cuales el 40% son mujeres, quienes siembran los temas técnicos, sociales y políticos en las comunidades. Existe un trabajo con una red de 600 “fitomejoradores campesinos” quienes producen las semillas del programa y existen 408 bancos de semillas comunitarios (maíz, frijol, sorgo, arroz, trigo de pan, café, hortalizas como cebolla, chile dulce, ejote, camote, yuca, papa, loroco, repollo, pepino, tomate, frutales nativos y cacao, aguacate, anona, carambola, cocotero, guayaba, jocote, limón, mango, maracuyá, marañón, níspero, papaya, piña, plátano, zapote, bambú y plantas medicinales) para garantizar la seguridad y soberanía alimentaria de las familias (MORALES, 2017, p. 2).

Los asentamientos y las Zonas de Reserva Campesina- ZRC de Colombia, conseguidos con mucha lucha resisten y se mantienen con diferentes estrategias, como la agroecología, la creación de sistemas agroforestales, los proyectos de cultivo de arroz comunitario, de creación de búfalos y otros (SOLÁ PÉREZ, 2016, p. 219)

Con la contrarreforma agraria y el capital internacional para otros proyectos. A partir de 1996 el Gobierno de El Salvador tomó la decisión de “desmotivar a la agricultura porque es más barato comprar alimentos en lugar de producirlos”, lo cual ha motivado una de las grandes banderas de lucha de los movimientos campesinos e indígenas por la Agroecología, la Seguridad y Soberanía Alimentaria, donde las mujeres han tenido un papel protagónico (NAVAS; GUILLÉN, 2008, p. 28-30).

El MST- BR trabaja por un cambio de toda la sociedad y aseguran que la Agroecología y la Soberanía Alimentaria es una importante conexión con otras categorías de la clase trabajadora que tienen intereses similares en el cuidado de los alimentos que consumen, de la salud, del medio ambiente, de las relaciones más justas para ello proponen la Reforma Agraria Popular con los siguientes fundamentos:

Queremos contribuir de manera permanente en la construcción de una sociedad justa, igualitaria y fraterna. Para ello, proponemos los siguientes objetivos: **1. Tierra:** La tierra y todos los bienes de la naturaleza, en nuestro territorio nacional, deben estar bajo control social y destinados al beneficio de todo el pueblo brasileño y de las generaciones futuras. Por eso, debemos luchar para: a) Democratizar el

acceso a la tierra, a las aguas, a la biodiversidad (bosques, fauna y flora), recursos mineros y fuentes de energía. b) Impedir la concentración de la propiedad privada. c) Establecer el tamaño máximo de propiedad de la tierra. d) Eliminar el latifundio. e) Garantizar la función social del uso, posesión y propiedad de la tierra. f) Asegurar la devolución para el pueblo de todas las tierras, territorios, recursos minerales y biodiversidad de los que se han apropiado empresas extranjeras. g) Demarcar y respetar todas las áreas de los pueblos indígenas y de las comunidades quilombolas, ribeirinhas, extractivistas, de pescadores artesanales y tradicionales. **2. Bienes de la naturaleza:** El agua y los bosques autóctonos son bienes de la naturaleza que deben ser tratados como un derecho de todos los trabajadores. No pueden tratarse como mercancías ni ser objeto de apropiación privada. a) Asegurar y preservar las aguas y bosques como un bien público, accesible a todos/as. b) Combatir la tala ilegal y el comercio clandestino de las madereras. c) Reforestar las áreas degradadas con gran diversidad de árboles autóctonos y frutales, asegurando la conservación ambiental.

3. Semillas: Las semillas son un patrimonio de los pueblos al servicio de la humanidad, y no puede existir sobre ellas la propiedad privada ni ningún tipo de control económico: a) Conservar, multiplicar y socializar las semillas criollas, sean tradicionales o mejoradas, de acuerdo con la biodiversidad de nuestros biomas regionales, para que todo el campesinado pueda usarlas. b) Defender la soberanía nacional sobre producción y multiplicación de todas las semillas y plántones.

4. Producción: Toda producción será desarrollada con el control de los trabajadores sobre el resultado de su trabajo. Las relaciones sociales de producción deben abolir la explotación, la opresión y la alienación. a) Asegurar que la prioridad sea la producción de alimentos saludables, en condiciones ambientalmente sostenibles, para todo el pueblo brasileño y para las necesidades de otros pueblos. b) Considerar que los alimentos son un derecho humano, de toda la ciudadanía y no pueden estar sometidos a la lógica del lucro. c) Utilizar técnicas agroecológicas, aboliendo el uso de agrotóxicos y semillas transgénicas. d) Usar máquinas agrícolas apropiadas y adaptadas a cada contexto socioambiental, velando por el aumento de la productividad de las tierras agrícolas, del trabajo y de la renta, en equilibrio con la naturaleza. e) Promover las diversas formas de cooperación agrícola, para desarrollar las fuerzas productivas y las relaciones sociales. f) Instalar agroindustrias en el campo bajo control de los agricultores y demás trabajadores, generando múltiples alternativas de trabajo y renta, en especial para la juventud y las mujeres.

5. Energía: a) Debemos construir la manera en que se desarrolle la soberanía popular sobre la energía en cada comunidad y en todos los municipios brasileños. b) Desarrollar de manera cooperativizada la producción de energía a nivel local, con diferentes fuentes de recursos renovables para atender las necesidades del pueblo brasileño.

6. Educación y cultura El conocimiento debe ser un proceso de concienciación, liberación y de permanente elevación cultural de todos y todas las que viven en el campo. a) Garantizar a la población que vive en el campo, el acceso a los bienes culturales y el derecho a la educación pública, gratuita y de calidad, a todos los niveles. b) Incentivar, promover y difundir la identidad cultural y social de la población campesina. c) Asegurar el acceso, la producción y el control de los más diferentes medios de comunicación social en el campo. d) Desarrollar la formación técnico-científica y política, de forma permanente, para todos los que viven en el campo. e) Combatir, permanentemente, todas las formas de prejuicio social para que no se produzca discriminación por género, edad, etnia, religión, orientación sexual, etc.

7. Derechos Sociales: a) Los trabajadores/as rurales bajo régimen de asalariados deben contar con todos los derechos sociales, seguridad social y derechos laborales garantizados y equivalentes a los de los trabajadores urbanos; y las relaciones de trabajo deben ser construidas sobre la base de la cooperación, gestión social y de combate a la alienación. b) Asegurar que la remuneración sea proporcional a la renta y riqueza generada. c) Garantizar condiciones dignas y jornadas adecuadas de trabajo. d) Combatir de forma permanente e intransigente el trabajo análogo a la esclavitud, expropiando a todas las haciendas y empresas que hacen uso de dicha práctica. e) Combatir todas las formas de violencia contra las mujeres y niños/as, penalizando de manera ejemplar a los que la ejerzan.

8. Condiciones de vida para todos y todas: El campo debe constituirse en un lugar de buen vivir. Donde las

personas tengan derechos, oportunidades y condiciones de vida dignas (MST, 2014, pp. 35-38).

La propuesta de la Reforma Agraria Popular del MST, nos confirma las “Reflexiones sobre la Cuestión Agraria y la demanda por Tierra en el siglo XXI” de Sergio Sauer (2013) donde analiza que la actual demanda de tierras en Brasil, no es solamente para la expansión de la frontera agrícola, sino también para la apropiación y preservación de las demás riquezas territoriales (op. cit, p. 184).

3.2.3 La reforma agraria y la alimentación

El derecho a la alimentación es otro de los temas relacionados a la reforma agraria. “*¿En la actual crisis alimentaria, climática, de pobreza, financiera, económica y democrática, un cambio masivo del sistema agroalimentario actual es más urgente que nunca!*” Desde la creación de la Vía Campesina en 1993, los movimientos campesinos se han pronunciado preocupados con la agudización de la situación en el campo, que se demuestran con el empobrecimiento, el hambre y el abandono del campo. “Frente a esto, se reivindicaron los derechos del acceso a las tierras y la toma de decisiones en asuntos agrícolas a nivel nacional, basándose en el Derecho a la Alimentación” (VÍA CAMPESINA, 2017, p. 30).

FIGURA 68- DISPONIBILIDAD DE ALIMENTOS SANOS Y SEGUROS



FUENTE: <http://www.espacio-natural.org>

En este sentido, la relación de la reforma agraria y la alimentación está fuertemente articulada con la soberanía alimentaria, en esta nueva concepción de una reforma agraria en el marco de la soberanía alimentaria, que no es solo una lucha de las organizaciones campesinas sino una lucha para todos los pueblos, “se amplía y profundiza desde una visión integral de un territorio compartido entre pueblos indígenas, pescadoras/es artesanales, recolectoras/es, pastores

nómadas, tanto en los países del norte como del sur” expresada en 2006 dentro de la Declaración del Foro Tierra, Territorio y Dignidad de la Vía Campesina (op. cit, p. 33).

La nueva reforma agraria debe reconocer la función socioambiental de la tierra, el mar y los recursos naturales en el contexto de la **soberanía alimentaria**, lo que debe comprometer la más alta voluntad de los Estados. Comprendemos que la **soberanía alimentaria** implica políticas de redistribución, acceso y control justo y equitativo a los recursos naturales y productivos (crédito, tecnología apropiada, etc.) (...), políticas de desarrollo rural basadas en estrategias agroecológicas centradas en la **agricultura campesina y familiar y de pesca artesanal; políticas de comercio en contra del dumping y a favor de la producción campesina e indígena para mercados locales, nacionales e internacionales**; y políticas públicas complementarias como de salud, educación e infraestructura para el campo. El uso de los recursos naturales debe estar **primeramente al servicio de la producción de alimentos**. En el contexto de la **soberanía alimentaria**, la reforma agraria beneficia a la sociedad en su conjunto, dotándola de **alimentos sanos, accesibles y culturalmente apropiados**, y de justicia social. La reforma agraria pondría fin al éxodo masivo y forzado del campo a la ciudad que ha hecho que las ciudades crezcan en condiciones deshumanizantes e insostenibles; daría una vida con dignidad para todos los miembros de nuestras sociedades; abriría las posibilidades de un desarrollo económico local, regional y nacional que sea incluyente y en beneficio de la mayoría de la población; y **terminaría con una agricultura intensiva de monocultivos** que acapara el agua, que envenena la tierra y los ríos. Es necesaria una nueva política de pesca que reconozca... (VÍA CAMPESINA, 2017, p. 34)

Con la llegada del nuevo siglo se han acentuado los conflictos por tierra y territorio en México y la bandera por la reforma agraria continúa vigente, además se ha diversificado las luchas del movimiento campesino e indígena de los últimos años, se ha colocado en el centro del debate también la lucha por la soberanía alimentaria, que se ha proyectado hacia la disputa por la nación. Esto resulta todavía más evidente, al conjugarse con la lucha por los recursos energéticos, de tal manera que las demandas adquirieron un carácter estratégico, de construcción de un proyecto alternativo de nación. Para Acuña, (et al, 2010) el movimiento “*El campo no aguanta más*” que conformó el Consejo Nacional de Organizaciones Campesinas, con la reactivación del campo y sus campañas “*Sin maíz no hay país y sin frijol tampoco*”, “*Pon a México en tu boca*”, “*Salvemos al campo para salvar a México*” con su capacidad de movilización creativa y su disposición a construir alianzas amplias con sectores sociales urbanos, permitió colocar el tema del campo en el centro de la agenda política nacional. Si bien fue un movimiento contra la exclusión y por la reivindicación campesina, fue ante todo, una señal en el camino por la construcción de un proyecto alternativo de nación (op. cit).

También para Fausto Torrez (2004) existe un nuevo concepto de la reforma agraria integral, democrática y distributiva en Nicaragua, “*No hay paz con hambre y no habrá paz sin tierra*” que incluye varios elementos resultantes de los procesos de reflexión- acción colectivos en la resistencia como son:

Construir un Sistema de Vida Rural Digno para Mujeres y Hombres, mediante la implementación de la **Soberanía Alimentaria** y desde esta perspectiva nos permita frenar la migración Campo Ciudad y terceros países. El establecimiento de una Reforma Agraria integral que incluye todo lo que es el entorno económico, social y político necesario para la agricultura campesina. Una **soberanía alimentaria** que integre la cosmovisión del mundo rural (saberes culturales, rescate de las semillas criollas, armonía con la naturaleza y biodiversidad). La Reforma Agraria debe integrar las normas internacionales del trabajo, seguridad social y libertad de organización. Una Reforma Agraria que contemple, los derechos propios de la mujer y de la familia. Una Reforma Agraria que proteja al mundo rural y a los trabajadores de los agrotóxicos altamente dañinos y que provocan daños irreparables, como por ejemplo el Nema-gón y la Creatinina. La Reforma Agraria para generar una producción limpia y que rechace la introducción de productos genéticamente modificados, que aún no conocemos sus consecuencias. Una Reforma Agraria que recupere los valores sociales y humanistas, rescatando la solidaridad, igualdad y justicia social. Una Reforma Agraria que cuente con servicios básicos (Salud, educación a todos los niveles, recreación y seguridad social). Una Reforma Agraria con financiamiento accesible, tecnología productiva agrosilvopastoril y también comercio justo. Que existan redes comunitarias de comunicación. Y se pueda tener infraestructura productiva a través de una amplia red de caminos rurales y centros de procesamiento. Finalmente, la Reforma Agraria no es sólo un tema de los Sin Tierra es una lucha de toda la sociedad. Una de las últimas conclusiones de la Vía Campesina alrededor del tema agrario plantea: *“No hay paz con hambre y no habrá paz sin tierra”* (op. cit. p. 4).

3.2.4 La reforma agraria y las mujeres

La relación entre la reforma agraria y las mujeres ha sido uno de los temas, emergentes al interior de los movimientos campesinos en la actualidad, principalmente porque cuestiona las relaciones patriarcales, el machismo, el racismo y la discriminación de clases que forman parte integral de la misma violencia estructural del capitalismo. Estas reflexiones se han desarrollado en una resistencia tenaz y cotidiana con grandes avances en los países. Se han reconocido que las mujeres tienen un papel vital en el campo y las luchas y son las mujeres quienes mayoritariamente producen los alimentos, transmiten los conocimientos sobre las semillas, la agricultura, el idioma y el hogar (VÍA CAMPESINA, 2017, p. 31).

Sin embargo, las mujeres son quienes más afectadas se ven por las consecuencias negativas, así por ejemplo las reformas agrarias del pasado no han tomado suficientemente en cuenta a las mujeres, por lo cual se hace urgente y necesario el debate- acciones sobre las relaciones de género y sobre el feminismo en general que ha estado restringido durante mucho tiempo a una perspectiva eurocéntrica, sin tener en cuenta las realidades de las mujeres nustramericanas (Ibíd.).

Silvia Federeci (2010) en su trabajo “Caliban y la bruja: mujeres cuerpo y acumulación originaria” nos describe la historia del cuerpo y de la caza de brujas europea, basada en un supuesto que puede resumirse en la referencia a “Calibán y la bruja”, los personajes de obra “La

Tempestad”, de Shakespeare, que podrían ser también símbolos de la resistencia de los indígenas de Nuestra América a la colonización.

El supuesto es precisamente la continuidad entre la dominación de las poblaciones del Nuevo Mundo y la de las poblaciones en Europa, en especial las mujeres, durante la transición al capitalismo. En ambos casos tiene lugar la expulsión forzosa de poblaciones enteras de sus tierras, el empobrecimiento a gran escala, el lanzamiento de campañas de “cristianización” que socavan la autonomía de la gente y las relaciones comunales. También hubo una influencia recíproca por medio de la cual ciertas formas represivas que habían sido desarrolladas en el Viejo Mundo fueron trasladadas al Nuevo...(FEDERICI, 2010, p. 288).

Las mujeres indígenas, además de ser agricultoras, amas de casa, tejedoras y productoras de las coloridas prendas que eran utilizadas tanto en la vida cotidiana como durante las ceremonias, también eran alfareras, herboristas, curanderas y sacerdotisas al servicio de los dioses locales. Con la invasión europea esto cambió, pues modificaron la estructura social y política a favor de los varones. Las mujeres sufrieron también por la acción de los jefes tradicionales que reprodujeron las prácticas y “leyes” europeas, a fin de mantener su poder, comenzaron a asumir la propiedad de las tierras comunales y a expropiar a las integrantes femeninas del uso de la tierra y de sus derechos sobre el agua. Federeci (2010) describe que en la economía colonial, las mujeres fueron así reducidas a la condición de siervas que trabajaban como sirvientas, para los encomenderos, sacerdotes y corregidores, o como tejedoras en los obrajes. Las mujeres también fueron forzadas a seguir a sus maridos cuando tenían que hacer el trabajo de mita en las minas de oro “un destino que la gente consideraba peor que la muerte, dado que en 1528 las autoridades establecieron que los cónyuges no podían ser alejados”; con el objetivo que las mujeres, los niños y niñas pudieran ser obligados a trabajar en las minas, además de tener que preparar la comida para los varones (Ibíd).

En este sentido y por todos estos motivos, las mujeres se convirtieron en las principales enemigas del dominio colonial, negándose a ir a misa, a bautizar a sus hijos o a cualquier tipo de colaboración con las autoridades coloniales y los sacerdotes. En los Andes, algunas se suicidaron y mataron a sus hijos varones, muy probablemente para evitar que fueran a las minas, así el aborto y la anticoncepción fueron condenados como malignos, lo que encomendó el cuerpo femenino a las manos de los gobernantes y llevó a reducir el útero a una máquina de reproducción del trabajo. Otras organizaron sus comunidades y, frente a la traición de muchos jefes locales cooptados por la estructura colonial, se convirtieron en sacerdotisas, líderes y guardianas de las *huacas* (lo sagrado andino), asumiendo tareas que nunca antes habían ejercido. Tal y como señala Silverblatt (1987, p. 160) citado por Federeci (2010) el concepto de brujería era ajeno a la sociedad andina, muchas

mujeres eran especialistas en el conocimiento de la salud, estaban familiarizadas con las propiedades de hierbas y plantas, también eran adivinas, lo cual fue relacionado al mal.

...las mujeres andinas que eran arrestadas, en su mayoría ancianas y pobres, reconocían los mismos crímenes que eran imputados a las mujeres en los juicios por brujería en Europa: pactos y copulación con el Diablo, prescripción de remedios a base de hierbas, uso de ungüentos, volar por el aire y realizar amuletos de cera (Silverblatt, 1987: 174). También confesaron adorar a las piedras, a las montañas y los manantiales, y alimentar a las huacas. Lo peor de todo, fue que confesaron haber hechizado a las autoridades o a otros hombres poderosos y haberles causado la muerte (ibídem: 187-188). Al igual que en Europa, la tortura y el terror fueron utilizados para forzar a los acusados a proporcionar otros nombres a fin de que los círculos de persecución se ampliaran cada vez más...(FEDERECI, 2010, p, 307).

A diferencia de Europa, estas acciones no aislaron a las mujeres acusadas de brujas, porque uno de los objetivos de la caza de brujas, es el aislamiento de las brujas del resto de la comunidad, lo cual no fue logrado. Las “brujas” andinas no fueron transformadas en parias. Por el contrario, “fueron muy solicitadas como comadres y su presencia era requerida en reuniones aldeanas, en la misma medida en que la conciencia de los colonizados, la brujería, la continuidad de las tradiciones ancestrales y la resistencia política consciente comenzaron a estar cada vez más entrelazadas” En efecto, gracias en gran medida a la resistencia de las mujeres, la antigua religión pudo ser preservada. El culto fue llevado a la clandestinidad a expensas del carácter colectivo que tenía en la época previa a la invasión europea. Pero los lazos con las montañas y los otros lugares de las *huacas* no fueron destruidos (op. cit).

FIGURA 69- LAS MUJERES COMO PROTAGONISTAS DE LA LUCHA Y RESISTENCIA



FUENTE: <https://viacampesina.org>

Para Nemesia Achacollo (2008) expresidenta de la Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas originarias de Bolivia “Bartolina Sisa” y ex ministra de Desarrollo Rural y la Tierra (2010-2015) en los tiempos actuales, uno de puntos relevantes del proceso de conquistas

de la reforma agraria del MAS fue garantizar el derecho a la tierra para el hombre y la mujer de manera equitativa, como protagonista porque:

...las mujeres solamente tenían el derecho de acceso a la tenencia de la tierra si eran viudas o tenían que heredar de sus padres (...) con la nueva ley se va tener el proceso de saneamiento, se va consolidar, las mujeres van a ser dueñas, a partir de ahora ya no habrá más mujeres que van a llorar, que van a estar afuera pateadas, sino que van a tener sus tierras donde van a trabajar... (op. cit, pp. 56, 58).

Estas palabras de Nemesia Achacollo (2008) trae las grandes banderas de resistencia contenidas en la lucha por la tierra y territorio en Bolivia, y en Nuestra América durante más de 500 años, en contra de la desigualdad entre hombres y mujeres y la violencia en todas sus formas y escalas; incluida la escala del cuerpo de las mujeres. Sus palabras evidencian que hombres y mujeres no se relacionaban en términos de equidad y se están gestando propuestas, movimientos, leyes a partir de luchas y batallas contra el orden patriarcal desde la “invasión europea”. Así también sus palabras, trae consigo la ampliación de la definición economicista de reforma agraria únicamente como la concesión de lotes agrarios, relacionada a la propiedad privada de la tierra que ha sido el factor principal en la construcción de una estructura de clases polarizada, basada en la acumulación de la riqueza en manos de la clase terrateniente, la racialización de los pueblos indígenas y la opresión de las mujeres.

Para Amaia Pérez Orozco en su trabajo “Subversión feminista de la economía” estas resistencias históricas de las mujeres han sido recuperadas por el pensamiento crítico feminista, anticapitalista, ecologista, decolonial entre otros, para resaltar la importancia de la centralidad de la “sostenibilidad de la vida”, y la situación de rebelión contra el statu quo patriarcal y capitalista, recuperado en los países andinos desde la cosmovisión indígena del *suma q'amaña* en aymara de Bolivia, *sumak kawsay* en kichwa de Ecuador o buen vivir, como una posibilidad de repensar otros mundos posibles para todos y para todas (PEREZ OROZCO, 2014, p. 24).

En este sentido, para Ana Patricia Castillo (2015) en su trabajo “Las mujeres y la tierra en Guatemala: entre el colonialismo y el mercado neoliberal” describe cómo en la historia agraria de Nuestra América y en particular en Guatemala la creación de la propiedad privada ha estado precedida del despojo y la violencia contra los derechos ancestrales de los pueblos y comunidades indígenas, en un proceso de creciente y sistemática acumulación que en la actualidad se expresa en la concentración y acaparamiento de la tierra y los bienes de la naturaleza. “Así la creación de la propiedad es expresión de complejas relaciones de poder, desiguales y violentas en términos de clase, étnico-racializados y de género” (op. cit. p. 39)

Castillo (2015) propone una discusión sobre “Colonialismo y colonialidad en la condición de las mujeres campesinas e indígenas en Guatemala” y recupera el estudio de Shankari Patel (2012) que señala que las mujeres mayas del Postclásico fueron parte activa y relevante de la vida social, económica, política y religiosa como se refleja en las estatuillas, figuras pintadas en cerámica y distintos códices en los que las mujeres de las élites aparecen portando símbolos de autoridad. El trabajo de Patel (2012) concluye afirmando que las mujeres gozaban de un status respetable, en el que la desigualdad estaría marcada fundamentalmente por la clase más que por el género.

...aunque las mujeres mayas del período Clásico se equiparan en los discursos religiosos con la naturaleza en términos de su capacidad de reproducción, eran también agentes sociales activos que no podían ser excluidas de las posiciones políticas o religiosas de poder y fueron capaces de utilizar este tipo de asociación con la naturaleza, el agua y la tierra a su favor para asegurar que sus descendientes femeninas del Postclásico controlaran el discurso político, el conocimiento médico y las condiciones materiales que intervienen en la toma de decisiones personales con respecto a la fecundidad y la planificación familiar (PATEL, 2012, p. 305).

Para Castillo (2015) estos conocimientos que heredaron las mujeres descendientes son los que en alguna medida se han conservado por medio de las “comadronas, hueseras, sanadoras y adivinatoras” (op. cit. p. 50).

Otro logro importante para la Vía Campesina (2017) es que sus organizaciones regionales y La Vía Campesina Internacional han trabajado en el cambio desde “dentro”. La igualdad de dirigentes en el liderazgo, el enfoque de género y la transición en las mismas organizaciones y familias son parte importante del cambio, que incluye a todos, varones y mujeres (op. cit., p. 31).

3.2.5 La reforma agraria y la invasión

A diferencia de los temas anteriores de las relaciones de la reforma agraria con los debates de: i) autogobierno, ii) la agricultura, iii) la alimentación, iv) las mujeres, el punto v) de la invasión principalmente *colonial* del *sistema mundo moderno* en Nuestra América aparece más fuerte en los debates de los movimientos campesinos norteamericanos que en la Vía Campesina Internacional, podríamos decir que se fortalecen en el territorio de Nuestra América. La herida colonial, marcó cómo se han conformado y llamado los Estado-Nación.

FIGURA 70 - ORIGEN DE LOS NOMBRES DE LOS PAÍSES DE NUESTRA AMÉRICA



FUENTE: <http://pictoline.com>

Así es que, a partir de la década del noventa, unos sujetos aparentemente olvidados por la historia, excluidos por el *sistema mundo moderno colonial*, además negados muchas veces por las corrientes críticas de la modernidad, relacionadas solamente en sus dimensiones culturales y folklóricas, resurgieron en la escenario social y político nuestroamericano, nos recuerda Wahren (2010) al mismo tiempo que los intelectuales del sistema hegemónico capitalista como Francis Fukuyama (1992) anunciaban el "fin de la historia".

Estos sujetos que saltaron de la locomotora de la historia lineal occidental, fueron primeramente los indígenas del Ecuador que con el *Gran Levantamiento Indígena*, en el escenario de los festejos por los 500 años del "descubrimiento de América" pusieron el tema de la invasión en la resistencia cotidiana. Y así, casi sin anunciarlo, el 4 de junio de 1990 Ecuador amaneció con un millón de personas en las calles, exigiendo sus tierras y sus territorios. Para Ortiz (2015), los conflictos incluían conflictos de tierras que no se habían solucionado en el IERAC y que desde bastante tiempo atrás se hallaban en instancias judiciales, la legalización de territorios de las nacionalidades indígenas, la solución a los problemas de agua

y riego, la expulsión del Instituto Lingüístico de Verano- ILV (una ONG internacional del cristianismo evangélico protestante cuya finalidad principal es recopilar y difundir documentación sobre las lenguas menos conocidas, con el propósito de traducir la Biblia a dichas lenguas, fue acusada de favorecer a compañías petroleras para que los indígenas abandonen sus tierras), el reconocimiento oficial de la medicina indígena, la entrega de recursos para la educación bilingüe, precios justos a los productos campesinos y autonomía en su comercialización. El Gobierno de Rodrigo Borja Cevallos (1988-1992) decidió entonces entregar títulos de cerca de 2 millones de hectáreas.

Los 18 conflictos serios de tierras, que involucraban a grandes haciendas, se resolvieron en los meses siguientes con la intervención de abogados patrocinadores pagados por el Gobierno para que impulsaran las causas que se ventilaban en los juzgados. La legalización de los territorios, la expulsión del ILV, la educación bilingüe, todo se resolvió como ya se había venido conversando en el año y medio anterior. Sin embargo, la declaración del Ecuador como estado plurinacional fracasó en aquel momento (ORTIZ, 2015, p. 4).

Desde entonces, las organizaciones se constituyeron en referentes en la lucha por la tierra de los sectores indígenas, tuvieron una estructura organizativa consolidada y una combinación de alianzas importantes. “La identidad étnica, entendida como la fortaleza comunitaria fue de enorme importancia para sostener y levantar las acciones de protesta frente a los poderes terratenientes y el propio Estado” (HERRERA, 2016. p. 8).

Varios fueron los efectos del levantamiento indígena en el Ecuador. Para Gonzalo Ortiz Crespo (2015) el más profundo, fue que la sociedad ecuatoriana cambió para siempre. “El movimiento indígena tomó, a partir de allí, una fuerza inédita y prácticamente se puso a la cabeza de los movimientos sociales, realizó alianzas equivocadas después, apoyando a Lucio Gutiérrez y a Rafael Correa, que lo han dividido y debilitado” (op. cit, p. 5),

La Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador –CONAIE, organización nacida en 1986 que aglutina a las nacionalidades, pueblos, comunidades, centros y asociaciones indígenas del Ecuador, se pronunció en el 2015 así:

Después de 25 años de haberse producido el levantamiento, las demandas de los pueblos indígenas del Ecuador siguen vigentes. El gobierno actual ha establecido un modelo de desarrollo extractivista que vulnera los derechos de consulta y participación de las comunidades. La CONAIE retomó las alianzas con los sectores clasistas para defenderse de la envestida desarrollista, continuadora de la globalización. Sin embargo, evidentemente las constantes tensiones con el poder ha afectado a la organización, la cual se encuentra en constante transformación y reflexión sobre su futuro organizativo. Entonces la consigna se mantiene y se actualiza: “525 años de resistencia” pero no solamente resistiendo, sino también

construyendo el sueño de que otro mundo, diverso y anticapitalista, es posible (CONAIE, 2015)

La capacidad de este sector de “intelectuales orgánicos en el mundo indígena” fue para Bretón (2012) fundamental para “el desbordamiento del mundo de la hacienda”, lo cual si miramos en términos actuales, la gran capacidad de intelectuales indígenas que están realizando la tarea de aclararnos que el *Sukak Kawsay* no es sinónimo del concepto moderno-occidental de “desarrollo”⁹⁵ evitando todo tipo de ventriloquia epistémica neo-colonial, nos da la esperanza de un verdadero cambio de época- un *Pachakutik* todavía en el siglo XXI.

Según Antonio Luis Hidalgo-Capitán, Alexander Arias y Javier Ávila (2014) la caracterización del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre el *Sumak Kawsay* la han realizado a partir de nueve criterios: 1) la concepción del *Sumak Kawsay* (Buen Vivir) como filosofía de vida indígena; 2) la concepción de su concepto opuesto, el *Llaki Kawsay* (Mal Vivir) como vida desgraciada; 3) la identificación de la identidad como variable clave del *Sumak Kawsay*; 4) la identificación de la plurinacionalidad como estrategia política para alcanzar el *Sumak Kawsay*; 5) la identificación de la re-indigenización de las comunidades indígenas como proceso para alcanzar y mantener el *Sumak Kawsay*; 6) la identificación de la solidaridad, la generosidad y la reciprocidad como vías de financiación del *Sumak Kawsay*; 7) la consideración de las relaciones económicas internacionales como complemento para el *Sumak Kawsay*; 8) el rechazo de la monoeconomía ortodoxa occidental para comprender el *Sumak Kawsay*; y 9) el carácter sinérgico otorgado a la relación entre las distintas variables económicas, políticas, sociales, culturales, ambientales, espirituales, entre muchas otras en el *Sumak Kawsay* (HIDALGO, et al, 2014, pp. 29-30).

El Buen Vivir del pluriverso andino, emergió para occidente de manera simultánea, mientras el sociólogo aymara boliviano Simón Yampara (2001) comenzaba a incluir en sus publicaciones la expresión *Suma Q'amaña* y a teorizar sobre ella, el antropólogo kichwa amazónico ecuatoriano Carlos Viteri (2000) comenzaba a divulgar el concepto del *Sumak*

⁹⁵ El antropólogo kiwchua Carlos Viteri desarrolló su propuesta del *Sumak Kawsay* como “alternativa al desarrollo” en su tesis de licenciatura inédita (Viteri, 2003), aunque previamente había elaborado y difundido un documento más breve, que recogía las ideas básicas analizadas en dicha tesis. No obstante, según se afirma en la reseña biografía de su Web: “Carlos Viteri Gualinga propuso en 1993 el *Sumak Kawsay* (vivir en abundancia, sabiduría y dignidad) como un nuevo paradigma para alcanzar el buen vivir, en armonía entre los pueblos y culturas y en equilibrio con la madre Naturaleza, frente al fracaso mundial de la ideología del ‘desarrollo’” (VITERI, 2013: Biografía).

Kawsay y a demostrar, posteriormente en su trabajo de tesis (Viteri, 2003), que seguía existiendo, tanto en el imaginario (ideal de vida), como en la práctica social del pueblo Sarayaku en la Amazonía ecuatoriana.

La utilización del *suma q'amaña* en espacios institucionales sin comprender la pluridimensionalidad del mismo, ha generado varias críticas desde los movimientos indígenas andinos y pensadores críticos que han visto como una expoliación intelectual. El *suma q'amaña* percibe las instituciones desde una cosmogonía distinta, para interpretarla se requiere de una epistemología y una ontología en rebeldía con las lógicas hegemónicas. Porque al hablar del *suma q'amaña* se hace una ruptura radical con una lógica productivista y capitalista, para sustituirla por una lógica pluridimensional del buen vivir y del buen morir (QUIJANO, 2011, p. 55).

La filosofía de vida *kiwchua* que Viteri (2003) hizo emerger como fenómeno social a escala planetaria, se comparte, aunque con matices, a la filosofía de vida de otras comunidades indígenas repartidas por todo el *Abya Yala* nos dice Hidalgo, et. al (2014) e incluso, por otros continentes como África, Asia y Oceanía (op. cit, p. 38). Así, la siguiente cita se asemeja bastante a la cosmovisión del *Yvy Marane'y* - la Tierra Sin Mal de los guaraníes que trataremos en el capítulo IV, donde el territorio tiene significados más allá de lo físico, para incorporar entre muchos otros, la relación con la naturaleza, la espiritualidad y los antepasados, como vimos en el pretexto en los tres territorios Guaraní: el vientre de la madre, la piel de la persona-su lengua y su *tekoha*.

Esta convivencia y armonía nos enseñó a entender las múltiples dimensiones que componen la *Sumak Allpa*. El *muskuy* (conocimiento y comprensión) nos ha permitido adaptarnos adecuadamente a las condiciones de vida de la selva y definir nuestra presencia en estos territorios, desde hace cientos de años, con nuestros antepasados Tayak Runa. A lo largo del tiempo ésta ha sido nuestra nación. El territorio heredado de nuestros antepasados, donde gobernamos nuestra vida, donde nuestros padres y abuelos bautizaron y dieron nombre propio a los ríos, los cerros, las lagunas, las cuevas, los árboles, los animales. *Ñukanchik rukukuna kawsana allpa*, ahí donde vivieron nuestros mayores; *ñukanchik kawsana allpa*, la tierra donde viviremos siempre. En este territorio, nuestros sabios nos han dictado sus normas, códigos de conducta y leyes que nos han permitido: tener áreas para comunicarnos con ellos y respetarlos; espacios para jugar; zonas para cultivar los alimentos a cargo de las mujeres y obtener la carne para alimentarnos bajo responsabilidad de los hombres; áreas para aprender y construir nuestras casas y curar nuestras enfermedades. La constante del *Mushuk Allpa, nuestra Tierra Sin Mal* (HIDALGO, et. at., 2014, p. 80).

Así también en Guatemala, para Carlos Morales Cifuentes (2008), de la Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas- CNOC, existen otras discusiones actuales al interior de los movimientos campesinos e indígenas guatemaltecos. La revalorización de cultura maya

fue mundialmente reconocida partir de la recuperación del calendario maya que colocó la fecha del 21 de diciembre de 2012 como el fin de un ciclo importante del calendario maya y lo que para la mayoría de los occidentales significaba el “fin del mundo” trajo consigo grandes pensamientos dentro de los movimientos sociales y la academia como por ejemplo las reflexiones sobre “el colonialismo y la colonialidad”

...Yo venía recordando la lucha de siempre, del indígena y del campesino, ya desde 1524, hace más de 500 años, cuando llega al territorio guatemalteco el grupo de invasores españoles luego de pisotear al pueblo mexicano y nos pisotean a nosotros. Llegaron con armas de fuego a pelear contra un ejército desarmado aunque numeroso, el ejército de los *Qeqchies*, *Kiches*, *Kakchiqueles*, todas diferentes etnias de Guatemala, que no tenían estrategia de guerra, como la que traían ellos de tanta lucha en Europa. Y lo primero que hicieron fue apoderarse de las tierras y luego robarse las maderas, los minerales, los animales. Obligaron a nuestros abuelos y abuelas a pagar tributos para enviarlo a la nobleza y a los reyes. Es un robo lo que hicieron y es el primer robo que nosotros identificamos como guatemaltecos; después vinieron los otros robos... (MORALES, 2008, p. 63).

Los movimientos populares de Guatemala, están construyendo sus reflexiones, discursos y estrategias, recuperado la herencia, la sabiduría ancestral, siguiendo los pasos de los varones y las mujeres insurrectas que desde sus cuerpos e ideas irreverentes sembraron las semillas del pensamiento y la acción para el renacer de su existencia y proteger la vida en plenitud.

...quiero dejar un mensaje de nuestros abuelos y abuelas, ellos nos dejaron escrito para nosotros los mayas en el Chilam Balam, las profecías, la caída del imperio está dentro de las profecías. Dice la profecía séptima del Chilam Balam: “*Desaparecerán las leyes y los controles externos como la policía y el ejército, pues cada ser se hará responsable de sus actos y no habrá que implementar un derecho o deber por la fuerza, se conformará un gobierno mundial y armónico con los seres más sabios del planeta, no existirán fronteras ni nacionalidades, terminarán los límites impuestos por la propiedad privada y no se necesitará el dinero como medio de intercambio, se implementarán tecnologías para manejar la luz y la energía, con ella se transformará produciendo de manera sencilla y poniendo fin a la pobreza de siempre, el Chilam Balam*”. Tenemos esperanzas de que estas profecías mayas se cumplan (MORALES, 2008, p. 69-70).

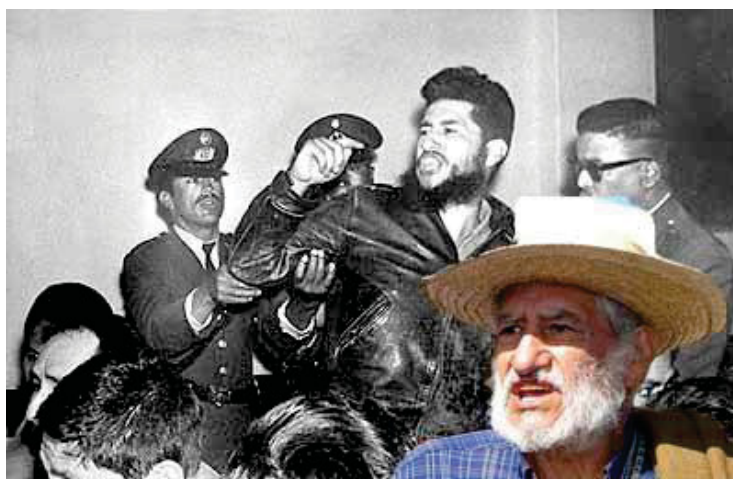
En Perú, Hugo Blanco (2004), líder *campesindio* y uno de los protagonistas de las luchas campesinas e indígenas describe:

“La resistencia comenzó desde un inicio, con Manco Inca y Tupac Amaru I. Luego la notable rebelión de Juan Santos Atawallpa y la más célebre, la de Tupac Amaru II que alcanzó Bolivia con Tupac Catari y sacudió todo el dominio español. A raíz de este último levantamiento cesaron las más brutales prácticas de los invasores. Luego de la revolución de independencia subsistió el sistema del latifundio servil. El dueño de la tierra era el hacendado, denominado “gamonal” por la resistencia. Reservaba para su servicio los mejores y más extensos terrenos” (BLANCO, 2004, p. 5).

En la obra “Nosotros los Indios” de Hugo Blanco (2010), el autor nos trae la historia de la lucha por la tierra en Perú, que la guarda en su piel, nadie se la contó, él los vivió. Nos regala una colección que fueron escritos durante toda su vida en lucha y resistencia aclarándonos desde la presentación que “el término *indio* es el apelativo despectivo usado contra nosotros. Es el látigo con que nos azotan la cara. Recojo el látigo. Me parece más apropiado en lugar de usar términos que suavizan o disminuyen la opresión” (op. cit, p. 29).

Hugo Blanco...nos cuenta, nos habla de las esperanzas, desafíos, tensiones y luchas ancladas en los territorios donde él ha vivido y ha luchado. A través de estas crónicas de resistencia y utopía, Hugo Blanco nos narra las luchas campesinas e indígenas condensando, de alguna manera, gran parte de las luchas de nuestro continente de los últimos cincuenta años, exilios incluidos, desde donde emergieron los sujetos rebeldes que han construido sueños emancipatorios de autonomía y libertad aún vigentes (WAHREN, 2010, p. 1).

FIGURA 71 - HUGO BLANCO, AYER Y HOY



FUENTE <https://www.servindi.org>

Respondiendo a las críticas del porqué el movimiento indígena peruano es reciente y no histórico en Perú a diferencia de Ecuador y Bolivia, Andrés Luna Vargas (2008) de la Confederación Campesina del Perú, formada en 1947 nos cuenta que existieron alianzas entre los indígenas y campesinos, muchos indígenas se reconocieron como “campesinos” en la interlocución con el Estado principalmente por la discriminación que sufrían en la lucha social. Esta construcción del campesinado de Nuestra América, forjada en las luchas agrarias primero y posteriormente en las luchas territoriales, sociales y ambientales, como vimos anteriormente Armando Bartra (2006) los llama “campesindios”. Entonces, reflexiona Luna Vargas (2008) la reforma agraria en Perú fue una lucha de los “movimientos comunales porque nuestras comunidades campesinas-indígenas son anteriores al Estado peruano” (op. cit., p. 44).

Para Hugo Blanco (2014), la reforma agraria fue el resultado de un proceso de acumulación de fuerzas indígenas y campesinas en resistencia al latifundio basados en un sistema colonial que se mantiene.

La reforma agraria tuvo la desventaja de no tomar en cuenta nuestras raíces culturales y de ser aplicada burocráticamente, desde las oficinas, sin consultar al campesinado. La población indígena no vio con simpatía las instituciones extrañas a su cultura que impuso la ley. Se trataba de grandes aparatos supuestamente colectivistas, pero que mediante la administración no democrática se convertían en órganos de opresión de algunos funcionarios sobre la mayoría del campesinado. Nuestra cultura indígena tiene su organización colectivista milenaria, la comunidad o “ayllu” y la Pachamama. Desde ahí luchábamos contra las haciendas y desde ahí lucho ahora... (BLANCO, 2004, p. 9).

Los movimientos comunitarios de Perú vienen caminando históricamente con avances y retrocesos porque es una búsqueda cíclica de reciprocidad entre la lucha, la resistencia, la cultura, la vida y la muerte, la Pachamama del Tawuantinsuyu “Inka” que en palabras de Hugo Blanco (2016), con quien conversamos en el “*XVIII Encontro Nacional de Geógrafos*”- ENGA realizado en São Luís, Maranhão/ Brasil el “Tawuantinsuyu incluía formas de colectivismo, heredadas de las civilizaciones Chavín, Tiawanaco, Wari, Nasca, Paracas, Mochica, Chavín entre otras”, hasta llegar al “Tawantinsuyo, que era una confederación de naciones no era un imperio como lo calificaron los invasores incapaces de concebir un estado tan extenso que no lo fuera, que abarcaba desde la actual Colombia hasta Argentina y Chile”. La esencia de esta organización continuó siendo el “ayllu” o comunidad indígena campesina, ese organismo colectivista perdura, por lo que la reforma agraria no puede limitarse a un pedazo de tierra agrícola individual o mismo comunitario sino se respeta la relación con la tierra y la naturaleza, que es madre, es familia e incluye una profunda relación espiritual ancestral de reciprocidad entre – Humanidad- Naturaleza y Cosmos, la filosofía cósmica en el pensamiento y conocimiento de los *Amawtas* (sabios), la salud, la medicina y la educación, la dualidad *Chacha- Warmi* (hombre – mujer), el desarrollo de la ciencia y la tecnología, la economía y la producción, la astronomía y la física, así como la ideología, la política y la organización social.

FIGURA 72- LOS COLORES DEL WIPHALA, SÍMBOLO DE LUCHA Y RESISTENCIA ANDINA
POR 500 AÑOS

Chupika	Rojo	Pachamama. La madre Tierra, la energía telúrica. El mundo material, lo visible
Kallapi	Anaranjado	Jaqi. Es asumir la responsabilidad y comprender la magnitud de ser personas cuando la dualidad "chacha-warmi" (hombre-mujer) se complementa.
Q'illu	Amarillo	Ayni. La reciprocidad y complementariedad, la energía que une a toda forma de existencia.
Janq'u	Blanco	Pacha. Tiempo y espacio. Lugar y época. La historia cíclica. Una forma de vida en armonía con todo el multiverso.
Chuxña	Verde	Manqhapacha. La vida y dinámica en el mundo interior. Akapacha. La vida y dinámica en este mundo, en este plano.
Larama	Azul	Alaxpacha. La dimensión o espacio de arriba. Pachatata o Pachakama. La fuerza o energía cósmica. El espíritu que anima todo.
Larama chupika	Violeta	Ayllu. La comunidad. Sumaqamaña. El horizonte de saber vivir en armonía con la Madre Tierra y equilibrio con todo lo que existe.

FUENTE <http://wiphala.org/sagradawiphala.htm>

3.2.6 La reforma agraria y la convergencia

Esta relación de la reforma agraria y la convergencia, se da principalmente por la idea de que la RA no es más un tema únicamente de los campesinos y campesinas, sino de todas las sociedades y a distintas escalas que convergen también con otras temáticas como hemos visto al inicio de éste capítulo, con otros conflictos y resistencias que se encuentran en los múltiples territorios de sus luchas (cuerpos, tierra, naturaleza, memoria e historia, reforma agraria). El principal espacio de concertación, encuentros, alianzas y acuerdos entre los movimientos campesinos es la Vía Campesina que tiene el objetivo de fortalecer la convergencia de las luchas a escala planetaria y en Nuestra América ha articulado diversos debates y acciones a favor de la reforma agraria.

Por ejemplo, en Guatemala, existen en la actualidad varias organizaciones que luchan por la reforma agraria, como la Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas- CNOC, el Movimiento Indígena, Campesino, Sindical y Popular- MICSP, articulados a la Vía Campesina y de los pueblos Kaqchikel, Tzutuhil, Mam, Ixil, Kiché, Q'anjob'al, Akateco, Qeqchí, Chuj, Tectiteco, Sipakapense, Poq'omchí, Uspanteco, Chortí, Achí, Pocomam, Xinka, Garífuna y mestizo, más de 180 organizaciones campesinas y rurales, de pueblos, de mujeres, organizaciones no gubernamentales, juventudes y niñez, quienes se han pronunciado

durante el *IV Congreso Nacional de Pueblos, Comunidades y Organizaciones* en 2014 a favor de la reforma agraria de la siguiente manera

La defensa de los múltiples territorios: cuerpos, tierra, naturaleza, memoria e historia y la promoción de una reforma agraria integral, están ahora entrelazadas como nunca antes en la historia de Guatemala. No se pueden defender los territorios si no se transforman las relaciones de poder de dominio cotidianas, se detiene el acaparamiento de tierras y la violencia que la acompaña. Es legal y legítima nuestra aspiración al ejercicio del poder y al ejercicio de la autonomía de nuestros pueblos; es decir, nuestro derecho al ejercicio de formas de vida, cultura y relación con la naturaleza desde nuestra propia cosmovisión e intereses (VÍA CAMPESINA, 2014, p. 2).

Al mismo tiempo se han pronunciado a favor de una economía para la vida, que apuesta por la propiedad colectiva, el restablecimiento de la naturaleza, la importancia del papel de los pueblos originarios en el impulso y mantenimiento del equilibrio entre las personas, la naturaleza y el cosmos; el reconocimiento a los aportes que las mujeres han hecho al sostenimiento de la vida, la necesaria redistribución entre mujeres y hombres, de las tareas de cuidado en las casas y las comunidades, la producción agroecológica, la recuperación de semillas originarias, la siembra y uso de plantas medicinales, el reconocimiento del papel de las diversas autoridades comunitarias como las comadronas, guías espirituales y el papel de ancianas y ancianos olvidados por el “modelo patriarcal, colonialista, capitalista neoliberal con una estrategia extractivista”, que se apropió de las tierras, energía, el trabajo y los cuerpos de los pueblos, mujeres y varones durante 500 años (op. cit. p.3).

Esto se relaciona a un nuevo escenario de luchas y resistencias, para María Candelaria Navas (2007), quien reflexiona desde el Salvador, afirmando que las antiguas formas de organización social han cambiado y algunos rasgos generales de los nuevos movimientos sociales son:

- a. Su base social trasciende la estructura de clases.
- b. No se identifican con una ideología política en particular, ni tampoco la ideología constituye un elemento unificador.
- c. Buscan una ampliación de los sistemas de participación en decisiones de interés colectivo, es decir, mayores oportunidades de participación política y civil, otorgándoles gran importancia a las dimensiones civiles de la sociedad frente a las vinculadas al Estado.
- e. Desarrollan formas de organización un tanto descentralizadas, abiertas y democráticas, con formas de liderazgos flexibles, cambiantes, generando organizaciones específicas: concertaciones, grupos de presión, etc.
- f. Tratan de mantener cierto distanciamiento del modelo tradicional de organización política, que se traduce en autonomía en relación a los sistemas políticos (NAVAS, 2007, pp. 366-367).

FIGURA 73- LA CONVERGENCIA DE LOS MOVIMIENTOS EN LA VÍA CAMPESINA-CENTROAMÉRICA



FUENTE: <https://viacampesina.org/es/centroamerica>

Así, el movimiento campesino hondureño organizado en el Consejo Coordinador de Organizaciones Campesinas de Honduras -COCOCH, la Confederación Hondureña de Mujeres Campesinas -CHMC (ambas miembros de Vía Campesina) y el Consejo Nacional Campesino-CNC, han estado apoyado por la Campaña Global por la Reforma Agraria, la oficina de la Vía Campesina para Centroamérica y organizaciones articuladas en la Alianza por la Soberanía Alimentaria y la Reforma Agraria –SARA, en coordinación trabajaron en una propuesta de decreto ley en el 2006 que fue aprobada después de varias acciones de lucha para resolver “la mora agraria” que permitiría, como primer paso para la implementación de una reforma agraria integral, la solución a más de 800 grupos campesinos que están en posesión de la tierra desde hace varias décadas y aún enfrentan problemas legales, al no tener sus títulos, pero sobre todo el acoso constante de destrucción de sus cultivos, desalojos, persecución y hasta asesinato por parte de los supuestos dueños con el conocimiento de autoridades gubernamentales (VÍA CAMPESINA, 2014).

Rafael Alegría del COCOCH nos cuenta que “el logro de la aprobación del decreto ley en el 2006 no significó un regalo del parte de Gobierno o de los diputados, es el fruto de las luchas de hombres y mujeres del campo”:

...nuestra próxima batalla será la derogación de la ley de modernización del sector agrícola que incentiva el acaparamiento de tierras para el cultivo de la palma africana se suma la ganadería intensiva, los proyectos mineros, presas hidroeléctricas y complejos turísticos que han desplazado a comunidades enteras en diversas regiones de Honduras. No sólo se ha utilizado la Ley de la Modernización Agrícola, sino también el engaño, la fuerza pública y grupos de sicarios y buscaremos la aprobación de una nueva ley de reforma agraria integral para lograr la soberanía alimentaria (ALEGRÍA, 2006, p. 10)

La Minga Informativa de Movimientos Sociales de la Vía Campesina Honduras (2006) reflexionó sobre algunos aspectos importantes del decreto: las tierras legalizadas a los campesinos y campesinas pasaron a ser de propiedad familiar y no podrán ser enajenadas ni vendidas y solo

podrán ser garantía para obtener créditos para la producción. Además de los grupos que están en conflictos, fueron beneficiados aquellas comunidades que estaban en posesión de la tierra por más de una década y que aunque no tenían expedientes en el Instituto Nacional Agrario- INA iniciaron el proceso de legalización de sus propiedades (Ibíd.).

En Honduras, a pesar de que en la actualidad las políticas públicas privilegian a los “productores”⁹⁶ de café para la exportación y la reforma agraria parece haber salido del escenario público, el movimiento campesino hondureño, realiza foros de debates, movilizaciones, plantones, propuestas y conferencias de prensa (VÍA CAMPESINA, 2014)

Así fue que en 2014 los movimientos articulados en La Vía Campesina Honduras, en alianza con otros sectores sociales como Centrales Obreras; el Frente Nacional de Resistencia Popular- FNRP y la Central General de Trabajadores (CGT), se movilaron, exigiendo la aprobación de La Ley de Reforma Agraria Integral con Equidad de Género para la Soberanía Alimentaria y Desarrollo Rural, presentada al seno del Congreso Nacional. Exigieron además, la “desmilitarización” de las fuerzas de seguridad del país y apoyando un proceso de unificación de las centrales obreras, que aglutinan a 1,5 millones de trabajadores. También se pronunciaron contra el alto costo de la canasta básica, combustibles, transporte, servicios públicos, la pobreza, el desempleo, la corrupción, la injusticia, así como “la refundación del Estado a través de una Constituyente” y el fortalecimiento de la lucha contra la impunidad y la violencia en el país (VÍA CAMPESINA, 2017, p. 2).

Hasta la actualidad esta Ley no fue aprobada y cada año el 16 de octubre Día Mundial de la Soberanía Alimentaria el Movimiento Campesino Hondureño, los campesinos y campesinas en alianza con otros sectores sociales salen a las calles de Tegucigalpa a reclamar con sus gritos de lucha ¡Reforma Agraria Ya! ¡Porque la tierra nos pertenece hasta el final!

Así también, los movimientos de lucha por la tierra en Bolivia, articulados a la Vía Campesina, se manifiestan públicamente por todo el país con sus principales lemas:

Tierra-Territorio para dar Vida y darla en abundancia
Conviviendo con la Naturaleza

⁹⁶ La nominación de productores, responde también a una estrategia discursiva neoliberal, que pretende ocultar la dimensión política del campesinado en lucha por la reforma agraria, para modernizarlos, y acercarlos con la terminología del modelo propuesto en los proyectos de desarrollo rural, que no cuestionan las estructuras agrarias desiguales.

Reforma Agraria Completa, Verdadera, Integral y Participativa
 ¡Globalicemos la Lucha!, ¡Globalicemos La Esperanza!
 ¡Esta Lucha es para Vencer!
 Vía Campesina- Bolivia, 2017

Demostrando que, “el despertar en la calle” al que se refiere Gustavo Esteva (2012) en sus reflexiones para “Pensar desde el abismo” las movilizaciones que tomaron por sorpresa los poderes constituidos, lo mismo que a los ciudadanos y a los partidos son iniciativas valerosas y coherentes que desafían a veces de forma espectacular, el comportamiento normalizado, previsible y predecible que nos ha estado imponiendo el “Gobierno de Nadie”, porque nadie aparece como responsable de los acontecimientos, todos actúan como engranajes de una maquinaria total de a que nadie está a cargo, sin embargo responde a intereses del Estado y del mercado. Entonces, “necesitamos declarar nosotros mismos la emergencia nacional y concertar la acción consiguiente” (ESTEVA, 2012, pp. 31-32, 39).

Apostar por las experiencias y propuestas de la reforma agraria de los movimientos populares de Nuestra América nos permitió, como dijo Luciano Concheiro (2012, p. 172), la posibilidad de identificar nuevas formas de opresión que sobrepasan las relaciones de producción, y ni siquiera son específicas de ellas, como son “la guerra, el machismo, el racismo y el productivismo”; en el espacio- tiempo- conflicto- resistencia visualizamos los distintos procesos de reforma agraria en Nuestra América, heterogénea como su misma esencia, por lo cual, como vimos en éste capítulo no podemos hablar únicamente de la reforma agraria en su dimensión económica para la producción capitalista, ni en su dimensión social de propiedad por el acceso a la tenencia de la tierra como base de la propiedad privada.

Ribeiro (2013) nos plantea una dimensión cíclica de las reformas agrarias en los momentos vividos y resistidos en Perú, pero también puede ser pensando en Nuestra América. La reforma agraria no puede ser solamente evaluada desde una mirada economicista, en función de la cantidad de tierras entregadas y producidas para leerlos en los informes económicos del país. La reforma agraria va y vuelve en forma de movimientos comunales, cooperativas de reforma agraria, rondas campesinas, asociaciones multiétnicas, defendiendo la reforma agraria, la cultura, los recursos naturales. “Hoy cuando se resiste la presencia de las mineras y petroleras especialmente donde hubo la reforma agraria (costa y sierra) no se defiende ¿otra vez la tierra conquistada?” (RIBEIRO, 2013, p. 145).

De esta manera, se abre la posibilidad de problematizar el carácter polisémico que asume la tierra al estar imbricada en las relaciones sociales y territoriales que trascienden su papel de factor de producción y generador de renta. Las reformas agrarias de Nuestra América albergan luchas, resistencias, imaginarios y realidades de cómo ella fue creada y recreada a lo largo de su otra historia, no contada, no registrada más bien acalladas en el *sistema mundo moderno colonial*, es por eso proponemos hablar de las *Reformas Agrarias de Nuestra América*, plurales, diversas que no se detienen, porque son de un tiempo cíclico, por fuera de la lógica de la acumulación del capital, y a abogar por un nuevo paradigma social, basado menos en la ambición y en el bienestar material y más en el *Sumak Kawsay*, *Suma Q'amaña*, *Teko Porã* y en la vida de la “Madrecita Tierra”.

Años de resistencia y caminos andados y pensados por los movimientos comunitarios de Perú, pareciera traernos también el *Giro decolonial*, (CASTRO GÓMEZ; GROSFÖGEL, 2007) un ejemplo lo escribió Ribeiro (2017) “*De la lucha por la tierra a la protección de la Pachamama: los caminos de la Confederación Campesina del Perú*” y parafraseando a Hugo Blanco subrayó, si antes los dirigentes de la CCP luchaban para obtener la *allpa* (tierra, en quechua), ahora se esfuerzan por cuidar a la *Pachamama* (Madre Tierra), el planeta como un todo (op. cit, p. 181).

Así, para Horacio Machado (2016) esta es una cuestión clave para re-orientar nuestras luchas emancipatorias, nacida en el seno de los movimientos sociales de Nuestra América es una cuestión crucial para la liberación humana (de las amarras del capital) que exige repensar la Tierra y redescubrirla como Madre.

“...Y es también repensar, los seres humanos, como ontológicamente hijos de la Tierra: seres terrestres, en el sentido existencial de que no vivimos solamente sobre la Tierra y de la Tierra, pero que literalmente somos Tierra. Necesitamos, de modo urgente, volver a conocernos y, sobre todo, sentirnos Tierra (...) Reconocerla como tal y adecuar a ella nuestros modos de vida, nuestras instituciones, nuestras subjetividades -es decir, nuestros cuerpos y nuestros sueños, nuestras formas de concebir, percibir, pensar, sentir y vivir nuestro lugar en el mundo-tal vez sea el mayor el desafío pedagógico-político que enfrentamos como especie, en un momento en que el camino de la emancipación se volvió, nada más, nada menos, que el camino por la supervivencia: la supervivencia, por lo menos, de la Humanidad de lo humano. Si las fuerzas de izquierda no asumen como propio ese desafío, entonces ¿quién lo hará?” (op. cit. pp. 468-469).

Vilma Almendra (2017), indígena Nasa de Colombia, nos cuenta cómo los indígenas llegaron a la noción de “*palabrandar*” para referirse a su forma de nombrar y hacer, de teorizar y practicar.

Incomodarnos con lo establecido para estar en movimiento, caminar la palabra expresa el hacer crítico, ver, pensar y actuar en las prácticas de la comunidad expresado en el pensamiento indígena nasa así: La palabra sin acción es vacía, la acción sin palabra es ciega, la palabra y la acción por fuera del espíritu de la comunidad, son la muerte (ALMENDRA, 2017, pp. 61-68).

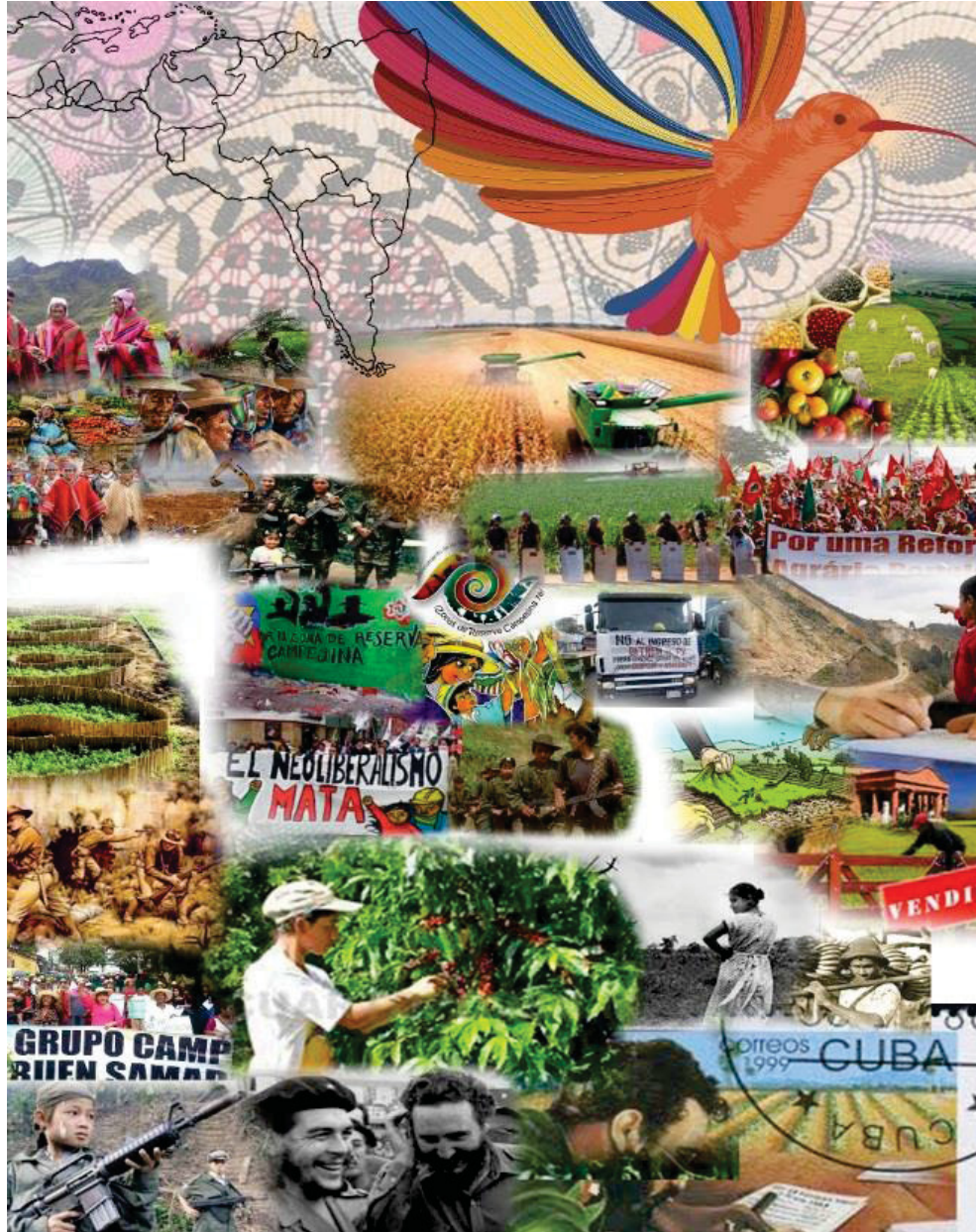
La autora se refiere a que mientras planeaban y gritaban cuando los antepasados entraban a las haciendas para recuperar la tierra, al mismo tiempo la iban arando. Justo ahí empezaron a caminar el pensamiento crítico. Luego otro paso fue cuando del grito de lucha ¡Tierra para la gente! pasaron al de ¡Gente para la tierra!, cuando comprendieron que no se trataba solo de arrebatar la tierra al patrón o al terrateniente para hacer lo mismo que él, sino empezar por liberarse junto con la tierra (produciendo sin fertilizantes químicos). En sus términos, el reto, la urgencia que tenemos para revitalizar el pensamiento y la práctica crítica es volver a asumir que la Tierra es nuestra madre, que somos hijas e hijos de la Madre Tierra, que la Madre Tierra siente, que le duele tanta explotación con hidroeléctricas, con monocultivos, con transgénicos y una cantidad de proyectos de muerte. Que entendamos que si ella se acaba, nosotros nos acabamos con ella. O probablemente antes... (ALMENDRA, 2017, p. 13, 72-75).

En el capítulo IV retomaremos la experiencia de la reforma agraria en Paraguay desde los movimientos campesinos con quienes compartimos durante 4 años de investigación-acción, que nos permite reconocer a los sujetos y la polifonía de sus voces, las discusiones sobre reforma agraria como justicia social de reconocimiento y redistribución, así como el diálogo con los debates y reflexiones en Nuestra América presentados en este capítulo III, considerando las especificidades propias, las relaciones pluridimensionales y las diversas territorialidades que reconfiguran el *tekoha* campesino - paraguayo en la búsqueda de la Tierra Sin Mal- *Yvy Marane'y*..

Vemos que los movimientos campesinos de Nuestra América, proponen una *reforma agraria integral* expresada en la Declaración del Seminario Internacional de Reformas Agrarias en América Latina (2008) “*por la defensa de la vida, la territorialidad, la soberanía, seguridad y autonomía alimentaria y por la no violencia*” que vimos en el capítulo II, sigue enriqueciéndose en la *reforma agraria integral y popular* de la Vía Campesina (2017) presentada en este capítulo. En este sentido, proponemos presentar en el capítulo IV la relación entre la propuesta de reforma agraria del movimiento campesino paraguayo; en una concepción ampliada, con los espacios de vida como el *Tekoha* de los guaraníes y su búsqueda incansable de la Tierra Sin Mal o el *Yvy Marane'y*, donde una superficie terrestre se vuelve espacio geográfico y territorio de vida en la medida en que los lugares físicos ocupados se vuelven lugar de relaciones humanas, de

cultura e imaginarios propios, es el lugar donde somos lo que somos y queremos seguir siendo: campesinos y campesinas.

FIGURA 74 - EL VUELO POR EL TERRITORIO DE LAS REFORMAS AGRARIAS DE NUESTRA AMÉRICA



FUENTE: Imágenes de Internet – Organización: Nuestra Investigación

CAPÍTULO IV

4 LA PLURIDIMENSIONALIDAD DE LA REFORMA AGRARIA: LOS SUJETOS, LAS RESISTENCIAS Y LA JUSTICIA SOCIAL

La propuesta actual de la reforma agraria de los movimientos campesinos nuestroamericanos fue construida en un proceso colectivo de convergencia de las luchas y resistencias a lo largo de muchas lunas a través del intercambio de experiencias, el diálogo de saberes, el análisis colectivo y los estudios al respecto, que trajeron una polifonía de voces que han dejado cada vez más clara la integralidad de la propuesta, que se constelan con nuestras reflexiones. Como vimos en el capítulo anterior las voces de los movimientos campesinos relacionados al “autogobierno, la agricultura, la alimentación, las mujeres, la invasión y la convergencia” de sus prácticas conversan con el pensamiento de varios autores con quienes dialogamos en los capítulos anteriores sobre “autonomía, agroecología, soberanía alimentaria, feminismo y género, la decolonialidad y los espacios latinoamericanos de integración”

En el capítulo IV retomamos la experiencia de la reforma agraria en Paraguay desde los movimientos campesinos con quienes compartimos durante 4 años de investigación-acción, que nos permite reconocer a los sujetos, sus voces y resistencias, las discusiones sobre la reforma agraria como justicia social de reconocimiento y redistribución, en el espacio-tiempo-conflicto-resistencia que no se detiene, está vivo, en debate y constante resignificación.

4.1 LA POLIFONÍA DE VOCES Y SUJETOS EN RESISTENCIA POR LA REFORMA AGRARIA EN PARAGUAY

A principios y mediados del siglo XX, en Nuestra América existió una interesante discusión teórica, específicamente en la corriente marxista o revolucionaria sobre la cuestión agraria. Estas propuestas, estaban inspiradas en una relectura de los trabajos de Marx, pero aplicados a nuestro continente.

El pensamiento de José Carlos Mariátegui (1928)⁹⁷ es la máxima expresión dentro del marxismo latinoamericano temprano, aludió que las relaciones capitalistas y feudales del

⁹⁷ Aunque Mariátegui se aleja de la academia, sus trabajos motivarán años después a otros autores marxistas latinoamericanos. “Tengo una clara y enérgica ambición: la de concurrir a la creación del socialismo peruano. Estoy lo mas lejos posible de la técnica profesoral y del espíritu universitario.” (MARIÁTEGUI, 1928, p. 14)

continente, eran parte de un único sistema económico y no dos economías separadas y recuperó la importancia del “indio” como sujeto revolucionario, reconociendo también que “el problema del indio era el problema de la tierra” como vimos en el capítulo anterior.

Su pensamiento fue recuperado años después, por la crítica a la teoría de la modernización, que asumía que las sociedades latinoamericanas como duales, pues según este planteamiento había dos sociedades diferentes, una sociedad arcaica, tradicional, agraria y estancada y otra sociedad moderna, urbanizada e industrializada, a la que teníamos que imitar y para ello, la reforma agraria redistributiva, fue un camino para la “modernización del campo”.

La teoría de la sociedad dual, de la modernización fue contradicha y debatida dentro de la propuesta de la teoría de la dependencia en su vertiente marxista. Así, Rodolfo Stavenhagen (1965) reconoció que aunque hay grandes diferencias entre las zonas rurales y las zonas urbanas o entre las poblaciones indígenas y no indígenas, estas diferencias no justifican una “sociedad dual” sino los dos polos de una sola sociedad vinculada donde ambos lados son integrantes.

Los ciclos económicos de la América colonial fueron determinados en gran parte por los ciclos económicos del mundo occidental... Estas relaciones siguen hoy en día ... Las regiones subdesarrolladas hacen las veces de colonias internas y en vez de plantear la situación de los países de América Latina en términos de sociedad dual, convendría más plantearla en términos de Colonialismo Interno (STAVENHAGEN, 1965, pp. 15-17).

Esta cita de Stavenhagen, trajo consigo la tesis del *colonialismo interno*, fue inspirada en el seno de las teorías marxistas sobre el colonialismo y el imperialismo.

Al igual que los “7 ensayos de interpretación de la realidad peruana” de José Carlos Mariátegui en 1928, las “7 tesis equivocadas sobre América Latina” de Rodolfo Stavenhagen en 1965, afirmó que en las colonias internas son justamente los mestizos quienes representan la clase dominante local y regional y son los que mantienen a los indígenas oprimidos.

Así también, el trabajo de Pablo González Cassanova en 1969 sobre la “Sociología de la Explotación”; planteaban dentro del marxismo latinoamericano, un acercamiento a la importancia del factor étnico, hasta ese momento muy relegado. González Cassanova (1969) coincidiendo con Stavenhagen (1965) aseguraba que el colonialismo interno surge del

movimiento de independencia en Nuestra América que generaban nuevos actores y mantenía una misma estructura de dominación en la que se sustituyó el dominio español por el criollo manteniendo las mismas características.

González Cassanova (1969) afirmó que fueron los indígenas los desfavorecidos por este *colonialismo interno*; se dieron monopolios sobre sus comercios y créditos, las relaciones de intercambio desfavorables, el aislamiento de los centros de educación, salud e información, salarios diferenciados, además de las discriminaciones sociales, lingüísticas, políticas y sindicales. Aunque el autor reflexionaba sobre México, estos elementos se visualizaron también en las luchas de las comunidades indígenas y campesinas de Nuestra América como vimos en el capítulo III.

Otro autor, fue el brasileño Ruy Mauro Marini (1973) quien entendió que el marxismo no era una teoría económica, sino una “teoría de la explotación” y lo explicó en su trabajo la “Dialéctica de la dependencia”; donde analizó las consecuencias de economía capitalista exportadora y el concepto de la plusvalía de Marx⁹⁸, aplicado para América Latina. El secreto del intercambio desigual para este autor se expresa en “Las naciones desfavorecidas por el intercambio desigual no buscan tanto corregir el desequilibrio entre los precios y el valor de sus mercancías exportadas” (lo que implica un esfuerzo redoblado por aumentar la capacidad productiva del trabajo) “sino más bien compensar la pérdida de ingresos generados por el comercio internacional, a través de una mayor explotación del trabajador”.

Otra propuesta de comprensión marxista es el trabajo de Agustín Cueva (1977) en su obra “El desarrollo del capitalismo en América Latina”. Para Cueva (op. cit) el periodo de las luchas de la independencia fue un proceso de “aguda lucha de clases en las que se hicieron presentes las clases populares, pero las fuerzas democráticas y populares progresistas fueron derrotadas y se consolidó una dirección reaccionaria del capitalismo en América. Latina, que ensamblaba bien con la fase imperialista”.

Cueva (1977) incluyó la tesis de la *acumulación originaria* al debate. “La única modificación en la acumulación originaria es la introducción por la vía revolucionaria de

⁹⁸ “La plusvalía solo brota mediante un exceso cuantitativo de trabajo, prolongando la duración del mismo proceso de trabajo”. El capital es constante: máquinas, herramientas, materias primas. El capital variable, es el trabajo (salario). “El trabajo, es el que crea valor, el que crea plusvalía”. El Capital 148. Analizado por Marini (1973).

desarrollo del capitalismo en el agro” Esto proponía la vía farmer por oposición a la vía junker (grandes propietarios rurales) y la destrucción de la gran propiedad terrateniente para la formación de una masa de campesinos libres que por acción del mercado se descomponen y dan paso al régimen capitalista en el sector agrario. Vimos que ésta no fue la vía dominante de formación del capitalismo en América Latina; la acumulación originaria en la región se dio en el contexto de la fase imperialista del capitalismo.

Ernesto Laclau (1973) trajo al debate el tema de la existencia o no, de mano de obra libre en Nuestra América (mensú, mineros, huasipungos y otros), como característica fundamental del modo de producción capitalista y Emmanuel Wallerstein (1972) reflexionaba también en este sentido sobre esto; en Inglaterra si existió “mano de obra libre” del proletariado y por consiguiente capitalismo, pero en Nuestra América no.

Este debate se trasladó a la Reunión de Oaxaca- México en junio de 1973 entre las posturas de Fernando Henrique Cardoso⁹⁹, de la vertiente estructuralista de la dependencia y Agustín Cuevas de la vertiente marxista. Uno de los temas de la polémica se centró en la paradoja del “capitalismo esclavista” de Nuestra América. El “sistema esclavista” que todavía se tenía en América, por ejemplo de esclavos, esclavas en los cafetales de Brasil, de campesinos, campesinas e indígenas en los yerbales de Paraguay y Argentina, huasipungos en las haciendas andinas de Ecuador y Perú, mineros y mineras en Bolivia y Chile favorecía la acumulación en el centro del sistema capitalista, pero era también un obstáculo al desarrollo de las fuerzas productivas en las colonias (contradicción con la forma típica de explotación capitalista, extracción de plusvalía). Esta reunión clave en Oaxaca (1973), fue tal vez la máxima expresión dentro de la teoría de la dependencia en su vertiente revolucionaria en Nuestra América. Agustín Cueva criticó a la ideología desarrollista (dimensión de dependencia de Fernando Henrique Cardoso) como una perspectiva marcadamente economicista que no tomaba en cuenta las heterogeneidades, las clases sociales y luchas de clases.

Para Cueva “en las contradicciones de luchas de clases se puede hallar la verdadera explicación de las continuas crisis políticas pasadas y presentes y donde pueden detectarse

⁹⁹ Brasileño, consultor de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe- CEPAL, uno de los impulsores del modelo de Industrialización por Sustitución de Importaciones -ISI en la región. Fue presidente de Brasil (1995-2003)

mejor las posibilidades de una transformación revolucionaria de nuestras sociedades”. Planteó ponderar mejor la relación interna y externa en el desarrollo, y que esto no podía ser analizado en términos exclusivamente nacionales, sino también en un contexto internacional “países imperialistas y países semicoloniales”. Cueva no estaba de acuerdo de que en Nuestra América solo ha existido en todo tiempo y lugar un único modo de producción: el capitalista. Para él era necesario reconocer “la enorme heterogeneidad estructural de la mayor parte de nuestras formaciones sociales, con imbricación de varios modos de producción bajo la hegemonía del capitalismo”. Y superar la polémica sobre si América Latina es feudal o capitalista.

Agustín Cueva afirmaba que “existen teorías marxistas como países o continentes haya y que la dialéctica recupera lo universal y lo particular, lo singular de cada situación, sin confundir jamás lo pertinente”. Estaba convencido que el debate en Nuestra América iba entrando en una etapa de madurez y llamaba a los científicos sociales a realizar sus análisis de las clases subordinadas y sus luchas, especialmente las clases sociales agrarias. Las propuestas, pensamiento y debate de este “campo en construcción” dentro de las ciencias sociales nustramericanas se eclipsaron a mediados de los años setenta del siglo XX, con la crisis de la propuesta socialista, trágicamente precipitada en el Cono Sur de Nuestra América, con el sangriento golpe militar en Chile al Gobierno de Salvador Allende en septiembre de 1973, que clausuró la “vía chilena al socialismo” y que abrió dramáticamente la era de los experimentos militares neoliberales en la región.

Los debates originados en el seno de la teoría de la dependencia en su vertiente marxista, dieron luces para un proceso social, cultural, político y económico pensado desde la realidad latinoamericana incluyendo sus profundas contradicciones internas, sus principales aportes fueron: i) el colonialismo interno, que asumía que en la periferia no se podía tener el mismo rol que la burguesía del centro y la única vía para el pueblo era la vía revolucionaria, ii) superar el debate del feudalismo o capitalismo en Nuestra América, pues se planteaba trabajar sobre las etapas de un único sistema mundo y iii) el futuro del mundo rural latinoamericano por la vía campesina o la descampesinización del campo, polémica visualizada en la Reunión de Oaxaca- México.

Bretón (2009) reflexiona que las teorías de la dependencia en su vertiente marxista pusieron en debate el paradigma de la modernización en Nuestra América, fue una importante visión histórica de las transformaciones en el continente y como éstas se insertaron en el

sistema mundial, contribuyeron también a desmitificar que las lógicas de acumulación de los países del centro pueden aplicarse en la periferia, entendiendo que el sujeto social de Nuestra América tiene características propias y de manera especial reivindicó el papel del conocimiento científico para el cambio social.

Veinte años después de estos debates, en la década de 1990, en pleno auge de las políticas neoliberales en la región, como vimos en el capítulo anterior, el mundo fue testigo de los levantamientos indígenas en Ecuador (1990) y en Chiapas- México (1994), así como las movilizaciones campesinas de Asunción- Paraguay en la I Marcha Nacional Campesina (1994) y la movilización y campamento de 3500 familias de trabajadores rurales en la cercanía de la Fazenda Macaxeira (1995) en Brasil, significaba una revuelta real y simbólica en las mentes y las percepciones de las personas que como Francis Fukuyama (1992) creían que la Historia había llegado a su fin con la victoria del neoliberalismo en el mundo, como resultado del determinismo histórico unilineal del *sistema mundo moderno colonial*.

Habían pasado más de 60 años de los primeros planteamientos de Mariátegui sobre el *colonialismo interno* y sobre la problemática del “indio” como un problema de la tierra y su potencial como sujeto revolucionario, cuando reaparecieron los hombres y las mujeres de la tierra, que habían resistido en sus comunidades, con las raíces en los pueblos originarios de Nuestra América, “un terco y aferrado protagonista de nuestra historia: *los campesindios*” (BARTRA, 2011, p. 6).

...entre otras cosas debido a que en nuestro continente opresión de clase y de raza se entreveran, el indio ancestral presuntamente transmutado en moderno campesino reaparece junto a éste revestido de su específica identidad. Y en muchos casos renace dentro de éste, que lo descubre como su raíz más profunda. Recuperada su verdadera faz, en el último tercio del siglo XX los indios americanos debutan como tales en el escenario de la lucha social contemporánea (op. cit, p. 21).

Armando Bartra (2011) realiza un excelente análisis¹⁰⁰ del campesinado y la pertinencia del debate teórico que existe sobre este sujeto histórico como actor, clase social o movimiento

¹⁰⁰ Nos presenta los trabajos de Cornelius Castoriadis y Alain Touraine quienes huyen del fatalismo histórico y su parafernalia ideológica, para emprender la construcción de nuevos conceptos, reconociendo la importancia del legado de Marx, porque las clases son a la vez constituidas por y constituyentes de las relaciones sociales, de modo que la lucha de clases no resulta de la existencia previa de éstas, sino que es en el proceso que ellas se conforman. Nos presenta los aportes de Edward Palmer Thompson sobre la conciencia de clase aprehendidos en largos procesos históricos, donde la clave según Thompson no se encuentra en la reproducción social, ni en las estructuras sino en el despliegue temporal de las subjetividades que son clases pero también otras acciones colectivas convergentes multclasistas o transclasistas. Ingresa al debate de estos sujetos históricos con Immanuel Wallerstein que por su contenido las clases del sistema-mundo como el capitalismo sería de clases- mundo

social y enfatiza la crítica que realizaron varios autores, con quienes dialoga sobre el determinismo histórico lineal del los “creyentes del Progreso” tanto en su versión capitalista como en su versión socialista.

Más allá de los debates teóricos de cómo pensar sobre los campesinos como clase, Bartra (2011) nos advierte que a ellos les da igual pues ya tienen suficiente en tratar de pensarse como campesinos y campesinas, entonces si dentro de la academia queremos proponerlo como categoría analítica sería mejor flexibilizar y enriquecer a la categoría de “clase social” Esto implica no solamente pensar “sobre” sino pensar “con” los campesinos y campesinas, que además de ser una apuesta teórica y metodológica es una “apuesta política, voluntad común, apuesta de futuro” (op. cit, p. 110).

Varias han sido las banderas de lucha del campesinado paraguayo y la reforma agraria se ha plasmado en el escenario nacional para ratificar su condición campesina más allá de un modo de producir, sino también de convivir, a través de los movimientos campesinos como la Federación Nacional Campesina- FNC, la Organización de Lucha por la Tierra- OLT, el Movimiento Campesino Paraguayo- MCP, la Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas- MCNOC, la Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas- CONAMURI, entre muchos otros han decidido conformar un sujeto colectivo, criticados por sus contradicciones internas como si el mismo *sistema mundo moderno colonial* no las tuviera. Estas organizaciones tienen distintos propósitos: económicos, sociales, políticos, culturales, étnicos, de género a escalas locales, regionales, nacionales o internacionales al ser parte de la Via Campesina como son la FNC, OLT, MCP y CONAMURI.

Esta pluralidad en sus finalidades, resultante de la realidad que les toca enfrentar, demuestra la versatilidad con la que han resistido en la historia, a pesar de varias propuestas de acallarlos, encasillarlos, proyectarlos, desarrollarlos, convertirlos en emprendedores neoliberales exitosos. Ellos y ellas están cada vez más cercanos a la tierra, en Paraguay luchando contra la sojización del país, los agrotóxicos del agronegocio, la extranjerización y acaparamiento de tierras, contra la violencia de género y la criminalización de la lucha campesina entre otros,

imbricados en la historicidad del pasado y del futuro y también en la globalidad. Concuerda con Teodor Shanin de que los campesinos pueden dar origen a una clase, dependiendo de las condiciones históricas de sus luchas, pero más allá de esto el campesinado es un modo de vida, una combinación de varios elementos, no es algo sólido y absoluto y eso es esencial para conocer su naturaleza (BARTRA, 2011, pp. 6-16)

demostrando que no son sobras del pasado, siguen siendo una voluntad colectiva, un sujeto social actual en “perpetua articulación – desarticulación, un sujeto histórico que como pocos tiene pasado y que aspira también tener futuro” (BARTRA, 2011, p. 13)

Como vimos anteriormente, la principal bandera de los campesinos y campesinas en movimiento sigue siendo la reforma agraria, la lucha por la reforma agraria es la lucha por la vigencia de los derechos económicos, sociales, culturales, ambientales y de género para las poblaciones campesinas e indígenas y han denunciado que la respuesta a las mismas no puede seguir siendo la violencia, la criminalización, la represión por parte del Estado y el mercado. En este sentido, de esta polifonía de voces que emergen en los movimientos campesinos de Nuestra América, ha sido el grito o *Sapukái* de las mujeres que se ha escuchado cada vez más fuerte para disputar al interior de sus propias familias, comunidades, organizaciones y la misma sociedad patriarcal una cosmovisión que les fue negada por siglos y está siendo recuperada por las mujeres y varones que cuestionan las desiguales relaciones de poder, societarias y simbólicas. Las mujeres campesinas paraguayas han venido “*palabrandando*” como diría Vilma Almendra (2017) sobre estos desafíos y se han reconocido como “sujetas” y actoras sociales y política en la reforma agraria durante el Seminario Internacional sobre Reformas Agrarias en América Latina (2008), así como en el Debate sobre las Mujeres Campesinas (2016) en el marco del XXIII Marcha del Campesinado Pobre en Asunción.

Las violencias contra las mujeres desenmascaradas en el aumento de los casos de denuncias de maltratos, abusos sexuales, feminicidios, así como la represión y persecución a las mujeres campesinas paraguayas nos dice Marielle Palau (2012) está orientada a desmovilizar y disciplinar a las organizaciones y la comunidad, enfrentándose las mujeres a los distintos tipos de violencia cotidiana y en el contexto de lucha por la tierra de manera más agresiva en los desalojos. De esta manera nos dice la autora, conservar el control sobre los cuerpos de las mujeres es absolutamente funcional a las políticas de control del capital, pues patriarcado y capitalismo van siempre de la mano. “Han llegado juntos a estas tierras, como parte de las políticas de colonización que también han tenido una dimensión étnica y cultural” (op. cit, p. 69-70).

Entonces, la violencia de género tiene que ver con que las mujeres son reprimidas y violentadas, pero además nos dice Teodolina Villalba, secretaria general de la FNC durante una entrevista de 2017 es importante visualizar la posición que se tiene dentro del movimiento campesino y esto ha sido parte de las conquistas de las mujeres de la FNC, quienes comenzaron a

cuestionar las relaciones de poder al interior de la organización a través de debates, posicionamientos políticos, teatros, canciones, poesías, diálogos familiares (ver FIGURA 75). En términos de James Scott (2000) de las *estrategias de resistencia cotidiana*, para lograr primero una Secretaría de Mujeres al interior de la FNC y posteriormente en el año 2012 después de 21 años de vida institucional, lograr la equidad en los órganos de decisión al aumentar cuantitativa y cualitativamente los cargos directivos de las mujeres campesinas, principalmente al conquistar por primera vez la representación de la Secretaría General a cargo de una mujer con 35 años de edad, en aquel momento, Teodolina Villalba es desde entonces hasta la actualidad quien encabeza este espacio que históricamente fue representado por varones.

FIGURA 75- DEBATE SOBRE LA LUCHA DE LAS MUJERES CAMPESINAS



FUENTE: Nuestras forgrafías, Asunción, otoño de 2016

La misma lucha llevó a Cecilia Quiroga en el 2015, a sus 31 años de edad al frente directivo del MCP después 35 años de vida institucional, en una entrevista de 2016 nos recordó la lucha por rescatar la memoria histórica del protagonismo de las mujeres en las luchas campesinas e impulsar la unidad de mujeres campesinas a nivel nacional, regional y latinoamericano, además de la vigencia de la lucha por la reforma agraria y la permanencia en el campo en el Paraguay.

Obviamente, las relaciones de poder al interior de los movimientos campesinos paraguayos están cambiando, influenciados tanto por las relaciones intersubjetivas que están atravesando, como por el reconocimiento mutuo de relaciones de género, así como por cambios en dinámicas de poder en la sociedad en general. Pero para Almudena Hernando (2015) en su trabajo “Mujeres, Hombres, Poder. Subjetividades en Conflicto” este campo complejo de relaciones de poder lleva siglos enmascarado y naturalizado en la sociedad patriarcal por lo cual es imprescindible una reflexión continua y colectiva que permita detectar esos modos de reproducción, los dispositivos a través de los cuales el orden patriarcal se sigue reproduciendo en la actualidad y en la cotidianeidad (op. cit. 20).

Este patriarcado que es denunciado junto con los temas relacionados a la actualidad de la problemática campesina en el Paraguay y es colocado en los principales espacios de *resistencia cotidiana, pública y en alianzas* como nos describió Solá Pérez (2016) lo hacen también los campesinos y campesinas de otros lugares de Nuestra América, articulados a las reflexiones sobre la construcción de la convergencia campo-ciudad al interior de la Vía Campesina (2017) que vimos en el capítulo anterior.

En esta resistencia *pública* y en *alianza*, en Paraguay el camino se muestra en la unión del haz de fuerzas entre los nuevos-otros y antiguos actores sociales, urbanos, campesinos e indígenas, sindicales, estudiantiles, de género, ambientales, entre otros de manera a lograr articular las medidas sociales y políticas, encaminadas a modificar por fin las estructuras agrarias y de poder desiguales en el campo paraguayo, buscando un nuevo camino, como la lucha por la reapropiación de la naturaleza y la reafirmación de la diversidad social y cultural del país.

A medida que los campesinos y campesinas se movilizan, principalmente en las dos mayores organizaciones: la FNC y la Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas- MCNOC quienes han resistiendo desde años ante las desigualdades de la tierra y denunciando el derramamiento de sangre ocurrido en las luchas agrarias, se van incorporando nuevos elementos a su práctica y a su discurso, que cuestiona las bases mismas del pacto de dominación, y evitan que las representaciones planteadas sean hegemónicas, y ganen la fuerza del sentido común. Así, ante las pretensiones de eliminar toda regulación a las grandes corporaciones, los movimientos campesinos plantean la recuperación de la autonomía para formular políticas; es decir, la repolitización de la economía y la renacionalización de las

políticas; en estas movilizaciones sociales se proponen la recuperación de la historia y las identidades nacionales para someter a control los procesos globales, que no es posible negarlos. (FOGEL, 2005, p. 89).

Participamos de los 23 días de acampamento y manifestaciones en Asunción (del 01 al 23 de abril de 2016), cuando un sector del movimiento campesino paraguayo confirmó la alianza con las cooperativas de ahorro y crédito del país y sumaron sus banderas de lucha con otros movimientos sociales, sindicales, transportistas, estudiantiles secundarios, universitarios, sin tierras, sin techos para llegar a una negociación con el Gobierno de Horacio Cartes. Esta manifestación y marcha fue convocada por la Coordinadora Nacional Intersectorial- CNI conformada por: la Mesa de Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas- MCNOC, Organización Nacional de Cañicultores- ONC, Cooperativistas de ahorro y crédito- COOP y el Movimiento Agrario Popular- MAP que se habían concentrado en las calles de Asunción y montado un campamento en la Plaza de Armas, frente al Congreso Nacional aproximadamente 10.000 personas.

La alianza entre el campesinado y los cooperativistas, traía grandes críticas a las políticas de endeudamiento del Gobierno de Horacio Cartes, que en poco tiempo ha duplicado la deuda externa con la emisión de los “bonos soberanos”¹⁰¹ utilizados a favor de los sectores

¹⁰¹ El bono soberano es un bono emitido por el gobierno; su tasa se expresa por lo general como *spread* sobre un bono del tesoro de 30 años del gobierno de los Estados Unidos, y da cuenta del riesgo país. Los países emiten bonos para obtener financiamiento, cuya tasa de interés depende del riesgo del país que lo emita. El precio del bono depende en gran medida de la tasa de interés, pudiendo concluir que cualquier variación de esta hará subir o bajar el precio del instrumento, ya que poseen una relación inversa (al subir la tasa de interés baja el precio del bono, y al bajar sube el precio del bono). El Paraguay, por primera vez en su historia de emisión de bonos del Tesoro, realizó la colocación de estos títulos de deuda a través de la Bolsa de Valores y Servicios de Asunción (BVPASA). Los primeros bonos, por USD 500 millones, fueron emitidos en el mes de enero de 2013, bajo la presidencia de Federico Franco, y vencen en 2023. Teniendo en cuenta que los bonos fueron emitidos con un plazo de 10 años, la totalidad de lo pagado por el Estado ascenderá a USD 231 millones, además, se deben devolver los USD 500 millones en 2023. Los USD 1.000 millones (mil millones de dólares) emitidos bajo la Presidencia de Horacio Cartes en agosto de 2014 deberán pagar anualmente unos USD 61 millones, totalizando USD 1.830 millones. En esta segunda emisión, se pagará más por los intereses que por el dinero tomado. En los 30 años, Paraguay tendrá que honrar una deuda de USD 2.830 millones. En la emisión de 2015, llega a los USD 280 millones. La deuda vence en 2023, es decir que tiene un plazo de ocho años. Anualmente se deberá USD 11,62 millones, en ocho años los intereses llegarán a USD 92,96 millones. En el 2016 se realizó la cuarta emisión por valor de 600 millones de USD, con vencimiento en 10 años. Las ofertas provinieron de inversionistas de Estados Unidos, Reino Unido, Italia, Alemania, Hong Kong, Singapur, Luxemburgo, Chile y Dinamarca, entre otros. Existen muchas críticas fundadas que se hacen a la emisión de bonos soberanos del Gobierno de Horacio Cartes, principalmente se hace referencia a la facilidad con que permite obtener capitales, en estos administradores públicos, y a gastar lo que no se tiene, hipotecando el futuro de generaciones enteras de paraguayos y paraguayas. Paraguay cerró el año 2015 con un endeudamiento que asciende a USD 5.438,7 millones representando al 18,9% del Producto Interno Bruto (PIB). Si se compara con el ejercicio fiscal 2014, la deuda pública del país creció USD 38,4 millones, considerando que en el mencionado período cerró en USD

de poder del país (empresarios del transporte, la construcción de obras e infraestructura) y por lo cual exigían solución sobre sus demandas: i) condonación de deudas contraídas por pequeños productores y eliminación de Informconf¹⁰², ii) promulgación del proyecto de Ley de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar Campesina e Indígena, iii) derogación del art. 51 y 113 de la Ley 5505/15 que obligaba a los socios de las cooperativas¹⁰³ a pagar IVA-Impuesto al Valor Agregado, iv) legalización de los asentamientos campesinos que todavía se encuentran en situación de abandono, v) resarcimiento económico por los daños ocasionados por la pérdida de producción de la zafra 2014/2015¹⁰⁴.

El primer día de la manifestación, comenzó tranquilo, lo que parecía ser una marcha más en contra del gobierno de Cartes pronto se convirtió en una manifestación social importante en Paraguay, bajo el lema “*Paraguay no te calles. Contra el impuesto a la corrupción*”, y portando una extensa bandera paraguaya y algunas herramientas del campo, cientos de campesinos y cooperativistas recorrieron las calles de Asunción. Sus pasos eran firmes, aunque muchos caminaban por primera vez la capital, a la que miraban de arriba y abajo, les parecía extraño, era también su suelo y su cielo guaraní, pero las bocinas y los gritos de los conductores enfurecidos por no poder llegar a destino, les recordaba que el territorio era hostil. Pasamos por varias instituciones públicas sedes del Ministerio de Agricultura y Ganadería, el Ministerio de Hacienda, la Fiscalía hasta llegar a la Plaza de Armas, símbolo de emblemáticas protestas ciudadanas, frente al Congreso Nacional, donde se

5.400,3 millones; es decir, 17,6% del PIB. Mientras que en el 2013, el pasivo del país fue de USD 4.174,2 millones que en porcentaje del PIB se traduce a 14,5%. De acuerdo al informe de final del año 2015 del Ministerio de Hacienda, la deuda interna de Paraguay a diciembre alcanzó la suma de USD 1.469,6 millones, 27% del endeudamiento total del país, en tanto que la externa cerró en USD 3.969,1 millones, 73% del global (FERNANDEZ, 2016).

¹⁰² Empresa multinacional Equifax que administra por ley información personal, historial crediticio, patrimonial, solvencia económica y obligaciones comerciales y financieras.

¹⁰³ Los cooperativistas levantaron las protestas en contra la imposición del IVA del 10 % al sector cooperativo, criticando duramente al gobierno de Horacio Cartes que busca “*desarmar a la gente organizada*” y favorecer a los grandes bancos y empresas financieras privadas trasnacionales. Pedro Loblein, representante del sector cooperativo afirmaba que la aplicación del IVA sobre sus operaciones afectaría nuevamente a los sectores más vulnerables de la población paraguaya

¹⁰⁴ Exigían al gobierno esta Ley y un plan de fortalecimiento de la agricultura familiar campesina e indígena así como la condonación de deudas adquiridas por los productores en la fallida campaña de chí y caña dulce del 2014, que fue promovida por el mismo gobierno a través del MAG, pero que no tuvo mercado, por lo que los campesinos no pudieron recuperar la inversión realizada y se quedaron con cuentas que ocasionarían hasta la pérdida de sus tierras, por ser la garantía de los préstamos.

había montado el puesto de comando y el campamento de resistencia de los cooperativistas y de los campesinos y campesinas. .

FIGURA 76 - MARCHA DEL CAMPESINADO Y COOPERATIVISTAS



FUENTE: Nuestras fotografías, Asunción otoño de 2016

Desde los primeros días de la movilización se sumaron otros grupos sociales, como el de los frentistas y comerciantes de la Avda. Eusebio Ayala que rechazaban el proyecto del Metrobús que uniría las ciudades de San Lorenzo – Asunción (10 km), quienes no habían sido consultados sobre el proyecto que el Gobierno impuso al frente de sus casas y negocios, así también se acercaron con sus banderas de lucha también camioneros, transportistas públicos, estudiantes, profesores, campesinado, la Federación Paraguaya de Trabajadores del Transporte -Fepatrat, Organización de Trabajadores de la Educación del Paraguay- Secretaría Nacional- OTEP-SN, integrantes de la Federación Nacional de Estudiantes Secundarios- FENAES, ONC- Organización Nacional Campesina, la Central Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Populares- CNOCIP y el Congreso Democrático del Pueblo- CDP¹⁰⁵, al que nos referiremos más adelante.

¹⁰⁵ “Organizaciones políticas, sociales, campesinas y sindicales nos aglutinamos para constituir el Congreso Democrático del Pueblo y conformar así una herramienta de lucha y confrontación a las recetas imperialistas que

FIGURA 77 - ARTICULACIÓN DE VARIOS MOVIMIENTOS SOCIALES



FUENTE: Nuestras fotografías, Asunción otoño de 2016

Para los campesinos de casi todo el país, incluido el Chaco y cooperativistas; en su mayoría urbanos de la región metropolitana o gran Asunción, pero también de Ciudad del Este (Alto Paraná) y de Villarrica (Guairá) ésta fue una nueva experiencia, los unía la indignación y la rebeldía, la exigencia de que sus gritos- *Sapukái* sean escuchados por el Gobierno y su piel; el idioma guaraní, que ocupaba todos los espacios de los oradores principales, de los largos debates, las sugerencias, las entrevistas, reportajes con los principales medios de comunicación, las instrucciones para las marchas por las calles de Asunción, las manifestaciones al frente de las instituciones públicas, para la organización del campamento, la alimentación, el transporte, la limpieza, la higiene, la seguridad, la salud, las negociaciones con los vendedores ambulantes y hasta con el Gobierno, las donaciones, las rondas del mate y el tereré o *Tereré Jeré*, las peñas nocturnas, los gritos de orden, los cancioneros, las poesías, las anécdotas, los casos ñemombe`ú o relatos de los casos sucedidos, las bromas, los chistes, los marcantes o apodos, los *jejaó* o regaños, los *jegustá* o

pretende implementar Horacio Cartes cuyas bases jurídicas se encuentran establecidas en varias leyes como: la ley de privatización (*de alianza público privada*), ley de militarización, de adecuación fiscal, entre otros. Hoy, nuestro campo de batalla son las políticas antinacionales y antipopulares del Gobierno de Cartes.” (CDP, 2016).

enamoramientos construían aquel espacio. El guaraní se impuso de nuevo con *misteriosos poderes* como diría (GALEANO, 1983, p. 183) y así pronto se volvió el territorio de resistencia del “*campesinado y los cooperativistas*”, aquella fría capital que les rechazaba al principio se volvió *Tekoha*- espacio de vida, por cuenta del *Teko*- modo de ser/estar de los campesinos, campesinas y los cooperativistas que supieron organizar en 15.625 m² o 1.5 há de *Yvy*- tierra de aquella emblemática Plaza de Armas en *Ñande Rekoha*, nuestro territorio, donde nosotros somos lo que somos y queremos seguir siéndolo juntos. Los campesinos y campesinas guaranizaron su espacio de lucha y nosotros compartimos juntos aquella experiencia en conversaciones, entrevistas, análisis de coyuntura totalmente en guaraní, a continuación traducimos uno de los casos que nos contaron:

Te voy a contar una experiencia personal que estoy viviendo en este momento, yo tenía que estar en el campo trabajando. Nosotros queremos trabajar. Bueno, no estoy pudiendo vender las 20 há de caña dulce que plantamos con mi familia, nos endeudamos y no encontramos apoyo, estoy hablando de la zona de Independencia, Guairá, cerca del Ybyturu, el empedrado y el asfaltado y no encuentro comprador, hay tierras, hay mucho suelo, tierra es lo que sobra, hay mercado pero para los brasiguayos, aquí nadie financiada al productor campesino paraguayo, cómo vamos a pagar nuestras deudas con la producción, se mueren de ganas de plantar de los campesinos (Entrevista Don Miguel Brítez, Asociación de cañicultores de Guairá, otoño de 2016).

FIGURA 78 - *TEKOHA* DEL CAMPESINADO Y COOPERATIVISTAS



FUENTE: Nuestras Fotografías, Asunción otoño de 2016

Aquel territorio se erguía de manera distinta, a pesar de las precarias carpas negras para protegerse del sol y la lluvia, funcionaba con otro tipo de organización y economía, se estableció una zona de primeros auxilios y un almacén de abastecimiento, donde se recibían las donaciones que llegaban del campo y de la ciudad, que a los pocos días comenzó a solidarizarse con ellos, principalmente porque el frío y la lluvia del otoño nos los hizo retroceder, continuaron firmes en la lucha, lo cual llamó la atención de varias familias, organizaciones sociales y religiosas del gran Asunción, trajeron donaciones de agua, panificados, alimentos no perecederos, ropas de invierno, frazadas, sábanas y algunos colchones. Recorriendo el campamento nos encontramos con Milko Vera, un antiguo compañero de trabajo del departamento de Paraguarí, quien actualmente es miembro del Consejo de Administración de la Cooperativa San Cristóbal Ltda. de Asunción, con mucha gentileza Milko pudo contactarnos con Cecilia Quiroga, Secretaria General del MCP y Vidalia Benítez, coordinadora de mujeres del MCP y Luis Aguayo, principal dirigente del MCNOC, con quienes durante los siguientes días pudimos conversar, realizar entrevistas y recorrer juntos las carpas que se organizaban por departamentos del país. Visitamos las carpas de Caazapá, Caaguazú, San Pedro, Guairá, Canindeyú, Itapúa, Alto Paraná, Cordillera y Paraguarí. También encontramos a Liliana Melgarejo, otra excompañera de trabajo en el departamento de Guairá, quien actualmente es parte del Consejo de Administración de la Cooperativa de Educadores Coopeduc Ltda. de Guairá, quien nos presentó a varios campesinos y campesinas de este departamento y juntos pudimos marchar, tomar fotografía y conversar por las calles y dentro del campamento en resistencia de Asunción.

Milko Vera, era el responsable de logística del campamento, un día pudimos presenciar la manera en que se organizaban las donaciones y la cantidad de productos que llegaban del campo, él nos explicó que las familias campesinas que habían permanecido en sus tierras, estaban enviando para Asunción los alimentos que no pudieron vender en el mercado y que ellos estaban donando para la resistencia en al Plaza de Armas (mandioca, maíz, poroto, maní, frutales como naranjas, pomelos, mandarinas, mamón y bananas), esto refutaba totalmente las publicaciones de algunos medios de comunicación que decían que los campesinos habían sido obligados, que estaban siendo mantenidos y pagados por los cooperativistas para permanecer en Asunción, aquel día el campamento se convirtió en *Ore Rekoha*, territorio excluyente, porque los campesino y campesinas expulsaron a gritos a los cronistas de los principales medios de comunicación y lo hicieron en vivo y en directo en horario central de los noticieros matutinos que, como todas las mañanas aparecían para cubrir

informativos para la radio y la televisión que los había tratado de “vendidos”, no entendían su lucha y el gobierno seguía soberbio, pero tenían que escuchar este *Sapukái*, ellos tiene una lucha histórica, vinieron para ser escuchados y no se irían de Asunción con las manos vacías.

Estábamos frente a una gran alianza rural-urbana, campesina-obrera, pero de porte distinto, diverso y multicolor. Cuando llegaron los camiones de choclo y pomelos del departamento de San Pedro, fuimos con unas mujeres cooperativistas para ayudar en el almacén de abastecimiento al encuentro de las mujeres sanpedranas quienes recibirían las donaciones para organizarlas y entregarlas a cada una de las carpas, las cuales estaban bien registradas. Al recibir las bolsas de choclo, una de las mujeres campesinas Doña María apartó algunas mazorcas y al terminar nuestro trabajo nos ofreció gentilmente para compartir y preparar una deliciosa *chipa guazú* (comida típica paraguaya a base de maíz tierno) con nuestras familias. Estelita, una de las mujeres de la cooperativa no podía creer tanta generosidad, estaba profundamente agradecida y conmovida por la simplicidad y tenacidad de aquellas mujeres campesinas.

Volvimos unos días después a la carpa de San Pedro y Doña María nos contó orgullosa que aquel mismo día Estelita apartó unas ropas, colchones, sábanas para ellas y que recibiría en unos días en su casa de Asunción a su hijo que estaba enfermo en San Pedro y necesitaba pasar unos días en la capital, para hacerse unos estudios médicos costosos. Estábamos sin dudar frente a otro tipo de relaciones, intercambio, solidaridad, reciprocidad de una economía que nada tenía que ver con la capitalista, nos acercábamos más a la *economía moral* de Thompson (1971) y Scott (1976).

La seguridad del lugar también estaba garantizada, al organizarse en turnos para cuidar del campamento, principalmente durante la noche, donde ya habían tenido problemas con la policía por querer desalojarlos del lugar en otras manifestaciones. Diariamente se pudo observar una inmensa bandera paraguaya por las calles del Asunción que era llevada por los cooperativistas y por los campesinos. Juntos hicieron fuerza común para marchar aproximadamente 5 km por día en horario pico, dificultando la circulación vehicular durante las mañanas y las tardes. El embotellamiento fue una constante y eso ocasionó primeramente la indignación de varios automovilistas que intentaban ingresar a Asunción. Ésta era la idea, sacar de su zona de confort a muchos pobladores de la capital, para que se den cuenta que el campo existe, que estaba en crisis y que las cooperativas estaban luchando por los derechos de

toda la clase trabajadora, porque ellos también accedían a préstamos o créditos para comprar sus vehículos, sus motocicletas, sus casas hasta los útiles escolares de sus hijos e hijas y que el gobierno estaba tocando el bolsillo de todas las familias paraguayas.

Los días transcurrieron sin que los principales sectores movilizados obtuvieran respuestas favorables a sus reclamos por parte del Gobierno, incluso Horacio Cartes, criticó duramente al sector del campesinado que se movilizaba en Asunción. El presidente señaló que un grupo se manifiesta porque se les “acabó el negocio y no vamos a pagar dinero de la gente para unos pocos sinvergüenzas”. En el Congreso tampoco lograron resultados prósperos, porque en el caso de los cooperativistas fue rechazado el proyecto de derogación de los cuestionados artículos de la ley de cooperativas en Diputados y en Senadores ni siquiera se trató el tema de la condonación de las deudas de los campesinos. Sin embargo, la resistencia continuó todos los medios de prensa; escrita, radial y televisiva hablaban del tema, algunos a favor otros en contra, sin querer comenzaron a ser portada de diarios, editoriales, reportajes especiales que colocaron sus historias de vida, la de varias familias campesinas, que contaban y demostraban en las luchas y resistencias cotidianas, que no eran los “sinvergüenzas” de los que hablaba “Cartes”.

Con estas muestras de resistencia campesina, hasta en los propios niños y niñas quienes acompañaron a sus familias en Asunción, que no se quejaban de las condiciones que enfrentaban, ante un Gobierno que prefería ignorarles crecía la solidaridad del pueblo paraguayo. Solamente al final de la segunda semana de manifestaciones se consiguió agendar una primera reunión entre representantes del Gobierno y los manifestantes, con mediación del presidente del Senado, Mario Abdo Benítez, del partido colorado (actual candidato a la presidencia del país, en las elecciones generales de abril 2018), en aquel entonces respondía a una bancada disidente al presidente Cartes, lo acompañaron otros parlamentarios de la oposición del PLRA (Partido Liberal Radical Auténtico), el Frente Guazú y el PMAS (Partido del Movimiento al Socialismo). Esta primera reunión terminó en cuarto intermedio, sin mayores avances. Las negociaciones fueron difíciles debido a que las partes se mantenían en sus propuestas iniciales. Para el Ejecutivo nunca fue viable la condonación de las deudas de los campesinos y tampoco retrocedía con respecto al IVA para las cooperativas. El diálogo no parecía llegar a buen término cuando el presidente Cartes, decidió viajar a los Estados Unidos para firmar un convenio sobre el cambio climático, lo cual indignó a todo el país y siguió dilatando las negociaciones. Mientras tanto el campesinado y los cooperativistas organizaron

la *resistencia virtual*, a través de las redes sociales para explicar a la ciudadanía la importancia de ésta lucha.

FIGURA 79- CAMPAÑA SOBRE LA IMPORTANCIA DE LA LUCHA CAMPESINA

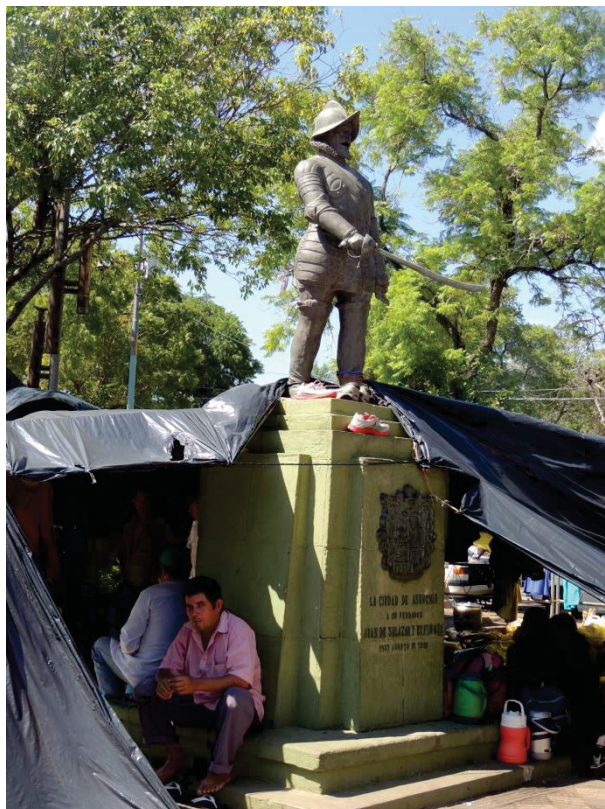


Fuente: Infografía de la CNI, nuestras fotografías, otoño de 2016

A la tercera semana, la plaza estaba totalmente llena pudimos contar más de 100 carpas de todo el país, recorrer cada una de ellas, saludar a las personas de las cooperativas que preparaban rifas solidarias entre sus socios, para seguir apoyando la histórica manifestación, conocer a los líderes y lideresas, los distintos movimientos y organizaciones campesinas, escuchar sus anécdotas, las historias de sus asentamientos, de sus comunidades, sus análisis de la situación que estaban viviendo, sus miedos y esperanzas. Recorrimos con ellos en el tiempo, muchos habían migrado del departamento de Cordillera y Paraguarí hasta el departamento de Alto Paraná, Canindeyú e Itapúa, recordamos sus valles, incluso su niñez, a sus maestras, sus amores, sus amigos, sus familias, cantamos las canciones de las historias de resistencia en la Guerra del Chaco de sus padres y la Guerra Guasu que sus abuelos contaron y también cantaron, en tantas rondas de tereré que compartimos, que nos traían los relatos y las voces de la historia oral no lineal, en tiempos cíclicos que volvían y seguía

excluyéndoles, a pesar de esto seguíamos en resistencia, en el mismo lugar donde llegó en 1537 Juan de Salazar para “fundar Asunción” entonces de apoco este territorio ya nos incluía y se convirtió en *Ñande Rekoha* (MELIÀ, 2015, p. 5).

FIGURA 80- MONUMENTO A JUAN DE SALAZAR EN LA BAHÍA DE ASUNCIÓN



FUENTE: Nuestras Fotografías, otoño de 2016

La Mesa de Coordinación Intersectorial, conformada por los principales líderes de los sectores movilizados de la CNI se reunían a diario con miembros del Gobierno y posteriormente, al finalizar el día se reunían en forma circular para informar de los avances de las negociaciones en una plataforma, donde el micrófono permanecía abierto para todos, en un debate que duraba varias horas al día. Este paisaje nos recordaba al *Apyka* como “*el lugar donde todo se encuentra, donde los ancestros se reúnan...todo lo que guarda las informaciones del Cosmos, el receptáculo tangible de la Sabiduría*”. (MELIÀ, 2015, p. 3) de la sabiduría colectiva y el futuro común que estaba siendo construida juntos, en aquel *Sapukái*.

Estamos juntos en la lucha porque lo que sufre el campo repercute en la ciudad...Osometépava hina ore compañero oiva asociado en la cooperativa porque ore heta ore compañero kuéra oi en los comité ha la asociación oiva Cooperativa La

Norteña entonces upéare roñesuma con toda la fuerza ha avei la relevantaakue a capa y espada haea la fortalecimiento a la agricultura familiar campesina ikatuhaguáicha ja aplica compañero petëi solución orgánica ñane retáme, producción ikatuhaguáicha okaru ha ñamongaru ñande pueblo sanamente; upéare umi tres rapykuéri roju ha roho, cuarto punto ha con toda la contundencia koápe roju detrás de la legalización de los asentamientos oñaie con problemas, porque heta asentamiento oi ha la resarcimiento económico, ore roju detrás de los 5 puntos. Avei kuri relevanta pero koápe roñe'e compañero petëi cooperativista la eliminación de Informconf upea compañero avei chip de celular con ninguna posibilidad de poder hacer algo. Ñande pykua, ñande condena péa pe organismo pea ndaikuái mba'épa oiko ko tetáme es solamente propiedad de las grandes empresas internacionales ikatu haguáicha ñande controla ha ñande converti ha'e no se en su siervo, entonces upéare roju kuri pero ko'ápe ore ro'e ndaipóri problema ha jahekáta la forma de salir de Informconf, pero nuestra lucha es por los 5 puntos: por la cancelación de deuda, por el rechazo del iva de los compañeros cooperativistas, por el fortalecimiento de la agricultura familiar campesina y por sobre todas las cosas la legalización de tierras a todos los compañeros orekoaie problema de tierras, ñande jaikatu ñañe'e de producción ha ndajarekói legalizado mba'éicha ñamba'apóta que tal? Buenos días compañeros! Viva la salud! Viva la comunidad! Viva el campesinado paraguay! están los invasores de los brasileiros, están los que ofundi ñande medio ambiente ha peicha ñande hundi hikuái con lo toxico, ha peicha ñande querido compañero ñañehaãta por un Paraguay mejor, por un mejor futuro para la familia campesina¹⁰⁶. (Palabras de

¹⁰⁶ Elvio Benítez, es un reconocido dirigente campesino y político del departamento de San Pedro, que ha sido acusado principalmente por la prensa local de ser un “delincuente”, y en el discurso popular aparece como “no es campesino porque tiene muchas tierras, es jinetero y siempre anda en una camioneta del año”. Este tema nos sirve para traer a colación cómo en el imaginario popular, el campesino es relacionado a la pobreza y la falta de tierra. La prensa escrita, principalmente durante los días de la marcha se encargó de traer todos los antecedentes policiales y judiciales que posee Elvio Benítez y ha conseguido medidas alternativas a la prisión: perturbación de la paz pública, invasión de inmueble ajeno, intento de homicidio con arma de fuego, amenaza de hechos punibles, incitación a cometer hechos punibles, asociación criminal, asociación a la producción de marihuana entre otros.

La traducción de sus palabras sería: Estamos juntos en la lucha porque lo que sufre el campo repercute en la ciudad...Les someten a nuestros compañeros que están asociados en la cooperativa, nuestros compañeros que están en la asociación, los que están en la Cooperativa La Norteña, entonces por eso nos sumamos con toda la fuerza y también hemos levantado a capa y espada lo que es el fortalecimiento de la agricultura familiar campesina, para que podamos aplicar compañero una solución orgánica en nuestro país, una producción para poder alimentarse y alimentar a nuestro pueblo sanamente, es por eso; detrás de estos tres puntos que venimos y vamos, el cuarto punto y con toda la contundencia aquí venimos detrás de la legalización de todos los asentamiento que hay con problemas, porque muchos asentamientos existen con resarcimiento económico, nosotros venimos detrás de los 5 puntos. Además levantamos aquí, hablamos con un campeñero cooperativista de la eliminación de Informconf, esto también compañero es como un chip de celular con ninguna posibilidad de hacer algo. Nos amarran de los pies, nos condena este organismo, que no sabe qué pasa en este país es solamente propiedad de las grandes empresas internacionales para que puedan controlarnos y puedan convertirnos no se en sus siervos, entonces por eso vinimos aquí y dijimos no hay problema para buscar la forma de salir de Informconf, pero nuestra lucha es por los 5 puntos: por la cancelación de deuda, por el rechazo del iva de los compañeros cooperativistas, por el fortalecimiento de la agricultura familiar campesina y por sobre todas las cosas la legalización de tierras a todos los compañeros que tengan problemas de tierras, nosotros podemos hablar de producción y si no tenemos legalizado cómo vamos a trabajar, que tal? Buenos días compañeros! Viva la salud! Viva la comunidad! Viva el campesinado paraguay! están los invasores de los brasileiros, están los que fundieron nuestro medio ambiente y así nos quieren fundir también a nosotros con los tóxicos, y así nuestros queridos compañeros vamos a esforzarnos por un por un Paraguay mejor, por un mejor futuro para la familia campesina. (palabras de Elvio Benítez, dirigente campesino de la CNI, representante de la Coordinadora Paraguay Ñanenba'e, del Departamento de San Pedro).

Elvio Benítez, dirigente campesino de la CNI, representante de la Coordinadora Paraguay Ñamenba'e, del departamento de San Pedro, otoño de 2016).

FIGURA 81 - EL *APYKA* DEL CAMPESINADO Y COOPERATIVISTAS



FUENTE: Nuestras fotografías, Asunción, otoño de 2016

Después de varias reuniones, con idas y vueltas, propuestas y contrapropuestas, tras 23 días de lucha y resistencia se logró firmar el 23 de abril de 2016 el *ñe>ẽikuatiá*¹⁰⁷ el acuerdo con el Gobierno Nacional de Horacio Cartes, con los siguientes puntos principales: 1) que las deudas vencidas podrán ser refinanciadas a diez años, con la eliminación de intereses, no obstante, se otorgan años de gracia, pero con el aumento de la tasa de interés de acuerdo a cada caso, 2) con respecto al fortalecimiento de la agricultura familiar campesina y seguridad alimentaria, el Gobierno se comprometió a instalar “espacios de encuentro intersectorial”. 3) Asimismo, el Banco Nacional de Fomento- BNF quedó facultado a realizar operaciones de compra de deudas vencidas, judicializadas o pertenecientes a pequeños productores campesinos para que no pierdan sus tierras. 4) Y los cooperativistas comenzaron a pagar el IVA, desde el 1 de julio de 2016, posterior a estas manifestaciones y ante la negativa del ejecutivo y legislativo a resolver éste punto los cooperativistas iniciaron un proceso judicial de inconstitucionalidad donde lograron revertir la situación en diciembre de 2017.

¹⁰⁷ ...*ñe>ẽikuatiáva*, “la palabra pintada”, el adjetivo se hace sustantivo para significar el papel y el libro, que serán llamados: *kuatia*. Es el gusto por la propia lengua (MELIÀ, 2015, p. 3).

Para los campesinos y campesinas, los acuerdos no fueron cumplidos por el Gobierno de Horacio Cartes y a partir del invierno de 2016 las mismas organizaciones campesinas movilizadas en Asunción en el otoño, reiniciaron una serie de acciones y denuncias debido al incumplimiento del acuerdo firmado con el Gobierno Nacional, realizando nuevamente manifestaciones en las rutas de todo el país, presiones en la capital para exigir el cumplimiento de 3 los puntos acordados para el campesinado en abril de 2016 y aumentaron otros puntos a la lista:

1. La condonación de deudas para pequeños productores y medianos productores con deudas judicializadas, rematadas y con convocatoria real.
2. La quita de intereses a medianos productores con deudas reestructuradas, refinanciadas, con créditos puentes del sector productivo desde diciembre del 2013 hasta la fecha.
3. Seguro agrícola y reactivación productiva.
4. Reforma agraria y regularización de los asentamientos campesinos y urbanos y tierras para los sin tierra.
5. Créditos del BNF para el cultivo, sin intereses, a seis meses de plazo para la producción agrícola a sola firma. G. 1.500.000 por hectárea (270 USD)
6. Ley para aplicación de Teko porã y Tercera Edad (programas sociales)
7. Subsidio a productores de Yerba Mate de 500 guaraníes (0.09 USD) por kilogramos a raíz del contrabando, los bajos precios y la clasificación para la compra.
8. Investigación sobre la implementación del Plan Nacional del Arroz, construcción del canal de abastecimiento de agua para la producción de arroz y el mantenimiento del canal y elevamiento del nivel de agua de la cuenta de Aguapey.
9. Tarifa popular cero de electricidad para consumidores hasta 500 kw.
10. Derogación de la Ley 5036/13 que crea la Fuerza de Tarea Conjunta (FTC) (militarización en el norte del país contra el EPP)
11. Libertad a los presos políticos de Curuguaty y otros presos políticos. Cárcel a los responsables de la masacre.

El Gobierno motivó la conformación de la Mesa de Negociaciones para el levantamiento de las manifestaciones de los campesinos y cooperativistas, convocó a una reunión para “retomar el diálogo” al cual el campesinado no acudió cansados de promesas incumplidas, en especial porque el acuerdo firmado con el Ejecutivo el 23 de abril pasado

establecía la instalación de “espacios de encuentro intersectorial”, lo cual no ocurrió. El Gobierno respondió con judicialización, el 11 de octubre de 2016, la Fiscalía imputó a 10 principales dirigentes de organizaciones campesinas, como la Organización Campesina Regional de Concepción- OCRC, la Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Rurales e Indígenas- CONAMURI, la Asociación Nacional de Productores Agropecuarios- ANAPA, la Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas- MCNOC entre los cuales se encuentra Luis Aguayo, principal dirigente campesino de la Mesa de Coordinación Intersectorial y de la MCNOC, con quien conversamos en el otoño de 2016 sobre la lucha campesina y la necesidad urgente de una reforma agraria en el país. Aguayo es acusado por lesión de confianza debido a la ejecución de un proyecto de mini-industria y un proyecto productivo, aprobado en el año 2011, durante el gobierno de Fernando Lugo, precisamente en medio de una fuerte corriente de intenciones de re-elección del “obispo de los pobres”. Además fueron imputados por lesión de confianza 14 funcionarios del INDERT, quienes habían avalado la entrega de los fondos para los proyectos, entre ellos un entrevistado, amigo y colega César, con quien conversamos durante nuestro trabajo de campo en el invierno de 2016. La mayoría de los imputados son cercanos y simpatizantes del Partido Frente Guasu de Fernando Lugo.

La CODEHUPY (2012), ya había denunciado en su Informe Anual sobre Derechos Humanos las técnicas de criminalización y judicialización que permiten también aislar de la opinión pública y de sus redes de apoyo y alianzas a los actores sociales demandantes. Facilitan montar alrededor de los liderazgos y colectivos sociales diversas campañas de difamación pública y estigmatización, que se articulan a través de los medios de comunicación comerciales. Los problemas sociales no serán resueltos y quienes lo planteen en términos políticos sufrirán las consecuencias legales y sociales que corresponden a los verdaderos criminales del país (op. cit, p. 25).

En este escenario de espacio-tiempo-lucha-resistencia, otras de la voces que emergen dentro de los movimientos campesinos en Paraguay, es el de la juventud; principalmente al interior de la FNC, dentro de su brazo político, el Partido Paraguay Pyahurã – PPP creado en 1996 se encuentra la Juventud Paraguay Pyahurã – JPP para colocar al centro del debate nacional la problemática y desafíos para la juventud en el país. Las diversas actividades de los jóvenes, charlas, debates, seminarios, asambleas, acampamentos, manifestaciones, festivales de danza, música, teatro, torneos deportivos y recreativos para recaudar sus propios fondos les

corrupción en la primavera del 2015, así mismo los estudiantes secundarios, posterior a una serie de movilizaciones, marchas, comunicados, sentatas, pero principalmente después de la ocupación de más de 100 colegios en todo el país, lograron la renuncia de la Ministra de Educación Marta Lafuente en otoño de 2016, también por hechos de corrupción y falta de inversión para la educación.

FIGURA 83 - PRIMERA OCUPACIÓN DE LA FENAES- COLEGIO REPÚBLICA ARGENTINA

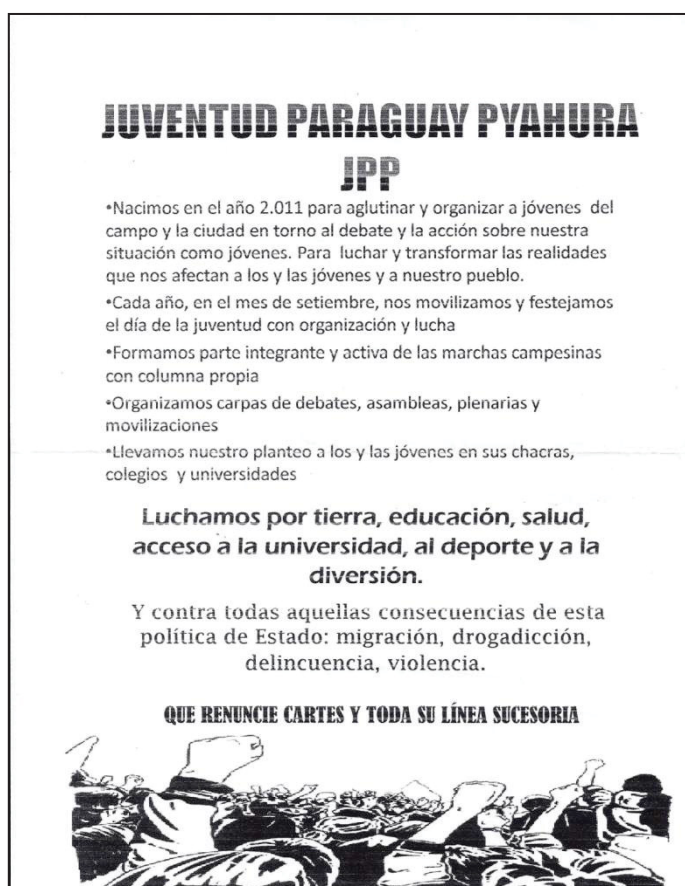


FUENTE: Nuestras Fotografías, Asunción, otoño de 2016

Durante nuestro trabajo de campo en un asentamiento de la FNC en el invierno de 2016 en un proceso de reflexión y lectura sobre la sentencia que condenaba a 11 campesinos y campesinas por la muerte de los 6 policías del “Caso de Curuguaty”, como vimos anteriormente, pudimos dialogar con un grupo de jóvenes de la JPP del PPP, que en plena vacaciones de las clases del colegio, aprovecharon el sol de invierno para reunirse a dialogar sobre lo que estaba pasando en el país y especialmente lo que pasó aquel día en el “Palacio de Justicia” en Asunción. Para estos jóvenes el mensaje del Gobierno era bastante claro, pues pretendía ser un ejemplo para todas las organizaciones campesinas que se movilizaron en contra del latifundio, “la condena ejemplar a estos 11 campesinos y campesinas es un mensaje principalmente para nosotros los jóvenes que somos los mayores sin tierras del país”. Estas expresiones concuerdan con el análisis de Abel Areco y Marielle Palau (2016) sobre la judicialización y violencia contra la lucha campesina para

desmovilizarlos, que se da por una doble vía i) primero, a través del endurecimiento penal (criminalización primaria) sancionándose leyes cada vez más restrictivas de las garantías penales y procesales o derogando las existentes y ii) segundo, por medio de la aplicación de penas privativas de libertad cada vez más altas (criminalización secundaria) (op. cit. p. 13).

FIGURA 84 - VOLANTE INFORMATIVO SOBRE LA JPP DEL PARTIDO PPP



FUENTE: Juventud Paraguay Pyahurã - 2016

En términos de Ana Esther Ceceña (2006) éste es el “reconocimiento de la situación de opresión que motiva la búsqueda emancipatoria” y que a la vez requiere de una interpretación simultánea de su “historicidad y complejidad” (op. cit, p. 2). La claridad y contundencia del análisis de coyuntura que realizaron aquella mañana los “jóvenes sin tierra” de la FNC incluía a la historicidad y complejidad de estas relaciones asimétricas, e incluía además una enorme inquietud para romper con la injusticia e impunidad vividos en contextos de la lucha campesina por la tierra, vulnerando sus legítimos derechos al acceso a la tierra, a la reforma agraria, a vivir en el campo, es decir a no descampesinizarse y construir sus propias territorialidades.

FIGURA 85 - JÓVENES DEL ASENTAMIENTO CRESCENCIO GONZÁLEZ- FNC



Fuente: Nuestras Fotografía, Canindeyú, invierno de 2016

Para Willian Simões (2015) en su tesis sobre *“Territorialidades da Juventude Faxinalense: entre a produção de invisibilidades, a precarização dos territórios de vida e os desafios da construção de um Bem Viver”* explica que se puede evidenciar un debate acerca de la invisibilidad a que está sujeta esta “categoría juventud”, la creciente necesidad de la existencia de políticas públicas dirigidas a la juventud rural, en particular las que relacionan educación y trabajo en el sentido de reconocer la diversidad de formas de “ser jóvenes en el mundo rural”, sus culturas e identidades, además de ampliar las posibilidades de generación de ingresos, reconociendo la diversidad de formas de “ser” en el sector rural, buscando impactar, principalmente, en el éxodo rural. También, afirma que la “categoría juventud” es accionada como actor político por diferentes organizaciones colectivas, por ejemplo del MST y de la CPT. Los jóvenes de estas organizaciones y de muchas otras han venido, a lo largo de estos últimos 15 años, disputando espacio político y demandando políticas que atiendan sus reales intereses (op. cit, p. 283).

Simões (2015) describe cómo los jóvenes que conviven con territorialidades específicas que marcan los territorios rurales faxinalenses del Estado de Paraná – Brasil en la actualidad, tienen territorialidades distintas (como resultado de la interrelación de la cultura, la familia-comunidad-mundo, entre otros), con conflictos internos y con diferentes antagonistas externos, en

medio de la producción de su invisibilidad y un permanente proceso de precarización de sus territorios de vida. Y propone la comprensión de que la juventud faxinalense necesita ser entendida como “categoría social” que produce sus territorialidades “en situación de frontera”, que hacen emerger lo que denominó como “Buen Vivir de la juventud faxinalense”, que resulta de las relaciones que los jóvenes establecen con sus territorios de vida (con la vida en comunidad, la interacción con la biodiversidad, la convivencia con el trabajo colectivo y solidario, la unión y las relaciones familiares), sumadas a los deseos de una vida mejor; con educación, alternativas de generación de ingresos, acceso a la cultura, a los medios de comunicación y ocio, entre otros (op. cit, p. 287).

Entonces, escuchamos una polifonía de voces en la reforma agraria de Paraguay. Cuando nos referimos al campesinado paraguayo, son los campesinos, las campesinas y los jóvenes las principales voces que resuenan; aunque no las únicas como veremos más adelante también los indígenas, cada uno con sus debates, contradicciones y especificidades, recordando las categorías de subalternización de los grupos sociales que nos propuso Grosfoguel (2010) de clase, racial-étnica, género, heterosexual, cristiana, occidental, de idioma y de campo-ciudad que incluimos en este trabajo, sin embargo se reconocen y se escuchan las alianzas con otros sectores sociales, con quienes se encuentran bajo la misma bandera: la justicia social! Para Alberro Melucci (2001) estos movimientos sociales son como los profetas del presente. De los sonidos de las batallas y de las luchas de estos movimientos se escuchan voces que anuncian el futuro, sus estrategias, sus lenguajes, sus demandas, sus agendas, sus múltiples formas de manifestaciones, sus banderas, sus gritos de orden, son señales que nos muestran las principales contradicciones de nuestras sociedades y se dirigen hacia las injusticias más contundentes de nuestros tiempos. Así durante la XXIV Marcha Campesina “Sin Reforma Agraria no habrá paz” por las calles de Asunción durante el otoño de 2017 pudimos escuchar distintos *Sapukái!*

¡Mariscal López murió por la Patria, Horacio Cartes traidor vende Patria!
 ¿Si este no es el pueblo, el pueblo dónde está?
 ¡El pueblo oku’e (se mueve), Paraguay ñanemba’e (es nuestro)!
 ¡Juventud oku’e (se mueve), Paraguay ñanemba’e (es nuestro)!
 ¡Kuñakuera (las mujeres) oku’e (se mueve), Paraguay ñanemba’e (es nuestro)!
 ¡Reforma Agraria, urgente y necesaria!
 ¡Aquí, allá, la lucha triunfará!
 ¡Luche, luche no deje de luchar, por un gobierno obrero, campesino y popular!
 ¡Luchar, vencer o morir!
 ¡Narco-política, Fuera!
 ¡Cartes, Fuera!
 ¡Senaratas, Fuera!
 ¡Dipuchorros, Fuera!
 ¡Secuestradores, Fuera!

¡Polítiqueros, Fuera!
 ¡Tierra, Salud, Educación, Reforma Agraria la solución!
 ¡Luchando, Forjando, Poder Popular!
 ¡Cartes, Cartes, Cartes déjate de joder, la lucha por la tierra no va retroceder!
 ¡Cartes, Cartes, Cartes déjate de joder, nuestro asentamiento vamos a defender!
 ¡Para nosotros la tierra es vida!
 ¡Cartes que renuncie, Cartes que se vaya con su gabinete por ser vende patria!
 ¡Paraguay no se vende, Paraguay se defiende!
 ¡Alerta, Alerta, Alerta que camina, el anti-imperialismo por América Latina!
 ¡Ndo popoiva, Cartes ra'y! (el que no salta, es hijo de Cartes)
 ¡Pueblo que escucha, únete a la lucha!
 ¡Paraguay se defiende, Paraguay se pone de pie, por una Patria Nueva!
 ¡Mujer camina, la lucha no termina!
 ¡Acción, Acción, Acción, brigada de mujeres por la transformación!
 ¡Arriba, abajo, feminicidio al carajo!
 ¡Mujeres en la lucha, mujeres en acción, mujeres con el pueblo por la transformación!
 ¡Viva la segunda independencia del Paraguay, Viva!
 ¡Vivan las mujeres, Viva!
 ¡Viva la Juventud, Viva!
 ¡Viva el Campesinado, Viva!
 ¡Viva la FNC, Viva!
 ¡Viva el pueblo patriótico, Viva!
 ¡Viva la Marcha Campesina, Viva!

FIGURA 86 - XXIV MARCHA CAMPESINA. SIN REFORMA AGRARIA NO HABRÁ PAZ



FUENTE: Nuestras Fotografía, Asunción, invierno de 2017

Es a partir de estos gritos, protestas y de las luces que producen las resistencias de nuestro tiempo que podemos ver los rastros y los rostros de los antagonistas y del aparato de poder, como lo propone Michel Foucault (1995) si queremos entender las formas de dominación de nuestro tiempo, tenemos que mirar las diferentes formas de resistencia y para eso se hace necesario una reformulación de la mirada social para que seamos capaces de dimensionar las luchas y las subversiones, principalmente epistémicas. Valter do Carmo Cruz (2013) nos propone el término *sub-versiones* que no solamente se refiere a un proceso por el que los valores y los principios de un sistema establecido cambian, se invierten y se relaciona con una revuelta sino también para dar destaque a la idea que las luchas sociales buscan crear otras versiones del mundo (op. cit. p. 131).

“Los campesinos y campesinas se organizan para resistir”. En la base de la organización están la familia y la comunidad que en contextos de luchas se vuelven trincheras, esta organización campesina es ante todo proximidad, convivencia, cuidados, encuentro de diversos con unidad de propósitos, diferencia, tolerancia, alteridad y capacidad de concebir y realizar proyectos compartidos, la construcción colectiva de experiencias, conocimientos y saberes que provienen de una práctica y reflexión compartida. “La organización radica en la voluntad colectiva, no en el aparato” (BARTRA, 2011, p. 127).

Ahora bien, los campesinos mexicanos son distintos a los paraguayos y no es igual que el de ayer, que el de hoy o el que será mañana y esta diversidad nos dice Armando Bartra tiene dos orígenes: i) el primero con los modos diversos de relacionarse con la ecodiversa naturaleza que se expresan en multiplicidad de patrones culturales, societales, simbólicos, productivos, tecnológicos, entre muchos otros y ii) el segundo incluye a las modalidades oblicuas e inestables con que se insertan en el *sistema mundo moderno colonial*, de las que resulta un polimorfismo socioeconómico, sociocultural, socioambiental externo que va desde la recolección, el autoconsumo, la agricultura comercial hasta el trabajo asalariado y sus formas asociativas (op cit. pp 136-137) podríamos decir también que un iii) tercero respondería a las condiciones sociopolíticas e institucionales al que se han enfrentado y cómo los han enfrentado.

Este tercer punto, se refiere a que existen otras voces que en Paraguay que luchan por la tierra: los indígenas. Y aunque en su discurso no han reivindicado la reforma agraria como tal, han iniciado debates sobre el tema en espacios como la Vía Campesina. También la institucionalidad

gubernamental y no gubernamental los ha separado históricamente en Paraguay al igual que otros países nuestroamericanos. Así por ejemplo los temas indígenas son tratados por el Instituto Paraguayo del Indígena -INDI y por el otro lado los temas campesinos por el INDERT. En la actualidad, las organizaciones campesinas e indígenas coinciden en la pertinencia de la reforma agraria aunque reconocen que tienen sistemas diferentes. Para la Organización Nacional de Aborígenes Independientes- ONAI (2008) llevar la lucha de la reforma agraria es para recuperar el territorio ya perdido casi totalmente por los indígenas en el Paraguay, a causa de tenencia de la tierra por los latifundistas, ganaderos y los grandes empresarios agrícolas, y el fruto de esta expansión de los sojales, de los trigales, es la masiva migración indígena hacia la ciudad capital y otras ciudades del interior del país. “Tenemos que buscar cómo llegar a recuperar no solamente nuestro territorio, sino también la cultura al mismo tiempo, ya que estamos perdiendo todo por causa de la cultura blanca” (ORTEGA; PALAU, 2008, p. 147).

En Paraguay, al igual que otros países de Nuestra América los campesinos e indígenas fueron colocados muchas veces al frente de batalla disputando las mismas tierras, por ejemplo como resultado de la intervención del Estado para sus políticas de reforma agraria con la habilitación de colonias agrícolas campesinas en territorios ancestrales indígenas, de manera a no expropiar los latifundios, generando varios conflictos por la tierra y por el territorio y aunque reconocen en la actualidad que pueden articular mejor sus acciones políticas en la lucha por la tierra, todavía generan posturas divididas al interior de las organizaciones, específicamente porque reconocen que tienen un sistema de vida diferente, Para Ortega y Palau (2008) los dirigentes de la ONAI, la FNC y la OLT han manifestado interés hacia un diálogo que construya discusiones de unidad, respetando la diversidad de experiencias, conocimientos y saberes, aunque todavía no han sido articuladas hasta la actualidad.

...tenemos que unirnos con las organizaciones campesinas que luchan también por la vida, por la defensa de una vida mejor en nuestro país, que luchan a favor de todo el pueblo paraguayo, con ellos tenemos que unirnos, no con todos los campesinos. Pero, tenemos que unirnos, y a la vez también respetar la postura de los otros compañeros y eso a lo mejor va a llevar a un proceso de discusión interna. Tenemos que discutir más entre los pueblos indígenas acá en Paraguay para llegar a un consenso... (líder de la ONAI, op. cit, pp. 147-148).

...nosotros vamos a ir haciendo políticas claras, una justicia clara, una forma de vida clara, con un parlamento claro, no vamos a esperar de arriba, todo nosotros vamos a ir haciéndolo y vamos a tener que construir un poder, el poder popular, el poder del pueblo, asumir la responsabilidad suficiente, tanto indígenas como campesinos y los pobladores urbanos, sumarse a la unidad de lucha por la Reforma Agraria y que haya unidad de criterios, de una forma de vida, de un gobierno diferente que va a surgir desde abajo... (líder de la FNC. op. cit, p. 152)

En este sentido, sostiene Bartra (2011) que en momentos cruciales, cuando la identidad profunda emerge al estilo de la “garra guaraní” con el grito o Sapukái de la lucha, alumbrando convergencias, resistencias, rebeldías y “movimientos multitudinarios, los multicolores hombres y mujeres de la tierra, resultan clase, una clase heterodoxa, pero no por ello menos cohesiva, menos visionaria, menos clase” (op. cit, p. 137). Los campesinos e indígenas de por aquí, comparten su base comunitaria y étnica del pluriverso guaraní, el idioma, la cultura, la familia extensa, el compadrazgo, la resistencia, las festividades y celebraciones, la espiritualidad, los ciclos de la luna para los cultivos, las propiedades de las plantas medicinales, el pensamiento mágico, de su relación con el bosque, con la naturaleza, con la tierra, con la vida y con la muerte, entre muchos otros que comparten en sus territorios, que sobrevivieron a lo que Santos y Menezes (2014 p. 16) denominaron “epistemicidio” y fueron excluidos del *sistema mundo moderno colonial* como “saberes subalternos”.

Para Grosfoguel (2006) estos “conocimientos subalternos” resultantes de las relaciones de poder lingüísticas, económicas, sociales, culturales, religiosas, de género y otras, se encuentran en la intersección entre lo tradicional y lo moderno. Estos saberes sobrevivieron el “epistemicidio”, es decir continuaron un “proceso persistente de prácticas residuales” (op. cit, p 37). Aníbal Quijano (2004) nos decía que esta epistemología de frontera que permaneció siempre reprimida como impuro o mestizo frente a las teorías que defendían la unidad del idioma, de la fuerza de la sangre y de la razón, no contaminada por las emociones, comienza a surgir hoy no solamente con una riqueza de la civilización incorporada a la “barbarie”, sino también con una furia de engaño histórico convertido en una toma de conciencia colectiva (op. cit, p. 9). Pero no es sólo por el linaje ancestral, por la herencia cultural y por las prácticas tradicionales, es porque tienen “como transfondo histórico el sometimiento colonial, la herida colonial y sus secuelas, es por eso que los campesinos de nuestro continente son campesindios” (BARTRA, 2011, p. 138).

Estos “otros” sujetos mujeres, jóvenes, indígenas, campesindios han sido suprimidos del mundo y conocimiento moderno en variados contextos. Para Elias Lopes de Lima (2014) es una propuesta política de ocultamiento de los diferentes sujetos sociales que no se adecuan al perfil de las clases hegemónicas de la sociedad capitalista. Así, los individuos varones, blancos, cristianos, modernos, urbanos, de descendencia europea, de clase alta y por lo menos en la vida pública como heterosexuales, tendrían su condición de “sujeto” garantizado en perjuicio de otros que no se encuadran en este perfil. Estos otros individuos se convirtieron en “no sujetos”, es decir en

“objetos” de aquellos quienes se cargaron con la investidura de único y universal “sujeto histórico” (op. cit. p, 301).

Para Carlos Walter Porto Gonçalves (2002) estos sujetos que muchos llaman “nuevos sujetos” aunque no lo sean tanto, ponen en debate otras cuestiones y otras relaciones, ellos y ellas que tuvieron que forjarse en relaciones asimétricas de poder y que ni por eso se anularon, más que resistir, re-existieron, se reinventaron en su diferencia, así como el europeo es también una invención, la diferencia es que en una condición de polo dominante en el sistema mundo (op. cit, p. 220).

Como vimos a lo largo de los capítulos anteriores, esto se debió primero a la colonización europea y a otras formas de explotación y expropiación que sufrieron las culturas, los pueblos, las naciones colonizadas que significó también una relación extremadamente desigual entre los saberes, porque suprimió muchos otros sujetos y otras formas de conocimientos, conocido como colonialidad del saber una dimensión epistemológica de la colonialidad del poder (QUIJANO, 2000, p. 120).

Todo parece indicar que los saberes subalternizados de los muchos pueblos colonizados resistieron los siglos de opresión porque componen un tipo de conocimiento que no tiene como criterio de justificación la imposición de principios universales, más bien se trata de un conocimiento que atribuye formas a los contenidos de lo real a través de la experiencia corpóreo-sensible, por lo tanto más perdurable desde el punto de vista de la consolidación de un saber que al mismo tiempo es un hacer, un saber –hacer (LIMA, 2014, p, 305).

Entonces, en el escenario actual de la reforma agraria en el Paraguay, aparece este entramado de “otros sujetos”, una serie de grupos y organizaciones populares que se moviliza no solamente para luchar por la tierra y el territorio sino también contra los mecanismos de explotación y contra los crecientes niveles de desigualdades del *sistema mundo moderno colonial* y contra el Estado y la sociedad capitalista: movimientos campesinos, indígenas, estudiantiles secundarios, universitarios, organizaciones de lucha por los derechos civiles y por los derechos humanos, institutos de investigación, ONGs, cooperativas, centrales obreras, asociaciones de transportistas, de frentistas comerciantes urbanos, organizaciones ambientalistas, feministas, partidos políticos y muchos otros, como instancias de mayor coordinación política en el Congreso Democrático del Pueblo- CDP, nacido en el 2002, analizado por Marielle Palau (2014) en su

trabajo “Movimiento popular y democracia” y que se autodefine como una “herramienta de lucha y unidad de sectores democráticos, patrióticos y combativos, contra la política del Gobierno antinacional y antipopular de Cartes”.

El detalle de las reivindicaciones relacionadas a la reforma agraria, también se ha ampliado, incluyen el acceso a la tierra y el fin del latifundio, programas sociales como salud, educación, trabajo, producción e industrialización de productos campesinos, contra el agronegocio, la sojización del país, contra la utilización de agrotóxicos y transgénicos, la extranjerización y acaparamiento de las tierras, contra la violencia y criminalización de la lucha campesina, la democratización en el acceso a la tierra para las mujeres y jóvenes, por la autonomía territorial, por la soberanía alimentaria, por la preservación de la naturaleza y por la vida, como se ha discutido durante el Congreso Nacional sobre reforma agraria en el marco de los 26 años de la FNC en julio de 2017.

FIGURA 87 - CONGRESO NACIONAL SOBRE REFORMA AGRARIA EN PARAGUAY



FUENTE: Nuestras Fotografías, Asunción, invierno de 2017

Las formas de resistencia y manifestaciones populares relacionadas a la reforma agraria se han diversificado, sin embargo las ocupaciones para la recuperación de la tierra, la permanencia en la tierra y la expropiación de los latifundios persisten en todo el país, lo vimos por el paisaje al

recorrer el territorio paraguayo durante nuestro trabajo de campo y nos detuvimos a conversar en una ocupación de tierra en el departamento de Misiones donde el conflicto se da entre los pobladores de la comunidad campesina San Javier con los brasiguayos que compraron 1.400 hás de tierras a la Ganadera Santa Fidelina S.A (sobre esta ganadera pesaba una denuncia de existencia de tierra fiscal, usurpación y apropiación de bienes sobre el Estado de Paraguay desde el 2008). De todos modos la venta fue realizada y los brasiguayos reclamaban la tierra para incorporarlas al agronegocio y los ocupantes demostraban que el título de propiedad no correspondía a los límites reales del latifundio, estaban en disputa 250 hás que el antiguo IBR había destinado a favor de los campesinos y campesinas como tierras de uso comunitario. En este sentido, iniciaron otro juicio caratulado “Supuesto hecho punible por uso de documentos falsos”. Estos relatos, nos traía de nuevo los temas abordados en el capítulo II, la forma en que se apropiaron las tierras malhabidas del país, el gran problema de superposición de títulos y el desinterés - complicidad de los representantes del INDERT para intervenir en estos conflictos, además de la vulnerabilidad en que los campesinos y campesinas se encuentran ante la ausencia y criminalización del Estado que los violentó al detener a su principal líder, aquella fría mañana de invierno.

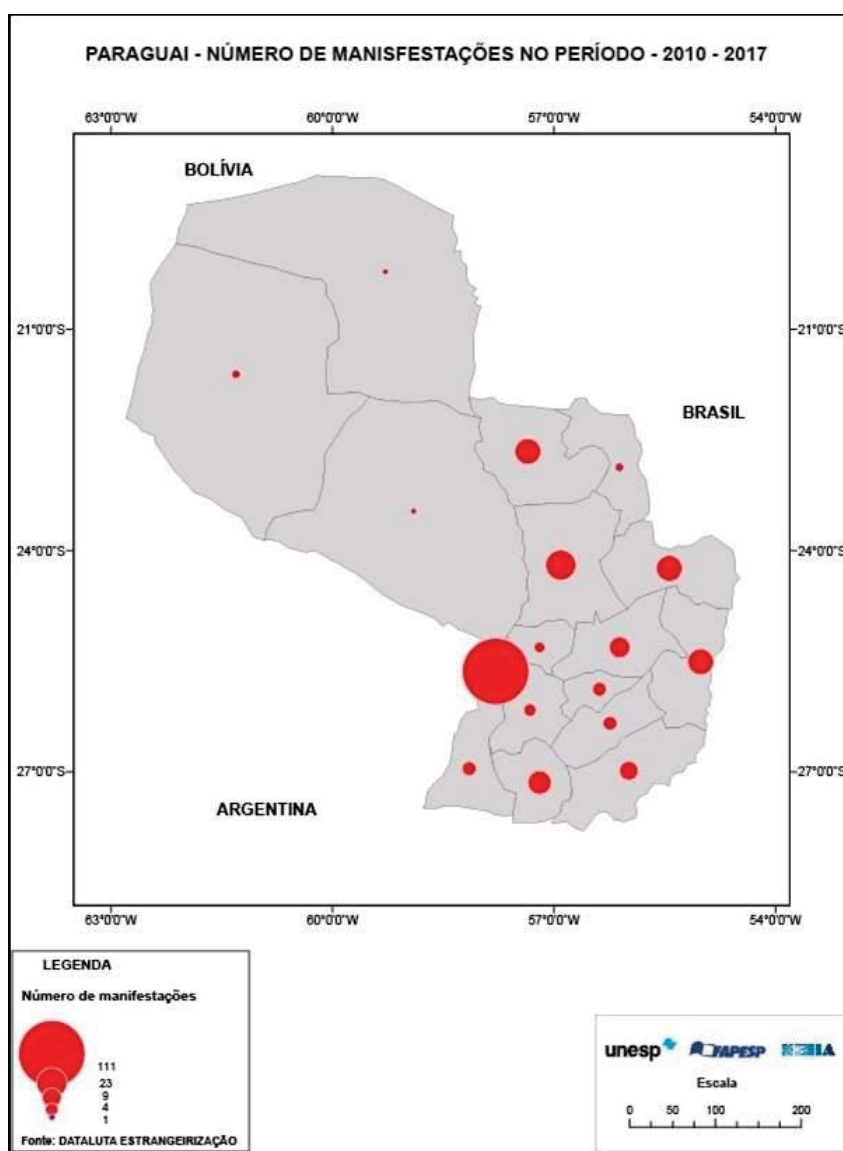
FIGURA 88 - RECUPERACIÓN DE LAS TIERRAS COMUNITARIAS DE SAN JAVIER- SAN IGNACIO



FUENTE: Nuestras fotografías, Misiones, invierno de 2016

Otro tipo de resistencias y manifestaciones públicas se centran mayoritariamente en Asunción porque las instituciones del Estado se encuentran centralizadas en la capital, como vemos en la FIGURA 89, representa mapa actual (2017) de manifestaciones de lucha por la tierra y en la tierra en Paraguay que nos comparte Pereira (2017).

FIGURA 89 - NÚMERO DE MANIFESTACIONES RELACIONADAS A LA LUCHA POR LA TIERRA Y EN LA TIERRA EN PARAGUAY (2010-2017)



FUENTE: DATALUTA. Paraguay Extranjerización (2016); Org. PEREIRA, (2016) en PEREIRA (217, p. 345).

Entonces podemos visualizar que al ampliarse la concepción de la reforma agraria como vimos en el capítulo III estamos hablando también en Paraguay de una reforma agraria integral y popular, relacionadas con el autogobierno, la agricultura, la alimentación, las mujeres, los jóvenes, los indígenas, la invasión y la convergencia. Así, las resistencias y manifestaciones populares se

han vuelto pluriversas: huelgas, marchas, cierres de rutas y calles, ocupaciones de tierras, ocupaciones de instituciones públicas, escraches públicos, volanteadas, recaudación de firmas, pronunciamientos, denuncias, ferias agropecuarias, charlas, diálogos, debates populares en espacios públicos, universidades y medios de comunicación de masas o alternativos, redes sociales, radios comunitarias, entrevistas y murales históricos, festivales artísticos en parques y plazas, cancioneros, poesías, teatros, comedias, pinturas, grafitis, memes para redes sociales y muchas otras formas de exposición y expresión de los conflictos.

Acercarnos a los “muchos otros nuevos sujetos” requiere de otros tipos de herramientas teórico- metodológicas, nos dice Elias Lopes de Lima (2014). La teoría social todavía no es capaz de comprender las prácticas de estas expresiones de lucha social y política, en gran parte porque estos movimientos sociales no se rigen o no se orientan por el expediente cientificista que predominó y que todavía referencia muchas de nuestras construcciones conceptuales. La mayor parte de las actuales manifestaciones deriva de las reacciones provenientes de las praxis corporificadas de los más variados géneros de la vida cotidiana, implicados en la reproducción del capital y por consiguiente en los diversos conflictos y resistencias a la apropiación de su fuerza creativa y transformadora. Entonces, para este autor insistir que el sujeto se reduce a un único y universal tipo de sujeto revolucionario como el proletario del marxismo cientificista, implica suprimir su gran potencial histórico, por lo cual Lima (2014) los ha denominado *sujetos históricos efectivos* (op. cit, p. 325- 339).

En este sentido, es posible afirmar que en el espectro de la reforma agraria en el Paraguay se da una emergencia no solamente de voces y sujetos, sino también una polifonía política, con una diversidad de voces, identidades, banderas, colores, manifestaciones, lugares, espacios, que emergen en el campo de la lucha por la tierra y por el territorio, que luchan por la afirmación de sus territorialidades e identidades territoriales como Re- afirmación de la Re- existencia de sus comunidades, en términos de Porto Gonçalves (2001) porque tienen un significado cultural y social más profundo que una simple reacción, son “movimientos *campesindios* de Re- existencia” porque no solo luchan para resistir contra los que los explotan, dominan y estigmatizan, sino también por una determinada forma de vivir y de producir, de buen vivir y de “existencia” que incluye diferentes modos *de sentirpensar la tierra* (ESCOBAR, 2014).

Estos *sujetos históricos efectivos* articulados como movimiento campesino paraguayo, apuntan a un proceso de politización de la propia cultura y de los modos de vida

“campesinos”, es decir para un proceso de politización de las costumbres en común, valorizando la memoria, la ancestralidad y los saberes tradicionales en la construcción de las identidades socioculturales, socioeconómicas y sociopolíticas, afirmando un doble proceso que, al mismo tiempo, se dirige hacia el pasado, buscando en las tradiciones y en la memoria su fuerza, y apuntando hacia el futuro, señalando para proyectos alternativos de producción y organización comunitaria, así como de afirmación y participación política. Para Cruz (2013) estas características se nos presentan como dinámicas, múltiples, en curso, en movimiento, siempre realizándose y comparte las ideas de Hall (2004), sobre la identidad que no se restringe a la cuestión de “quiénes somos” sino que incluye también en “quienes podemos convertirnos”.

Así, la identidad nos dice este autor, no se limita con las ideas de “originalidad” o de “autenticidad”, ya que los procesos de identificación y los vínculos de pertenencia se constituyen tanto por las “*tradiciones*” (raíces, herencias, pasado, memorias y otros) como por las “*traducciones*” (estrategias para el futuro, rutas, rumbos, proyectos, entre otros). Las identidades nunca son, por lo tanto, completamente determinadas, unificadas, fijas. Ellas son “ampliamente construidas a lo largo de los discursos, prácticas y posiciones que pueden cruzarse o ser antagónicas. Las identidades están sujetas a una historización radical, estando constantemente en proceso de transformación y cambio” (HALL, 2004, p. 108).

En este sentido, se puede decir que, más que una nueva estrategia de discurso de los movimientos campesinos, estamos frente a lo que Alfredo Wagner de Almeida (2005) reflexionando sobre los procesos de territorialización y movimientos sociales en la Amazonía de Brasil visualizó como el advenimiento de categorías que se afirman por medio de la existencia colectiva, politizando no sólo las situaciones de la vida cotidiana, sino también las prácticas rutinarias de uso de la tierra y lo simbólico, verificándose una ruptura profunda con la actitud colonialista y homogeneizante, que históricamente borró diferencias étnicas y la diversidad cultural, diluyéndolas en clasificaciones que enfatizaban la subordinación de los “nativos”, “salvajes” y ágrafos al conocimiento erudito del colonizador (ALMEIDA, 2005, p. 167).

Y cuando este sujeto colectivo y libertario no es una clase moderna, el proletario, sino los ancestrales *campesindios* que reivindican 500 años de resistencia, es inevitable y pertinente que la lucha se llene de imágenes, sentimientos, intuiciones que remiten a un pasado profundo; es

previsible y deseable que el combate se ritualice, el grito de guerra se vuelva *Sapukái* y cobre un carácter no solo terrenal sino también simbólico (BARTRA, 2011, p. 145).

Por lo tanto, vimos que la reforma agraria incorpora otros elementos al tradicional factor de tenencia de la tierra y que existe una polifonía de voces y sujetos en la actualidad paraguaya, por lo cual la reforma agraria se relaciona por una parte a la redistribución de las tierras y los derechos humanos universales, así como también al reconocimiento del modo ser campesino y campesina. A lo que Nancy Fraser (2006) denominó la dimensión bidimensional de justicia social.

4.2 LA PLURIDIMENSIONALIDAD DE LA REFORMA AGRARIA COMO JUSTICIA SOCIAL: REDISTRIBUCIÓN, RECONOCIMIENTO Y REPRESENTACIÓN.

La redistribución y el reconocimiento fueron protagonistas de varios debates teóricos y políticos, inicialmente fomentado en el contexto norteamericano y europeo que produjo diferentes tipos de reflexiones producidas a partir de contextos geo-históricos y culturales distintos y formulados a partir de lugares de enunciación diversos, pero tienen en común el hecho de intentar una alternativa de pensar el sentido y el horizonte de las luchas por tierra y territorio en Nuestra América. En este sentido, nos dice Valter do Carmo Cruz (2013) que es posible aproximarnos desde el punto de vista teórico- interpretativo de los movimientos sociales contemporáneos y sobre el debate de la redistribución y el reconocimiento y sobre la territorialización de las luchas en el campo.

Este debate acompañado de los “otros sujetos” y entramados en los diversos movimientos sociales trajeron al campo teórico-político otras dimensiones además de la persistente cuestión agraria. Incluyeron también la cuestión de la identidad, la cultura, la subjetividad, el cuerpo, el género entre muchos otros, politizando sus acciones por medio del derecho al territorio y sosteniendo la bandera del “reconocimiento de las diferencias”, que incorporó el debate sobre la justicia y emancipación social, además de una interesante tensión entre las políticas de redistribución y reconocimiento (op. cit, p. 120). Este debate lo podemos encontrar en varios de los trabajos Nancy Fraser y Axel Honneth.

De algún tiempo para acá, las fuerzas de la política progresista se dividieron en dos campos. Por un lado, se encuentran los proponentes de la “redistribución”. Apoyándose en antiguas tradiciones de organizaciones igualitarias, laborales y socialistas, actores políticos alineados a esa orientación buscan una asignación más justa de recursos y bienes. Por otro lado, están los proponentes del “reconocimiento”. Apoyándose en nuevas visiones de una sociedad “amigable con

las diferencias”, buscan un mundo en el que la asimilación a las normas de la mayoría o de la cultura dominante ya no sea más el precio del respeto igualitario. Los miembros del primer campo esperan redistribuir la riqueza de los ricos a los pobres, Norte para el Sur, y de los propietarios para los trabajadores. Miembros del segundo, por el contrario, buscan el reconocimiento de las distintas perspectivas de las minorías étnicas, “raciales” y sexuales, así como la diferencia de género... En estos casos, realmente estamos ante una elección: ¿redistribución o reconocimiento? ¿Política de clase o política de identidad? ¿Multiculturalismo o igualdad social? separación entre la política cultural y política social, la política de la diferencia y la política de igualdad (FRASER, 2007. p. 113).

Según Nancy Fraser (2006) los términos de “reconocimiento” y “redistribución” pueden ser analizados en dos perspectivas: 1) como paradigma filosófico; se trata de un conjunto de formulaciones teóricas de carácter político-normativo respecto de las ideas de justicia / injusticia formuladas, sobre todo, en el campo de la filosofía moral y de la filosofía política; 2) como paradigma popular de justicia que se refiere a un conjunto de ideas y reivindicaciones formuladas a la luz de las luchas sociales concretas trabadas por los movimientos sociales del presente y que apuntan hacia las causas y las soluciones de la injusticia de nuestro tiempo (op. cit, p. 19).

En lo que se refiere a la dimensión filosófica, Fraser (2006) afirma que el término “redistribución” tiene su filiación en la tradición liberal de filósofos analíticos anglo-americanos que, desde finales de los 1970, vienen buscando construir una teoría de justicia distributiva, ideario de justicia está anclado en la justa distribución de recursos socioeconómicos en la sociedad (op. cit).

Por su parte, el “reconocimiento” es una categoría hegeliana, pero que recientemente, ha sido retomada por filósofos y pensadores sociales como el filósofo canadiense Charles Taylor (2000) y el filósofo y sociólogo alemán Axel Honneth (2003). A través del rescate del concepto, estos pensadores vienen revitalizando el debate académico y político contemporáneo. En esta perspectiva, el sentido de la idea de justicia está anclada en el reconocimiento mutuo de las diferencias. Otra forma de la ubicación relacional en la filosofía de esas dos categorías es aquella que coloca “redistribución” como una “cuestión moral” y el “reconocimiento” como una “cuestión ética”. El hecho es que, con orígenes, horizontes políticos y normativos distintos, estos conceptos se presentan como dos perspectivas antagónicas de pensar la justicia y la emancipación social (FRASER, 2006, p. 20).

Estas políticas, entendidas como “paradigmas populares de justicia”, son analizadas a partir de las experiencias concretas de lucha de los movimientos sociales, según Fraser (2006) la concepción de justicia asentada en la idea de “redistribución” está materializada en las “políticas

de clase”, es decir, está expresada en las luchas y reivindicaciones donde hay un claro horizonte político clasista anclado en tradiciones socialistas. La noción de “reconocimiento”, como un principio orientador de reivindicaciones por los movimientos sociales, está claramente materializado en las llamadas “políticas de la identidad”, con una agenda compuesta por cuestiones étnicas, raciales, de género, sexualidad, nacionalidad, entre otros (op. cit, p. 21).

En este sentido, para Cruz (2013) además del debate filosófico que nos proponen estos autores, hay que analizar estas categorías a partir de una reflexión que tenga en cuenta las experiencias concretas de luchas, como es el caso de Nuestra América y para este autor de Brasil, donde las llamadas comunidades o pueblos originarios o tradicionales (campesinos, afrodescendientes, indígenas, pueblos del bosque, riberiños, pequeños agricultores familiares, mujeres rompedoras de coco y muchos otros) en la lucha por el reconocimiento de sus territorios e identidades, vienen desafiando las tradicionales formas de pensar la justicia y la emancipación (op. cit, p. 142).

Para Fraser (2006) estos “paradigmas populares de justicia” se pueden diferenciar también en sus concepciones de justicia e injusticia, es decir contienen *concepciones distintas de justicia y de injusticia*. En lo que se refiere a las *concepciones distintas de injusticia*, desde el punto de vista de la “redistribución”, la injusticia tiene su origen en la forma de desigualdades similares a las de clase, basadas en la estructura económica de la sociedad. En esta perspectiva, la parte de la injusticia es la mala distribución en sentido amplio, engloba no sólo la desigualdad de ingresos, sino también la a) *explotación* (tener los frutos del trabajo de una persona apropiada en beneficio de otras), b) la *marginación económica* (limitarse a trabajos indeseables o mal renumerados, posibilidad de acceso al mercado de trabajo asalariado) y c) la *privación* (haber negado un patrón material adecuado de vida) (FRASER, 2006, p. 22).

Desde el punto de vista del “reconocimiento” en cambio, la injusticia se interpreta como cultura asentada en patrones sociales de representación, interpretación y comunicación. La injusticia en este caso, es el falso reconocimiento, que también debe ser tomado en sentido amplio, abarcando la i) *dominación cultural* (ser sometido a patrones de interpretación y comunicación asociados a otra cultura extraña, ajeno, hostil), ii) el *no reconocimiento* (ser considerado invisible por las prácticas comunicacionales, representacionales e interpretativas de una cultura) y iii) la *falta de respeto* (ser difamado habitualmente en representaciones públicas estereotipadas culturalmente y / o interacciones cotidianas) (op. cit).

Así también, *la naturaleza y los procesos de producción de injusticias* son distintos, para Fraser (2006), entonces tendríamos ideas y prácticas de justicia también distintas. En esta perspectiva, contra las formas de injusticia que producen la desigualdad, la solución está en la “redistribución”, también entendida en sentido amplio, abarcando no sólo la transferencia de ingresos, sino también la reorganización de la división del trabajo, así como la transformación de la estructura de la posesión de la propiedad y la democratización de los procesos mediante los cuales se toman decisiones relativas a las inversiones públicas. La idea de “redistribución” aquí abarca un amplio abanico de posibilidades de ideas y prácticas de justicia y de transformación social, desde perspectivas reformistas, superficiales y asistencialistas hasta posturas radicales y socialistas de cuestionamiento del propio orden político y económico y de la estructura de producción y de la propiedad capitalista (op. cit, p. 22).

Sin embargo, en cuanto a las soluciones para las formas de injusticia derivadas del no “reconocimiento”, también en sentido amplio, Fraser (2006) propone, por una parte, medidas que incluyan no sólo las reformas destinadas a revalorizar las identidades no respetadas y los productos culturales de grupos discriminados, sino también los esfuerzos de reconocimiento y valorización positiva de la diversidad y los esfuerzos de transformación de la totalidad de patrones sociales de representación, interpretación y comunicación del orden simbólico y cultural, que cambiaría la identidad social de todos (op. cit, p. 23).

Otra diferencia importante se da en *las concepciones diferentes de las colectividades que sufren injusticia*. En el paradigma de la “redistribución”, los sujetos colectivos, víctimas de la injusticia, son las clases u otras colectividades que tengan un carácter clasista que se definen económicamente por una relación característica con el mercado o con los medios de producción, pudiendo explicarse también desde la economía política en relaciones más complejas con la intersección de clase social, raza y género. En lo que se refiere al paradigma del “reconocimiento”, en cambio, los sujetos colectivos, víctimas de la injusticia, son los grupos de estatus weberianos más que de clases sociales marxistas, definidos por relaciones de reconocimiento; y no por la producción, más bien por el respeto, estima, prestigio, estigma, como ejemplo, grupos étnicos, religiosos, de género y de sexualidad (FRASER, 2006, p. 24).

Nancy Fraser (2006) asume que en el debate académico estas dos propuestas aparecen como de “redistribución” o de “reconocimiento”. Los defensores de la primera sustentan que la

política de la identidad es una diversión contraproducente de las cuestiones económicas reales, que fragmenta a los grupos y rechaza unas normas morales universalistas, para esto el único objeto adecuado de la lucha política es la “economía”. Por el otro lado, los defensores del reconocimiento, sostienen que una política de redistribución que no haga caso de las diferencias puede reforzar la injusticia, universalizando en falso las normas del grupo dominante, exigiendo que los grupos subordinados las acepten, sin reconocer en grado suficiente los aspectos características de estos, entonces para ellos el objetivo político privilegiado es la “transformación cultural” (op. cit. p. 25) Una especie de determinismo económico versus determinismo cultural.

Según Cruz (2013) dentro de los movimientos sociales también se encuentran distancias en las agendas de luchas y programáticas. La retórica y la estrategia política de cada una de las corrientes tienden a secundar e invisibilizar a la otra. Así, movimientos de una tradición más igualitarista ponen al margen cualquier debate serio sobre el llamado reconocimiento de las diferencias, del mismo modo que movimientos feministas, antirracistas, entre otros, colocan la dimensión de clase fuera de sus horizontes programáticos (op. cit, p. 142).

Este autor nos hace algunas preguntas: ¿Cómo escapar de esa trampa conceptual y política? ¿Cómo incluir esa nueva sensibilidad política que valora el derecho a la diferencia y las luchas por reconocimiento, sin abandonar la agenda redistributiva e igualitaria tan importante y urgente en nuestra sociedad?. Y propone el rechazo de las formulaciones sectarias que caracterizan la “redistribución” y el “reconocimiento” como visiones mutuamente incompatibles de la justicia (CRUZ, 2013, p. 146). Así, Nancy Fraser (2006) busca formular una concepción que intenta abarcar ambos paradigmas de justicia. El resultado sería una “concepción bidimensional de justicia”, una propuesta capaz de abarcar la mayor parte de la magnitud de las injusticias en el contexto y en el espectro teórico y práctico sobre la “redistribución y reconocimiento” con una forma híbrida que combina características de “la clase explotada” con otras de la “sexualidad despreciada” en *grupos bidimensionalmente subordinados* que necesitan de ambas, *más allá del culturalismo y el economicismo*.

La necesidad de un enfoque bidimensional se hace aún más acuciante cuando dejamos de considerar por separado los ejes de subordinación y comenzamos a considerarlos al mismo tiempo. Después de todo el género y la raza, la sexualidad y la clase social no están radicalmente separados entre si. Al contrario todos estos ejes de subordinación se intersectan de tal manera en los intereses e identidades de todos. Nadie pertenece sólo a una de estas colectividades y es fácil que unos individuos subordinados en un eje de la división social sean dominantes en otro. Visto a esta luz, la necesidad de una política que contemple los dos flancos de la redistribución y el reconocimiento... Así pues, en general, tenemos que rechazar con rotundidad la interpretación de la redistribución y el reconocimiento como alternativas mutuamente excluyentes. El objetivo debe ser, en

cambio, elaborar un enfoque integrado que englobe y armonice ambas dimensiones de la justicia social (FRASER, 2006, p. 34).

En el trabajo “Ciudadanía de papel. Derechos humanos en comunidades campesinas” Milena Pereira (2015) nos relata cómo los movimientos campesinos paraguayos “resisten en sus tierras tantos embates y presiones, sosteniendo sus ideales y su lucha por lograr condiciones de vida respetuosas de la dignidad humana” introduciéndonos así, que la lucha por la tierra en Paraguay es por la “redistribución” de las tierras y los cambios en la estructura de poder, pero también es por el “reconocimiento” del derecho a ser y vivir como campesinos y campesinas con dignidad (op. cit, p. 36).

Es así que la autora, realiza una síntesis de los principales derechos de los campesinos y campesinas que nosotros podríamos visualizarlas, en el marco de la redistribución y el reconocimiento.

CUADRO 13-: BIDIMENSIONALIDAD DE LA REDISTRIBUCIÓN Y RECONOCIMIENTO EN PARAGUAY

Derechos relacionados a la redistribución	Derechos relacionados al reconocimiento
1. 1. Nivel de vida adecuada (derecho a la alimentación adecuada, saludable, nutritiva, accesible y agua potable y accesible).	1.2. A mantener sus culturas tradicionales alimenticias.
2. 1. A beneficiarse de una política de Reforma Agraria (derecho a la tierra y al territorio).	2.2. A las semillas, al saber, a la práctica de la agricultura tradicional.
3. 1 Caminos y servicios básicos, transporte público, energía eléctrica, créditos a bajo costo y sin intermediarios, seguro agrícola, información y a la tecnología agrícola, capacitación y asistencia productiva, administrativa, financiera y para comercialización, información sobre rubros agrícolas convenientes: aptitud del suelo, garantías de precios y mercados para la producción agrícola y para aumentar el interés en actividades agropecuarias diversificadas.	3.2. A la protección de los valores en la agricultura.
4. 1. A la participación.	4.2. A la promoción de organizaciones campesinas.
5. 1. A un trabajo lícito, libre, digno, justo.	5.2. A una retribución justa por su trabajo como campesinos y campesinas.
6. 1. A una educación integral y permanente, con oferta educativa, accesibilidad física y económica, infraestructuras, capacitaciones docentes, disponibilidad de bibliotecas, salas de	6.2. A programas específicos, adecuados al contexto rural campesino, a la enseñanza en lengua materna.

informática, televisores, proyectores e instrumentos musicales, gratuidad de la educación básica, merienda y almuerzo escolar	
7. 1. A participar de actividades recreativas y artísticas.	7.2. Al reconocimiento y protección de su cultura y de disfrutarlos individualmente o como colectivo.
8. 1. A la salud física y mental (disponibilidad, accesibilidad, aceptabilidad, calidad).	8.2. Al uso y desarrollo de la medicina tradicional, trato digno, a vivir una vida saludable que no esté afectada por la contaminación de los agrotóxicos que afectan a la salud y generan problemas de fertilidad y de contaminación de la leche materna, tienen pleno derecho sexual y reproductivo y decidir el número de descendientes que desean tener.
9. 1. Ambiente saludable y ecológicamente equilibrado.	9.2. A preservar el ambiente de acuerdo con sus saberes y conocimientos, a rechazar cualquier forma de explotación que cause daños medioambientales, a convenir, reclamar compensaciones por los daños ambientales, a ser indemnizados por la deuda ecológica y por el despojo histórico y actual de sus territorios.
10. 1. Libertad de expresión y derecho a la información, libertad de prensa, difusión del pensamiento y de la opinión. A resistir contra la opresión y a recurrir a la acción pacífica directa para proteger sus derechos.	10.2 A la libertad de asociación con otros y a expresar su opinión de acuerdo con sus tradiciones y cultura a través de demandas, peticiones y movilizaciones a nivel local, regional, nacional e internacional. A no ser discriminados por sus demandas y sus luchas.
11. 1. Acceso a la justicia, justicialidad para todos, igualdad en dignidad y derechos.	11.2. A la libertad e igualdad, a la no discriminación derivadas de su status económico, social y cultural.

FUENTE: Nuestra interpretación en base a PEREIRA (2015, pp. 36-91).

Otro ejemplo de este enfoque bidimensional en Paraguay lo podemos visualizar en los movimientos campesinos de lucha por la reforma agraria, que han logrado articular instancias de coordinación con diversas banderas de redistribución y también de reconocimiento, algunos de ellos aparecen en i) *alianzas coyunturales* y otras en ii) *alianzas programáticas* a lo largo de varios años de agendas compartidas. En el primer caso de i) *alianzas coyunturales*, podemos mencionar a la alianza entre el movimiento campesino y los cooperativistas en abril de 2016, que describimos anteriormente, donde el campesinado se integró con otros grupos sociales como el de los frentistas y comerciantes de la Avda. Eusebio Ayala que rechazan el proyecto del Metrobús, así como sindicatos de camioneros, transportistas públicos, representantes de estudiantes, profesores para establecer la mesa de negociación con el gobierno dentro de la Coordinadora Nacional Intersectorial- CNI que logró la aprobación de la Ley de emergencia

nacional para la reactivación de la producción de la agricultura familiar campesina en octubre de 2017 y los cooperativistas lograron la acción de inconstitucionalidad en la Corte Suprema de Justicia al impuesto del IVA del 10 % sobre los intereses de créditos de los socios que en diciembre de 2017 finalmente tuvo dictamen favorable, ambos logros después de 18 y 20 meses de lucha y negociaciones en el contexto de las elecciones internas de los mayores partidos políticos de diciembre de 2017 con miras a las elecciones presidenciales de abril de 2018.

Las otras ii) *alianzas programáticas* podría ser el caso del Congreso Democrático del Pueblo- CDP, integrada principalmente por la Federación Nacional Campesina- FNC; el Partido Paraguay Pyahurã- PPP, la Organización de Trabajadores de la Educación del Paraguay Sindicato Nacional- OTEP- SN, la Organización de Mujeres Campesinas e Indígenas- CONAMURI y el Partido Comunista Paraguayo- PCP entre otras organizaciones más, que vienen ejecutando hace 5 años una agenda común entre sus miembros, principalmente para frenar las políticas neoliberales del gobierno de Horacio Cartes a través de marchas entre las que se destacan: por derogación de la ley de Alianza Público Privada- APP¹⁰⁸, por el día internacional de los Derechos Humanos, debates populares, campamento permanente por el caso Curuguaty, de criminalización a la lucha por la tierra, la campaña “Elegimos poder popular” contra el sistema electoral manipulado y la corrupción, contra la violencia hacia las mujeres y niñas, entre otros.

que los capitalistas burgueses impidan que el pueblo se organice y cuando no lo consiguen por ciertos caminos utilizan otros para violentarlos, es violencia, por ejemplo a través de las leyes. Los medios de comunicación defendiendo sus intereses particulares, por ejemplo, utilizan términos discriminatorios, como vagabundos,

¹⁰⁸ Un detallado estudio sobre las implicancias de la Ley 5.102/2013 de APP de Cartes realizan Ricardo Canese y Mercedes Canese (2014) en su libro ‘Saqueo y Abuso. La Ley de APP de Cartes’ afirman que está en riesgo la soberanía nacional y es una forma encubierta de privatizar o concesionar: hidroviás, dragado, señalización y mantenimiento de la navegabilidad del Río Paraguay y otros ríos navegables, aeropuestos internacionales, construcción, rehabilitación y mantenimiento de rutas y autopistas nacionales, construcción, extensión y operación del servicio de líneas ferroviarias, construcción y mantenimiento de puentes nacionales e internacionales, provisión de agua potable, servicios de saneamiento básico y tratamiento de efluentes, generación, transmisión, distribución y comercialización de energía eléctrica, infraestructura vial de la capital de la República y su área metropolitana, infraestructura social, hospitales, centros de salud, centros educativos, penitenciarias, mejoramiento, equipamiento y desarrollo urbano en los cuales participen las administraciones contratantes, acueductos, poliductos, oleoductos, gasoductos, producción de bienes y prestación de servicios que sean propios del objeto de empresas y sociedades en que el Estado sea parte, producción y comercialización de cemento, producción, refinamiento y comercialización de hidrocarburos, combustibles y lubricantes, servicios de comunicaciones, y muchos otros (CANESE y CANESE, 2014, pp. 95-96).

terroristas, invasores, las leyes que atentan contra el pueblo, la especulación financiera, los asesinatos de compañeros y compañeras, la falta de créditos para los campesinos y campesinas, vemos todo como una forma de violencia, pedimos la solidaridad nacional e internacional en el proceso de lucha (dirigente FNC, 2015).

es importante la apertura de un diálogo, de modo que frente a la sectorialización, haya diálogo, que las organizaciones nacionales se abran a otras organizaciones, se acerquen, que haya unidad en todas las acciones que se lleven adelante y esto va para los campesinos, para los indígenas, para el sector urbano, también a las mujeres y varones; ahí entonces hay una apertura de diálogo, y dejarnos de la sectorización que al final le favorece al gobierno que no hace nada en cuanto al mejoramiento de la forma de vida de los campesinos e indígenas, y el pueblo en general sufre las consecuencias (dirigente MCP, 2016).

Los varones son golpeados por la policía, sin embargo las mujeres son violadas, tiene que ver ya con su sexualidad y con su cuerpo. Si se les impide a los campesinos y campesinas vivir en su tierra, es violencia, la utilización de agrotóxicos, es violencia, privatizar la tierra y venderla, es violencia en contra de la reforma agraria (dirigente CONAMURI, 2017).

FIGURA 90 - MANIFESTACIÓN DEL CDP FRENTE AL PALACIO DE JUSTICIA, CONTRA EL CASO CURUGUATY



FUENTE: Nuestras fotografías, Asunción, invierno de 2016

Vemos que entonces que ambas propuestas, la redistribución y el reconocimiento convergen en la propuesta de reforma agraria en Paraguay y podríamos ampliarla en una tercera dimensión, la representación siguiendo a Nancy Fraser (2009) que en un trabajo posterior amplía su concepción de justicia y también su marco normativo, pues incluye otra dimensión en su modelo analítico: la *dimensión política*. Para Cruz (2013) la inclusión de esta nueva dimensión

no significa que la dimensión política no estuviera presente en sus formulaciones anteriores y que no fuera inherente a las *dimensiones económicas* de la “redistribución” y la *dimensión cultural* del “reconocimiento”, obviamente, la “redistribución y reconocimiento son políticos” por naturaleza, y a menudo se han tratado como elementos que demandan la toma de decisión del Estado. Sin embargo, la dimensión política es presentada por la autora a partir de una concepción particular y que tiene una relativa autonomía respecto a las dos dimensiones anteriormente mencionadas. Se trata de la *dimensión política* leída en su trabajo a partir de un registro, centrado en la idea de “representación” (CRUZ, 2013, p. 150).

Yo considero lo político en un sentido más específico, constitutivo, que se refiere a la naturaleza de la jurisdicción del Estado y de las reglas de decisión por las cuales él estructura las disputas sociales. Lo político, en ese sentido, proporciona el escenario en que las luchas por distribución y reconocimiento son conducidas. Al establecer el criterio de pertenencia social, y, por tanto, determinar quién cuenta como miembro, la dimensión política de la justicia especifica el alcance de aquellas otras dimensiones: ella designa quién está incluido, y quién está excluido, del círculo de aquellos que son titulares de una la justa redistribución y el reconocimiento recíproco. Al establecer reglas de decisión, la dimensión política también estipula los procedimientos de presentación y resolución de las disputas tanto en la dimensión económica como en la cultural: revelando no sólo quién puede hacer reivindicaciones por redistribución y reconocimiento, sino también como tales reivindicaciones deben ser introducidas en el debate y juzgadas. Centrada en cuestiones de pertenencia y procedimiento, la dimensión política de la justicia se refiere prioritariamente a la representación (FRASER, 2009, p. 19).

La propuesta de análisis de la “representación” como la dimensión propiamente política de las luchas por justicia realizada por Fraser (2009), incluye dos niveles: i) en un nivel, relacionado al aspecto del “establecimiento de las fronteras de lo político”, la representación es una cuestión de pertenencia social, está en juego la inclusión o la exclusión de la comunidad formada por aquellos legitimados a hacer reivindicaciones recíprocas de justicia, ii) en otro nivel, relacionado al aspecto de la “regla decisoria”, la representación se refiere a los procedimientos que estructuran los procesos públicos de contestación, están en juego los términos en los que aquellos incluidos en la comunidad política expresan sus reivindicaciones y deciden sus disputas (FRASER, 2009, pp. 19-20).

Esta lectura desde la *dimensión política* de la justicia y la injusticia está fundamentada en los procesos de i) *representación*, ii) *no representación* o iii) *de mala representación política*. Estos procesos se materializan en la constitución de las “fronteras de la comunidad política”, implicando sistemas clasificatorios que incluyen y excluyen, definiendo quién pertenece o no y quién, por lo tanto, tiene o no derechos. Otro aspecto de la dimensión política de la “representación” como dimensión constitutiva de la justicia / injusticia es el proceso de definición

de las reglas de decisión de la participación que estructuran los procesos públicos de impugnación del ejercicio de la justicia. Esta dimensión se remite a la manera en que los diferentes grupos participan ya quienes tienen capacidad o no de expresión en las deliberaciones públicas y la representación justa, en el proceso público de toma de decisiones, sea en las políticas de “redistribución”, sea en las políticas de “reconocimiento”. La dimensión política de la “representación” tiene una relativa autonomía y lógica propia, pero está articulada y enredada con las dimensiones de la “redistribución y del reconocimiento”, siendo que esas tres dimensiones están en relaciones de mutuo imbricamiento e influencia recíproca (CRUZ, 2013, p. 151).

Para la realidad paraguaya encontramos varios debates alrededor de la *dimensión política*, conjuntamente dentro de los movimientos campesinos y los partidos políticos donde participan, que resultan en las líneas, acciones, posibles alianzas, estrategias y por supuesto i) *la “representación”*. Entonces, no todos los movimientos campesinos que luchan por la redistribución y por el reconocimiento en Paraguay se encuentran en alianza, principalmente por diferencias del tipo ideológico- político. Así por ejemplo la FNC que se declara en sus principios como una organización democrática, clasista y combativa y la lucha por la tierra para la FNC es la lucha directa del campesinado pobre contra el latifundio y por la reforma agraria, junto con el PPP mantienen sus diferencias con las organizaciones campesinas como el MCNOC, la OLT y el MCP. El FG que forman parte del Frente Guasu – FG, la concertación de partidos políticos de izquierda, centro izquierda y movimientos sociales que conformó la Alianza Patriótica para el Cambio- APC que llevó a Fernando Lugo al poder en el 2008, sus bases programáticas incluyen la reforma agraria, la soberanía energética, la distribución de la riqueza y la universalización de la salud pública. Sin embargo las diferencias se basan en a) *la relación con el Estado* y b) *la representación política y la cooptación de liderazgos* y c) *la participación en elecciones públicas de gobierno*.

La Federación Nacional Campesina- FNC, fue el primer movimiento que se fragmentó de la Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC) por el hecho de la inserción de partidos políticos en el interior de la organización. Hay críticas en relación a la FNC, sobre todo porque algunos dirigentes de esta Federación fundaron en el año 1999 en conjunto con otros movimientos sindicales, el partido político de base marxista y leninista Partido Paraguay Pyahurã (PPP). La constitución de tal partido aumentó las divergencias ideológicas y tácticas entre los movimientos socioterritoriales paraguayos, desarticulando la lucha por la reforma agraria, sobre todo alejándose de la ideología de la MCNOC. Sin embargo, los actuales dirigentes de la FNC frente a esta crítica afirman que la Federación “es una organización gremial, entonces no puede decir que pertenece a tal partido político, porque dentro del gremio hay diferentes partidos -tanto de derecha y de izquierda” (PALAU, 2008) ...Incluso con este juicio y con las rupturas en relación al movimiento campesino, el hecho es que FNC es el principal

movimiento de lucha por la tierra en Paraguay, pues este movimiento posee una capacidad de organización y movilización significativa..., en su marcha anual movilizan a más de 8.000 personas en la capital paraguaya, reivindicando la reforma agraria y la renuncia del actual presidente del Paraguay Horacio Cartes (2013-2018)...En esta marcha la FNC moviliza a otros movimientos socioterritoriales, académicos y la población urbana (PEREIRA, 2017, p. 332).

Marcial Gómez (2017) de la FNC nos explica estas diferencias que hicieron el alejamiento de la FNC del MCNOC: a) *la relación con el Estado*, no están de acuerdo en negociar con el Gobierno ningún tipo de proyectos productivos o sociales, para administrarlos con fondos del Estado, porque ésta no es la función de los movimientos campesinos, es el Estado quien debe negociar, planificar, implementar las políticas y proyectos con las organizaciones y no transferirles aquella responsabilidad, para posteriormente exigirles padrones burocráticos de rendición de cuentas, ajenos a su realidad, lo cual ha generado innumerables problemas judiciales por “corrupción” a los líderes campesinos y campesinas, como vimos anteriormente con los líderes cercanos al Frente Guasu; b) *la representación pública y la cooptación de liderazgos*, justamente por problemas en la administración de proyectos del gobierno, al desviar la atención de los líderes y lideresas o por asumir cargos importantes dentro Estado es que se deja sin representación prácticamente descabezadas a muchas comunidades, por la cooptación de sus principales referentes debilitando la lucha y la resistencia al interior de los movimientos; y c) *la participación en elecciones políticas de gobierno*; no concuerdan en la desviación de la atención de los objetivos de los movimientos campesinos para participar en la elección de algunos espacios electorales, que no contribuirán a cambiar las causas estructurales de los grandes conflictos agrarios, por el contrario proponen la construcción del poder popular desde las bases, con mecanismos participativos en debates, diálogos y asambleas que definan por si mismos la construcción de su familia, comunidad, organización y país. Así la XXV Marcha Campesina del 2018 lleva el lema de “Por Reforma Agraria, Elegimos Poder Popular” en el marco del año político por las elecciones generales para presidencia, vice presidencia, diputados, senadores, gobernadores, junta departamental y representantes del PARLASUR, el Parlamento del MERCOSUR, donde los políticos de los partidos tradicionales buscarán nuevamente votos del campesinado, pero sin comprometerse a realizar los cambios estructurales que requieren en el campo paraguayo.

Al respecto, Eladio Flecha del PPP citado por Marielle Palau (2014) nos dice:

(...) hasta este momento entendemos que no hay coherencia, porque si hablás de combatividad no podés aceptar los proyectos asistenciales que te da el Gobierno,

justamente como para tapar, apagar incendios. Cuando está por incendiarse el campo, ellos llegan con proyectos asistenciales (gallinería, tambo, chanchería, etc.) es una forma de atajar. Nuestro planteo como la Federación que tiene la línea de masa del partido es totalmente otra cosa, entendemos que los proyectos asistenciales no son salida para este problema, sino solamente a partir de una política de Estado de desarrollo se puede dar respuestas a los problemas. A eso le llamamos incoherencia, porque hay discursos hasta radicales, y después caen en la trampa que les puso el Gobierno (PALAU, 2014, p. 127).

Esta situación de “desacuerdo” dentro del movimiento campesino paraguayo ha generado críticas principalmente de los grupos del poder, utilizando términos como “ni ellos se ponen de acuerdo” para descalificar las distintas manifestaciones, contestaciones que cuestionan las múltiples formas de las injusticias en el campo. En este sentido, Armando Bartra (2013) nos dice que la defensa de los territorios se da con diversos sujetos y hasta clases en su composición y son resultante de la convergencia de muy diversos y hasta antagónicos intereses sociales, pues el abigarramiento es consustancial a los conflictos territoriales, entonces, continúa el autor “sostengo que es precisamente la diversidad entreverada de los que resisten territorialmente lo que hace potente su lucha, de modo que cualquier intento de limpieza clasista resultaría contraproducente” Y, es necesaria esta correlación de fuerzas para enfrentar con éxito las contradicciones más urgentes y agudas que compone la sociedad capitalista y es que las constelaciones sociales que conforman los movimientos son cambiantes, como lo son las alianzas que impulsan sus diferentes actores, es por su unidad interna como por su tendencia a la desintegración, tanto por su fuerza como por su debilidad porque es también mudable el sistema de contradicciones en que se ubican (op, cit, p. 109).

El siguiente aspecto de la *dimensión política* incluye la ii) *no representación*, en este sentido para los movimientos campesinos paraguayos es contundente que el modelo capitalista “vende-patria” de Cartes no les representa. Teodolina Villalba (2017) de la FNC nos explica que el modelo implementado por el gobierno de Horacio Cartes e históricamente por otros gobiernos en el Paraguay solamente representa los intereses de la burguesía y no del “campesinado pobre” originando múltiples situaciones que a diario deben enfrentar en el campo, como por ejemplo a) *la migración campo-ciudad*, que es una migración forzada, no deseada porque los “compañeros y compañeras” no quieren salir de sus comunidades, de sus asentamientos pero son expulsados por que no encuentran las condiciones económicas para permanecer, al no recibir precio justo de la producción campesina, la pérdida ante eventos climáticos extremos como inundaciones, heladas, sequías, la falta de seguro agrícola y los

envenenamientos por agrotóxicos, son algunos de los motivos por los cuales las personas o a veces las familias migran. En el caso de los jóvenes, la migración llega a ser también internacional, principalmente a Buenos Aires- Argentina para acceder al mercado laboral en el campo del cuidado y limpieza doméstica para las mujeres y como albañiles en la construcción de obras o servicios gastronómicos para los varones (mozos en bares, restaurantes), sin descartar las redes de prostitución y trata de blancas que engañan a muchas mujeres jóvenes en éste y otros destinos migratorios hacia Europa.

Otro problema al que tienen que enfrentarse es *b) la alimentación inadecuada*, principalmente por la falta de tierras para producir alimentos saludables, debido a la expulsión de sus comunidades por el agronegocio de la soja, que los obliga a comprar prácticamente todo lo que consumen y con el riesgo de estar contaminados con agrotóxicos, la pérdida de animales menores, frutos del bosque, plantas medicinales, cauces hídricos y las familias que se encuentran en situación crítica son las que por toda esta presión venden o alquilan sus tierras a los latifundistas y dejan de producir para su autoconsumo, generando varios problemas en la salud y el rendimiento y hasta deserción escolar de niños y niñas, por ello para la FNC tierra es fuente de vida, producción de alimentos sanos y soberanía alimentaria y *c) la violencia contra las mujeres*, en la base del sistema capitalista está el machismo y esto lo han debatido durante varios años en la FNC primero entre las mujeres y posteriormente con los varones en distintos espacios, en la familia, en las reuniones, en la asamblea local y hasta nacional para visibilizar esta problemática, pues las mujeres son doblemente violentadas por ser campesinas y por ser mujeres, por todas estas situaciones nos dice Teodolina Villalaba (2017) la Secretaría de la Mujer de la FNC y el Frente Mujer del PPP, trabajan en debates, concienciación, manifestaciones, sobre estos y otros temas que afectan a las mujeres como el feminicidio.

FIGURA 91 - FERIA DE PRODUCCIÓN DE LA FNC



FUENTE: FNC, XXV Marcha campesina, otoño de 2018

Y el tercer aspecto de la *dimensión política* propuesta por Fraser (2009) abarca iii) *la mala representación*, expresados por los movimientos campesinos como el “mal gobierno de Horacio Cartes y toda su línea sucesoria”. En este caso, Arnaldo Ayala (2017) de la FNC nos detalla las situaciones de: a) *amenazas*, b) *criminalización y judicialización* y la c) *militarización* que deben enfrentar con este “gobierno antinacional y antipopular”, a) *las amenazas* provienen principalmente de los latifundistas y sus “capangas” o sea sicarios de los terratenientes principalmente brasileños que “protegen” las plantaciones de soja, las amenazas se vuelven después amedrentamientos con las fumigaciones de agrotóxicos y también con represiones, persecuciones, saqueos y atropello a las familias de los asentamientos, hasta asesinatos impunes y desalojo violento de los acampamentos por parte de la policía, lo que lleva a denunciar b) *la criminalización y judicialización* de la lucha y de la resistencia campesina, donde varias personas, principalmente los líderes son violentados, imputados y criminalizados en procesos judiciales donde por ejemplo deben presentarse mensualmente al juzgado penal a firmar una planilla para no enfrentar la prisión, otros son encarcelados sin previsión de juicio lo cual los debilita política y económicamente. Según Areco y Palau (2016) los delitos más imputados a los militantes de las organizaciones campesinas son: coacción, coacción grave, amenazas de hechos punibles, perturbación de la paz pública, asociación criminal, invasión de inmueble ajeno, lesión grave y homicidio doloso en grado de tentativa (op. cit, pp. 107-115). Por último c) *la militarización*, cada vez son más las acciones

violentas de las FTC en la región norte del país, que con la excusa de enfrentar y paralizar el EPP realizan allanamientos a viviendas, escuelas, vía pública para detener a “supuestos miembros” de la organización, generando caos, miedo principalmente en los niños y niñas.

FIGURA 92- MOVILIZACIONES CONTRA LA CRIMINALIZACIÓN Y JUDICIALIZACIÓN DE LA LUCHA CAMPESINA



FUENTE: Nuestras fotografías, Asunción, invierno de 2016

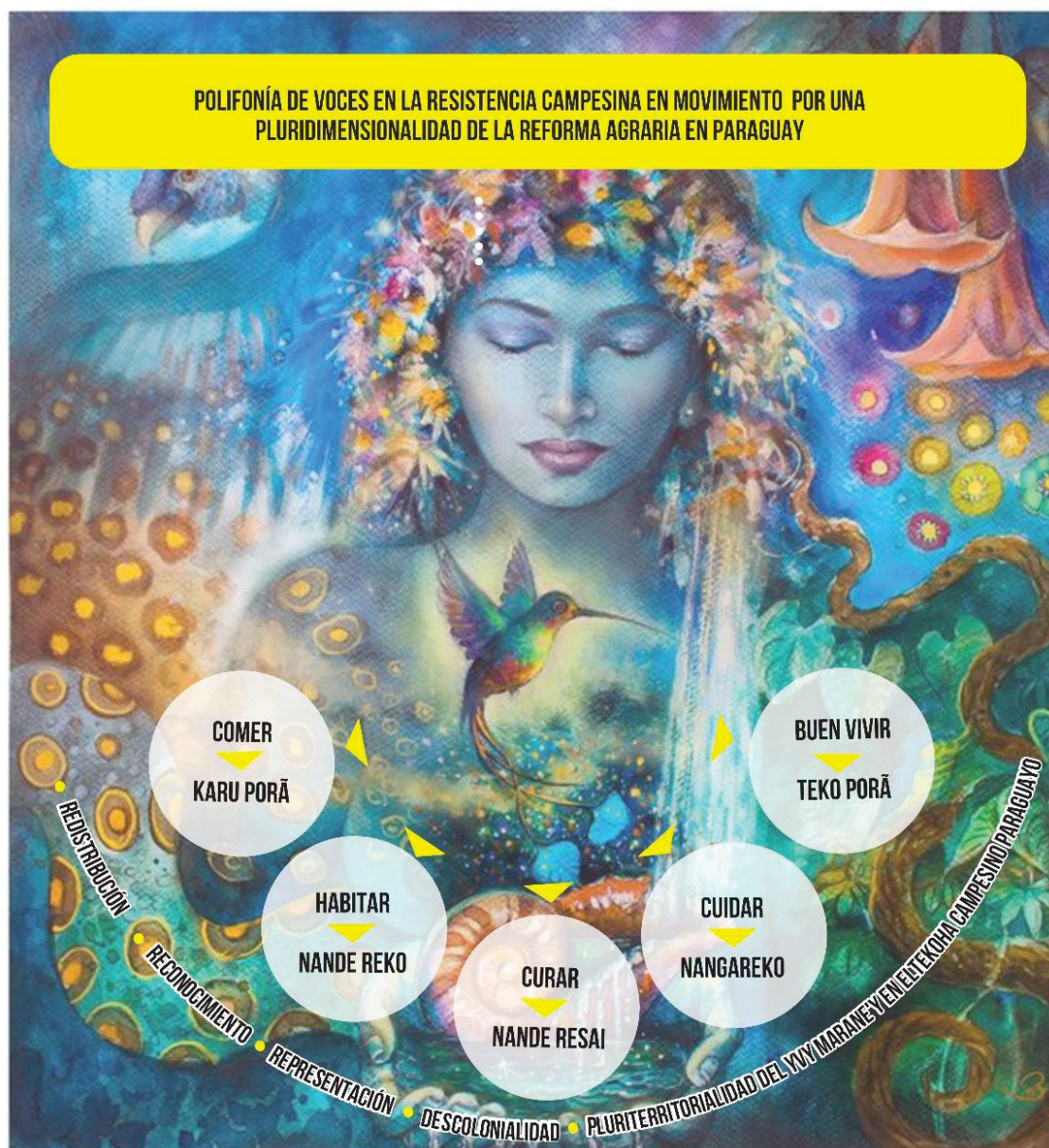
Retomando los trabajos de Nancy Fraser, que incluyeron una importante lectura de la justicia e injusticia social estudiada en la academia y sostenida como banderas de luchas de los “muchos otros nuevos sujetos” de los movimientos sociales contemporáneos, abordada desde i) la dimensión económica de la “redistribución”, ii) la dimensión cultural del “reconocimiento” y iii) la dimensión política de la “representación” por lo que podríamos decir que esta autora nos propone ahora una “*concepción tridimensional de justicia*” que puede darnos luces dentro del pensamiento crítico latinoamericano y las luchas sociales en la actualidad y se constituye en una importante herramienta analítica en el debate teórico y político de las luchas por los derechos territoriales, sin embargo al reconocer la diversidad de sujetos en la construcción del conocimiento y sus interpretaciones en el tiempo y el espacio, que este proceso colectivo no es abstracto, sino que contextualmente ubicado, incorporado, sentido y vivido. Este conocimiento, está situado en historias locales y arraigado en culturas y cosmovisiones particulares y trae las

huellas de los diversos sujetos-autores que la producen, sujetos constituidos a partir de sus experiencias e intersubjetividades configuradas desde sus propios territorios y expresados en el debate teórico y político del pensamiento decolonial de Nuestra América a partir de los trabajos de Mignolo (1998); Quijano (2000); Porto Gonçalves (2002); Escobar (2003); Castro-Gómez (2005); Grosfoguel (2006); Cruz (2013) y otros, podríamos hablar entonces de la importancia de dialogar sobre las luchas de los pueblos, comunidades, organizaciones, movimientos campesindios de por aquí con una “*concepción pluridimensional de justicia*”.

Esta *concepción pluridimensional de justicia*, por ejemplo para la realidad paraguaya, incluiría una *dimensión de reconocimiento y redistribución*, que se expresan en las reflexiones de Luis Rojas (2015) en su libro “Tereré Jere. Alternativas a la sociedad paraguaya actual” cuando dice que debemos respetar y disfrutar de la diversidad de personas, de culturas, de creencias y expresiones, pero en el marco de la tolerancia y a partir de una situación común para todos, la garantía del disfrute real, no solo en los papeles, de todos y todas a los derechos humanos fundamentales, como el alimento, el trabajo, la vivienda, la tierra, la salud y educación, un medio ambiente sano, la libertad de información y expresión, entre otros. El autor continúa, a lo que podríamos incorporar la *dimensión política* al decir que no alcanza con el discurso liberal que subraya la libertad individual y la igualdad de oportunidades, la libertad individual conlleva una responsabilidad social, y la igualdad debe ser de acceso real a los bienes y servicios que permiten el goce de los derechos mencionados anteriormente. Recién cuando esto se cumpla la igualdad de oportunidades será real y no un discurso vacío, así como la libertad de unos individuos será superada por la libertad de todos y todas. Y finalmente el autor reflexiona desde otras dimensiones como por ejemplo la *dimensión decolonial*, la *dimensión cultural*, la *dimensión ambiental* y la *dimensión histórica*, afirmando que además, en el proceso de descolonización y reafirmación de la identidad propia, habrá un esfuerzo sostenido de revalorizarnos como pueblo, como comunidad, con nuestra historia y nuestras raíces, rescatando nuestra autoestima maltratada por conquistadores, genocidas, oligarcas y dictadores, reaprendiendo a valorarnos, a conocernos y reconocernos. Hoy se valora lo extranjero solo por ser extranjero, y se desprecia lo propio solo por su origen. Desde el arte hasta la lengua, los saberes y las tecnologías. La rica historia y cultura de nuestro pueblo está guardada en la memoria de diversos colectivos sociales, diversas personas, que pueden aportar a un redescubrimiento de nuestro potencial y nuevas posibilidades de rehacer nuestra sociedad y nuestras prácticas. Existe un fecundo *arandu ka’aty* (sabiduría popular), que nos permitirá vivir mejor y más armónicamente con la naturaleza (op. cit., p. 34).

Nosotros creemos importante incluir también, la *dimensión territorial* de la reforma agraria en el capítulo V, donde caminaremos a partir de nuestra experiencia concreta en un *tekoka* campesino –paraguayo en resistencia que nos recordó que estábamos en las Tierras del Colibrí y en la búsqueda de la Tierra Sin Mal- *Yvy Marane'y*.

FIGURA 93: LA PLURIDIMENSIONALIDAD DE LA REFORMA AGRARIA



FUENTE: Imágenes de la Madre Tierra de Internet –Organización: Nuestra Investigación

CAPÍTULO V

5 LA DESCOLONIZACIÓN DEL TERRITORIO DE LA REFORMA AGRARIA EN PARAGUAY

Vimos en una escala mayor, que Nuestra América es el territorio por excelencia de las luchas y resistencias para construir un “mundo donde quepan todos los mundos”. Esta es la propuesta de la diversidad, que genera el rompimiento del pensamiento único, universal y homogéneo. Incorpora la pluriversidad (de voces, de sujetos, de experiencias, de conflictos, de resistencias, de derechos, de territorios) nos llama a recuperar la historia oral no lineal, que nos ha demostrado en el vuelo de colibrí que realizamos por las reformas agrarias nustramericanas que el *sistema mundo moderno colonial*, niegan esta pluriversidad y la ocultan, para establecer una única clase hegemónica de origen colonial (hombre, blanco, moderno, occidental, heterosexual, cristiano, urbano, con lenguas latinas, principalmente el portugués o español entre otras) como producto de la invasión europea y la formación de los Estado-Nación en la modernidad.

Esta herida colonial en Nuestra América, implicó la ruptura violenta del orden social, económico y político de los pueblos originarios, quienes se vieron sometidos a vivir y producir para la satisfacción de las demandas de una sociedad ajena y una economía mercantil por medio de la cual quedaron, las comunidades y sus territorios ancestrales, articulados estructuralmente al *sistema mundo moderno colonial*, en condiciones de explotación, dependencia y subordinación (MIGNOLO, 2007a, p.28).

De ahí, que también en Paraguay la colonialidad es una condición estructurante de la sociedad actual, que solo reconoce el territorio y las institucionalidades modernas del Estado-Nación, quienes violentan, criminalizan, militarizan y clausuran las condiciones de posibilidad para las pluriterritoriales, para mantener el control de los territorios (vientre de la madre, la piel- idioma, *tekoha*) e imponer la concepción de un único espacio agrario sin conflictos, desde la forma dominante impuesta colonialmente: la propiedad privada, la modernización agrícola y el desarrollo rural, cuya lógica de productividad, desapropiación de tierras indígenas y campesinas, asumen en la actualidad dimensiones transnacionales como la extranjerización y acaparamiento de tierras en la contrarreforma agraria, con graves consecuencias sociales y ambientales, a los que los *campesindios* siguen resistiendo como hace 500 años al igual que los pueblos de Nuestra América.

El recorrido por las reformas agrarias nustramericanas nos mostró que los movimientos campesinos han construido una propuesta ampliada de reforma agraria integral y popular, relacionadas a la autonomía, la soberanía alimentaria, la agroecología, la decolonialidad, el feminismo y la integración regional de las resistencias. Esto, la convierte en un tipo de resistencia. Es decir, la propuesta de reforma de la que estamos hablando es un territorio en disputa y por lo tanto hay que luchar y defenderla. En este sentido, vemos que la propuesta de la reforma agraria en Paraguay también es un territorio de resistencia, que en la actualidad se presenta como pluridimensional porque en primer lugar, se posiciona en contra del latifundio para la *redistribución* o *dimensión económica* de los recursos socioeconómicos del país donde el campesinado se reconoce como una clase política en lucha y además, incorpora el *reconocimiento* o *dimensión cultural* de identidades (jóvenes, campesinos, campesinas, paraguayos y paraguayas “de raza Guaraní¹⁰⁹”) en distintos espacios y manifestaciones populares como vimos anteriormente, donde se re-construye y valoriza la diversidad y los esfuerzos de transformación de la totalidad de patrones sociales de representación, interpretación y comunicación simbólica y de escalas como el cuerpo, el género, generacionales que cambian el orden social y cultural del imaginario y las prácticas colectivas. De la misma forma, la escalaridad en la *representación* o *dimensión política* organizacional (nacional, departamental, distrital y comunitario) establecen las “reglas decisorias” es decir, los procedimientos que estructuran, las estrategias de los procesos públicos de contestación política donde expresan y deciden sus disputas.

Entonces, visualizamos la pluridimensionalidad de la reforma agraria como justicia social de redistribución, reconocimiento y representación actualmente en Paraguay e incorporamos ahora la *dimensión territorial*, que se afirma en espacio en resistencia que debate la base únicamente material sobre la que se asientan los conceptos clásicos de reforma

¹⁰⁹ La expresión de “raza Guaraní”, es utilizada frecuentemente en la sociedad paraguaya y en particular en la lucha del campesinado paraguayo, para hacer mención a la resistencia que mantuvieron los soldados, hombres y mujeres que defendieron el país y la cultura guaraní en la Guerra Guasu y la Guerra del Chaco. También en actuales espacios cotidianos de deportes como el fútbol se menciona a la “garra Guaraní” que en otras escalas de fútbol competitivo a nivel internacional, aparecen como las estrategias y tácticas de defensa en el campo de juego de los equipos paraguayos. La “garra” viene del león que se encuentra en el escudo de la bandera paraguaya. Más que ideas estadocéntricas de nacionalismo, estas expresiones representan la resistencia del pueblo paraguayo, que no se rinde y batalla hasta las últimas consecuencias.

agraria, este aspecto es importante, en el marco de una descolonización territorial en procesos cíclicos de des-re-territorialización¹¹⁰.

El “territorio” incluye además a las contradicciones y los conflictos, por lo cual se convierte también en el espacio de la indeterminación, de la contingencia, de las luchas sociales y políticas. Varios autores como Harvey, 1992; Thomaz Jr, 2002; Brandão, 2007 resaltan las formas a través de las cuales las luchas sociales son renovadas y están avanzando en el sentido de contrarrestar y proponer alterativas a las relaciones económicas, de poder, simbólicas y de identidad (materiales e inmateriales) hegemónicas.

Es aquí donde se construyen “territorialidades” como resultado de un constructo histórico y que, en cierta forma, parte de él puede incluso no existir más físicamente, como resalta Raffestin (2003) pero están guardados en la memoria colectiva, como el resultado de los procesos de producción y de transformación del territorio a lo largo de las generaciones, sea por la dinámica de la propia cultura, por cuestiones económicas, así como resultado de conflictos con sus antagonistas, entre muchos otros. Raffestin (2003) se refiere como “territorio de referencia” donde “cada sociedad puede tener un territorio de referencia diferente, lo que también puede cambiar a lo largo del tiempo”. Sin embargo, sus reflexiones van significando el territorio de referencia más como “ruinas o restos” que alimentan la imaginación, diferenciándolo de lo que llamó “territorio real”. En este sentido, entendemos que el territorio Guaraní es también un territorio de referencia real, territorio que es multiescalar, multidimensional, multisituacional, material e inmaterial al mismo tiempo, impregnado por continuidades y discontinuidades, afectividades y conflictos a lo largo de muchas lunas que sustentan la “multiterritorialidad” (RAFFESTIN, 2003; HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2013) o como mencionan los pueblos indígenas, la “pluriterritorialidad”

¹¹⁰ Luiz Carlos Flávio y Marcos Aurelio Saquet (2007) en su trabajo “Elementos de reflexión para fundamentar la investigación en geografía centrados en la relación tiempo-espacio-territorio” nos afirman que la espacialidad y la territorialidad humana se concretan a partir del enmarañado de relaciones multidimensionales de los hombres y mujeres, grupos, organizaciones sociales. Tales relaciones se construyen plagados de conflictos y contradicciones dadas por las relaciones económicas, de poder, simbólicas y de identidades (materiales e inmateriales). Son engendradas a partir de las diversas temporalidades y formas de apropiación de la naturaleza. Y, así produciendo los lugares, se engendran ininterrumpidas recreaciones (des-re-territorialización) de diversas formas de existencia, supervivencia y sueños constituyentes de interacciones, mallas, nudos, redes, flujos, continuidades y discontinuidades, límites y posibilidades de realización. Ellas las (relaciones) se traducen en múltiples territorialidades que caracterizan la totalidad del espacio humano (op. cit, pp. 67-77).

Pues bien, así la lucha por la “tierra” es también la lucha por el “territorio” en un espacio de vida que hemos llamado *tekoha* campesino-paraguayo en resistencia y en movimiento, que incorpora e integra las otras (nuevas) dimensiones de la reforma agraria: la económica, cultural, política, ambiental, decolonial, histórica y la territorial de la búsqueda de la Tierra Sin Mal -*Yvy marane’y* como veremos a continuación.

5.1 DE LA TIERRA AL *TEKOKHA* CAMPESINO-PARAGUAYO EN LA BÚSQUEDA DEL *YVY MARANE’Y*

Como venimos afirmando desde el inicio del trabajo en las Tierras del Colibrí, los territorios no existen, los territorios se hacen, no existe territorio campesino sino existe el campesinado, ellos *campesinizan* su territorio es decir, lo convierten en territorio campesino y estos sujetos, los campesinos y campesinas de por aquí también la *guaranizan*, ¿dónde? En el *Tekoha* campesino-paraguayo en resistencia y en movimiento: el asentamiento.

En coincidencia con Cruz (2013) estamos frente a una nueva gramática de las luchas y resistencias en Nuestra América. “De las luchas por la *redistribución* de la tierra a las luchas por el *reconocimiento* de los territorios” porque son luchas por el derecho a la territorialidad que es fundamental en la reproducción de los modos de vida tradicionales, pues para las poblaciones tradicionales de Brasil, desde donde nos habla el autor y en diálogo con Antonio Carlos Diegues (2000) el territorio es: i) los medios de existencia, ii) los medios de trabajo y de producción, iii) los medios de producto los aspectos materiales de las relaciones sociales, aquellas que componen la estructura social, así el territorio se constituye en “abrigo” y “recurso”, fuente de recursos materiales o medios de producción y al mismo tiempo, es elemento fundamental de la identificación o simbolización de grupos a través de referentes espaciales (CRUZ, 2013, 157-158).

Así, para este autor la *dimensión territorial* adquiere una importancia fundamental para la afirmación de los derechos de los pueblos y las comunidades porque en ella residen la garantía del reconocimiento de una identidad colectiva y la defensa de la integridad de los diferentes modos de vida, asociados a las matrices de racionalidad pautadas en las diferentes formas de uso-significado del espacio y de la naturaleza. Entonces, se trata de una estrategia de lucha que implica una especie de “*otra reforma agraria*” (op. cit, p. 158-160).

Porto-Gonçalves (2009), define bien esta complejidad de la cuestión agraria y los dilemas que envuelven esta “*otra reforma Agraria*”. El autor, plantea de manera clara y

precisa cómo la cuestión del territorio y de las territorialidades se relaciona con la cuestión de la tierra y lo que el debate sobre “el derecho al territorio” o como dice Melià (2017) “los derechos humanos territoriales” añaden a la lectura clásica sobre la cuestión agraria y las luchas por reforma agraria. Lo nuevo en el debate político de la cuestión agraria en el mundo, donde el movimiento indígena empieza a colocar explícitamente en el debate algo que históricamente siempre lo caracterizó, la *cuestión territorial*.

El debate territorial cambia la calidad del debate de la reforma agraria, porque significa introducir un componente nuevo en la discusión, así como el componente de la cultura. Este autor ejemplifica diciendo: “cuando hablamos que queremos ser reconocidos por nuestra territorialidad, no queremos solamente la tierra, queremos un sentido determinado de estar en la tierra, queremos el respeto a nuestro modo específico de estar en la tierra. Estamos reivindicando una territorialidad distinta, exigiendo el reconocimiento de las diferencias” (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 4).

Con absoluta seguridad, el geógrafo brasileño afirma que esto acaba denunciando el carácter colonial de la propuesta de “progreso” llevando a la homogeneización incluso de la lectura del país, un país que no era y que no es homogéneo. Para el caso brasileño nos cuenta que el país está repleto de diferentes “campesinidades”, que se crean a partir de las diversas condiciones del ambiente en un país con dimensiones continentales, donde las comunidades van creativamente amoldándose a lo que los ambientes les ofrecen. Estas comunidades no están determinadas por el ambiente, sino que siempre parten del potencial productivo de la naturaleza. Es una cultura con la naturaleza y no contra la naturaleza (op. cit).

A la luz de estas miradas geográficas, podríamos retomar las discusiones de las Tierras del Colibrí, al inicio de este trabajo sobre el Territorio Guaraní y el capítulo I sobre la configuración del *tekoha* campesino para sostener la resistencia del campesinado por la reforma agraria en el Paraguay.

Como vimos, el *Tekoha*, herencia de la cosmovisión guaraní, no se basa solamente en su dimensión física o material, es también para los campesinos y campesinas el lugar del *Teko*, es decir, el lugar del ser del campo y para el campo, del hábito del “*Tereré Jere*” y de las costumbres, del sistema propio, de la familia y de la política, de la economía y la espiritualidad. Es lugar “*donde somos lo que somos*”. Ese espacio físico, emocional y mental es la condición de posibilidad del *Teko Porã*, del buen vivir que se concreta en el *Yvy Marane'y* o la Tierra Sin Mal.

Para Melià (2008) el *Yvy Marane'y* tiene que ser entendida como tierra nueva y tierra de fiesta, el espacio de reciprocidad y de amor mutuo, que produce también personas perfectas, que no mueren, se comunican así en el espacio-tiempo circular con los antepasados y a través de los sueños van marcado su trayecto en armonía con la naturaleza y con los espíritus que la habitan. Esta ha sido una búsqueda milenaria, los guaraníes caminaban hasta encontrarla. Hay versiones que dicen que el *Yvy Marane'y* estaba en las tierras cercanas a las Cataratas de Yguasu en las tres fronteras, Argentina, Brasil y Paraguay, otros creen que se encontraba en la costa Atlántica, así como también los extintos Saltos de 7 caídas frontera norte entre Brasil y Paraguay, en cualquiera de las versiones y las huellas que por el *Tapé Avirú* dejaron los guaraníes demuestran que estos lugares son sagrados. Tras esta meta, nada utópica, nos dice el autor, ya que tiene lugar bajo nuestros pies, es decir existen rasgos, registros, señales en este territorio, pues han sido generaciones de Guaraní a los largo de muchas lunas (MELIÀ, 2008, p. 104).

Para Inés Ladeira (2008) el *Yvy Marane'y*, es un mundo imaginable, más como extensión conceptual de sentido de pertenecer al mundo, y este tipo de “espacio mítico” es el que sitúa o ampara al individuo en el mundo. Entonces, para esta autora el *Yvy Marane'y* es el principio ordenador de la vida en la Tierra y reproduce el principio del “espacio mítico”, que trasciende el tiempo y para alcanzarlo definitivamente es necesario conquistarlo, cumpliendo las reglas sociales impuestas a los humanos, en el mundo (op. cit, p. 126).

Los primeros autores que la explicaron en la literatura etnohistórica Guaraní fueron Montoya (1639), después recuperados y reinterpretados en su vida con los guaraníes por Melià (1981) donde la tradujeron como “Tierra Sin Mal” e interpretada por otros autores tanto en el sentido de búsqueda de una tierra de abundancia, como en el sentido semántico de una “tierra intocada”.

Ladeira (2008) nos cuenta que para ella, el contenido más significativo del *Yvy Marane'y* reside en la condición de eternidad que se expresa en su propio significado semántico (*Yvy*= tierra y *marane'y*= que no termina, no se enferma, no se daña) que le esclareció cuestiones semánticas, pero por sobre todo etnográficas del *Yvy Marane'y*, la tierra donde nada tiene fin y es compuesta por elementos originales que no se agotan. Esta virtud no se sustenta en aspectos cuantitativos, sino en la calidad de la perennidad de sus elementos. Así, continúa la autora, este pensamiento define los modos de relación con el ambiente, el uso

de la naturaleza y de la agricultura, en que la noción de abundancia está relacionada a la posibilidad de renovación de los ciclos y no al almacenamiento y comprometiendo de las especies naturales, es decir el agua es *marane'y*, el viento es *marane'y*, los animales son *marane'y*, las plantas y bosques son *marane'y* (op. cit., p.127).

Según Melià (2008) no se puede hablar de los guaraníes sin referirse a su búsqueda, incansable y profética, de la “Tierra Sin Mal”. De este modo, una experiencia indígena se torna paradigmática para pensar cual sería el proyecto de una sociedad más solidaria y humana. Afirma este autor que la arqueología ofrece dos tipos de evidencias: i) los guaraní son pueblos que se mueven en una amplia geografía, con migraciones a regiones distantes y con desplazamientos frecuentes dentro de una misma región. No propiamente nómadas, sino colonos y ii) los guaraní ocupan tierras con características ecológicas constantes: tierras aptas para sus cultivos de maíz, mandioca, batata, porotos y calabazas (op. cit., p. 99).

Sin embargo, la “Tierra Sin Mal” es un campo en debate, no solamente entre los etnólogos como Martínez, D., (1985); Clastres, H., (1978) y Bartolomeu, A., (1977) citados por Aldo Litaiff (1996) que criticaron la dimensión religiosa que le atribuyeron como un paraíso mítico abstracto, una especie de “tierra prometida” y su interpretación de los procesos migratorios de la nación guaraní al confundirla como probable resultado de la influencia temprana evangelizadora. También existen controversias entre los propios guaraníes, así nos cuenta este autor que las opiniones de los líderes espirituales “pajés o chamanes” son un poco divergentes como hemos visto más adelante, en cuanto al lugar dónde debe ser buscado, para algunos es al Este, más allá del mar y para otros es en el centro de la tierra (que está localizado en Paraguay) (op. cit., pp. 122-123).

Para Melià (1989, p. 347) es necesario huir de los determinismos, porque “no existen contradicciones entre buscar una tierra económicamente buena y el ansia por una tierra profética. Una no excluye a la otra”. Para comprender mejor esta “*territorialidad guaraní*” retomamos el “*tekoha*”, este autor nos explica que si bien la tierra impone sus condiciones, es el guaraní quien hace su tierra, la construye. La tierra guaraní vive con los guaraníes que en ella viven. La ecología guaraní no es sólo naturaleza, ni se define por su valor exclusivamente productivo. El guaraní entiende su territorio en tres dimensiones i) el seno de la madre, ii) la piel de la persona o su idioma y iii) el “*tekoha*”; ahora bien, si el *teko* es el modo de ser, el sistema, la cultura, la ley y las costumbres, el *tekoha* es el lugar y el medio donde se dan las

condiciones de posibilidad del modo de ser Guaraní. “El *tekoha* significa, y produce al mismo tiempo, muchos tiempos, relaciones económicas, relaciones sociales y organización político-religiosa, esenciales para la vida del Guaraní. Aunque parezca redundancia, hay que admitir que sin *tekoha* no hay *teko*”. El “*tekoha*”, con toda su materialidad terrenal, es sobre todo una interrelación de espacios culturales, temporales, económicos, sociales, espirituales y políticos (MELIÀ, 2008, p. 101).

La “Tierra Sin Mal” de los guaraníes, está relacionado con sus mitos. Se trata de una tierra fértil y apacible, donde se puede vivir a gusto. Pero a ella puede sobrevenir el mal, entonces hay que superar ese mal o abandonar esa tierra. Los males para los guaraníes pueden ser una tierra agotada, que no da ya para la agricultura, donde el mismo paisaje se ha vuelto desértico; estar en medio de un campo sin árboles o junto a extensivos monocultivos de soja, pinos o caña de azúcar, es un gran mal; es el desierto, nos cuenta Melià (2008b) también que en el lugar se produzcan muchas enfermedades y muertes por hambre, epidemias y otras causas; que haya desentendimiento, desorden y conflictos sociales y políticos entre los miembros y familias de la comunidad es otro gran mal. Pero uno de los mayores males que han tenido que soportar los guaraníes es la invasión y destrucción de su tierra, la amenaza contra su modo de ser, la expulsión, la discriminación y el desprecio que vinieron con la llegada de “los otros”, de los colonos y de los ganaderos y más recientemente de los sojeros (MELIÀ, 2008b, p. 7).

La estructura fundamental de *tekoha* y la relación con el espacio-geográfico guaraní, que nos describe Ladeira (2008), está en la organización de los lugares relacionados a la producción de la vida en ciclos, cultivar, ritualizar y cazar. Entonces, los espacios incluyen: un monte preservado y poco perturbado, reservado para la caza, la pesca y la recolección de miel y frutos silvestres; unas manchas de tierra especialmente fértil para en ellas hacer las rozas y los cultivos, y por fin, un lugar abierto a cuyo alrededor crecen algunos pies de banana, de tártago, de algodón y de *uruku*. Son estos tres espacios: monte, roza y aldea, los que dan la medida de la buena tierra guaraní (op. cit., 168-191).

Según Melià (2008), suele atribuirse a los indígenas en general una concepción de la tierra como “madre”. Esta imagen no es común ni típica de los guaraníes. Continúa el autor la tierra es para ellos, más bien, un cuerpo cubierto de piel y pelos, revestido de adornos. Y lo explica a través de ciertas expresiones idiomáticas, el guaraní tiene de la tierra una percepción

visual y plástica y hasta auditiva. “El monte es alto: *Ka’á yvaté*; es grande: *ka’á guasú*; es lindo *ka’á porá*; es áureo y perfecto: *ka’á ju*; es como llama resplandeciente: *ka’á rendy*; es la cosa brillante: *mba’é verá*”. La descripción de la tierra incluye todos sus sentidos; visual, olfativo, gustativo, táctil y auditivo, es decir pueden verla, olerla, degustarla, tocarla, escucharla, en otros sentidos percibirla, intuir la, sentirla, disfrutarla, amarla y respetarla. “Los ríos son claros: *y satí*; blancos: *y morotí*, negros: *y hú*; bermejos *y pitá*; o como una corriente de agua coronada de plumas: *Paraguay*. El mar es, en fin, el color de todos los colores: *pará*” (op. cit., p. 101).

Un pueblo que ha vivido durante siglos en un tal ambiente ha debido pensar su verdadera tierra en términos de luz y de voz; que no sólo hablan las aves, los insectos y las aguas, sino también los árboles. Es ésta la tierra buena que el guaraní, caminante, horticultor y aldeano, ha buscado incansablemente para en ella cultivar y vivir (...) La tierra guaraní, sin embargo, se ordena y se “cosmiza”, no en función de un templo ni de un lugar sagrado, sino en relación con el canto y la fiesta, contexto sacramental de la palabra y del gesto ritual: ahora bien, la fiesta es también, y sobre todo, el sacramento del amor mutuo, la participación y la reciprocidad. El fundamento de la tierra guaraní acaba siendo de este modo, la fiesta, donde se comparte la alegre bebida de la chicha: *kawí*, fruto de la tierra y del trabajo de muchos, unidos en minga (*mutirão*): *Potyrô*, donde también el hombre se hace palabra divina y esa palabra es compartida por todos. Donde hay una fiesta guaraní, ahí está, a fin de cuentas, el centro de la tierra; la tierra buena y perfecta a la que se aspira (...) Las grandes virtudes del guaraní son el “buen ser”: *teko porá*; la justicia: *teko jojá*; las “buenas palabras”: *ñe’ê porá*; las palabras justas: *ñe’ê jojá*; el amor recíproco: *joayhú*; la diligencia y la disponibilidad *kyre’y*, la paz entrañable: *py’á guapy*; la serenidad: *tekó ñemboro’y* un interior limpio y sin dobleces: *py’á potí* (MELIÀ, 2008, pp. 102-103).

Como vimos al inicio, en “Las Tierras del Colibrí” el primer “cultura-torio” en palabras de Melià (2015) cada uno se lo construye en la medida en que participa en una comunidad, es en el “nosotros” que se va construyendo ese espacio de conocer y sentir, haciendo y sintiendo. Como vimos y reiteramos para el guaraní, los territorios no existen, se hacen: desde su cultura aprendida, el guaraní se *guaraniza* y *guaraniza* los espacios de su *teko* en formación. En esta fase de aprendizaje, escuchando, imitando, haciendo y ensayando soluciones la persona es el principal educador de sí mismo (op. cit, p.5).

Melià (2017) en una entrevista que realizamos durante el invierno de 2017 nos manifestó sobre algunos cuidados sobre la relación de la lucha por la tierra de los campesinos paraguayos y los indígenas guaraní. Para este autor la diferencia radica principalmente que mientras los campesinos reclaman “tierras”, los indígenas reivindican el “tekoha”. Sin embargo, nos dijo que consideraba de suma importancia realizar una relectura de la mirada

clásica economicista de la reforma agraria atribuidos a los campesinos y campesinas en el Paraguay, incorporando nuevos elementos al debate.

Para nosotros, es importante reconocer que los discursos, banderas y trincheras de luchas se conforman siempre en relación con los otros, los campesinos y campesinas del Paraguay, se han construido en procesos de resistencia y de enfrentamiento con el Estado, que a través de distintas institucionalidades (DTC, IRA, IBR, INDERT) han propuesto la habilitación de colonias con lotes agrícolas individuales y los han denominado el derecho al “acceso a la tierra” dentro de políticas públicas de reforma agraria por más de seis décadas. Sin embargo, esto no excluyó la configuración de la territorialidad campesina guaraní, también como *tekoha*, “espacio vivido donde somos campesinos y campesinas y queremos seguir siéndolo” a partir de un determinado lugar, de un lugar de enunciación, o sea, existe una profunda relación entre lo que se habla, quién habla y de dónde se habla y como hemos visto a lo largo de los capítulos, las localizaciones epistemológicas tienen una estrecha relación con el locus geopolítico y biopolítico de enunciación a partir del cual los sujetos construyen sus luchas y resistencias, su mirada y su discurso.

La cultura guaraní es pluriversa, existen distintos pueblos guaraní y no guaraní en espacios geográficos muy amplios en el Paraguay y en Nuestra América, con procesos de mestizajes, blanqueamientos, evangelización, sincretismos, guerras, adoctrinamientos, saqueos por lo cual no estamos diciendo que el campesinado paraguayo es heredero directo de la cosmovisión guaraní y que reproduce de manera ideal su territorialidad en una transferencia lineal, entendemos que estos procesos se dieron a lo largo de 5 siglos en constantes contradicciones internas, conflictos y resistencias dentro del *sistema mundo moderno colonial*, desde la invasión europea, la colonia, las reducciones jesuíticas, la Guerra Guaranítica, la Guerra Guasu, la Guerra del Chaco, la marcha al este, la reforma agraria vía Estado, la contrarreforma agraria, la invasión de los brasiguayos y la soja, la extranjerización y el acaparamiento de tierras con sus consecuencias sobre la vida, los cuerpos, las mentes, el agua, el suelo, las semillas, los bosques, las violencias, la criminalización, militarización y judicialización y muchos otros hasta los tiempos de hoy como vimos en los capítulos I y II, donde nuestro sujeto de estudio: el campesinado paraguayo en resistencia y en movimiento, se transforma, es dinámico, cambiante, vivo, pero mantiene ciertas huellas, señales, caminos de acceso que definen los elementos del territorio que deconstruyen y aquellos que reconstruyen, sus identidades como clase campesina, pero también como *campesindios* con las secuelas de colonialidad hasta la actualidad, sus

relaciones sociales, culturales, económicas, políticas, territoriales con la naturaleza, lo que nos demuestra una búsqueda más cercana a la Tierra Sin Mal, el *Yvy marane'y*.

En ese sentido, los trabajos etnológicos y antropológicos sobre los guaraníes traen la marca de su lugar de enunciación y no son universales, ni replicables a los campesinos y campesinas en la actualidad, sin embargo, pueden alumbrar estudios como el nuestro, permitiendo un diálogo con otras formulaciones, preguntas, miradas especialmente dentro del pensamiento decolonial, enriqueciendo nuestras capacidades perceptivas y analíticas.

En Nuestra América existen diversas institucionalidades, colectivos mundiales, movimientos internacionales como vimos la Vía Campesina y regionales de Sudamérica como el Movimiento Regional por la Tierra- MRT que durante el IV Encuentro por la Tierra y por el Territorio (2016) realizado en Brasil, propusieron cinco acciones que hacen a las resistencias del campo en Nuestra América como invención creativa del vida, los cuales utilizaremos para describir algunos componentes de la territorialidad campesina paraguaya en su búsqueda del *Yvy Marane'y* y su persistencia en la lucha por la reforma agraria de los movimientos campesinos paraguayos, con la idea de que los movimientos comunitarios, campesinos e indígenas de nuestro continente como vimos en el capítulo III se encuentran en diálogo, para la construcción de saberes/prácticas que incluya sus voces y cosmovisiones en la propuesta de reforma agraria del que estamos hablando, que aparece como pluridimensional de justicia social en la redistribución, el reconocimiento, representación analizados para el caso paraguayo en el capítulo IV y que es una propuesta abiertamente anticapitalista, antipatriarcal y anticolonial, una lucha por la descolonización del Estado, de la sociedad y de los territorios, como venimos dialogando en este capítulo.

Las cinco acciones que hacen a las resistencias del campo en Nuestra América como invención creativa de la vida propuestos por el MRT (2016) son: i) comer, ii) habitar, iii) curar, iv) cuidar y v) convivir, que incluyen como nos dijo Solá Pérez (2016) acciones de resistencias cotidianas, públicas y en alianzas. Para visualizarlos mejor en el *tekoha* campesino-paraguayo en resistencia y en movimiento, lo vinculamos con cinco elementos del pluriverso Guaraní: 1) Karu Porã (Buena Alimentación); 2) Ñande Reko (Nuestro modo de ser/estar); 3) Ñane Resãi (Somos Saludables); 4) Ñangareko (Cuidado); 5) Teko Porã (Buen Vivir).

5.2 LA (RE) CONFIGURACIÓN DEL TEKOA CAMPESINO- PARAGUAYO EN RESISTENCIA Y EN MOVIMIENTO

Llegamos al Asentamiento Crescencio González de la FNC durante una noche de invierno del 2016, después de las presentaciones, bienvenidas y agradecimientos nos propusimos a descansar para iniciar nuestro recorrido y trabajo de campo al día siguiente, que comenzó antes de que salga el sol. A las 04:00 hs. Buena parte de la pobladores ya se estaba levantando; las mujeres animan las brasas que quedaron en la cocina de la noche anterior; ponen el agua para la mandioca y la pava para el mate, que incluye las plantas medicinales del patio, según el ánimo o requerimiento de algún miembro de la familia, iniciamos la ronda del mate y con él muchas historias, anécdotas, recuerdos de la ocupación y los desalojos que vivieron, lo cual nos trajo algunas lágrimas al rostro, escuchamos el canto de los gallos y la polca que venía de la radio del vecino. Entre mate y mate, doña Ramona pelaba la mandioca para el desayuno; las gallinas iban bajando de los árboles y deambulan por el patio, escarbando bichitos en la tierra y picoteando incluso dentro de la cocina. Don Benito, se sumó a la ronda de mate, trayendo una silla de madera y con su guampa (vaso hecho indistintamente de madera, metal, u otro material para servir el mate o el tereré) en la mano, aportaba a los relatos y respondía generosamente nuestras preguntas, mientras esperaba la plena salida del sol mirando al cielo, sintiendo la brisa, buscando señales de lluvia para iniciar aquella jornada de trabajo.

Estábamos en la cocina, alrededor del fuego o *tata*. Para Richard Doughman (2011) en su libro “La chipa y la soja”, la cocina nace de la tierra, es decir, del suelo, de la vegetación, del clima y del conocimiento de los habitantes de una región quienes sostienen un fluido diálogo con el ecosistema y entre sí mismos (op. cit., p. 94). Es en este espacio íntimo y de todos que se construye el *karu porã*, la buena alimentación de la familia y que está estrechamente relacionado con la disponibilidad de alimentos producidos, recolectados, intercambiados en la familia, la comunidad o el país, hablamos de esta manera también de la soberanía alimentaria, que garantiza la vida, el *teko porã*, la salud o *tesãi* de las personas y que enfatiza la igualdad, la reciprocidad y las formas de consumo, como el *karu guasu* o comida comunitaria que antepone la solidaridad y la inclusión social.

FIGURA 94 - SALUDO AL SOL DESDE LA COCINA DE DOÑA RAMONA



Fuente: Nuestra fotografía, Canindeyú, invierno de 2016

5.2.1 Karu Porã (Buena alimentación)

Cuando salió el sol, cerca de las 06:00 hs., doña Ramona nos invitó a desayunar, nos dijo que este día era un poco más tarde de lo habitual pues estábamos en tiempo de invierno y sus hijas Siria, Guadalupe y Carmen estaban de vacaciones en la escuela, al rato llegaron Ramón, Juan y Jorge que habían dormido en la casa vecina con una plato lleno de bife de carne y verduras, que la dueña de casa había preparado también muy temprano para compartir con el *rora kyra* (comida a base de harina de maíz y grasa) y la mandioca que doña Ramona nos preparó aquella mañana. Estábamos frente a una relación de solidaridad de convite que se da en la comunidad, principalmente relacionada a la alimentación. Este tipo de alimentos que incluye, la carne, el maíz, la grasa y la mandioca son principalmente porque la jornada del campo requiere de mucha energía para todos los miembros de la familia, ya sea para caminar hasta la escuela, realizar las tareas domésticas, de cuidado de animales y de los cultivos en la chacra, como veremos a continuación.

FIGURA 95- EL RORA KYRA EN EL DESAYUNO



FUENTE: Nuestra fotografía, Canindeyú, invierno de 2016

La finca campesina es un lugar de abundancia, como veremos más adelante, por la diversidad de plantas y animales, sin embargo la disponibilidad de alimentos y la capacidad de la familia campesina para producirlos, ha generado ciertas denominaciones en el vocabulario poular, *el mboriahu ryguâtã* o “pobres con la panza llena” y los “pobres con la panza vacía”, *mboriahu apî* que según Margarita Miró (2017) podría estar afectando la seguridad y la soberanía alimentaria de las familias campesinas.

Mboriahu jekuaa, es un concepto, que significa “*no quiero aparentar que soy pobre*”, es una manifestación de desajuste pisco-social, por el cual no asume su realidad cultural y se circunscribe tanto en el área rural como en la urbana, *si bien tienen características diferentes*. El concepto Mboriahu jekuaa lo hemos utilizado debido a que durante el dialogo con los entrevistados y campesinos, aparece frecuentemente, en actitudes y acciones de las personas la expresión, *yma chemoriahu tiempope*, (antes cuando éramos pobres) o *chemoriahu yekua’aitereíta* (demostraré que soy muy pobre), *ndende rico upévare reikatu reu, che che mboriahu ha ndo valéi* (tu eres rico y podés comer, yo soy pobre y no puedo), refiriéndose a alimentos básicos como el coco, el maíz tostado, el Algarrobo, el *typyraty* o fariña, rora de maíz o suero de leche, o los venden y no los consumen. Este concepto es lo que llevó a desestimar alimentos y recetas, de alto valor nutritivo sustituidos por otros de baja calidad nutricional e inclusive tóxicos para la salud derivando una serie de enfermedades actuales y un alto número de desnutrición. Al perder estos alimentos su valor para el consumo, se dejaron de producir.

Mboriahu ryguâtã: es un concepto que si bien estaba ligado a la pobreza, pero analizando desde la soberanía alimentaria representa que el campesino que tenía tierra con su finca que producía todo lo que era necesario para tener una alimentación sana. Se debe contextualizar que el proceso de desarrollo del Paraguay hasta la década del 70, las exigencias del consumo, las tierras productivas y el clima facilitaba que se pudiera vivir con limitaciones de tecnologías y recursos que hoy sería considerado como pobreza, el “pobre rural” disponía de autoconsumo y el

sistema de vida permitía distintas actividades domésticas de la familia, es decir el *mboriahu ryguata* es el pobre bien alimentado y que tenía sus necesidades básicas satisfechas.

Mboriahu api: es el pobre, hoy considerado como pobreza extrema que generalmente no tiene tierra.

En resumen podemos presentar la siguiente ecuación a partir de: *Mboriahu jekuaa* versus Soberanía Alimentaria. La situación es

De Soberanía Alimentaria - al *Mboriahu jekua'a*

Del *Mboriahu ryguatã* - al *Mboriahu api*

Del autoconsumo - a la dependencia de alimentos industrializados de baja calidad (MIRÓ, 2017, p. 2).

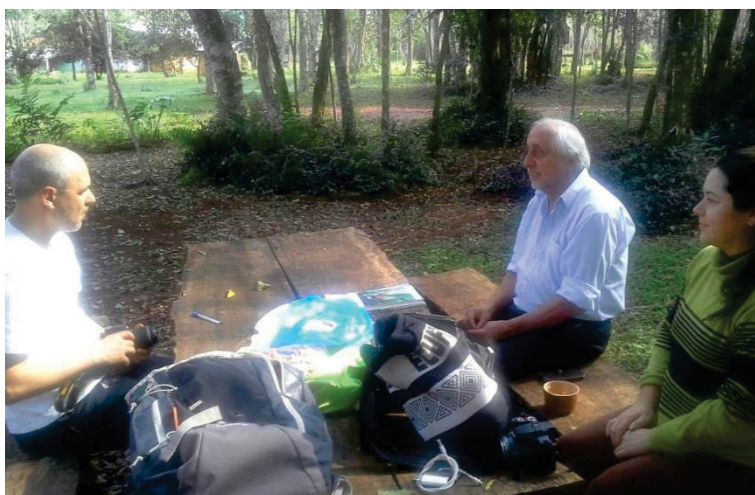
Doughman (2011) reflexiona desde su trabajo de investigación en dos comunidades campesinas: i) la Colonia Yerutí del Departamento de Canindeyu y ii) la Colonia Tierra Prometida del Departamento de Alto Paraná, territorios de frontera agrícola del agronegocio y de frontera política con Brasil, para afirmar que la comida muestra cómo un pueblo habita y hace uso de su entorno natural, para asegurar su producción y reproducción. Cuando una persona come, afirma su inserción en esas relaciones y su pertenencia a una cultura particular, más que un comportamiento, el comer se vuelve un vehículo de la identidad, una expresión de unidad con una cultura o de alteridad con otra. Por estas razones, continúa el autor, los cambios en las prácticas alimentarias de una cultura pueden servir como un indicador de transformaciones mayores por las cuales está pasando esa cultura, en una coyuntura histórica determinada. El lazo que la comida establece entre el comensal y un pedazo de tierra en un lugar dado, da un sentido peculiar a la frontera agroexportadora. Más que una recta entre dos formas de producción, una moderna y la otra no, esta frontera marca la línea entre la proyección territorial de una dieta históricamente adaptada a las condiciones locales, y la proyección territorial de una dieta transnacionalizada y colonizadora. Las relaciones económicas, sociales y políticas que impulsan esta frontera a conquistar siempre nuevos territorios, ligando a los distintos comensales de cada lado entre sí y pertrechan sus actos cotidianos de comer con significados sociopolíticos: sean de dominación, subordinación o resistencia (op. cit, p. 20).

En este sentido para Doughman (2011), la continuada producción, preparación y consumo de alimentos tradicionales asume un sentido que desborda la mera continuidad con el pasado, para volverse un acto cargado de un claro sentido político. “La reivindicación campesina por la soberanía alimentaria defiende no sólo la descolonización de los recursos alimentarios locales”, sino que representa una propuesta radical para el futuro, “un rechazo abierto al proyecto capitalista neoliberal y a la razón instrumental moderna. Así podemos

hablar de la *gastropolítica*, donde la comida es *tanto el medio como el mensaje* del conflicto” (op. cit, p. 21).

Existen territorios de resistencia campesina en estos espacios de frontera como vimos en el capítulo I, en la comunidad de Don Alfonso y Doña Albina, que se constituye en una enorme oportunidad para otro tipo economía y de vida con la producción de alimentos sanos, limpios y nutritivos, a partir de la agroecología, en el mejor espíritu y tradición campesina e indígena. Son conocimientos que, como mencionó el Ing. Andrés Wherle (2016) durante la entrevista en CECTEC “debe potenciarse la seguridad y soberanía alimentaria, la producción de alimentos de manera continua que permita el sustento alimentario durante todo el año. Estos alimentos deben ser producidos de manera saludable y sana tanto para el que lo produce como para el que lo consume”

FIGURA 96- VISITA Y ENTREVISTA EN CECTEC



Nuestras Fotografías, Itapúa, invierno de 2016

Para Luis Rojas (2015) una reforma agraria con matriz agroecológica y complemento industrial a escala local puede ser una revolución socioeconómica y ambiental para el Paraguay en primer lugar, y posteriormente para la región y el mundo. Las mujeres rurales organizadas también reafirman la importancia de la agroecología, y su raíz campesina e indígena históricamente practicada, aunque no la llamaran de esa manera, como agroecología (op. cit. 62).

En Paraguay, con apoyo de los movimientos campesinos, centros de investigación y la Vía Campesina, fue creado en 2011, el Instituto Agroecológico Latinoamericano Guaraní-IALA Guaraní, que en 2015 tuvo su primera promoción en Agroecología¹¹¹. El IALA Guaraní es una entidad científica, humanística y democrática, defendiendo los principios de la soberanía alimentaria, la protección y la multiplicación de las condiciones de la vida semillas nativas, valorización de la agricultura campesina y preservación del medio ambiente. El IALA Guaraní busca atraer a la población urbana para la lucha por la soberanía alimentaria a través de la concientización que el derecho político al alimento es una lucha de toda la sociedad y no exclusiva de movimientos sociales y campesinos.

5.2.2 Ñande Reko (Nuestro modo de ser/estar)

La segunda acción de resistencia del MRT (2016) es habitar, que nosotros lo relacionamos Ñande Reko- nuestro modo ser/estar. En el asentamiento Crescencio González, realizamos un conversatorio con algunos vecinos que pudieron acercarse para conversar con nosotros en un espacio comunitario para sus reuniones, queríamos conocer un poco sobre su lucha y resistencia. Nos describieron cómo se prepararon para la ocupación del latifundio de 5.000 hás, durante el año 2000, fue una lucha dura, frontal que requería estar convencidos y unidos para resistir, la violencia de la policía en el desalojo fue tremenda, los rostros tristes al recordar aquel momento no tardaron en llegar, en un contexto de nuevos desalojos violentos de campesinos y campesinas en el país, que recomenzaba en aquel invierno del 2016, el Caso Guahory en el departamento de Caaguazú, donde la policía y fiscales actuaron para quemar 250 viviendas de campesinos y campesinas, bajo el patrocinio de los sojeros brasiguayos que reclamaban las tierras para el agronegocio y se jactaban de haber comprado las tierras y de financiar aquel desalojo, además de publicar videos filmados desde helicópteros que

¹¹¹ La agroecología es una ciencia que emerge como un proyecto estratégico, que rescata el modo de vida ancestral y contemporáneo, sostenibles en reciprocidad con la naturaleza con sus características particulares, desarrollados de forma dinámica y racional a lo largo de la historia, implementando agroecosistema el modelo de producción que alteren en lo mínimo posible los ecosistemas naturales en contraposición al modelo productivo de muerte del agronegocio, en el flujo de energía, el ciclo de nutriente, la biodiversidad, el rescate de las flores nativas, la producción de alimentos, prácticas cooperativas, el intercambio, el goce pleno de los frutos de nuestro trabajo y la vida misma del ser humano en un ámbito de igualdad y equidad de género en una búsqueda constante del equilibrio biológico, productivo y ecológico, dentro de la lógica del buen vivir. En el marco de las estructuras organizativas populares, campesinas e indígenas, de la sociedad civil en general, promoviendo una alianza entre la ciudad y el campo bajo los valores de la minga, el trabajo colectivo, la solidaridad y la ayuda mutua perdidos actualmente, defendiendo el territorio y organizando a las comunidades, reconociendo y fortaleciendo su identidad cultural para la Soberanía Alimentaria en pos de la red social, política, económica, cultural e ideológica de la sociedad capitalista en el sostenible (IALA GUARANÍ, 2015, p. 01).

registraban aquella terrible situación. En este contexto emergieron las vivencias y angustias compartidas por un campesinado que se reconoce como clase¹¹². Pero también conversamos sobre el día en que recibieron sus tierras, la alegría de la tierra conquistada, como la pensaron, como construyeron sus viviendas, las mingas, las comidas comunitarias, como descubrieron el monte, cómo reconstruyeron aquel espacio hostil de la lucha, ahora en un espacio de vida, cómo se enamoraron, muchos se casaron ya habían pasado 16 años de la ocupación y la mayoría de niños y niñas eran frutos de aquella tierra, habían crecido junto con ella.

FIGURA 97- ESPACIO DE ENCUENTRO Y REUNIONES COMUNITARIAS



FUENTE: Nuestra fotografía, Canindeyú, invierno de 2016

El campesinado que conquista su tierra, adapta la ecología del lugar a sus necesidades, de vida, de producción agrícolas para el autoconsumo y para la venta, así construye su territorio y sus relaciones con la tierra y la comunidad. Hay en él un conocimiento práctico de las cualidades de la tierra y aprende con ella. Su sistema productivo y reproductivo está orientado a la autosuficiencia de la familia casi siempre extensa y al mantenimiento de relaciones de reciprocidad. La mejor expresión de la reciprocidad es precisamente el convite generoso. Existen múltiples formas de generosidad: de cosechas, de comidas, de bebidas, apoyo moral, participación en los trabajos a realizar, acompañamiento en momentos de

¹¹² La FNC, acudió al llamado de los campesinos y campesinas de Guahory, iniciando una serie de acciones en la zona, montaron un campamento permanente para resistir en las tierras e iniciar una campaña nacional sobre el tema. Así el siguiente año 2017 declararon la Marcha anual Campesina en apoyo a los pobladores de Guahory con el lema: “Sin reforma agraria no habrá paz en Paraguay. Una vez más repudiamos el violento desalojo y represión que sufrieron nuestros compañeros y compañeras de Guahory el pasado miércoles 3 de enero. Desalojo y represión implementadas por la Policía Nacional que sin contemplación ni respeto empezó a atropellar viviendas particulares, amedrentando a pobladores, lanzando amenazas y repartiendo balines de goma e improperios contra humildes compañeras y compañeros que luchan por defender sus tierras. Con esta actitud, la policía defendió intereses foráneos, utilizando la fuerza de la represión en contra de sus compatriotas. Reafirmamos que esta policía está al servicio de los sojeros brasileños. (...), agroexportadores que no hacen otra cosa más que concentrar la tierra, expulsar comunidades campesinas e indígenas y producir de acuerdo a los intereses de otros países y mercados. El gobierno de turno, la oligarquía y la policía nacional pueden arrinconarnos momentáneamente pero no renunciaremos a la necesidad de dar los pasos que nos posibiliten avanzar hacia la reforma agraria con un desarrollo nacional (...)” comunicado de prensa FNC, verano de 2017.

enfermedad, muerte, festividades, casamientos, nacimientos, bautismos y actividades comunitarias, como fiestas patronales, aniversario del asentamiento, fiestas de egresados, entre otros. La mejor expresión de la reciprocidad es precisamente el convite generoso entre la vecindad, compadres, comadres y familiares. Hay un tráfico constante de alimentos entre las casas vecinas, en forma de regalos, intercambios y compras, muchas veces formando redes entre familias cuya producción es complementaria, este intercambio también incluye semillas y plantines usados para diseminar cultivares y variedades frutales entre las familias en la comunidad.

Para ejemplificar el “modo de estar “en la utilización del espacio en una finca campesina de 10 has. que conocimos, pudimos observar que se distribuye de la siguiente manera: la casa con los frutales y la huerta familiar (1/2 há), la chacra (4 ½ há), bosque reserva natural (1/2 ha), pastura natural para animales para carne, leche y trabajo (4 ½) incluyendo una laguna como bebedero natural, esta distribución puede variar dependiendo de muchos factores (la zona agroecológica, la calidad del suelo, disponibilidad de mercados, mano de obra, insumos e implementos para la producción, asistencia técnica, promoción de la organización, emergencias familiares, presión sobre la tierra, agronegocios, fumigaciones con agrotóxicos, entre muchos otros), que influyen en las decisiones familiares sobre qué áreas mantener, hacer descansar, regenerar, recuperar y cultivar o *ñemity*.

Para Luis Rojas (2015) esto representa una fortaleza de la agricultura campesina e indígena, que es la creación de ocupación para la población, en una finca de 10 hectáreas pueden trabajar en promedio 3 personas, que además viven allí, por lo cual, cuidan y protegen el ambiente donde ellos y sus familias, además de sus animales, habitan cotidianamente. La diversidad productiva de una pequeña finca requiere de trabajo, para la huerta, los rubros de renta, los frutales, la cría de ganado menor, elaboración de derivados como leche y queso, por lo cual, si hay cierta garantía desde el Estado a los precios de estos productos, el empleo rural en gran cantidad está asegurado. En 100 hectáreas de agricultura familiar campesina, continúa el autor, se pueden tener ocupadas a 30 personas, mientras que en 100 hectáreas de monocultivos o ganadería extensiva solo se genera 1 puesto de trabajo, o menos. Con la ventaja adicional que unos habitan dentro de ese territorio mientras que en la actividad extensiva por lo general no. Para la población rural, el acceso a la tierra se convierte en la llave maestra para acceder a muchos de sus derechos humanos fundamentales (op. cit, 58).

A continuación describimos la (re) configuración del *tekoha* campesino-paraguayo en la construcción de “nuestros espacios de vida” donde “podemos/queremos ser y estar como campesinos y campesinas”, según nuestras observaciones y entrevistas en diálogo con algunos autores, sin embargo no pretendemos generalizar porque su variabilidad es amplia dependiendo de las presiones que reciban sobre la tierra y la pérdida o expulsión de sus territorios.

Ógapy, la reproducción de lo que es el *opy* del guaraní, el espacio donde se configura la familia campesina generalmente extensa. La casa campesina es generalmente hecha de paredes de adobe, ladrillo y madera con techo de paja o chapa.

FIGURA 98- EL *ÓGAPY* CAMPESINO-PARAGUAYO



FUENTE: Nuestras fotografías, Canindeyú, invierno de 2016

Ógakupe o *okupeguy*, espacio importante, después de la cocina, generalmente reservado guardar algunas herramientas y para el aseo, que está dividido en dos espacios ubicados en el *ógakupe*, detrás de la casa, el sanitario que casi siempre es letrina común o sanitaria y la bañadera, para tomar el baño diario, si la familia cuenta con manantiales, arroyos, tajamares, lagunas, es común que algunos miembros prefieran tomar el baño en estos espacios naturales.

FIGURA 99- ESPACIOS NATURALES CERCANOS A LA VIVIENDA CAMPESINA



FUENTE: Nuestra fotografías, Paraguari, verano de 2018

Tataypy, la cocina, es el lugar de planificación mañanera y de la tarde, el entorno donde los padres distribuyen los roles y se hace la asignación de funciones de trabajo, también se transmiten valores, se dan consejos, se cuentan historias, anécdotas, casos, chistes, leyendas, se recitan poesías, cancioneros alrededor del fuego, en la actualidad fuertemente reemplazados por la televisión y el celular, pero este espacio es también donde se plantean los castigos y correcciones de actividades no cumplidas o actitudes no acordadas. Es el espacio de preparación de alimentos que generalmente se dá tres veces al día, dependiendo de la cantidad, edad y actividades de las personas pueden ser para el *rambosá* (desayuno) *rorá kyrá*, *maní kuí* con sal o con azúcar, *mandió chyryry*, *reviro*, *maní* con mosto, miel con banana, cocido con mandioca, una barra de maní llamada *Kaí ladrillo*, en invierno se toma mate de mosto o caldo de caña dulce con hierbas como *el ka'apiky* y *vira vira* cerca del *tatáypy* entre muchos otros. Para el *karú* (almuerzo) *vorí vorí* de gallina casera, *so'o apu'a*, caldo de poroto (distintas variedades) *kesú* con queso, *poroto so'o* con carne, y maíz loco (*avati morotí*) preparado con carne, queso, cecina o pata de animales, polenta con carne, *jopará*, que puede comerse durante el año pero tradicionalmente es el almuerzo del 1º de octubre para espantar al *karai octubre*, un hombre mítico que vive en el monte y que representa la pobreza, la miseria, cuenta las penurias, en esta época del año que va terminando las cosechas de la zafra anterior y para que no falte comida en la casa se le ahuyenta solamente con una olla repleta de comida, una mezcla de porotos y maíz con carne. Todas las comidas son acompañadas de mandioca, entre otras recetas. Para la merienda que es incorporado por los niños, niñas y jóvenes puede

ser el *paková kambyre* (banana con leche), *kesu eíra* (queso con miel), *rora kamby* (un tipo de polenta de maíz con leche), *kaguyjy kamby* (maíz blanco o locro con leche) o frutas de estación disponibles y para la cena (huevo *chyryry*, tortillas, manteca o poroto *peky*, caldos de huevos, *mbejú*, entre muchos otros. La sopa paraguaya y el chipá son alimentos festivos, sociales y religiosos.

FIGURA 100- LA CHIPA PARAGUAYA



FUENTE: Nuestra Fotografía, Cordillera, Semana Santa de 2015

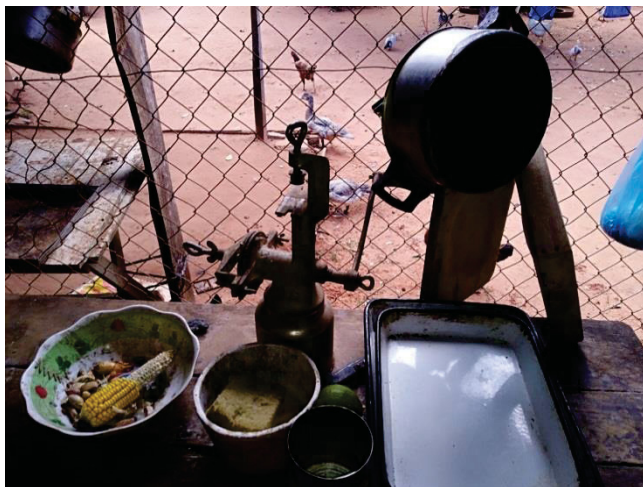
Margarita Miró (2004) la forma de cocción de los alimentos en el Paraguay lo heredamos de los guaraníes, esta autora identifica un número de distintas técnicas de cocción en la cocina rural actual que incluye el *Mimói* (*pupu*), *ka'ẽ*, *maimbe*, *hesy*, *chyryry*, y *mbichy*, es decir hervir, hornear, tostar, asar, freír y cocinar entre las brasas respectivamente. Cocinar hirviendo la comida en la olla es lo más común, mientras que las tortillas y *mandi'o chyryry* son comidas fritas con aceite o grasa; batatas y cebollas aún se preparan cocinándolas a las brasas. El *tatakúa* o horno de barro tradicional usado para preparar la chipa, la sopa paraguaya y varios platos de carne, es usado para la preparación de las comidas festivas. El asar carne, un trabajo que corresponde al hombre en la cultura campesina, es menos frecuente y se asocia más que nada con las fiestas grandes como la Navidad. El término para asar, *hesy*, también se puede aplicar a algunas formas del procesamiento de la yerba mate, en la que se cuelga bien arriba de un fuego lento para secar la hoja (op. cit, p. 30).

FIGURA 101- LA COCCIÓN DE ALIMENTOS EN EL *TATAKUÁ*

FUENTE: Nuestra Fotografía, Paraguarí, Fin de año de 2014

Ógaguy, que es el lugar central de protección y de producción, de las faenas propias de las actividades agrícolas y de utensilios del campo, manipulación del cuero, herramientas, la artesanía, la elaboración, almacenamiento y conservación de alimentos. En este espacio, las mujeres muelen el maíz y lo transforman en harina para los platos típicos como la sopa paraguaya, el rora y la chipa, con molinos de acero a manivela, especiales para uso doméstico y han reemplazado casi totalmente al *angu'a* o mortero grande de madera que antes usaban las mujeres guaraní y campesinas. En las casas que tienen acceso a molinos eléctricos, éstos sirven para moler la mandioca y el coco con los que se hace afrecho (cáscara del grano de cereal desmenuzada por la molienda.), que después se mezcla con el maíz *tupi pytá* molido, y así preparan un forraje mezclado con el que se alimenta a los chanchos. La extracción del almidón de la mandioca para la chipa y el *mbeju*, también es un proceso que utiliza una tecnología básica. La mandioca es pelada y rallada con un rallador metálico de donde se obtiene el afrecho de mandioca o *typyraty* que se deja en remojo en un recipiente, y ahí es donde se separa la harina de la fibra. El agua de arriba se derrama dejando el almidón sedimentado; se utiliza una bolsa de lienzo fino para sacar el agua restante, y el almidón se seca al sol. El proceso puede llevar un día entero o más de trabajo y por ende ha sido dejado de lado por las mujeres, en la medida que surge cada vez más demandas sobre su tiempo y compran almidón brasileño. Ya son pocas las casas que conservan la costumbre de fabricar su propio almidón.

FIGURA 102- MOLINO PARA GRANOS EN EL ÓGAGUY



FUENTE: Nuestra Fotografía, Paraguari, verano del 2018

El “queso Paraguay” también ocupa un lugar importante en la mesa familiar, y en su preparación se utilizan insumos localmente disponibles; el agente coagulante es el cuajo, obtenido del estómago de la vaca, que es empapado en jugo de limón y después usado para separar el queso del suero. El acceso a cuajo químico en los últimos años ha disminuido esta práctica típica y por la cantidad de moscas, es muy difícil guardarlo en el lugar de costumbre, a la sombra debajo del alero del techo o *solero* (DOUGHMAN, 2011, p. 157).

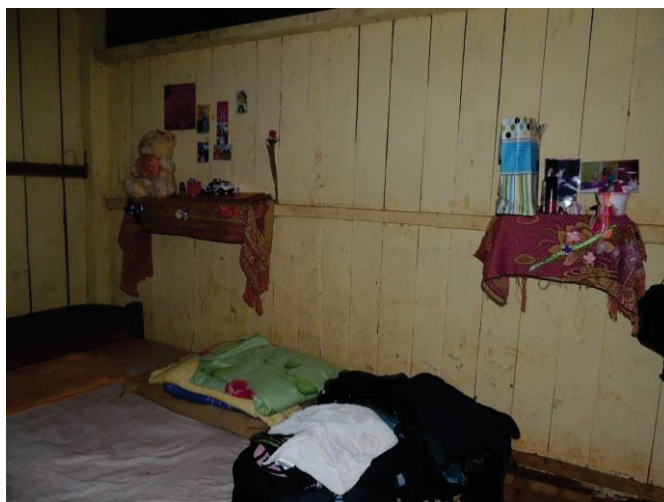
FIGURA 103 - ELABORACIÓN DEL QUESO PARAGUAY



FUENTE: Nuestra Fotografía, Paraguari, verano del 2018

Koty, el dormitorio, generalmente (dos) tipo *kulata jovaí* (frente a frente con un espacio en el medio, el *ógaguy*) el *koty* también el lugar para guardar las pertenencias más delicadas y de los afectos, recuerdos, fotografías, nicho de los santos, es un espacio solamente para descansar o reposar en caso de enfermedad o de descanso de los ancianos, la connotación de “*oñembokoty*”, es negativa de una persona que se esconde, se aísla y no socializa en las actividades familiares o comunitarias.

FIGURA 104- EL KOTY CAMPESINO-PARAGUAYO



FUENTE: Nuestra Fotografía, Canindeyú, invierno del 2016

FIGURA 105- EL ÓGA KULATA JOVÁI



FUENTE: Nuestra Fotografía, Caaguazú, otoño del 2016

Ógajere, es el espacio de los alrededores de la casa, predominantemente construido por las mujeres que incluyen los jardines con las plantas protectoras (como la ruda, el romero, *mentái* y *takuaras*) y las plantas medicinales para el mate (el cedrón *kapi'i*, *poleoi*, siempre

vive, toronjil Paraguay, *jagueté ka'a*, salvia, *berbená*, moringa, hinojo, eneldo, *jateí ka'a*, malva, manzanilla, anís, el *ka'apiky*, *vira vira* y especial para la infusión de niños y niñas el *ka'are*, *tape ryvahé rapopiré*) y el tereré (Santa Lucía, *jagueté pó*, *mbokajá rapo*, *koku*, tilo, *batatilla*, *perdudilla*, *ñuati pytä rapó*), la zona de los frutales, principalmente banana y cítricos como la naranja agria, *aepéú*, lima, limón, pomelo, toronjo, mandarina, mamón, *mbokajá* o coco, *aratiku*, granadas, parraleras de uva, *mburukuja* y otros frutales que son espacios lúdicos para los niños y niñas como el mango, ingá, *urukú*, *aguacate*, canela, guayaba, *yva povõ*, *guavirá*, acerolas, peras, los duraznos, las ciruelas y las manzanas que son de climas templados pero son variedades rústicas adaptadas al clima del Paraguay, la huerta construida con *takuaras* (incluye especias como orégano, laurel, kuratú, tomillo, ajo, cebollita, perejil, zanahoria, lechuga, repollo, zapallo, andaí, locate, tomate, locote, pepino, frutilla, piña, sandía) el gallinero para diversas aves de corral (gallinas, patos, pavos, gansos, guinea, marruecos), el chiquero (cerdos) y el tambo (para el ordeño de la vaca lechera). La producción de estos animales y sus productos representan el ahorro de la familia, para momentos festivos o para la venta en caso de emergencias familiares. Los animales de estimación son generablemente los perros y gatos, por la utilidad dentro del hogar, los perros para la seguridad y los gatos para el control de roedores. Es común la pérdida de huevos o pollitos por los predadores naturales que se encuentran cercanos al *Ka'aguy* o bosque como los *ka'í* o monos, el *teju* o lagarto, el *mbykuré* o comadreja y el *taguató* o gavián pollero. De estas situaciones aparecen en la comunidad distintos “apodos” que se colocan entre bromas, generalmente entre varones.

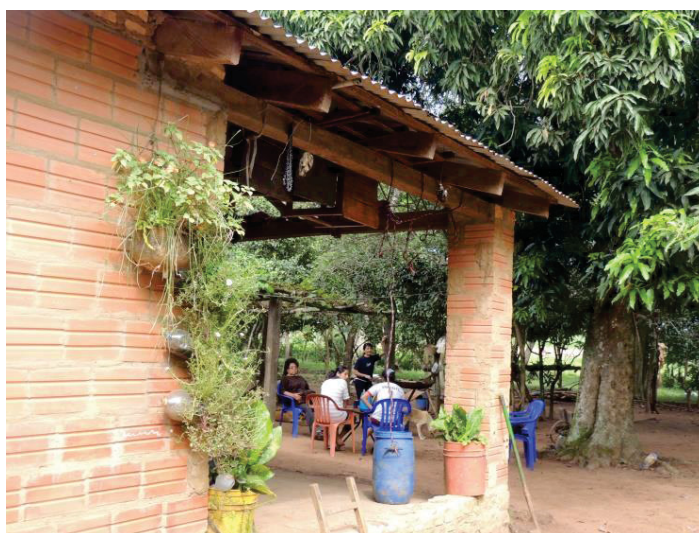
FIGURA 106- EL ÓGAJERE CAMPESINO-PARAGUAYO



FUENTE: Nuestra Fotografía, Guairá, primavera de 2017

Yguyraguy, típicamente *mangoguy* (debajo del árbol de mango), para el descanso, el encuentro, el diálogo, el tereré jere. Los mates de la mañana temprano y las rondas de tereré a media mañana y a la tarde, dan forma a la rutina campesina y ocupan los espacios entre comidas. El mate se toma con las plantas medicinales o yuyos, a primera hora del día, donde los hombres y mujeres planifican su día y su trabajo. La hora del tereré sirve como un descanso para el hombre que trabaja en la chacra, alguien de la casa, normalmente un hijo o hija menor, lleva el *tereré rupá* (comida previa al tereré, puede ser tortilla, *mandió chyryry*, otros) y una jarra con agua o si no está tan lejos, en la actualidad ya llevan agua fresca en un termo. Generalmente el hombre vuelve de la chacra para tomar en la casa, en el *Yguyraguy* el tereré acompañado de la mujer, quien se encarga de preparar y cebar. El rito de tomar tereré se repite y se extiende por la tarde. La llegada de congeladoras y heladeras al campo en las últimas dos décadas, significó que el tereré se tome con hielo, lo cual ha sido una actualización de la tradición guaraní. La tarea de hacer hielo, llenando bolsitas de plástico, se hace a la noche para el próximo día y recae sobre los hijos e hijas de la casa. En muchos sentidos, el juntarse alrededor de la jarra y la guampa, son más sociales que las propias comidas, las cuales aunque lejos de ser solemnes, tienden a ser desprovistas de un carácter ceremonial, por ejemplo es el hijo o hija menor quien ceba el tereré y en caso de visita, es el dueño de casa quien lo hace.

FIGURA 107- EL YGUYRAGUY CAMPESINO-PARAGUAYO



FUENTE: Nuestra Fotografía, Caaguazú, otoño del 2016

El carácter social y de hospitalidad de las familias campesinas se demuestra en momentos cuando los vecinos pasan para visitar, y en la casa campesina a cualquier visitante

se le da la bienvenida sacando las sillas para crear un espacio para sentarse y tomar tereré. Existe una amplia literatura sobre las tradiciones del mate y el tereré, tanto en Argentina como en Paraguay, y sobresale la obra de Derlis Benítez (1997) y su trabajo “El tereré: algo más que una bebida en Paraguay” donde se describe cómo éste se inserta en la cotidianidad de los campesinos y campesinas, y cómo en torno a él se socializa el conocimiento. La charla casual sobre cotidianidades, unas más triviales que otras mientras se toma tereré, hace que éste frecuentemente se convierta en un espacio importante para el intercambio de saberes. El clima, es un tema recurrente, además de la producción agrícola que muchas veces los comentarios conllevan a los participantes a compartir y discutir estrategias para la siembra de ciertos cultivos, incluyendo informaciones sobre compradores y los precios que ofrecen en la región. Así también se habla sobre noticias, la política y la coyuntura nacional e internacional.

El *ygyraguy* también es la sala de la visita de enamorados, el cortejo o novilleo y los ratos de ocio (jugar barajas, tomar caña o cervezas) y además es el espacio para el trabajo relacionadas a la producción de alimentos y enseres domésticos, utensilios, secados de *avati*, *mandubí*, *kumandá* y *naranja piré* (maíz, maní, porotos y cáscara de naranjas) en épocas no lluviosas. Cuando se descascaran los porotos o se desgranar las mazorcas de maíz, las mujeres hacen una selección de las semillas, y éstas pueden ser guardadas de diferentes maneras. Persiste la costumbre guaraní de colgar las mazorcas de maíz del techo de la cocina. Allí, las semillas están protegidas del gorgojo, por el humo que sale de la fogata. Las semillas de poroto y de maní se guardan en distintos recipientes; pueden ser silos de acero o usan tambores plásticos o hasta reciclan botellas plásticas de gaseosas. La rama de mandioca se junta en atados de cincuenta a cien ramas, y estos atados se paran debajo de los árboles o de un tinglado, durante el invierno. La mayoría de las semillas elegidas de una cosecha son guardadas para la siguiente siembra en la misma finca, pero también existe un activo intercambio de semillas entre las fincas, siempre con fines de mejorar la calidad de las semillas y la producción. Los productores buscan alimentar este intercambio con semillas traídas de fuera de la comunidad. En este sentido, las actividades de la FNC son clave, ya que uno de sus ejes estratégicos es la difusión de semillas nativas entre sus miembros. Este grupo, al igual que otras organizaciones campesinas en el país, organiza ferias de semillas que sirven para renovar y mejorar la calidad de éstas, en las comunidades.

FIGURA 108- EL YGUYRAGUY Y EL TRABAJO FAMILIAR



FUENTE: Nuestra Fotografía, Paraguari, verano del 2018

Kokué, o la chacra, es el espacio de la producción de alimentos para la familia, que integra los espacios destinados a los cultivos de: maíz en el *avatity*, la mandioca en el *ramaty*, el poroto en el *kumandáty*, poroto *peky* o poroto manteca, habilla, *kumandá yvyraí* como abono verde, el maní en el *manduvíty*, la batata, la papa. Siguiendo los conocimientos provenientes de la agricultura guaraní, el maíz y la mandioca se siembran en luna menguante para facilitar su germinación en el primer cuarto de luna y prevenir daño por plagas. El maní es sembrado en cuarto creciente y las semillas provienen casi exclusivamente de la recolección de la cosecha anterior. También incluye los espacios destinados a la producción de cultivos no alimentarios de renta como la caña de azúcar o *takuare'ety*, el algodón o *mandyjúty*, alfalfa, el tabaco, chíá, canola y el sésamo que ha sido promovido por empresas privadas y programas de ayuda extranjera principalmente de la cooperación japonesa y coreana.

FIGURA 109- EL KOKUÉ Y EL TAKUARE'ETY, CAMPESINO-PARAGUAYO



FUENTE: Nuestra Fotografía, Guairá, verano del 2017

Sobrado, es el espacio para almacenamiento de alimentos, se encuentra arriba de la cocina, porque el humo evita la proliferación de pulgones y gorgojos. Al igual que las semillas que son apartadas para la siembra siguiente, los porotos, *el maíz chipá* y el maíz loco, están almacenados en diversos recipientes, silos, tambores o botellas plásticas, según el caso. El maní está guardado dentro de su cáscara en bolsas de arpillera o de malla plástica. Ante la falta de un granero aparte, muchas veces las semillas se guardan en la misma casa, sin embargo hay quienes cuentan con un galpón especial para sus silos y tambores. El almacenamiento de granos no es siempre seguro y la pérdida de semillas por goteras en los techos de los graneros o las visitas de roedores, son constantes. La mandioca y el *maíz tupi pytá* se guardan en la misma chacra.

FIGURA 110 - EL *SOBRADO* CAMPESINO-PARAGUAYO

FUENTE: Nuestra Fotografía, Itapúa, invierno del 2016

Ykuá, el espacio del agua, el pozo se encuentra distante a 10 o 15 metros de la casa, cercano a una zona de lavandería familiar y de la huerta, pues requieren de agua todos los días. El agua para consumo humano es recogida del pozo un día antes y depositada en el *kambuchi* o cántaro que mantiene fresca el agua principalmente para el tereré, en la actualidad fue sustituido por el hielo, sin embargo por las costumbres y el sabor muchos prefieren recoger el agua en el *kambuchi*.

FIGURA 111- EL POZO PARA EL AGUA DE CONSUMO HUMANO



FUENTE: Nuestra Fotografía, Caaguazú, otoño del 2015

FIGURA 112- EL *YKUÁ* Y EL *KAMBUCHI*

FUENTE: Nuestra Fotografía, Caaguazú, verano del 2018

Piquete, un espacio destinado para sanitación y alimentación suplementaria de ganados vacunos, vacas, toros, terneros, bueyes y caballos para el trabajo, ovejas, cabras, cercanos a la casa hoy en día por problemas de inseguridad por el abigeato (robo de ganados). Faenar estos animales es un trabajo que puede ser compartido entre todos los familiares, aunque cuando se trata de patos y gallinas, es la mujer la que mata y despluma. La faena de chanchos, y menos frecuentemente de vacas, significa un día entero de trabajo o más si la familia también se dedica a hacer embutidos. La llegada de las heladeras en la mayoría de las casas, ha minimizado unas tareas antes muy necesarias para asegurar la conservación de la carne. En varias casas aún se encuentran los alambres debajo del techo de la cocina donde se colgaba la carne para hacer cecina. Aún se seca la carne al sol en las casas que no cuentan con refrigerador, y en otras pocas, la gente seca al sol largas tiras de la piel o *vaká pire* para utilizarlas para aperos de los caballos, ataduras y los catres tradicionales de cuero trenzado, para el descanso (DOUGHMAN, 2011, p. 158).

FIGURA 113- EL *PIQUETE* PARA ORDEÑE Y SANITACIÓN ANIMAL

FUENTE: Nuestra Fotografía, Canindeyú, invierno del 2016

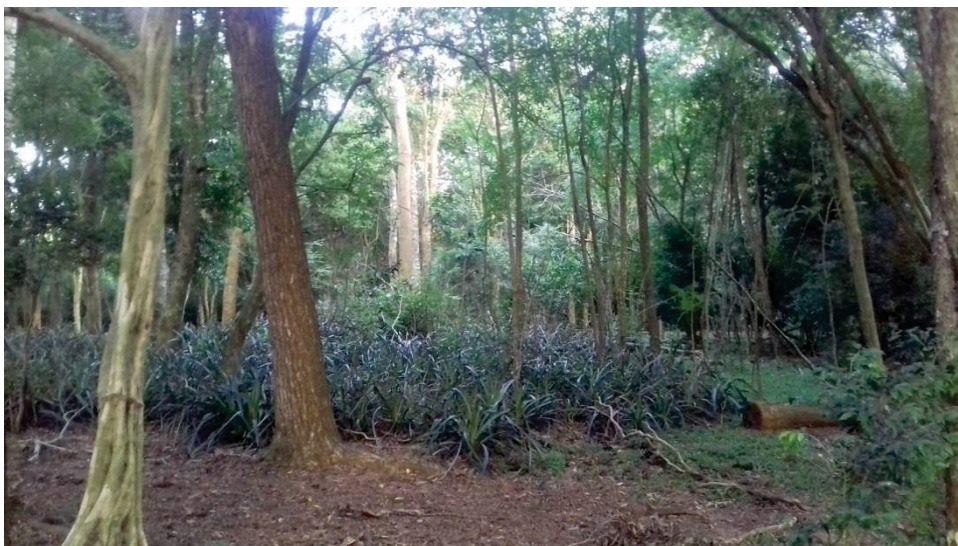
FIGURA 114- EL TRABAJO DE CONSERVACIÓN DE LA CARNE EN EL *YGUYRAGUY*

FUENTE: Nuestra Fotografía, Caaguazú, verano del 2017

Ka'aguy, o reserva forestal para la construcción de la vivienda, construcciones productivas y elaboración de herramientas de trabajo para el *kokué* como soportes de rastrillos, azadas, hacha, machetes, sembradora manual, el *yvyra akúa* o palo con punta, una herramienta tradicional de los guaraní, arado, carreta campesina y para la casa como el banco (*apyka*), las sillas, la mesa, el mortero, leñas de árboles que se han secado para la cocina y el *tatakuá* y en caso de emergencia familiar, la venta de maderas, así como es la farmacia de la

familia donde se recolecta otras plantas medicinales como (*jatevu ka'a*, *cabello de india*, *amba'y*, *sangre de grado*, *ysypo milombre*, *ka'avo tyre'y*) y frutos silvestres.

FIGURA 115- EL KA'AGUY CAMPESINO-PARAGUAYO



FUENTE: Nuestra Fotografía, Guairá, primavera del 2017

En una entrevista con Margarita Miró (2018) nos dijo que esto forma parte de la *biocultura*¹¹³, este concepto es utilizado por la autora para explicar la cultura de la vida en la formación de la cultura paraguaya, y los riesgos en que se encuentran en la actualidad porque la modernidad los está encapsulando. La relación de los hombre y mujeres con la naturaleza y la vida se ha dado siempre, porque los guaraníes eran hombres y mujeres de la selva, es así que en la actualidad, se observa que los varones campesinos tienen la necesidad de ir a cazar “la marisca” y pescar en lugares donde hay ríos, para proveer de fuente de proteínas para la alimentación de la familia, como lo hacían los guaraníes, pero también como parte de un *ethos*, el compartir entre los varones, garantizar la diversidad de alimentos: aves, peces, reptiles y mamíferos para un equilibrio nutricional alimentario pero sobre todo la recolección y la relación con la naturaleza. El indígena respetaba el *jaryi*; que es el espíritu protector de los animales o los seres de la naturaleza, es decir la conciencia colectiva de los animales. Entonces, los guaraníes cuando salían a cazar, pedían permiso a ese espíritu protector para proveer a su familia de alimentos, ellos conocían los tiempos de reproducción, cazaban

¹¹³ es un proceso mediante el cual los seres humanos como entes biológicos, definen, capturan, interpretan y modifican su entorno a partir de su conformación cultural (MIRÓ, 2017, p. 1)

principalmente los machos y respetaban las hembras. Consumían frutos y hierbas cuando iban a cazar, no consumían carne para que los animales no los identificaran como enemigos. Este tema del espíritu protector se encuentra todavía en la actualidad entre cazadores “mariscadores” que cuentan que cuando se exceden en la matanza de un animal, les aparece en su campamento, un espíritu que les asusta, se pierden en el monte y otras anécdotas relacionadas a las plantas también como el *ka’a jaryi* (espíritu protector de la yerba mate).

Las descripciones que realizamos hasta aquí, nos recuerda que el *Tekohá* campesino-paraguayo se construye, para los campesinos y campesinas la superficie terrestre se vuelve territorio en la medida en que los lugares físicos ocupados se vuelven lugar de relaciones humanas y con la naturaleza, de cultura e imaginarios propios. Entonces los campesinos y campesinas paraguayos *campesinizan* y *guaranizan* su territorio. Recuperamos a Melià (2015) para resaltar que una tierra *yvy* se vuelve un espacio de vida *tekoha* por obra cultural humana el *teko*, en este caso, por el *teko* campesino paraguayo, es decir, su modo de ser, de estar y de relacionarse. Así el *Tekoha* campesino-paraguayo, es el lugar donde somos lo que somos (campesinos y campesinas) y queremos seguir siendo. Estos espacios se construyen en plural (familia, comunidad, asentamiento), es nuestro, por lo tanto se torna el *ñande rekoha* –nuestro espacio “inclusivo”–, en situaciones de resistencia, como hemos visto anteriormente que amenazan el *tekoha* campesino-paraguayo se hablará de *ore rekoha* –nuestro espacio ‘exclusivo’ donde no están los “otros” que invaden. Están amenazados ahora como hemos visto por el agronegocio.

5.2.3 Ñane Resãi (Somos saludables)

Cuando estuvimos en el Asentamiento Crescencio González, conversamos con Perla, una mujer joven de la casa vecina, ella se enteró que estábamos y vino rápido para conocernos y conversar, ya nos habíamos visto en La Marcha Campesina de aquel año 2016, pero en esta ocasión pudimos conversar. Ella nos contó orgullosa que trabaja en la “brigada de mujeres” en el asentamiento donde realizan reuniones y debates semanales sobre la lucha constante que enfrentan como mujeres y se apoyan mutuamente principalmente para el cuidado de los niños y niñas, porque el acceso al centro de salud es básico en el asentamiento, por lo cual tienen que prevenir en la medida de lo posible las enfermedades. Nos contó que aquella mañana, por ejemplo preparó una infusión de las hojas de Ka’arê (antiparasitario) para darles en ayunas a

sus hijos gemelos de 8 años, aprovechando que estábamos en tiempos de vacaciones de invierno y podía dedicarse a este tipo de cuidados con ellos.

Vemos que las acciones de resistencia hasta aquí presentadas se relacionan unas con otras, hemos hablado del i) comer, ii) habitar y ahora hablaremos del iii) curar expresado como Ñade Resãi (Somos saludables) que está directamente relacionado con lo que comemos y con el *tekoha* que nos regala a las plantas medicinales.

Entonces, la garantía de la salud de la familia y la comunidad está depositada en las plantas medicinales de la naturaleza, del bosque y la huerta, que es asociado al rol de las mujeres como guardianas de la salud. La relación entre el consumo de hortalizas frescas y plantas medicinales está vinculada con la salud, a través de infusiones contra parásitos en ayunas para los niños y niñas, el mate y el tereré para los adultos, ante malestares, algunas enfermedades o como salud preventiva. El calor intenso de los veranos paraguayos limita las posibilidades de mantener la huerta durante todo el año si no se tiene media sombra y un sistema de riego básico. La falta de estos recursos en la gran mayoría de las fincas, significa que el cultivo de hortalizas es posible sólo en los meses que van de marzo a noviembre, no así con las plantas medicinales que se tienen durante todo el año además de la posibilidad de obtenerlos por la recolección.

FIGURA 116- LA RECOLECCIÓN DE PLANTAS MEDICINALES



FUENTE: Nuestra Fotografía, Paraguari, otoño del 2017

Para la cultura campesina paraguaya, todavía alejada de los códigos de la modernidad y del mercantilismo, la salud no es sólo física es también un tema espiritual y

ambiental, por ejemplo del aire puro, el uso de las plantas medicinales, que es muy importante para el equilibrio psicológico, psicosocial al interior de la familia y la comunidad. Además, el concepto de salud, no está aislado de otros aspectos, siempre se habla de una salud en su dimensión de relacionalidad con la naturaleza y la importancia que le atribuyen a los astros, así se observa el disfrute de la sombra de un árbol, a contemplar las estrellas, la luna, el sol, el amanecer, el atardecer, como parte del *tesãi* o la salud, incluso para personas con enfermedades respiratorias la recomendación es caminar antes de las 03:00 am por el patio o bosquesillo cercano de la vivienda, para respirar aire puro, que incluye la absorción de la energía vital de las plantas que acumular a esa hora, también algunos remedios incluyen dejarlos macerar por la noche sobre el techo “al sereno” y beberlo después en ayunas, todo esto que hoy día se conoce como medicina alternativa, es parte de una medicina ancestral practicada hace miles de años por los pueblos originarios.

Otras de las prácticas mantenidas por los campesinos y campesinas es la caminata, lo cual les permite trasladarse hasta varios puntos de la comunidad, la chacra, manteniéndoles activos, fortaleciendo sus capacidades psicomotoras, sudando, expulsando así varias toxinas que pueden ocasionar enfermedades en las personas.

Así también, la solidaridad campesina se manifiesta cuando algún miembro de la familia o la comunidad pasa por una enfermedad, buscando todos los medios sociales, emocionales y económicos para ayudarles a recuperar la salud a través de visitas en la casa o cuidados de personas hospitalizadas, además de actividades de recaudación de fondos para ayudarles con el tratamiento, de aquellos que requerirán cubrir costos de traslado, alimentación, cirugías, medicamentos porque en el Paraguay la salud pública no es gratuita.

En este contexto, muchas familias campesinas prefieren frecuentar los médicos y medicas naturales que realizan tratamientos con plantas medicinales, disponibles para ellos, así como todavía existen las parteras en la comunidad, que ayudan a realizar los partos naturales, muchas veces en la propia vivienda de las mujeres.

5.2.4 Ñangareko (Cuidado)

En el asentamiento Crescencio González, cuando nos preparamos para salir de la casa de Doña Ramona y Don Benito y trasladarnos caminando hasta el espacio de reuniones de la comunidad nos encontramos con unos “macateros” que son comerciantes que llegan al

asentamiento para vender ropas, zapatos, hamacas, herramientas, utensilios y cualquier tipo de pedidos que las personas le hagan. Los niños y las niñas salieron corriendo a ver que habían traído los macateros aquella mañana, a veces también traen un manjar de golosinas y dulces que no pueden perderse. Vimos que las niñas de la casa Siria, Guadalupe y principalmente la más pequeña Carmen, de unos 4 años miró rápido a doña Ramona y le pidió que le compre un zapato. Estábamos frente a otra acción de resistencia, el cuidado o *Ñangareko* como veremos a continuación.

El *cuidado de la alimentación de la familia*, es prioridad de la mujer quien prepara y cocina los alimentos, generalmente la madre es la protagonista, pero las hijas mayores también contribuyen en el desempeño de tareas menores. La mujer o la hija mayor se levantan primero en la mañana para hacer el fuego, pelar la mandioca y ponerla a hervir, y después preparar el desayuno. El fuego se mantiene todo el día encendido, ya que al terminar con los platos de una comida, se acerca pronto la hora de empezar con la preparación de la siguiente comida. El *cuidado de la vivienda y de la limpieza* también está a cargo de las mujeres. El hombre participa muy poco en la preparación de las comidas, pero a él le están reservadas otras tareas específicas. En las pocas ocasiones que se utiliza, el hombre se ocupa de prender y cuidar el fuego dentro del *tatakúa* que son las comidas festivas, mientras la mujer prepara la comida a ser horneada. Por su asociación con el mundo masculino del obraje, el *reviro*, que es una mezcla seca de harina y aceite o grasa cocida a fuego lento, es un plato que junto con el asado de carne el hombre prepara en algunos casos (DOUGHMAN, 2011, p. 158).

FIGURA 117- EL CUIDADO DE LA ALIMENTACIÓN DE LA FAMILIA



FUENTE: Nuestra Fotografía, Paraguari, verano del 2018

El *cuidado de la alimentación de la comunidad*, incluye el trueque e intercambios recíprocos de comidas, por ejemplo se pueden intercambiar hortalizas, con los huevos de otra finca. Cuando una familia “carnea” un animal, generalmente comparte un poco de la carne con sus vecinos y cuando una vaca queda “preñada” se festeja con una comida especial en señal de buena noticia, así también cuando los animales presentan problemas de salud o gestación, se realizan promesas para su recuperación, que son pagados con alimentos de solidaridad y reciprocidad como *la chipa*. En la actualidad, la principal comida comunitaria es el tallarín de carne o tallarín de gallina y a éste *Karu Guasu* (gran comida o comida comunitaria) se le llama “tallarínada” que son realizadas por motivos festivos familiar donde se invita a parientes, vecinos y amigos o como actividades comunitarias para recaudar fondos (MIRÓ, 2001, p. 95).

FIGURA 118: LA “TALLARINADA” COMUNITARIA



FUENTE: Nuestra Fotografía, Paraguarí, otoño del 2016

Este *Ñangarekó*, es el cuidado colectivo y también es la responsabilidad compartida, en la cultura guaraní por ejemplo los hijos de la pareja, no era responsabilidad únicamente de los padres, cualquiera de las personas adultas era responsable de acompañar, guiar, orientar al niño y la niña de la comunidad, por eso el cuidado social tiene que ver también con el cuidado a la naturaleza, que garantiza el bien colectivo.

El *cuidado de los animales*, como vacas, cerdos, gallinas recae principalmente en las mujeres, los niños y las niñas, quienes por ejemplo ordeñan las vacas por la mañana y dependiendo de la raza y producción lechera por la tarde, las llevan a pastorear cerca de la finca y a la noche las traen de vuelta. También es la mujer la que cuida y vela por el buen estado de las vacas, encargándose de los remedios necesarios. Así también este cuidado se refleja en la genética de los animales y calidad de los alimentos que van a consumir.

El hecho de engendrar animales entre los de las distintas fincas, sirve para fortalecer el linaje de los mismos en la comunidad y los intercambios diversifican la manada de animales domésticos de cada familia. Por ejemplo, un día un vecino trajo su cerda para cruzarla con el cerdo macho de Bartolo y Ángela. Cinco meses después, cuando ya nacieron los chanchitos y al tener éstos un mes, uno de la camada corresponde a los dueños del cerdo macho. Se produce así el mejoramiento de los cerdos del vecino y a la vez Bartolo y Ángela incorporan uno del linaje de la cerda del vecino. De la misma forma, cuando tenían un poco más de un mes los chanchitos de la cerda de Bartolo y Ángela, una vecina vino y cambió dos gallinas por un chanchito. Ella

llevó el chanchito para criar, y las dos gallinas quedaron debajo de una jaula hasta que se acostumbren a la nueva casa. Como producto de esta especie de intercambio, existen varias razas y mezclas de gallos y gallinas en cada finca, y hay una circulación constante de animales y sus descendientes. Para renovar la sangre entre las aves, se suele cambiar el gallo cada dos años, y siempre se busca traer de vecinos diferentes, pero aún durante este periodo, se incorporan nuevos gallos y gallinas constantemente. Unas gallinas ponen más huevos y otras cuidan mejor a sus pollitos; unos gallos pueden ser cambiados o establecerse como el nuevo gallo del corral, y otros estarán destinados a la olla (DOUGHMAN, 2011, p. 150).

FIGURA 119- EL CUIDADO DE LOS ANIMALES



FUENTE: Nuestra Fotografía, Paraguarí, verano del 2018

El *cuidado de la vestimenta y abrigo*, también se realizan en los círculos de solidaridad y reciprocidad dentro y fuera de la comunidad. Como mencionamos anteriormente son los “macateros” principalmente los comerciantes que traen y llevan productos para venderlos en otros lugares, las mujeres son generalmente las encargadas de este cuidado, no pueden salir de la comunidad para realizar estas pequeñas compras, porque las condiciones de camino y acceso vial encarecen los costos de traslado y transporte público; si es que los tienen entonces, son los varones quienes mayormente salen de la comunidad en motos o alquilan camiones para comercializar sus productos.

FIGURA 120- LOS “MACATEROS” LLEGANDO AL ASENTAMIENTO



FUENTE: Nuestra Fotografía, Canindeyú, invierno del 2016

El *cuidado de la naturaleza*, se da principalmente porque el modo de producción campesino es menos agresivo que la agricultura empresarial, como dice Sebastião Pinheiro (2018) investigador de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS que estudia las relaciones entre la agricultura, la salud y el medio ambiente; el agronegocio se convirtió en algo que no es más agricultura, porque nos ofrecen no-alimentos venenosos, tóxicos y de altos riesgos a largo plazo por los transgénicos y agrotóxicos que utiliza. Para este autor, la agricultura es una de las palabras más lindas que existe y no significa únicamente el cultivo, ella incluye a una cultura que tiene una espiritualidad, una religiosidad, valores y la naturaleza asociada a ella. La agricultura se convirtió en agronegocio, este es el problema, salió la cultura y entró el negocio, desde el punto de vista etimológico “el negocio es la negación del ocio” y la naturaleza, todo el sistema incluido el ser humano ya no puede descansar, perdiendo su oportunidad de regenerarse y disfrutar. Le fueron retirados los valores a la agricultura para sustituirlos por el agronegocio que significa solamente dinero.

El sistema campesino se muestra eficiente en reciclar no sólo lo que sobra de la mesa, sino también lo que se puede considerar como desecho producido en cada actividad relacionada con la alimentación. En el sistema alimentario campesino la comida no se echa a perder, y la producción y distribución de alimentos produce un mínimo de desechos. El modo de la alimentación campesina establece una relación armoniosa, no depredadora, con la naturaleza y produce alimentos suficientes con un mínimo de energía y con un mínimo de externalidades negativas. Al depender poco de insumos externos para la producción agrícola y hortícola, el gasto energético en transporte para traerlos a la comunidad y las correspondientes emisiones de dióxido de carbono producidas, se mantienen a niveles mínimos. Sin comprar grandes

cantidades de semillas, plaguicidas o fertilizantes químicos, la contaminación por los envases descartados es casi nula (...) La producción de animales tampoco genera desechos de forma masiva. Aún los campesinos que tienen más recursos, pocas veces llegan a tener más de cinco cabezas de ganado bovino, y aún este número supera la cantidad de animales que tiene la mayoría de las familias, que tienen una o dos vacas lecheras con cría. Los desechos son biodegradables y se quedan en el campo, cuando no están reincorporados como fertilizantes en la producción agrícola. Los excrementos de cerdo se sacan del chiquero y se dejan en el bosque para que se descompongan in situ para ser eventualmente reincorporados al suelo. Pasa lo mismo con las heces de gallinas. En cuanto a la distribución de alimentos, el tiempo entre la chacra y la mesa es mínimo, reduciendo la cantidad de materiales y energía utilizados para el embalaje y la conservación de alimentos. Los papeles y los plásticos que sobran después de la compra de alimentos del almacén, son quemados en las casas de sus usuarios finales, ya que no hay recolección de basuras ni un basural comunitario. Se trata de un mínimo de residuos en las casas que conservan una fuerte producción para el autoconsumo, y estos residuos son producto del sistema alimentario globalizado al cual los campesinos se arriman ante la erosión de su sistema sustentable. Igualmente, algunas familias demuestran una capacidad creativa enorme para utilizar sus propios desechos y hasta los de otras familias, por ejemplo las botellas son utilizadas como semilleros (DOUGHMAN, 2011, p. 174).

FIGURA 121 - EL CUIDADO DE LA NATURALEZA



FUENTE: Nuestra Fotografía, Paraguari, verano del 2018

El *cuidado de la chacra y las herramientas*, están más relacionados a las actividades propiamente del varón, generalmente un *kokué* o chacra bien cuidado, es resultado del trabajo de preparación del terreno, limpieza, abono, siembra, riego, estaqueo, cuidados culturales, carpidas, corpidas (limpieza de los cultivos), produciendo buenos alimentos en la cosecha para el autoconsumo y para la venta responden a sinónimos culturales de “guapeza” es decir una cualidad relacionada a la valentía y que la persona está decidida a demostrarlo. Por ejemplo,

en espacios festivos y de conquistas como el galanteo, los varones suelen expresar a las señoritas la cantidad de alimentos que poseen en sus chacras, por ejemplo “*areko mokoi liño avatí, mbohapy rama ha kumandá*” (tengo dos liños de maíz, tres de mandioca y porotos) esto es interpretado como resultado de su trabajo, de sus conocimientos, destrezas para la agricultura y su “guapeza”, anticipando que será un buen candidato para casarse y que nunca faltará alimentos en la familia. Así también el cuidado de las herramientas como azadas, machetes, hacha, rastrillo y demás son preparados por los varones, incluyen colocarles el “yva” soporte de madera, la limpieza después de usarlas y colocarlas en el lugar destinado para guardarlos.

FIGURA 122- EL CUIDADO DEL KOKUÉ



FUENTE: Nuestra Fotografía, Paraguarí, otoño del 2017

Vimos hasta aquí, que estas acciones de resistencia no son aisladas: i) comer -*karu porã* ii) habitar -*ñande reko* iii) curar -*ñane resãi* y iv) cuidar -*ñangareko* se entrecruzan en la cotidianidad, en lo público y en las alianzas en un espacio del mismo modo vivo y en movimiento el *tekoha* campesino-paraguayo. A continuación, nos acercaremos a la percepción y acciones de los campesinos y campesinas de la siguiente resistencia propuesta por MRT (2016), v) el convivir, que nosotros lo hemos visualizado como el Buen Vivir, de la cosmovisión andina *Sumak Kawsay* (quichua, en Ecuador y quechua en Perú), *Suma Q'amaña* (aimara en Bolivia), que vimos en el capítulo III está recorriendo Nuestra América y por tierras guaraníes la han llamado como *Teko Porã*.

5.2.5 Teko Porã (Buen Vivir)

Recuerdo cuando tenía 5 años, durante las vacaciones de verano, fuimos de visita con mi madre, mis abuelos, tías y primas a *Yhacá* una comunidad campesina del Departamento de Caaguazú de donde casi toda mi familia migró en la década de los setenta a San Lorenzo, ciudad cercana a la capital Asunción, para seguir estudiando y para trabajar. Este viaje ya en los años ochenta era de visita, de regreso al terruño, donde había quedado la otra parte de la familia, que hasta hoy vive por aquellas tierras y donde guardo los momentos más felices de mi infancia. Solíamos bajarnos del ómnibus que venía cargado de gallinas, patos, plantas medicinales, maíz, poroto entre otros muchos productos de la chacra y nos íbamos caminando por el *yvy pyta* tierra rojiza, mirando aquel paisaje de campo comunal, típico de la región, cuando llegábamos a ver un *ka'guy-í* un bosquecito en forma de isla y sentir la frescura del lugar aprovechábamos para descansar y refrescarnos con el agua del arroyito que teníamos que atravesar para finalmente visualizar la tranquera abierta y sobre ella a toda la familia esperándonos, quienes venían corriendo para recibirnos, saludarnos, abrazarnos y besarnos. Este espacio construido por lazos familiares, significaba también un espacio de libertad y relaciones sociales diferentes a los que vivíamos en la ciudad. Las actividades comunitarias no tardaron en llegar los años siguientes, con los festivales en la escuela, las actividades para recaudar fondos en el club deportivo, la misa de los domingos en la capilla, la visita a otros familiares, los juegos en el árbol, la construcción de la casita en el *takuaral* con otros niños y niñas de la comunidad, el *karú guasú* o comida comunitaria, los baños en el arroyo, el ordeño de las vacas, el *tereré jeré* o rondas de tereré debajo de los árboles de *yva povó* (jaboticaba) y del chivato que mi madre plantó cuando se enteró que se embarazó y me dio la vida, el paseo con carretas, el paseo por el bosque para traer leñas, el concurso de bailes, canciones y poesías alrededor de la fogata de la cocina mientras preparábamos la cena, los casos *ñembombeú*, anécdotas y leyendas, así como el descanso en las hamacas o los catres colocados en el patio para mirar el firmamento antes de retirarnos a descansar e intentar descubrir lo que las constelaciones de las siete cabrillas querían decirnos aquella noche.

Encantada, observaba y participaba de todas las actividades familiares y comunitarias que podía. Estas experiencias de mi infancia incluyen al *teko porã*, que es vivencia y convivencia. Para Melià (2015) el *teko porã* es un concepto que atraviesa la experiencia de vida de todos los guaraníes y afirma que el *teko porã* se aprende, no es, pues, una filosofía de límites estrechos. Ya conocemos el significado de *teko*, que corresponde a: “ser, estado de

vida, condición, estar, costumbre, ley, hábito”. El *teko*, es el lugar del ser, del hábito y de la costumbre, del sistema propio, de la familia y de la política, de la economía y la espiritualidad. Es lugar “donde somos lo que somos”. Ese espacio físico y mental es la condición de posibilidad del *teko porã*, del buen vivir; entonces entre las numerosas calificaciones que recibe el *teko* está el *teko porã*. Es un buen modo de ser, un buen estado de vida, es un “vivir bien” y un “buen vivir”. Es un estado venturoso, alegre, contento y satisfecho, feliz y placentero, apacible y tranquilo. Hay buen vivir, cuando hay armonía con la naturaleza, con los miembros de la familia y la comunidad, cuando hay alimentación suficiente, salud, paz de espíritu. Es también identidad cultural plenamente poseída y libre de amenazas (op. cit, pp. 8-9).

Margarita Miró (2005), hace una síntesis de los valores que acompaña el *teko porã*:

Teko ete: el verdadero ser, la esencia del ser, lo que cada uno es en esencia, lo indestructible, lo inalterable, el principio invariable.

Teko marangatu: (sabiduría) La sabiduría que uno posee, la sabiduría en el actuar, el saber, el actuar armoniosamente sin que primen los intereses personales. .

Teko potí: (limpieza, aseo, limpieza en los actos) Se refiere tanto al ambiente como a la limpieza y transparencia en el actuar, sentir y hacer. Una persona que actúa bien en todo.

Teko joja: (equilibrio, equidad, igualdad) Es la equidad en todo, se refiere a la equidad económica, política, social y de género.

Teko añete: (la verdad) Es todo lo que se refiere a la verdad, no “mi verdad” o el acomodo según mi conveniencia.

Teko joaihu: (amar) Es el amor que existe en todo momento.

Teko vy’a: (alegría) La alegría de vivir inclusive mantener el estado de ánimo positivo aún en la adversidad. Esto se refleja en la forma del ser del paraguayo que en los peores momentos, cuando se le pregunta como esta, te contestan “*i porã hina*” (está todo bien).

Jekopyty: (concertación, ponerse de acuerdo). Es lograda después de procesos de diálogo y que incluya a todos.

Ñemongeta: (diálogo, consenso). Se refiere a la palabra y escucha mutua.

Jopói: (dar, ayudar) La reciprocidad en todos sus niveles, como el material, ofrenda de bienes o servicios, esto todavía hoy está muy arraigado dentro del pueblo. Este valor era y en cierta forma sigue siendo aún toda una institución en la vida del paraguayo y está presente en todo momento. Lastimosamente por desconocimiento se está hablando de voluntariado, sin tener en cuenta este principio milenario de la cultura guaraní que sobrevivió entre los paraguayos y fue una de las piedras fundamentales del equilibrio social (MIRÓ, 2005, p. 13).

Luis Rojas (2015), en su trabajo “*Tereré Jeré. Alternativas a la sociedad paraguaya actual*” nos pregunta ¿son habituales estas prácticas en la sociedad actual? Y nos responde: En parte si, en parte no, y continúa; la cultura paraguaya conserva parcialmente estas prácticas, principalmente en los sectores populares del campo, y en menor medida, de la ciudad. La hospitalidad para con el o la visitante, a quién se ofrece comida e incluso hospedaje, además de tiempo para conversar y compartir, siguen presentándose como rasgos característicos en

ciertos sectores de la población, aunque cada vez con menos frecuencia, dado que la cultura impuesta desde afuera, desde arriba, no contiene ni valora estas conductas, desterrándolas y sustituyéndolas por prácticas más individualistas, e incluso, egocéntricas (op. cit, p. 26).

El buen vivir supone entonces un territorio; sin *tekoha* es imposible el *teko porã* que necesita una “Tierra Sin Mal” incluyendo otras dimensiones, por lo que podríamos aludir su pluridimensionalidad como lo hablamos ya desde el capítulo IV, sobre la noción de justicia social en la reforma agraria, no estamos hablando solamente de la tierra como soporte físico para un lote agrario productivo *at infinitum* y mercantilista como el agronegocio, propuesto por los programas de reforma agraria del Estado y el Mercado. Para Melía (2015) por ejemplo, la dimensión económica del buen vivir se manifiesta en un tipo de economía que los guaraníes han definido como *jopói*: manos abiertas uno para otro, reconocida también como la economía moral o la economía de reciprocidad. *Jopói*, donde su etimología se compone de tres elementos: *jo*, partícula de reciprocidad; *po*, mano; *i*, abrir: manos abiertas uno para otro, mutuamente”. Hay mucha vida y mucha historia en ese *Jopói*, que define un modo de estar en el mundo y una cultura, en la que la distribución e intercambio de bienes se hace no sólo de una manera justa, sino también digna, libre y alegre. Se es más feliz dando que recibiendo. Convidar y dar de comer y de beber al convidado es el centro de la fiesta guaraní (op. cit. p. 9).

Vemos, que las prácticas tradicionales del trabajo comunitario, el trueque, y el compartir el excedente, es una tendencia en las comunidades campesinas hacia la reciprocidad, la generosidad y las relaciones horizontales entre familiares y vecinos. Por ejemplo, es una costumbre que los parientes de distintas casas todavía se visiten los domingos, para compartir la comida del mediodía. En estas ocasiones, la familia que convoca provee la mayoría de las comidas, pero los invitados también pueden traer platos menores. De la misma forma, el *Karu Guasu*, con que se celebran los cumpleaños, casamientos, despedidas, muerte “*ñemboé paha*” festividades religiosas, los días de los santos patronos, Semana Santa, San Juan, Navidad, fiestas de fin de año que se recibe a familiares que migraron a la capital y gran Asunción o otros países principalmente a la Argentina. Esta también es una forma de repartir la producción de las fincas familiares entre miembros de la familia y la comunidad. Se reconoce que esta costumbre se va perdiendo de manera que las familias dependen cada vez más del almacén para comprar alimentos ingresados incluso por contrabando de Argentina y Brasil como aceites, cervezas, caña, gaseosas, coca cola, harinas,

galletas, fiambre, entre muchos otros que van remplazando los alimentos de la finca campesina (MIRÓ, 2004, p. 37).

Esta pérdida de la disponibilidad y la calidad de la alimentación, relacionados a la soberanía alimentaria es tratado en el trabajo de Margarita Miró (2017) y en un estudio anterior sobre *Karu Rekó* (2004), pues no es lo mismo comer el *vori vori* de gallina (bolitas de maíz con queso y gallina casera, que también puede ser con carne vacuna) una vez a la semana, que prepararlo una vez al año para la Navidad. Miró, a lo largo de trabajo de sistematización de la cocina paraguaya, destaca la creciente sustitución de las comidas tradicionales como harina de maíz y maíz loco en la alimentación campesina, por arroz, fideos y alimentos procesados. La autora vincula este cambio, a la penetración de la agricultura moderna en el país en los años setenta, lo cual significó el lento desmantelamiento del sistema productivo tradicional. Atribuye la mudanza hacia comidas procesadas, a una subvaloración de la comida paraguaya, a una falta de autoestima por las comidas típicas, y nota las consecuencias de esta transición nutricional en la salud de la población paraguaya, rural y urbana, está en riesgo el *Teko Porã* (MIRÓ, 2017, p. 17).

FIGURA 123- *VORÍ VORÍ* DE GALLINA



FUENTE: Nuestra fotografía, Paraguarí, otoño de 2016

Ahora bien, en las economías de reciprocidad de Nuestra América, nos dice Melià (2015), la economía no comienza por la producción, sino por la fiesta, la distribución festiva de lo que se tiene, como *don* gratuito. La fiesta es la primera inversión, de la cual el crédito es

el trabajo en común, en que se ponen todas las manos. Se produce para dar, y porque se ha dado se produce de nuevo para que el círculo de *reciprocidad* no se quiebre. El *don* llama al *don*, aunque no se está obligado a él. En realidad, el verdadero pobre no es el que no tiene nada para sí, sino el que no tiene nada para dar. La *reciprocidad* es una comunicación no sólo de cosas, sino de palabras, de cantos, de relaciones personales. El *jo* de la reciprocidad entra en los verbos más característicos de la comunidad: conversamos unos con otros, nos convidamos, nos amamos mutuamente (op. cit. p. 9).

El proceso de trabajo y de producción está, no sólo condicionado, sino esencialmente determinado a reproducir el don; es decir, tiene en la reciprocidad, en el jopói, su razón práctica económica. De este modo, el convite y la fiesta, el “convite festivo”, son el primero y el último “producto” de esta economía de trabajo. Sin reciprocidad no se entiende el trabajo comunitario, ni siquiera el individual. Para Melià (2015) contrariamente a lo que se piensa, aún hoy el *jopói*, *potirõ*, *la minga*, *puxirão* o *mutirão*, como se dice en el Brasil, y el *pepy*, convite, se dan en sociedades guaraníes contemporáneas e incluso en sociedades rurales paraguayas y brasileñas, lo que confirma que las formas de trabajo guaraní no han muerto (op. cit, p. 10).

Por el contrario, la tacañería es el miedo a recibir, porque no se quiere dar. Margarita Miró (2005) nos describe algunos antivalores que ponen en riesgo el *Teko Porã*:

Teko pya'ro: (rencorosa, amargo sentir) Es interesante reflexionar sobre este término **py'a** significa estómago, y me llevó muchos años interpretar, porque usaban el estómago para determina el sentimiento o forma de ser un órgano (py'a pôra o py'aro) y hoy día entendemos o sabemos que el plexo solar esta en la zona del estómago y que a nosotros mismo un disgusto lo primero que nos afecta es el estómago.

Teko sarambí: (desorden). Quien tiene una vida desordenada, en el actuar, pero también en el pensar.

Teko ka'u: (borracho, mareado). El alcohólico, o cuando uno no tiene las cosas claras.

Tekove kare: (torcido) El actuar mal, salirse de lo acordado. Por ejemplo el po (manos) karé (torcido) que sería el ladrón, que no cumple con la palabra y esto si es cosa grave, porque la palabra encierra la esencia de los guaraníes, es la ley suprema, cuando alguien daba su palabra no necesitaba de escrituras, por eso hasta hace poco tiempo era fácil engañarle a los indígenas y a los campesinos y campesinas porque ellos daban su palabra y los “avivados” no respetaban estos acuerdos.

Tekovai: (mal o feo) quienes actúan o hacen el mal, a ellos mismos y a los demás

Tekorei: (estar sin hacer nada) Si bien esta asignación hoy día la recibe el haragán, quien no quiere trabajar. Es también una asignación para definir el tiempo libre y el descanso, o estar sin trabajo.

Tekorã ÿ: Quien no hace nada, el desganado, el apático

Tekomegua: Tener de menos, menospreciar

Tekoita: Caprichoso, indelicado (MIRÓ, 2005, p. 14).

Vemos entonces que el *Teko Porã*, no incluye solamente la dimensión física del vivir bien moderno accidental (del tener) sino también la dimensión ancestral (del ser) que incluye lo espiritual, social, ambiental, de equilibrio con el *cosmos*. El *Teko Porã* es la cultura del buen vivir, que compartimos con otras culturas del como vimos en el capítulo III, donde se rescata el respeto a la naturaleza, a la vida y a la diversidad, representada en la propuesta de reforma agraria y popular de la Vía Campesina (2017) que mostramos a continuación.

Por un lado el nuevo contexto – la profundización del capital en el campo, una nueva alianza de actores nacionales e internacionales – y por otro el continuo intercambio de experiencias y diálogo de saberes han llevado a una profundización del análisis y a una visión ampliada de la propuesta de la reforma agraria. Se ha cambiado tanto el “objeto” de la reforma agraria, como también el “quién” la debería llevar a cabo. Mientras que históricamente la propuesta de las organizaciones sobre la reforma agraria se ha referido especialmente a la distribución de las tierras y al acceso a los recursos productivos, como el crédito, el financiamiento, el apoyo a la comercialización, entre otros, la reforma agraria integral o genuina se basa en la defensa y reconstrucción del territorio en su conjunto dentro del marco de la Soberanía Alimentaria. La ampliación del objeto de la reforma agraria de tierra a territorio también amplía el concepto de la reforma agraria en sí misma. Por lo tanto una propuesta de reforma agraria integral incluye un cambio que no sólo garantice la democratización de la tierra sino que además considere todos los aspectos que permitan una vida digna para las familias: el agua, los mares, manglares y aguas continentales, las semillas, la biodiversidad en su conjunto, así como la regulación del mercado y el cese de los acaparamientos. Además, incluye el fortalecimiento de la producción agroecológica como forma de producción coherente con los ciclos de la naturaleza y capaz de frenar el cambio climático, mantener la biodiversidad y reducir la contaminación. En aquellos lugares donde se mantiene una desigual distribución de la tierra, se lucha por la redistribución a base de la expropiación de latifundios. La tenencia de tierra, de acuerdo a los territorios, puede ser colectiva, individual, o cooperativa. También se puede plantear el uso para cooperativas o campesinas/os. Allí donde los pueblos tienen acceso a las tierras se trata de la defensa de los territorios contra su acaparamiento. También se está cambiando la visión sobre quién debería realizar la reforma agraria. Hasta el año 2000 existía un amplio consenso de que los gobiernos democráticamente elegidos debían ser los actores que realizaran las reformas. Sin embargo, los procesos actuales, que han llevado a fuertes asimetrías de poder, dejan percibir cada vez más que esta solo podrá ser realizada por un fuerte movimiento popular, tanto rural como urbano. El análisis se basa también en las experiencias de las reformas agrarias del pasado: tanto las reformas socialistas como las reformas clásicas han tenido sus limitaciones. En muchos países se realizaron reformas clásicas que se basaban en intereses económicos y políticos comunes entre el campesinado y el sector industrial de las ciudades, estos últimos con el interés de volver productivos los latifundios improductivos y crear un mercado interno para sus productos industrializados. Con el cambio del modelo agroindustrial hacia una economía transnacionalizada que intensifica el uso de los bienes naturales a gran escala y donde hay una creciente alianza entre el capital financiero transnacional y las élites nacionales, la reforma agraria ya no se ve como necesaria en la percepción capitalista. A partir de este análisis, las estrategias se enfocan cada vez más una reforma agraria impulsada desde los movimientos sociales. Dependiendo del contexto político en que actúan las organizaciones, la mayoría no descarta la intervención en las políticas públicas, pero se refuerzan las estrategias del cambio desde abajo: las acciones directas, tal como la ocupación de tierras, marchas y protestas y formas de desobediencia civil; la praxis para el cambio, como la

construcción de sistemas productivos en coherencia con los ciclos de la naturaleza, de relacionales comerciales justas y de relaciones sociales solidarias; la democratización de los conocimientos y las relaciones sociales libre de opresión, que buscan revertir la lógica jerárquica, racista y patriarcal. Las estrategias también incluyen la promoción de una comunicación diferente a los medios masivos y de otro modelo de investigación, desde la visión del territorio. Al percibir la lucha por la Soberanía Alimentaria se ve cada vez más una creciente Convergencia de las luchas que pretenden lograr una correlación de fuerzas que permita avanzar hacia un sistema político orientado al bien común. En este sentido, queda claro que la reforma agraria integral y popular es entendida como un proceso para la construcción de la Soberanía Alimentaria y la dignidad de los pueblos. (VÍA CAMPESINA, 2017, p. 5).

Vilma Almendra (2017) nos afirma esto, es necesario volver a la Madre Tierra y nuestro carácter asambleario que nos facilita transitar el camino de regreso.

Así, entenderemos que no solo es el hecho de arrebatarse la tierra al patrón o al terrateniente para hacer lo mismo que él hace, sino empezar por liberarnos con la tierra, recuperar nuestro territorio del imaginario y también el material-espiritual. Entonces, además de recuperar la tierra irnos preguntando: ¿qué estamos pensando nosotros como pueblos?, ¿qué nos está imponiendo el sistema, para reconocer que lo que estamos pensando y haciendo alimenta también al capital y alimenta el sistema que nos está matando? De allí que al mismo tiempo, pensar y decidir colectivamente ¿cómo recuperar nuestro territorio del imaginario? (...) Así, de recuperar la tierra pasamos a recuperar nuestras formas de organización propia (ALMENDRA, 2017, pp. 67-68).

Para Carlos Aguilar (2017) de la FNC en una entrevista nos dijo que parte del *teko porã* para el campesinado paraguayo sería poder conquistar su tierra, no solamente para él sino para todas y todos los que quieran vivir y reproducir la vida en el campo, poder sentarse a tomar y compartir tereré bajo la sombra de un árbol, tener una chacra diversa y productiva, comercializarlos a precios justos para la educación, la vivienda, la vestimenta de sus hijos e hijas, tener su descanso, tener una buena alimentación y un buen trato, poder participar en un *Karu Guasu*, en un encuentro comunitario, como el fútbol, incluye entonces la sumatoria de dimensiones físicas de sostén y protección, las biológicas como la alimentación y además todo el relacionamiento con lo ambiental, con lo social, lo cultural y las dimensiones de equilibrio emocional y mental.

Por todo esto, nos dice Melià (2015) el *Teko Porã* no es solo memoria de un pasado nostálgico e idílico, sino proyecto de futuro, mediante el cual pensamos y decimos lo que queremos ser, y ya lo comenzamos a ser: es memoria de futuro. Y lo es para todos, pues es un buen vivir universal. Ese *Teko Porã* es posible y el buen vivir es todavía utopía que tuvo y puede tener lugar. El *Teko Porã* es el modo bueno y posible para vivir hoy y en el futuro.

Para Rojas (2015) el desafío planteado por Bartomeu Melià es claro y provocador: recuperar la memoria de nuestro futuro, reconocer el parto y el fruto colonial del Paraguay actual, y animarnos a soltar la mano del colonizador, dejar su palabra, para caminar sobre nuestras piernas, dejar nuestras huellas, hablar con nuestra boca, con nuestras palabras, inventando el nuevo Paraguay que queremos, que debemos a nuestras futuras generaciones, que ya existió con sus particularidades, y que puede volver a nacer (op. cit, p. 27).

En cuanto a la reforma agraria nos dice este autor, que a los pueblos indígenas y campesinos el acceso a la tierra adecuada en cantidad y calidad, les permite acceder a alimentos y agua, les permite acceder a una vivienda culturalmente adecuada a su historia, les brinda trabajo, recreación, ambiente sano, vida, cultura, dignidad e independencia.

La tierra, les garantiza el bienestar, *el teko porâ*, el presente y el futuro. Sin la tierra no hay *tekoha*, no hay posibilidad de una vida campesina e indígena digna. En el Paraguay actual se estima que existen unas 300.000 familias sin tierras, que son pobres, pasan hambre y todo tipo de carencias, son el grueso de los pobres extremos del país; con una política de reforma agraria que afecte 3 millones de hectáreas de las 40 millones que tiene el país (8 millones de hectáreas son tierras malhabidas en manos de terratenientes, propietarios fraudulentos), sería suficiente para erradicar la pobreza e impulsar el desarrollo social a partir de una nueva matriz productiva, incluyente y sustentable (ROJAS, 2015, p. 59).

Ahora bien, qué hacemos cuando después de procesos de largas luchas campesinas, conquistamos la tierra y nos organizamos para vivirla, descubrirla, sentirla, producirla, compartir sus frutos, comercializar los productos, construir espacios colectivos como canchas, parques, cementerios para honrar a los antepasados, los lugares para las reuniones y las asambleas, las escuelas para la educación y para la salud, soñamos en construir la casa, planificar la chacra, nos preparamos para disfrutar del comer, habitar, curar, cuidar y buen vivir, y nuevamente somos amenazados por el Estado y por el Mercado que presionan esta “Tierra Sin Mal” con fumigaciones de agrotóxicos, invaden por la contaminación genética de transgénicos ocasionando, la deforestación cultural y ambiental, la pérdida del territorio, el despoblamiento de la comunidad, la invasión con productos industrializados más baratos y de baja calidad nutricional, de la explotación de la naturaleza y del trabajo fuera de la finca, la monetarización de la economía campesina, lo cual amenaza la vida y la transmisión intergeneracional de los conocimientos y el modo de ser y de estar en la tierra y que ante las acciones comunitarias de resistencia reprimen, violentan, agreden, haciendo mal-uso del poder, iniciando procesos de criminalización y judicialización que llevan hacia el *teko vai* o mal vivir.

Luis Rojas (2015) reflexiona sobre esto y nos dice también que en la sociedad actual la paz, el sosiego, la plenitud existencial, el amor desinteresado, la armonía con la naturaleza y la reciprocidad, en gran parte de la población paraguaya han sido desplazadas y sustituidas por la angustia, la intranquilidad de espíritu, la insatisfacción permanente, la inseguridad existencial, la ansiedad, depresión e infelicidad, por los estilos de vida, los modos de ser y estar, las formas de producción y relacionamiento, los valores instalados en sociedades organizadas en torno a la competencia, el deseo de lucro, la acumulación de riquezas y la ostentación, por encima de cualquier otra consideración el bienestar, que deja paso al malestar o *teko vai* (op. cit, p. 26).

¿Podemos exigirles a los campesinos, campesinas, así como a los indígenas, a sus familias y comunidades enteras que permanezcan en estas tierras “lotes” donde son cercados por el agronegocio, donde reina la inseguridad, el desierto, la enfermedad, donde nunca llegaron los caminos, los colectivos públicos, los libros, los rubros para pagar a los docentes, médicos y enfermeras, donde no es posible vender los cultivos de la chacra, ni seguir estudiando en el colegio o la universidad, donde existen malas condiciones para la vida y la reproducción de la vida? De ninguna manera, y aunque la característica de la mayoría de las comunidades campesinas que conquistaron sus tierras a través de la lucha por la reforma agraria en las ocupaciones de los latifundios, resisten hasta las últimas consecuencias, incluso perdiendo la vida, también llevan con ellos la esencia de ese varón y esa mujer que siguen buscando en familia y en comunidad su “Tierra Sin Mal” y al que no podemos acercarnos con patrones modernos-occidentales individualistas y progresistas del “farmer” que se pretende imitar con los programas de reforma agraria desde el Estado en el Paraguay.

En este contexto de contradicciones del *sistema mundo moderno colonial*, es importante resaltar que para los campesinos y campesinas en resistencia y en movimiento de Paraguay, la lucha por la reforma agraria es la búsqueda de la “Tierra Sin Mal” que es pluriversa y continua, no terminará al desalambrar el último latifundio y socializar de nuevo todas las tierras como lo fue antes de la llegada de los europeos, la propuesta es más amplia, es desmontar las bases del sistema capitalista que está acabando con todas las formas de vida sobre la faz de la tierra y converge con otros movimientos mundiales como la Vía Campesina y de Nuestra América, en la posibilidad de construir pluriterritorialidades y recuperar los otros

modelos de comer, habitar, curar, cuidar y buen vivir que nos fueron negados hace muchos siglos.

FIGURA 124: *TEKOHA* CAMPESINO PARAGUAYO EN RESISTENCIA Y EN MOVIMIENTO



FUENTE: Nuestra Investigación. Invierno 2016

TIEMPO DE CONCLUSIONES

Este tiempo de conclusiones del trabajo, nos encuentra de nuevo ante la ciclicidad del tiempo del que hablamos desde el inicio de este trabajo. No será el fin de los tiempos, porque el tiempo y el espacio retornan, aunque no con las mismas características. Existen ciclos, estaciones, generaciones, eras históricas; la secuencia no es lineal y no es infinita, cada ciclo termina en un invierno que renace en primavera, lo que se da, se recibe y todo reinicia por períodos enriquecidos, cargados de aprendizajes y fortalecidos del ciclo anterior en una experiencia plural relacionada con los demás. Con este espíritu inicial de nuestras motivaciones y de nuestras reflexiones en el recorrido de la investigación-acción por el territorio de la reforma agraria en Paraguay, en un diálogo con las experiencias y saberes de las reformas agrarias nustramericanas, durante estos cuatro años, nos permitimos realizar algunas consideraciones:

- *La presencia del pluriverso Guaraní:* En el ejercicio de construir las formas de pensamiento, acción y territorialización en las luchas del campesinado paraguayo en resistencia y en movimiento por la reforma agraria, fue necesario realizar una arqueología del *pluriverso Guaraní*, que ha contribuido a mantener latente su interpretación del mundo como el *Apyka, Avapire, Teko, Tekoha, Yvy Marane'y y Teko Porã*. La percepción de la vigencia de estos elementos en el territorio de la reforma agraria en el Paraguay, cuestiona en primer lugar, la atribución solamente material y productivista (lote agrario) de la lucha por la tierra, y en segundo lugar, recupera el proceso de formación de los “campesinos y campesinas” como portadores de una riqueza histórica de luchas y resistencias y una desafiadora apuesta política como clase social, que tiene como punto de partida la herida colonial.

- *La formación del campesinado paraguayo:* El proceso de formación del campesinado paraguayo en resistencia y en movimiento, incluye muchas vueltas al sol, en largos períodos de tiempo que han regresado en ciclos por el espacio-tiempo-conflicto-resistencia, que se presentaron desde la invasión europea, la colonia, las reducciones jesuíticas, los *bandeirantes*, la Guerra Guaranítica, la Guerra Guasu, la venta y explotación de yerbaes, la explotación de los *mensú*, la venta del ferrocarril, la colonización extranjera, la Guerra del Chaco, la Marcha al Este y la colonización de IBR, la pascua dolorosa, la modernización agrícola y la revolución verde, el modelo de desarrollo rural y las inacciones del INDERT, la invasión de *brasiguayos* (soja), la contrarreforma agraria (relatifundización), la extranjerización y acaparamiento de tierras, la masacre de Curuguaty, las violencias epistémicas y territoriales,

el patriarcado y machismo, las amenazas y militarización, la criminalización y judicialización hasta las privatizaciones – APP de la actualidad.

- *Los rostros nuevos de los mismos antagonistas:* Los conflictos en el campo han mostrado a varios antagonistas de los campesinos paraguayos en la actualidad, como los empresarios del agronegocio, las corporaciones transnacionales, las empresas nacionales, las cooperativas agroindustriales y los sojeros *brasiguayos*, los narcotraficantes, las autodenominadas guerrillas principalmente el EPP, los militares, la policía, los legisladores, jueces y fiscales y la prensa que defienden los intereses del agronegocio y criminalizan a los campesinos y campesinas.

- *La vigencia del dominio colonial:* La resistencia campesina se muestra en las manifestaciones de lo cotidiano, así como en los actos públicos y en las alianzas que se dan con otros grupos fundamentalmente en los momentos de lucha en la calle. Estos, son espacios donde se concentran las mayores expresiones de los conflictos y donde se desnudan los procesos de dominación y colonialidad desde la invasión hasta la actualidad en cuatro dominios: i) *económico* (apropiación de los territorios: cuerpo, idioma y *tekoha*, que incluye a la tierra), ii) *político* (imposición de sistemas de organización del Estado y de los territorios), iii) *sociomediocultural* (control del género, la sexualidad, la alimentación, la naturaleza y los recursos para la vida) y iv) *epistémico* (control del conocimiento, saberes, y de las subjetividades).

- *La invasión de los sojeros brasiguayos como herida neocolonial:* El espacio fronterizo con Brasil se constituye en un escenario de tensiones, contradicciones y poder entre los migrantes brasileños, sus descendientes productores de soja, los *brasiguayos* y los indígenas y campesinas, campesinos paraguayos en campos de fuerza, choques políticos, territoriales y simbólicos. Estos conflictos relacionados a la tierra y al territorio no pueden visualizarse solamente desde la perspectiva de lucha de clases, la realidad es más compleja e integra elementos de clase, interétnicos, nacionales, transnacionales y civilizatorios. Es decir, el choque entre las civilizaciones de origen europeo moderno occidental y la cultura *campesindia*. Las fronteras se presentan como múltiples, principalmente de idioma, sistema de vida, modelo de producción y los conflictos van en aumento. Muchos *brasiguayos* están comprando y alquilando tierras en zonas de la primera colonización de reforma agraria, de la Marcha al Este y de tierras tradicionalmente ocupadas por indígenas en 14 departamentos de

los 17 que tiene el Paraguay para el cultivo de la soja y la implantación en estos territorios de todo el sistema del agronegocio (venta de semillas, implementos, agrotóxicos, maquinarias, bancos, financieras, entre otros) generando conflictos en los tres tipos de territorio que hemos visto: vientre de la madre (mujeres y la tierra); el cuerpo, piel de las personas o su idioma; y el *tekoha*. Como hemos visualizado en los mapas comparativos, la invasión ha ido en aumento, por lo cual, la acción política de los campesinos y campesinas en resistencia y en movimiento, también ha aumentado y reivindican la tierra invadida y acaparada por los extranjeros.

- *La polifonía de voces y sujetos en resistencia por la reforma agraria:* Los indígenas, campesinos y campesinas coinciden en la lucha por la tierra, reconocen que tienen sistemas diferentes de organización y concuerdan en la necesidad de integrar sus acciones de resistencia. Los jóvenes y mujeres se muestran como los principales “sin tierras” del país y se organizan dentro del movimiento campesino paraguayo, donde resisten por la tierra y el territorio, además contra los mecanismos de explotación, contra los crecientes niveles de desigualdades del *sistema mundo moderno colonial*, en contra del Estado, del Gobierno de Horacio Cartes hoy y de la sociedad capitalista en todo momento. Son *Sapukái*, gritos anticapitalistas, anticolonialistas y antipatriarcales.

- *La amplitud de las reivindicaciones relacionadas a la reforma agraria:* La propuesta de la reforma agraria en Paraguay se ha ampliado, incluye el acceso a la tierra, incluidos los programas sociales como salud, educación, trabajo, infraestructura de comunicación, producción e industrialización agropecuaria. Se propone el fin del latifundio, en contra del sistema del agronegocio y la sojización del país, contra la utilización de agrotóxicos y transgénicos, contra la extranjerización y acaparamiento de las tierras, contra la violencia y criminalización de la lucha campesina, por la democratización en el acceso a la tierra para las mujeres y jóvenes, por la autonomía territorial, por la soberanía alimentaria, por la preservación de la naturaleza y por la vida.

- *La resistencia campesina es pluriescalar y multisocial:* Las principales organizaciones campesinas del país: la Federación Nacional Campesina- FNC, la Organización de Lucha por la Tierra- OLT, el Movimiento Campesino Paraguayo- MCP, la Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas- MCNOC, la Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas- CONAMURI, entre muchos otros cuyos propósitos son diversos económicos, sociales, políticos, culturales, étnicos, de género a escalas locales, regionales,

nacionales e internacionales, se encuentran nucleados en la VÍA CAMPESINA y en convergencia coyuntural con otros sectores urbanos, ambientales, sociales, feministas, políticos, sindicales, cooperativistas, estudiantiles secundarios, universitarios, además en espacios de alianza más programáticas con otros movimientos sociales y políticos como el Congreso Democrático del Pueblo- CDP.

- *La diversidad de manifestaciones populares relacionadas a la reforma agraria.* La principal resistencia del campesinado paraguayo es su idioma. Las manifestaciones populares son muchas: huelgas, marchas, cierres de rutas y calles, ocupaciones de tierras, ocupaciones de instituciones públicas, escraches públicos, volenteadas, recaudación de firmas, pronunciamientos, denuncias, ferias agropecuarias y de alimentación, charlas, diálogos, congresos, seminarios, visitas a asentamientos, debates populares en espacios públicos, universidades y medios de comunicación de masas o alternativos, redes sociales, radios comunitarias, entrevistas y murales históricos, festivales artísticos en parques y plazas, cancioneros, poesías, teatros, comedias, pinturas, graffitis, memes para redes sociales y muchas otras formas de exposición y expresión de los conflictos.

- *De la reforma agraria clásica a las reformas agrarias integrales y populares en Nuestra América.* Las diversas voces de los movimientos campesinos e indígenas nuestroamericanos escuchadas en este trabajo han manifestado la importancia de recuperar los antecedentes de la reforma agraria clásica que dejaron lecciones aprendidas en “la alianza para el progreso” realizadas con el Estado (y con Estados Unidos) que terminó beneficiando los intereses del mercado. En la actualidad, es necesario plantear una nueva alianza entre sectores populares campo-ciudad para proponer acciones conjuntas sobre: i) el autogobierno, que plantea la autonomía y emancipación, ii) la agricultura, mediante la agroecología que rescata las prácticas, saberes populares y ancestrales; iii) la alimentación que levanta la bandera de la soberanía alimentaria; iv) la invasión, referida a la herida colonial desde el inicio de la formación social y territorial de nuestras países; v) las mujeres, recogiendo los principios de la tierra como “Madre” y la problematización de la situación actual de los derechos de la mujer; y vi) la convergencia de los espacios de integración de las resistencias en escalas más amplias como la Vía Campesina que incorpora el Buen Vivir, como propuesta integradora de la actual propuesta de reforma agraria en Nuestra América.

- *La pluridimensionalidad de la reforma agraria como justicia social, redistribución, reconocimiento y representación:* La reforma agraria en Paraguay se presenta como pluridimensional porque en primer lugar, se posiciona en contra del latifundio para la *redistribución* en una *dimensión económica* de los recursos socioeconómicos del país donde el campesinado se reconoce como una clase política en lucha y resistencia; además, incorpora el *reconocimiento* en una *dimensión cultural* de identidades (jóvenes, indígenas, campesinos, campesinas, paraguayos y paraguayas) donde se re-construye y valoriza la diversidad y las prácticas colectivas. Así también, la escalaridad en la *representación* o *dimensión política* organizacional (nacional, departamental, distrital y comunitario) establece las “reglas decisorias” de los procedimientos que estructuran, las estrategias de los procesos públicos de contestación política donde expresan y deciden sus disputas.

- *La incorporación de la dimensión territorial en la pluridimensionalidad de la reforma agraria:* La lucha por la “tierra” es también la lucha por el “territorio” (vientre de la madre, piel o idioma de la persona y espacio de vida) que hemos llamado *tekoha* campesino-paraguayo en resistencia y en movimiento, donde se integran las otras (nuevas) dimensiones de la reforma agraria: la económica, cultural, política, ambiental, decolonial, histórica y la territorial de la búsqueda de la TIERRA SIN MAL -*Yvy marane’y* que abraza las condiciones de posibilidad para el *Teko Porã* o Buen Vivir y garantiza los derechos humanos territoriales, es decir, en ella residen la garantía del reconocimiento de una identidad colectiva y la defensa de la integridad de los diferentes modos de vida, asociados a las matrices de racionalidad pautadas en las diferentes formas de uso-significado del espacio y de la naturaleza que reafirman que estamos ante “otra reforma agraria”.

- *El tekoha campesino paraguayo en movimiento alberga una resistencia integral:* Los distintos tipos de resistencia del que hablan los autores como la resistencia cotidiana, la pública y en alianzas se territorializan en el asentamiento con acciones y propuestas concretas de la vida: i) comer -*karu porã* ii) habitar -*ñande reko* iii) curar -*ñane resãi*, iv) cuidar -*ñangareko* y v) Buen Vivir- *Teko Porã*, que se entrecruzan en un espacio- tiempo-conflicto-resistencia, vivo y en movimiento.

En este sentido, queremos decir que el complejo del *pluriverso Guaraní* que hablamos desde las Tierras el Colibrí hasta aquí, el *Apyka, Avapire, Teko, Tekoha, Yvy Marane’y* y *Teko Porã* no es una condición natural para todas (os) las(os) campesinas(os) paraguayas(os), ni tampoco una idea abstracta aplicable a todas las comunidades y organizaciones campesinas

por igual. Considerando las profundas contradicciones internas que presentan esos grupos y que responden, en gran medida, a su ubicación dentro del *sistema mundo moderno colonial*, no pretendemos generalizar ni homogenizar esa condición porque responde a un complejo entramado de heterarquias que pluralizan la posición y la experiencia de cada uno. Sin embargo, la crítica al capitalismo no puede ser abstraída de la condición colonial en su formación específica en estos territorios, por la división internacional del trabajo, el colonialismo interno, la acumulación originaria, el uso- abuso de la naturaleza la disposición de los medios de producción. Éstos fueron definidos por un derecho de conquista que se sustentó en la subalternización de los sujetos, instituidos en la invasión, consolidados en la colonia y la república, y proyectados contemporáneamente en la institucionalización del Estado-mercado moderno, que naturaliza la dominación y explotación bajo criterios de segregación económica, racial, de género, de religión o política, entre muchos que re-aparecen por los tiempos cíclicos. En fin, esta es una cuestión germinal para re-orientar nuestras luchas emancipatorias, nacidas en el seno de los movimientos sociales de Nuestra América, es elemental para la liberación humana del espejismo del capitalismo y del delirio de la modernidad, que arriesga la vida sobre la Tierra.

La creencia de que el *sistema mundo moderno colonial* puede tener excepciones es confundir lo que es lo mismo, con lo que es diferente. No es viable promover la reforma agraria y la agricultura familiar campesina con agrotóxicos, que nos están matando con el discurso de aumentar la productividad y disponibilidad de alimentos. Existen caminos otros, pero para transitarlos tenemos que estar en posesión de ellos. ¿Cuándo lo vamos a lograr? La respuesta está más allá de nuestro entendimiento, pero cómo lo vamos a hacer está en nuestras manos, no somos esclavos del mundo que fabricaron para nosotros. La agroecología, se presenta como una propuesta de los campesinos y campesinas en movimiento y en resistencia, lo vimos en el *Tekoha* de la familia Maidana en Itapúa, es uno de los caminos que tenemos para recuperar el sentido de la vida y los saberes populares en relación con la tierra y la naturaleza.

Llegar hasta estas líneas nos recuerda el camino transitado por los guaraníes por los senderos del *Tape Aviru* y su incansable búsqueda del *Yvy Marane'y*, la “Tierra Sin Mal”, que tiene que ver con los modos de relación con el ambiente, del uso de la naturaleza y de la agricultura, en que la noción de abundancia está asociada a la posibilidad de renovación de los ciclos y no en la acumulación para no comprometer las especies naturales, incluido nuestro

modo de “ser” humanos. Cuando llegamos a un lugar en que la bifurcación del camino resulta evidente, no podemos seguir delante de la misma manera. Tenemos que elegir uno de los dos caminos porque si seguimos adelante, de igual forma que antes de llegar a este punto, no llegaremos a ninguna parte. Entonces, el propósito del viaje fue decidir cuál de los dos caminos vamos a tomar, el trayecto que nos condujo hasta aquí importa para rescatar los aprendizajes y guardarlos en el alma colectiva, porque ellos volverán para las futuras generaciones, sin embargo lo esencial está por venir y lo haremos juntos, porque el tiempo no ha terminado.

REFERENCIAS

- ABC COLOR. **Favero odia la pobreza y dice que campesinos deben ser tratados a palos.** Publicado: 13-02-2012. Disponible en: <http://www.abc.com.py/nacionales/favero-odia-la-pobreza-y-dice-que-campesinos-deben-ser-tratados-a-palos-365925.html>
- ACHACOLLO, N. Bolivia: **La Segunda Reforma Agraria en Bolivia.** pp. 43-54, En: Ortega, G., Palau, T., Reformas Agrarias en América Latina. Memoria del Seminario Internacional. Noviembre. Asunción – Paraguay. BASE IS –CLACSO. 223 p. 2008
- ACUÑA, O. et. at. **El movimiento campesino en la disputa por la nación** En: Rodríguez, A. et. al. Disputas territoriales: actores sociales, instituciones y apropiación del mundo rural. México, D.F. : Universidad Autónoma Metropolitana, 49- 84 pp. 2010
- ALBUQUERQUE, J. **Campesinos paraguayos y “brasiguayos” en la frontera este del Paraguay** (pp. 149- 179) En:Foguel y Riquelme. **Enclave Sojero, merma de soberanía y pobreza.** CERI. Asunción- Paraguay. 2005a. 260 p.
- ALBUQUERQUE, J. **Fronteiras em Movimento e Identidades Nacionais: a imigração brasileira no Paraguai.** 2005b. 265 p. Tesis (Doctorado en Sociología). Programa de Post-graduación en Sociología. Universidade Federal do Ceará. 2005b.
- ALEGRÍA, R. **Honduras: La Reforma Agraria viene de regreso.** Vía Campesina. 13 p. 2006
- ALMEIDA, A. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/Terras-Tradicionalmente-Ocupadas.pdf> . Acesso em: 17 maio 2013
- ALMEIDA, A.W. **Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia.** In: OLIVEIRA, A. U. & MARQUES, M. I. (Orgs.) O Campo no Século XXI: território da vida, de luta e de justiça social. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2005
- ALMENDRA, V. Una mirada del pensamiento crítico desde el hacer comunitario. pp. 61-75. En: Regalado, J. **Pensamiento crítico, cosmovisiones y epistemologías otras**, para enfrentar la guerra capitalista y construir autonomía. Cátedra Interinstitucional Universidad de Guadalajara-CIESAS-Jorge Alonso. México. 278 p. 2017

ALTAMIRA, C. **Los marxismos del nuevo siglo**. Biblos. Bs. As. 447 p. 2006

ALVAREZ, M. **Las voces de la Memoria**. Historias de Canciones Populares Paraguayas. Tomo II. Litocolor SRL. 2009.

ALVAREZ, M. Mauricio Cardozo- Mensú Resay. En: ALVAREZ, M. **Las voces de la Memoria**. LITOCOLOR SRL. Asunción- Paraguay. pp. 132-133. 2006

AMARILLA, J. Anivé re misturá. Mestizaje Lingüístico en el Llano Guaraní. En: **Gobernabilidad como instrumento para la reducción de la Pobreza**. NovaPolis. Revista de Estudios Políticos Contemporáneos. Edición No.5 - Noviembre. pp. 79-97. 2003

ARECO, A.; PALAU, M. **Judicialización y Violencia contra la Lucha Campesina**. Casos de criminalización en el período 2013-2015. Misereor. Base Is. Asunción, 134 p. 2016

ARECO, Abel. **Defensa territorial**. Iniciativas locales. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2016.

ARECO, Abel; PALAU, Marielle. **Judicialización y violencia contra la lucha campesina**. Casos de criminalización en el período 2013-2015. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2016.

ARELLANO; RAMÍREZ. Mba'e pico oiko. Violencia y territorio en Paraguay. Continuidades e innovaciones. **II Seminario internacional de los espacios de frontera**. II Geofronteras. 23, 24 5 25 de septiembre, Posadas, Misiones- Argentina. 2013

BARRET, R. **El dolor paraguayo**. El Lector. Asunción-Paraguay. [1910].

BARRET, R. **Lo que son los yerbales**. El Lector. Asunción-Paraguay. [1908].

BARRETO, M. **Tierras mal habidas**, Asunción –Paraguay. Investigación periodística de abc Color. 2006. Publicación fecha: 29 de julio de 2008.

BARRETO, Mirta. **La lucha por la tierra frente las corporaciones y el Mercado**. Asunción: Centro de Servicios y Estudios Rurales (CSER), 2013.

BARRETO, Mirta. **Tierras Malhabidas**. Asunción: CSER, 2006.

BARTRA, A. **De viejas y nuevas reformas agrarias** Hacia una cartografía del cambio rural para el fin del milenio, Cuadernos Agrarios, núms 17-18, México. 1999

BARTRA, A. De rústicas revueltas: añoranza y utopía en el México rural. En: John D. Vargas (coord.), **Proceso agrario en Bolivia y América Latina**, Plural Editores, La Paz, Bolivia. pp. 223-254. 2003

BARTRA, A. Campesindios: formación del campesinado en un continente colonial En: **Tiempos de mitos y carnaval**. Indios, campesinos y revoluciones de Felipe Carrillo Puerto a Evo Morales. Ítaca/PRD-DF; México, D.F. pp. 115-146. 2011

BARTRA, A. **Con los pies sobre la Tierra**. Despojo y resistencia en los territorios. Sección Doctrina. Departamento de Relaciones Sociales, UAM-X. Alegatos, nro. 85. 2013. 201 p.

BARTRA, A., Añoranzas y utopías: la izquierda mexicana en el tercer milenio, en C.A. Rodríguez G., P.S. Barrett y D. Chávez (coords.), La nueva izquierda En: **América Latina. Sus orígenes y trayectoria futura**, Norma, Bogotá, Colombia, pp. 283-337. 2005

BAUMEISTER, E. **Las Iniciativas Campesinas y la Sostenibilidad de los Resultados de la Reforma Agraria en El Salvador, Nicaragua y Honduras**. Discussion Paper No. 105, June. 40 p. 1999

BENÍTEZ, D. **El Tereré: algo más que una bebida en Paraguay**. El Lector. 1997

BERMAN, M. **Tudo que é solido desmancha no ar**. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 359 p. 1986

BITTAR, C. **Última Estación**. FONDEC. Asunción – Paraguay. 2002. Consultado: 20-05-2016. Disponible em <http://www.carlosbittar.com/Libros.html>.

BLANCO, H. **El movimiento campesino peruano: represión y resistencia. II Congreso Bolivariano de los Pueblos**, Caracas, del 6 al 9 de diciembre. 20 p. 2004

BLANCO, H. **Entrevista con Hugo Blanco durante el XVIII Encontro Nacional de Geografos- ENGA** realizado en São Luís, Maranhão/ Brasil. 26 de julio de 2016.

BLANCO, H. **Nosotros los Indios. 2da Edición**. Ediciones Herramienta. Ediciones La Minga. Buenos Aires. 239 p. 2010

BLANCO, H. **Perú: Reforma Agraria, por Hugo Blanco. Servindi** - Servicios de Comunicación Intercultural. 3 p. 2014

BRANDÃO, C. Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA F., N. A. (organizadores) (2007). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, Editora Alínea, 2007.

BRETÓN, V. Reforma agraria, revolución verde y crisis de la sociedad rural en el México contemporáneo, VIOLA, Andreu [Ed.]: **Antropología del Desarrollo. Teorías y estudios etnográficos en América Latina**. Paidós, Barcelona, 2000, pp. 303-357. 2000

BRETÓN, V. Modelos y Políticas de Desarrollo Rural en América Latina. **Apuntes de Clase**. FLACSO- Ecuador. 19-01-09 y 02-02-09. 2009

BRETÓN, V. Capital Social y Etnodesarrollo en los Andes. **La experiencia PRODEPINE. Estudios y Análisis**. Caap. Quito- Ecuador. 118 p. 16. 2005

BRETÓN SOLO DE ZALDÍVAR, V. **Toacazo. En los Andes equinocciales tras la Reforma Agraria**, Quito: FLACSO-Ecuador/Universitat de Lleida/ABYA YALA/Universidad Politécnica Salesiana. 419 p. 2012

BRETÓN, V. **Etnicidad, desarrollo y Buen Vivir: Reflexiones críticas en perspectiva histórica**. European Review of Latin American and Caribbean Studies No. 95.October, pp. 71-95, 2013.

BRIGHENTI, C. **Estrangeiros na própria terra**. Presença Guarani e Estados Nacionais. UFSC, Chapecó- Brasil. ARGOS. 282 p. 2010

BRUNO, G; SOUZA, P. **O céu dos Índios de Dourados**. Mato Grosso do Sul. Editora UEMS. 88 p. 2012

CADOGAN, L. **Ayvu Rapyta**; textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá. Asunción, Fundación «León Cadogan», CEADUC, CEPAG, Biblioteca Paraguaya de Antropología, vol. 16. (Tercera edición). 322 p. 1997[1959].

CADOGAN, L. **León Cadogan, extranjero, campesino y científico; memorias**. Fundación. León Cadogan.Asunción – Paraguay. p. 216. 1990

CANESE, R.; CANESE, M. **Saqueo y Abuso**. La ley de APP de Cartes. Segunda Edición. JEROVIA, Asunción, 345 p. 2014

CANOVA, P. **Mi trabajo en las comunidades de los Ayoreo en el Chaco Paraguayo. Gramo Conversaciones.** Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=BBDn2zFJLYw>
Consultado: 26-07-2017

CANTERO, N. **Ligas Agrarias Cristianas.** Departamento de Concepción. Testimonios de Pa'i Cantero. serviLibro. Asunción- Paraguay. 266 p. 2012

CAPITAL CAMPO. **Evolución de los precios de la tierra a desarrollar en Paraguay. 2014. Consultado,** 20-07-2015. Disponible en: <http://es.capitalcampo.com/42-evolucion-de-los-precios-de-la-tierra-en-el-paraguay.html>

CARDONA, M. et. al. **Análisis de la estructura agrícola antioqueña: Una aproximación teórica y espacial.** En: Archivos de Economía. Documento 349. Departamento Nacional de Planeación. Colombia. pp 1-46. 2008.

CARDOZO, E. **Breve historia del Paraguay.** Asunción- Paraguay. Servilibro. 2007. 177 p. 2007

CARNEIRO, F. (et. al.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 624 p. 2015

CASTAGNINO, L. **Guerra del Paraguay: la Triple Alianza contra los países del Plata.** FABRO. Bs. As. 544 p. 2010.

CASTRO, D. et. al., **Movimientos sociales y acción colectiva en Nicaragua.** Entre la identidad, autonomía y subordinación. Universidad Centroamericana. UCA. 61 p. 2016

CASTRO-GÓMEZ, S. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro.** Em: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, S. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro.** Em: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global** / compiladores. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 308 p. 2007

CDP. **Constitución del Congreso Democrático del Pueblo**. Consultado: 14-09-2016. Disponible en: *congresodemocraticodelpueblo.blogspot.com*.

CECEÑA, A. Subjetivando el objeto de estudio, o de la subversión epistemológica como emancipación. pp. 13-43. En: CECEÑA, A. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. CLACSO. Buenos Aires, pp. 13-43. 2006

CHIAVENATO, J.J. **Genocidio Americano**. La guerra del Paraguay. Traducción: Justo Pastor Benítez (h). Carlos Schauman Editor, primera edición en castellano, Asunción – Paraguay. 224 p. 2008 [1979].

CHOQUE, M. **Participación de la mujer en la Defensa de los Derechos Indígenas**. En Identidad y Derechos Indígenas. Ed. Enlace. La Paz, Bolivia, Febrero. 11 p. 2014

CODEHUPY (Coordinadora de los Derechos Humanos del Paraguay). **Informe de derechos humanos sobre el caso Marina kue**. Asunción: Paraguay: Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay (CODEHUPY), 248 p. 2012

CODEHUPY. **Informe Chokokue 1989-2013**. Asunción: Coordinadora Derechos Humanos Paraguay, 2014.

COELHO, D. **Conflitos agrários na fronteira entre o Brasil e o Paraguai: o caso da colônia Marangatú/py** (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de M. C. Rondon. Paraná- Brasil. 166 p. 2015

COHENE, C. **¿[R]evolución o [In]volución de la Reforma Agraria vía Estado?** los avatares de las familias agrarias del territorio agrodinámico del sureste del Paraguay (1963-2013). Tesis de Maestría en Desarrollo y Cooperación Internacional. Universidad de Lleida. Facultad de Letras. Lleida- Catalunya. 143 p. 2010.

CONAIE. **A 25 años del levantamiento indígena de Ecuador**. Defensa de la vida y el autogobierno. Departamento de Comunicación CONAIE. 2015.

CONAIE. **Objetivos de lucha de la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador**. 2018. Disponible en: <https://conaie.org/quienes-somos/> Consultado: 06-01-2018

CONCHEIRO, L.; ROBERTO D. La madrecita tierra: entre el corazón campesino y el infierno neoliberal, En: **Tierra, agua y maíz II**. Realidad y utopía, UNICEDESUAEM, Cuernavaca, Morelos. pp. 43-76; publicado también en Memoria, núm. 160, junio, México, pp. 5-14. 2002

CONCHEIRO, L. Movimientos campesinos e indígenas en México : la lucha por la tierra / Luciano Concheiro Bórquez, Sergio Grajales Ventura . En: **OSAL** : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR. **Asamblea Constituyente**, Montecristi. 2008. Disponible en línea en: <http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/Constitucion2008.pdf>. (Consultado: 18/12/2017).

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo aoglobocentrismo. In LANDER, Edgard et alii. **A colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciencias sociais**. Buenos Aires ; CLACSO. pp. 55-68. 2005

CORTÊZ, C. **Brasiguaios: os refugiados desconhecidos**. São Paulo: Brasil Agora, 218 p. 1993.

CREYDT, O. **Formación histórica de la nación paraguaya**. Asunción- Paraguay. Servilibro. 372 p. 2007 [1963].

CRUZ, V. C. Das lutas por redistribuição de terrasàlutas pelo reconhecimento de territórios. Uma nova gramática das lutassociais? En: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território**. Río de Janeiro: IPPR/UFRJ, p. 119-176. 2013.

CUEVA, A. **Desarrollo del Capitalismo en América Latina**. Siglo XXI. México. 240 p. 1977

DEBERNARDI, E. **Apuntes para la historia política de Itaipú**. Gráfica Continua. Asunción. 613 p. 1996.

DELGADO, Víctor. **Ñandekuera (Todos nosotros)**. Buenos Aires: Ágora, 2012.

DESMARAIS, A. **A vía campesina**. A Globalizacao e o poder do campesinato. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 1 ed. Sao Paulo. Cultura Acadêmica; Expressao Popular (vozes do campo). 338 p. 2013

DGEEyC,; STP. **Censo de Comunidades de los Pueblos Indígenas**. Resultados Finales 2012. DGEEyC/ STP. Asunción. 137 p. 2012.

DIEGUES, A. C. R. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB, USP, 2000.

DOMINGUEZ, R. El valle y la Loma. **Cultura de la Selva**. El Lector. Asunción-Paraguay. 1995 [1975/1979].

DOUGHMAN, R. **La chipa y la soja**. La pugna gastro-política en la frontera agroexportadora del Este paraguayo. Base Is. Asunción. p. 370 p. 2011

DUMONT, R. **Democracia para África: La larga marcha del Africa negra hacia la libertad**. Editorial Bellaterra, España. 2000.

DURAN, M. La conquista del Nuevo Mundo. **La historia del Paraguay**. Abc COLOR. Fascículo N° 4. Asunción – Paraguay. 24 p.2012

DUSSEL, E. 1492: **El encubrimiento del otro**. Hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz, Bolivia: Plural Editores. 1994.

ESCOBAR, A. **Mundos y conocimientos de outro modo** - El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá, n.1, p. 51-86, 2003.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y Diferencia. Medellín: UNAULA, p. 25-66. 2014

ESCOBAR, A. **Desde abajo, por la izquierda y con la Tierra**. El pensamiento crítico latinoamericano es más vibrante que nunca. Sudamérica Rural. 8 p. 2016

ESCOBAR, A. **Desde abajo, por la izquierda y con la tierra**: La diferencia de Abya Ayala/Afro/Latino/América. 2017. pp. 43- 60. En: Regalado, J. Pensamiento crítico, cosmovisiones y epistemologías otras, para enfrentar la guerra capitalista y construir autonomía. Cátedra Interinstitucional Universidad de Guadalajara-CIESAS-Jorge Alonso. México. 278 p. 2017

ESCOBAR, N. **La Naturalezavida se cuida y se defiende**: conflictos por neoextractivismo en el oriente del departamento de Antioquia Colombia. Disertación de Maestría en Geografía. PPGG. UFPR. 192 p. 2017

ESTEVA, G. **Pensar desde el abismo**. Texto escrito para el II Seminario Internacional de reflexión y análisis: Planeta Tierra, Movimientos antisistémicos. El Rebozo, Palapa Editorial. Cideci, Unitierra, Chiapas-México, 46 p. 2012

ESTRADA, M. **Territorios en resistencia**: La Zona de Reserva Campesina del Río Cimitarra como alternativa de desarrollo. Universidad Nacional De Mar Del Plata Facultad De Humanidades Departamento De Geografía . Tesis De Licenciatura, 188 p. 2007

FÁBREGAS-PUIG, A. Bretón Solo de Zaldívar, Víctor (2012), **Toacazo. En los Andes equinocciales tras la Reforma Agraria** (reseña). Quito: FLACSO-Ecuador/Universitat de Lleida/ABYA YALA/Universidad Politécnica Salesiana. LiminaR. Estudios Sociales y Humanísticos, vol. XII, núm. 1, enero-junio, pp. 233-235 Centro de Estudios Superiores de México y Centro América San Cristóbal de las Casas, México. 2014

FABRINI, João Edmilson. **A escala da luta e resistência camponesa**. Geosul, v. 21, n. 42, p. 63-91, 2006.

FAJARDO, D. **Colombia: reforma agraria en la solución de conflictos armados en: América latina hoy**, dic vol 23.Universidad de salamanca. España. pp. 45-59. 1999

FAJARDO, D. **La experiencia de las Zonas de Reserva Campesina** C. Universidad Nacional de Colombia, Sede Bogotá Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. Instituto Colombiano de Desarrollo Rural - Incoder. *Primera* edición. 19 p. 2000

FAJARDO, D. **Para sembrar paz hay que aflojar la tierra**. Instituto de Estudios Ambientales-IDEA. Universidad Nacional de Colombia. 2002.

FALS BORDA, O. **Accion y espacio autonomías en la nueva republica**. Tercer mundo editores. Universidad Nacional de Colombia. 2000.

FANON, F. **Los condenados de la tierra**. Fondo de Cultura Económica. Madrid- España. 319 p. 1961

FAO. **Barómetro mundial de la equidad en la tenencia de la tierra**. 78 p. 2009

FCC (Fundação Catarinense de Cultura). **Guerra do Contestado. 100 años de memorias y narrativas.** Material informativo. p. 2014

FEDERECI, S. **Calibán y la Bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria.** Traducción: Verónica Hendel y Leopoldo Sebastián Touza. Colección Historia. Traficantes de Sueños. Madrid.368 p. 2010

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil in Debates Movimientos sociales: Argentina, Bolivia, Brasil, México y Paraguay.**Revista OSAL** Ano IX Nº 24. pp. 73- 85. 2008

FERNANDES, B. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima (Org.). Uma Geografia em Movimento. São Paulo: Expressão Popular, p. 505-560, 2010.

FERNANDES, B. Acampamento. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, p. 23-27. 2012

FERNANDES, B. Questãa Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial, pp. 173-260. En: **A questão agraria no Brasil.** O debate na década de 2000. Tomo 7. Expressão Popular. 283 p. 2013

FERNANDEZ, J. Los bonos soberanos. **Ha che reta Paraguay wordpress.** Consultado: 20-08-2016. Disponible en: <https://vivapy.wordpress.com/>

FERRAN I; ROCA, A. Raíces: ¿Por qué la historia es un conocimiento vital en el África del siglo XXI? En: Santamaría, A. &Echart ,E (coords) 2006, **África en el horizonte. Introducción a la realidad socioeconómica del África subsahariana,** Madrid, Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación / Ediciones La Catarata, pp. 20-54. 2006

FLÁVIO, L; SAQUET, M. Elementos de reflexão para fundamentar a pesquisa em geografia centrados na relação tempo-espaco-território. **Revista Formação,** n.15 volume2 pp.67-77. 2007.

FLECHA, V.J. **La Tenencia de la tierra en Paraguay.** 2014. 5 p. Consultado: 20-06-2015 Disponible:<http://www.jacintoflecha.com/articulos/la-tenencia-de-la-tierra-en-el-paraguay/>

FNC. Federación Nacional Campesina. www.fnc.org.py. Consultado en diciembre de 2015 y julio de 2016.

FNC. Federación Nacional Campesina. **Programa de la Federación Nacional Campesina.** Por la Reforma Agraria y la Producción Nacional. XXIV Marca Campesina. Sin Reforma Agraria no habrá Paz. 28 y 29 de marzo de 2017. Asunción. Paraguay. 31 p.

FOGEL, R y RIQUELME. **Enclave Sojero, merma de soberanía y pobreza.** CERI. Asunción- Paraguay. 260 p. 2005.

FOGEL, R. **Contribuciones campesinas a la construcción del Estado Nación.** Comisión Nacional de Celebración del Bicentenario de la Independencia Nacional Paraguay en la visión de dos siglos (1811-2011). Capítulo XII – Grupos sociales y étnicos. Asunción- Paraguay. pp: 542-566. 2013 [2010].

FOGEL, R. Efectos socioambientales del enclave sojero (pp. 35-100) En: **Enclave Sojero, merma de soberanía y pobreza.** Asunción: CERI. 260 p. 2005.

FOGEL, R. El impacto de los modos de producción en la configuración territorial en la posguerra En: Secretaria de Cultura, **Más allá de la Guerra: Memoria, Reflexión y Cultura de la Paz.** Por los 150 años de la Guerra Grande. Asunción – Paraguay. pp. 32-40. 2016

FOGEL, R. **Las luchas campesinas: tierra y condiciones de producción.** CIPAE, CERI, Asunción, 248 p. 2001

FOGEL, R. **Las Tierras de Ñacunday, Marina Kue y otras calamidades,** Asunción, Servi Libro. 232 p. 2013

FOGEL, R. **Luchas campesinas, tierra y condiciones de producción.** Asunción- Paraguay: CIPAE/ CERI 248 p. 2001. Visto 14-05- 2015. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Paraguay/ceri/20121128051657/fogel3.pdf>

FOGEL, Ramón. El Movimiento de los Carperos. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 5, p. 11-30, abr./out. 2012.

FOGEL, Ramón. **Las tierras de Ñacunday, Marina Kue y otras calamidades.** Asunción: CERI, 2013.

FORNILLO, B. **¿Existe una reforma agraria en la Bolivia del Movimiento al Socialismo?** FLACSO- Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales-Sede Académica de Ecuador. Íconos. Revista de Ciencias Sociales. Num. 42, Quito, enero. pp. 153-166. 2012

FOSTER, G. La comunidad rural: el mundo tradicional. En: **Las culturas tradicionales y los cambios técnicos**. Fondo de Cultura Económica, México, pp. 39-56. 1989 [1962].

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P. & DREYFUS, H. Orgs. Michel Foucault: **Uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRAGA, N. C. Território e Silêncio a bandeira, a guerra e o povo invisível. En: Fraga, N. C. (Org.). **Territórios e Fronteiras: (re)arranjos e perspectivas**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, pp. 69-86. 2011

FRAGOSO, A. **Historia da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Volumen 1. Biblioteca de Exército Editora. Rio de Janeiro. 454 p. 2009

FRASER, N. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de Campo. São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FRASER, N. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, 70: 131-138, 2007.

FRASER, N. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado**. Lua Nova, 77: 11-39, 2009.

FRASER, N. **Tras la morada oculta de Marx. Por una concepción ampliada del capitalismo**. New Left Review 86. Segunda Época, Instituto de Altos Estudios Nacionales de Ecuador–IAEN, Mayo - Junio, pp 55-76. 2014

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de Campo. São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FUKUYAMA, F. **El fin de la historia y el último hombre**. Planeta. México. 472 p. 1992

GALEANO, D. **Año nuevo guarani** – primera luna llena – el solsticio de invierno.
<https://dgaleanolivera.wordpress.com/2016/06/20/ano-nuevo-guarani-primera-luna-llena-el-solsticio-de-invierno/>. Consultado: agosto de 2016.

GALEANO, E. **Las venas abiertas de América Latina**. Siglo XXI. 379 p. 2003 [1970].

GALEANO, E. **Memoria del fuego II**. Las caras y las máscaras. Siglo veintiuno editores, sa.México, DF. 270 p.1984

GAMARRA DOLDÁN, P. **La Demografía Paraguay**. Su impacto en la Historia Nacional. SERVILIBRO. Asunción- Paraguay. 2014. 84 p. 2014

GARCÍA MIRÓ, J. **La creación del IPTA y los desafíos de una nueva institucionalidad**: alcances y limitaciones de las políticas públicas para la investigación agraria en el Paraguay. Disertación de Maestría en Políticas Públicas. PPPP - UFPR, 143 p. 2017

GARZA, J. Honduras: Reforma Agraria. pp. 31-41. En: Ortega, G., Palau, T., **Reformas Agrarias en América Latina**. Memoria del Seminario Internacional. Noviembre 2008. Asunción – Paraguay. BASE IS –CLACSO. 223 p. 2008

GIARRACCA, N. **Paradigmas de los estudios rurales, opción decolonial y constelaciones semánticas**. Instituto de Investigaciones Gino Germani. CLACSO. Buenos Aires, Argentina. 11 p. 2010

GOETZ, K. **Paraguay un país cada vez más urbano** (mapa) 2014. Consultado: 24-03-2016. Disponible <http://www.paraguay.com/nacionales/paraguay-un-pais-cada-vez-mas-urbano-118533>

GONZALEZ CASSANOVA, P. **Sociología de la Explotación**. Siglo XXI. México. 240 p. 1969

GRAS; HERNÁNDEZ. El Agro como negocio. **Producción, Sociedad y territorios en la globalización**. Buenos Aires- Argentina. Editorial Biblos. 2013

GROSGUÉL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. S. & MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez. 2010.

GUERRERO, A. **Haciendas, capital y lucha de clases andina**: disolución de la hacienda serrana y lucha política en los años 1960-64. Quito: Editorial El Conejo.1983

GUERRERO, A. **La hacienda precapitalista y la clase terrateniente en América Latina y su inserción en modo de producción capitalista: el caso ecuatoriano**. Quito: Escuela de Sociología de la Universidad Central. 1975.

GUIMARÃES, A. Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1968.
Em: **O regime econômico colonial: feudalismo ou capitalismo?** Capítulo II 4ta. edição, Expressão Popular. pp. 21-40. 1997

GUNDER FRANK, A. **El desarrollo del subdesarrollo.** El nuevo rostro del capitalismo. Monthly Review Selecciones en Castellano, Nro. 4, pp. 144-157. 1966

GUTIERREZ, R. **Horizontes comunitario- populares. Producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas.** Traficantes de Sueños. Madrid- Esapaña. 155 p. 2017

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios multiterritorialidade.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 10ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo.** Traficantes de sueños. Madrid- España. 294 p. 2000

HERNANDO, A. (ed). **Mujeres, hombres, poder.** Subjetividades en conflictos. Traficantes de Sueños, Madrid, 181 p. 2015

HERRERA, M. **Felices los pacientes? La lucha por la tierra en el Ecuador.** Análisis de la Ley de Tierras y Territorios. El Telégrafo. 2017

HERRERA, S. **Movimiento indígena campesino y vías dedemocratización en el Ecuador:** Los ríos y Chimborazo. Old and New Worlds: the Global Challenges of Rural History, International Conference, Lisbon, ISCTE-IUL, 27-30 January. 19 p. 2016

HETHERINGTON, K. La contrarreforma agraria en Paraguay en Guillermo Almeyra; Luciano Concheiro Bórquez; João MarcioMendes Pereira y Carlos Walter Porto-Gonçalves (coords.), **Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012), Vol. I.** UAM/CLACSO/Ediciones Continente; México, D.F.; pp. 173-210. 2014

HIDALGO, A. et. al. Ensayo interpretativo: El pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay, pp. 23- 73. En: HIDALGO, A. et. at. editores. **Sumak Kawsay Yuyay Antología del Pensamiento Indigenista Ecuatoriano sobre Sumak Kawsay**, FIUCUHU, CIM, PYDLOS, Huelva y Cuenca, 367 p. 2014

IBAÑEZ, A.; QUERUBÍN, P. **Acceso a tierras y desplazamiento forzado en Colombia**. Documento CEDE Universidad de los Andes. Colombia. 2004.

INDERT. **Tierras entregadas en Reforma Agraria del Paraguay**. Gerencia de Políticas y Planificación. 2007

INSTITUTO AGROECOLÓGICO LATINOAMERICANO. **Educación para la transformación social**: MCNOC. Asunción: IALA GUARANÍ, 2017.

JACINTO, R. **Calcanhar do mundo: Da Geografia das Ausências à Geografia da Esperança**. Praça Velha– Revista Cultural da Cidade da Guarda, Ano XVII , N.º35 1ª Série, Guarda- Portugal, novembro. pp. 243- 260. 2015

KAY, C. ¿El fin de la reforma Agraria en América Latina? El legado de la reforma agraria y el asunto no resuelto de la tierra. En: **Revista mexicana de sociología** Vol 60 No 4 pp 61-98. 1998

KAY, C. Enfoques sobre el Desarrollo Rural en América Latina y Europa desde Mediados del Siglo XX”, PÉREZ, E. [Ed.] En: **La Enseñanza del Desarrollo Rural**: Enfoques y Perspectivas. Universidad Javeriana, Bogotá, pp. 49-111. 2007

KAY, C. Reforma Agraria, Industrialización y Desarrollo: Porqué Asia Oriental superó a América Latina? En: **Debate Agrario** N° 34. pp. 45- 94. 2009

KAY, C. **“La tierra para quien la trabaja”** Propuesta metodológica para la evaluación y tipologías de las RAs en América Latina. (apuntes) UdL. Lleida. 2010.

KLEINPENNING, J. Paraguay Rural 1870 – 1963. **Una geografía del progreso, el pillaje y la pobreza**. Editorial Tiempo de Historia, Asunción. 629 p. 2014

LACLAU, E. **Feudalismo y Capitalismo en América Latina**. ANAGRAMA. Barcelona-Catalunya. pp. 43- 90. 1973

LADEIRA, M. **Espaço Geográfico Guarani- Mbya**. Significado, Constituiçãoe Uso. Maringá, PR: Eduem; Sao Paulo: Edusp. 228 p. 2008

LAFORGE, M. **La lucha por la tierra en el Ecuador y los límites de la Revolución Ciudadana**. Sistema de Investigación de la Problemática Agraria del Ecuador, 9 p. 2017

LATOUCHE, S. **La otra África**: Autogestión y apañío frente al mercado global. Madrid: Alban Michel Editores. 2007.

LEITE, S. Seis comentarios sobre seis equívocos a respeito da reforma agraria no Brasil. Revista NERA, ano 8, n9, dez 2006. São Paulo. Pp. 103- 126. En: STEDILE, J. **A questão agraria no Brasil**. Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. Tomo 8. Expressão Popular. 240 p. 2013

LEON, I. **Sumak Kawsay/Buen Vivir y cambios civilizatorios**, 2da Ed. FEDAEPS, Quito, p. 143-153. 2010

LIMA, E. A emergência dos novos (outros) sujeitos históricos. pp. 301- 340. En: LIMA, E. **Encruzilhadas Geográficas**. Consequência. 390 p. 2014

LITAIFF, A. **As divinas palavras**. Identidade étnica dos Guarani- Mbyá. Florianópolis: EdUFSC, 159 p. 1996.

LÓPEZ, C. Uribismo Rural un modelo perverso. Documento del Partido liberal. pp 4-38. 2009

LUNA VARGAS, A. **Perú: Reformas Agrarias en América Latina**. pp. 43-54, En: ORTEGA, G., PALAU, T., **Reformas Agrarias en América Latina**. Memoria del Seminario Internacional. Noviembre. Asunción – Paraguay. BASE IS –CLACSO. 223 P. 2008

MACAS, L. El SumakKawsay. En: HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis et al. (ed.). **Antología del Pensamiento Indigenista Ecuatoriano sobre SumakKawsay**. Huelva y Cuenca: CIM y PYDLOS, p. 179-192. 2010

MACAS, L. Sumak Kawsay. **La vida en plenitud, América Latina en Movimiento**. Sumak Kawsay: Recuperar el sentido de la vida, 452, pp. 14-16. 2010. Disponible en línea en: <http://alainet.org/publica/452.html>. (Consultado: 18/12/2017).

MACHADO, H. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca. A Natureza americana e a ordem colonial. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO,

Jorge. **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 444-468. 2016

MALDONADO, L. **El Sumak Kawsay / Buen Vivir / Vivir Bien**. La experiencia de la República del Ecuador, Lección del módulo “El paradigma del Buen Vivir” del Programa de Tele-educación “Construyendo un nuevo Estado” de la Escuela de Gestión Pública Plurinacional del Ministerio de Educación de Bolivia. 2010. Disponible en línea en: <http://www.egpp.gob.bo/files/materiales/Mod4Curso3TranscripMaldonado.pdf>. Consultado: 18/12/2017.

MALDONADO-TORRES, N. **Against War**. Durham/London: Duke University Press. 2006

MALDONADO-TORRES, N. **La descolonización y el giro des-colonial**. Tabula Rasa, 9: 61-79, 2008.

MARÉS, C. (coord). **Os Avá Guaraní no Oeste do Paraná**. (RE) existencia en *Tekoha* Guasu Guavira. Letra da Lei. Curitiba. 432 p. 2016

MARÉS, C. A transformação da terra em Propriedade. En: MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, p. 17-79. 2003

MARIÁTEGUI, J. C. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Era. 12º reimpresión. México. 342 p. 1928

MARINI, R. **Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora**. ANAGRAMA. Barcelona- Catalunya. pp. 91-135. 1973

MARTÍNEZ VALLE, L. **Territorios campesinos y reforma agraria: el caso de las cooperativas indígenas de la sierra ecuatoriana**. Mundo Agrario, vol. 17, nº 35, e019, agosto 2016. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Centro de Historia Argentina y Americana. pp. 8-31. 2016

MATA, M; MARTÍNEZ, J. **Análisis del movimiento social: Organizaciones campesinas, indígenas y trabajadores/as del campo** El Salvador, 102 p. 2009

MEDINA C. **FARC-EP y ELN. Una historia política comparada (1958-2006)**. Trabajo de grado presentado para optar por el título de Doctor en Historia. Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas- Departamento de Historia, Bogotá- Colombia. 2010.

MEDINA, J. **El encuentro de occidente con la indianidad guaraní.** pp. 43-98. En: Ñande Reko. La comprensión guaraní de la Vida Buena. Editorial Quatro Hnos. La Paz. 208 p. 2008

MEDINA, R. Paraguay: Reforma Agraria. Lucha por la Tierra (OLT). pp. 127-132 En: Ortega, G., Palau, T., **Reformas Agrarias en América Latina.** Memoria del Seminario Internacional. Noviembre. Asunción – Paraguay. BASE IS –CLACSO. 223 p. 2008

MELIÀ. B. La Tierra Sin Mal de los Guaraní. Economía y profecía, **Suplemento Antropológico 22**, Asunción Paraguay., pp. 81-97. 1987

MELIÀ, B. **A experiência religiosa dos guaraní.** En: O rosto índio de Deus. São Paulo. Editora Vozes. 1989

MELIÀ. B. El encubrimiento de América, **Razón y Fe** 1.108, Madrid, febrero. pp. 159-167. 1991

MELIÀ. B. **Una nación, dos culturas.** Asunción, 131 p. 1992

MELIÀ, B. **El Paraguay inventado.** Centro de estudios paraguayos “Antonio Guasch” Distribuidora Montoya S.J. Asunción del Paraguay. p. 134 p. 1997

MELIÀ. B. El guaraní que nos hablamos. La cuestión del bilingüismo. En: Caballero, J; Céspedes, R. (compiladores) **Realidad social del Paraguay.** CIDSEP. Asunción, 488 p. 1999

MELIÀ, B. La comprensión guaraní de la Vida Buena. La Tierra Sin Mal y Ñande Reko. pp. 99- 136 En: **Ñande Reko.** La comprensión guaraní de la Vida Buena. Editorial Quatro Hnos. La Paz. 2008. 208 p.

MELIÀ, B. Guaraní Retã. **Los pueblos Guaraníes en las fronteras Argentina, Brasil y Paraguay.** UNAM, ENDEPA; CTI, CIMI, ISA, UFGD; CEPAG, CONAPI, SAI, GAT, SPSAJ, CAPI. 27 p. 2008b

MELIÀ, B. El buen vivir se aprende. **Sinéctica 45**, Revista electrónica de Educación. Universidad de Guadalajara. Junio de 2015. 12 p. Disponible en: www.sinectica.iteso.mx Visto en 4-08-2016.

MELIÀ, B. **Los derechos territoriales indígenas**. Conferencia durante el Primer Congreso Paraguayo de Ciencias Sociales. Asunción, 11-13 de julio de 2017.

MELUCCI, A. **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENA, M. C. **Los colonos. Sevilla y las Flotas de Indias**. La Gran Armada de Castilla del Oro (1513-1514). Universidad de Sevilla. Fundación El Monte. pp. 77-84. 1998

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. **O agrohidronegócio no cerrado goiano: a construção das (re)existências**. In: Encontro Latinoamericano Ciências Sociais y Represas, 1 E Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens, 2. Anais. Salvador, 2007.

MENEZES, M.; MALAGODI, E. **Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência**. versão preliminar da UFRGS. 24 p. 2015

MERLET, M. **Honduras: Fragilidad y límites de las reformas agrarias**. Institut de Recherche et d'Applications des Méthodes de Développement (IRAM), Réseau Agriculture Paysanne et Modernisation (APM), Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme (FPH). 7 p. 2002

MERLET, M. **Reformas Agrarias, Mercados de Tierra y Organizaciones Campesinas en Nicaragua y Honduras: Fracasos y Retos**. Institut de Recherche et d'Applications des Méthodes de Développement (IRAM). pp. 107-126. 2003

MIGNOLO, W. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas o la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. In: **Estudios - revista de investigaciones literarias**, nº 11. Caracas: Universidad Simón Bolívar. p. 11-32. 1998

MIGNOLO, W. **Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura – um manifesto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Eds.). **El giro descolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007a.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona. GEDISA. 2007. 241 p. 2007b

MINGA INFORMATIVA DE MOVIMIENTOS SOCIALES. **Esta noche comienza la reforma agraria en Honduras**. Vía campesina. 2006.

MIRÓ, M. **La alimentación y religiosidad paraguaya**. Chipa- Pan Sagrado. Servilibro. Asunción. 125 p. 2001

MIRÓ, M. **Karu Reko**. Antropoogía culinaria paraguaya. Servilibro. Asunción. 318 p. 2004

MIRÓ, M. Patrimonio cultural intangible compartido en el contexto de la región guaraníca. En: **Cartografía de la Memoria. Cultura oral y popular de Nuestra América**. Foz de Iguaçu. 49 p. 2005

MIRÓ, M. **Mboriahu jekuaa versus Soberanía Alimentaria**. En: SINGA- Simposio Internacional de Geografía Agraria. Curitiba. 17 p. 2017

MONTENEGRO GÓMEZ, J. **Desenvolvimento em (Des) Construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese de Doutorado em Geografia. UNESP, Presidente Prudente, 439 p. 2006.

MORALES, M. **La agroecología en Nicaragua: el avance de la plataforma Maonic**. Alianza por al Agroecología. Brasília, 5-6 de mayo. 2 p. 2017

MORERIRA, R. **A Formação espacial brasileira**. Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Consequência. Rio de Janeiro. 319 p. 2014

MORÍNIGO, J. **Auge de la producción rural y crisis campesina**. Asunción- Paraguay. FONDEC. 2009.

MORÍNIGO, J. La matriz histórica del problema de la tierra en la sociedad paraguaya. **Revista NOVAPILIS N°10**. ParaguayGlobal.com, Gabinete de Estudios de Opinión – GEO. Agosto / Diciembre. pp. 4- 12. 2005

MRT (Movimiento Regional por la Tierra). **Memória Encontro Brasil. 2016**. Compartilhando Experiências. Construindo novos horizontes. IV Encontro Nacional pela Terra e o Território 14, 15, 16 e 17 de setembro. Vale do rio Guapiaçu, Brasil. 45 p. 2016

MST. **Secretaria Nacional do MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. MST: Lutas e Conquistas. São Paulo-SP. 2a ed. 2010.

MST. **Programa Agrario del MST**- Secretaria Nacional del MST. Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. MST. (edición en español) São Paulo-SP. 52 p. 2014

NARDULLI, J. **La experiencia educativa de las Ligas Agrarias Cristianas del Paraguay**. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán. 2007.

NAVAS, M. **Los nuevos movimientos sociales y el movimiento de mujeres en El Salvador**. Realidad. Revista Ruralidad Nro 113 Julio-Septiembre. Publicación de Universidad Católica Centroamericana -UCA. –Universidad de El Salvador UES. pp. 363- 375, 2007

NAVAS, M., GUILLÉN, M. El Salvador: La situación del agro en El Salvador y las mujeres rurales. pp. 27-30, En: Ortega, G., Palau, T., **Reformas Agrarias en América Latina**. Memoria del Seminario Internacional. Noviembre. Asunción – Paraguay. BASE IS – CLACSO. 223 p. 2008

NERI, B. El periodismo de Guerra (Triple Alianza). **Colección 150 años de la Guerra Grande No 9**. El Lector. Asunción, 2013, 127 p. 2013.

NUM, M. **Reforma Agraria y la Reconstrucción Estatal de Bolivia**. Hankuk University of foreign studies Research Fund. RURIS. Volumem 6, Número 2. Setembro. pp. 211-237. 2012

OLIVEIRA, A. O campo brasileiro no final dos anos 1980. Revista de Geografia. AGB, 1989. pp. 55- 80. En: STEDILE, J. **A questão agraria no Brasil**. O debate na década de 1990. Tomo 6. Expressão Popular. 384 p. 2013

OLIVEIRA, C. **As Políticas migratórias dos Governos Brasileiro e Paraguaio**- Marcha para Oeste e a Marcha del Este (disertación de Maestría). PPGG. UFPR. Curitiba, 104 p. 2013

OLIVEIRA, M. **As políticas públicas em educação do campo entre a subordinação e a autonomia**: o Projovem campo - saberes da terra e sua implantação na Paraíba no contexto da questão agrária. Tese de Doutorado em Geografia, PPGG. UFPR, 374 p. 2015.

ONAI. Pueblos indígenas: perspectiva étnica de la Reforma Agraria, pp. 145-150. En: ORTEGA, G; PALAU, T. **Reformas Agrarias en América Latina**. Memoria del Seminario Internacional. BASE IS- CLASCO, Asunción. 223 p. 2008

ORDÓÑEZ, F. **Movimientos Socioterritoriales En Colombia: Marco Teórico Y Contextual Para El Análisis De Las Zonas De Reserva Campesina**. Universidad Nacional de Colombia Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos, ILSA. Instituto de Investigaciones Gino Germani VII Jornadas de Jóvenes Investigadores. 20 p. 2013

ORTEGA, G. **Mapeamiento del Extractivismo**. BASE IS. Fundación Rosa Luxemburgo. Asunción. 76 p. 2016.

ORTEGA, G.; PALAU, T. (compiladores). **Reformas Agrarias en América Latina**. Memoria Del Seminario Internacional. 03-05 de noviembre . Base Is. Asunción Paraguay. 223-225 p. 2008

ORTIZ, G. **25 años del levantamiento indígena. Ideas, Plan V**, Quito, 2015, 5 p. Disponible en: <http://www.planv.com.ec/ideas/ideas/25-anos-del-levantamiento-indigena> Consultado (18/12/2017)

ORTIZ, L. Desigualdad social y crisis institucional en Paraguay. En: **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos** NOVAPOLIS N°. 5, p. 115-129, abr./out. 2012.

ORTIZ, L. **Sociedad y Estado. Sociología política de la democratización**. FONDEC. Asunción. Paraguay. 208 p. 2014

OTTER, T. Ganar el camino de salida de la pobreza. En: **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos** NOVAPILIS N°4. ParaguayGlobal.com, Gabinete de Estudios de Opinión – GEO. ABRIL-OCTUBRE. pp. 105- 122. 2009

PACARI, N. **Sumak Kawsay para que tengamos vida**, (video conferencia impartida en las Jornadas de Misiones Diocesanas), Bilbao, 12 y 13/03/2013. Disponible en línea en: <http://new.livestream.com/accounts/1713779/events/1942929>. (Consultado: 18/12/2017).

PALAU, T. El **Movimiento campesino en Paraguay**: conflictos, planteamientos y desafíos. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PALAU, T. Entrevista sobre conflictos, planteamientos y desafíos de la Reforma Agraria en Paraguay. **Boletín BASE IS**. Asunción, Paraguay. 2008.

PALAU, T. **Es lógico que una sociedad agredida se defienda**. Recopilación de artículos 2008-2011. BASE IS, Asunción, 361 p. 2012

PALAU, M. (coord.) **Criminalización a la lucha campesina**. Base IS. Asunción, 131 p. 2012b

PALAU, M. **Movimiento popular y democracia**. Fundación Rosa Luxemburgo. BASE-IS, Asunción, 179 p. 2014

PASTORE, C. **La lucha por la tierra en el Paraguay**. Montevideo: Uruguay. Antequera, 526 p. 1972

PATEL, S. **Journey to the East: Pilgrimage, Politics and Gender in Postclassic Mexico**. Inédito. Universidad de California, Riverside. 2012.

PEDEMONTE, A. **Augusto Roa Bastos: El Trueno entre las Hojas**. 2008. Consultado en: 22-09-2016. Disponible en: <https://aquileana.wordpress.com/>.

PEREIRA, H. EPP y ACA, ¿Rótulos paramilitares? Una mirada no “asuncéntrica” sobre las reales posibilidades del desarrollo de la guerra de guerrillas en Concepción. En: ¿«**Nuevos Rumbos» para el Paraguay?**. NovaPolis. Revista de Estudios Políticos Contemporáneos. Edición No.7 - Abril-Octubre. pp. 129-164. 2014

PEREIRA, L. **A Presença Brasileira e Argentina na Aquisição de Terras no Paraguai: Impactos e Resistências** (Relatório Científico Final). UNESP. FAPESP. 441 p. 2017

PEREIRA, M. **Ciudadanía de papel. Derechos Humanos en comunidades campesinas**. Base Is. AECID. Observatorio DESC. Asunción, 121 p. 2015

PEREZ OROZCO, A. **Subversión feminista de la economía**. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Colección Mapas. Taficantes de Sueños. Madrid. 2014. 308 p. 2014

PINHEIRO, S. **O agronegócio transformou-se em algo que não é mais agricultura**. (entrevista MST 09- ene- 2018). Disponible en: <http://www.mst.org.br/2018/01/09/sebastiao-pinheiro-o-agronegocio-transformou-se-em-algo-que-nao-e-mais-agricultura.html>
Consultado: 17 –ene 2018.

PIÑÁNEZ, C; CABALLERO, R. **Un canto de libertad**. Entrevistas de promoción de la obra teatral “El mensú” por Marisol Palacios. 2013. Publicado por abc Color, fecha 03-11-2013. Disponible en: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/suplementos/abc-revista/un-canto-de-libertad-634401.html>.

PLAMONDON, O. **Changing social relations of production in Uraba**: Social forces and the colombian form of state. Centre d'études sur l'intégration et la mondialisation Institut d'études internationales de Montréal Université du Québec à Montréal. 54pp. 2008

POPYGUA, V. **Mesa de debate Extractivismo e Natureza na América Latina**. En: I Seminario Internacional de Direito Socioambiental. Grupo de pesquisa Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemónica (PPGD/PUCPR). Curitiba- Brasi. 16-18 de noviembre de 2016.

PORTO GONÇALVES, A **Geograficidade do Social**: uma contribuição para o debate metodológico, para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. Seminario Internacional “Conflicto Social, Militarización, y Democracia en América Latina- nuevos problemas- nuevos desafíos para estudios sobre conflicto y paz en la región”. CLACSO. Bs As. 22 p. 2002

PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia**, Amazônia. São Paulo, Contexto, 2001.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. En: SADER, E.; CECENIA, A.E.(org). La Guerra Infinita-Hegeminia y Terror Mundial. CLACSO. Buenos Aires. 2002.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Entrevista A luta pela Reforma Agrária no Brasil** acaba sendo uma luta anti-capitalista, uma luta que confronta o capital, 14 set. 2009. Disponible en: <http://cptalagoas.blogspot.com.br/2009/09/entrevista-prof-carlos-walter-porto.html>. Acceso en: 14-01-2018

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Journal of WorldSystem Research. Universidad de Santa Cruz, California. Estados Unidos. 2000

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In LANDER, Edgardo (Comp.) **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciências sociales: Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 246 p. 2000b..

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. In: **Novos Rumos**. Ano 17, n37, 2002.

QUIJANO, A. El laberinto de América Latina. ¿Hay otras salidas? pp. 15-30. En **OSAL – Revista do Observatório Social de América Latina**. CLACSO- Buenos Aires, N°13. 2004.

QUIJANO, A. **Bien Vivir: entre el desarrollo y la des/colonialidad del poder**, Ecuador Debate. Acerca del Buen Vivir, 84. pp. 77-88. 2011

QUIROGA, H. “Los mensú”, “Los desterrados”, “Un Peon”. **Todos los cuentos**. Coord. Napoleón Baccino Ponce de León y Jorge Lafforgue. Madrid: ALLCA – Fondo de Cultura Económica, 1996.

RAFFESTIN, C. Immagini e identità territorial. In: DEMATTEIS, G.; FERLAINO, F. **Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: IRES, 2003.

RAMIREZ, D. **Paraguay: entre la Tierra Sin Mal y los malditos terratenientes**.

Publicado: 15-12-2013. Consultado: 20-10-2015. Disponible en:

<http://www.sinpermiso.info/textos/paraguay-entre-la-tierra-sin-mal-y-los-malditos-terratenientes>

RANGEL, I. A **Questão Agrária Brasileira 1957-1986**. En: **Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil**. Universidade UFRGS. Porto Alegre, 35 p. 2000

RECLUS, E. Paraguay. Traducción de capítulo por Ramón de Olascoaga, prólogo, traducción y notas de **La nueva Geografía Universal**. De Eliseo Reclus. A. de Uribe y C. Editora. Asunción- Paraguay. 155 p. 1896

REINAGA, F. **América india y occidente**. Ediciones PIB, Partido Indio de Bolivia, La Paz-Bolivia. 299 p. 1974

RENGGER, J; LONGCHAMP, M. **El Dictador Francia**. Colección Independencia Nacional. Editora Intercontinental. Asunción. 110 p. 2011.

RIBEIRO, V. A Reforma Agrária Peruana: **Uma Experiência Radical sob controle Militar** (1962-1993). Estudios Rurales N° 4, primer semestre. pp. 126-145. 2013

RIBEIRO, V. Da Reforma Agrária à Questão Ambiental: movimentos camponeses no Peru (1947-2009). Revista Convergência Crítica, n. 4, **Dossiê Questão Agrária**. pp. 40-58. 2014

RIBEIRO, V. **De la lucha por la tierra a la protección de la Pachamama**: los caminos de la Confederación Campesina del Perú (1947-2016). Polis, Revista Latinoamericana, N° 47, p. 165-185. 2017.

RIQUELME, Q. Los principales actores sociales. En: **Los sin tierra en Paraguay**. RIQUELME, Q. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Becas CLASO/ASDI. 214 -216 p. 2003. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/riquelme/cap4.rtf>

RIVAROLA, D. **Apuntes para el estudio de la familia**. Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos. Asunción Paraguay. 37 p. 1971

ROA BASTOS, A. **El Trueno entre las Hojas**. Sao Paulo. Bruguera. 1981 [1953].

ROCHA, O; MONTENEGRO J. **Narrativas cartográficas contemporâneas nos enredos da colonialidade do poder**. 2015. 209 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná. 2015.

ROIG, A. **Teoría y crítica del pensamiento latinoamericano**. Fondo de Cultura Económica, México. 314 p. 1981

ROJAS, C. **Un Viejo Mensú de los Yerbales y el 1 de Mayo**. 2015. Consultado: 1-05-2016. Disponible: <http://www.elindependiente.com.py/ciencias-sociales/un-viejo-mensu-de-los-yerbales-y-el-1-de-mayo/>.

ROJAS L. **Actores del agronegocio en Paraguay**, Asunción, Base Is. 2009.

ROJAS, L. **Tras la tierra. Demandas, Políticas Públicas y Legislación en Paraguay**. BASE IS, ICCO Cooperación, Movimiento Regional por la Tierra. Asunción. 79, p. 2014

ROJAS, L. **La Metamorfosis del Paraguay**. Del esplendor inicial a su traumática descomposición. BASE IS, Fundación Rosa Luxemburgo, Asunción, 137 p. 2014b

ROJAS, L. **Tereré Jeré**. Alternativas a la sociedad paraguaya actual. BASE IS. Fundación Rosa Luxemburgo. Asunción Paraguay. 90 p. 2015

ROJAS, L. **Campesino rape**. Apuntes Teóricos e históricos sobre el campesinado y la tierra en Paraguay. BASE IS, MISEREOR, Asunción, 115 p. 2016

ROJAS, L.; PALAU, M. **Extranjerización del territorio paraguayo**. BASE IS. Asunción. 30 p. 2011.

ROSSET, P. Nicaragua: **La Agroecología pilar fundamental de la Soberanía Alimentaria**. CLOC- Via Campesina. 3p. 2011

ROUGEMONT, L.; MONTENEGRO, J. **O território entre os conflitos, as resistências e a autonomia**: Uma aproximação a partir dos povos e comunidades tradicionais. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. AGB. Porto Alegre. RS: Brasil. 8 p. 2010

ROUX, R. **El príncipe mexicano. Subalternidad, historia y Estado**, ERA, México, 2005.

SANTOS, B. **Crítica de la razón indolente**. Contra el desperdicio de la experiencia. Bilbao. Desclee de Bouver. 481 p. 2003

SANTOS, B. **De la mano de Alicia. Lo social y lo político en la posmodernidad**, Uniandes / Siglo del Hombre, Santafe de Bogotá, 1998.

SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de (Org.). **Conhecimento Prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências. 2. ed. São Paulo: Cortez, pp. 237-280. 2006.

SANTOS, B. Y MENESES, M. (eds.) **Epistemologías del Sur (perspectivas)**. Madrid: Editorial AKAL. 544 p. 2014

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAUER, S. **Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI**. Universidade de Brasília. pp. 167-187. En: STEDILE, J. A questão agrária no Brasil. Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. Tomo 8. Expressão Popular. 240 p. 2013

SCHADEN E. **Aspeitos fundamentais da cultura Guarani**. 3 ed. Sao Paulo- Brasil: EDUSP. 190 p. 1974

SCHULTZ, T. El problema y su planteamiento y Atributos de la agricultura tradicional, capítulos 1 y 2 En: Aguilar. **Modernización de la agricultura**. Madrid- España, pp.3-31. 1967

SCOTT, J. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Discursos ocultos. México: Ediciones Era. 2000.

SCOTT, J. **The Moral Economy of the Peasant**: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia, Yale University Press, New Haven, Conn. 1976.

SEOANE, J. Neoliberalismo y ofensiva extractivista Actualidad de la acumulación por despojo, desafíos de Nuestra América. **Theomai** 26, Argentina, p. 1-27, 2012.

SILVA, N; JAHN, E. **Brasil: Reforma Agrarias na América Latina** pp. 77-86, En: Ortega, G., Palau, T., Reformas Agrarias en América Latina. Memoria del Seminario Internacional. Noviembre. Asunción – Paraguay. BASE IS –CLACSO. 223 p. 2008

SIMÕES, W. **Territorialidades da juventude faxinalense**: entre a produção de invisibilidades, a precarização dos territórios de vida e os desafios da construção de um bem viver (Tesis). UFPR. Programa de Posgraduación en Geografía. Doctorado. Curitiba, 306 p. 2015.

SOLÁ PÉREZ, M. **R-Existências dos Camponeses/as do que hoje É Suape**: Justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. 253 p. 2016.

SOLORZANO, J. Nicaragua: **Reforma Agraria Sandinista**. pp. 71-75. En: Ortega, G., Palau, T., Reformas Agrarias en América Latina. Memoria del Seminario Internacional. Noviembre. Asunción – Paraguay. BASE IS –CLACSO. 223 p. 2008

SOUCHAUD, S. **A visão do Paraguai no Brasil**. Contexto Internacional – vol. 33, n. 1, janeiro/junho. pp. 131 – 153. 2011

STAVENHAGEN, R. **Siete tesis equivocadas sobre América Latina**. ANAGRAMA. Barcelona- Catalunya. pp. 7- 42. 1973

STEDILE, J. **A questão agraria no Brasil**. O debate tradicional: 1500-1960. Tomo 1. Expressão Popular. 303 p. 2011

STEDILE, J. **A questão agraria no Brasil**. Programas de Reforma Agraria: 1964-2003. Tomo 3. Expressão Popular. 236 p. 2012

STEDILE, J. **A questão agraria no Brasil**. O debate na década de 1990. Tomo 6. Expressão Popular. 384 p. 2013

STEDILE, J. **A questão agraria no Brasil**. Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. Tomo 8. Expressão Popular. 240 p. 2013b

SUAREZ, J. **Análisis de la efectividad de la Política de defensa y seguridad democrática del presidente Álvaro Uribe Vélez**. Facultad de Ciencias Políticas. Universidad Pontificia Bolivariana. Colombia. 2006.

SUÁREZ, J., VALANDIA, N. Contexto Histórico y Situación Actual de las Reformas Agrarias en América Latina. Colombia: Violencia, Lucha y Reforma. p. 21-26. En: Ortega, G., Palau, T., **Reformas Agrarias en América Latina**. Memoria del Seminario Internacional. Noviembre. Asunción – Paraguay. BASE IS –CLACSO. 223 p. 2008

SUSNIK, B. Cultura Material. En: **Los aborígenes del Paraguay**. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero. 240 p. 1982.

SUSNIK, B. **La independencia y el Indígena**. Colección Independencia Nacional. Editora Intercontinental. Asunción. 126 p. 2011

SVAMPA, M. Modelo de desarrollo e cuestión ambiental em América Latina: categorias y escenarios em disputa. In: Wanderley, F. (comp.) **El desarrollo em cuestión: reflexiones em América Latina**. La Paz : CIDES, OXFAN y Plural. p. 411-441. 2011

TARRÍO, M; CONCHEIRO, L. Territorios en disputa. Orígenes de los conflictos agrarios en Chiapas, En: José Flores Salgado y Federico Novelo (comps.), **Innovación industrial, desarrollo rural e integración internacional**, UAM–Xochimilco, México, 46 p. 2000

THOMAZ JR, A. Por uma geografia do trabalho. In: **Pegada**. Vol. 3, n. especial, agosto de 2002.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **CAMPO-TERRITÓRIO**, Uberlândia/MG, v.5, n.10, ago. p. 92-122. 2010

THOMPSON, E.P. **La formación histórica de la clase obrera**. Inglaterra: 1780-1832, Tomo I. LAIA, Barcelona. 1977.

THOMPSON, E. P. **Costumbres en común. Estudios en la cultura popular tradicional**. Barcelona: Crítica. 2000 [1971].

TMH (TIERRAS MALHABIDAS). **Mapa del Paraguay**. Evolución. Página www.tierrasmalhabidas.com. FNC, OLT, CONAMURIConsultada: 02-05-2016.

TORRES, J.J. Desde el consenso de Washington a la concepción de regionalismo abierto y sus efectos sobre América Latina, los errores que no debemos repetir. En: Integración en Ideas Instituto para la integración y el desarrollo latinoamericano **IDELA**. Universidad de Tucumán. Argentina. pp 1-33. 2006.

TORREZ, F. **La reforma agraria en Nicaragua**. Les Cousins - Amérique Centrale et Caraïbes. ATC. 5p. 2004

TROCHE, D. **La expropiación. Utilidad pública**. Revisión Judicial, Indemnización. Intercontinental Editora. Asunción. 266 p. 2010

UFV (Universidade Federal de Viçosa). **Geografia das Ausências**. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Departamento de Geografia. 2014.

UHARTE, L.M. Gobierno Lugo: transición, cambio político y nuevaecución democrática. **Revista NOVAPILIS N°4**. ParaguayGlobal.com, Gabinete de Estudios de Opinión – GEO. ABRIL-OCTUBRE. pp. 11- 36. 2009

ULTIMA HORA. **Barthe llegó sin un céntimo y se hizo dueño del Alto Paraná**. Publicado: 25-09-2011. Disponible en: <http://www.ultimahora.com/barthe-llego-un-centimo-y-se-hizo-dueno-del-alto-parana-n466545.html>

VANESKI, E. **Territórios em movimento: os brasiguaios sem-terra na reforma agrária** (Dissertação) Mestría em Geografía. Programa de Pósgraduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e

Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). 120 p. 2016

VARELA, A. **El río oscuro**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2008.

VÁZQUEZ, F. **Territorio y Población. Nuevas dinámicas regionales en el Paraguay** ADEPO. UNFPA. GTZ. Asunción- Paraguay. 201 p. 2006 p.

VEINEGHEM, R. **El Estado ya no es nada, seamos todos**. Grupera. México. 2011. 41 p.

VERÁ POPYGUA, T. Yvyrupa. A Terra Uma Só. Hedra. São Paulo. 2017. 78 p.

VERON. L. **Ferrocarril del Paraguay**. Testimonio de una época. San Lorenzo. Paraguay. 2000. Consultado: 20-05-2016. Disponible en: http://www.portalguarani.com/575_luis_veron/11442_ferrocarril_del_paraguay__testimonio_de_una_epoca__por_luis_veron__ano_2000.html

VÍA CAMPESINA. **Honduras: Movilización por aprobación Ley Reforma Agraria**. 3 p. 2014.

VIA CAMPESINA. **Las luchas de la Vía Campesina, por la reforma agraria, la defensa de la vida, la tierra y los territorios**. CLOC/ VIA CAMPESINA. 56p. 2017.

VIA CAMPESINA. **Comunicado de los avances y desafíos sobre reforma agraria y soberanía alimentaria**. Movimiento de Trabajadores Campesinos e Indígenas Sin Tierra de Bolivia. 2017b. 4 p.

VÍA CAMPESINA. **Honduras en el Día de la Soberanía Alimentaria exige soluciones reales para acabar con el hambre**. 2017c. 3 p. Disponible en: <https://viacampesina.org/es/9350-2/>

VITERI, C. **Visión indígena del desarrollo en la Amazonía**, Polis. Revista Latinoamericana, 3, 2000. Disponible en línea en: <http://polis.revues.org/7678>. (Consultado 18/12/2017).

VITERI, C. Súmak Káusai. **Una respuesta viable al desarrollo**, Tesis de Licenciatura en Antropología Aplicada, Universidad Politécnica Salesiana del Ecuador, Quito, mimeo. Disponible copia en la Biblioteca Italo Gastaldi de la Sede de Quito de la Universidad Politécnica Salesiana del Ecuador. 2003

VITERI, C. **Biografía de Carlos Viteri Gualinga**, Asambleísta Nacional, Puyo. Disponible en: <https://carlosviterigualinga.wordpress.com/> (Consultado 18/12/2017).

VUYK, C. **Subimperialismo brasileño y dependencia del Paraguay**. Los intereses económicos detrás del Golpe de Estado de 2012. Cultura y Participación para el cambio social. Paraguay. 193 p. 2014

WALLERSTEIN, I. El ascenso y futura decadencia del sistema- mundo capitalista: conceptos para un análisis comparativo. En: **Capitalismo históricos y movimientos antisistémicos**. Akal, Madrid, pp. 85-114. 1972

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial**: la agricultura capitalista y los origins de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México: Siglo Veintiuno, 1979. v. 1.

WALLERSTEIN, I. **Geopolitics and Geo-culture**: EssaysontheChangingWorld-System. Cambridge, UK, Cambridge UniversityPress/Paris, Éditions de la Maison des Sciencesdel'Homme, 242 p. 1991

WAHREN, J. **Nosotros los indios, de Hugo Blanco**. Revista Herramienta. 2010. Consultado: 18-07-2017. Disponible en: <http://www.herramienta.com.ar/autores/wahren-juan>

WWF PARAGUAY. **La expansión de la soja en Paraguay**. Asunción- Paraguay. 2016.

YAMPARA, S. **El ayllu y la territorialidad en los Andes**. Una aproximación a Chambi Grande, CADA, La Paz. 2001

YASHAR, D. **Contesting Citizenship in Latin America**. The Rise of Indigenous Movements and the Postliberal Challenge. Nueva York: Cambridge University Press. 2005.

ZAVALETA, R. **Las masas en noviembre, juventud**. La Paz, Bolivia. 1983.

ZIBECHI R. **Brasil potencia**. Entre laintegración regional y un nuevo imperialismo. Bogotá-Colombia. Ediciones desde abajo. 312 p. 2012

ZIBECHI, R. **El fin del progresismo**. Capítulo I: El comienzo del fin. 2015. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=4R8Ep9XsnU0>

